



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVI Nº 121, QUINTA-FEIRA, 5 DE AGOSTO DE 2021

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 84ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL, EM 4 DE AGOSTO DE 2021

1.1 – ABERTURA 9

1.2 – ORDEM DO DIA

1.2.1 – Fala da Presidência (Senador Rodrigo Pacheco)

Congratulações ao Sr. Ciro Nogueira por sua posse como Ministro-Chefe da Casa Civil e ao Senador Randolfe Rodrigues pelo recebimento do Título de “Cavaleiro da Ordem Nacional da Legião de Honra” pelo Presidente da República Francesa; pesar pelo falecimento do Sr. João Ribeiro Dias, ex-Senador . 9

1.2.2 – Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 15/2021 (proveniente da Medida Provisória nº 1040/2021), que *dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade, a desburocratização societária e de atos processuais, a prescrição intercorrente no Código Civil, e dá outras providências. Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 351-PLEN), com impugnação de dispositivos e ajustes redacionais*, nos termos do **Parecer nº 160/2021-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Irajá, após **Emendas nºs 253 a 350-PLEN e Requerimentos nºs 1753, 1755, 1772, 1782, 1785, 1795, 1804, 1805, 1811, 1814, 1816, 1817, 1819 e 1820/2021** (votação nominal) (prejudicados o Projeto de Lei de Conversão nº 15/2021 e a Medida Provisória nº 1040/2021). À Câmara dos Deputados. .. 12

1.2.3 – Item 2

Projeto de Lei Complementar nº 32/2021, do Senador Cid Gomes, que *altera a Lei Complementar nº 87, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), para disciplinar a incidência em operações interestaduais envolvendo mercadorias destinadas a consumidor final não contribuinte. Aprovado*, nos termos do **Parecer nº 161/2021-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Jaques Wagner, após **Emendas nºs 1 a 4-PLEN** (votação nominal). À Câmara dos Deputados. 39

1.2.4 – Item 3



Projeto de Lei Complementar nº 33/2021, do Senador Cid Gomes, que *exclui do regime de tributação unificado das microempresas e empresas de pequeno porte, o Simples Nacional, o ICMS incidente sobre operações e prestações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do referido imposto, relativo à diferença entre a alíquota interna do Estado de destino e a interestadual*. **Retirado da pauta**

57

1.2.5 – Item 4

Projeto de Lei nº 2108/2021, do Deputado Hélio Bicudo, que *acrescenta o Título XII na Parte Especial do Código Penal, relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei de Segurança Nacional e dispositivo da Lei das Contravenções Penais*. **Apreciação adiada**

57

1.2.6 – Item 5

Projeto de Lei nº 2077/2019, do Deputado Jorge Solla, que *cria o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública, a ser concedido a entidades públicas e privadas sem fins lucrativos prestadoras de relevantes e notórios serviços à saúde pública, e o concede à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ao Instituto Butantan*. **Aprovado**, nos termos do **Parecer nº 162/2021-PLEN-SF**, proferido pela Senadora Leila Barros, após **Emenda nº 1-PLEN**. À sanção

57

1.2.7 – Item extrapauta

Projeto de Lei nº 2695/2021, do Senador Nelsinho Trad, que *denomina "Aeroporto Internacional de Campo Grande – Ueze Elias Zahran", o Aeroporto Internacional de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul*. **Aprovado**, nos termos do **Parecer nº 163/2021-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Wellington Fagundes. À Câmara dos Deputados

62

1.2.8 – Realização de Sessão

Realização de sessão deliberativa semipresencial amanhã, às 16 horas

68

1.3 – ENCERRAMENTO

68

1.4 – REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

69

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 84ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei de Conversão (CN) nº 15/2021 (proveniente da Medida Provisória nº 1040/2021), que *dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletricidade, sobre a desburocratização societária e de atos processuais e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); altera as Leis nºs 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 7.913, de 7 de dezembro de 1989, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.514, de 28 de outubro de 2011, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 4.886, de 9 de dezembro de 1965, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938; e revoga as*



Leis nºs 2.145, de 29 de dezembro de 1953, 2.807, de 28 de junho de 1956, 2.815, de 6 de julho de 1956, 3.187, de 28 de junho de 1957, 3.227, de 27 de julho de 1957, 4.557, de 10 de dezembro de 1964, 4.950-A, de 22 de abril de 1966, 7.409, de 25 de novembro de 1985, e 7.690, de 15 de dezembro de 1988, os Decretos nºs 13.609, de 21 de outubro de 1943, 20.256, de 20 de dezembro de 1945, e 84.248, de 28 de novembro de 1979, e os Decretos-Lei nºs 1.416, de 25 de agosto de 1975, e 1.427, de 2 de dezembro de 1975, e dispositivos das Leis nºs 2.410, de 29 de janeiro de 1955, 2.698, de 27 de dezembro de 1955, 3.053, de 22 de dezembro de 1956, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.137, de 7 de novembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.279, de 14 de maio de 1996, e 9.472, de 16 de julho de 1997, e dos Decretos-Lei nºs 491, de 5 de março de 1969, 666, de 2 de julho de 1969, e 687, de 18 de julho de 1969; e dá outras providências. 72

2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

2.2.1 – Projeto de Lei de Conversão nº 15/2021 (proveniente da Medida Provisória nº 1040/2021)

Emendas nºs 253 a 350-PLEN 155

Parecer nº 160/2021-PLEN-SF 367

Requerimentos nºs 1741, 1753, 1755, 1759, 1772, 1782, 1783, 1785, 1795, 1803 a 1805, 1811, 1814 a 1817, 1819, 1820, 1822 e 1823/2021 578

Lista de votação 634

2.2.2 – Projeto de Lei Complementar nº 32/2021

Emendas nºs 1 a 4-PLEN 638

Parecer nº 161/2021-PLEN-SF 646

Lista de votação 654

2.2.3 – Projeto de Lei Complementar nº 33/2021

Emendas nºs 1 e 2-PLEN 658

2.2.4 – Projeto de Lei nº 2108/2021

Emendas nºs 18 a 40-PLEN 662

Requerimentos nºs 1808 a 1810, 1812 e 1818/2021 712

2.2.5 – Projeto de Lei nº 2077/2019

Emenda nº 1-PLEN 724

Parecer nº 162/2021-PLEN-SF 726

Requerimento nº 1821/2021 732

2.2.6 – Projeto de Lei nº 2695/2021

Parecer nº 163/2021-PLEN-SF 735

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS



3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Comunicações

Da Liderança do Bloco Vanguarda, de indicação de membro para integrar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (**Ofício nº 34/2021**). 740

Do Senador Rodrigo Cunha, de mudança do endereço do escritório de apoio de S. Exa. (**Ofício nº 20/2021**). 741

3.1.2 – Extinção de Bloco Parlamentar

Extinção do Bloco Parlamentar Senado Independente 743

3.1.3 – Mensagens do Presidente da República

Nº 363/2021, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei nº 741/2021, sancionado e convertido na Lei nº 14.188/2021; 745

Nº 364/2021, que restitui o autógrafo do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4.384/2020, sancionado e convertido na Lei nº 14.189/2021. 745

3.1.4 – Pareceres aprovados em Comissão

Nº 1/2021-CMA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 353/2017; e o Projeto de Lei da Câmara nº 182/2017 747

Nº 2/2021-CMA, sobre o Projeto de Lei nº 1600/2019 759

Nº 3/2021-CMA, sobre o Projeto de Lei nº 754/2019 766

Conclusão da instrução do Projeto de Lei nº 754/2019 e do Projeto de Lei nº 1600/2019 776

3.1.5 – Projetos de Lei

Nº 2694/2021, do Senador Plínio Valério, que *isenta a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa do pagamento de taxas e de contribuições por serviços prestados, cobradas pelos órgãos reguladores, incidentes sobre os seus pedidos de registro e proteção de experimentos de pesquisa, de tecnologias geradas e produtos*. 780

Nº 2695/2021, do Senador Nelsinho Trad, que *denomina “Aeroporto Internacional de Campo Grande – Ueze Elias Zahran”, o Aeroporto Internacional de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul*. ... 784

Nº 2703/2021, do Senador Chico Rodrigues, que *altera a Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021 e a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para acrescentar o conceito das startups da sustentabilidade (startups verdes) e dar-lhes primazia na dotação de fundos e na contratação pelo poder público, bem como confere prioridade nas dotações do FNDCT às startups da sustentabilidade voltadas à Amazônia Legal*. 789

Nº 2713/2021, do Senador Nelsinho Trad, que *altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para incluir entre as atribuições da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) a emissão de parecer consultivo sobre patente de interesse para o Sistema Único de Saúde (SUS)*. 794



Nº 2714/2021, da Senadora Soraya Thronicke, que altera o art. 44 da Lei nº 9.066, de 19 de setembro de 1995, para determinar o repasse dos recursos previstos no inciso V desse artigo, mês a mês, por parte do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, em conta bancária exclusiva para essa finalidade, mantida pela organização partidária nacional responsável pela mobilização das mulheres.

798

3.1.6 – Requerimento

Nº 1813/2021, do Senador Humberto Costa, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Francisco Cavalcanti, ex-Governador do Estado de Pernambuco e ex-Deputado Federal.

803

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	807
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	810
6 – LIDERANÇAS	811
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	814
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	820
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	826
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	872



Ata da 84ª Sessão, Deliberativa Ordinária Semipresencial,
em 4 de agosto de 2021

3ª Sessão Legislativa Ordinária de 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Rodrigo Pacheco.

(Inicia-se a sessão às 17 horas e 31 minutos e encerra-se às 21 horas e 54 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Neste momento serão abertas as inscrições de oradores que farão uso da palavra por três minutos.

Para as Senadoras e os Senadores presentes no Plenário, as inscrições serão feitas em lista específica de inscrições, que se encontra sobre a mesa.

Para os Senadores e as Senadoras presentes remotamente, as inscrições serão feitas através do sistema remoto.

Os oradores inscritos terão a palavra concedida de forma intercalada entre as duas listas.

As mãos serão baixadas no sistema remoto e, neste momento, estão abertas as inscrições.

A presente Sessão Deliberativa Semipresencial foi convocada nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que regulamenta o funcionamento das sessões e reuniões remotas e semipresenciais no Senado Federal e a utilização do Sistema de Deliberação Remota, e é destinada à deliberação da seguinte pauta:

– Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021 (proveniente da Medida Provisória nº 1.040, de 2021), Relator Senador Irajá; (**Vide Item 2.1.1 do Sumário**)

– Projetos de Lei Complementar nºs 32 e 33, de 2021, do Senador Cid Gomes, Relator o Senador Jaques Wagner;

– Projeto de Lei nº 2.108, de 2021, do Deputado Federal Hélio Bicudo, Relator o Senador Rogério Carvalho;

– Projeto de Lei nº 2.077, de 2019, do Deputado Federal Jorge Solla, tendo como Relatora a Senadora Leila Barros.

As matérias foram disponibilizadas em avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia eletrônica de hoje.

Eu gostaria, inicialmente, saudando todos os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, neste recomeço dos trabalhos do Senado Federal após o recesso, primeiramente, para justificar o atraso do início desta sessão em função da participação de inúmeros Senadores, inclusive, a minha participação, na posse do Sr. Ministro da Casa Civil, nosso colega, Senador Ciro Nogueira. E, ao ensejo, gostaria de prestar minhas homenagens ao Senador Ciro Nogueira, hoje Ministro de Estado, desejando-lhe boa sorte e um trabalho profícuo de contribuição para o Governo Federal na pasta que assume, e desejar muito boa sorte também e as boas-vindas à sua primeira suplente, Senadora Eliane Nogueira, representante do Estado do Piauí, que já assumiu o mandato em substituição ao Senador Ciro Nogueira. Com a presença da Senadora Eliane Nogueira, a Bancada Feminina, já muito atuante nesta Casa, sob a liderança da Senadora Simone Tebet, ganha mais força e representatividade no Senado Federal. Seja bem-vinda, Senadora Eliane Nogueira!

Tomo a liberdade também, Senador Fernando Bezerra, Senador Plínio Valério, Srs. e Sras. Senadoras, de dizer que é com grande satisfação que presido a reabertura dos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, Legislatura que, infelizmente, tem sido marcada por tempos difíceis e dolorosos, bem como por inúmeros desafios trazidos, sobretudo, pela pandemia.

Faço questão de iniciar os trabalhos com o registro de que, apesar da pandemia, apesar do funcionamento remoto, apesar da perda lamentável, triste, dos nossos colegas, dos nossos pares do Senado Federal – Senador José Maranhão, Senador Arolde de Oliveira, Senador Major Olímpio, sempre por nós aqui lembrados com bastante carinho e saudade –, o Senado, não obstante todos esses desafios e todas essas dificuldades, de forma exemplar, cumpriu e continua cumprindo sua atribuição constitucional. Deliberou temas relevantes e fundamentais para o enfrentamento da crise sanitária – e esse enfrentamento ainda continua – e para o desenvolvimento do Brasil.

Esta coragem e espírito público das Senadoras e dos Senadores traduz-se em números: aprovamos,



com muito orgulho, a maior quantidade de matérias nos cem primeiros dias de uma sessão legislativa nos últimos 26 anos, inclusive com o maior número de proposições de iniciativa de Senadores desde 1988. Nesse conjunto estão 38 medidas provisórias, 25 projetos de decreto legislativo, 86 projetos de lei, 5 projetos de lei complementar, 21 projetos de resolução e 5 propostas de emenda à Constituição. É um feito extraordinário, um notável esforço dos Congressistas, levado a termo em um cenário de incertezas, apreensões e conflitos. Mesmo em tempos de pandemia, o Senado Federal vem se mostrando à altura dos desafios que o Brasil nos apresenta.

Estes dados reforçam o compromisso inabalável que todos, Senadoras e Senadores, manteremos nessa retomada dos trabalhos: trabalhar incansavelmente para, dentro das estreitas balizas do Estado democrático de direito, promover o bem-estar dos cidadãos, atuando, segundo prescreve nossa Constituição Federal, de forma independente e harmônica em relação aos demais Poderes.

Cada um dos Poderes constituídos possui o seu lugar determinado, com atribuições e competências estabelecidas pela Constituição, associadas a um sistema de freios e contrapesos que norteiam o processo democrático e exigem que persista a harmonia entre os Poderes. Nas palavras do jurista Ives Gandra da Silva Martins, "o Legislativo não governa, o Executivo não julga e o Judiciário não legisla, pois assim ficou estabelecido na Carta da República". Não se trata, portanto, de simplesmente concretizar a vontade daqueles que titularizam os Poderes. Antes, suas atribuições e interações são estabelecidas e, por consequência, limitadas pela Constituição Federal. Agir fora desses limites, por qualquer que seja a razão, implica ruptura, ainda que limitada, da harmonia do sistema.

O momento, pois, é de reafirmar o compromisso com a independência e harmonia dos Poderes da República, não somente compromisso com as nossas prerrogativas enquanto Poder Legislativo, mas também compromisso nosso, do Parlamento, com as prerrogativas do Poder Judiciário e com as prerrogativas do Poder Executivo.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, abusar de prerrogativas para enfraquecer qualquer dos Poderes da República é enfraquecer a sociedade brasileira. Reitero, portanto, que o Senado Federal possui compromisso sólido, verdadeiro e perene com a estabilidade e a moderação institucionais. Somente retomaremos o caminho do desenvolvimento pleno – social e econômico – com instituições fortes, legítimas e, sobretudo, democráticas, com as quais devemos, desde sempre, estar comprometidos.

Portanto, desejo muito boa sorte e bom trabalho a todos os Senadores e Senadoras e às suas respectivas assessorias na retomada dos nossos trabalhos na data de hoje.

Faço um segundo registro, um segundo comunicado ao Plenário: é com alegria e satisfação que comunico à Casa que um dos membros do Senado Federal, o Senador Randolfe Rodrigues, foi agraciado, por decreto de 14 de junho de 2021, do Presidente da República Francesa, Emmanuel Macron, com o título de Cavaleiro da Ordem Nacional da Legião de Honra.

Trata-se da mais alta honraria daquele país, que foi concedida ao Senador Randolfe Rodrigues em reconhecimento ao seu empenho em prol da cooperação transfronteiriça entre Amapá e Guiana Francesa, por sua atuação no combate à covid-19 no Brasil e por sua defesa do meio ambiente e do Acordo de Paris.

Meus votos de parabéns ao Senador Randolfe Rodrigues, cujo reconhecimento de dedicação e trabalho também enaltece e engrandece o Senado Federal.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Presidente, pela ordem. (*Fora do microfone.*) Assim que puder, Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Neste momento, comunico também ao Plenário, com imenso pesar, o falecimento do ex-Senador João da Rocha Ribeiro Dias, ocorrido no dia 26 de julho último, aos 80 anos de idade, em virtude de complicações da covid-19.



Piauiense da cidade de Ribeiro Gonçalves, ingressou no Grupo Jaime Câmara, em Goiânia, aos 18 anos de idade, e chegou a diretor-financeiro da organização em 1975. Em 1990, João Rocha foi eleito Senador pelo Estado do Tocantins na segunda legislatura do recém-criado Estado. No Senado Federal, presidiu a importante Comissão de Assuntos Econômicos.

Escritor, deixou mais de 20 títulos publicados. Pelo conjunto de sua obra empresarial, política e literária, deixou seu nome gravado com destaque na história de Goiás e Tocantins.

Expresso, portanto, mais uma vez, o nosso profundo pesar pelo passamento físico de João da Rocha Ribeiro Dias, ao tempo que transmito condolências, em nome do Senado Federal, à sua família e a seus amigos.

Concedo a palavra, pelo prazo de cinco minutos, a um representante da Comissão Interna Temporária de Acompanhamento do Coronavírus, presidida pelo Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Senadoras e Senadores, é um prazer muito grande encontrar todos os senhores e senhoras nesta primeira sessão do Senado Federal do segundo semestre deste ano.

Dia 2 de agosto, a Comissão Covid-19 iniciou seus trabalhos, em audiência pública, com o Ministro das Comunicações, Fábio Faria. O assunto principal foi o de tratar do retorno às aulas com segurança, da boa comunicação com os alunos, com os pais e com os professores. E hoje mesmo eu já vi estampada na televisão uma belíssima campanha publicitária, informativa e esclarecedora, do Governo Federal.

Houve uma participação numerosa dos internautas – nunca antes havia tanta gente participado –, com todos os tipos de dúvidas possíveis. Nem imaginei que, logo depois do recesso, pudéssemos ter quórum suficiente de Senadores e Senadoras nessa reunião primeira. Para surpresa, muitos participaram, com muitas indagações importantes, e, entre elas, destaco a crise da internet como direito fundamental em todas as cidades brasileiras, em toda a extensão do Território nacional, e muitos questionamentos sobre as estatísticas das operadoras de internet, que dizem uma coisa, e, na realidade, é outra na prática: uma cidade de uma região capta bem o sinal; na outra, é um apagão verdadeiro.

A nossa Comissão se reunirá todas as segundas-feiras, considerando o retorno das atividades das demais Comissões, bem como o andamento da CPI, de tal forma que não percam os rumos da Comissão da Covid, para que seja sempre ativa, prestando informações aos Senadores, como também emitindo pareceres sobre projetos em discussão sobre o tema específico de saúde na pandemia.

A redução do número de mortes e de adoecimentos mais vagas disponíveis nas UTIs nas enfermarias vêm demonstrar que a vacinação é o único meio seguro para se debelar a covid-19. Como sempre tenho falado aqui, não se pode ficar repisando o mesmo assunto, que houve atraso nas encomendas das vacinas e o ritmo ainda é lento; o importante é chegarmos, ao final deste ano, com todos os transtornos acontecidos, com 80% a 90% da população vacinada. Que a CPI apure responsabilidade de erros, desmandos de acontecidos neste período de pandemia.

Temos aí um sinal vermelho pela frente, Sr. Presidente: as variantes do vírus. Isso assusta a todos, o Brasil e o mundo, e não deixa de ser uma ameaça à segurança da população já vacinada ou não, e exigirá uma permanente ação e vigilância por parte do Ministério da Saúde, dos Governadores e Prefeitos na tomada de atitudes no momento certo, redobrando cuidados preventivos como o uso da máscara na menor possibilidade da entrada no Município ou Estado dessa variante delta.

O retorno às aulas depois de um ano e meio de escolas fechadas, Srs. Senadores e Senadoras, deve ser comemorado, porque o prejuízo econômico, social e geracional é incalculável.

Ontem, a Senadora Kátia Abreu apresentou estudos do Banco Mundial que demonstram os números assustadores e os danos à economia da América Latina e Caribe: um custo econômico estimado pelo Banco Mundial de US\$1,78 trilhão para dez meses apenas de escolas fechadas, além de perda de produtividade.



Os dados são estarrecedores. A conclusão: fechar escolas empobrece o País.

Voltaremos a debater, segunda-feira, dia 9, a venda das vacinas pelas pessoas jurídicas, discutindo o PL 948/2021, votado na Câmara e aguardando o momento certo no Senado. E vamos, assim, Sr. Presidente, com audiência no dia 16 de agosto, quando discutiremos a necessidade da terceira dose de algumas vacinas, entendendo que os estudos no mundo estão avançados na medição da imunidade das pessoas por todas as vacinas com duas doses, uma dose ou até com a terceira dose. O assunto tem sido bem falado pela Imprensa, bem discutido e causado ansiedade e intranquilidade às pessoas. A pandemia deixou um lastro incalculável de consequências para o mundo.

Sr. Presidente, visitaremos o Butantan e a Fiocruz oportunamente. E assim, Sr. Presidente, queremos, no âmbito da nossa Comissão, analisar as consequências econômicas, sanitárias e sociais da pandemia, o que se chama de sequelas da covid-19; observar e ler o que dizem os cientistas, os jornalistas – eu peço um minuto a mais para concluir, Sr. Presidente –, suas críticas e cenários. Nada melhor do que a transparência e ouvidos ligados nas manifestações das ruas ou no silêncio das residências.

A pandemia veio como uma grande catástrofe mundial, na qual o medo da morte iguala os homens. Ricos e pobres compartilham hoje em dia o mesmo refúgio. Predadores e perseguidos se amansaram no que poderemos chamar a trégua de Deus, na qual os bichos fazem acordo de convivência.

Se somos guiados pela irracionalidade, sejamos pelo menos agora, pelo menos pelos nossos extintos animais porque a história não tem dono. Deveremos usar óculos 3D para que possamos ver o mundo em um novo movimento, inclusive da política.

Sr. Presidente, no mais quero agradecer a V. Exa. pela distinção que tem dado à nossa Comissão da Covid-19.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Confúcio Moura.

Anuncio o item 1 da pauta.

Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, que dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade, a desburocratização societária e de atos processuais, a prescrição intercorrente no Código Civil e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 1.040, de 2021).

Durante o prazo inicial, foram apresentadas 252 emendas.

Perante a Mesa do Senado Federal, foram apresentadas as Emendas nºs 253 a 350, já disponibilizadas na tramitação da matéria e que serão encaminhadas à publicação. **(Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

As Emendas nºs 13 a 19, 26, 269 e 306 foram retiradas pelos autores.

A Emenda nº 321 teve o recebimento cancelado e é considerada inexistente.

Pareceres proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados em substituição à Comissão Mista, Relator Deputado Marco Bertaiolli, favorável à medida provisória e a parte das emendas, na forma do projeto de lei de conversão apresentado.

A matéria foi aprovada no dia 23 de junho no Plenário da Câmara dos Deputados e o seu prazo de vigência se esgota no dia 9 de agosto.

A matéria depende de parecer no Senado Federal.

Faço a designação do Senador Irajá para proferir parecer de Plenário.

Com a palavra o Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs.



Senadores, tramita no Senado Federal a Medida Provisória 1.040, de 29 de março de 2021, que objetiva a facilitação da abertura de empresas, a proteção dos acionistas minoritários e o fomento ao comércio exterior. Além desses importantes temas, a medida provisória em questão também trata, ao longo de 34 artigos, do Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, o Sira, das cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, da profissão de tradutor e intérprete público, da obtenção de eletricidade e, por fim, da prescrição intercorrente prevista no vigente Código Civil. Sem pretensão de esgotar o complexo e longo conteúdo da inovação legislativa em análise, passaremos a pontuar algumas alterações de relevo em benefício da sociedade brasileira com efeito para fins de facilitação da abertura de empresas.

A medida provisória inclui na Lei 11.598, de 2007, a Redesim (Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios), que atuará em favor da simplificação do processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas.

As inovações legislativas incluem, entre outras mudanças, a definição futura, por regulamento, da composição, da estrutura e do modo de funcionamento do Comitê Gestor da Redesim, com representação dos órgãos e entidades envolvidos no processo de registro e de legalização de empréstimos e de pessoas jurídicas no processo de licenciamento e também nas autorizações de funcionamento.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, acreditamos firmemente na existência de genuíno interesse público em inovações legislativas que incentivem o ambiente de negócios, no desenvolvimento de leis que fomentem a competitividade das empresas, no desenho de um arcabouço institucional capaz de garantir, em suma, as melhores condições de trabalho e de investimento aos brasileiros dotados de capacidade empreendedora. Exatamente, porque as empresas nos garantem bens e serviços vitais, enquanto geram emprego e renda para a sociedade e tributos para o Estado, é que iniciativas de valorização dessas instituições tanto contribuem para o progresso do nosso País.

Inúmeros outros aspectos positivos da Medida Provisória 1.040, de 2021, merecem a nossa atenção. Por exemplo, a oferta gratuita de informações relevantes na internet para o cidadão interessado no registro e na legalização de empresas. Trâmites burocráticos complexos para o licenciamento e as autorizações de funcionamento de empresas passam a ser ofertadas na *web*, de forma mais simples e direta, a brasileiros interessados no tema, conforme o art. 4º da normativa em análise.

Outra inovação relevante encontra-se no art. 11-A, que, com vistas à desburocratização, prevê a dispensa, em processos de registro de empresários e de pessoas jurídicas no âmbito da Redesim, de dados ou informações que já constem na base de dados do Governo Federal, entre outros repositórios públicos.

A medida provisória contém, ademais, regras facilitadoras do registro público da empresa mercantil, mediante alteração da Lei 8.934, de 1994. Nela também consta a proibição de arquivamento de atos constitutivos de empresa mercantil, se é necessária a designação do respectivo capital e do seu objeto, facultando-se, contudo, eventual ausência da designação do nome empresarial.

Por segurança jurídica, a norma impede o arquivamento de atos de empresas mercantis com idêntico nome de estabelecimento já existente, além de prever medidas protetivas ao nome junto ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial da Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

O art. 35-A inova a Lei 8.934, de 1994, ao permitir ao empresário ou à pessoa jurídica o uso do número do CNPJ como nome empresarial, seguido da partícula identificadora do tipo societário ou jurídico, nas vezes em que a mencionada identificação for exigência legal.

Sempre com o objetivo de desburocratizar procedimentos, a normativa prevê a dispensa de reconhecimento de firma para os atos levados ao arquivamento nas juntas comerciais.

A Medida Provisória 1.040 também vislumbra a proteção aos acionistas minoritários mediante inúmeras alterações na Lei nº 6.404, de 1976, que trata da sociedade por ações. As mudanças dizem



respeito aos modos de deliberação da Assembleia Geral sobre temas importantes, como a confissão de falência, o pedido de recuperação judicial e a alienação dos ativos da empresa, entre outros.

A possibilidade de participação de empregados eleitos para o Conselho de Representantes consta no art. 140, do §1º, da Lei 6.404, de 1976. A facilitação do comércio exterior é mais um tema central da medida provisória, que, em seu art. 8º, garante a importadores e exportadores a criativa solução do guichê único eletrônico para remessa de documentos, dados ou informações da administração pública como condição para importação e exportação a ponto único acessível por meio da internet. O que se busca, uma vez mais, é garantir a fluidez nos processos de comércio internacional, eliminando-se, por exemplo, exigências como formulários em papel, entre outros, não previstas no guichê único eletrônico.

Há também na medida provisória a previsão de alterações na Lei 12.546, de 2011, que institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), inclusive regras de compartilhamento de informações entre órgãos e entidades da administração pública federal a respeito de transações de serviços e outros intangíveis entre residentes e domiciliados no Brasil e residentes ou domiciliados no exterior, e resulte em variações patrimoniais.

A medida provisória em análise também trata do Sistema Integrado de Recuperação de Ativos ao reservar ao Poder Executivo Federal a prerrogativa de instituir o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, dotado de um conjunto de instrumentos e mecanismos voltados a identificar e alcançar devedores, com vistas a posterior constrição e alienação de ativos. O Sira objetiva, portanto, ampliar a segurança jurídica nas transações comerciais e nos contratos vigentes.

A complexa Medida Provisória 1.040 contém uma imensa quantidade de alterações normativas sobre diversos outros temas. Trata da cobrança realizada por entidades profissionais, institui regras as mais diversas para o exercício da profissão de tradutor e intérprete público, traz em seu bojo algumas determinações para obtenção de eletricidade, entre outros. O sentido geral da nova legislação reside na sua ambição de modernizar o ambiente de negócio em nosso País, de modo a que o Brasil obtenha melhores posições no *ranking* desenvolvido pelo Banco Mundial, uma instituição que mede, periodicamente, a capacidade dos países em atrair investidores, fomentar negócios e gerar empregos e renda para os seus povos.

Destaco aqui, Presidente, que, nesse *ranking* do Banco Mundial, de 190 países que são avaliados periodicamente, o Brasil, infelizmente, está numa posição hoje de 124, entre 190 nações que são avaliadas em eficiência e competitividade.

Para o atingimento de tais objetivos, a facilitação da abertura de empresas é fundamental, o que requer, inclusive, a aplicação de critérios nacionais e não regionais ou locais na avaliação dos riscos. Com a medida provisória em debate, as atividades de médio risco passam a receber alvará de funcionamento e licença, emitido automaticamente, cabendo ao beneficiário aquiescer com o termo de responsabilidade. Do mesmo modo, as regras para o destravamento do comércio internacional favorecem a intensificação dos fluxos de bens e serviços, algo de nosso vital interesse.

Outro aspecto relevante é o conjunto de mecanismos destinados à cobrança e à diminuição dos prejuízos por inadimplência.

Por essas e outras razões, contamos com o apoio das Senadoras e dos Senadores para a aprovação da Medida Provisória nº 1.040, de 2021.

Eu queria, para concluir, Presidente Rodrigo, primeiro, agradecer-lhe pela confiança em ter me designado para a relatoria tão importante da medida provisória em questão, que trata da geração de ambiente de negócios no País, num momento delicado da nossa vida, em que, mais do que nunca, o Parlamento precisa criar instrumentos e mecanismos que possam facilitar a relação dos empreendedores com os órgãos públicos em todas as esferas – esfera municipal, estadual, federal.



Portanto, essa medida provisória, que foi muito bem relatada pelo Deputado Marco Bertaiolli, lá na Câmara dos Deputados, a quem eu quero aqui fazer o registro pelo belíssimo trabalho que desenvolveu junto a essa relatoria, brilhante trabalho. E a gente vem trabalhando em total sinergia, agora, no Senado Federal, para que alguns avanços e aperfeiçoamentos fossem utilizados e aproveitados aqui no Senado.

Eu espero que, hoje, a gente consiga, com a ampla maioria do apoio dos Senadores e das Senadoras, uma votação expressiva, para que, no dia de amanhã, conforme entendimento com o Relator Marco e com o Presidente da Casa, na Câmara, essa medida provisória possa ser votada e consolidada na Câmara, em tempo hábil, já que ela tem um prazo e o prazo se encerra no dia 9, segunda-feira.

Então, eu conto com a compreensão e o bom senso dos colegas Senadores e Senadoras para que a gente aprove a medida provisória com os ajustes que são pertinentes e que essa matéria possa ser apreciada no dia de amanhã, como está previsto e foi acordado com o Relator Marco, para que a gente consiga consolidar essa votação.

Mas eu queria aqui agradecer, mais uma vez, as contribuições que foram apresentadas pelos Senadores e Senadoras, através de emendas, os destaques, e quero, de antemão, antecipar, Presidente, que todos os destaques apresentados estão sendo acatados no substitutivo que estou apresentando, e aqueles que, eventualmente, não foram acatados no substitutivo estão sendo contemplados no requerimento de inadmissibilidade. Eu acredito que, assim, a gente consiga contemporizar todas as sugestões, todas as críticas construtivas que foram apresentadas pelas bancadas, pelos Senadores e Senadoras e que, assim, a gente consiga uma votação consensual. É a minha expectativa e faço aqui o apelo aos colegas para que a gente consiga votar e para que a gente aprove essa medida provisória importante para o País, no Senado hoje, e que dê tempo de votar amanhã na Câmara dos Deputados. **(Íntegra do Parecer nº 160/2021-PLEN-SF - Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

Muito obrigado, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Irajá.

O parecer é favorável ao projeto de lei de conversão e às Emendas nºs 253 a 261, 263, 264, 267, 268, 270 a 276, 278, 280 a 284, 286 a 288, 290 a 293, 296 a 301, 303 a 305, 307 a 309, 311 a 314, 316, 322 a 325, 330, 332 a 334, 336, 336 a 341... *(Pausa.)*

Trezentos e quarenta e três, 346 a 350 – o Senador Irajá foi muito generoso no acolhimento das emendas – e parcialmente favorável às Emendas nºs 265, 266, 277, 294, 295, 310, 318, 319, 342, 344, 345 e 349, na forma da Emenda nº 351 (Substitutivo), do Relator, e contrário às demais emendas.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão.

O primeiro a discutir é o Senador Jorge Kajuru, pelo sistema remoto.

Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Inicialmente, Deus e saúde à Pátria amada e a todos os colegas, aos amigos aqui desta Casa!

Senador Irajá, eu fiquei mesclando a sua lisura, a sua compreensão – e aqui, de minha parte, a maioria de minhas emendas acatadas por V. Sa. –, e eu fiquei misturando a imagem do orgulho que tinha ali a sua avó, a sua avó Veroca, ao lado da mãe, e ela vendo o senhor aí da tribuna. Deu saudade da minha avó Conceição. Então, eu fiquei vendo as duas imagens, mas muito atento ao seu cirúrgico relatório.

Só aproveitando, Senador Irajá, que, em conversa da minha assessoria com a sua, tivemos um entendimento. E, assim, eu peço para retirar a Emenda 281, 281!



É isso, Presidente Rodrigo Pacheco, um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Jorge Kajuru.

Para discutir, Líder Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela Liderança.) – Presidente, primeiro, quero parabenizar o Senador Irajá, que é um Senador que, para nós, para mim, eu já o conhecia, mas é um destaque aqui, é uma referência para nós pela sua juventude, mas pela sua capacidade em todas as áreas. Eu tive a oportunidade de ver vários relatórios, em todas as áreas, em que V. Exa. tem atuado muito bem.

Eu só indago a V. Exa., só para ficar mais tranquilo, há uma emenda da Senadora Mara, sobre que nós conversamos há pouco, que é a questão... Eu destaquei, com relação ao art. 22, inciso VII. V. Exa., então, já acatou, vai acatar? Está consolidado?

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Já está acatado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está acatado.

Eu queria tirar também uma dúvida, Relator, Senador Irajá, meu amigo. Nós temos uma categoria chamada profissionais liberais, uniprofissional. Eu não sei se foi contemplado isso, mas era uma preocupação grande, porque os médicos, advogados, contadores são uniprofissionais, e eles recolhem ISS, que é o imposto municipal, em função da sua profissão, e não em função da carga tributária do Município.

Essa medida foi contornada também?

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Também. Essa está preservada, esse direito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está preservada? Então, parabéns a V. Exa. e, lógico, vou retirar o destaque, já, imediatamente, porque já foi acatado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Izalci Lucas.

Com a palavra, para discutir, Senador Jean Paul Prates, Líder da Minoria.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela Liderança.) – Presidente, eu pedi a palavra rapidamente nesta sessão deliberativa – e aproveito para parabenizar o Senador Irajá pela relatoria complexa dessa MP 1.040, com mais de 380 emendas; Senador Irajá, todo o meu respeito e minha admiração pelo seu trabalho –, para realizar uma comunicação a esse Plenário, aos colegas Parlamentares e ao público que nos acompanha na TV Senado, a respeito de um projeto, sob minha relatoria, que é o PL 261, de 2018, chamado Marco Legal das Ferrovias,...

(Soa a campanha.)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... originalmente de autoria do Senador José Serra.

Ocorre que o que temos acompanhado na imprensa especializada são análises conflitantes sobre o desenvolvimento desse projeto, que é tão importante para o desenvolvimento do nosso País. Eu me refiro ao projeto das ferrovias, marco legal das ferrovias.

Eu recebi a relatoria ainda em 2019 e, ao longo de todos esses meses, eu me empenhei profundamente em diálogos com a sociedade civil, empreendedores, governos, usuários, trabalhadores, lideranças setoriais, Parlamentares interessados e interessadas em entender quais mudanças se pretende aplicar no setor ferroviário.

A matéria foi levada à apreciação da Comissão de Serviços de Infraestrutura, mas não houve deliberação por solicitação do próprio Governo, à época, incapaz de harmonizar as demandas dos Ministérios



da Economia e da Infraestrutura.

Os colegas Senadores e Senadoras são testemunha do meu esforço, que buscou, em diálogo republicano, unir os representantes dos diversos Estados, independentemente de seu alinhamento governista ou oposicionista, conscientes da importância estruturante para o setor produtivo do nosso País. A matéria, inclusive, já foi pautada em Plenário, na última sessão de 2020, já durante a pandemia, tendo sua retirada de pauta sido solicitada por Parlamentares e anuída por este Relator.

Concordo inclusive que, no final do semestre anterior, o Senador Esperidião Amin solicitou a realização de audiência pública na Comissão de infraestrutura, de modo a ampliar o debate, contando inclusive com a participação do Ministro Tarcísio de Freitas. A audiência teria sido realizada esta semana, mas foi adiada a pedido do próprio Ministro.

Venho ao Plenário recordar que já avançamos sobremaneira nessa pauta com o relatório disponível no sistema do Senado desde o projeto original, elaborado pelo Senador Serra, com sua maestria habitual. Pudemos avançar atendendo a uma grande preocupação do setor...

(Soa a campanha.)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... mitigando a assimetria regulatória, que naturalmente adviria do estabelecimento de um sistema de autorizações para as ferrovias sem a consequente compatibilização com o regime atual de concessões, que é a prática.

Nesse movimento, pudemos dialogar extensivamente com os atores pertinentes, debatidos alguns temas difíceis e cruciais, como a migração de regime, o compartilhamento das ferrovias. Ouvimos Parlamentares de vários Estados, assegurando que a solução pretendida pelo Senado Federal seja, ao mesmo tempo, fiel à proposta de modernização do setor, como acessível a novos participantes integrados, interessados em investir nesse setor e contribuir para o nosso desenvolvimento socioeconômico.

Mais recentemente, recebemos 15 emendas sugeridas pelos Senadores Wellington Fagundes e Rose de Freitas, em nome da Frente Parlamentar Mista...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estou terminando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Para concluir.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mais recentemente, recebemos 15 emendas sugeridas pelos Senadores Wellington Fagundes e Rose de Freitas, em nome da Frente Parlamentar Mista de Infraestrutura e Logística (Frelog), contribuindo para aprimorar esse projeto.

Entre os temas sugeridos, estão diversas temáticas que serão incorporadas, tais como a ampliação do conceito de usuário investidor, a cobrança pelo uso da faixa de domínio, etc.

Por outro lado, outras matérias se mostraram excessivamente controversas, de modo que ficará a carga dos Parlamentares destacarem suas propostas em Plenário, garantindo que o corpo do relatório seja de amplo acordo. Entre essas questões polêmicas está a migração de regime.

Outro ponto que será atendido converge com a demanda dos usuários, com a criação da figura do agente de transporte ferroviário apto a explorar a infraestrutura ferroviária de outros de modo independente.

Assim, aproveito este espaço no Plenário para reiterar ao Senado Federal o meu total compromisso



com o...

(*Soa a campanha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... desenvolvimento dessa matéria importante e coloco-me à disposição para apresentar o relatório final e a votação nas próximas semanas, sem qualquer impedimento para isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Jean Paul.

Para discutir, Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela Liderança. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, caros colegas, primeiro, é um prazer revê-los. Eu estava até com saudade.

Eu vou, primeiro, dirigir-me ao Senador Irajá, porque eu ainda tenho dúvidas em algumas questões da MP 1.040 no que tange aos profissionais liberais.

Quando foi indagado pelo Senador Izalci, pode parecer que a questão dos profissionais liberais já está plenamente atendida, como deveria continuar sendo, junto aos cartórios de registro de pessoas jurídicas, porque são sociedades unipessoais e simples, uniprofissionais e simples, sempre submetidas ao Simples. Mas eu fico com uma dúvida ainda.

A primeira delas... São três pontos. Peço atenção ao Senador Irajá e aos meus colegas. O art. 1.000-A, em primeiro lugar, diz que o registro pode ser no cartório de pessoas jurídicas para as sociedades simples. Mas as sociedades de advogados nunca se submeteram a registro em cartório de pessoa jurídica. O registro da sociedade de advogado é junto à OAB, que, inclusive, tem a obrigação de averiguar alguns requisitos da sua constituição no que toca a questões próprias do estatuto da Ordem e profissionais. Quando se colocam todos os profissionais liberais no cartório de pessoas jurídicas, está se levando o registro das sociedades de advogados para lá? Parece-me que sim, e acho que caberia um parágrafo único ressaltando que as sociedades de advogados seguem a legislação que sempre seguiram.

Segunda questão. Esse mesmo artigo, aliás, o art. 62 diz: "É admitido que os ofícios de registro civil das pessoas jurídicas pratiquem atos relativos a registros das sociedades simples [que é o que diz o Senador Irajá, só que o *caput* continua] já registradas na serventia ao tempo da entrada em vigor desta lei", ou seja, aquelas já registradas continuam lá, mas sociedades de profissionais liberais novas se submetem ao cartório de pessoas jurídicas ou passam a ir para o cartório, para a junta comercial, como sociedades empresárias? Isso não está claro. Não está claro.

O que me parece, no 62, peço atenção, é que quem está no cartório de pessoa jurídica continua; mas sociedades de profissionais liberais novas teriam que ir para a Jucerja, que era a emenda que enfiaram lá no relatório, na Câmara dos Deputados, e que prejudica profissionais liberais. Muitos profissionais liberais não exercem atividade mercantil. O advogado é um exemplo. Por isso, inclusive, submeto ao estatuto e ao registro da Ordem.

Mas outros profissionais liberais, no art. 62, só quem está registrado é o que parece que diz o *caput*. Os próximos vão para Jucerja.

Fiquei com essa dúvida, e o texto não parece claro.

Por final, apenas para saber se o art. 998 do Código Civil foi revogado ou não, porque, no texto original, ele era mantido. Agora, o 998 do Código Civil me parece revogado, que era o que mandava registrar em 30 dias justamente no cartório de pessoas jurídicas.

Então, da cominação desse entendimento, me parece que sociedades de profissionais liberais novas



não se submetem mais ao cartório de registro de pessoas jurídicas; estão indo para a junta comercial. Estou falando dos dentistas, dos médicos, dos contadores e de tantos outros. E isso não está claro.

Antes até, eu tenho um destaque para votar em separado o art. 1.000, que é justamente essa questão do advogado. Mas gostaria de saber, quanto ao art. 62, se ele tem este marco temporal: profissionais liberais, até a lei, continuam no cartório de pessoas jurídicas; profissionais liberais, depois da lei, pela interpretação do *caput* e pela revogação do 998, me parecem que estão indo para a junta comercial.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Carlos Portinho, obrigado.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Presidente, o Senador Carlos Portinho fez algumas ponderações.

E elas são todas pertinentes, Portinho.

Mas, só para esclarecer a V. Exa., os arts. 998 e 1.000 estão prejudicados, porque estarão constando no requerimento de inadmissibilidade que nós votaremos na sequência. Então, isso está pacificado.

Os destaques de V. Exa., que são o Destaque 1.753, a Emenda 256, do Senador Lucas Barreto, e o Destaque 1.820, de V. Exa., serão acatados.

Então, eu acho que, dessa forma, ficam contempladas as suas preocupações e as percepções que foram expostas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Irajá.

Para discutir, Senador Luiz Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vou passar, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Luiz Carlos Heinze.

Para discutir, Senador Paulo Rocha.

(*Pausa.*)

Senador Paulo Rocha.

O Líder Paulo Rocha não está conectado.

Senador Plínio Valério, para discutir. (*Pausa.*)

Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente, estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Com a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela Liderança. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, antes de mais nada, quero elogiar o belíssimo trabalho do Senador Irajá.

O seu relatório, embora tenha sido entregue hoje, às 10 horas da manhã, com 125 páginas, como sempre, nós vamos ter um tempo muito resumido para analisar tudo isso, mas, do que pude analisar, junto com a minha assessoria, tenho que parabenizar. Melhorou muito o que veio da Câmara dos Deputados.

Mas, Senador Irajá, não sei se é de sua lavra, ou se veio da Câmara e o senhor acolheu, ou se deixou passar, mas há um ponto, um único ponto que eu gostaria muito que, se possível, o senhor me explicasse



ou fizesse uma alteração.

Não sei se eu aguardo o Senador Irajá me dar atenção, porque eu quero muito que ele me ouça.

Senador Irajá, por favor, preciso muito da sua atenção.

Então, elogiei o seu trabalho, ainda há pouco. Acho que melhorou muito o texto que veio da Câmara, mas há um ponto obscuro para mim. O.k.? Eu vou orientar o partido hoje e preciso que o senhor me esclareça isso. O art. 47 da MP, que altera o 43 do Código de Defesa do Consumidor, volta com aquela história antiga de que, para mandar alguém para o Serasa, ou para mandar alguém para o Seproc, tem que ter notificação do devedor por carta, de que ele vai ter que assinar um papel dizendo que foi avisado do débito. É aquela história do devedor que começa a fugir e daí ele não consegue ser encontrado, não consegue ser notificado. Isso já foi assim no passado e está voltando agora. E ainda colocam uma multa desproporcional, de 40 salários mínimos, se isso não for cumprido.

Olha, o indivíduo deve lá, digamos, R\$150. Resolvem colocar ele no Seproc, ou coisa que o valha. Ele não assinou a carta de que foi notificado, a pessoa que colocou vai ter que pagar uma multa de 40 salários mínimos. Quer dizer, é totalmente desproporcional.

Então, duas coisas. A desproporcionalidade e, principalmente, é uma volta ao passado. Isso favorece o mal pagador, isso encarece o crédito e cria insegurança jurídica. Na medida em que as pessoas não têm segurança de que vão receber, ou seja, em que se aumenta a dificuldade para se cobrar de quem está devendo, você simplesmente vai encarecer o crédito, porque você aumenta o risco.

Então, esse é um ponto que eu gostaria muito dos seus esclarecimentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Oriovisto.

Com a palavra o Relator, Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Senador Oriovisto, agradeço também as ponderações. E com relação aos dois pontos que V. Exa. expôs, eu queria apenas explicar que nós estamos aqui, através do complemento do voto, retificando a palavra "pessoal", da prévia notificação pessoal, porque isso implica em dizer que seria a notificação por AR, o antigo AR dos Correios, que a pessoa, nominalmente, precisa receber.

Então é totalmente plausível a sua preocupação. Nós estamos já retificando, numa complementação de voto. É qualquer tipo de notificação, pode ser uma notificação eletrônica, pode ser uma notificação por carta comum, pode ser uma notificação qualquer. Então, não fica engessado com relação a isso. Só para tranquilizá-lo.

E com relação ao outro ponto que V. Exa. elucidou, sobre a multa, na verdade, a multa não é inferior a R\$700 e está prevista no art. 572, § 2º: "A multa não inferior a R\$700 e não superior a R\$10 mil". É o que está escrito textualmente. Inclusive, quero agradecer à Senadora Leila, que me chamou a atenção, porque aqui, por extenso, estava escrito R\$10 milhões, estava escrito de forma errada, um erro de ortografia. E a Senadora Leila, inteligentemente, me mostrou. E a gente também já fez uma correção aqui da redação. Então, o parâmetro é este: entre R\$700, o mínimo, e R\$10 mil, como uma punição à empresa que eventualmente venha a incluir o nome do cidadão no SPC, no Serasa, de forma irregular, sem cumprir o procedimento, sem cumprir o rito, que é a notificação, para que ele possa legitimamente se manifestar, ou pagar ou impugnar essa cobrança.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Irajá.

Senadora Eliziane Gama.



A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu estou muito feliz de fazer esse registro agora, aqui no Plenário do Senado Federal. E digo da minha felicidade porque nem todos têm o mesmo privilégio de numa caminhada, às vezes muito árdua, ter do seu lado pessoas tão incríveis, que pensam da mesma forma e que têm na verdade objetivos semelhantes. E nesse sentido, eu queria registrar aqui a vinda de quem joga no nosso time e de quem pessoalmente sou, sempre fui e continuarei sendo fã, que é da nossa querida Leila do Vôlei, que se filia ao nosso partido, o Cidadania. E para mim é uma grandiosa felicidade a Leila, que é a nossa menina de ouro do Brasil, ouro várias vezes, em campeonatos pan-americanos, é medalhista da Olimpíadas, e que se filia ao nosso partido, o Cidadania.

Leila, seja bem-vinda ao grupo Cidadania!

E dizer também, Presidente, que a nossa Bancada do Cidadania é a bancada que tem a maior quantidade de mulheres. Com isso, com a vinda da Leila, nós somos 67% de mulheres na Bancada do Cidadania, ao lado, é claro, do nosso querido Líder Alessandro Vieira que, com muita honra, o temos aí como Líder do nosso partido, o Cidadania. Os nossos cumprimentos, ao lado do nosso Presidente Roberto Freire, recebemos, com muita honra, com muita felicidade, com muita alegria, a chegada da nossa querida Leila do Vôlei.

Que Deus abençoe a todos e todas.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente Rodrigo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Presidente, só para finalizar aqui, eu queria fazer um pedido ao senhor. Há um projeto nosso, que é o Projeto de Lei 2.180, que cria um fundo especial para criança órfã, vítima da covid, um projeto que foi construído e articulado entre tantas pessoas aí...

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – ... pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, através do Dr. Márcio Thadeu, que nos ajudou na elaboração de uma grande proposta para o Brasil. Eu pediria ao senhor que colocasse, o quanto antes, esse projeto na Ordem do Dia e, se possível, ter a nossa querida Leila como Relatora.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senadora Eliziane Gama.

Eu cumprimento a Senadora Leila Barros e desejo muito boa sorte a V. Exa., Senadora Leila, no seu novo Partido, o Cidadania. E cumprimento também os nossos colegas do Cidadania, o Partido, pela filiação dessa valorosa e competente Senadora, a Senadora Leila Barros, do Distrito Federal.

Senador Paulo Rocha com a palavra.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Presidente, o senhor não está me enxergando.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O Senador Paulo Rocha está conectado? *(Pausa.)*

Voltarei ao Senador Paulo Rocha.

Senador Plínio Valério, para discutir.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu estou inscrito para usar a tribuna para outro assunto.

Pedi pela ordem no começo; infelizmente, o senhor não viu.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Eu não vi. Desculpa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu vou usar pela ordem. Aqui interrompendo, eu estou educadamente esperando para não mudar de assunto...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... para não botar um assunto que não esteja em discussão. Está bom? Eu aguardo aqui o chamado para usar a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Senador Plínio Valério. A inscrição de V. Exa. está garantida.

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela Liderança. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, quem vai encaminhar o tema sobre essa questão do debate da Medida Provisória nº 1.040 é o companheiro Rogério Carvalho.

No entanto, Presidente, eu vou fazer uma reclamação, um questionamento a partir da nossa Bancada: é sobre a questão do instrumento da medida provisória. Antes, porém, saúdo o companheiro e amigo Irajá, porque mostra a competência e o exercício que estar a exigir do Senado Federal ao enfrentar essas questões das medidas provisórias.

Uma Medida Provisória como a 1.040 mistura tudo: mistura multa, mistura piso salarial, mistura isso que o Líder Carlos Portinho reclamou, que é a questão dos profissionais liberais, mistura essa questão que o Senador, também do Paraná, esteve a reclamar. Quer dizer, são temas misturados numa iniciativa parlamentar. Tem todo o direito o Executivo de mandar medidas provisórias para cá, mas está exorbitando, Sr. Presidente, o instrumento da medida provisória: faz reformas profundas na questão do Estado, como foi a medida provisória para tratar da questão da Eletrobras; fez reforma trabalhista via medidas provisórias, etc. Eu acho que tem que ter uma posição mais firme da Mesa das duas Casas do Congresso em relação ao Executivo. Tudo bem que ele tenha todo o direito de mandar medidas provisórias, mas não pode mexer com uma estrutura, que vem desde a Constituinte, de a gente tentar organizar o arcabouço jurídico e legislativo, de leis no nosso País, e o Governo exorbita o instrumento ao fazer mudanças profundas na nossa legislação brasileira, mas também no nosso arcabouço jurídico, e até ao mexer com o tamanho do Estado, da estrutura do Estado através de medidas provisórias.

Então, eu queria deixar esta reclamação e chamar a atenção do conjunto dos nossos partidos, das nossas bancadas, porque não dá para a gente enfrentar esses debates aqui. Você pode ver pelo número de emendas. como nós temos Parlamentares diligentes de todos os setores da sociedade, logicamente assegura que os setores que estão sendo mexidos, através da medida provisória, têm que, através dos seus Parlamentares, mexer com as emendas, etc. E aí, por mais competente, como é o Senador Irajá, não dá conta de resolver os problemas, solucionar esses problemas que vêm com todos esses assuntos.

Então, eu queria deixar essa reclamação para a Mesa, porque o Governo já está exorbitando não só com o uso da medida provisória, como traz dentro das medidas provisórias um conjunto de mudanças profundas na legislação ou na estrutura de Estado brasileiro que nós, a duras penas, com a democracia, construímos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.

Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, inicialmente, eu quero dizer que, desde o início da minha vida



pública, sempre defendi a segurança jurídica, a simplificação e a desburocratização do Estado brasileiro.

Na condição de empreendedor e gerador de empregos, tenho a convicção de que, enquanto o Brasil não criar um ambiente de negócios mais atrativos, nossa economia ficará patinando ano após ano. O Estado precisa ter um papel de fomentar a economia de forma organizada, valorizando quem produz e quem trabalha, desburocratizando o que precisa ser desburocratizado, corrigindo o que precisa ser corrigido, mas sem abrir mão de suas responsabilidades. Um governo tem que ser o indutor, o promotor de políticas públicas que venham fazer frente às necessidades do crescimento econômico e do desenvolvimento social para construirmos um país melhor e mais justo.

Atualmente, Sr. Presidente, o Brasil está na posição 124 do *ranking* do Banco Mundial que mede a competitividade do ambiente de negócios nos países. Isso é inadmissível! Isso é inaceitável!

Diante disso, tenho convicção de que o Senador Irajá, com a sua juventude, com a sua competência, com a sua dedicação, com o reconhecimento que já tem dos seus pares nesta Casa, fez, conseguiu fazer e conseguiu consolidar um relatório extremamente importante, onde várias medidas que caminham para um melhor ambiente de negócios foram estabelecidas.

Além disso, fez algumas correções importantes com relação ao texto aprovado na Câmara dos Deputados, inclusive acatando duas emendas de minha autoria, o que eu agradeço.

As duas emendas de minha autoria foram propostas após conversas que tive com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina. A Emenda nº 307 suprimiu o art. 37 do texto aprovado pela Câmara, tendo em vista que se tratava de um dispositivo certamente incoerente – no mínimo, incoerente. Ao mesmo tempo, Sr. Presidente – só mais um minutinho para eu concluir o meu relatório –, em que o art. 37 reconhecia e definia a obrigatoriedade do responsável técnico para a emissão de laudos em edificações e dispensava a exigência da emissão de documentos de responsabilidade técnica do conselho profissional. Diante disso e além disso, apresentei a Emenda nº 325, que suprimiu o art. 57.

O piso salarial das categorias é uma ferramenta mais que importante de valorização dos trabalhadores brasileiros. Além disso, a matéria é estranha à medida provisória. Acabar com os mínimos salariais nessas categorias seria um retrocesso inimaginável, especialmente no momento em que estamos vivendo.

Por fim, Sr. Presidente, quero agradecer ao Senador Irajá por ter acatado as nossas emendas e pelo brilhante relatório que apresentou.

Quero enaltecer a parceria que tive com a Federação Nacional dos Engenheiros, com o Sindicato dos Engenheiros... (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... e com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina.

Meus cumprimentos ao Relator e muito obrigado pela compreensão do tempo necessário para concluir meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Dário Berger.

Próximo orador inscrito para discutir a matéria, Senador Fernando Bezerra. (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pelo reinício, neste semestre, dos trabalhos das nossas comissões permanentes. Eu até fui visitar uma hoje, a Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo nosso querido Senador Jaques Wagner, e revelo até minha tristeza porque não pudemos, Senador Dário Berger, realizar a programada sessão da Comissão de Infraestrutura ontem, às 9h, quando o primeiro



item a ser debatido era – e ainda é, porque não foi debatido – o Projeto de Lei 261, que foi objeto de uma observação feita aqui, no Plenário, pelo Senador Jean Paul Prates, e era o primeiro item para ser debatido na sessão da Comissão de Serviços de Infraestrutura ontem, por solicitação do próprio Ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, que, infelizmente, não pôde comparecer. Mas essa sessão já foi reprogramada, Senador Dário Berger, graças à sua persistência, para o dia 17 de agosto, junto com os outros temas.

Quero fazer minhas as palavras do Senador Dário Berger cumprimentando o ilustre Senador Irajá. Eu não tenho a experiência de empreendedor, mas, durante 11 anos, fui professor da disciplina Empreendimentos e Modelos de Negociação. E muitos jovens empresários me ajudaram a compreender o ambiente que tem que ser melhorado para os negócios, especialmente para os incipientes, as hoje tão famosas *startups*, como o Senador Dário Berger aqui registrou. E quero lhe agradecer também pela aceitação de...

(Soa a campanha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... emendas que ofereci.

Para concluir, Sr. Presidente, eu apresentei também uma questão de ordem a propósito da questão remuneratória. E quero explicar por que faço esse apelo.

V. Exa., expungindo do texto, primeiro, vai conjugar um verbo relativamente raro, expungir; segundo, eu creio que não vai permitir nenhuma manobra da Câmara ou na Câmara para ressuscitar os dispositivos que versam sobre a supressão do salário desses profissionais. Queria chamar atenção de todos para isso.

Se o nosso Presidente aceitar esta questão de ordem, eu acho que, ao expungir do texto a supressão, retirar a supressão...

(Soa a campanha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... se puder homologar a supressão desse dispositivo que trata do salário mínimo profissional, eu acho que nós correremos menos riscos na tramitação do projeto. E creio que o próprio Relator, Senador Irajá, concordará com essa iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

A questão de ordem de V. Exa. se confunde com o objeto de uma impugnação de matéria estranha já promovida pelo Senador Irajá e será decidida pela Presidência logo após o encerramento da discussão. Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Com a palavra para discutir... Antes, porém, Senador Eduardo, um minuto. Pediu a palavra pela ordem o Senador Oriovisto Guimarães. Na sequência, o Senador Eduardo Braga.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, muito rapidamente, apenas para ficar clara a minha solicitação ao Senador Irajá. Senador Irajá, preciso novamente da sua atenção.

Eu acho que está havendo uma confusão entre o que eu disse e entre o que o senhor me respondeu. Eu só queria que ficasse muito claro que foi retirada a indenização de 40 salários mínimos prevista no §8º do art. 43 da Lei 8.078, de 1990, na forma do art. 47 do PLV. E também gostaria que o senhor confirmasse a retirada do aviso pessoal, do AR, do §7º do artigo acima referido.

Acho importante até para ficar nos *Anais* registrado que aquilo que o senhor me respondeu é que



realmente foi a pergunta que eu fiz. Então, insisto que o senhor novamente confirme isso para mim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Irajá com a palavra.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Senador Oriovisto, só para ratificar o que eu havia explicado. Através da complementação de voto, nós vamos retirar as palavras “notificação pessoal”, que é aquela que configura notificação via AR, que é uma coisa extremamente ultrapassada nos dias de hoje. Hoje você pode fazer uma notificação simples, presencial, eletrônica. Então, eu acho que talvez eu não tenha sido claro na outra vez, mas fique tranquilo que essa sua preocupação está contemplada nessa complementação de voto, retirando o termo “notificação pessoal”.

Com relação à penalidade que eu havia mencionado, é no art. 57, §2º, que estabelece uma penalidade, uma multa num montante não inferior a R\$700 e não superior a R\$10 mil. É isso que está estabelecido no art. 57.

No art. 43, que V. Exa. mencionou, que é o §8º, diz o seguinte: “Os registros e anotações de débitos do consumidor inseridos em bancos de dados e cadastros dos serviços de proteção ao crédito e congêneres, decorrentes de fraude ou falsidade na contratação ou por violação da obrigação constante no §7º”, que é o que trata da notificação, da obrigação de a empresa notificar a pessoa e não diretamente registrar o seu CPF nos órgãos de restrição competentes, “ensejarão a reparação de danos morais no montante a 40 salários mínimos”. Então, são duas coisas distintas.

Eu acho que... Não sei se eu fui suficientemente esclarecedor, mas são as informações que eu posso elucidar.

Obrigado, Presidente.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Então, Senador Irajá, quero insistir nesse ponto. O que eu estou pedindo que se retire são esses 40 salários mínimos que estão aí no §8º do art. 43, que não fazem sentido, não fazem sentido. Eles são desproporcionais.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Fica registrado, Senador Oriovisto. O Relator está examinando a ponderação de V. Exa.

Enquanto isso, retomamos a discussão com o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, primeiro cumprimento V. Exa. Hoje é o nosso retorno do recesso, recesso que é constitucional.

E cumprimento o Senador Irajá, porque esta matéria é uma matéria que visa melhorar o ambiente de negócios no Brasil, num momento, Senador Fernando Bezerra, em que o Brasil tem ainda um grande desafio na área econômica: geração de emprego e renda. Quase 15 milhões de brasileiros estão desempregados, quase 20 milhões de brasileiros com subemprego. Portanto, melhorar o ambiente de negócios é algo absolutamente necessário, imprescindível e importante.

É claro que a facilitação de abertura de empresas, proteção de acionistas minoritários, facilitação do comércio exterior, Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, profissão de tradutor e intérprete público, obtenção de eletricidade e prescrição intercorrente da Lei 10.406, do Código Civil, são matérias importantíssimas.

Mas, Sr. Presidente, eu tenho que agradecer ao Relator Irajá, porque atendeu quatro emendas



defendidas... A bem da verdade, cinco emendas defendidas por nós do MDB, duas delas que tratam matéria das categorias de engenharia, arquitetura e outras que estavam sendo penalizadas pela lei de conversão que veio da Câmara.

Apresentamos uma emenda supressiva sobre o inciso XII do art. 57, que acaba, portanto, com essa injustiça que vinha da Câmara, que suspendia, anulava o piso da categoria, de uma lei oriunda de 1966, portanto, uma conquista dessa categoria desde 1966. E V. Exa. acatou essa emenda.

V. Exa. também acatou a Emenda 280, que resolve a questão da responsabilidade técnica de engenharia elétrica. Imaginem tirar a responsabilidade técnica de engenharia elétrica num país de 210 milhões de brasileiros, com a dimensão nacional que o País tem, obviamente trazendo insegurança e trazendo, muito provavelmente, vítimas fatais por geração de incêndios.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas V. Exa. também acatou, de autoria do Senador Acir, a Emenda 299 e, do Senador Giordano, a Emenda 305, que assegura direitos ao consumidor, mas dá tranquilidade para os investidores.

Portanto, queremos cumprimentar V. Exa. por essas emendas e também pelo destaque da emenda, o destaque nosso, o requerimento de destaque de votação em separado nosso, o 1.816, que trata do art. 63. O destaque pretende suprimir o inciso XXX do art. 63 do substitutivo apresentado pelo Relator, com o intuito de revogar alguns dispositivos. Esta é uma matéria que tratava...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... as questões de transações financeiras e tributárias e V. Exa., de forma absolutamente correta, o fez.

Portanto, Sr. Presidente, dois dos nossos destaques estão prejudicados, o Destaque 1.782 e o 1.816, e quero aproveitar esta oportunidade em que faço esta discussão para já antecipar a V. Exa. que estamos retirando o Destaque 1.871, do MDB, e, assim, o MDB não terá nenhum destaque de votação em separado nesta matéria.

Cumprimentando, mais uma vez, o Relator, Senador Irajá, e cumprimentando V. Exa. pelo retorno dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Líder Eduardo Braga.

Para discutir, Líder Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, cumprimentando V. Exa. pela retomada dos nossos trabalhos nesta Casa para esse segundo período legislativo, cumprimento aquilo que alcançamos no primeiro semestre.

Vossa Excelência teve oportunidade, na sua fala de abertura, de falar sobre a quantidade de projetos que foram apreciados, deliberados e aprovados pelo Senado Federal. E eu tenho certeza de que, pela sua condução serena, equilibrada, eficiente, haveremos de avançar na agenda de outras matérias importantes para o desenvolvimento do nosso País. E aqui apenas destaco a nova lei do câmbio e a questão do marco legal de ferrovias, que são matérias que já estão maduras para apreciação do Plenário do Senado Federal.

Quero cumprimentar o Senador Irajá, que fez um trabalho digno de reconhecimento ao relatar essa importante Medida Provisória 1.040, medida provisória essa que procura melhorar o ambiente de negócios em quatro dimensões: na abertura de empresas, na proteção a investidores minoritários, na execução de contratos e também nas questões relativas ao comércio exterior.



Eu disse isto ao Senador Irajá: a avaliação da equipe econômica, da Segov, é de que a preferência seria pelo texto que foi elaborado na Câmara dos Deputados, mas o Senador Irajá se colocou numa disposição de diálogo, de entendimento, acatou dois destaques que foram sugeridos, procurando retirar do texto qualquer matéria que pudesse tratar sobre transação tributária, e nós queremos aqui agradecer por essa iniciativa. E, nesse sentido, num acordo de procedimento para a votação desse projeto...

(*Soa a campanha.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... apesar dessa avaliação por parte da equipe econômica e da Segov, que vai fazer essa discussão quando o projeto retornar à Câmara, nós vamos encaminhar favoravelmente ao relatório do Senador Irajá, cumprimentando-o pela abertura para o entendimento em relação as questões relativas à transação tributária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Líder Fernando Bezerra.

Para discutir a matéria, Senador Nelsinho Trad. (*Pausa.*)

Para discutir? Deseja discutir a matéria? Não?

Esgotada a lista de oradores, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

Foram apresentados Requerimentos nºs 1.755, 1.772, 1.785, 1.804 e 1.805, dos Senadores Esperidião Amin, Wellington Fagundes, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo e Paulo Paim, respectivamente, de impugnação do inciso XII do art. 57 do projeto de lei de conversão. (**Vide Item 2.2.1 do Sumário**)

Também o Requerimento nº 1.811, do Relator, Senador Irajá, de impugnação dos seguintes dispositivos do projeto de lei de conversão: (**Vide Item 2.2.1 do Sumário**)

- Arts. 37, 38, 39, 40 e 42 (do Capítulo IX);

- o sintagma renomeando o Capítulo I do Subtítulo II do Título II do Livro II da Parte Especial para "*Das normas gerais das sociedades*" no art. 43;

- a parte do art. 43 que altera os seguintes dispositivos do Código Civil: arts. 983, 986 e 996, inciso V do art. 997, art. 1.007, *caput* do art. 1.053, arts. 1.096, 1.150 e 1.155;

- também o inciso XII do art. 57; e

- a referência aos arts. 982, 998 e 1.000 na alínea "e" do inciso XXX do art. 57.

Concedo a palavra ao Relator e autor do requerimento, Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, requeiro, nos termos dos arts. 214 e 215 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam considerados não escritos os seguintes dispositivos e trechos de comando do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, proveniente da Medida Provisória nº 1.040, de 2021:

- o art. 37 do Capítulo VIII;

- os arts. 38, 39, 40 e 42 do Capítulo IX;

- o sintagma renomeando o Capítulo I do Subtítulo II do Título II do Livro II da Parte Especial para "*Das normas gerais das sociedades*" no art. 43;

- a parte do art. 43 que altera os seguintes dispositivos na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); o art. 983, art. 986, art. 996, inciso V do art. 997, art. 1.007, *caput* do art. 1.053, art. 1.096, art. 1.150 e art. 1.155;

- o inciso XII do art. 57 (do Capítulo XIII); e

- a referência aos arts. 982, 998 e 1.000 na alínea "e" do inciso XXX do art. 57.



Pego ainda a retirada do art. 44 do Capítulo X desse mesmo requerimento de impugnação.

Todos os dispositivos acima indicados foram inseridos quando da tramitação da Medida Provisória 1.040, de 2021, na Câmara dos Deputados e são matérias estranhas ao objeto do ato normativo precário do Presidente da República, caracterizando-se inconstitucionais.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Irajá.

Cuida-se de requerimento de impugnação de matéria estranha ao texto do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, apresentado pelo Senador Irajá com o objetivo de considerar como não escritos os seguintes dispositivos: arts. 37; 38; 39; 40; 42; 43, na parte em que renomeia o Capítulo I do Subtítulo II do Título II do Livro II da Parte Especial do Código Civil e, no mesmo artigo, na parte em que se refere à alteração dos arts. 983, 986 e 996, inciso V do art. 997, art. 1.007, *caput* do art. 1.053 e arts. 1.096, 1.150 e 1.155, todos do Código Civil; inciso XII do art. 57; e alínea "e" do inciso XXX do art. 57, no que se refere à revogação dos arts. 982, 998 e 1.000 do Código Civil, por não terem pertinência temática com os objetivos originais da Medida Provisória nº 1.040, de 2021.

Passo à análise dos dispositivos impugnados.

O art. 37 do projeto de lei de conversão estabelece que o projeto e a execução das instalações elétricas internas do imóvel devem possuir responsável técnico, com registro no conselho federal competente, passível de ser responsabilizado por danos ou erros técnicos de projeto ou de execução, dispensada a exigibilidade de emissão de responsabilidade técnica pelo conselho profissional e de aprovação prévia pela concessionária ou permissionária de distribuição de energia elétrica.

Sem pretender adentrar o mérito das alterações propostas, trata-se de tema conexo à disciplina de obtenção de eletricidade originalmente disposta pelo art. 31 da medida provisória editada pelo Poder Executivo, complementando as regras nela dispostas referentes ao fornecimento de energia elétrica em imóveis localizados em área urbana. (*Pausa.*)

Portanto, indefiro a impugnação especificamente em relação ao art. 37, Senador Irajá. É indeferida a impugnação em relação ao art. 37 do projeto de lei de conversão por concluir que a matéria tem pertinência temática com o texto veiculado pela Medida Provisória nº 1.040, de 2021.

Por sua vez, o art. 38 do projeto de lei de conversão determina a aplicação da legislação pertinente às sociedades empresárias e todas as sociedades, independentemente do seu objeto ou órgão de registro, equiparando todas as sociedades às sociedades empresárias.

Os parágrafos desse dispositivo excepcionam a aplicação de determinadas normas às cooperativas e às sociedades uniprofissionais e trazem disposições sobre a falência ou recuperação das sociedades equiparadas a sociedades empresárias.

O art. 39, na mesma esteira, proíbe a constituição de sociedade simples a partir da entrada em vigor da lei, embora permita o registro na junta comercial daquelas que tenham sido contratadas antes da entrada em vigor da lei.

O art. 40 do projeto de lei de conversão autoriza a migração da sociedade simples, atualmente registradas no registro civil de pessoas jurídicas, para juntas comerciais, mediante deliberação da maioria e exige essa migração na hipótese de qualquer alteração posterior em seus contratos sociais.

O art. 42 da proposição promove alteração no art. 114, inciso I, da Lei de Registros Públicos, com efeito de excluir a possibilidade de registro nas sociedades civis no registro civil de pessoas jurídicas.

O art. 43 do PLV renomeia o Capítulo I do Subtítulo II do Título II do Livro II da Parte Especial do Código Civil e altera, entre outros, os arts. 983; 986; 996; 997, inciso V; 1.007; 1.053, apenas *caput*; 1.096; 1.150; e 1.155, do mesmo código, com a finalidade de adequar esses dispositivos às alterações relativas à



equiparação da sociedade simples às empresariais.

O art. 57, inciso XXX, alínea "e" revoga, entre outros dispositivos, os arts. 982, 998 e 1.000 do Código Civil.

O art. 982 estabelece a distinção entre sociedade empresária, entendida como aquela que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro, e sociedade simples, conceituada por exclusão, isto é, aquela que não se enquadra no conceito de sociedade empresária.

Os arts. 998 e 1.000 dispõem sobre a inscrição do contrato social da sociedade simples do registro civil das pessoas jurídicas no local de sua sede e da circunscrição de sua sucursal, filial ou agência.

Esses dispositivos, em síntese, têm como objetivo acabar com a divisão entre sociedades empresárias e sociedades simples, tornando todas sociedades empresárias.

A Medida Provisória nº 1.040 dispunha originalmente sobre a facilitação para a abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente.

Da análise de seu texto, conclui-se que a medida provisória, em seu formato original e em sua exposição de motivos, em nenhum momento dispõe sobre normas referentes à sociedade simples, limitando-se a regular questões atinentes à constituição de sociedades empresárias.

Vale ressaltar que, se o Código Civil de 2002 e, antes dele, o de 1916 previram a distinção entre as figuras da pessoa jurídica societária voltadas às atividades empresariais daquela sociedade de pessoas cuja razão de ser é o exercício da profissão intelectual de natureza científica, literária ou artística, art. 966, parágrafo único, não o fez despropositadamente. De fato, a diferença entre as naturezas jurídicas dessas duas figuras justifica seu tratamento diferenciado, sendo descabida sua equiparação ser promovida no bojo de um projeto de lei de conversão, cuja medida provisória não dispõe sobre esse tema. Aliado a isso, a ordem constitucional impõe que essas relevantes alterações das regras jurídicas do Direito Societário brasileiro sejam debatidas e refletidas de forma aprofundada, de modo a amadurecer e legitimar o seu conteúdo.

Essas mudanças, por conseguinte, são incompatíveis com o procedimento célere e abreviado de tramitação das medidas provisórias e respectivos projetos de lei de conversão, como bem asseverou o egrégio Supremo Tribunal Federal no acórdão do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.127.

Assim sendo, concluo que os arts. 38; 39; 40; 42; 43, na parte em que renomeia o Capítulo I do Subtítulo II do Título II do Livro II da Parte Especial do Código Civil e no que se refere à alteração dos arts. 983, 986, 996, 997, inciso V, 1.007, 1.053 apenas *caput*, 1.096, 1.150 e 1.155 do Código Civil; e o art. 57, inciso XXX, alínea "e", no que se refere à revogação dos arts. 982, 998 e 1.000, todos esses dispositivos aqui elencados são contrários ao escopo original da medida provisória, razão pela qual devem ser considerados como não escritos.

O nobre Senador Irajá, Relator da matéria, bem como os Senadores Esperidião Amin, Wellington Fagundes, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo e Paulo Paim também requerem a impugnação do art. 57, inciso XII, do projeto de lei de conversão. Esse dispositivo revoga a Lei 4.950-A, de 1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, fixando remuneração mínima obrigatória devida em virtude de serviços prestados por esses profissionais.

Não obstante a pluralidade de assuntos tratados no texto original da medida, é flagrante a falta de conexão material entre a revogação de uma lei que estabelece remuneração mínima para determinados profissionais liberais e os assuntos, os temas versados na medida provisória ou o seu objetivo central de



melhoria do ambiente de negócios no Brasil.

Isso posto, defiro o requerimento de impugnação de matéria estranha para que seja considerado não escrito o art. 57, inciso XII, do PLV aprovado pela Câmara dos Deputados por ausência de pertinência temática ao texto original da medida provisória.

Essa é a decisão da Presidência em relação às impugnações de matéria estranha.

Foram apresentados os Requerimentos nºs 1.782, 1.816 e 1.817, do Senador Eduardo Braga, Líder do MDB, de destaque do inciso XII do art. 57 do projeto de lei de conversão, do inciso XXX do art. 63 e do art. 18 do Substitutivo do Relator, respectivamente. **(Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

O 1.782 está prejudicado pela impugnação; o 1.816 foi acatado pelo Relator; e o 1.817, retirado pelo Líder Eduardo Braga.

Há também o Requerimento nº 1.795 e o Requerimento 1.814, do Senador Alvaro Dias, Líder do Podemos, de destaque do art. 37 do projeto de lei de conversão e, respectivamente, do art. 48 do Substitutivo do Relator. **(Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

O Requerimento 1.795 está prejudicado, pois está acatado no Substitutivo.

O 1.814 está deferido pela Presidência. Remanesce o Requerimento 1.814 como válido.

Há ainda o Requerimento 1.819, do Senador Izalci Lucas, Líder do PSDB, de destaque do §2º do art. 22 do Substitutivo do Relator. **(Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

Esse destaque foi retirado, pois acatado pelo Relator.

O Requerimento 1.820, do Senador Carlos Portinho, Líder do PL, de destaque do art. 1.000-A do Código Civil, nos termos do art. 38 do Substitutivo do Relator, também retirado, porque acatado pelo eminente Relator, Senador Irajá. **(Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

Remanesce apenas um único destaque, que é o Destaque 1.814, do Podemos, do Senador Alvaro Dias.

Neste instante, consulto o eminente Senador Alvaro Dias, Líder do Podemos, sobre a manutenção ou a retirada deste requerimento de destaque.

O Senador Oriovisto falará pelo Podemos a respeito do Requerimento 1.814, de destaque do art. 48 do Substitutivo.

Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu tenho que admitir que não fui previamente informado do que trata o assunto e pediria que me desse um minuto ou dois para falar com Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente, Senador Oriovisto. V. Exa. tem o tempo necessário para se comunicar com o Líder Alvaro Dias.

Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Presidente, Senadoras e Senadores, o destaque apresentado pelo Podemos, através do Líder, Senador Alvaro, Destaque 1.814, está sendo acatado também na complementação de voto.

É o destaque no art. 48 do substitutivo, no art. 48 da Lei 13.988, de 14 de abril de 2020, e passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º [...]

§1º A União deverá celebrar transações em quaisquer modalidades de que trata esta lei sempre que o interessado cumprir os requisitos estabelecidos nesta Lei e os requisitos operacionais estabelecidos no regulamento.



Não é isso?

Eu acatei o pedido de retirada do nobre Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Oriovisto, o Relator acatou o requerimento de destaque do Podemos.

V. Exa. deseja...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Perfeitamente.

Estamos satisfeitos, Sr. Presidente.

Fica, portanto, sem valor o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado.

Então, fica prejudicado pelo acatamento feito pelo Senador Irajá, na sua complementação de voto.

Com a palavra o Líder do PL, Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela Liderança. *Por videoconferência.*) – Excelência, muito obrigado.

Senador Irajá, vim para construir, não para confundir.

Apenas para confirmar, porque o art. 62 dá um marco temporal com relação ao registro nos cartórios de pessoa jurídica. Nós conversamos aqui, fora da tela, e V. Exa. havia dito que o 62 também cairia ao cair o 1.000-A.

Eu gostaria só de confirmar, porque ele gera uma dúvida grande.

Eu peço para observar o art. 62, *caput*, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Irajá.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se ficar no texto, então...

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Senador Portinho, conforme eu transcrevi, pelo WhatsApp, a V. Exa., ele também já está atendido. Ele está retirado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Senador Irajá.

A Presidência submeterá os pressupostos da matéria a votação simbólica.

Em votação os pressupostos...

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, eu queria reforçar com o Relator, rapidamente, que conversei, agora há pouco, com o Líder do Governo, para ele fazer um esforço muito grande, na Câmara, para atender ao relatório de V. Exa., porque a gente está fazendo um esforço grande para ter um texto compatível, mas, se, lá na Câmara, o Governo disser que é contra, ou que quer o texto da Câmara, começa a dificultar. Então, Sr. Relator, eu faço um apelo a V. Exa., ao Líder do Governo, porque estamos tendo grandes mudanças e importantes. V. Exa. mudou coisas importantes no texto. Se altera na Câmara, a gente perde todo esse esforço que foi feito aqui.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Mas, Senador Izalci, foi esse o entendimento com o Relator da Câmara, o Marco Bertaiolli, do PSD, de São Paulo... Bertaiolli, acho que todos nós confundimos o sobrenome. É o Marco, o Deputado Marco, do PSD, de São Paulo, que foi brilhante também na sua relatoria, mas nós fizemos esse entendimento, e o que está acordado é que o substitutivo do Senado seja aprovado na Câmara, com todas as modificações, em que nós nos empenhamos aqui, todos os Líderes, para aperfeiçoar essa matéria da 1.040.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Podemos votar?

Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela Liderança.) – Obrigada, Sr. Presidente. Primeiro, quero cumprimentá-lo, estamos voltando aos trabalhos.

Eu gostaria apenas, se me permitir, rapidamente, de parabenizar o Senador Irajá – não tive a oportunidade –, principalmente pela capacidade que teve, não só de acatar as emendas do Senado, porque isso é relativamente fácil, mas pela capacidade de dialogar com a Câmara dos Deputados, com os Líderes, para que lá eles pudessem confirmar aquilo que fosse ser aprovado por este Senado.

E aí fazendo um agradecimento especial, porque V. Exa. acatou as duas emendas que apresentei. Uma, especificamente, particularmente me tocou muito, porque a Câmara aprovou um dispositivo que tirava um direito dos engenheiros e agrônomos ao salário mínimo profissional, que existe desde 1966, recepcionado pela Constituição. Então, V. Exa. repõe, com justiça, esse salário mínimo profissional. Agradeço o acatamento da emenda, bem como não tinha sentido a Câmara suprimir o art. 37 do projeto, V. Exa. recupera, por quê? Porque ela dispensava a ART, RTT e RTR, embora garantisse ainda a necessidade de um engenheiro e um agrônomo. Só que com isso permitia que as obras e serviços dessa natureza fossem realizadas por pessoas não qualificadas.

E, agora, repondo, nós teremos obras sendo fiscalizadas, sendo geridas, sendo executadas com profissionais que entendem do assunto. Então, agradeço especialmente a V. Exa. Provavelmente, se não fosse um Relator, com perfil equilibrado, moderado, que está sempre pronto a dialogar, nós não conseguiríamos chegar a esse consenso com a Câmara dos Deputados.

Obrigada e parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – A Presidência submeterá os pressupostos da matéria à votação simbólica.

Estão em votação os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira, orçamentária e pertinência temática da matéria, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os pressupostos, passa-se à votação do mérito da matéria.

Em votação a Emenda nº 351, Substitutivo do Relator, nos termos do parecer, com os ajustes redacionais promovidos pelo Relator em Plenário.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Podemos inserir no painel a orientação do voto "sim"? Podemos? (*Pausa.*)

Senador Oriovisto Guimarães. (*Pausa.*)

Não estamos ouvindo V. Exa. Tem que abrir o microfone, Senador Oriovisto Guimarães.

Só um minuto, Senador Oriovisto. (*Pausa.*)

Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela Liderança. *Por videoconferência.*) – Pois não, Sr. Presidente.

A questão da multa, dos 40 salários mínimos, que eu indaguei ao Senador Irajá, ele ficou de examinar para me dar uma resposta, e eu ainda não tive a resposta. Minha sugestão, Senador Irajá, é que se se



colocasse ali "até 40", resolveria o problema.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Irajá, com a palavra.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Senador Oriovisto, esse parâmetro que foi indicado no substitutivo, de 40 salários mínimos, é a previsão para aquelas ações que podem correr dentro do Juizado Especial de Pequenas Causas. Então, dentro de uma análise que nós fizemos com a nossa equipe técnica, com todas as associações que nós consultamos, foi um valor que foi referendado por todos. Então, por isso é que nós chegamos, calibramos dentro desse montante de 40 salários mínimos, lembrando que isso só será aplicado se a empresa incorrer em não notificar o cidadão que venha a estar inadimplente. Então, se a empresa insistir em inscrever o nome do cidadão no Serasa e no SPC, sem notificá-lo, é claro que, de forma até merecida, ele tem que ser punido e aí vai incorrer nessa multa de 40 salários mínimos, que é o Juizado Especial de Pequenas Causas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela Liderança. *Por videoconferência.*) – Eu ainda, Sr. Presidente, insisto que deveria ser "até 40" e não 40 pura e simplesmente. Consulto se o Relator aceita essa sugestão de "até 40". (*Pausa.*)

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Então, fica acolhida a sugestão de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Fica acolhida, Senador Oriovisto. E aí prestigia a dosimetria da pena, porque "até 40", e se avalia, caso a caso, quais...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... são as circunstâncias que estabelecem ou 30, ou 20, ou 40. V. Exa. tem razão.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Perfeito. Muito bem!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Estamos em processo de votação nominal.

Senador Cid Gomes, com a palavra.

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/PDT - CE. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Eu queria abraçar todos os colegas Senadores pelo retorno e também me somo aos que estavam com saudades. Ainda não estou presencialmente, mas daqui já avistando os colegas e saudoso para reencontrá-los.

Sr. Presidente, eu quero lhe agradecer pela inclusão na Ordem do Dia de duas matérias de minha iniciativa. Farei, naturalmente no tempo devido, a discussão delas e alguns esclarecimentos que eventualmente possam haver, mas o que eu queria mesmo neste ato de encaminhamento... E o PDT encaminhará voto "sim" a essa medida, que certamente é diversificada – quero concordar com o Senador Paulo –, mas tem um objetivo que é facilitar o ambiente de negócios. Abstraídas aí as inclusões que foram feitas, a meu juízo, indevidamente pela Câmara dos Deputados, acho que a matéria será benéfica para a economia do nosso País.

Isso mostra a forma como fazemos oposição. Nós não fazemos oposição por oposição. Nós fazemos oposição naquilo que achamos errado, equivocado por parte do Governo; naquilo em que ele acerta, nós temos toda a sinceridade, a franqueza e a coragem de votar favorável. E o PDT assim encaminha a



votação.

Eu quero cumprimentar o Senador Irajá pela forma aberta, transparente e participativa que foram as motivações do seu relatório. Quero agradecer, de modo muito especial, a sua aceitação de duas emendas apresentadas por nós, a de nº 261 e a de nº 262, que, nos moldes dos Senadores que me antecederam – boa parte deles trataram sobre o mesmo assunto –, asseguram o piso salarial aos profissionais de engenharia principalmente e naturalmente asseguram também a necessidade de que atestados técnicos e anotações de responsabilidade técnica sejam exigidos para obras somente no que concerne à eletricidade.

Portanto, meus caros Senadores, é essa a forma que nós encaminhamos, e – repito – mais uma vez parabeno o Senador Irajá pela competência com que relatou essa matéria da maior complexidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Cid Gomes.

Senador Reguffe e, na sequência, Senador Plínio Valério.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Presidente da República vetou o PL 6.330, de 2019, de minha autoria, que visa a beneficiar pacientes com câncer, possibilitando o acesso desses pacientes à quimioterapia oral. O Presidente, ao sair do Palácio da Alvorada e conversar com os seus apoiadores, disse-lhes que estava vetando o projeto, porque o seu autor não teria colocado de onde sairiam os recursos públicos para bancar esse projeto.

A primeira coisa que precisa ser dita, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é que o Presidente não deve ter lido o projeto. Se ele lesse o projeto, se tivesse lido, eu tenho certeza de que ele sancionaria esse projeto. Ele vetou o projeto sem ler o projeto, porque o projeto não toca em recursos públicos, o projeto não fala em dinheiro público. O Presidente vetou um projeto sem ler o projeto.

O projeto gera zero de aumento de despesa pública. O projeto não mexe com dinheiro público. O projeto mexe com planos de saúde. Além disso, é mais caro se pagar uma internação no hospital para o paciente tomar a quimioterapia na veia – e aí o plano tem que pagar – do que pagar os comprimidos para o paciente tomar a quimioterapia no conforto da sua casa, de forma oral. Então, é outro argumento falacioso o argumento de que vai aumentar custo.

Todas as associações de luta contra o câncer neste País – o instituto Vencer o Câncer, Oncoguia – defendem esse projeto. É um veto absurdo e ilógico: absurdo, porque é um projeto que vai beneficiar milhares de pacientes com câncer no Brasil inteiro, que vai mexer com a vida real desses pacientes, que vai tornar mais fácil o acesso à quimioterapia oral; e ilógico, porque é mais caro se pagar uma internação no hospital do que o comprimido para o paciente tomar de forma oral.

Mas aí muita gente se pergunta: "Mas por que, então, os planos são contra?". Os planos são contra, porque quem não tem dinheiro para pagar se interna e toma quimioterapia no hospital, mas quem tem dinheiro está com câncer, sofrendo o drama dessa doença cruel, e aí acaba pagando do bolso, e os planos se utilizam desse limbo jurídico para ganhar em cima da dor de pacientes com câncer.

Outra coisa que o projeto faz: o projeto dá ao paciente com câncer o direito à quimioterapia oral a partir do registro dos medicamentos na Anvisa, desburocratizando, simplificando o acesso a esses medicamentos, tirando a necessidade de a ANS colocar no rol. Ora, hoje a Anvisa registra o medicamento, e o paciente tem que esperar, às vezes, quatro anos para a ANS registrar o medicamento no seu rol. Quatro anos para um paciente com câncer é muito tempo. Eu seria irresponsável se eu tirasse o crivo da Anvisa – aí eu estaria sendo irresponsável –, mas eu não estou tirando o crivo da Anvisa. Continua a Anvisa, uma agência reguladora do Governo, tendo que dar a eficácia dos medicamentos, atestar a eficácia dos medicamentos. Agora, a partir do registro na Anvisa, aí os planos de saúde teriam que pagar.



Então, é um projeto que vai beneficiar milhares de pacientes com câncer. Eu espero que o Congresso Nacional derrube o veto. Tenho certeza de que o Presidente não leu o projeto, vetou sem ler, porque, se tivesse lido, não vetaria esse projeto. É um projeto que vai beneficiar milhares de pacientes com câncer no Brasil inteiro.

E eu queria pedir o apoio dos meus colegas Parlamentares, pedir o apoio do Senado Federal. Esse foi um projeto aprovado aqui no Senado por unanimidade. Depois, consegui também a aprovação na Câmara dos Deputados. E aí o Presidente veta o projeto. Então, espero que o Congresso Nacional derrube esse veto para o bem de milhares de pacientes com câncer no Brasil inteiro, que convivem com uma doença cruel e que precisam ter por parte do Parlamento um tratamento mais condizente com isso. E a aprovação desse projeto, por unanimidade, aqui no Senado, mostrou a preocupação desta Casa com essa causa, que é muito importante para milhares de brasileiros.

Então, eu queria pedir o voto pela derrubada do veto, que V. Exa., Sr. Presidente, pautе esse veto e que nós consigamos aqui derrubar esse veto, porque é importante para a vida real de milhares de pacientes com câncer em todo o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Reguffe.

Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/PDT - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria, aqui, me somar à fala do colega Senador Reguffe e lembrar que a Organização Mundial da Saúde diz que, em 2030, a cada duas mortes que nós tivermos no mundo, uma poderá ser por câncer. Lá no Maranhão nós já estamos nessa luta grande.

Este ano, vamos ter a oportunidade, já, agora, no mês de outubro, de inaugurar... Vou convidar V. Exa. e os colegas Senadores para participar da inauguração do Hospital de Amor, lá da cidade de Barretos. Nós estamos construindo uma unidade de prevenção lá na cidade de Imperatriz, juntamente com a Senadora Eliziane e a nossa bancada federal, e estamos lutando para levar outra unidade para a cidade de Pinheiro, na Baixada Maranhense, além do apoio que todos nós já damos para o Aldenora Bello lá em São Luís, que faz esse brilhante trabalho.

Só para você ter uma ideia, todo ano eu destino R\$1 milhão da minha emenda individual só para ajudar o Aldenora Bello para fazer esse trabalho de combate ao câncer.

Então, Senador Reguffe, parabéns! Conte conosco! É importante pautarmos esse veto e resolver essa situação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Eu só quero aproveitar...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... para também me solidarizar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... com o Senador Reguffe, até porque foram aprovados o plano de idade. Eu me lembro que eu havia apresentado uma emenda, que, inclusive, foi retirada exatamente para votar por acordo. E aí, de fato, houve a aprovação na Câmara.

Eu perdi, inclusive, um irmão de câncer e sei a importância disso. Aqui, em Brasília, as pessoas estão morrendo inclusive por falta de atendimento no Hospital de Base, que era uma referência.



Então, também chamo a atenção dos colegas para apoiar a derrubada desse veto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Eu peço paciência ao Senador Plínio Valério porque há um pedido da palavra pela ordem da Senadora Rose de Freitas e do Senador Paulo Paim.

Senadora Rose de Freitas, com a palavra pela ordem.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, antes de mais nada, eu queria parabenizar o Relator pelo excelente relatório. Eu fiquei muito atenta porque já houve época em que a gente votava matérias e, muitas vezes, um projeto desse tamanho, com essa densidade toda e as nuances de todos os relatórios que estão colocados através das propostas, nós temos medo de deixar passar ou impedir que se acrescente alguma coisa que fundamente melhor e contribua mais para essa plataforma que foi colocada aqui sobre esse projeto.

Eu queria agradecer pelas Emendas 272 e 273, parabenizando o Crea pelo excelente trabalho de discussão com o quadro desta Casa, mas não poderia deixar passar duas coisas que eu queria registrar. Uma delas é a fala do Reguffe, que é muito importante. Tem que haver sensibilidade, esclarecimento e compromisso na hora de vetar um projeto tão importante, essa quimioterapia oral, que iria facilitar muito, Senadores, a vida dos pacientes que têm câncer, que já têm sua caminhada, sua odisseia de sofrimento e não precisam que lhe dificultem mais essa estrada. Tenho certeza de que nós estaremos discutindo na hora de apreciar esse veto.

Ademais, quero dizer para a Leila que não há nada de novo no caminho – não é, Leila? –, apenas o jeito de caminhar, e esse seu jeito de caminhar você, com certeza, vai levar para onde for, e nós estaremos sempre nos sentindo acompanhadas, acolhidas e companheiras da mesma luta que hoje abraça todos os homens ao lado das mulheres, que estão aí destinados a travar essa grande batalha pela igualdade e pelos direitos das mulheres no País.

Parabéns pela escolha do Cidadania, e a você, sobretudo.

E, Presidente, dê posse à nossa querida Leila. Eu estou trabalhando dez vezes mais porque continuo ainda com a responsabilidade da Procuradoria. A Leila foi escolhida por todos nós. Quando o senhor tiver a oportunidade, dê posse para que ela possa assumir o cargo de Procuradora em nome de todos nós.

Muito obrigada e prazer em revê-los todos nessa nossa trincheira de luta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Com a palavra, pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu queria muito nesse momento, Presidente, registrar a minha satisfação com a posição do Relator, nosso querido Senador Irajá, e como também de V. Exa., por terem acatado emendas não só minhas, de outros Senadores e também as impugnações referentes aos pisos das categorias, porque esses pisos são direitos conquistados ao longo da vida. Eu sei que vai ser aprovado até por unanimidade. A posição de V. Exa. ao acatar a impugnação e o Relator acatando as emendas vão garantir o piso salarial dos profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia, Veterinária, como é hoje.

Por isso, eu faço questão de dizer que o Relator e V. Exa. fizeram milagre com esta MP, aceitando as emendas e as impugnações. Salvaram, assim, uma MP que estava fadada a ser derrotada ou arquivada. Eu estou cumprimentando os 81 Senadores e cumprimentando o Relator e o senhor, Presidente, pelo caminho percorrido.

Mas aproveito para saudar aqui os medalhistas e todos os atletas que foram a Tóquio, Presidente. Estávamos na torcida e estamos ainda. Esses heróis que estão lá estão mostrando que o Brasil pode se



tornar uma potência em Jogos Olímpicos. Um grande número deles recebeu Bolsa Atleta, criada ainda em 2005.

Temos que destacar uma realidade também que não é boa. Muitos dos atletas hoje em todo o Brasil se autofinanciam, tiram o recurso do próprio bolso, ajuda de familiares e de amigos. Infelizmente, o nosso esporte convive com a falta do apoio amplo e contínuo no campo financeiro. Precisa de verba, né?

O Poder Público, independente qual seja o governo, precisa investir fortemente no esporte como política de Estado, de inclusão e transformação social porque ali passa tudo, né, de respeito à diversidade, a diferenças, até de geração de emprego e renda, passa pela disciplina do esporte.

Nós precisamos dessas políticas na linha de muita firmeza que o esporte – como eu dizia antes, não importa qual é a questão ideológica – fortalece milhares de jovens atletas pelo País inteiro que estão na expectativa de oportunidades. O esporte, como eu digo, é um dos antídotos para combater a miséria, a pobreza, para levar as pessoas do presente ao futuro, apontando caminhos para os que mais precisam. Ele está interligado com a educação, com a saúde.

Lembro aqui que, em 2008 ainda, apresentei o PL chamado 113, que criava os quilombos do amanhã. Centros federais nas periferias das comunidades, levando ensino, cultura, saúde, tecnologia, muito, muito esporte porque ali passa a disciplina, e também forma de combater o racismo estrutural e a própria violência, combater o feminicídio.

Por isso, Presidente, eu termino dizendo que somente o amor fortalece a vida para todos e todas. Países que fazem investimentos pesados em direitos sociais, na qualidade das pessoas, e aí eu falo de novo do esporte, são os campeões em medalhas. Países com alto grau de concentração de renda, de riqueza e de pobreza e miséria têm naturalmente dificuldade de chegar ao pódio.

É fundamental estabelecer parcerias com o setor privado. Ninguém chega a lugar algum sozinho.

Que o esporte brasileiro renasça, Presidente, leve cidadania, felicidade e inclusão para toda a nossa gente. Vamos já apontar no Orçamento verbas para o esporte e, com certeza, aumentaremos o número de medalhas nas Olimpíadas.

Mas cumprimento e um abraço forte a todos, medalha de ouro, de prata, de bronze, e mesmo aqueles que não receberam medalha, mas estavam lá defendendo o nosso País.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Pedindo desculpas ao Senador Plínio Valério, agora, sim, concedo a palavra a V. Exa., Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Para discutir.) – Srs. Senadores, eu peço permissão para me dirigir a quem assiste à TV Senado, aos brasileiros e brasileiras que assistem à TV Senado neste momento, para chamar a atenção para a hipocrisia que reina, que campeia essa história de pandemia.

Manaus foi motivo até da CPI que está rolando aqui no Senado. E parece até que Manaus não conta mais e nem sepulta mais os seus mortos. Parece que está às mil maravilhas, Petecão, Manaus.

E no momento em que a gente precisa, para se prevenir, o Ministério Público Federal no Amazonas, mais uma vez, demonstrando e mostrando que não aprendeu, mostrando e demonstrando que não é sensível, que não age com bom senso e conhecimento, se volta contra o Ministério da Infraestrutura, para bloquear, mais uma vez, o andamento do asfaltamento da BR-319.

É consenso que centenas de amazonenses não teriam morrido se tivéssemos a BR-319 para levar oxigênio. Oxigênio, que faltou, chegava a sete, dez dias de barco, três, quatro dias de avião. E pela estrada, que levaria um dia, nada de oxigênio. Amazonenses morreram por falta de oxigênio. Alguns morreram por



falta da dignidade de ter uma estrada que nos ligue ao País.

E nós não estamos livres, não. Nós estamos contando os nossos mortos, nós estamos enterrando os nossos mortos.

E a Procuradora-Geral da República no Amazonas...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... quer, mais uma vez, pela enésima vez, nos impedir de ter direito a ir e vir.

E se vier novamente uma crise, que Deus nos livre, e se faltar oxigênio, que Deus nos livre, quem será o culpado de tantas mortes? A CPI busca culpados e tem que buscar agir em todos os segmentos, em todos os lugares.

E se faltar novamente oxigênio no Amazonas, eu digo à CPI que pode buscar o Ministério Público Federal, que quer nos condenar, que não aprende, que não se sensibiliza com isso tudo.

Fica aqui o repúdio de um Senador amazonense contra o Ministério Público Federal.

E, Presidente, eu pedi uma questão de ordem no começo, mas não fui atendido, para saber se as Comissões voltam a ser presenciais, porque eu quero pedir ao Senador Otto Alencar que coloque em pauta a votação do projeto de minha autoria com a relatoria...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... que é um relatório favorável àquele projeto que taxa as grandes fortunas.

Quem tem pena dos bilionários e milionários não precisa se preocupar. A gente não quer extrair, tirar de quem tem muito; a gente quer retribuição neste momento de pandemia.

O Major Olímpio, muito sábio e guerreiro como era, colocou que essa taxação valeria apenas por dois anos ou enquanto durasse a pandemia.

Está aí para ser votado, Presidente.

Que se vote, que se derrube no voto!

Muita gente é contra, o Presidente já demonstrou que fica a favor dos ricos, não importa. O que eu estou pedindo, Presidente, é o direito de trazer este projeto para ser votado aqui. O que sobra para os milionários falta. Essa taxação, estamos falando de R\$40 bilhões, R\$50 bilhões num ano, e no outro também, certamente, supriria as mesas dos famintos. Falaram, há pouco...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... 15 milhões de desempregados, 20 milhões de subempregos. Falta comida. Esse dinheiro levaria comida para os famintos. Esse dinheiro levaria remédio para a cabeça dos desvalidos. Esse dinheiro levaria dignidade para os invisíveis, porque a gente fala do que a gente vê, mas existem os invisíveis.

Presidente, fica aqui um apelo, dizendo que o DataSenado, Presidente, ainda no ano passado, no ano retrasado, a pesquisa do DataSenado colocou 332 mil "sim" contra 7 "não". A população brasileira pede isso. E vamos derrubar ou não, vamos aprovar ou não e dizer aos milionários, dizer a quem tem pena dos milionários que não vão ficar menos ricos com isso. São apenas dois anos ou enquanto durar a pandemia. E numa taxação que vai de 0,3% a 1%.

Que os 33 novos bilionários, agora, vendendo remédio, material de construção, possam retribuir, Presidente!



(*Interrupção do som.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... dizendo o seguinte, que quem alega que ficou rico, ou aqueles que alegam que fulano ficou rico com trabalho e suor, ficou com trabalho e suor, mas usou qual estrutura? Qual aeroporto ele usou? Qual rodoviária ele usou? Qual porto ele usou, banco da universidade que ele usou? Estrutura do Estado com o dinheiro do povo brasileiro.

Chegou a hora, portanto, Presidente, da retribuição.

Que eles, que os milionários possam retribuir, o que tiveram, a felicidade que tiveram, a socorrer os desvalidos, os famintos e os invisíveis.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Plínio Valério.

Todos já votaram? Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação em turno único.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(*Soa a campainha.*)

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Votaram SIM 72 Senadores e Senadoras. (**Lista de votação - Vide Item 2.2.1 do Sumário**)

Está aprovada a Emenda nº 351 (Substitutivo), com ajustes redacionais promovidos pelo Relator em Plenário.

Aprovado o Substitutivo do Relator com ajustes redacionais promovidos em Plenário e aprovadas as impugnações de dispositivos do projeto de lei de conversão encaminhado pela Câmara dos Deputados, fica prejudicada a parte não impugnada do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, a medida provisória e as demais emendas apresentadas.

As adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos da matéria, dispensada a redação final.

A matéria retorna à Câmara dos Deputados.

Anuncio o item 2 da pauta,

Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2021, do Senador Cid Gomes, que altera a Lei Complementar nº 87, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), para disciplinar a incidência em operações interestaduais envolvendo mercadorias destinadas a consumidor final não contribuinte.

Perante a Mesa foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 4, já disponibilizadas na tramitação da matéria e que serão encaminhadas à publicação. (**Vide Item 2.2.2 do Sumário**)

A matéria depende de parecer.

Eu faço a designação do Senador Jaques Wagner para proferir parecer de Plenário.

O Senador Jaques Wagner tem a palavra. (*Pausa.*)

Senador Jaques Wagner. (*Pausa.*)

Senador Jaques Wagner, V. Exa. está nos ouvindo?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para proferir parecer. *Por videoconferência.*) – Estou...



Pronto, Presidente! Agora finalmente abriu.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito.

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não estava abrindo o meu som.

Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar todas as Senadoras e Senadores pela volta da nossa sessão depois do recesso, mais do que merecido, de 15 dias, e comemorar, particularmente com V. Exa., parabenizando V. Exa., a Mesa Diretora do Senado e o Prodasen, porque hoje eu tive o prazer de dirigir a reunião da Comissão de Meio Ambiente com o novo sistema de votação e de reuniões semipresenciais e quero lhe comunicar, Presidente, o absoluto sucesso do sistema.

Conseguimos votar dois requerimentos, um projeto por votação simbólica e, principalmente, dois projetos por votação nominal em que nós obtivemos quórum. E, portanto, eu quero saudar essa volta do funcionamento das Comissões, particularmente da Comissão que eu presido, a Comissão de Meio Ambiente, principalmente no ano em que nós vamos ter a COP-26 na Escócia, em novembro, motivo pelo qual nos reunimos ontem, eu, V. Exa. e a querida Senadora Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, que nos deu um *bypass*, porque ela chegou lá com um presente para o Presidente da COP-26. Eu e V. Exa. chegamos de mãos vazias abanando. Por isso que eu digo sempre é importante a presença das mulheres dentro da vida pública brasileira e mundial.

Então, quero lhe dizer da minha alegria da volta das Comissões. Apesar de comemorar o volume das matérias aprovadas, evidentemente que, com a volta das Comissões e a passagem das matérias pelas Comissões, eu creio que nós teremos um aprofundamento maior.

Então, eu quero lhe parabenizar, a toda a equipe do Prodasen, da Mesa Diretora. Funcionou perfeitamente, tivemos votação nominal. E comemoramos na Comissão de Meio Ambiente, Presidente, porque nós entramos para a história, porque lá foi votado o primeiro projeto no novo sistema com votação nominal – os dois projetos que foram votados – e iríamos votar um terceiro, mas houve um pedido de vista. Então, eu quero parabenizá-lo por termos conquistado... Eu que vivia angustiado – já lhe disse várias vezes – com a volta das Comissões, hoje realmente tive esse prazer de dirigir a Comissão de Meio Ambiente e espero que façamos reuniões todas as quartas-feiras.

Bom, Sr. Presidente, agora eu entro no projeto, dispensarei a leitura do relatório e vou passar à análise do projeto de autoria do querido Senador Cid Gomes, o PLC nº 32.

No tocante à constitucionalidade formal, o Direito Tributário é matéria compreendida na competência legislativa concorrente da União, de acordo com o art. 24, inciso I, da Constituição Federal. Ao Congresso Nacional cabe dispor sobre o tema, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Maior. A iniciativa de leis complementares está afeta a qualquer membro do Senado Federal, consoante dispõe o art. 61 do texto constitucional.

A lei complementar é o instrumento jurídico adequado para regular a cobrança do ICMS nas operações e prestações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na citada ADI nº 5.469/DF.

O art. 4º do projeto, que é a cláusula de vigência e de eficácia, está eivado de inconstitucionalidade material. De acordo com as alíneas “b” e “c” do inciso III do art. 150 da Constituição, é proibido cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou e antes de decorridos 90 dias da data em que haja sido publicada essa lei gravosa. A omissão do art. 4º em relação à anterioridade plena será corrigida por meio do acolhimento da Emenda nº 4, do querido Senador Izalci Lucas.

O projeto está articulado em boa técnica legislativa, à exceção dos seguintes quatro pontos, que serão corrigidos por meio de emendas:



- a) a ementa é cega, isto é, não revela o objeto do projeto;
- b) o proposto §1º do art. 4º da LCP nº 87, de 1996, é idêntico, inclusive em seus quatro incisos, ao atual parágrafo único. O mesmo efeito pretendido é alcançado pela redação mais enxuta oferecida pela Emenda nº 2, da querida Senadora Rose de Freitas, que será acolhida;
- c) o novel inciso X ao *caput* do art. 13 da LCP nº 87 tem a redação truncada pela supressão do adjetivo “única”; e a última
- d) a partícula “(NR)” aposta ao novel art. 20-A da LCP nº 87, de 1996, é desnecessária, por se tratar de dispositivo acrescido.

No mérito, a Emenda Constitucional nº 87, de 16 de abril de 2015, prestigiou o princípio de equilíbrio da distribuição da receita tributária entre as unidades da Federação. Estendeu ao Estado de localização do consumidor final não contribuinte do ICMS a arrecadação do diferencial de alíquotas (Difal), que é a diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual do Estado remetente da mercadoria ou onde se inicia a prestação do serviço de transporte interestadual. É o que se costumou chamar “Difal a não contribuinte”.

Antes da Emenda Constitucional nº 87, de 2015, o Difal somente era exigível no caso em que o contribuinte do ICMS, localizado em outro Estado ou no Distrito Federal, fosse consumidor final. É o caso de uma pessoa jurídica que adquire bens para uso e consumo ou destinados ao ativo imobilizado. Se o destinatário do bem ou serviço não fosse contribuinte do imposto, a empresa vendedora ou prestadora aplicava a alíquota interna do Estado remetente (onde ela se localiza) e o imposto ficava integralmente nesse Estado de origem.

Em decorrência do processo histórico de industrialização do País, a grande maioria dos produtores de mercadorias e dos prestadores de serviços encontra-se nas Regiões Sul e Sudeste. Dessa forma, as indústrias e os comerciantes localizados em Estados menos desenvolvidos tendem a comprar naquelas unidades federativas. Sem o Difal, os Estados das regiões mais desenvolvidas teriam uma arrecadação ainda maior, o que implicaria a disponibilização de mais recursos para investimentos e atuação estatal. Haveria, dessa maneira, uma tendência de perpetuação ou até de aprofundamento das desigualdades regionais de nosso País. Com o Difal, há um repasse significativo da arrecadação do ICMS às regiões de consumo.

O Difal a não contribuinte foi regulamentado pelo Convênio ICMS nº 93, de 2015, porém, o Supremo Tribunal Federal decidiu, no julgamento da citada ADI nº 5.469/DF, que era necessária uma lei complementar. Ainda assim, na modulação da decisão, a Suprema Corte obrigou as empresas não optantes do Simples a recolher o Difal a não contribuinte, sob a égide do convênio, até 31 de dezembro de 2021. Após essa data, a obrigação subsiste somente se prevista em lei complementar, na qual o projeto sob exame pretende se convolar.

Em nossa opinião, a modulação do STF prejudicou as disposições do art. 3º do projeto, que pretendia convalidar os efeitos das legislações tributárias estaduais que tinham supedâneo nas cláusulas do convênio declaradas inconstitucionais. Como o sistema jurídico brasileiro, fundado no princípio da nulidade do ato inconstitucional, não contempla a figura da constitucionalidade superveniente ou da convalidação do ato inconstitucional, somos pela supressão do art. 3º do projeto. Acolhemos, assim, a Emenda nº 1, da querida Senadora Rose de Freitas.

A nosso ver, o PLP nº 32, de 2021, dá concretude à Emenda Constitucional nº 87, de 2015. Embora o inciso VIII do §2º do art. 155 da Constituição, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 87, utilize a expressão – aspas – “responsabilidade” pelo recolhimento do imposto, o autor do projeto, o nobre Senador Cid, optou por atribuir ao remetente da mercadoria ou ao prestador do serviço de transporte a qualidade de sujeito passivo contribuinte, em vez de responsável.



A iniciativa vem ao encontro da vontade do legislador. Na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 103, de 2011, da qual resultou a EC nº 87, de 2015, escreveu o Relator, Senador Renan Calheiros, no Parecer nº 817, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deste Senado Federal:

Para se evitar que o remetente, localizado em outro Estado, torne-se substituto tributário perante o Estado de destino, o que não é reconhecido pela boa técnica, alterou-se o inciso VIII, do art. 2º, dando-se tratamento adequado à responsabilidade pelo recolhimento do imposto.

Também ao nosso sentir, o emprego da expressão “responsabilidade” refere-se à designação, à identificação daquele que procederá ao recolhimento do imposto, não necessariamente na condição de responsável, prevista no inciso II do art. 121 do Código Tributário Nacional.

No mais, os dispositivos dos arts. 1º e 2º do projeto estão bem articulados e perfeitamente definem contribuinte, local da operação, momento de ocorrência do fato gerador e base de cálculo do Difal. Vale ressaltar que a definição do contribuinte obrigado a recolher o Difal a não contribuinte consta do inciso II do novel §2º ao art. 4º da LCP nº 87, de 1996, na forma do art. 1º do PLP nº 32, de 2021, que ora relato.

Como já observado, o novel inciso X ao *caput* do art. 13 da LCP nº 87, que trata da base de cálculo, tem a redação truncada pela supressão do adjetivo “única”, conforme se depreende de leitura do PLP nº 325, de 2016, de mesmo propósito, em tramitação na Câmara dos Deputados. A referência à “base de cálculo única”, veiculada no PLP nº 325, tem por objetivo reproduzir fielmente o teor da cláusula segunda, §1º, do Convênio ICMS nº 93, de 2015, no sentido de que será utilizada a mesma – vale dizer, única – base de cálculo tanto para o cálculo do ICMS devido à unidade da Federação de origem, quanto à unidade de Federação de destino da mercadoria. Ocorre que essa adjetivação causou mais dúvidas aos contribuintes do que esclarecimentos. Por essa razão, propomos redação mais escorreita por meio de emenda apresentada ao final.

O Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), por meio do Ofício Comsefaz nº 184, de 28 de maio de 2021, estima em R\$9,8 bilhões a perda de arrecadação anual dos Estados e do Distrito Federal caso esse projeto sob exame que ora relato e o PLP nº 33, de 2021, também sob nossa relatoria, não sejam convertidos em lei no corrente ano de 2021, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal.

Resta apreciar a Emenda nº 3, da Senadora Mara Gabrilli, que propõe que a pessoa física que importe órteses, próteses, bens de tecnologia assistiva, fórmulas nutricionais e medicamentos, sem intuito comercial, não seja considerada contribuinte do ICMS.

Vale observar que parte da emenda já está atendida pelo Convênio ICMS nº 126, de 24 de setembro de 2010, que concede isenção do ICMS, inclusive na importação, para próteses, cadeiras de rodas, outros aparelhos ortopédicos e implantes cocleares.

Em relação a outros bens de tecnologia assistiva, fórmulas nutricionais e medicamentos, a não incidência do ICMS constitui benefício fiscal que somente o Confaz tem competência para autorizar, nos termos da Lei Complementar nº 24, de 1975.

Por essa razão, com vênio da Senadora Mara Gabrilli e da motivação, rejeitamos a Emenda nº 3.
Voto.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequação orçamentária e financeira e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2021, e, no mérito, pela sua aprovação, com as emendas a seguir, acolhidas as Emendas nºs 1, 2 e 4 e rejeitada a Emenda nº 3, além das emendas de próprio punho:



Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2021:

”Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para regulamentar a cobrança do ICMS nas operações e prestações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto”.

Dê-se ao inciso X do *caput* do art. 13 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, acrescido pelo art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2021, a seguinte redação, mantidas as demais alterações promovidas pelo referido art. 1º:

”Art. 1º

.....

’Art. 13.

.....

X – nas hipóteses dos incisos XIV e XVI do art. 12 desta Lei Complementar, o valor da operação ou o preço do serviço, para o cálculo do imposto devido ao Estado de origem e ao de destino.

.....”.

Suprima-se a partícula “(NR)” aposta ao art. 20-A da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, acrescido pelo art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2021.

É esse o voto, Sr. Presidente.

Eu queria apenas comentar que, em boa hora, o Senador Cid Gomes apresenta esse PLC e que há urgência em aprová-lo porque ele ainda irá para a Câmara dos Deputados.

Conforme eu disse, a modulação feita pelo Supremo Tribunal Federal, em fevereiro do corrente ano, autorizou a continuidade da cobrança do acordo feito no Comsefaz até 31 de dezembro de 2021, ou seja, do ano corrente. Então, nós precisamos da anualidade – portanto, precisamos aprovar este ano para que possa continuar a cobrança ano que vem – e precisamos também da noventena. Portanto, precisamos aprová-lo até 31 de outubro de 2021.

Por isso eu peço vênias a todos os Srs. Senadores e Senadoras, representantes que são dos seus Estados. Já disse aqui quanto seria o prejuízo.

E queria me antecipar, Sr. Presidente, porque é da minha relatoria e do mesmo autor, Senador Cid Gomes, o PLC nº 33, que pretende a cobrança também desse mesmo Difal aos optantes pelo Simples Nacional.

Eu peço a máxima vênias ao Senador Cid Gomes e relato que conversei com membros do Comsefaz – inclusive com o Secretário da Fazenda do Piauí, que preside o Comsefaz, que concordou comigo que não seria hora neste momento, na medida em que não foi sequer autorizada a cobrança desse tributo pelo Supremo Tribunal Federal, portanto ele não faz parte da modulação e do prejuízo eventual, se não aprovarmos o PLC nº 32 –, para sugerir a V. Exa., até em homenagem à volta do funcionamento das Comissões – permita-me V. Exa. –, como essa matéria diz respeito aos optantes pelo Simples e ao esforço desta Casa com o Pronampe e com tantos outros apoios à micro e à pequena empresa, que, se V. Exa. acolher a sugestão deste Relator, esse PLC 33, de autoria do Senador Cid Gomes, fosse remetido pelo menos à Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão de Assuntos Econômicos, para que ele pudesse ter um aprofundamento maior e, se for assim o entendimento desta Casa, que ele passasse a ser cobrado.

Eu peço vênias ao Senador Cid, porque fiz questão de conversar com o Comsefaz, inclusive a assessoria conversou com o Secretário da Fazenda do Estado do Ceará, e eles todos concordaram que era melhor garantirmos aquilo que está sendo cobrado com a modulação do Supremo Tribunal Federal e deixarmos para um debate talvez mais aprofundado e mais alongado a instituição dessa cobrança ao ICMS.

Eu insisto que a decisão do Supremo Tribunal Federal não autorizou a cobrança daqueles que são



optantes pelo Simples, até porque a Lei do Simples Nacional diz claramente que o Difal é um dos impostos não cobráveis aos optantes pelo Simples.

Então, eu peço vênia ao querido colega, Senador Cid Gomes, até porque me consultou se eu aceitaria ser o Relator. Evidentemente, eu aceitei, com muito orgulho, como ex-Governador, mas esclareço que esse debate precisa ser aprofundado. Enquanto o Difal é cobrado pelas empresas externas ao Simples, esse já vem sendo cobrado, e será cobrado até 31 de dezembro, e continuará sendo cobrado se nós conseguirmos aprovar em tempo aqui, na Câmara e, evidentemente, com a sanção do Sr. Presidente da República: ele continuará e não trará o prejuízo dos 9,8 bilhões aos Estados e ao Distrito Federal.

É o meu relatório, Sr. Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 161/2021-PLEN-SF - Vide Item 2.2.2 do Sumário)**

Estou aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Jaques Wagner.

Apenas um esclarecimento. São dois projetos de lei complementar: o 32, de 2021, cujo parecer acabou de ser lido, e o 33, sobre o qual nós ainda falaremos. E aí vamos considerar a fala de V. Exa. Eu passaria a palavra ao Senador Cid oportunamente.

Em relação ao item 2, que é o Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2021, o parecer é favorável ao projeto e às Emendas nºs 1, 2 e 4, com as Emendas nºs 5 a 7, do Relator, e contrário à Emenda nº 3.

Está completada a instrução da matéria.

Passa-se à discussão do PLC nº 32, de 2021, cuja votação será nominal por se tratar de projeto de lei complementar. Peço, portanto, aos Senadores e Senadoras que permaneçam em Plenário. *(Pausa.)*

Iniciamos a discussão do PLC 32, com o Senador Izalci Lucas, a quem concedo a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela Liderança.) – Presidente, primeiro, eu quero agradecer ao Relator, Senador Jaques Wagner, por acatar uma emenda óbvia, porque não dá mais... Presidente, as empresas precisam planejar. Elas planejam. É diferente do Governo. O Governo faz no improviso normalmente. É política de Governo, não é política de Estado. As empresas fazem o seu planejamento. Não dá para fazer uma lei cobrando imediatamente um imposto. Você tem que respeitar a Constituição, a anterioridade. E aí por isso é que agradeço o acatamento da emenda que... É para o ano seguinte, óbvio. As empresas que não colocaram isso no seu custo não podem receber agora esse imposto.

Segundo, Presidente, eu fico preocupadíssimo: se é uma decisão do Supremo, é porque existem muitos questionamentos. Muitas empresas foram ao Supremo exatamente porque isso é uma decisão do Confaz, é decisão do governo estadual. Lembrem-se de que isso aí é aumento de carga tributária. Virá, com certeza, a partir de 2022, um aumento na carga tributária do contribuinte. Muitas empresas não recolhem porque foram para o Supremo, porque é matéria inconstitucional. O Confaz não tem o poder de legislar, é o Congresso. Isso é o que o Supremo está dizendo. Então, muitas empresas foram para a Justiça alegando a inconstitucionalidade da decisão do Confaz. Por isso, inclusive, é que nós estamos aprovando um projeto de lei complementar, que é o que está previsto na Constituição.

Então, primeiro, Senador Jorginho, V. Exa., como Presidente da Frente – eu, inclusive, participo, também faço o apelo... Acho que o Relator já percebeu para retirar da pauta o 33, que é o das pequenas e micro empresas, é o Simples, que não é matéria...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... da forma como está prevista na resolução do Confaz.



Então, parabeno V. Exa. – eu sei o trabalho que V. Exa. faz para as pequenas e micro empresas –, o Relator, pela sensibilidade, com o consentimento, inclusive, do autor, porque são resoluções, Presidente, do Confaz. O projeto é a resolução do Confaz. Eu só fico preocupado, Presidente: V. Exa., que é um grande jurista, advogado, sabe que, se está no Supremo e há essa decisão, é porque há muitas empresas que questionaram. Então, trouxe insegurança jurídica e nós estamos consolidando. Caberia até a gente aqui... Nós temos que agradecer porque o DF é consumidor final, vai aumentar a arrecadação aqui, mas é importante lembrar que nós estamos discutindo todos os dias a reforma tributária. Assunto como esse não dá para votar assim.

Eu agradeço o acatamento, vamos jogar para o ano que vem, mas, de qualquer forma, eu ressalto aqui, haverá aumento da carga tributária.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Concedo a palavra ao autor do projeto, Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/PDT - CE. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de qualquer coisa, eu quero aqui aquiescer à ponderação do Relator, Senador Jaques Wagner, e solicitar, Presidente, que V. Exa. retire de pauta o 33 e coloque-o para ser discutido nas Comissões. E vou dizer a justificativa.

Na realidade, eu sou ex-Governador de Estado. Eu sei o quanto a contribuição, os impostos são dolorosos. Eu sou daqueles que acham que a carga tributária no Brasil é elevada para além da conta, mas o Poder Público não pode fazer aquilo que a população demanda sem que haja uma receita.

No caso do 32, de fato, não há nenhuma alteração.

O argumento utilizado pelo Confaz, quando me solicitou que apresentasse os dois projetos, é que as duas matérias já são objeto, tanto o 32 como o 33, de resolução e que já estariam no nosso arcabouço jurídico. O Supremo Tribunal Federal recentemente entendeu, julgou o 33 simplesmente inconstitucional e não modulou a decisão. Já não é cobrado o que está previsto no 33, que é um diferencial de ICMS. O ICMS é uma carga de 17%, em média; uma parte fica no Estado de origem e outra parte fica no Estado de destino. Então, Estados que são de destino, como é o Distrito Federal, se não tiverem essa receita, vão ser prejudicados.

No caso do 33, repito, está julgado inconstitucional, portanto os Estados não estão arrecadando. Por isso, foram feitos em projetos separados.

No caso do 32, essa receita já existe, porque na decisão o Supremo – não é julgar o mérito, mas foi a forma – entendeu que matérias como aquela deveriam ser objeto de lei, que não poderiam ser, como inúmeros outros casos, respaldadas por resoluções do Conselho Nacional de Secretários de Fazenda do Estado, que é um órgão ao qual o próprio Ministro da Fazenda, o Ministro da Economia integra.

Então, Senador Izalci, só para informar V. Exa., é procedente a sua preocupação de que – isso é constitucional – qualquer mudança de imposto tem que ter os princípios da anualidade e da anterioridade, isto é, um ano para o outro e 90 dias, mas, no caso, o 32, pela decisão do Supremo Tribunal Federal, já está em vigor. Ele só disse que, se não for aprovada uma legislação através de lei complementar, ou seja, forma, este ano, ele não acontecerá mais em 2022. Portanto, não haverá nenhum ônus, no caso do 32, para nenhum consumidor brasileiro.

Então, eram esses os esclarecimentos, Presidente, já reafirmando que – concordo com a sugestão do Senador Jaques Wagner – o 33 pode ser objeto de Comissões, onde nós chamaremos, então, o Confaz e outros interessados para que possamos discutir com mais profundidade essa matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado,



Senador Cid Gomes.

Para discutir a matéria, Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ouve-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela Liderança. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, primeiro, parabeno o Senador Jaques Wagner pela iniciativa e o Senador Cid Gomes, que com ele concordou em retirar o 33.

Realmente, Sr. Presidente, o 33 seria um desastre completo. Quero dizer que, tanto na Comissão de Constituição e Justiça como na Comissão de Assuntos Econômicos, Comissões das quais sou membro efetivo, vou me posicionar contra o 33 por uma razão muito simples – vou dar um exemplo prático. Um comerciante do Distrito Federal que hoje opta pelo Simples, se fosse aprovado o 33 – hoje ele paga alguma coisa ao redor de 11% no pacote todo do Simples –, passaria a pagar 21%, ou seja, quase dobraria. Então, a retirada do 33, normalmente, numa época de pandemia e de dificuldade, algo que vai afetar... Quem opta pelo Simples são os pequenos, são os que criam mais empregos neste País. Então, é extremamente oportuno. Eu acho que o 33 não poderá ser aprovado nunca.

Quanto ao 32, eu concordo tanto com o Senador Jaques Wagner, como concordo com o Senador Cid Gomes. Ele não cria mais impostos. É claro que é um imposto. É um imposto que já estamos pagando e vamos continuar a pagar. Ele apenas dá continuidade a algo que já existe. Então, ele não cria uma nova carga. Seria absurdo, neste momento, pretender nova carga de impostos.

Então, desde já, antecipo a orientação do Podemos no sentido favorável do 32.

E, mais uma vez, parabeno a ambos, autor e Relator, pela iniciativa sábia de retirar o 33.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Oriovisto Guimarães.

Senador Fernando Bezerra, para discutir.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Jaques Wagner pelo relatório, pelas decisões que aqui encaminhou no sentido de solicitar a retirada do PLC 33, atendendo a uma demanda do Senador Jorginho Mello, sempre muito atento aos interesses dos micro e pequenos empresários deste País, mas o relatório produzido pelo Senador Jaques Wagner, em relação ao PLC 32, atende aos interesses dos Estados consumidores, em especial os Estados do Norte e Nordeste do Brasil. O Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco, Décio Padilha, estima que essa decisão que estamos tomando hoje vai assegurar a manutenção de aproximadamente R\$9 bilhões, no próximo ano, para os Estados consumidores do Brasil nessa sistemática da cobrança do ICMS, do diferencial, através do comércio eletrônico.

Portanto, quero manifestar a nossa posição, solicitar aos nossos companheiros Senadores e Senadoras que possam registrar o seu voto. Precisamos de um quórum qualificado de 41 votos favoráveis. Essa matéria ainda vai à Câmara, e é importante que ela esteja aprovada até 31 de outubro deste ano, para que ela possa ter eficácia a partir de janeiro do próximo ano. Portanto, quero aqui manifestar esse encaminhamento, já me antecipando ao encaminhamento das Lideranças, de que vamos votar favoravelmente ao relatório, ao brilhante relatório do Senador Jaques Wagner.

E cumprimento o Senador Cid Gomes, pela iniciativa, e V. Exa., que prometeu, na reunião de Líderes, que essa matéria seria prioritária.



(*Soa a campanha.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – E V. Exa., Senador Rodrigo Pacheco, está cumprindo aquilo que foi deliberado no Colégio de Líderes e botando, na primeira semana, na primeira sessão deliberativa do Senado Federal, essa importante matéria que foi solicitada pelo Senador Cid Gomes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Senador Jaques Wagner, com a palavra.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, na verdade, eu iria me somar à argumentação apresentada pelo autor do projeto, Senador Cid, em relação ao questionamento feito pelo Senador Izalci, que eu reconheço que é um estudioso da questão tributária, mas eu quero reafirmar, aproveitando, inclusive, palavras do Senador Oriovisto Guimarães, para dizer que o próprio Supremo Tribunal Federal, na liminar, de 2016, autorizou a continuidade da cobrança e, no julgamento do mérito, em fevereiro do corrente ano, manteve a cobrança apenas exigindo – e fez a modulação até 31 de dezembro – que fosse regularizado o instrumento pelo qual essa cobrança era feita, que deveria ser, no entendimento da Suprema Corte do País, por um PLC, e não por uma decisão, um acordo feito no Comsefaz. Portanto, foi essa a iniciativa do Senador Cid Gomes em excepcional hora.

Eu quero insistir, Senador Izalci, que não estamos aumentando carga tributária. Como disse o Senador Oriovisto e o próprio Senador Cid Gomes, a carga tributária pode ser alta, mas esse imposto já é pago; nós só estamos garantindo a continuidade do imposto, portanto, para que não haja perda em ano de tantas crises para Estados e o próprio Distrito Federal.

Era só para isto, Sr. Presidente, só para reforçar que não estamos acrescentando imposto. E mesmo aqueles que recorreram ao Supremo Tribunal Federal não tiveram acolhida, a autorização para o não recolhimento. Foi dada em forma de liminar primeiro e, depois, no mérito, e modulada até 31 de dezembro deste ano. Era o que eu tinha a acrescentar às palavras do nosso querido Senador Cid Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Jaques Wagner.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela Liderança.) – Presidente, só para reforçar isso. Eu até já antecipei...

(*Soa a campanha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... aqui o meu apoio, até porque nós, aqui, somos mercado consumidor. Então, para o DF, isto é importantíssimo. Mas eu estou dizendo que o que a gente precisa neste País é de segurança jurídica. As pessoas têm que pagar sabendo pelo que estão pagando sem questionar. Há muitas empresas que questionaram e não pagaram. Mesmo com o Supremo autorizando a cobrar, muitas empresas não pagaram e vão ter que pagar agora, e muitas vezes não está previsto, porque confiam na Constituição. A Constituição é clara: não pode haver criação de imposto por resolução; tem que ser por lei complementar. É por isso que nós estamos aprovando. Se estamos aprovando o que está na Constituição, é porque é inconstitucional. Mas não cabe a mim aqui... Muito pelo contrário.

Quero parabenizar a iniciativa, a autoria do Cid, que já foi Governador e sabe da importância disso,



que, aqui, para o DF, é fundamental. Mas parabênizo, mais uma vez, o Senador Jorginho, porque também não caberia cobrar das pequenas e microempresas. Mas eu sou favorável, vou votar favoravelmente. Lógico que vou liberar a bancada, já antecipando que o PSDB libera a bancada, porque a gente não discutiu essa questão tributária, mas eu, particularmente, vou votar favoravelmente ao PL 32.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Jorginho Mello, para discutir.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Muito bem, Sr. Presidente. Obrigado pela oportunidade.

Não posso deixar passar sem cumprimentar os dois Governadores Jaques Wagner e Cid Gomes pela sensibilidade, pelo conhecimento deles como ex-Governadores para que esse projeto e esse relatório pudessem ser tão bem construídos.

Infelizmente, a insegurança jurídica é o que nos atormenta muitas vezes. Anda, vira e mexe, e se mexem e se judicializam questões como essa. Então, nesse momento, pela capacidade, pela competência do Senador Jaques Wagner e a grandeza do projeto do Senador Cid Gomes, eu, como Presidente da frente nacional da micro e pequena empresa, que tenho muita honra de tê-los como membros atuantes, é uma frente mista do Congresso Nacional, quero cumprimentá-los pelo relatório, pela participação, pela fala, pelo encaminhamento e nessa solução inteligente, viu, meu Líder Fernando Bezerra? Isso vem ao encontro do que pensa o micro e pequeno empresário no Brasil, que cada vez mais mantém o emprego, luta desesperadamente para estar empregando gente, mesmo em momentos de crise, tem dois automoveizinhos, vende um para ficar vivo. Então, são essas pessoas que a gente precisa socorrer.

Então, portanto, eu quero cumprimentar o Senador Cid e o Senador Jaques Wagner pelo belíssimo relatório. Muito obrigado em nome de todos os micro e pequenos empresários do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Jorginho Mello.

Esgotada a lista de oradores, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

Não foram apresentados destaques a essa matéria.

Votação em turno único do projeto e das emendas, nos termos do parecer favorável ao projeto e às Emendas nºs 1, 2 e 4, com as Emendas nºs 5 a 7 do Relator e contrário à Emenda nº 3.

A matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos "sim".

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Eu indago se podemos inserir a orientação do voto "sim" para todos os partidos. *(Pausa.)*

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para orientar a bancada.) – Eu liberei a bancada. Eu vou votar favorável, mas eu liberei a bancada.

Queria só lembrar V. Exa., eu estou inscrito, Presidente. Eu preciso falar de outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Só um minuto, então, Senador Izalci. Eu vou colher a orientação, então, dos partidos.

Como orienta o MDB? *(Pausa.)*



Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para orientar a bancada.) – Presidente, a mim foi incumbida a missão honrosa de fazer a orientação da nossa bancada na ausência do nosso Líder Eduardo Braga. E serei muito breve, até para que nós não corramos e percamos aqui o quórum necessário para que votemos essa cogente matéria, que tão bem já explicitou o Senador Fernando Bezerra em apelo contundente para que não apenas as bancadas integrantes do nosso Nordeste, que têm exatamente a noção exata em dimensionar a importância na autoria sensível de quem já vivenciou na pele, como gestor público que foi, competente hoje Senador Cid Gomes, e não menos competente, sensível, experimentado gestor público, o Senador Jaques Wagner.

Por essas razões, peço encarecidamente a todos e todas companheiras que, entendendo a necessidade premente, cogente que foi exposta pela Corte Suprema, o Supremo Tribunal Federal, que nós acompanhamos o nosso Relator, Senador Jaques Wagner, votando "sim". Dessa forma, o PMDB orienta à sua bancada o voto concordante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o PSD, Líder Nelsinho?

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, parabenizando o ex-Governador, o nosso querido colega Senador Cid Gomes, da mesma forma, o Relator, Senador Jaques Wagner, que também teve o privilégio e a honrosa missão de ter sido Governador da Bahia, o projeto adéqua a legislação tributária e dá concretude à Emenda Constitucional 87, de 2015, que instituiu o Difal (Diferencial de Alíquotas).

Assim, a gente acompanha o Relator, e a Liderança do PSD orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o Podemos, Senador Oriovisto Guimarães?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, cumprimentando o Senador Jaques Wagner, o Senador Cid Gomes. Um duplo cumprimento, primeiro, pelo relatório do 32, no qual a nossa orientação será pelo voto "sim"; e o segundo cumprimento, que não poderia deixar de fazer, é pela iniciativa da retirada do 33. Parabéns aos dois!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o Progressistas, Líder Daniella Ribeiro?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para orientar a bancada.) – O Progressistas acompanha o Relator, "sim."

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O PSDB libera a bancada.

Como orienta o Democratas? (*Pausa.*)

Como orienta o PT, Líder Paulo Rocha?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, naturalmente que a gente vai aprovar com o voto "sim", antes, porém, chamando a atenção para que a atuação dos dois, tanto do Senador Cid, quanto do Senador Jaques Wagner, engradece cada vez mais a importância que tem o Senado Federal na solução dos problemas do nosso País.



Voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o PL, Líder Carlos Portinho?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – O PL, em homenagem ao nosso Senador Jorginho Mello, e a sua colocação anterior, orienta o voto "sim" na questão de segurança jurídica, como foi dito. O voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o PDT, Líder Cid Gomes?

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/PDT - CE. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu quero, naturalmente o projeto é de minha autoria, mais uma vez enaltecer o trabalho feito pelo Senador Jaques Wagner. E faço questão aqui de nominar, eu quero agradecer a todos os Senadores pela atenção ao projeto, mas quero, de modo especial, já agradecer o encaminhamento favorável do Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra, do Líder do PMDB, no exercício agora, na ausência do Senador Eduardo, Senador Veneziano. Quero agradecer ao Líder do PSD, o Senador Nelsinho Trad, que sabe da importância dessa matéria e foi sensível a ela na primeira hora. Quero agradecer à Liderança do PP, Senador Carlos Heinze. Quero agradecer ao Senador Oriovisto, pela sensibilidade; eu sei que ele é uma pessoa que tem uma vida e uma postura de combate ao exagero fiscal e tributário que o nosso País pratica lamentavelmente, a despeito dos desafios que nós temos. Quero agradecer, enfim, a cada um dos Líderes, Portinho, que encaminharam as suas votações.

Quero agradecer ao Plenário desta Casa e quero agradecer ao Presidente, por ter aquiescido esta matéria, aquiescido no sentido do nosso apelo de colocar em pauta a matéria, e dizer que me sinto, assim, com a sensação do dever cumprido. Repito, isso não é uma demanda, não é um projeto pessoal. A minha pena, a minha autoria foi emprestada ao Conselho de Secretários de Fazenda Estaduais, que tem uma atuação absolutamente importante nessa questão tributária.

E, só lembrando, a alíquota de ICMS tem um percentual. Do que nós estamos tratando aqui é da diferença, é a repartição da alíquota, portanto, não há elevação de impostos, entre o Estado, que produz a matéria, o que está sendo comercializado e o Estado, em última análise, o consumidor dos Estados, que comprem a mercadoria. Portanto, é só uma repartição daquilo que os consumidores pagam e, se não houvesse isso, apenas os Estados produtores estariam recebendo.

Então, ganharão, ou não perderão, principalmente os Estados de regiões que não são superavitárias nas suas balanças. Permanecerão e deixarão de perder uma receita ao redor de R\$9 bilhões os Estados do Norte, os Estados do Centro-Oeste e os Estados do Nordeste brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Cid Gomes.

A orientação do PDT é voto "sim".

Como orienta o PROS? (*Pausa.*)

Como orienta o Democratas, Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores...

Está me ouvindo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Primeiro, quero cumprimentar aqui o ilustre Senador Cid Gomes, autor do projeto, e, da mesma forma, o Senador Jaques



Wagner, pelo belo relatório. É uma matéria muito importante e quero crer que o encaminhamento desta votação será praticamente de 100% de votos favoráveis.

De maneira que o DEM encaminha "sim", Sr. Presidente, ao Projeto nº 32, 2021.

O "sim", Sr. Presidente, é o encaminhamento do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o PROS, Senadora Zenaide Maia?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, o PROS orienta "sim", parabenizando o Senador Cid Gomes e o nosso Relator, Senador Jaques Wagner, lembrando que não estamos criando novos impostos; apenas estamos legalizando uma situação que já existia e de que os Estados não podem abrir...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o Cidadania? (*Pausa.*)

Como orienta a Rede? (*Pausa.*)

Como orienta o PSL, Líder Soraya Thronicke?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – O PSL, Sr. Presidente, parabeniza o Senador Cid Gomes e o Senador Jaques Wagner, pelo brilhante projeto e, consequentemente, relatoria, e orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o Patriota, Senador Flávio Bolsonaro? (*Pausa.*)

Como orienta o PSB, Líder Leila Barros? (*Pausa.*)

Como orienta o PSC?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para orientar a bancada.) – Presidente, o PSC orienta o voto "sim", considerando que o projeto de lei não cria nem aumenta impostos, mas regulamenta da forma correta, que é através de lei complementar, como já recomendado pelo Supremo Tribunal Federal.

Se não fizermos isso agora, a partir do ano que vem, naturalmente, traríamos dificuldade aos cofres públicos. Portanto, oportuno este momento de aprovação. Cumprimento aqui o Relator e o autor pelo trabalho e já vamos entrar 2022 com essa pendência resolvida.

O PSC vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o Republicanos, Líder Mecias de Jesus? (*Pausa.*)

Como orienta a Maioria, Líder Renan Calheiros?

Senadora Kátia Abreu. (*Pausa.*)

Como orienta a Minoria? (*Pausa.*)

Como orienta o Governo, Líder Fernando?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para orientar a bancada.) – O Governo, Sr. Presidente, orienta o voto "sim" e faz um apelo aos Senadores que estão participando de forma remota que possam inaugurar o novo sistema de votação do Senado Federal, prestigiando com o seu voto esta matéria tão importante para os Estados consumidores, especialmente os Estados do Norte e do Nordeste do Brasil.

E aproveito para, mais uma vez, aqui parabenizar o relatório do Senador Jaques Wagner e a iniciativa do Senador Cid Gomes, a pedido dos Secretários de Fazenda de todos os Estados brasileiros, através do Confaz, para que se possa manter essa receita tão importante para os Estados consumidores.

O Governo orienta o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como



orienta a Oposição? (*Pausa.*)

Como orienta a Bancada Feminina?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, parabenizando autor e Relator pelo projeto – parabéns, Senador Cid, Senador Jacques –, eu gostaria apenas de pedir a V. Exa. que pudesse registrar o meu voto favorável, porque eu tentei entrar no sistema e acredito que o meu aparelho não está cadastrado no novo sistema remoto. Não vai dar tempo de entrar em contato com a Mesa para poder solucionar. Assim, que V. Exa. possa registrar meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Fica registrado o voto favorável, voto "sim", da Senadora Simone Tebet à matéria ora em apreciação.

Estamos em processo de votação nominal e ainda faltam votar o Senador Sérgio Petecão, o Senador Renan Calheiros, o Senador Fabiano Contarato, o Senador Jader Barbalho, o Senador Alvaro Dias, o Senador Marcos Rogério, o Senador Irajá, a Senadora Kátia Abreu, o Senador Davi Alcolumbre, o Senador Eduardo Braga, o Senador Roberto Rocha, o Senador Humberto Costa, o Senador Flávio Bolsonaro, a Senadora Zenaide Maia, o Senador Jean Paul Prates e o Senador Dário Berger.

Voltamos a lista de oradores inscritos.

Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Pela ordem?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – V. Exa. está inscrito como orador, Senador Izalci, depois da Senadora Nilda Gondim.

O Senador Nelsinho é pela ordem ou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – V. Exa. também está na lista de oradores, logo na sequência do Senador Izalci

Senadora Nilda Gondim com a palavra.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, primeiramente eu quero parabenizar a abertura dos trabalhos. Sejam todos bem-vindos.

Solicito a palavra hoje neste Plenário para discorrer sobre uma obviedade que parece ser ignorada pelo Governo Federal. Precisamos investir na capacitação profissional da nossa força de trabalho, no conhecimento para a evolução na gestão das empresas e para o empreendedorismo, especialmente para preparar a faixa mais jovem da nossa população.

Visando esse objetivo precisamos manter a força das entidades que compõem o Sistema S. Esse sistema, composto por instituições históricas e de notório reconhecimento social como o Senai, o Sesi e Senac, o Sesc e o Sebrae, presta um serviço de excelência, promovendo o treinamento e a capacitação profissional, além de ofertar consultoria e assistência técnica nas suas respectivas áreas.

Na Paraíba, Sr. Presidente, por exemplo, as micro e pequenas empresas correspondem a aproximadamente 95% dos CNPJs ativos em nosso Estado, dado que demonstra a importância absoluta do Sebrae para as organizações locais. Em âmbito nacional, em 2020, o Sebrae atendeu mais de 3,7 milhões



de clientes, entre eles cerca de 2,4 milhões de atendimentos foram direcionados a pequenos negócios.

Além disso, o Sebrae atingiu a marca de mais de 2,5 milhões de matrículas em seus cursos a distância, possuindo a maior plataforma de cursos livres da América Latina. Esses números justificam o resultado de pesquisa em que 97% dos entrevistados acreditam que a contribuição do Sebrae é importante para o Brasil.

Outra entidade que apresenta números expressivos, Sr. Presidente, é o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), que, em sua história, já capacitou 70 milhões de alunos e atualmente conta com cerca de 2,4 milhões de matrículas anuais.

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac) está presente em 25 Estados e no Distrito Federal e atende em mais de 1,7 mil Municípios, tem 600 unidades operativas, 84 unidades móveis e 28 empresas pedagógicas.

Amigos Parlamentares, as ações e serviços do Sistema S chegam a Municípios de todos os Estados da Federação, possuindo uma enorme capilaridade em nosso País. Reduzir os recursos dessa entidade será como passar um rolo compressor em seus projetos, atingindo inclusive os seus gestores, como é o caso da Fiep. Apesar da relevância dessa entidade, desde 2018, mesmo antes de assumir o poder, o Ministro da Economia afirma que é preciso passar a faca no Sistema S, frase que continua a ser repetida por membros da sua equipe como o Secretário de Economia, Sr. Adolfo Sachsida, que defendeu a redução da arrecadação das entidades do Sistema, em uma *live*, no último dia 23.

Srs. e Sras. Senadoras, não podemos permitir que, na sua arrecadatória, o Governo Federal passe a faca no desenvolvimento e no futuro de milhões de jovens e empreendedores de todo o País, que buscam oportunidades de trabalho, de evolução profissional e de competitividade nos negócios como caminhos para geração de emprego, renda, inteligência, e que serão impactados por essa medida nos próximos anos.

O Senado Federal precisa estar atento e unido contra esse verdadeiro absurdo. Por isso, clamo aos nobres colegas que lutemos juntos com altivez em defesa do Sistema S.

Agradeço a atenção e a oportunidade, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senadora Nilda Gondim.

Com a palavra o próximo orador Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir.)

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, eu vou aqui, Presidente, fazer a leitura de uma nota do Sindicato dos Jornalistas aqui do Distrito Federal e da Federação Nacional dos Jornalistas:

O Sindicato Jornalistas do DF e a Federação Nacional dos Jornalistas repudiam a tentativa do governador Ibaneis Rocha de intimidação do jornalista do Correio Braziliense Renato Souza.

O repórter foi surpreendido com a abertura de uma investigação por difamação após postagens no Twitter sobre uma questão relacionada à saúde do governador. Estranha-se que o processo foi aberto pelo delegado de crimes cibernéticos, Giancarlos Zuliani, que será ainda o responsável por supervisionar a própria apuração do fato.

É inadmissível que, na capital do país, um governador utilize a máquina pública para constranger e intimidar jornalistas. Não aceitaremos mais essa medida autoritária de Ibaneis, que se transformou em "escada" de Bolsonaro para atacar a democracia brasileira.

O Sindicato se coloca à disposição do jornalista para apoio jurídico. Vamos provocar ainda o Ministério Público, a OAB, Comissões e Conselho de Direitos Humanos para acompanhar mais esse disparate em Brasília.

Essa é uma nota, então, do Sindicato dos Jornalistas aqui do Distrito Federal.



Mas quero aproveitar, Presidente, e já disse isso, de uma ameaça que recebi... Agora recente, foi feita uma licitação, da Secretaria de Comunicação, de 160 milhões na comunicação do DF. E foi, inclusive, antecipado o resultado 24h antes.

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E para concluir, Presidente, essa questão, o Governo hoje interfere diretamente nas instituições de jornalismo, rádio e televisão. Eu, que há três anos já, fazia um programa, agora o Governador não paga mais, não repassa recurso para as rádios se não tirarem o meu programa do ar. Chegou a esse cúmulo.

Então, é bom lembrar que é o Senado que é responsável pela questão de concessão, de fiscalização. Então, nós não podemos admitir.

Eu vou levar essa questão para a Comissão de Ciência, Tecnologia e também Comunicação para a gente rever esses critérios, porque não se admite... O Governo pode muito, mas não pode tudo, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Izalci Lucas.

Senador Nelsinho Trad.

Estamos em processo de votação nominal. Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que ainda não votaram que possam votar.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero abordar aqui dois assuntos, até porque devo voltar a esta tribuna no projeto extrapauta que vai nominar o aeroporto internacional de Campo Grande. Mas o que eu quero abordar aqui é o seguinte: como é bom haver uma parceria para o bem da população! Sempre quando ela existe entre dois governos, a gente observa que quem ganha é a população. Nós estamos vivenciando isso lá em Mato Grosso do Sul com o Governador Reinaldo Azambuja e o Prefeito da capital, Marquinhos Trad. Eles se uniram e, no momento em que a saúde exige a nossa atenção, eu quero aqui destacar os esforços da Secretaria Estadual de Saúde, na pessoa do Deputado Federal Geraldo Resende, e da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, na pessoa do Dr. José Mauro, para, com essa parceria, promover o fortalecimento da atenção a idosos e crianças.

Quero dizer que a nossa capital vai ganhar dois hospitais. No caso, o Hospital do Idoso, em que estão previstos um pronto-socorro, um centro cirúrgico, 140 leitos de internações, inclusive de UTI. A unidade será implantada no Hospital São Julião para assistência integral e multiprofissional aos usuários do SUS. Já o público infantil será contemplado com uma unidade exclusiva ao atendimento pediátrico no hospital conhecido lá na capital como Hospital da Criança, totalmente voltado ao atendimento do SUS, com capacidade de milhares de atendimentos por mês. A estrutura oferecerá 11 especialidades – todas as especialidades da pediatria, pessoal – e deverá contar com 32 leitos, dois centros cirúrgicos, duas salas de triagem, dois consultórios e uma sala de pequenos procedimentos. Esse Hospital da Criança terá ainda a capacidade de realizar 170 internações, 150 procedimentos cirúrgicos, 1,2 mil exames de imagem e 10 mil exames laboratoriais durante as suas atividades no mês.

Dessa forma, eu quero ressaltar que essa parceria é muito importante para a população do nosso Estado e servem de exemplo para as demais cidades brasileiras as atividades que estão sendo implementadas na saúde de Campo Grande.

E hoje é uma data também...

(Soa a campanha.)

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Já para encerrar.



Eu fiz este testemunho: exatamente um ano atrás houve aquela explosão no porto do Líbano. Eu, na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores, fui convidado, juntamente com o Presidente Michel Temer, para ir lá, testemunhar e dar o nosso apoio. E foi realmente algo muito impactante.

Eu me lembro de que a gente saiu do local da explosão, e ali havia uma fila. E eu perguntei para a pessoa que estava traduzindo as coisas para nós: que fila é esta aí? "São voluntários libaneses que estão irmanados no sentido de poder ajudar as autoridades a reconstruir o Líbano", diante daquela explosão.

E ao sair dali e ir até o local...

(Soa a campainha.)

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Ao sair dali e ir até o local onde nós estávamos hospedados, Sr. Presidente, fazia uns 20 minutos que nós estávamos de carro, andando, e eu parei assim num sinal, olhei para o lado, e havia carro danificado devido à explosão.

Então, para dar este testemunho para vocês da magnitude que foi isso e da reconstrução, mais uma vez, do povo libanês.

Eu quero aqui ressaltar a importância de se manter sempre o diálogo, cada vez mais forte, com a comunidade libanesa, para que a gente possa continuar estendendo a mão a esse povo sofrido, que está tentando se reconstruir lá no Líbano.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Nelsinho Trad.

Próximo orador inscrito, Senador Telmário Mota. *(Pausa.)*

Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para discutir. *Por videoconferência.*) – O meu pronunciamento de hoje é sobre a cultura brasileira, tão rica em diversidade, que resulta da miscigenação de etnias, crenças, celebrações e valores.

Mais precisamente, quero falar, Presidente Rodrigo Pacheco, senhoras e senhores, da nossa língua, o principal fator de unidade do gigante caldeirão cultural chamado Brasil, quinto maior território e sexta maior população do Planeta.

"Minha Pátria é minha língua", proclamou Caetano Veloso na sua bela composição em homenagem ao nosso melódico português, língua que ganhou, em 2006, o primeiro museu do mundo dedicado a um idioma, situado na Praça da Luz, na cosmopolita São Paulo.

O museu foi reinaugurado no último dia 31 de julho, sábado, de 2021, depois de seis anos fechado por causa de um incêndio. Da solenidade, participaram autoridades locais, é claro, Prefeito, Governador, ex-Presidentes de três países que falam língua portuguesa – essa foi a solenidade –, o Ministro da Cultura de Angola e os Chefes de Estado de Portugal e de Cabo Verde também.

Mas pasmem! Pasmem, Brasil: O Governo Federal não enviou nenhum representante.

Tudo bem que o Presidente da República prefira estar com os seus motoqueiros ao invés de ir a um ambiente de cultura, até porque lhe falta cultura, sua cultura é de latrina, mas o Governo do Brasil não poderia ignorar um evento de alcance internacional, realizado em nossa principal cidade, para celebrar o nosso mais importante bem cultural. A que ponto chegou o desprezo pelos brasileiros por parte de quem foi eleito para dirigir o País? O mandatário subiu mais um degrau na escalada de afrontas, cada vez mais reveladoras. Para mim, o atual Chefe de Governo, prefiro não nominar, tem apenas um objetivo: destruir. Quer porque quer acabar com as instituições e com qualquer valor civilizatório, além de tentar provocar nos outros aquilo que sempre dissemina: o ódio.

Difícil dar uma resposta dotada de racionalidade, talvez para se autoproclamar rei ou imperador e,



no auge da insânia, tentar queimar tudo enquanto gargalha histericamente. Cabe a todos nós impedir...

Agradeço pelo espaço. E cumpri, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Jorge Kajuru.

O Senador Vanderlan Cardoso teve dificuldades para votar pelo sistema eletrônico e pede para externar o seu voto via telefone, é isso?

Está na linha.

Senador Vanderlan Cardoso, como vota V. Exa.?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Vanderlan Cardoso.

Peço à Secretaria-Geral da Mesa que registre o voto "sim" do eminente Senador.

Próximo orador inscrito, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, o meu pronunciamento é uma nota de protesto e de denúncia em relação ao Presidente da República.

Desde o início do seu Governo, ele vem incentivando armar a população, liberando a questão das armas através de decretos. E isso tem uma consequência muito grave, principalmente no campo brasileiro. Isso tem uma consequência, principalmente nos Estados onde a questão da terra, da agricultura, tem um papel muito importante. É o caso lá do meu Estado, o Estado do Pará.

Todo mundo sabe que o Estado do Pará sempre se caracterizou muito pela questão da luta pela terra, principalmente a partir da iniciativa de governos, ainda na época dos militares, que incentivaram os grandes projetos agropecuários, o que aumentou o conflito de terras. Como consequência disso, a eliminação inclusive de lideranças, centenas de lideranças foram eliminadas lá na questão da luta pela terra e na briga por uma reforma agrária justa, capaz de dar terra para todo mundo. Foram governos democráticos que acabaram resolvendo esse problema ou diminuindo os conflitos, através dos assentamentos, e de criar condições para o pequeno também se estabelecer na produção agrícola rural do nosso País.

O Governo Bolsonaro incentiva esse armamento, com consequências graves lá para o Estado do Pará, que retoma essa questão dos conflitos e da eliminação de lideranças. Falo, concretamente, agora, no mês de julho, todo mundo sabe que se festeja o Dia do Agricultor, da Agricultura Familiar, enfim, é o 25 de julho. E o Governo Bolsonaro, através dos seus órgãos de comunicação, produz uma imagem que vai ao encontro exatamente desse incentivo ao armamento, que foi aquela imagem de um produtor de agricultura, uma imagem semelhante a um fazendeiro armado, com uma arma no ombro. Isso, cada vez mais, incentiva o armamento no campo. Como consequência disso, dá poderes, incentiva aqueles que resolvem o problema da terra com a questão da perseguição àqueles que querem continuar lutando por um pedaço de terra.

Denuncio, portanto, que esse incentivo tem consequências diretas na perseguição e na invasão de uma liderança muito importante lá no Estado do Pará, uma companheira que é Vice-Presidente da Federação das Trabalhadoras e dos Trabalhadores da Agricultura. É essa a consequência de um incentivo de um Presidente que acha que tem que resolver os problemas da sociedade brasileira através dos confrontos, do ódio e dos conflitos que ele mesmo incentiva.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.

Está encerrada a votação em turno único.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.



(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Votaram SIM 70 Senadores e Senadoras. (**Lista de votação - Vide Item 2.2.2 do Sumário**)

Está aprovado o projeto com as Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6 e 7.

As adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos, dispensada a redação final.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Cumprimento o autor do projeto, Senador Cid Gomes, e o Relator, Senador Jaques Wagner, pela aprovação.

Eu comunico ao Plenário que o item 3 da pauta, o Projeto de Lei Complementar nº 33, de 2021, a pedido do eminente Relator, Senador Jaques Wagner, com anuência do autor do projeto, Senador Cid Gomes, será retirado da pauta de hoje do Senado Federal.

No item 4 da pauta, o Projeto de Lei 2.108, de 2021, de relatoria do Senador Rogério Carvalho, dado o adiantado da hora e a complexidade da matéria, fica adiada a apreciação para a sessão de amanhã no Senado Federal.

Anuncio o item 5 da pauta.

Projeto de Lei 2.077, de 2019, do Deputado Federal Jorge Solla, que cria o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública, a ser concedido a entidades públicas e privadas sem fins lucrativos prestadoras de relevantes e notórios serviços à saúde pública, e o concede à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ao Instituto Butantan.

Perante a Mesa foi apresentada a Emenda nº 1, posteriormente retirada pela autora. (**Vide Item 2.2.5 do Sumário**)

A matéria depende de parecer de Plenário.

Faço a designação da eminente Senadora Leila Barros para proferir o seu parecer.

Com a palavra a Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/PSB - DF. Para proferir parecer. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu cumprimento o senhor e todas as Senadoras e Senadores nesta noite.

Vou dar uma palavra rápida aqui, porque, depois do carinhoso anúncio da amiga e Líder Eliziane Gama sobre a minha mudança de partido, eu não poderia deixar de trazer algumas considerações a esta Casa.

Realmente, hoje eu formalizei a minha desfiliação do PSB. Embora ainda não tenha me filiado ao Cidadania, eu confirmo com muita satisfação esse novo caminho. Eu agradeço a acolhida dos amigos Eliziane Gama e Alessandro, assim como também a atenção recebida do Presidente Nacional do Cidadania, o ex-Senador Roberto Freire. Agradeço também as suas palavras no início desta sessão, também as palavras da Senadora Rose de Freitas e a solidariedade e o apoio de várias Senadoras e Senadores na sessão, sempre foram todos muito generosos comigo. Então, eu agradeço demais essa gentileza demonstrada. E, por fim, eu gostaria de agradecer de todo coração ao PSB, ao Presidente Nacional do PSB, Carlos Siqueira, e, principalmente, ao ex-Governador Rodrigo Rollemberg pela oportunidade que me foi dada para iniciar a minha caminhada, a minha trajetória política.

Nesses três anos, eu aprendi que a política é feita de escolhas, e, neste momento, o que me pareceu o melhor caminho a ser tomado foi esse, para dar continuidade ao trabalho que eu seguirei desempenhando com todos vocês aqui em prol do Brasil e, principalmente, de Brasília.

Eu agradeço demais esses anos vividos e toda a experiência junto a esse partido.

Sr. Presidente, sobre o PL 2.077, eu pergunto ao senhor se eu posso ir direto à análise.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/PSB - DF) – Obrigada.

Análise do PL 2.077.

Sob a ótica da constitucionalidade, não há óbice à proposição.

Não vislumbramos, ademais, vícios de injuridicidade.

No mérito, é louvável e muito bem-vinda a iniciativa em apreço, consistente em reconhecer os bons préstimos de entidades que prestam relevantes e notórios serviços à saúde em nosso País.

A proposição já agracia duas instituições com o título: a Fiocruz e o Instituto Butantan. De fato, no atual panorama de pandemia, as duas entidades demonstram igual relevância para a saúde pública, não apenas no cenário nacional, mas também em perspectiva internacional.

A Fiocruz é a mais destacada instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina. Sua atuação é pautada pela promoção da saúde e do desenvolvimento social, pela geração e difusão de conhecimento científico e tecnológico e pela defesa da cidadania.

Com mais de cem anos de história, a trajetória dessa instituição confunde-se com o desenvolvimento da saúde pública no País. Atualmente, a Fiocruz garante a autossuficiência em vacinas essenciais para o calendário básico de imunização do Ministério da Saúde.

Desde o início do enfrentamento da pandemia no Brasil, como um dos pilares na estratégia de combate ao vírus, a Fiocruz tem feito parte das diversas frentes nacionais e internacionais de busca pela vacina. A principal aposta da fundação é um acordo com a AstraZeneca para produzir, no Brasil, a vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford. A assinatura do acordo com o Reino Unido também objetivou garantir a produção totalmente nacional com a transferência total de tecnologia.

Na fundação, ainda são executados mais de mil projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, que produzem conhecimentos para o controle de doenças como aids, Chagas, tuberculose, hanseníase, malária, entre outras. Ademais, a Fiocruz é a principal instituição não universitária de formação e qualificação de recursos humanos para o SUS e para a área de ciência e tecnologia no Brasil, além de oferecer 32 programas de pós-graduação *stricto sensu*, uma escola de nível técnico e vários programas *lato sensu*.

O Instituto Butantan, a seu turno, é o maior produtor de imunobiológicos do Brasil, responsável pela produção de grande parte de soros vacinais utilizados pelo Ministério da Saúde no Programa Nacional de Imunizações.

Instituição pública ligada à Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo, o Butantan foi fundado no ano de 1901. Mais de um século depois de sua fundação, o instituto é hoje um destacado centro de pesquisa biomédica, que integra pesquisas científicas e tecnológicas, produção de imunobiológicos e divulgação técnico-científica.

Em razão de parceria firmada com a farmacêutica chinesa Sinovac, o Butantan foi um dos principais fornecedores de vacinas para prevenção da covid-19. Segundo a entidade, até a última sexta-feira, dia 30 de julho, foram fornecidas mais de 62 milhões de doses ao Ministério da Saúde desde 17 de janeiro deste ano, quando o uso emergencial do imunizante foi aprovado pela Anvisa.

Percebemos, diante do exposto, que tanto a Fiocruz quanto o Instituto Butantan de fato representam um Patrimônio Nacional da Saúde Pública.

Nunca a população brasileira percebeu tanto a importância do nosso sistema de saúde, e é difícil pensar em saúde pública em Território nacional sem, de imediato, recordarmos as inúmeras conquistas nesse campo que foram alcançadas graças ao árduo trabalho dos cientistas e trabalhadores de ambas as instituições, que dedicaram suas vidas ao progresso da ciência no nosso País.



Neste momento em que ressoam vozes em defesa do obscurantismo, nossa função é resistir, por meio da instituição de mecanismos de apoio ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Assim, declaro nosso apoio à aprovação desta proposição, que cumpre o belíssimo objetivo de criar um meio para condecorar as instituições que mudaram os rumos da saúde pública do Brasil nas últimas décadas.

No que concerne à técnica legislativa, um pequeno reparo redacional se impõe: o art. 1º dispõe que o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública é concedido a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, ao mesmo tempo que o parágrafo único estabelece que o Patrimônio Nacional da Saúde Pública é constituído pelas atividades desenvolvidas.

Em nosso entendimento, a ambiguidade sobre o que constitui este patrimônio e a quem o título deve ser concedido pode gerar dúvidas. A fim de evitar dubiedade na seleção de quais entidades podem vir a ser agraciadas com o título, entendemos ser desejável que a definição esteja contida em um único comando.

Voto, Sr. Presidente.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.077, de 2019, com a emenda de redação:

EMENDA Nº 2-PLN

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 2.077, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 1º Fica criado o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública, destinado a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos que se destaquem pela prestação de relevantes e notórios serviços à saúde pública, ao desenvolverem atividades de cunho técnico, científico, educacional, assistencial e de participação social na promoção, proteção e recuperação da saúde, em âmbito público e comunitário.”

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 162/2021-PLN-SF - Vide Item 2.2.5 do Sumário)**

Aproveito para parabenizar, pela iniciativa, o Deputado Jorge Solla, assim como todos os envolvidos, a Consultoria e também minha assessoria técnica do Senado Federal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senadora Leila Barros.

O parecer é favorável ao projeto, com a Emenda nº 2, da Relatora, de redação.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão.

Para discutir, Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Pois não, Senador Carlos Portinho, com a palavra.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela Liderança. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, boa noite! Desculpe-me.

Eu já vou até encaminhar favoravelmente ao projeto da Leila, mas eu queria voltar aqui àquela MP 1.040. Eu acabei de ver o complemento do voto, e, ao contrário do que a gente discutiu aqui, que as empresas Simples continuariam no cartório de pessoa jurídica, no complemento do voto está o art. 1.000-A dizendo que elas vão para as juntas mercantis. Se foi isso, eu vou mudar meu voto, vou pedir para registrar meu voto contrário à MP, porque eu escutei do Senador Irajá que o art. 1.000 iria sair e que essa questão de as empresas Simples irem para as juntas mercantis iria sair. Eu tinha um destaque, inclusive, sobre esse artigo.

Eu peço a revisão e gostaria... Peço desculpa por voltar ao tema, mas estamos prejudicando



profissionais liberais, advogados que não exercem nem atividade mercantil. Com todo o respeito, eu gostaria da revisão e de ouvir o Senador Irajá, porque a assessoria mandou o complemento do voto, e não foi como a gente conversou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Diante do pronunciamento do Senador Carlos Portinho, solicito à Secretaria-Geral da Mesa que faça a avaliação à luz, inclusive, dos debates em relação à matéria para eventual ajuste na redação final a respeito desse tema.

Está em discussão o item 5, Projeto de Lei 2.077, de 2019. (*Pausa.*)

Não havendo...

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Eu quero aqui parabenizar, Sr. Presidente, o Deputado Jorge Solla e nossa Relatora Leila.

Eu acho que os brasileiros, nós já consideramos de fato o Instituto Butantan e a Fiocruz como patrimônio nacional da nossa saúde, mas agora nós estamos colocando de direito. Parabéns e parabéns aí pela escolha do novo partido, e eu queria dizer que onde você estiver você vai fazer bonito.

Aí, eu quero parabenizar por esse projeto de lei. É como eu digo, os brasileiros, a gente tem orgulho de ter a Fiocruz e o Instituto Butantan, não só pelo que eles produzem. Nós temos os melhores virologistas do mundo que estão ali na pesquisa, sempre dedicados à saúde preventiva, que é justamente vacinas, soros antiofídicos, e se pratica ciência ali.

Então, parabéns, Leila; parabéns aos brasileiros, porque vamos considerar duas entidades importantíssimas no avanço da ciência e da medicina preventiva no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Esgotada a lista de oradores, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

Não foram apresentados destaques.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação, em turno único, o projeto e a emenda, nos termos do parecer, que é favorável ao projeto com a Emenda nº 2, da Relatora, emenda de redação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto com a Emenda nº 2, de redação.

As adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos, dispensada a redação final.

A matéria vai à sanção.

Eu cumprimento a Senadora Leila Barros pelo seu parecer ora aprovado, igualmente os autores dessa matéria, Deputado Jorge Solla e o Deputado Odorico Monteiro, do Ceará, que se encontra aqui presente no Plenário do Senado Federal. Seja muito bem-vindo, Deputado, e o cumprimento pela aprovação do projeto de lei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu também só quero aproveitar a oportunidade também para não só parabenizar o autor também, que está conosco, mas parabenizar a nossa querida Leila. Ao mesmo tempo, quero desejar muito sucesso, eu sei que ela está agora numa nova, no Cidadania.

Então, Leila, parabéns, seja feliz e que a gente possa trabalhar cada vez mais juntos pelo nosso Distrito Federal. Muito sucesso para você.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado,



Senador Izalci Lucas.

Senadora Leila Barros com a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/PSB - DF. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, primeiro também eu peço até desculpas. Eu não cumprimentei também, além do Deputado Jorge Solla, o Deputado Odorico Monteiro. Ambos, quero cumprimentá-los pela iniciativa e quero agradecer as palavras, o carinho da Senadora Zenaide, do meu colega de bancada, meu amigo Izalci.

E quero dizer que é isso. Na política, é importante a gente tomar decisões e estar com o coração e a consciência tranquilos. Então, eu agradeço demais e vamos trabalhar.

Agradeço demais ter sido designada para essa relatoria desse projeto, porque nenhum brasileiro certamente tem dúvida da importância e o quanto que essas duas instituições, a Fundação Oswaldo Cruz e também o Instituto Butantan, fazem para o nosso País em termos de saúde. Gratidão imensa por ter me designado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senadora Leila Barros.

Eu indago ao Senador Carlos Portinho se está conectado. (*Pausa.*)

Apenas para comunicar ao Senador Carlos Portinho, diante da ponderação, Senador Carlos Portinho, feita por V. Exa., a Secretaria-Geral da Mesa confirma que o art. 1.000-A, referido por V. Exa., foi suprimido do texto pelo Relator, o Senador Irajá, na Medida Provisória 1.040. Essa é a informação prestada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Obrigado, Senador.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Eu acredito, mas eu não vejo isso, Sr. Presidente, aqui, pelo menos, no texto que eu estou lendo. Mas agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Nos autógrafos da matéria, estará essa informação confirmada, Senador Portinho, a supressão do art. 1.000-A, segundo informação da Secretaria-Geral da Mesa, mas V. Exa. fique atento, porque o preço da liberdade é a eterna vigilância.

Obrigado, Senador Carlos Portinho.

Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu. (*Pausa.*)

Senador Oriovisto Guimarães, como orador.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu quero aproveitar estes três minutos que o senhor me concede para lembrar uma espécie de loucura social que existe nas diversas populações de todos os países sobre a face da Terra. Eu quero lembrar que, em 1978, um pastor pentecostal chamado Jim Jones levou 900 pessoas para uma selva na Guiana e promoveu um suicídio coletivo de mais de 900 pessoas que seguiram o seu líder e se suicidaram a pedido dele; tomaram veneno coletivamente. Essa capacidade que o ser humano tem de abandonar o seu juízo, a sua razão e se entregar por completo a seguir um líder maluco caracteriza a humanidade. A Alemanha, povo brilhante, culto, que nos deu Kant, que nos deu tantos gênios, que nos deu Goethe, teve um Hitler, e milhões de alemães seguiram esse homem e cometeram as barbaridades que cometeram. Isso também aconteceu na Itália, isso já aconteceu em inúmeros países do mundo. Sempre que nós temos um líder insano, existem milhões de pessoas dispostas a acompanhá-lo numa espécie de loucura social.

A melhor maneira de combater esses tipos de aventura, Sr. Presidente, é se posicionando do lado da saúde mental, é desmentindo as inverdades que esses loucos pregam. Por isso, é fundamental que não



nos calemos. Todos nós que ocupamos posição de liderança temos que nos posicionar quando loucuras começam a ser repetidas à exaustão, porque os liderados acreditam, sim; fazem ameaças, sim.

E nós estamos vivendo uma fase no mundo, em que acontecem coisas incríveis. Por exemplo, até hoje, nos Estados Unidos, onde o voto é no papel, em grande parte dos Estados, há gente que acredita que as eleições foram fraudadas lá. E o voto é no papel, e a recontagem foi feita. Sr. Presidente, as urnas eletrônicas não são ligadas à internet. Para fraudá-las, o fraudador teria que ter acesso a uma por uma das urnas. "Ah, mas vão fraudar na hora da transmissão dos dados". Pergunto: se o voto fosse feito em papel, os cinco mil e tantos Municípios brasileiros, na hora de consolidar esses números, transportariam as informações até Brasília de carro? Fariam como? Ou não fariam a transmissão via internet também?

Então, Sr. Presidente, está na hora de nos posicionarmos claramente contra certas tentativas de acabar com a democracia, de criar pretextos, de dizer inverdades, porque há inocentes que as seguem. Eu sou um democrata, voto a favor do Presidente Bolsonaro em todas as boas iniciativas do Governo. Votei hoje, inclusive, e votei em inúmeras outras vezes. Aplauzo tudo que o PT fizer de bom e o apoio, e já apoiei várias vezes, apoiei hoje, inclusive, mas, Sr. Presidente, nós não podemos ficar nisso. Nós não podemos ficar vivendo de forma sectária. A única coisa que caracteriza a democracia é a capacidade de admitir que eu posso estar errado. Só essa capacidade permite que eu respeite o voto da maioria. Fora isso, o que nós temos é a loucura.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que é a hora de parabenizar o que fez o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o que está fazendo o Poder Judiciário e acho que nós, no Poder Legislativo, com toda a classe, com toda a educação, com toda a respeitabilidade que caracteriza sua fala, seria a hora de este Senado, claramente, se pronunciar a favor da democracia, a favor da divergência de ideias, a favor do respeito à opinião divergente da nossa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Oriovisto Guimarães. Cumprimento-o pelo pronunciamento e, no início desta sessão de hoje, fiz questão de fazer um pronunciamento em defesa do Estado democrático de direito e dos Poderes da República, que são autônomos, mas devem ser harmônicos.

Muito obrigado, Senador Oriovisto Guimarães.

Anuncio o item extrapauta.

Projeto de Lei nº 2.695, de 2021, do Senador Nelsinho Trad, que denomina de "Aeroporto Internacional de Campo Grande – Ueze Elias Zahran" o Aeroporto Internacional de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

A matéria depende de parecer.

Faço a designação do Senador Wellington Fagundes para proferir parecer de Plenário.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentá-lo, assim como todos os companheiros e companheiras Senadores, toda a população brasileira.

Antes de proferir o parecer, Sr. Presidente, eu gostaria também de parabenizar a Senadora Leila Barros pelo seu brilhante relatório, bem como os proponentes na Câmara dos Deputados, o Deputado Jorge Solla e também Odorico Monteiro, por criarem essa honraria do título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública e já homenageando a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e também o Instituto Butantan, principalmente pela história desses dois institutos de pesquisas e, principalmente também, neste momento também que vivemos, de pandemia, quando todos os dois institutos têm feito, através dos seus pesquisadores, mas também de todos os profissionais que trabalham nesses institutos, todos os esforços possíveis e



imagináveis para que a gente possa ter vacinas brasileiras, pesquisadas no Brasil, produzidas no Brasil. Tenho debatido muito esse assunto, como membro da Comissão da covid, com todos os Senadores e Senadoras. Muitas audiências tivemos. Inclusive, propus agora, na nossa última reunião com o nosso Presidente Confúcio Moura, uma visita da nossa Comissão a esses dois institutos, Senador Nelsinho Trad, para acompanhar e estar lá averiguando principalmente as obras de construção das duas fábricas, do Butantan e da Fiocruz, bem como as pesquisas que estão sendo desenvolvidas por esses dois institutos: o Butantan, já com uma vacina praticamente pronta, a ButanVac, a partir da inoculação em ovo de galinha, e também o Instituto Fiocruz, com uma outra linhagem de vacina, com base no RNA mensageiro.

Aliás, fiz também a proposta, que foi aprovada aqui no Plenário e também já sancionada pelo Presidente da República, para que a gente utilize o parque de saúde animal para também fabricar vacinas a partir dessas tecnologias desenvolvidas no Brasil, bem como de outras que, inclusive, além do Butantan, da Fiocruz, a Universidade de São Paulo, a UnB, Minas Gerais. E eu acredito que, até o final do ano, nós teremos, com certeza, vacina produzida no Brasil para 100% da população e até ajudar outros países do mundo.

Eu quero então, agora, proferir aqui o parecer sobre esse projeto do nosso companheiro Senador Nelsinho Trad, que denomina Aeroporto Internacional de Campo Grande – Ueze Elias Zahran o Aeroporto Internacional de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Vamos lá, Sr. Presidente, ao relatório.

Vem ao exame do Plenário do Senado Federal o Projeto de Lei nº 2.695, de 2021, do Senador Nelsinho Trad, que denomina Aeroporto Internacional de Campo Grande – Ueze Elias Zahran o Aeroporto Internacional de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Cumpre-me ofertar parecer ao projeto, examinando sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, bem como o mérito da proposta.

A proposição consta de dois dispositivos: o art. 1º confere a referida homenagem e o art. 2º dispõe que a lei proposta entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificativa, o autor da matéria destaca a biografia do homenageado e também os seus feitos para a cidade de Campo Grande e para o Estado de Mato Grosso do Sul. E quero aqui acrescentar para o Mato Grosso uno, porque Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são dois Estados irmãos, e Ueze teve toda a sua história também ainda no dois Estados unos.

No Senado Federal, a matéria foi distribuída para a apreciação do Plenário.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Então, agora, vamos à análise, Sr. Presidente.

A apreciação da matéria em Plenário, em substituição às Comissões temáticas, ante o período excepcional em que se encontra o País, não encontra óbices no aspecto regimental e está fundamentada no Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, verifica-se ser concorrente com os Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A Carta Magna também determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

Quanto à juridicidade, a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional



de Viação e dá outras providências, mostra que o aeroporto em pauta consta da Relação Descritiva dos Aeródromos do Plano Nacional de Viação (PNV), o que possibilita a alteração de sua denominação mediante lei federal.

Sendo assim, a iniciativa é amparada pelo art. 2º da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias, obras de arte e estações terminais no Plano Nacional de Viação, cuja disposição é a seguinte: "Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecida no artigo anterior, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevantes serviços à Nação ou à Humanidade".

Além disso, a matéria também está em consonância com as exigências impostas pela Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que regulamenta a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.

Da mesma forma, quanto à técnica legislativa, não há óbice ao texto do projeto, que obedece às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, o projeto em análise atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Quanto ao mérito, Sr. Presidente, o projeto merece prosperar. Como bem destaca o autor da matéria, o nosso Senador Nelsinho Trad, o Sr. Ueze Elias Zahran prestou contribuição ímpar para a cidade de Campo Grande, para o Estado de Mato Grosso do Sul e para o Brasil, e eu quero falar também, como mato-grossense, para o meu Estado, o Estado de Mato Grosso, para a nossa capital Cuiabá, enfim, para o Estado uno. E o nosso homenageado – e eu quero aqui falar aqui já tomando para mim também, Senador Nelsinho Trad –, ele, que foi nascido em Bela Vista, na fronteira com Paraguai, no dia 15 de agosto de 1924, Ueze Elias Zahran se tornou um empresário de renome mundial em razão de sua visão de futuro e empreendedorismo.

Entre os seus feitos está a criação da empresa de distribuição de gás Copagaz, em 1955; portanto, dois anos antes de eu ter nascido. Eu, que estudei na cidade de Campo Grande, conheci essa empresa, que é até hoje um orgulho de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, e que faz hoje um trabalho pelo Brasil afora.

Ainda Ueze criou também a Rede Mato-grossense de Comunicação, em 1965, com sete emissoras de TV, rádios e *sites*, e com certeza hoje é uma das maiores empresas de comunicação do País. A primeira empresa foi a TV Morena, criada em 1965, lá no bairro que todo mundo conhece e que teve todo um desenvolvimento naquela região, graças exatamente à visão empreendedora de Ueze Elias Zahran. E a TV Morena hoje, com certeza, é um grande destaque, assim como também a TV Centro América, que foi fundada em 1967.

Também eu quero aqui destacar a obtenção dos títulos de Cidadão Paulistano pela Câmara Municipal de São Paulo e também de Guardiã dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Ao longo de sua vida, investiu nos mais diversos ramos da economia, comércio, agronegócio, alimentação, cultura, telecomunicação, indústria e também energia, sempre priorizando a responsabilidade social.

Por isso, Ueze Zahran valorizou ainda mais e divulgou a cultura brasileira, investindo no cinema nacional. E com o seu patrocínio, a cineasta Ana Carolina produziu os filmes *Das tripas coração*, em 1982, e também *Sonho de valsa*, em 1987, e ainda Joel Pizzini produziu os curtas-metragens *Enigma de Um Dia*, em 1996 e *Glauces: estudo de um rosto*, em 1998.

Zahran criou em 1999 a Fundação Ueze Zahran, que promove a educação para adultos, cursos de computação para idosos e ainda promoção cultural para jovens e crianças, dentre outras tantas ações sociais. O homenageado sempre teve como princípio oferecer qualidade de vida aos seus trabalhadores, principalmente àqueles que não tiveram oportunidades de estudo. Para tanto, Ueze criou o programa de



bolsas de estudo, promovendo a possibilidade de uma grande transformação na vida de colaboradores, oferecendo cursos de língua estrangeira, cursos de graduação, cursos de pós-graduação, educação infantil para os filhos de funcionários e alfabetização para quem não teve a chance de prosperar em uma escola.

Infelizmente, nós todos mato-grossenses o perdemos em 2018, mas já aos 94 anos, e Ueze deixou um legado de pioneirismo.

Sendo assim, é, sem dúvida, justa e meritória a iniciativa proposta pelo nosso companheiro Nelsinho Trad, que, como uma grande liderança, reconhece o trabalho desse empreendedor visionário.

Eu tive, muitas vezes, a oportunidade, Senador Nelsinho Trad, de estar com ele. Ele esteve na minha cidade também inaugurando a TV Centro América e depois reinaugurando o grande investimento também de TV, passando do sistema analógico para o digital. Hoje, o Estado de Mato Grosso é todo integrado também pela nossa querida TV Centro América, bem como pelo sistema de rádio da Centro América.

Por isso, eu quero aqui, ao encerrar, trazer os meus parabéns à iniciativa do Senador Nelsinho Trad, dizendo que o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.695, de 2021.

É isso, Sr. Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 163/2021-PLEN-SF - Vide Item 2.2.6 do Sumário)**

Mais uma vez, em nome de todos os profissionais dessa grandiosa empresa, desse grandioso feito que deixou Ueze Zahran, os nossos parabéns. Com certeza, hoje, com a visão empreendedora de Ueze, muitos empresários continuam lutando, trabalhando para o desenvolvimento dos nossos dois Estados.

Parabéns, Senador Nelsinho Trad!

Parabéns à família de Ueze Zahran!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O parecer é favorável ao projeto.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão.

Para discutir, Senador Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, quero cumprimentar o senhor e todos os colegas Senadores e colegas Senadoras. Que Deus abençoe a retomada dos nossos trabalhos!

Queria aproveitar para cumprimentar o Senador Nelsinho Trad pela autoria desse belíssimo projeto e o Senador Wellington Fagundes pela relatoria.

Eu tive a oportunidade de conhecer o Seu Elias Zahran, como ele era conhecido lá no Estado de Mato Grosso, um pioneiro das comunicações. A sua origem libanesa lhe mostrou como ser um grande comerciante, um empreendedor que fez uma grande empresa de distribuição de gás. A primeira televisão do então Estado unido de Mato Grosso foi fundada pelo Sr. Elias Zahran.

Tive a oportunidade de ter uma filha que se formou em jornalismo, Nelsinho. Quando estava fazendo jornalismo na Universidade Federal de Mato Grosso, ela foi estagiária na TVCA e conheceu lá, Wellington, mais do que um empreendedor, um grande ser humano. Ela falava: "Pai, que homem espetacular. Ele não tem os colaboradores como funcionários, mas como parceiros, como amigos".

É uma belíssima homenagem a um homem que já foi agraciado por Deus com uma longevidade de 94 anos não só pelo seu empreendedorismo, pela fortuna que acumulou, mas também pela fortuna de homem humilde, trabalhador, responsável pelo pioneirismo na comunicação, pelo pioneirismo no desenvolvimento do nosso Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Eu rendo aqui também as minhas homenagens para que essa bela homenagem hoje oferecida pelo Nelsinho Trad e pelo Wellington Fagundes tenha também a minha assinatura.

Que Seu Zahran, lá do céu, continue abençoando o Estado de Mato Grosso, o Estado de Mato Grosso do Sul e o nosso Brasil!



Parabéns pela homenagem!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Carlos Fávaro.

Com a palavra o autor, Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, quero agradecer a V. Exa. pela sensibilidade de ter colocado essa matéria extrapauta, vez que o nosso aeroporto internacional de Campo Grande, conforme me informou o Ministro Tarcísio, será inaugurado diante de uma ampla reforma de reestruturação daquele grande aeroporto brasileiro.

Essa homenagem veio de uma ideia de prestar aqui uma consideração muito grande a um homem que nasceu em Bela Vista, na fronteira com o Paraguai, no dia 15 de agosto de 1924, e formou-se empresário de renome mundial em razão da sua visão de futuro e empreendedorismo.

Filho de imigrantes libaneses, seu Elias e dona Laila, que vieram para o Brasil no início do século XX, em busca de um lugar com melhores condições para formar uma família, sendo ele o segundo de seis irmãos: Eduardo, Nagib, Jorge, João e Janette.

Casou-se com dona Lucila Peluffo Zahran. Teve três filhas, seis netos e três bisnetos.

No início, o sustento da família vinha do comércio. Ueze iniciou a sua vida laborativa trabalhando com seu pai, Elias Zahran num bar, cuja maior renda vinha da torrefação de café.

Após enfrentar muitas dificuldades, mesmo tendo conseguido autorização para exportar o café para a Argentina, uma questão diplomática entre os dois países inviabilizou a continuidade desse comércio e o forçou a encerrar as atividades.

Com aquela velha máxima de que Deus fecha uma porta, mas abre janelas, assim dedicou-se ao projeto do primeiro grande negócio da família Zahran, uma distribuidora de gás. Inicialmente, passou a encher tanques de gás em São Paulo para mandar por ferrovia para o então Estado uno de Mato Grosso.

Pouco tempo depois, em 1961, buscando a expansão do negócio, ampliou suas operações com uma engarrafadora na cidade de São Paulo. A Copagaz se tornaria, 60 anos depois, a quinta maior distribuidora de GLP do País.

Não satisfeito e buscando expandir os negócios da família, Ueze viu, na comunicação, uma grande oportunidade de suprir uma carência da comunidade do antigo Mato Grosso, Estado uno.

Por volta de 1960, o País tinha apenas 26 emissoras de televisão. Preencheu, portanto, os requisitos necessários para que pudesse participar de procedimento concorrencial para a concessão de canais de televisão. Logrou êxito e foi autorizado a constituir três emissoras geradoras, que seriam lotadas em Campo Grande, Cuiabá e Corumbá, as três maiores cidades do Estado uno de Mato Grosso.

Dessa forma, em 1965, juntamente com seus irmãos, Ueze ingressou a TV Morena em Campo Grande, primeira emissora do antigo Mato Grosso. Dois anos depois, inaugurou a TV Centro América, em Cuiabá, cidade do nosso querido Senador Fávaro e do nosso Relator, Wellington Fagundes, dando início à Rede Mato-Grossense de Comunicação, que se tornou afiliada da Rede Globo, em 1976.

Hoje, com sete emissoras de TV, rádio e sites...

(Soa a campainha.)

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – ... a Rede Mato-Grossense de Comunicação é uma das maiores empresas de comunicação do País.

Eu gostava muito de ouvir as histórias do Ueze Zahran. E eu perguntei uma vez para ele, Senador Fávaro, o que deu ideia para ele fazer esse empreendimento de televisão. Ele era fã da Jovem Guarda e queria que os nossos conterrâneos pudessem ter a oportunidade de ver Roberto Carlos, Erasmo Carlos, Wanderléa, o pessoal da Jovem Guarda, para você ver o que estimula a pessoa a empreender.



Em seus vários títulos, ele obteve o de Cidadão Paulistano, pela Câmara Municipal de São Paulo, recebido em 2012, com o reconhecimento pelo que fez para o desenvolvimento da capital paulista. Valorizou e divulgou a cultura brasileira, como bem disse o Relator, uma vez que o Kajuru fez um pronunciamento da cultura, ele investiu no cinema nacional.

Com o seu patrocínio, a cineasta Ana Carolina produziu vários filmes: Das tripas coração (1982) e Sonho de valsa (1987), e Joel Pizzini produziu os curtas-metragens... Enfim, vários outros que estão no rol do seu currículo.

Criou em 1999 a fundação Ueze Zahran, que promove a educação para adultos, curso de computação para idosos e promoção cultural para jovens e crianças, dentre outras ações sociais.

Engajou-se, também, por meio de um convênio com governos estaduais e a Copagaz, no programa SOS Crianças Desaparecidas, que até hoje ajuda famílias a encontrar crianças desaparecidas, por meio da publicação e divulgação de fotos de crianças nas etiquetas dos botijões de gás distribuídos pelo País. Centenas de crianças foram encontradas e voltaram para suas famílias a partir dessa campanha.

É preciso registrar, ainda, que Ueze Zahran sempre teve como princípio oferecer qualidade de vida a seus colaboradores, que eram mais do que isso; faziam parte de uma família que ele, de uma maneira ímpar, soube sempre cultivar.

Em 2018, Ueze Elias Zahran faleceu, aos 94 anos, deixando um legado de pioneirismo. O homem de negócios que o Brasil e o mundo conheceram sempre foi um visionário, com um olhar voltado para Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, marcado para sempre a história desses dois Estados.

Dessa forma, Sr. Presidente, eu peço o apoio de todos os pares, para que esta justa homenagem possa fazer com que essa família empreste a todos nós o nome de Ueze Elias Zahran para nominar o Aeroporto Internacional de Campo Grande.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Nelsinho Trad.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Com a palavra o Líder da Oposição, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é breve. Só para cumprimentar o Senador Nelsinho Trad pela homenagem a um empresário reconhecido nacionalmente, vencedor do Prêmio Gazeta Mercantil, em 1997, denominação mais do que justa ao Aeroporto Internacional de Campo Grande. Aliás, Senador Nelsinho, a história de um povo é identificada por aquelas pessoas que merecem ser homenageadas. Um empresário como o Dr. Zahran é um daqueles que merecem ser homenageados.

A atualização histórica que nós temos que fazer no Brasil é em relação àquelas homenagens indevidas, que não deveriam permanecer existindo. Não é aceitável ainda, no País, termos homenagens a personalidades, a pessoas que participaram da chacina do povo brasileiro, e que participaram de atos atentatórios à democracia, que participaram de atos, que foram cúmplices de períodos autoritários.

É diferente da homenagem que V. Exa. aqui presta e que é muito bem relatada pelo Senador Wellington. Homenagem a um empresário que contribuiu e dedicou a sua história, a sua trajetória, ao seu povo. Então, meus cumprimentos a V. Exa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, rapidamente, além de ter tido a felicidade e a satisfação de poder ter relatado esse projeto de lei do Senador Nelsinho Trad, eu queria cumprimentar também o genro do Ueze Zahran, Caio Torquato,



como a sua filha Márcia também; ele que dá prosseguimento a todo esse trabalho de pioneirismo do Elias Zahran. Quero ainda dizer que recebi, inclusive, ligações de funcionários do Elias Zahran, dizendo do ser humano que era ele e agradecendo, inclusive, ao Caio pela continuidade desse trabalho de pioneirismo. Então, por isso eu gostaria de registrar e trazer aqui também a minha homenagem, em nome da Márcia e do Caio Torquato, por esse grande trabalho que a empresa desenvolve no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Fala da Presidência.) – Esgotada a lista de oradores, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, que é favorável à matéria, em turno único.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto, as adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos, dispensada a redação final.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Cumprimento o Senador Nelsinho e o Senador Wellington Fagundes pela bela homenagem feita a Ueze Elias Zahran na data de hoje.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que está convocada sessão deliberativa semipresencial para amanhã, quinta-feira, às 16h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão deliberativa semipresencial do Senado Federal, a Presidência declara o seu encerramento.

Boa noite!

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 53 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal

56ª Legislatura

3ª Sessão Legislativa Ordinária

84ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 16 horas

Presenças no período: 04/08/2021 14:00:00 até 04/08/2021 22:00:00

Votos no período: 04/08/2021 14:00:00 até 04/08/2021 22:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	X	X
Podemos	PR	Alvaro Dias	X	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X	X
PSD	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSD	MT	Carlos Fávaro	X	X
PL	RJ	Carlos Portinho	X	X
PSD	MG	Carlos Viana	X	X
DEM	RR	Chico Rodrigues	X	X
PDT	CE	Cid Gomes	X	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X	X
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	X	X
MDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X	X
Podemos	CE	Eduardo Girão	X	X
MDB	TO	Eduardo Gomes	X	X
Cidadania	MA	Eliziane Gama	X	X
PROGRES	SC	Esperidião Amin	X	X
REDE	ES	Fabiano Contarato	X	X
MDB	PE	Fernando Coelho	X	X
PROS	AL	Fernando Collor	X	X
Podemos	PR	Flávio Arns	X	X
Patriota	RJ	Flávio Bolsonaro	X	X
PSL	SP	Giordano	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PSD	TO	Irajá	X	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X	X
MDB	PA	Jader Barbalho	X	X
PT	BA	Jaques Wagner	X	X
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	X	X
DEM	MT	Jayne Campos	X	X
PT	RN	Jean Paul Prates	X	X
Podemos	GO	Jorge Kajuru	X	X
PL	SC	Jorginho Mello	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PROGRES	TO	Kátia Abreu	X	X
Podemos	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	DF	Leila Barros	X	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X	X
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	X	X
MDB	GO	Luiz do Carmo	X	X
PROGRES	AC	Mailza Gomes	X	X
PSDB	SP	Mara Gabrilli	X	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X	X

Emissão 04/08/2021 21:56:13





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 56ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

84ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 16 horas

Presenças no período: 04/08/2021 14:00:00 até 04/08/2021 22:00:00

Votos no período: 04/08/2021 14:00:00 até 04/08/2021 22:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
MDB	AC	Marcio Bittar	X	X
DEM	RO	Marcos Rogério	X	X
PSD	MS	Nelsinho Trad	X	X
MDB	PB	Nilda Gondim	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
Podemos	DF	Reguffe	X	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PSDB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	X	X
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	X	
PT	SE	Rogério Carvalho	X	X
PL	RJ	Romário	X	X
MDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
MDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSL	MS	Soraya Thronicke	X	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PROS	RR	Telmário Mota	X	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X	X
PDT	MA	Weverton	X	X
PROS	RN	Zenaide Maia	X	X
PSC	PA	Zequinha Marinho	X	X

Compareceram 76 senadores.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 84^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Matéria recebida da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15, DE 2021

(Proveniente da Medida Provisória nº 1040, de 2021)

Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletricidade, sobre a desburocratização societária e de atos processuais e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); altera as Leis nºs 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 7.913, de 7 de dezembro de 1989, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.514, de 28 de outubro de 2011, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 4.886, de 9 de dezembro de 1965, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938; e revoga as Leis nºs 2.145, de 29 de dezembro de 1953, 2.807, de 28 de junho de 1956, 2.815, de 6 de julho de 1956, 3.187, de 28 de junho de 1957, 3.227, de 27 de julho de 1957, 4.557, de 10 de dezembro de 1964, 4.950-A, de 22 de abril de 1966, 7.409, de 25 de novembro de 1985, e 7.690, de 15 de dezembro de 1988, os Decretos nºs 13.609, de 21 de outubro de 1943, 20.256, de 20 de dezembro de 1945, e 84.248, de 28 de novembro de 1979, e os Decretos-Lei nºs 1.416, de 25 de agosto de 1975, e 1.427, de 2 de dezembro de 1975, e dispositivos das Leis nºs 2.410, de 29 de janeiro de 1955, 2.698, de 27 de dezembro de 1955, 3.053, de 22 de dezembro de 1956, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.137, de 7 de novembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.279, de 14 de maio de 1996, e 9.472, de 16 de julho de 1997, e dos Decretos-Lei nºs 491, de 5 de março de 1969, 666, de 2 de julho de 1969, e 687, de 18 de julho de 1969; e dá outras providências.

DOCUMENTOS:

- Legislação citada
- Medida provisória original
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1982447&filename=MPV-1040-2021
- Emendas apresentadas perante a Comissão Mista
<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/de8f31e3-9ae9-4ef7-a39e-808d3b81415a>
- Nota técnica
<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/1ffce749-26ae-450f-8dbe-b971928712c8>
- Sinopse de tramitação na Câmara
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp;.proposicoesWeb2?idProposicao=2275840&ord=1&tipo=1



Página da matéria



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletricidade, sobre a desburocratização societária e de atos processuais e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); altera as Leis nºs 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 7.913, de 7 de dezembro de 1989, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.514, de 28 de outubro de 2011, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 4.886, de 9 de dezembro de 1965, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938; e revoga as Leis nºs 2.145, de 29 de dezembro de 1953, 2.807, de 28 de junho de 1956, 2.815, de 6 de julho de 1956, 3.187, de 28 de junho de 1957, 3.227, de 27 de julho de 1957, 4.557, de 10 de dezembro de 1964, 4.950-A, de 22 de abril de 1966, 7.409, de 25 de novembro de 1985, e 7.690, de 15 de dezembro de 1988, os Decretos nºs 13.609, de 21 de outubro de 1943, 20.256, de 20 de dezembro de 1945, e 84.248, de 28 de novembro de 1979, e os Decretos-Lei nºs 1.416, de 25 de agosto de 1975, e 1.427, de 2 de dezembro de 1975, e dispositivos das Leis nºs 2.410, de 29 de janeiro de 1955, 2.698, de 27 de dezembro de 1955, 3.053, de 22 de dezembro de 1956, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.137, de 7 de novembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.279, de 14 de maio de 1996, e 9.472,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

de 16 de julho de 1997, e dos Decretos-Lei n°s 491, de 5 de março de 1969, 666, de 2 de julho de 1969, e 687, de 18 de julho de 1969; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I
DO OBJETO

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletricidade, sobre a desburocratização societária e de atos processuais e a prescrição intercorrente na Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

CAPÍTULO II
DA FACILITAÇÃO PARA ABERTURA DE EMPRESAS

Art. 2º A Lei n° 11.598, de 3 de dezembro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

§ 1º A Redesim será administrada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM), presidido por representante indicado pelo Ministro de Estado da Economia, nos termos de regulamento.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

4

§ 2º A composição, a estrutura e o funcionamento do CGSIM serão definidos em regulamento, que contemplará representação dos órgãos e das entidades envolvidos no processo de registro e de legalização de empresários, incluídos produtores rurais estabelecidos como pessoas físicas, e de pessoas jurídicas e no processo de licenciamento e de autorizações de funcionamento.

§ 3º A plataforma tecnológica de integração do processo relativa à Redesim poderá abranger produtos artesanais alimentícios, inclusive de origem animal ou vegetal, e as obras de construção civil, de empresários e de pessoas jurídicas.”(NR)

“Art. 4º Os órgãos e as entidades envolvidos no processo de registro e de legalização de empresas, no âmbito de suas competências, deverão manter à disposição dos usuários, de forma gratuita, por meio presencial e da internet, ficha cadastral simplificada, da qual constem os dados atualizados da empresa, bem como informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisas prévias sobre as etapas de registro ou de inscrição, de alteração e de baixa de empresários, incluídos produtores rurais estabelecidos como pessoas físicas, e de pessoas jurídicas e de licenciamento e de autorizações de funcionamento, de modo a fornecer ao usuário clareza quanto à documentação exigível e à viabilidade locacional, de nome empresarial, de registro, de licenciamento ou de inscrição.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

5

§ 1º (Revogado).

I - (revogado);

II - (revogado);

III - (revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º (Revogado).

....." (NR)

"Art. 5º-A Resolução do CGSIM disporá sobre a classificação de risco das atividades, válida para todos os integrantes da Redesim, a ser observada na ausência de legislação estadual, distrital ou municipal específica, sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e observado o disposto no § 5º do art. 4º desta Lei.

§ 1º Na hipótese de sobrevir legislação estadual, distrital ou municipal específica que disponha sobre a classificação de atividades, o ente federativo que editar a norma específica informará a alteração realizada ao CGSIM.

§ 2º As licenças, os alvarás e os demais atos públicos de liberação serão considerados válidos até o cancelamento ou a cassação por meio de ato posterior, caso seja constatado o descumprimento de requisitos ou de condições, vedada a atribuição de prazo de vigência por tempo indeterminado."

"Art. 6º-A Sem prejuízo do disposto no inciso I do *caput* do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20





CÂMARA DOS DEPUTADOS

6

de setembro de 2019, nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado médio, na forma prevista no art. 5º-A desta Lei, o alvará de funcionamento e as licenças serão emitidos automaticamente, sem análise humana, por intermédio de sistema responsável pela integração dos órgãos e das entidades de registro, nos termos estabelecidos em resolução do CGSIM.

§ 1º O alvará de funcionamento será emitido com a assinatura de termo de ciência e responsabilidade do empresário, sócio ou responsável legal pela sociedade, que firmará compromisso, sob as penas da lei, de observar os requisitos exigidos para o funcionamento e o exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, para efeito de cumprimento das normas de segurança sanitária, ambientais e de prevenção contra incêndio.

§ 2º Do termo de ciência e responsabilidade constarão informações sobre as exigências que deverão ser cumpridas antes do início da atividade empresarial.

§ 3º O CGSIM comunicará ao responsável pela integração nos Estados e no Distrito Federal sobre o recebimento de classificação própria prevista em legislação estadual, distrital ou municipal específica, caso em que o sistema aplicará a classificação respectiva e não a estabelecida pelo CGSIM na forma prevista no *caput* do art. 5º-A desta Lei.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

7

§ 4º A emissão automática de que trata o *caput* deste artigo não obsta a fiscalização pelos órgãos ou pelas entidades estaduais, distritais ou municipais competentes.

§ 5º A assinatura de termo de ciência e responsabilidade do empresário, sócio ou responsável legal pela sociedade, referido no § 1º deste artigo, poderá ser realizada eletronicamente mediante o uso de assinaturas eletrônicas nos termos da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

§ 6º As disposições deste artigo não afastam as regras de licenças ambientais e outros atos autorizativos previstos na Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.”

“Art. 11.

I - promover orientação e informação sobre as etapas e os requisitos para processamento de registro, de inscrição, de alteração e de baixa de pessoas jurídicas ou de empresários;

II - prestar os serviços prévios ao registro e à legalização de empresários e de pessoas jurídicas, incluída a disponibilização de aplicativo de pesquisa *on-line* e com resposta imediata sobre a existência de nome empresarial idêntico;

III - (revogado);

IV - realizar o registro e as inscrições de empresários e pessoas jurídicas sem estabelecimento físico;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

8

V - prestar serviço de consulta sobre a possibilidade de exercício da atividade empresarial no local indicado para o funcionamento do estabelecimento comercial, no caso de os Municípios disponibilizarem resposta automática e imediata e seguirem as orientações constantes de resolução do CGSIM;

VI - prestar os serviços posteriores ao registro e à legalização, incluída a coleta de informações relativas aos empregados contratados pelo empresário ou pela pessoa jurídica; e

VII - oferecer serviço de pagamento *on-line* e unificado das taxas e dos preços públicos envolvidos no processo de registro e de legalização de empresas.

Parágrafo único. O sistema mencionado no *caput* deste artigo deverá contemplar o conjunto de ações a cargo dos órgãos e das entidades federais, estaduais, distritais e municipais, observado o disposto no art. 2º desta Lei.”(NR)

“Art. 11-A. Não poderão ser exigidos, no processo de registro de empresários, incluídos produtores rurais estabelecidos como pessoas físicas, e de pessoas jurídicas realizado pela Redesim:

I - quaisquer outros números de identificação além do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), número de identificação cadastral única, nos termos do inciso III do *caput* do art. 8º





CÂMARA DOS DEPUTADOS

9

da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - dados ou informações que constem da base de dados do governo federal;

III - coletas adicionais à realizada no âmbito do sistema responsável pela integração, a qual deverá ser suficiente para a realização do registro e das inscrições, inclusive no CNPJ, e para a emissão das licenças e dos alvarás para o funcionamento do empresário ou da pessoa jurídica.

§ 1º Para os fins de implementação do disposto no inciso I do *caput* deste artigo, os respectivos entes federativos deverão adaptar seus sistemas, de modo que o CNPJ seja o único identificador cadastral.

§ 2º A inscrição no CNPJ, a partir dos dados informados no sistema responsável pela integração nos Estados, elimina a necessidade de coleta de dados adicionais pelos Estados e pelos Municípios para emissão de inscrições fiscais, devendo o sistema federal compartilhar os dados coletados com os órgãos estaduais e municipais.

§ 3º Os dados coletados para inscrições e para licenças deverão ser previamente aprovados pelo CGSIM.”

“Art. 14.

Parágrafo único.

.....





CÂMARA DOS DEPUTADOS

1

III - promover a unificação da identificação nacional cadastral única, correspondente ao número da inscrição no CNPJ.”(NR)

“Art. 16-A. O CGSIM poderá instituir outras iniciativas de integração entre União, Distrito Federal, Estados e Municípios, que visem à facilitação do ambiente de negócios no exercício de competências e de atuações que envolvam os entes federativos.

§ 1º O CGSIM poderá instituir a obrigatoriedade da adesão à iniciativa de integração referida no *caput* deste artigo para os membros da Redesim.

§ 2º O CGSIM poderá instituir a adesão condicionada ou tácita, decorrente de não manifestação de contrariedade, à iniciativa de integração referida no *caput* deste artigo para os entes que não sejam membros da Redesim, caso a iniciativa recaia em matérias sobre as quais a União tenha competência privativa ou concorrente para legislar, na forma dos arts. 22 e 24 da Constituição Federal.”

Art. 3º A Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º

.....

IX - (revogado);

X - instruir, examinar e encaminhar os pedidos de autorização para nacionalização ou





CÂMARA DOS DEPUTADOS

11

instalação de filial, de agência, de sucursal ou de estabelecimento no País por sociedade estrangeira, ressalvada a competência de outros órgãos federais;

.....

XII - apoiar a articulação e a supervisão dos órgãos e das entidades envolvidos na integração para o registro e a legalização de empresas;

XIII - quanto à integração para o registro e a legalização de empresas:

a) propor planos de ação e diretrizes e implementar as medidas deles decorrentes, em articulação com outros órgãos e entidades públicas, inclusive estaduais, distritais e municipais;

b) especificar os sistemas de informação, propor as normas necessárias e executar os treinamentos deles decorrentes, em articulação com outros órgãos e entidades públicas, inclusive estaduais, distritais e municipais, observadas as respectivas competências;

c) implementar e executar sistemática de coleta e tratamento de informações e estatísticas; e

d) propor e implementar projetos, ações, convênios e programas de cooperação, em articulação com órgãos e com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, no âmbito de sua área de competência;

XIV - quanto ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, propor os





CÂMARA DOS DEPUTADOS

12

planos de ação, as diretrizes e as normas e implementar as medidas necessárias;

XV - coordenar as ações dos órgãos incumbidos da execução dos serviços do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;

XVI - especificar, desenvolver, implementar, manter e operar os sistemas de informação relativos à integração para o registro e para a legalização de empresas, em articulação com outros órgãos e observadas as competências destes; e

XVII - propor, implementar e monitorar medidas relacionadas com a desburocratização do registro público de empresas e destinadas à melhoria do ambiente de negócios no País.

....." (NR)

"Art. 35.

.....

III - os atos constitutivos de empresas mercantis que, além das cláusulas exigidas em lei, não designarem o respectivo capital e a declaração de seu objeto, cuja indicação no nome empresarial é facultativa;

IV - (revogado);

V - os atos de empresas mercantis com nome idêntico a outro já existente;

.....

§ 1º





CÂMARA DOS DEPUTADOS

13

§ 2º Eventuais casos de confronto entre nomes empresariais por semelhança poderão ser questionados pelos interessados, a qualquer tempo, por meio de recurso ao Dreí." (NR)

"Art. 35-A. O empresário ou a pessoa jurídica poderá optar por utilizar o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) como nome empresarial, seguido da partícula identificadora do tipo societário ou jurídico, quando exigida por lei."

"Art. 37.

III - a ficha cadastral padronizada, que deverá seguir o modelo aprovado pelo Dreí, a qual incluirá, no mínimo, as informações sobre os seus titulares e administradores, bem como sobre a forma de representação da empresa mercantil;
....." (NR)

"Art. 56. Os documentos arquivados pelas juntas comerciais não serão retirados, em qualquer hipótese, de suas dependências, ressalvado o disposto no art. 57 desta Lei." (NR)

"Art. 57. Quaisquer atos e documentos, após microfilmados ou preservada a sua imagem por meios tecnológicos mais avançados, poderão ser eliminados pelas juntas comerciais, conforme disposto em regulamento.

Parágrafo único. Antes da eliminação prevista no *caput* deste artigo, será concedido o





CÂMARA DOS DEPUTADOS

14

prazo de 30 (trinta) dias para os acionistas, os diretores e os procuradores das empresas ou outros interessados retirarem, facultativamente, a documentação original, sem qualquer custo.” (NR)

“Art. 63. Os atos levados a arquivamento nas juntas comerciais são dispensados de reconhecimento de firma.

.....” (NR)

“Art. 64. A certidão dos atos de constituição e de alteração de empresários individuais e de sociedades mercantis, fornecida pelas juntas comerciais em que foram arquivados, será o documento hábil para a transferência, por transcrição no registro público competente, dos bens com que o subscritor tiver contribuído para a formação ou para o aumento do capital.” (NR)

Art. 4º Os órgãos, as entidades e as autoridades competentes disporão do prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de publicação desta Lei, para se adequar às alterações promovidas na Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, de que trata o art. 2º desta Lei.

§ 1º Compete ao Ministério da Economia notificar os órgãos, as entidades e as autoridades competentes quanto às alterações promovidas na Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de publicação desta Lei.

§ 2º Será assegurado aos Municípios o direito de denunciar, a qualquer tempo, a sua adesão à Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e





CÂMARA DOS DEPUTADOS

15

Negócios (Redesim) por meio do consórcio de que trata o art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007.

§ 3º Será assegurado aos integradores estaduais o direito de solicitar a sua substituição por outro órgão ao Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM), no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação desta Lei.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º deste artigo ou de descumprimento das normas da Redesim pelo integrador estadual, o CGSIM definirá o órgão que assumirá a função de integrador estadual.

CAPÍTULO III DA PROTEÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS

Art. 5º A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 15.

§ 1º As ações ordinárias e preferenciais poderão ser de uma ou mais classes, observado, no caso das ordinárias, o disposto nos arts. 16, 16-A e 110-A desta Lei.

.....” (NR)

“Art. 16.

.....

IV - atribuição de voto plural a uma ou mais classes de ações, observados o limite e as condições dispostos no art. 110-A desta Lei.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

16

Parágrafo único. A alteração do estatuto na parte em que regula a diversidade de classes, se não for expressamente prevista e regulada, requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas." (NR)

"Art. 16-A. Na companhia aberta, é vedada a manutenção de mais de uma classe de ações ordinárias, ressalvada a adoção do voto plural nos termos e nas condições dispostos no art. 110-A desta Lei."

"Art. 100.

.....

§ 3º Nas companhias fechadas, os livros referidos nos incisos I, II, III, IV e V do *caput* deste artigo poderão ser substituídos por registros mecanizados ou eletrônicos, nos termos do regulamento." (NR)

"Art. 110-A. É admitida a criação de uma ou mais classes de ações ordinárias com atribuição de voto plural, não superior a 10 (dez) votos por ação ordinária:

I - na companhia fechada; e

II - na companhia aberta, desde que a criação da classe ocorra previamente à negociação de quaisquer ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de sua emissão em mercados organizados de valores mobiliários.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

17

§ 1º A criação de classe de ações ordinárias com atribuição do voto plural depende do voto favorável de acionistas que representem:

I - metade, no mínimo, do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto; e

II - metade, no mínimo, das ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito, se emitidas, reunidas em assembleia especial convocada e instalada com as formalidades desta Lei.

§ 2º Nas deliberações de que trata o § 1º deste artigo, será assegurado aos acionistas dissidentes o direito de se retirarem da companhia mediante reembolso do valor de suas ações nos termos do art. 45 desta Lei, salvo se a criação da classe de ações ordinárias com atribuição de voto plural já estiver prevista ou autorizada pelo estatuto.

§ 3º O estatuto social da companhia, aberta ou fechada, nos termos dos incisos I e II do *caput* deste artigo, poderá exigir quórum maior para as deliberações de que trata o § 1º deste artigo.

§ 4º A listagem de companhias que adotem voto plural e a admissão de valores mobiliários de sua emissão em segmento de listagem de mercados organizados sujeitar-se-ão à observância das regras editadas pelas respectivas entidades administradoras, que deverão dar transparência sobre a condição de tais companhias abertas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

18

§ 5º Após o início da negociação das ações ou dos valores mobiliários conversíveis em ações em mercados organizados de valores mobiliários, é vedada a alteração das características de classe de ações ordinárias com atribuição de voto plural, exceto para reduzir os respectivos direitos ou vantagens.

§ 6º É facultado aos acionistas estipular no estatuto social o fim da vigência do voto plural condicionado a um evento ou a termo, observado o disposto nos §§ 7º e 8º deste artigo.

§ 7º O voto plural atribuído às ações ordinárias terá prazo de vigência inicial de até 7 (sete) anos, prorrogável por qualquer prazo, desde que:

I - seja observado o disposto nos §§ 1º e 3º deste artigo para a aprovação da prorrogação;

II - sejam excluídos das votações os titulares de ações da classe cujo voto plural se pretende prorrogar; e

III - seja assegurado aos acionistas dissidentes, nas hipóteses de prorrogação, o direito previsto no § 2º deste artigo.

§ 8º As ações de classe com voto plural serão automaticamente convertidas em ações ordinárias sem voto plural na hipótese de:

I - transferência, a qualquer título, a terceiros, exceto nos casos em que:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

19

a) o alienante permanecer indiretamente como único titular de tais ações e no controle dos direitos políticos por elas conferidos;

b) o terceiro for titular da mesma classe de ações com voto plural a ele alienadas; ou

c) a transferência ocorrer no regime de titularidade fiduciária para fins de constituição do depósito centralizado; ou

II - o contrato ou acordo de acionistas, entre titulares de ações com voto plural e acionistas que não sejam titulares de ações com voto plural, dispor sobre exercício conjunto do direito de voto.

§ 9º Quando a lei expressamente indicar quóruns com base em percentual de ações ou do capital social, sem menção ao número de votos conferidos pelas ações, o cálculo respectivo deverá desconsiderar a pluralidade de voto.

§ 10. A Comissão de Valores Mobiliários deverá elaborar e tornar público material de orientação aos agentes de mercado no qual enunciará taxativamente os quóruns e as matérias a serem deliberadas pela assembleia geral que, nos termos desta Lei, não são afetados pelo voto plural.

§ 11. São vedadas as operações:

I - de incorporação, de incorporação de ações e de fusão de companhia aberta que não adote voto plural, e cujas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações sejam negociados em mercados organizados, em companhia que adote voto plural;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

20

II - de cisão de companhia aberta que não adote voto plural, e cujas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações sejam negociados em mercados organizados, para constituição de nova companhia com adoção do voto plural, ou incorporação da parcela cindida em companhia que o adote.

§ 12. Não será adotado o voto plural nas votações pela assembleia de acionistas que deliberarem sobre:

I - a remuneração dos administradores; e

II - a celebração de transações com partes relacionadas que atendam aos critérios de relevância a serem definidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 13. O estatuto social deverá estabelecer, além do número de ações de cada espécie e classe em que se divide o capital social, no mínimo:

I - o número de votos atribuído por ação de cada classe de ações ordinárias com direito a voto, respeitado o limite de que trata o *caput* deste artigo;

II - o prazo de duração do voto plural, observado o limite previsto no § 7º deste artigo, bem como eventual quórum qualificado para deliberar sobre as prorrogações, nos termos do § 3º deste artigo; e

III - se aplicável, outras hipóteses de fim de vigência do voto plural condicionadas a evento





CÂMARA DOS DEPUTADOS

21

ou a termo, além daquelas previstas neste artigo, conforme autorizado pelo § 6º deste artigo.

§ 14. As disposições relativas ao voto plural não se aplicam às empresas públicas, às sociedades de economia mista, às suas subsidiárias e às sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público.”

“Art. 122.

.....

VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar as suas contas;

IX - autorizar os administradores a confessar falência e a pedir recuperação judicial; e

X - deliberar, quando se tratar de companhias abertas, sobre a celebração de transações com partes relacionadas, a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da companhia constantes do último balanço aprovado.

Parágrafo único. Em caso de urgência, a confissão de falência ou o pedido de recuperação judicial poderá ser formulado pelos administradores, com a concordância do acionista controlador, se houver, hipótese em que a assembleia geral será





CÂMARA DOS DEPUTADOS

22

convocada imediatamente para deliberar sobre a matéria." (NR)

"Art. 124.

§ 1º

.....

II - na companhia aberta, com 21 (vinte e um) dias de antecedência, e a segunda convocação com 8 (oito) dias de antecedência.

.....

§ 5º

I - determinar, fundamentadamente, o adiamento de assembleia geral por até 30 (trinta) dias, em caso de insuficiência de informações necessárias para a deliberação, contado o prazo da data em que as informações completas forem colocadas à disposição dos acionistas; e

....." (NR)

"Art. 125. Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número.

....." (NR)

"Art. 135. A assembleia geral extraordinária que tiver por objeto a reforma do estatuto somente se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que





CÂMARA DOS DEPUTADOS

23

representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, mas poderá instalar-se, em segunda convocação, com qualquer número.

.....”(NR)

“Art. 136. É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, se maior quórum não for exigido pelo estatuto da companhia cujas ações não estejam admitidas à negociação em bolsa ou no mercado de balcão, para deliberação sobre:

.....

§ 2º A Comissão de Valores Mobiliários pode autorizar a redução do quórum previsto neste artigo no caso de companhia aberta com a propriedade das ações dispersa no mercado e cujas 3 (três) últimas assembleias tenham sido realizadas com a presença de acionistas que representem menos da metade do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto.

§ 2º-A Na hipótese do § 2º deste artigo, a autorização da Comissão de Valores Mobiliários será mencionada nos avisos de convocação e a deliberação com quórum reduzido somente poderá ser adotada em terceira convocação.

§ 3º O disposto nos §§ 2º e 2º-A deste artigo aplica-se também às assembleias especiais de acionistas preferenciais de que trata o § 1º deste artigo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

24

....." (NR)

"Art. 138.

.....

§ 3º É vedada, nas companhias abertas, a acumulação do cargo de presidente do conselho de administração e do cargo de diretor-presidente ou de principal executivo da companhia.

§ 4º A Comissão de Valores Mobiliários poderá editar ato normativo que excepcione as companhias de menor porte previstas no art. 294-B desta Lei da vedação de que trata o § 3º deste artigo." (NR)

"Art. 140.

§ 1º O estatuto poderá prever a participação no conselho de representantes dos empregados, escolhidos pelo voto destes, em eleição direta, organizada pela empresa, em conjunto com as entidades sindicais que os representam.

§ 2º Na composição do conselho de administração das companhias abertas, é obrigatória a participação de conselheiros independentes, nos termos e nos prazos definidos pela Comissão de Valores Mobiliários." (NR)

"Art. 141. Na eleição dos conselheiros, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social com direito a voto, esteja ou não previsto no estatuto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo, por meio do qual o número de votos de cada ação será multiplicado





CÂMARA DOS DEPUTADOS

25

pelo número de cargos a serem preenchidos, reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos em um só candidato ou distribuí-los entre vários.

.....

§ 7º Sempre que, cumulativamente, a eleição do conselho de administração ocorrer pelo sistema do voto múltiplo e os titulares de ações ordinárias ou preferenciais exercerem a prerrogativa de eleger conselheiro, será assegurado a acionista ou a grupo de acionistas vinculados por acordo de votos que detenham mais de 50% (cinquenta por cento) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um, independentemente do número de conselheiros que, segundo o estatuto, componha o órgão.

....." (NR)

"Art. 146. Apenas pessoas naturais poderão ser eleitas para membros dos órgãos de administração.

.....

§ 2º A posse de administrador residente ou domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante residente no País, com poderes para, até, no mínimo, 3 (três) anos após o término do prazo de gestão do administrador, receber:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

26

I - citações em ações contra ele propostas com base na legislação societária; e

II - citações e intimações em processos administrativos instaurados pela Comissão de Valores Mobiliários, no caso de exercício de cargo de administração em companhia aberta." (NR)

"Art. 215.

§ 1º É facultado à assembleia geral aprovar, pelo voto de acionistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos votos conferidos pelas ações com direito a voto, depois de pagos ou garantidos os credores, condições especiais para a partilha do ativo remanescente, com a atribuição de bens aos sócios, pelo valor contábil ou outro por ela fixado.

....." (NR)

"Art. 243.

.....

§ 5º É presumida influência significativa quando a investidora for titular de 20% (vinte por cento) ou mais dos votos conferidos pelo capital da investida, sem controlá-la." (NR)

"Art. 252.

.....

§ 2º A assembleia geral da companhia cujas ações houverem de ser incorporadas somente poderá aprovar a operação por metade, no mínimo, do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, se a aprovar, autorizará a diretoria a subscrever





CÂMARA DOS DEPUTADOS

27

o aumento do capital da incorporadora, por conta dos seus acionistas, e os dissidentes da deliberação terão direito de se retirar da companhia, observado o disposto no inciso II do *caput* do art. 137 desta Lei, mediante o reembolso do valor de suas ações, nos termos do art. 230 desta Lei.

.....”(NR)

“Art. 284. Não se aplica à sociedade em comandita por ações o disposto nesta Lei sobre voto plural, sobre conselho de administração, sobre autorização estatutária de aumento de capital e sobre emissão de bônus de subscrição.”(NR)

Art. 6º O *caput* do art. 1º da Lei nº 7.913, de 7 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º Sem prejuízo da ação de indenização do prejudicado, o Ministério Público ou a Comissão de Valores Mobiliários, pelo respectivo órgão de representação judicial, adotará as medidas judiciais necessárias para evitar prejuízos ou para obter ressarcimento de danos causados aos titulares de valores mobiliários e aos investidores do mercado, especialmente quando decorrerem de:

.....”(NR)

Art. 7º A Comissão de Valores Mobiliários poderá estabelecer regras de transição para as obrigações decorrentes do disposto neste Capítulo.

CAPÍTULO IV DA FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR





CÂMARA DOS DEPUTADOS

28

Seção I

Das Licenças, das Autorizações ou das Exigências
Administrativas para Importações ou para Exportações

Art. 8º Será provida aos importadores, aos exportadores e aos demais intervenientes no comércio exterior solução de guichê único eletrônico por meio do qual possam encaminhar documentos, dados ou informações aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta como condição para a importação ou a exportação de bens a ponto único acessível por meio da internet, bem como acesso às instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio, exclusivamente para consulta a tais dados, informações e documentos, desde que autorizadas por seus clientes.

§ 1º O órgão ou a entidade responsável pela exigência administrativa, após a análise dos documentos, dos dados ou das informações recebidos por meio da solução referida no *caput* deste artigo, notificará o demandante do resultado por meio do guichê único eletrônico, nos prazos previstos na legislação.

§ 2º A solução de que trata o *caput* deste artigo deverá:

I - permitir aos importadores, aos exportadores e aos demais intervenientes no comércio exterior, inclusive as instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio, conhecer as exigências administrativas impostas por órgãos e por entidades da administração pública federal direta e indireta para a concretização de operações de importação ou de exportação; e

II - atender ao disposto no Artigo 10, parágrafo 4, do Acordo sobre a Facilitação do Comércio anexo ao Protocolo





CÂMARA DOS DEPUTADOS

29

de Emenda ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, promulgado pelo Decreto nº 9.326, de 3 de abril de 2018.

§ 3º O recolhimento das taxas impostas por órgãos e por entidades da administração pública federal direta e indireta, em razão do exercício do poder de polícia ou da prestação de serviço público, bem como qualquer outra receita federal relacionada a operações de comércio exterior, ocorrerá por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) em transação financeira eletrônica, preferencialmente em pagamento unificado por meio da solução de guichê único eletrônico a que se refere o *caput* deste artigo.

§ 4º Compete ao Ministério da Economia a gestão da solução de guichê único eletrônico a que se refere o *caput* deste artigo.

§ 5º O acesso de usuários ao guichê único eletrônico a que se refere o *caput* deste artigo ocorrerá nos termos da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

§ 6º É garantido o livre acesso do cidadão às informações públicas do guichê único eletrônico a que se refere o *caput* deste artigo, atendidos os requisitos de dado acessível ao público conforme definição constante do inciso V do *caput* do art. 4º da Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021.

Art. 9º Fica vedado aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta exigir o preenchimento de formulários em papel ou em formato eletrônico ou a apresentação de documentos, de dados ou de informações para a realização de importações ou de exportações por outros





CÂMARA DOS DEPUTADOS

30

meios, distintos da solução de guichê único eletrônico a que se refere o art. 8º desta Lei.

§ 1º O disposto no *caput* deste artigo não se aplica:

I - quando, em razão de circunstâncias técnicas ou operacionais excepcionais relacionadas a determinada exportação ou importação, não for possível o uso da solução de guichê único eletrônico a que se refere o art. 8º desta Lei; e

II - aos procedimentos de habilitação, de registro ou de certificação de estabelecimentos, de produtos ou de processos produtivos relacionados com o comércio doméstico ou de modo análogo a ele.

§ 2º As exigências vigentes na data de publicação desta Lei serão revisadas na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal.

Art. 10. Somente será admitida a imposição de licenças ou de autorizações como requisito para importações ou para exportações em razão de características das mercadorias quando tais restrições estiverem previstas em lei ou em ato normativo editado por órgão ou por entidade competente da administração pública federal.

§ 1º As propostas de edição ou de alteração dos atos normativos a que se refere o *caput* deste artigo serão objeto de consulta pública prévia e da análise de impacto regulatório de que trata a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

§ 2º O guichê único eletrônico a que se refere o art. 8º desta Lei deverá exibir em seu sítio eletrônico todas as licenças, autorizações ou exigências administrativas, como requisitos a importações ou a exportações, impostas por órgãos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

31

e por entidades da administração pública federal direta e indireta, bem como o ato normativo que lhes deu origem.

§ 3º As exigências de que trata o *caput* deste artigo, vigentes na data de publicação desta Lei, serão revisadas na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal.

Seção II

Do Comércio Exterior de Serviços, de Intangíveis e de outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio das Pessoas Físicas, das Pessoas Jurídicas ou dos Entes Despersonalizados

Art. 11. A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 25. Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta, ressalvada a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, compartilharão com a Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia dados e informações relativos às transações entre residentes ou domiciliados no País e residentes ou domiciliados no exterior que compreendam serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio das pessoas físicas, das pessoas jurídicas ou dos entes despersonalizados.

§ 1º O compartilhamento de que trata o *caput* deste artigo:

- I - será realizado nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo federal;
- II - (revogado);
- III - (revogado);





CÂMARA DOS DEPUTADOS

32

IV - observará os requisitos de sigilo e segurança da informação previstos em lei;

V - poderá abranger dados e informações obtidos:

a) no cumprimento de obrigações tributárias acessórias;

b) na realização de operações no mercado de câmbio; e

c) em pesquisas realizadas para produção, análise e disseminação de informações de natureza estatística; e

VI - observará o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

I - (revogado);

II - (revogado);

III - (revogado).

§ 4º (Revogado).

I - (revogado);

II - (revogado).

§ 5º (Revogado).

§ 6º (Revogado).

§ 7º Ato conjunto do Ministro de Estado da Economia e do dirigente máximo do órgão ou da entidade da administração pública federal direta e indireta que detiver os dados e as informações estabelecerá as regras complementares para o





CÂMARA DOS DEPUTADOS

33

compartilhamento de que trata o *caput* deste artigo.”(NR)

“Art. 26. Os dados e as informações de que trata o art. 25 desta Lei serão utilizados pela Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia para a elaboração e a compilação de dados estatísticos e para o exercício de outras competências institucionais definidas em ato do Poder Executivo federal.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º (Revogado).”(NR)

“Art. 27. Ato do Ministro de Estado da Economia estabelecerá normas complementares ao cumprimento do disposto nos arts. 24, 25 e 26 desta Lei.”(NR)

Seção III

Da Origem não Preferencial

Art. 12. A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 29. As investigações de defesa comercial sob a competência da Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia serão baseadas na origem declarada do produto.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

34

....." (NR)

"Art. 31.

§ 1º

I -

.....
h) mercadorias obtidas por pessoa jurídica de país do leito do mar ou do subsolo marinho, sempre que o país tenha direitos para explorar esse fundo do mar ou subsolo marinho;

i) bens obtidos no espaço extraterrestre, sempre que sejam obtidos por pessoa jurídica ou por pessoa natural do país; e

j) mercadorias produzidas exclusivamente com materiais listados nas alíneas a a i deste inciso;

.....

§ 2º Entende-se ter passado por transformação substancial, para fins do disposto nos arts. 28 a 45 desta Lei:

I - o produto em cuja elaboração tenham sido utilizados materiais não originários do país, quando resultante de processo de transformação que lhe confira uma nova individualidade, caracterizada pelo fato de estar classificado em posição tarifária, identificada pelos primeiros quatro dígitos do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias, diferente da posição dos mencionados materiais, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo; ou





CÂMARA DOS DEPUTADOS

35

II - o produto em cuja elaboração tenham sido utilizados materiais não originários do país, quando o valor aduaneiro desses materiais não exceder 50% (cinquenta por cento) do valor *Free on Board* (FOB) do produto, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 3º Não será considerado originário do país exportador o produto resultante de operação ou de processo efetuado no seu território pelo qual adquira a forma final em que será comercializado quando, na operação ou no processo, for utilizado material não originário do país e consista apenas em montagem, embalagem, fracionamento em lotes ou volumes, seleção, classificação, marcação, composição de sortimentos de mercadorias ou simples diluições em água ou outra substância que não altere as características do produto como originário ou outras operações ou processos equivalentes, ainda que esses resultem no cumprimento do disposto no § 2º deste artigo ou em outros critérios estabelecidos pelo Poder Executivo federal na forma do disposto no art. 32 desta Lei.

§ 4º Caso não sejam atendidos os requisitos referidos no § 2º deste artigo, o produto será considerado originário do país de origem dos materiais que representem a maior participação no valor FOB.” (NR)

“Art. 34.

.....





CÂMARA DOS DEPUTADOS

36

V - ao índice de materiais não originários utilizados na obtenção do produto.

§ 1º A apresentação das informações a que se refere o *caput* deste artigo não exclui a possibilidade de realização de diligência ou de fiscalização nos estabelecimentos do produtor estrangeiro, do importador ou do exportador.

.....

§ 3º Na hipótese de o produtor estrangeiro, o exportador ou o importador negarem acesso às informações referidas neste artigo, não as fornecerem tempestivamente ou criarem obstáculos ao procedimento de verificação de origem não preferencial, a mercadoria será presumida como originária do país gravado com a medida de defesa comercial que motivou a abertura de investigação de origem não preferencial.” (NR)

“Art. 36. Compete à Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia realizar a verificação de origem não preferencial, por meio da apresentação de denúncia ou de ofício, quando houver indícios da não observância ao disposto nos arts. 31, 32 e 34 desta Lei.

§ 1º Iniciado o procedimento de verificação de origem não preferencial, o produtor estrangeiro será notificado para a apresentação das informações de que trata o art. 34 desta Lei.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

37

§ 2º A origem determinada pela Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia com a conclusão do procedimento de verificação de origem não preferencial será aplicada a todas as importações de mercadorias idênticas do mesmo exportador ou produtor.

§ 3º A Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia poderá rever a origem a que se refere o § 2º deste artigo por meio da apresentação, por parte do interessado, das informações referidas no art. 34 desta Lei, de modo a demonstrar o atendimento às regras de origem não preferenciais a que se referem os arts. 31 e 32 desta Lei.” (NR)

“Art. 40.

§ 1º

§ 2º Na hipótese de restrição quantitativa relativa à aplicação de cotas, a devolução ao exterior estará limitada ao que exceder a cota.” (NR)

CAPÍTULO V DO SISTEMA INTEGRADO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS

Art. 13. Fica o Poder Executivo federal autorizado a instituir, sob a governança da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), constituído de um conjunto de instrumentos, mecanismos e



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****38**

iniciativas destinados a facilitar a identificação e a localização de bens e de devedores, bem como a constrição e a alienação de ativos.

Art. 14. São objetivos do Sira:

I - promover o desenvolvimento nacional e o bem-estar social por meio da redução dos custos de transação de concessão de créditos mediante aumento do índice de efetividade das ações que envolvam a recuperação de ativos;

II - conferir efetividade às decisões judiciais que visem à satisfação das obrigações de qualquer natureza, em âmbito nacional;

III - reunir dados cadastrais, relacionamentos e bases patrimoniais de pessoas físicas e jurídicas para subsidiar a tomada de decisão, no âmbito de processo judicial em que seja demandada a recuperação de créditos públicos ou privados;

IV - fornecer aos usuários, conforme os respectivos níveis de acesso, os dados cadastrais, os relacionamentos e as bases patrimoniais das pessoas requisitadas, de forma estruturada e organizada; e

V - garantir, com a quantidade, a qualidade e a tempestividade necessárias, os insumos de dados e informações relevantes para a recuperação de créditos públicos ou privados.

Parágrafo único. O Sira zelarà pela liberdade de acesso, de uso e de gerenciamento dos dados pelo seu titular, na forma do art. 9º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e obedecerá ao regime geral de proteção de dados aplicável.

Art. 15. São princípios do Sira:



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****39**

I - melhoria da efetividade e eficiência das ações de recuperação de ativos;

II - promoção da transformação digital e estímulo ao uso de soluções tecnológicas na recuperação de créditos públicos e privados;

III - racionalização e sustentabilidade econômico-financeira das soluções de tecnologia da informação e comunicação de dados, permitida a atribuição aos usuários, quando houver, dos custos de operacionalização do serviço, na forma prevista em regulamento;

IV - respeito à privacidade, à inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem das pessoas e às instituições, na forma prevista em lei; e

V - ampla interoperabilidade e integração com os demais sistemas semelhantes, em especial aqueles utilizados pelo Poder Judiciário, de forma a subsidiar a tomada de decisão, bem como de racionalizar e permitir o cumprimento eficaz de ordens judiciais relacionadas à recuperação de ativos.

Art. 16. Ato do Presidente da República disporá sobre:

I - as regras e as diretrizes para o compartilhamento de dados e informações, observado que, para usuários privados, apenas poderão ser fornecidos dados públicos não sujeitos a nenhuma restrição de acesso;

II - a relação nominal das bases mínimas que compõem o Sira;

III - a periodicidade com que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional apresentará ao Ministério da Economia e ao



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****40**

Conselho Nacional de Justiça relatório sobre as bases geridas e integradas;

IV - o procedimento administrativo para o exercício, na forma prevista em lei, do poder de requisição das informações contidas em bancos de dados geridos por órgãos e por entidades públicos e privados e o prazo para o atendimento da requisição, sem prejuízo da celebração de acordos de cooperação, de convênios e de ajustes de qualquer natureza, quando necessário;

V - a forma de sustentação econômico-financeira do Sira; e

VI - as demais competências da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e do órgão central de tecnologia da informação no âmbito do Sira.

Art. 17. Fica o Poder Executivo federal autorizado a instituir, sob governança da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Cadastro Fiscal Positivo, com o objetivo de:

I - criar condições para construção permanente de um ambiente de confiança entre os contribuintes e a administração tributária federal;

II - garantir a previsibilidade das ações da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em face dos contribuintes inscritos no referido cadastro;

III - criar condições para solução consensual dos conflitos tributários, com incentivo à redução da litigiosidade;

IV - reduzir os custos de conformidade em relação aos créditos inscritos em dívida ativa da União e à situação



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****41**

fiscal do contribuinte, a partir das informações constantes do Sira;

V - tornar mais eficientes a gestão de risco dos contribuintes inscritos no referido cadastro e a realização de negócios jurídicos processuais;

VI - melhorar a compreensão das atividades empresariais e dos gargalos fiscais.

Parágrafo único. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá estabelecer convênio com Estados, com Municípios e com o Distrito Federal para compartilhamento de informações que contribuam para a formação do Cadastro Fiscal Positivo.

Art. 18. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional regulamentar o Cadastro Fiscal Positivo, o qual poderá dispor sobre atendimento, sobre concessões inerentes a garantias, sobre prazos para apreciação de requerimentos, sobre recursos e demais solicitações do contribuinte, sobre cumprimento de obrigações perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e sobre atos de cobrança administrativa ou judicial, especialmente:

I - criação de canais de atendimento diferenciado, inclusive para recebimento de pedidos de transação no contencioso judicial ou na cobrança da dívida ativa da União, nos termos da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, ou para esclarecimento sobre esses pedidos;

II - flexibilização das regras para aceitação ou para substituição de garantias, inclusive sobre a possibilidade de substituição de depósito judicial por seguro-





CÂMARA DOS DEPUTADOS

42

garantia ou por outras garantias baseadas na capacidade de geração de resultados dos contribuintes;

III - possibilidade de antecipar a oferta de garantias para regularização de débitos futuros;

IV - execução de garantias em execução fiscal somente após o trânsito em julgado da discussão judicial relativa ao título executado.

Parágrafo único. Será conferido, exclusivamente ao contribuinte, mediante solicitação, acesso aos dados próprios, relacionados ao seu enquadramento no Cadastro Fiscal Positivo.

Art. 19. A Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 80. As inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) serão suspensas quando se enquadrarem nas hipóteses de suspensão definidas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

§ 1º (Revogado).

I - (revogado);

II - (revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º (Revogado).” (NR)

“Art. 81. As inscrições no CNPJ serão declaradas inaptas, nos termos e nas condições definidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, quando a pessoa jurídica:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

43

I - deixar de apresentar obrigações acessórias, por, no mínimo, 90 (noventa) dias a contar da omissão;

II - não comprovar a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência, se for o caso, dos recursos empregados em operações de comércio exterior;

III - for inexistente de fato, assim considerada a entidade que:

a) não dispuser de patrimônio ou de capacidade operacional necessários à realização de seu objeto, inclusive a que não comprovar o capital social integralizado;

b) não for localizada no endereço informado no CNPJ;

c) quando intimado, o seu representante legal:

1. não for localizado ou alegar falsidade ou simulação de sua participação na referida entidade ou não comprovar legitimidade para representá-la; ou

2. não indicar, depois de intimado, seu novo domicílio tributário;

d) for domiciliada no exterior e não tiver indicado seu procurador ou seu representante legalmente constituído no CNPJ ou, se indicado, não tiver sido localizado; ou





CÂMARA DOS DEPUTADOS

44

e) encontrar-se com as atividades paralisadas, salvo quando a paralisação for comunicada;

IV - realizar operações de terceiros, com intuito de acobertar seus reais beneficiários;

V - tiver participado, segundo evidências, de organização constituída com o propósito de não recolher tributos ou de burlar os mecanismos de cobrança de débitos fiscais, inclusive por meio de emissão de documentos fiscais que relatem operações fictícias ou cessão de créditos inexistentes ou de terceiros;

VI - tiver sido constituída, segundo evidências, para a prática de fraude fiscal estruturada, inclusive em proveito de terceiras empresas; ou

VII - encontrar-se suspensa por no, mínimo, 1 (um) ano.

§ 1º (Revogado).

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do *caput* deste artigo, a comprovação da origem de recursos provenientes do exterior dar-se-á mediante, cumulativamente:

.....

§ 5º (Revogado).”(NR)

“Art. 81-A. As inscrições no CNPJ serão declaradas baixadas após 180 (cento e oitenta) dias contados da declaração de inaptidão.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

45

§ 1º Poderão ainda ter a inscrição no CNPJ baixada as pessoas jurídicas que estejam extintas, canceladas ou baixadas nos respectivos órgãos de registro.

§ 2º O ato de baixa da inscrição no CNPJ não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados os débitos de natureza tributária da pessoa jurídica.

§ 3º Mediante solicitação da pessoa jurídica, poderá ser restabelecida a inscrição no CNPJ, observados os termos e as condições definidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.”

“Art. 82. Além das demais hipóteses de inidoneidade de documentos previstas na legislação, não produzirá efeitos tributários em favor de terceiros interessados o documento emitido por pessoa jurídica cuja inscrição no CNPJ tenha sido considerada ou declarada inapta.

.....”(NR)

Art. 20. A Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º As informações fornecidas pelos órgãos e pelas entidades integrantes do Cadin serão centralizadas em um sistema de informações gerido pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e será de sua atribuição a expedição de orientações de natureza normativa, inclusive quanto ao





CÂMARA DOS DEPUTADOS

46

disciplinamento das respectivas inclusões e exclusões no sistema.

....." (NR)

"Art. 19-C. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá dispensar a prática de atos processuais, inclusive poderá desistir de recursos interpostos, e autorizar a realização de acordos em fase de cumprimento de sentença, a fim de atender a critérios de racionalidade, de economicidade e de eficiência.

....." (NR)

"Art. 19-F. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá contratar, por meio de processo licitatório ou credenciamento, serviços de terceiros para auxiliar sua atividade de cobrança.

§ 1º Os serviços referidos no *caput* deste artigo restringem-se à execução de atos relacionados à cobrança administrativa da dívida ativa que prescindam da utilização de informações protegidas por sigilo fiscal, tais como o contato com os devedores por via telefônica ou por meios digitais, e à administração de bens oferecidos em garantia administrativa ou judicial ou penhorados em execuções fiscais, incluídas atividades de depósito, de guarda, de transporte, de conservação e de alienação desses bens.

§ 2º O órgão responsável, no âmbito de suas competências, deverá regulamentar o disposto neste artigo e definir os requisitos para contratação ou





CÂMARA DOS DEPUTADOS

47

credenciamento, os critérios para seleção das dívidas, o valor máximo admissível e a forma de remuneração do contratado, que poderá ser por taxa de êxito, desde que demonstrada a sua maior adequação ao interesse público e às práticas usuais de mercado.”

CAPÍTULO VI
DAS COBRANÇAS REALIZADAS POR CONSELHOS PROFISSIONAIS

Art. 21. A Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º

Parágrafo único. O inadimplemento ou o atraso no pagamento das anuidades previstas no inciso II do *caput* deste artigo não ensejará a suspensão do registro ou o impedimento de exercício da profissão.” (NR)

“Art. 7º Os Conselhos poderão, nos termos e nos limites de norma do respectivo Conselho Federal, independentemente do disposto no art. 8º desta Lei e sem renunciar ao valor devido, deixar de cobrar:

I - administrativamente, os valores definidos como irrisórios; ou

II - judicialmente, os valores considerados irrecuperáveis, de difícil recuperação ou com custo de cobrança superior ao valor devido.” (NR)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

48

“Art. 8º Os Conselhos não executarão judicialmente dívidas, de quaisquer das origens previstas no art. 4º desta Lei, com valor total inferior a 5 (cinco) vezes o constante do inciso I do *caput* do art. 6º desta Lei, observado o disposto no seu § 1º.

§ 1º O disposto no *caput* deste artigo não obsta ou limita a realização de medidas administrativas de cobrança, tais como a notificação extrajudicial, a inclusão em cadastros de inadimplentes e o protesto de certidões de dívida ativa.

§ 2º Os executivos fiscais de valor inferior ao previsto no *caput* deste artigo serão arquivados, sem baixa na distribuição das execuções fiscais, sem prejuízo do disposto no art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.”(NR)

CAPÍTULO VII DA PROFISSÃO DE TRADUTOR E INTÉRPRETE PÚBLICO

Art. 22. São requisitos para o exercício da profissão de tradutor e intérprete público:

- I - ter capacidade civil;
- II - ter formação em curso superior completo em qualquer área do conhecimento;
- III - ser brasileiro ou estrangeiro residente no País;
- IV - ser aprovado em concurso para aferição de aptidão;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

49

V - não estar enquadrado nas hipóteses de inelegibilidade previstas na alínea e do inciso I do *caput* do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

VI - ter registro na junta comercial do local de seu domicílio ou de atuação mais frequente.

Parágrafo único. A exigência do concurso previsto no inciso IV do *caput* deste artigo poderá ser dispensada àqueles que obtiverem grau de excelência em exames nacionais e internacionais de proficiência, nos termos do regulamento do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Art. 23. O tradutor e intérprete público poderá habilitar-se e registrar-se para um ou mais idiomas estrangeiros ou, ainda, em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Art. 24. O cumprimento do disposto no art. 22 desta Lei habilita o tradutor e intérprete público a atuar em qualquer Estado e no Distrito Federal e a manter inscrição apenas no local de seu domicílio ou de atuação mais frequente.

Art. 25. O concurso para aferição de aptidão de que trata o inciso IV do *caput* do art. 22 desta Lei:

I - será válido por prazo indefinido;

II - incluirá prova escrita e prova oral, com simulação de interpretação consecutiva, para avaliar a compreensão das sutilezas e das dificuldades de cada um dos idiomas;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****50**

III - será organizado nacionalmente pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, com apoio das juntas comerciais dos Estados e do Distrito Federal; e

IV - será regido pelas normas editadas pelo Diretor do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Art. 26. São atividades privativas do tradutor e intérprete público:

I - traduzir qualquer documento que tenha de ser apresentado em outro idioma perante pessoa jurídica de direito público interno ou perante serviços notariais e de registro de notas ou de títulos e documentos;

II - realizar traduções oficiais, quando exigido por lei;

III - interpretar e verter verbalmente perante ente público a manifestação de pessoa que não domine a língua portuguesa se não houver agente público apto a realizar a atividade ou se for exigido por lei específica;

IV - transcrever, traduzir ou verter mídia eletrônica de áudio ou vídeo, em outro idioma, certificada por ato notarial; e

V - realizar, quando solicitados pela autoridade competente, os exames necessários à verificação da exatidão de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

51

qualquer tradução que tenha sido arguida como incompleta, imprecisa, errada ou fraudulenta.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não impede:

I - a designação pela autoridade competente de tradutor e intérprete público *ad hoc* no caso de inexistência, de impedimento ou de indisponibilidade de tradutor e intérprete público habilitado para o idioma; e

II - a realização da atividade por agente público:

a) ocupante de cargo ou emprego com atribuições relacionadas com a atividade de tradutor ou intérprete; ou

b) com condições de realizar traduções e interpretações simples e correlatas com as atribuições de seu cargo ou emprego.

Art. 27. Presumem-se fiéis e exatas as traduções realizadas por tradutor e intérprete público.

§ 1º Nenhuma tradução terá fé pública se não for realizada por tradutor e intérprete público, exceto as traduções:

I - feitas por corretores de navios, em sua área de atuação;

II - relativas aos manifestos e documentos que as embarcações estrangeiras tiverem de apresentar para despacho aduaneiro;

III - feitas por agente público com cargo ou emprego de tradutor ou intérprete ou que sejam inerentes às atividades do cargo ou emprego; e

IV - enquadradas nas hipóteses previstas em ato do Poder Executivo federal.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

52

§ 2º A presunção de que trata o *caput* deste artigo não afasta:

I - a obrigação de o documento na língua original acompanhar a sua respectiva tradução; e

II - a possibilidade de ente público ou qualquer interessado impugnar, nos termos estabelecidos nas normas de processo administrativo ou de processo judicial aplicáveis ao caso concreto, a fidedignidade ou a exatidão da tradução.

Art. 28. O tradutor e intérprete público que realizar tradução incompleta, imprecisa, errada ou fraudulenta estará sujeito, além de eventual responsabilização civil e criminal, às seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão do registro por até 1 (um) ano; e

III - cassação do registro, vedada nova habilitação em prazo inferior a 15 (quinze) anos.

Parágrafo único. Para a dosimetria da pena, deverão ser consideradas:

I - as punições recebidas pelo tradutor e intérprete público nos últimos 10 (dez) anos;

II - a existência ou não de má-fé; e

III - a gravidade do erro ou a configuração de culpa grave.

Art. 29. O processo administrativo contra o tradutor e intérprete público seguirá o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 30. O processo administrativo será processado e julgado pela junta comercial do Estado ou do Distrito Federal no qual o tradutor e intérprete público estiver inscrito.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

53

Parágrafo único. Caberá recurso da decisão da junta comercial ao Diretor do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, que decidirá em última instância.

Art. 31. Os tradutores públicos e intérpretes comerciais que, na data de entrada em vigor desta Lei, já estavam habilitados na forma prevista no regulamento aprovado pelo Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943, poderão continuar a exercer as atividades no território nacional, nos termos deste Capítulo.

Art. 32. O tradutor e intérprete público poderá optar por organizar-se na forma de sociedade unipessoal.

Art. 33. O tradutor e intérprete público poderá realizar os seus atos em meio eletrônico, atendido o disposto na Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

Art. 34. O Diretor do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia poderá editar normas complementares para a execução do disposto neste Capítulo.

CAPÍTULO VIII DA OBTENÇÃO DE ELETRICIDADE

Art. 35. Na execução de obras de extensão de redes aéreas de distribuição de responsabilidade da concessionária ou permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, a licença ou autorização para realização de obras em





CÂMARA DOS DEPUTADOS

54

vias públicas, quando for exigida e não houver prazo estabelecido pelo poder público local, será emitida pelo órgão público competente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de apresentação do requerimento.

§ 1º Na hipótese de não haver decisão do órgão competente após o encerramento do prazo estabelecido no *caput* deste artigo ou na legislação local, a concessionária ou permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica ficará autorizada a realizar a obra em conformidade com as condições estabelecidas no requerimento apresentado, observada a legislação aplicável.

§ 2º Na hipótese de descumprimento das condições estabelecidas no requerimento ou na legislação aplicável, o órgão público poderá cassar, a qualquer tempo, a licença ou autorização a que se refere o § 1º deste artigo, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório à concessionária ou permissionária.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se exclusivamente às solicitações de conexão, com potência contratada de até 140 kVA (cento e quarenta quilovolts-amperes), desde que não haja a necessidade de realização de obras de ampliação, de reforço ou de melhoria no sistema de distribuição de energia elétrica existente, e que:

I - em área urbana, a distância até a rede de distribuição mais próxima seja de, no máximo, 150 m (cento e cinquenta metros);

II - em área semiurbana e rural, a distância até a rede de distribuição mais próxima seja de, no máximo, 1.000 m (mil metros).





CÂMARA DOS DEPUTADOS

55

Art. 36. A obtenção da eletricidade deve ser solicitada à concessionária ou permissionária local que presta o serviço público de distribuição de energia elétrica no Município do solicitante e observará as seguintes condições:

I - os procedimentos necessários para a obtenção da eletricidade, desde a solicitação até o início do fornecimento, devem ser realizados em até 45 (quarenta e cinco) dias para as unidades consumidoras em área urbana, enquadradas no Grupo A e que respeitem as condições previstas no inciso I do § 3º do art. 35 desta Lei; e

II - os procedimentos necessários para a obtenção de eletricidade para os demais casos não previstos no inciso I deste *caput* devem atender aos prazos e condições regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Art. 37. Para a obtenção da eletricidade de que trata o inciso I do *caput* do art. 36 desta Lei, o projeto e a execução das instalações elétricas internas do imóvel deverão possuir responsável técnico, que responderá administrativa, civil e criminalmente em caso de danos e de acidentes decorrentes de eventuais erros de projeto ou de execução, dispensada a exigibilidade de:

I - emissão pelo profissional competente de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), do Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) ou equivalente; e

II - aprovação prévia de projeto pela concessionária ou permissionária local.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

56

Parágrafo único. O responsável técnico deverá fornecer, no pedido de obtenção de eletricidade, seu número de registro válido no conselho profissional competente.

CAPÍTULO IX
DA DESBUROCRATIZAÇÃO EMPRESARIAL E DOS ATOS PROCESSUAIS E DA
PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE

Art. 38. As sociedades, independentemente de seu objeto ou do órgão em que se encontram registradas, ficam sujeitas às normas legais e infralegais em vigor aplicáveis às sociedades empresárias, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo.

§ 1º A equiparação de todas as sociedades às sociedades empresárias, na forma do *caput* deste artigo, não altera as normas de direito tributário aplicáveis às cooperativas e às sociedades uniprofissionais ou as normas previstas em legislação específica das sociedades cooperativas.

§ 2º As sociedades equiparadas às sociedades empresariais nos termos do *caput* deste artigo somente poderão requerer a recuperação ou a falência previstas na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e demais normativos correlatos, após 5 (cinco) anos contados da data de entrada em vigor desta Lei.

§ 3º Observado o disposto no § 2º deste artigo, as obrigações constituídas antes da data de entrada em vigor desta Lei não estarão sujeitas aos efeitos da recuperação ou da falência previstas na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

57

e demais normativos correlatos, considerados extraconcursais os créditos e as respectivas garantias, para todos os fins.

Art. 39. A partir da entrada em vigor desta Lei, fica proibida a constituição de sociedade simples.

Parágrafo único. Será registrada na junta comercial a sociedade simples contratada antes da entrada em vigor desta Lei que ainda não tiver sido registrada.

Art. 40. As sociedades simples que se encontram registradas no Registro Civil de Pessoas Jurídicas na entrada em vigor desta Lei podem migrar, a qualquer tempo, por deliberação da maioria societária, para o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

§ 1º Ato do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Drei) da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia estabelecerá procedimento a ser adotado para a migração de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º Sem prejuízo das disposições deste artigo, devem ser adaptados e migrados os contratos sociais das sociedades simples quando estas promoverem alterações após a vigência desta Lei.

§ 3º Caso as sociedades simples existentes não tenham a necessidade de promover alterações em seus contratos sociais, deverão adaptar-se às disposições desta Lei dentro do prazo de 5 (cinco) anos, contado a partir da data da publicação desta Lei.

Art. 41. As empresas individuais de responsabilidade limitada existentes na data da entrada em vigor desta Lei serão





CÂMARA DOS DEPUTADOS

58

transformadas em sociedades limitadas unipessoais independentemente de qualquer alteração em seu ato constitutivo.

Parágrafo único. Ato do Dreí disciplinará a transformação referida neste artigo.

Art. 42. O art. 114 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 114.

I - os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública;

II - (revogado);

.....” (NR)

Art. 43. A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações, renomeado o Capítulo I do Subtítulo II do Título II do Livro II da Parte Especial para “Das Normas Gerais das Sociedades”:

“Art. 48-A. As pessoas jurídicas de direito privado, sem prejuízo do previsto em legislação especial e em seus atos constitutivos, poderão realizar suas assembleias gerais por meios eletrônicos, inclusive para os fins do art. 59 deste Código, respeitados os direitos previstos de participação e de manifestação.”

“Art. 206-A. A prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão, observadas as causas de impedimento, de suspensão e





CÂMARA DOS DEPUTADOS

59

de interrupção da prescrição previstas neste Código e observado o disposto no art. 921 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)."

"Art. 981. A sociedade é composta por uma ou mais pessoas que se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilhar, entre si, os resultados.

....." (NR)

"Art. 983. A sociedade empresária deve constituir-se segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 deste Código.

....." (NR)

"Art. 986. Enquanto não inscritos os atos constitutivos, reger-se-á a sociedade, exceto por ações em organização, pelo disposto neste Capítulo, observadas, subsidiariamente e no que com ele forem compatíveis, as normas gerais das sociedades estabelecidas por este Código (arts. 997 a 1.038)." (NR)

"Art. 996. Aplica-se à sociedade em conta de participação, subsidiariamente e no que com ela for compatível, o disposto nas normas gerais das sociedades estabelecidas por este Código (arts. 997 a 1.035), e a sua liquidação rege-se pelas normas relativas à prestação de contas, na forma da lei processual.

....." (NR)

"Art. 997.

.....





CÂMARA DOS DEPUTADOS

60

V - as prestações a que se obriga o sócio, cuja contribuição consista em serviços, no caso de sociedades em nome coletivo e em conta de participação;

.....”(NR)

“Art. 1.007. Salvo estipulação em contrário, o sócio participa dos resultados da sociedade, na proporção das respectivas quotas.

Parágrafo único. Nas sociedades em nome coletivo e em conta de participação, o sócio cuja contribuição consista em serviços, somente participa dos lucros na proporção da média do valor das quotas, ressalvadas disposições em contrário em seu contrato social.”(NR)

“Art. 1.053. A sociedade limitada rege-se, nas omissões deste Capítulo, pelo Capítulo I do Subtítulo II do Título II do Livro II da Parte Especial deste Código.

Parágrafo único. O contrato social poderá prever que a sociedade limitada será regida supletivamente pelas normas da sociedade anônima, hipótese em que não se aplicarão os arts. 1.028 a 1.030 deste Código.”(NR)

“Art. 1.096. No que a lei for omissa, aplicam-se às cooperativas as normas gerais das sociedades (arts. 997 a 1.038), resguardadas as características estabelecidas no art. 1.094 deste Código.”(NR)

“Art. 1.142.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

61

§ 1º O estabelecimento não se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual.

§ 2º Quando o local onde se exerce a atividade empresarial for virtual, o endereço informado para fins de registro poderá ser, conforme o caso, o do empresário individual ou o de um dos sócios da sociedade empresária.

§ 3º Quando o local onde se exerce a atividade empresarial for físico, a fixação do horário de funcionamento competirá ao Município, observada a regra geral do inciso II do *caput* do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019." (NR)

"Art. 1.150. O empresário e a sociedade vinculam-se ao Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das juntas comerciais." (NR)

"Art. 1.155. Considera-se nome empresarial a firma ou a denominação adotada, de conformidade com este Capítulo, para o exercício de empresa pelo empresário ou para a exploração da atividade econômica pela sociedade.

Parágrafo único. Equipara-se ao nome empresarial, para os efeitos da proteção da lei, a denominação das associações e das fundações." (NR)

"Art. 1.160. A sociedade anônima opera sob denominação, integrada pelas expressões 'sociedade anônima' ou 'companhia', por extenso ou





CÂMARA DOS DEPUTADOS

62

abreviadamente, facultada a designação do objeto social.

....." (NR)

"Art. 1.161. A sociedade em comandita por ações pode, em lugar de firma, adotar denominação, aditada da expressão 'comandita por ações', facultada a designação do objeto social." (NR)

CAPÍTULO X DA RACIONALIZAÇÃO PROCESSUAL

Art. 44. A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 77.

.....

VII - informar e manter atualizados seus dados cadastrais perante os órgãos do Poder Judiciário e, no caso do § 6º do art. 246 deste Código, da Administração Tributária, para recebimento de citações e intimações.

....." (NR)

"Art. 231.

.....

IX - o quinto dia útil seguinte à confirmação, na forma prevista na mensagem de citação, do recebimento da citação realizada por meio eletrônico.

....." (NR)

"Art. 238.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

63

Parágrafo único. A citação será efetivada em até 45 (quarenta e cinco) dias a partir da propositura da ação.”(NR)

“Art. 246. A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado da decisão que a determinar, por meio dos endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamento do Conselho Nacional de Justiça.

- I - (revogado);
- II - (revogado);
- III - (revogado);
- IV - (revogado);
- V - (revogado).

§ 1º As empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio.

§ 1º-A A ausência de confirmação, em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da citação eletrônica, implicará a realização da citação:

- I - pelo correio;
- II - por oficial de justiça;
- III - pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório;
- IV - por edital.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

64

§ 1º-B Na primeira oportunidade de falar nos autos, o réu citado nas formas previstas nos incisos I, II, III e IV do § 1º-A deste artigo deverá apresentar justa causa para a ausência de confirmação do recebimento da citação enviada eletronicamente.

§ 1º-C Considera-se ato atentatório à dignidade da justiça, passível de multa de até 5% (cinco por cento) do valor da causa, deixar de confirmar no prazo legal, sem justa causa, o recebimento da citação recebida por meio eletrônico.

.....

§ 4º As citações por correio eletrônico serão acompanhadas das orientações para realização da confirmação de recebimento e de código identificador que permitirá a sua identificação na página eletrônica do órgão judicial citante.

§ 5º As microempresas e as pequenas empresas somente se sujeitam ao disposto no § 1º deste artigo quando não possuírem endereço eletrônico cadastrado no sistema integrado da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim).

§ 6º Para os fins do § 5º deste artigo, deverá haver compartilhamento de cadastro com o órgão do Poder Judiciário, incluído o endereço eletrônico constante do sistema integrado da Redesim, nos termos da legislação aplicável ao





CÂMARA DOS DEPUTADOS

65

sigilo fiscal e ao tratamento de dados pessoais.” (NR)

“Art. 247. A citação será feita por meio eletrônico ou pelo correio para qualquer comarca do País, exceto:

.....” (NR)

“Art. 397.

I - a descrição, tão completa quanto possível, do documento ou da coisa, ou das categorias de documentos ou de coisas buscados;

II - a finalidade da prova, com indicação dos fatos que se relacionam com o documento ou com a coisa, ou com suas categorias;

III - as circunstâncias em que se funda o requerente para afirmar que o documento ou a coisa existe, ainda que a referência seja a categoria de documentos ou de coisas, e se acha em poder da parte contrária.” (NR)

“Art. 921.

.....

III - quando não for localizado o executado ou bens penhoráveis;

.....

§ 4º O termo inicial da prescrição no curso do processo será a ciência da primeira tentativa infrutífera de localização do devedor ou de bens penhoráveis, e será suspensa, por uma única vez, pelo prazo máximo previsto no § 1º deste artigo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

66

§ 4º-A A efetiva citação, intimação do devedor ou constrição de bens penhoráveis interrompe o prazo de prescrição, que não corre pelo tempo necessário à citação e à intimação do devedor, bem como para as formalidades da constrição patrimonial, se necessária, desde que o credor cumpra os prazos previstos na lei processual ou fixados pelo juiz.

§ 5º O juiz, depois de ouvidas as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição no curso do processo e extingui-lo, sem ônus para as partes.

§ 6º A alegação de nulidade quanto ao procedimento previsto neste artigo somente será conhecida caso demonstrada a ocorrência de efetivo prejuízo, que será presumido apenas em caso de inexistência da intimação de que trata o § 4º deste artigo.

§ 7º Aplica-se o disposto neste artigo ao cumprimento de sentença de que trata o art. 523 deste Código.”(NR)

CAPÍTULO XI DA NOTA COMERCIAL

Art. 45. A nota comercial, valor mobiliário de que trata o inciso VI do *caput* do art. 2º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, é título de crédito não conversível em ações, de livre negociação, representativo de promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente sob a forma escritural por



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

67

meio de instituições autorizadas a prestar o serviço de escrituração pela Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 46. Podem emitir a nota comercial as sociedades anônimas, as sociedades limitadas e as sociedades cooperativas.

Parágrafo único. A deliberação sobre emissão de nota comercial é de competência dos órgãos de administração, quando houver, ou do administrador do emissor, observado o que dispuser a respeito o respectivo ato constitutivo.

Art. 47. A nota comercial terá as seguintes características, que deverão constar de seu termo constitutivo:

- I - a denominação "Nota Comercial";
- II - o nome ou razão social do emitente;
- III - o local e a data de emissão;
- IV - o número da emissão e a divisão em séries, quando houver;
- V - o valor nominal;
- VI - o local de pagamento;
- VII - a descrição da garantia real ou fidejussória, quando houver;
- VIII - a data e as condições de vencimento;
- IX - a taxa de juros, fixa ou flutuante, admitida a capitalização;
- X - a cláusula de pagamento de amortização e de rendimentos, quando houver;
- XI - a cláusula de correção por índice de preço, quando houver; e





CÂMARA DOS DEPUTADOS

68

XII - os aditamentos e as retificações, quando houver.

§ 1º As notas comerciais de uma mesma série terão igual valor nominal e conferirão a seus titulares os mesmos direitos.

§ 2º A alteração das características a que se refere o *caput* deste artigo dependerá de aprovação da maioria simples dos titulares de notas comerciais em circulação, presentes em assembleia, se maior quórum não for estabelecido no termo de emissão.

§ 3º Aplica-se à convocação e ao funcionamento da assembleia prevista no § 2º deste artigo, entre outros aspectos, o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre assembleia geral de debenturistas.

Art. 48. A nota comercial é título executivo extrajudicial, que pode ser executado independentemente de protesto, com base em certidão emitida pelo escriturador ou pelo depositário central, quando esse título for objeto de depósito centralizado.

Parágrafo único. A nota comercial poderá ser considerada vencida na hipótese de inadimplemento de obrigação constante do respectivo termo de emissão.

Art. 49. A titularidade da nota comercial será atribuída exclusivamente por meio de controle realizado nos sistemas informatizados do escriturador ou no depositário central, quando esse título for objeto de depósito centralizado.

Art. 50. A Comissão de Valores Mobiliários poderá estabelecer requisitos adicionais aos previstos nesta Lei,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

69

inclusive a eventual necessidade de contratação de agente fiduciário, relativos à nota comercial que seja:

I - ofertada publicamente; ou

II - admitida à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários.

Art. 51. Nas distribuições privadas, o serviço de escrituração deverá ser efetuado em sistemas que atendam aos seguintes requisitos:

I - comprovação da observância de padrões técnicos adequados, em conformidade com os Princípios para Infraestruturas do Mercado Financeiro do *Bank for International Settlements* (BIS), inclusive no que diz respeito à segurança, à governança e à continuidade de negócios;

II - garantia de acesso integral às informações mantidas por si ou por terceiros por elas contratados para realizar atividades relacionadas com a escrituração;

III - garantia de acesso amplo a informações claras e objetivas aos participantes do mercado, sempre observadas as restrições legais de acesso a informações; e

IV - observância de requisitos e emprego de mecanismos que assegurem a interoperabilidade com os demais sistemas de escrituração autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 1º As instituições autorizadas a prestar o serviço de escrituração não poderão escriturar títulos em que sejam participantes como credoras ou emissoras, direta ou indiretamente.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

70

§ 2º A oferta privada de nota comercial poderá conter cláusula de conversibilidade em participação societária, exceto em relação às sociedades anônimas.

CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52. O Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 15-A:

"Art. 15-A. Os documentos previstos nos arts. 2º, 4º e 7º deste Decreto-Lei poderão ser substituídos por sua versão eletrônica, na forma de regulamento do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Drei) da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia."

Art. 53. O art. 44 da Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 44. No caso de falência ou de recuperação judicial do representado, as importâncias por ele devidas ao representante comercial, relacionadas com a representação, inclusive comissões vencidas e vincendas, indenização e aviso prévio, e qualquer outra verba devida ao representante oriunda da relação estabelecida com base nesta Lei, serão consideradas créditos da mesma natureza dos créditos trabalhistas para fins de inclusão no pedido de falência ou plano de recuperação judicial.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

71

Parágrafo único. Os créditos devidos ao representante comercial reconhecidos em título executivo judicial transitado em julgado após o deferimento do processamento da recuperação judicial, e a sua respectiva execução, inclusive quanto aos honorários advocatícios, não se sujeitarão à recuperação judicial, aos seus efeitos e à competência do juízo da recuperação, ainda que existentes na data do pedido, e prescreverá em 5 (cinco) anos a ação do representante comercial para pleitear a retribuição que lhe é devida e os demais direitos garantidos por esta Lei.” (NR)

Art. 54. O parágrafo único do art. 22 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22.

Parágrafo único. É facultada a adoção de livros de folhas soltas ou fichas ou em meio digital, nos termos de regulamento do órgão competente do Poder Executivo federal.” (NR)

Art. 55. O inciso III do *caput* do art. 15 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15

.....

III - as sociedades e os assessores de investimentos que exerçam atividades de mediação na negociação de valores mobiliários em bolsa de valores ou no mercado de balcão;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

72

....." (NR)

Art. 56. A Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

.....

§ 3º O disposto neste Capítulo e nos Capítulos II e III desta Lei não se aplica ao direito tributário e ao direito financeiro, ressalvado o disposto no inciso X do *caput* do art. 3º desta Lei.

....." (NR)

"Art. 4º-A É dever da administração pública e das demais entidades que se sujeitam a esta Lei, na aplicação da ordenação pública sobre atividades econômicas privadas:

I - dispensar tratamento justo, previsível e isonômico entre os agentes econômicos;

II - proceder à lavratura de autos de infração ou aplicar sanções com base em termos subjetivos ou abstratos somente quando estes forem propriamente regulamentados por meio de critérios claros, objetivos e previsíveis; e

III - observar o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração decorrentes do exercício de atividade considerada de baixo ou médio risco.

§ 1º Os órgãos e as entidades competentes, na forma do inciso II do *caput* deste artigo, editarão atos normativos para definir a aplicação e a incidência de conceitos subjetivos ou abstratos por





CÂMARA DOS DEPUTADOS

73

meio de critérios claros, objetivos e previsíveis, observado que:

I - nos casos de imprescindibilidade de juízo subjetivo para a aplicação da sanção, o ato normativo determinará o procedimento para sua aferição, de forma a garantir a maior previsibilidade e impessoalidade possível;

II - a competência da edição dos atos normativos infralegais equivalentes a que se refere este parágrafo poderá ser delegada pelo Poder competente conforme sua autonomia, bem como pelo órgão ou pela entidade responsável pela lavratura do auto de infração.

§ 2º Para os fins administrativos, controladores e judiciais, consideram-se plenamente atendidos pela administração pública os requisitos previstos no inciso II do *caput* deste artigo, quando a advocacia pública, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos limites da respectiva competência, tiver previamente analisado o ato de que trata o § 1º deste artigo.

§ 3º Os órgãos e as entidades deverão editar os atos normativos previstos no § 1º deste artigo no prazo de 4 (quatro) anos, podendo o Poder Executivo estabelecer prazo inferior em regulamento.

§ 4º O disposto no inciso II do *caput* deste artigo aplica-se exclusivamente ao ato de lavratura decorrente de infrações referentes a matérias nas quais a atividade foi considerada de baixo ou médio





CÂMARA DOS DEPUTADOS

74

risco, não se aplicando a órgãos e a entidades da administração pública que não a tenham assim classificado, de forma direta ou indireta, de acordo com os seguintes critérios:

I - direta, quando realizada pelo próprio órgão ou entidade da administração pública que procede à lavratura; e

II - indireta, quando o nível de risco aplicável decorre de norma hierarquicamente superior ou subsidiária, por força de lei, desde que a classificação refira-se explicitamente à matéria sobre a qual se procederá a lavratura."

CAPÍTULO XIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 57. Ficam revogados:

I - o Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943;

II - o Decreto nº 20.256, de 20 de dezembro de 1945;

III - a Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953;

IV - o art. 1º da Lei nº 2.410, de 29 de janeiro de 1955;

V - o art. 1º da Lei nº 2.698, de 27 de dezembro de 1955;

VI - a Lei nº 2.807, de 28 de junho de 1956;

VII - a Lei nº 2.815, de 6 de julho de 1956;

VIII - o art. 1º da Lei nº 3.053, de 22 de dezembro de 1956;

IX - a Lei nº 3.187, de 28 de junho de 1957;

X - a Lei nº 3.227, de 27 de julho de 1957;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

75

- XI - a Lei nº 4.557, de 10 de dezembro de 1964;
- XII - a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966;
- XIII - os arts. 14 e 15 da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966;
- XIV - o art. 15 do Decreto-Lei nº 491, de 5 de março de 1969;
- XV - o art. 2º do Decreto-Lei nº 666, de 2 de julho de 1969;
- XVI - a parte do art. 1º do Decreto-Lei nº 687, de 18 de julho de 1969, que altera o art. 2º do Decreto-Lei nº 666, de 2 de julho de 1969;
- XVII - o inciso do II do *caput* do art. 114 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973;
- XVIII - o art. 2º da Lei nº 6.137, de 7 de novembro de 1974;
- XIX - o Decreto-Lei nº 1.416, de 25 de agosto de 1975;
- XX - o Decreto-Lei nº 1.427, de 2 de dezembro de 1975;
- XXI - o § 2º do art. 110 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- XXII - o Decreto nº 84.248, de 28 de novembro de 1979;
- XXIII - a Lei nº 7.409, de 25 de novembro de 1985;
- XXIV - a Lei nº 7.690, de 15 de dezembro de 1988;
- XXV - o art. 5º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991;
- XXVI - os seguintes dispositivos da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

76

- a) inciso IX do *caput* do art. 4º;
- b) inciso IV do *caput* do art. 35;
- c) art. 58; e
- d) art. 60;

XXVII - o parágrafo único do art. 40 e o art. 229-C da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996;

XXVIII - os seguintes dispositivos da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996:

- a) §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 80;
- b) arts. 80-A, 80-B e 80-C; e
- c) §§ 1º e 5º do art. 81;

XXIX - o parágrafo único do art. 18 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;

XXX - os seguintes dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil):

- a) inciso VI do *caput* do art. 44;
- b) parágrafo único do art. 999;
- c) parágrafo único do art. 1.015;
- d) inciso IV do *caput* e o parágrafo único do art. 1.033; e

- e) arts. 980-A, 982, 998 e 1.000;

XXXI - os seguintes dispositivos da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007:

- a) §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 4º;
- b) art. 6º; e
- c) inciso III do *caput* do art. 11;

XXXII - os seguintes dispositivos da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

77

a) incisos II e III do § 1º e §§ 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do art. 25;

b) §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 26; e

c) art. 37;

XXXIII - os incisos I, II, III, IV e V do *caput* do art. 246 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Art. 58. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos:

I - em 3 (três) anos, contados da data de sua publicação, quanto ao inciso I do *caput* do art. 36, podendo a Aneel determinar a antecipação da produção de efeitos em cada área de concessão ou permissão;

II - em 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da data de sua publicação, quanto à parte do art. 5º que altera o § 3º do art. 138 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação, quanto ao § 3º do art. 8º;

IV - no primeiro dia útil do primeiro mês subsequente ao da data de sua publicação, quanto aos arts. 8º, 9º, 10, 11 e 12 e aos incisos III a XVI, XIX, XXIV e XXXII do *caput* do art. 57; e

V - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 29 de junho de 2021.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 712/2021/SGM-P

Brasília, 29 de junho de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, o Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021 (Medida Provisória nº 1.040, de 2021, do Poder Executivo), que “Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletricidade, sobre a desburocratização societária e de atos processuais e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); altera as Leis nºs 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 7.913, de 7 de dezembro de 1989, 12.546, de 14 de dezembro 2011, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.514, de 28 de outubro de 2011, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 4.886, de 9 de dezembro de 1965, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938; e revoga as Leis nºs 2.145, de 29 de dezembro de 1953, 2.807, de 28 de junho de 1956, 2.815, de 6 de julho de 1956, 3.187, de 28 de junho de 1957, 3.227, de 27 de julho de 1957, 4.557, de 10 de dezembro de 1964, 4.950-A, de 22 de abril de 1966, 7.409, de 25 de novembro de 1985, e 7.690, de 15 de dezembro de 1988, os Decretos nºs 13.609, de 21 de outubro de 1943, 20.256, de 20 de dezembro de 1945, e 84.248, de 28 de novembro de 1979, e os



Documento : 90134 - 2



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Decretos-Lei nºs 1.416, de 25 de agosto de 1975, e 1.427, de 2 de dezembro de 1975, e dispositivos das Leis nºs 2.410, de 29 de janeiro de 1955, 2.698, de 27 de dezembro de 1955, 3.053, de 22 de dezembro de 1956, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.137, de 7 de novembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.279, de 14 de maio de 1996, e 9.472, de 16 de julho de 1997, e dos Decretos-Lei nºs 491, de 5 de março de 1969, 666, de 2 de julho de 1969, e 687, de 18 de julho de 1969; e dá outras providências”.

Informamos que o link de acesso aos documentos relativos à referida Medida Provisória é:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2275840>

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 90134 - 2



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 – CON-1988-10-05 – 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- artigo 62
- Decreto-Lei nº 491, de 5 de Março de 1969 – DEL-491-1969-03-05 – 491/69
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1969;491>
- artigo 15
- Decreto-Lei nº 666, de 2 de Julho de 1969 – DEL-666-1969-07-02 – 666/69
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1969;666>
- artigo 2º
- Decreto-Lei nº 687, de 18 de Julho de 1969 – DEL-687-1969-07-18 – 687/69
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1969;687>
- artigo 1º
- Decreto-Lei nº 1.416, de 25 de Agosto de 1975 – DEL-1416-1975-08-25 – 1416/75
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1975;1416>
- Decreto-Lei nº 1.427, de 2 de Dezembro de 1975 – DEL-1427-1975-12-02 – 1427/75
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1975;1427>
- Decreto nº 13.609, de 21 de Outubro de 1943 – DEC-13609-1943-10-21 – 13609/43
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1943;13609>
- Decreto nº 20.256, de 20 de Dezembro de 1945 – DEC-20256-1945-12-20 – 20256/45
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1945;20256>
- Decreto nº 84.248, de 28 de Novembro de 1979 – DEC-84248-1979-11-28 – 84248/79
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1979;84248>
- Decreto nº 9.326, de 3 de Abril de 2018 – DEC-9326-2018-04-03 – 9326/18
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2018;9326>
- Lei Complementar nº 64, de 18 de Maio de 1990 – Lei das Inelegibilidades; Lei de Inelegibilidade – 64/90
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:1990;64>
- inciso I do artigo 1º
- Lei nº 2.145, de 29 de Dezembro de 1953 – LEI-2145-1953-12-29 – 2145/53
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1953;2145>
- Lei nº 2.410, de 29 de Janeiro de 1955 – LEI-2410-1955-01-29 – 2410/55
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1955;2410>
- artigo 1º
- Lei nº 2.698, de 27 de Dezembro de 1955 – LEI-2698-1955-12-27 – 2698/55
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1955;2698>
- artigo 1º
- Lei nº 2.807, de 28 de Junho de 1956 – LEI-2807-1956-06-28 – 2807/56
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1956;2807>
- Lei nº 2.815, de 6 de Julho de 1956 – LEI-2815-1956-07-06 – 2815/56
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1956;2815>
- Lei nº 3.053, de 22 de Dezembro de 1956 – LEI-3053-1956-12-22 – 3053/56
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1956;3053>
- artigo 1º
- Lei nº 3.187, de 28 de Junho de 1957 – LEI-3187-1957-06-28 – 3187/57
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1957;3187>



- Lei nº 3.227, de 27 de Julho de 1957 – LEI-3227-1957-07-27 – 3227/57
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1957:3227>
- Lei nº 4.557, de 10 de Dezembro de 1964 – LEI-4557-1964-12-10 – 4557/64
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1964:4557>
- Lei nº 5.025, de 10 de Junho de 1966 – LEI-5025-1966-06-10 – 5025/66
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1966:5025>
 - artigo 14
 - artigo 15
- Lei nº 6.137, de 7 de Novembro de 1974 – LEI-6137-1974-11-07 – 6137/74
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1974:6137>
 - artigo 2º
- Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976 – Lei das Sociedades Anônimas; Lei das S.A.; Lei das S/A; Lei das Sociedades por Ações; Lei das Companhias por Ações – 6404/76
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1976:6404>
 - parágrafo 3º do artigo 138
 - parágrafo único do artigo 140
- Lei nº 7.409, de 25 de Novembro de 1985 – LEI-7409-1985-11-25 – 7409/85
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1985:7409>
- Lei nº 7.690, de 15 de Dezembro de 1988 – LEI-7690-1988-12-15 – 7690/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1988:7690>
- Lei nº 8.387, de 30 de Dezembro de 1991 – LEI-8387-1991-12-30 – 8387/91
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991:8387>
 - artigo 5º
- Lei nº 8.934, de 18 de Novembro de 1994 – Lei de Registro Público de Empresas Mercantis – 8934/94
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1994:8934>
- Lei nº 9.784, de 29 de Janeiro de 1999 – Lei Geral do Processo Administrativo; Lei do Processo Administrativo Federal – 9784/99
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1999:9784>
- Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 – Código Civil (2002) – 10406/02
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002:10406>
- Lei nº 11.598, de 3 de Dezembro de 2007 – LEI-11598-2007-12-03 – 11598/07
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2007:11598>
 - artigo 2º
- Lei nº 12.514, de 28 de Outubro de 2011 – LEI-12514-2011-10-28 – 12514/11
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2011:12514>
- Lei nº 12.546, de 14 de Dezembro de 2011 – LEI-12546-2011-12-14 – 12546/11
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2011:12546>
- Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – 13709/18
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2018:13709>
- Lei nº 13.874, de 20 de Setembro de 2019 – Lei da Liberdade Econômica – 13874/19
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2019:13874>
 - inciso I do artigo 3º
 - parágrafo 1º do artigo 3º
- Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de Agosto de 2001 – MPV-2200-2-2001-08-24 – 2200-2/01



<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2001;2200-2>
- [urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2021;1040](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2021;1040)
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2021;1040>



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de Lei de Conversão nº 15/2021 (proveniente da Medida Provisória nº 1040/2021)





SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas à **Medida Provisória nº 1040, de 2021**, que "*Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.*"

PARLAMENTARES	EMENDAS N°S
Senador Angelo Coronel (PSD/BA)	253
Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)	254; 255
Senador Lucas Barreto (PSD/AP)	256; 257
Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)	258; 297; 298
Senador Jorginho Mello (PL/SC)	259; 260
Senador Cid Gomes (PDT/CE)	261; 262
Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)	263; 264
Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)	265; 275; 276; 335
Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	266; 272; 273
Senador Eduardo Braga (MDB/AM)	267; 280
Senador Paulo Paim (PT/RS)	268; 286
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)	269*; 270; 271; 281; 326; 339
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE)	274
Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)	277; 299
Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	278; 334
Senador Weverton (PDT/MA)	279
Senador Telmário Mota (PROS/RR)	282; 283
Senador Esperidião Amin (PP/SC)	284; 319; 346
Senador Romário (PL/RJ)	285; 309; 310
Senadora Leila Barros (PSB/DF)	287
Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)	288; 289
Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)	290; 291
Senador Jean Paul Prates (PT/RN)	292; 293; 294; 348; 349



PARLAMENTARES	EMENDAS N°S
Senadora Simone Tebet (MDB/MS)	295; 296
Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)	300; 301
Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)	302
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	303; 304
Senador Giordano (PSL/SP)	305
Senador Dário Berger (MDB/SC)	306*; 307; 325
Senador Marcio Bittar (MDB/AC)	308; 314
Senador Humberto Costa (PT/PE)	311; 312; 336
Senador Wellington Fagundes (PL/MT)	313
Senador Paulo Rocha (PT/PA)	315; 320; 323; 324
Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)	316; 317; 318
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	322
Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)	327; 328; 329; 330; 331; 332; 333
Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)	337; 338
Senador Marcos Rogério (DEM/RO)	340; 341
Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)	342; 343
Senador Carlos Portinho (PL/RJ)	344; 345; 347; 350

* Emenda retirada pelo autor

TOTAL DE EMENDAS: 97



Página da matéria



**MPV 1040
00253**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 15, de 2021)

Suprima-se o inciso XII do caput do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

O inciso XII do caput do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, propõe a revogação da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre o piso salarial de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

Aqueles que defendem o fim do piso salarial para essas categorias argumentam que não pode a lei restringir o direito de o profissional acordar livremente o valor de produtos ou serviços.

Todavia, o objetivo do legislador ao instituir piso salarial para esses profissionais não é impedir a livre concorrência, mas proteger esses trabalhadores de cenários de exploração, com baixa remuneração e jornadas de trabalho abusivas.

Ademais, a Lei nº 4.950-A/1966 está de acordo com o que preceitua a Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso V, a qual dispõe que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

Ante o exposto, peço o apoio das Senhoras Senadoras e dos
Senhores Senadores para a aprovação desta Emenda.

Sala das Sessões,

Senador ANGELO CORONEL



**MPV 1040
00254**

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alvaro Dias

EMENDA Nº - PLENÁRIO**(AO PLV Nº 15, DE 2021, ORIUNDO DA MPV Nº 1040, DE 2021)**

Suprima-se o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Federal nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, estabelece o Salário Mínimo da Categoria Profissional dos engenheiros, agrônomos, arquitetos, químicos e médicos veterinários. A remuneração estabelecida faz jus a estes profissionais que atuam em atividades que conferem risco à vida, a saúde, ao patrimônio, ao meio-ambiente, aos bens de valor histórico, paisagístico e cultural.

A manutenção da vigência e eficácia da referida lei, significa valorizar a extensão e a complexidade do ofício dessas profissões, protegendo não só a sociedade, como também os contratantes dos serviços das Engenharias e da Agronomia.

Relevante ainda destacar que a mencionada lei, apesar de ser do ano de 1966, foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, cujo o artigo 7º inciso V deixa claro essa constitucionalidade:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social (...)

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

Em vista disso, não resta dúvida quanto à recepção da Lei nº 4.950-A de 1966 pela Constituição Federal de 1988, e que a percepção mínima salarial conforme delimitada em seu artigo 5º é medida justa quanto à carga de responsabilidade que as categorias mencionadas assumem, bem como pelos riscos sociais e econômicos que as atividades das Engenharias e da Agronomia podem causar.

O Salário Mínimo Profissional tem sua importância em garantir a devida valorização dos profissionais na execução de suas atividades, proporcionando qualidade e segurança dos serviços prestados. Não existe qualidade sem segurança, e não existe segurança sem valorização profissional.



Não é por outra razão, que as profissões aqui já mencionadas são regulamentadas por lei e sofrem o controle estatal, por meio do poder de polícia das profissões regulamentadas (Lei 5.194/1966 c/c artigo 78 do CTN).

Vale destacar que, as atividades da Engenharia e da Agronomia são complexas, exigindo do profissional alta capacidade técnica e conhecimento aprofundado nas obras e serviços executados. Qualquer falha poderá gerar um dano de natureza individual ou coletiva e de alta lesividade ao patrimônio e a vida das pessoas.

Bem por isso, a remuneração destes profissionais deve ser adequada e condizente com a complexidade e extensão das atribuições, conforme dispõe o artigo 7º da Constituição Federal.

Deste modo, a manutenção do piso mínimo salarial estabelecido na Lei 4950-A/1966, é medida necessária para que os serviços e obras das Engenharias e da Agronomia sejam executados com qualidade, segurança e responsabilidade.

Sala das Sessões, 01 de julho de 2021.

Senador **ALVARO DIAS**
PODEMOS/PR



**MPV 1040
00255**

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alvaro Dias

EMENDA Nº - PLENÁRIO**(AO PLV Nº 15, DE 2021, ORIUNDO DA MPV Nº 1040, DE 2021)**

Suprima-se o art. 37 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

Os últimos tempos foram marcados por graves acidentes na área da engenharia e da agronomia, em que se verificou a ausência de responsáveis técnicos e de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Entre esses acidentes, pode-se destacar o desabamento do prédio de 04 (quatro) andares em Rio das Pedras, município do Rio de Janeiro, construído de forma irregular, levando a óbito pai e filha moradores do imóvel.

O artigo 37 do PLV 15/2021, aprovado pela Câmara dos Deputados, é um dispositivo evidentemente incoerente, pois, ao mesmo tempo que reconhece e impõe a obrigatoriedade de responsável técnico, o qual deverá responder administrativa, civil e criminalmente em caso de danos e de acidentes decorrentes de eventuais erros de projeto ou de execução, dispensa a exigibilidade de emissão de documento de responsabilidade técnica de conselho profissional.

Importante frisar que os documentos mencionados no inciso I do art. 37, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), são a única forma de comprovação de habilitação técnica e de rastreabilidade do responsável pela execução da atividade.

Assim, sem qualquer documento de fé pública que comprove que determinado profissional de fato tenha executado uma atividade em determinado local, é impossível qualquer tipo de identificação e responsabilização do executor da obra ou serviço, seja na esfera técnica, administrativa, civil ou criminal, como induz o referido artigo.

Desta forma, a dispensa da ART, RRT e TRT em instalações elétricas acaba permitindo que obras ou serviços dessa natureza sejam realizadas por pessoas não qualificadas (leigos) ou por profissionais que dificilmente serão identificados e responsabilizados, nos termos da Lei 5.194/1966 e Resoluções do Confea.



Cabe frisar ainda, que os documentos de responsabilidade técnica emitidos por conselhos de profissões regulamentadas, possuem finalidade técnica, social, política e econômica, sendo instrumentos do Poder de Polícia Administrativa, preventiva e repressiva, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADIN 1717-6 DF.

Conclui-se, portanto que a desobrigatoriedade de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em obras e serviços envolvendo eletricidade, ou seja, em atividade altamente lesiva e com riscos à saúde e vida humana, retira da sociedade e do poder público um valioso instrumento de identificação e responsabilização técnica, civil, administrativa e criminal dos profissionais da Engenharia.

Sala das Sessões, 01 de julho de 2021.

Senador **ALVARO DIAS**
PODEMOS/PR



**MPV 1040
00256****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador LUCAS BARRETO**EMENDA Nº**
(ao PLV nº 15, de 2021)

Suprima-se o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, proveniente da Medida Provisória nº 1.040, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Federal nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, estabelece o salário mínimo da categoria profissional dos engenheiros, agrônomos, arquitetos, químicos e médicos veterinários. A remuneração estabelecida faz jus a estes profissionais que atuam em atividades que conferem risco à vida, a saúde, ao patrimônio, ao meio-ambiente, aos bens de valor histórico, paisagístico e cultural.

A manutenção da vigência e eficácia da referida lei, significa valorizar a extensão e a complexidade do ofício dessas profissões, protegendo não só a sociedade, como também os contratantes dos serviços das Engenharias e da Agronomia.

Relevante ainda destacar que a mencionada lei, apesar de ser do ano de 1966, foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, cujo o artigo 7º inciso V deixa claro essa constitucionalidade:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social (...)

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

Em vista disso, não resta dúvida quanto à recepção da Lei nº 4.950-A de 1966 pela Constituição Federal de 1988, e que a percepção mínima salarial conforme delimitada em seu art. 5º é medida justa quanto à carga de responsabilidade que as categorias mencionadas assumem, bem como pelos riscos sociais e econômicos que as atividades das Engenharias e da Agronomia podem causar.

O Salário Mínimo Profissional tem sua importância em garantir a devida valorização dos profissionais na execução de suas atividades,





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador LUCAS BARRETO

proporcionando qualidade e segurança dos serviços prestados. Não existe qualidade sem segurança, e não existe segurança sem valorização profissional.

Não é por outra razão, que as profissões aqui já mencionadas são regulamentadas por lei e sofrem o controle estatal, por meio do poder de polícia das profissões regulamentadas (Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 c/c art. 78 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN).

Vale destacar que as atividades da Engenharia e da Agronomia são complexas, exigindo do profissional alta capacidade técnica e conhecimento aprofundado nas obras e serviços executados. Qualquer falha poderá gerar um dano de natureza individual ou coletiva e de alta lesividade ao patrimônio e a vida das pessoas.

Bem por isso, a remuneração destes profissionais deve ser adequada e condizente com a complexidade e extensão das atribuições, conforme dispõe o art. 7º da Constituição Federal.

Deste modo, a manutenção do piso mínimo salarial estabelecido na Lei nº 4950-A, de 1966, é medida necessária para que os serviços e obras das Engenharias e da Agronomia sejam executados com qualidade, segurança e responsabilidade.

Pelas razões expostas, solicita-se apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões,

Senador LUCAS BARRETO
PSD-AP



**MPV 1040
00257****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador LUCAS BARRETO**EMENDA Nº**
(ao PLV nº 15, de 2021)

Suprima-se o art. 37 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, proveniente da Medida Provisória nº 1.040, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

Os últimos tempos foram marcados por graves acidentes na área da engenharia e da agronomia, em que se verificou a ausência de responsáveis técnicos e de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Entre esses acidentes, pode-se destacar o desabamento do prédio de 04 (quatro) andares em Rio das Pedras, município do Rio de Janeiro, construído de forma irregular, levando a óbito pai e filha moradores do imóvel.

O art. 37 do PLV nº 15, de 2021, aprovado pela Câmara dos Deputados, é um dispositivo evidentemente incoerente, pois, ao mesmo tempo que reconhece e impõe a obrigatoriedade de responsável técnico, o qual deverá responder administrativa, civil e criminalmente em caso de danos e de acidentes decorrentes de eventuais erros de projeto ou de execução, dispensa a exigibilidade de emissão de documento de responsabilidade técnica de conselho profissional.

Importante frisar que os documentos mencionados no inciso I do art. 37, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), são a única forma de comprovação de habilitação técnica e de rastreabilidade do responsável pela execução da atividade.

Assim, sem qualquer documento de fé pública que comprove que determinado profissional de fato tenha executado uma atividade em determinado local, é impossível qualquer tipo de identificação e responsabilização do executor da obra ou serviço, seja na esfera técnica, administrativa, civil ou criminal, como induz o referido artigo.

Desta forma, a dispensa da ART, RRT e TRT em instalações elétricas acaba permitindo que obras ou serviços dessa natureza sejam realizadas





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador LUCAS BARRETO

por pessoas não qualificadas (leigos) ou por profissionais que dificilmente serão identificados e responsabilizados, nos termos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e Resoluções do CONFEA.

Cabe frisar ainda, que os documentos de responsabilidade técnica emitidos por conselhos de profissões regulamentadas, possuem finalidade técnica, social, política e econômica, sendo instrumentos do poder de polícia administrativa, preventiva e repressiva, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADIN nº 1717-6 DF.

Conclui-se, portanto que a desobrigatoriedade de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em obras e serviços envolvendo eletricidade, ou seja, em atividade altamente lesiva e com riscos à saúde e vida humana, retira da sociedade e do poder público um valioso instrumento de identificação e responsabilização técnica, civil, administrativa e criminal dos profissionais da Engenharia.

Pelas razões expostas, solicita-se apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões,

Senador **LUCAS BARRETO**
PSD-AP



**MPV 1040
00258****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15, DE 2021
(PROVENIENTE DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.040, DE 29 DE MARÇO DE 2021)**

Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº , de 2021

Suprima-se o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15 de 2021 (proveniente da Medida Provisória nº 1.040/2021), renumerando-se os subsequentes.

JUSTIFICAÇÃO

O inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021 (proveniente da MPV 1.040/2021) revoga a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, a qual dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, instituindo, para essas categorias, o Salário Mínimo Profissional (SMP).

O referido dispositivo não constava no texto original da MPV, editado pelo Poder Executivo: foi inserido, no trâmite pela Câmara dos Deputados, por meio da Emenda nº 202, de autoria do Deputado Alexis Foteyne (NOVO - SP), sob a justificativa de que garantir uma suposta liberdade de precificação, em homenagem à livre iniciativa.

Primeiramente, há que se destacar o fato de o teor da Emenda aprovada por aquela Casa Legislativa destoar do restante do teor da MPV nº 1.040, que objetiva, conforme Exposição de Motivos que acompanha a Medida Provisória, *in verbis*: “melhorar o ambiente de negócios no Brasil, bem como impactar positivamente a posição do país na classificação geral do relatório *Doing Business* do Banco Mundial”. Para tanto, de acordo com seu art. 1º, dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos - Sira, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

Ainda, em que pese a intenção esposada pelo eminente Deputado, é evidente que a instituição do Salário Mínimo Profissional é uma conquista profissional, que assegura uma remuneração minimamente justa aos profissionais contemplados pela Lei nº 4.950-A/1966. O

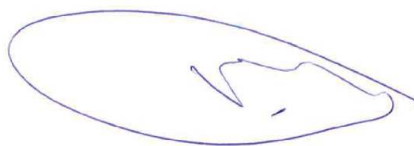


salário, de caráter alimentar, é fonte de sustento do trabalhador, requerendo, em determinados casos, assim como o presente, a intervenção do Estado, a fim de garantir, para além do mínimo geral, um mínimo específico, suficiente para manter a atratividade e a valorização de profissões fundamentais para a coletividade.

A esse respeito, não se podem perder de vista as relevantes funções sociais exercidas por engenheiros, químicos, arquitetos, agrônomos e veterinários — os quais atuam, inclusive, na prestação e fiscalização de importantes serviços públicos, assim como na pesquisa e no avanço tecnológico de diversos setores da economia. A precarização e a depreciação de tais categorias, para além dos impactos individuais, certamente podem levar a reflexos para toda a sociedade.

Por fim, o Salário Mínimo Profissional das categorias citadas encontra-se vigente no País desde a década de 1960. Não se pode realizar tamanha modificação no mercado de trabalho e na realidade de profissionais tão importantes para a sociedade de forma açodada, sem quaisquer estudos que demonstrem seus impactos e sem maiores discussões sobre seus reflexos.

Sala das Sessões,



Senador Randolfe Rodrigues
(REDE-AP)



**MPV 1040
00259**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorginho Mello

EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA 1040 DE 2021

Emenda supressiva nº de 2021

Suprima-se o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Federal nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, estabelece o Salário Mínimo da Categoria Profissional dos engenheiros, agrônomos, arquitetos, químicos e médicos veterinários. A remuneração estabelecida faz jus a estes profissionais que atuam em atividades que conferem risco à vida, a saúde, ao patrimônio, ao meio-ambiente, aos bens de valor histórico, paisagístico e cultural.

A manutenção da vigência e eficácia da referida lei, significa valorizar a extensão e a complexidade do ofício dessas profissões, protegendo não só a sociedade, como também os contratantes dos serviços das Engenharias e da Agronomia.

Relevante ainda destacar que a mencionada lei, apesar de ser do ano de 1966, foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, cujo o artigo 7º inciso V deixa claro essa constitucionalidade:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social (...)

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

Em vista disso, não resta dúvida quanto à recepção da Lei nº 4.950-A de 1966 pela Constituição Federal de 1988, e que a percepção mínima salarial conforme delimitada em



seu artigo 5º é medida justa quanto à carga de responsabilidade que as categorias mencionadas assumem, bem como pelos riscos sociais e econômicos que as atividades das Engenharias e da Agronomia podem causar.

O Salário Mínimo Profissional tem sua importância em garantir a devida valorização dos profissionais na execução de suas atividades, proporcionando qualidade e segurança dos serviços prestados. Não existe qualidade sem segurança, e não existe segurança sem valorização profissional.

Não é por outra razão, que as profissões aqui já mencionadas são regulamentadas por lei e sofrem o controle estatal, por meio do poder de polícia das profissões regulamentadas (Lei 5.194/1966 c/c artigo 78 do CTN).

Vale destacar que, as atividades da Engenharia e da Agronomia são complexas, exigindo do profissional alta capacidade técnica e conhecimento aprofundado nas obras e serviços executados. Qualquer falha poderá gerar um dano de natureza individual ou coletiva e de alta lesividade ao patrimônio e a vida das pessoas.

Bem por isso, a remuneração destes profissionais deve ser adequada e condizente com a complexidade e extensão das atribuições, conforme dispõe o artigo 7º da Constituição Federal.

Deste modo, a manutenção do piso mínimo salarial estabelecido na Lei 4950-A/1966, é medida necessária para que os serviços e obras das Engenharias e da Agronomia sejam executados com qualidade, segurança e responsabilidade.

Sala das Sessões,

JORGINHO MELLO
Senador - PL/SC



**MPV 1040
00260**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorginho Mello

EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA 1040 DE 2021

Emenda supressiva nº de 2021

Suprima-se o art. 37 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021

JUSTIFICAÇÃO

Os últimos tempos foram marcados por graves acidentes na área da engenharia e da agronomia, em que se verificou a ausência de responsáveis técnicos e de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Entre esses acidentes, pode-se destacar o desabamento do prédio de 04 (quatro) andares em Rio das Pedras, município do Rio de Janeiro, construído de forma irregular, levando a óbito pai e filha moradores do imóvel.

O artigo 37 do PLV 15/2021, aprovado pela Câmara dos Deputados, é um dispositivo evidentemente incoerente, pois, ao mesmo tempo que reconhece e impõe a obrigatoriedade de responsável técnico, o qual deverá responder administrativa, civil e criminalmente em caso de danos e de acidentes decorrentes de eventuais erros de projeto ou de execução, dispensa a exigibilidade de emissão de documento de responsabilidade técnica de conselho profissional.

Importante frisar que os documentos mencionados no inciso I do art. 37, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), são a única forma de comprovação de habilitação técnica e de rastreabilidade do responsável pela execução da atividade.

Assim, sem qualquer documento de fé pública que comprove que determinado profissional de fato tenha executado uma atividade em determinado local, é impossível qualquer tipo de identificação e responsabilização do executor da obra ou serviço, seja na esfera técnica, administrativa, civil ou criminal, como induz o referido artigo.



Desta forma, a dispensa da ART, RRT e TRT em instalações elétricas acaba permitindo que obras ou serviços dessa natureza sejam realizadas por pessoas não qualificadas (leigos) ou por profissionais que dificilmente serão identificados e responsabilizados, nos termos da Lei 5.194/1966 e Resoluções do Confea.

Cabe frisar ainda, que os documentos de responsabilidade técnica emitidos por conselhos de profissões regulamentadas, possuem finalidade técnica, social, política e econômica, sendo instrumentos do Poder de Polícia Administrativa, preventiva e repressiva, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADIN 1717-6 DF.

Conclui-se, portanto que a desobrigatoriedade de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em obras e serviços envolvendo eletricidade, ou seja, em atividade altamente lesiva e com riscos à saúde e vida humana, retira da sociedade e do poder público um valioso instrumento de identificação e responsabilização técnica, civil, administrativa e criminal dos profissionais da Engenharia.

Sala das Sessões,

JORGINHO MELLO
Senador - PL/SC



**MPV 1040
00261**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CID GOMES

EMENDA DE PLENÁRIO Nº

(PLV nº 15 de 2021)

Suprima-se o art. 37 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021

JUSTIFICATIVA

Os últimos tempos foram marcados por graves acidentes na área da engenharia e da agronomia, em que se verificou a ausência de responsáveis técnicos e de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Entre esses acidentes, pode-se destacar o desabamento do prédio de 04 (quatro) andares em Rio das Pedras, município do Rio de Janeiro, construído de forma irregular, levando a óbito pai e filha moradores do imóvel.

O artigo 37 do PLV 15/2021, aprovado pela Câmara dos Deputados, é um dispositivo evidentemente incoerente, pois, ao mesmo tempo que reconhece e impõe a obrigatoriedade de responsável técnico, o qual deverá responder administrativa, civil e criminalmente em caso de danos e de acidentes decorrentes de eventuais erros de projeto ou de execução, dispensa a exigibilidade de emissão de documento de responsabilidade técnica de conselho profissional.

Importante frisar que os documentos mencionados no inciso I do art. 37, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), são a única forma de comprovação de habilitação técnica e de rastreabilidade do responsável pela execução da atividade.



2

Assim, sem qualquer documento de fé pública que comprove que determinado profissional de fato tenha executado uma atividade em determinado local, é impossível qualquer tipo de identificação e responsabilização do executor da obra ou serviço, seja na esfera técnica, administrativa, civil ou criminal, como induz o referido artigo.

Desta forma, a dispensa da ART, RRT e TRT em instalações elétricas acaba permitindo que obras ou serviços dessa natureza sejam realizadas por pessoas não qualificadas (leigos) ou por profissionais que dificilmente serão identificados e responsabilizados, nos termos da Lei 5.194/1966 e Resoluções do Confea.

Cabe frisar ainda, que os documentos de responsabilidade técnica emitidos por conselhos de profissões regulamentadas, possuem finalidade técnica, social, política e econômica, sendo instrumentos do Poder de Polícia Administrativa, preventiva e repressiva, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADIN 1717-6 DF.

Conclui-se, portanto que a desobrigatoriedade de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em obras e serviços envolvendo eletricidade, ou seja, em atividade altamente lesiva e com riscos à saúde e vida humana, retira da sociedade e do poder público um valioso instrumento de identificação e responsabilização técnica, civil, administrativa e criminal dos profissionais da Engenharia.

Sala das Sessões,

Senador Cid Gomes
PDT/CE



**MPV 1040
00262****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador CID GOMES**EMENDA DE PLENÁRIO Nº**

(PLV nº 15 de 2021)

Suprima-se o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021

JUSTIFICATIVA

A Lei Federal nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, estabelece o Salário Mínimo da Categoria Profissional dos engenheiros, agrônomos, arquitetos, químicos e médicos veterinários. A remuneração estabelecida faz jus a estes profissionais que atuam em atividades que conferem risco à vida, a saúde, ao patrimônio, ao meio-ambiente, aos bens de valor histórico, paisagístico e cultural.

A manutenção da vigência e eficácia da referida lei, significa valorizar a extensão e a complexidade do ofício dessas profissões, protegendo não só a sociedade, como também os contratantes dos serviços das Engenharias e da Agronomia.

Relevante ainda destacar que a mencionada lei, apesar de ser do ano de 1966, foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, cujo o artigo 7º inciso V deixa claro essa constitucionalidade:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social (...)



2

*V - piso salarial proporcional
à extensão e à complexidade do trabalho;*

Em vista disso, não resta dúvida quanto à recepção da Lei nº 4.950-A de 1966 pela Constituição Federal de 1988, e que a percepção mínima salarial conforme delimitada em seu artigo 5º é medida justa quanto à carga de responsabilidade que as categorias mencionadas assumem, bem como pelos riscos sociais e econômicos que as atividades das Engenharias e da Agronomia podem causar.

O Salário Mínimo Profissional tem sua importância em garantir a devida valorização dos profissionais na execução de suas atividades, proporcionando qualidade e segurança dos serviços prestados. Não existe qualidade sem segurança, e não existe segurança sem valorização profissional.

Não é por outra razão, que as profissões aqui já mencionadas são regulamentadas por lei e sofrem o controle estatal, por meio do poder de polícia das profissões regulamentadas (Lei 5.194/1966 c/c artigo 78 do CTN).

Vale destacar que, as atividades da Engenharia e da Agronomia são complexas, exigindo do profissional alta capacidade técnica e conhecimento aprofundado nas obras e serviços executados. Qualquer falha poderá gerar um dano de natureza individual ou coletiva e de alta lesividade ao patrimônio e a vida das pessoas.

Bem por isso, a remuneração destes profissionais deve ser adequada e condizente com a complexidade e extensão das atribuições, conforme dispõe o artigo 7º da Constituição Federal.

Deste modo, a manutenção do piso mínimo salarial estabelecido na Lei 4950-A/1966, é medida necessária para que os serviços e obras das Engenharias e da Agronomia sejam executados com qualidade, segurança e responsabilidade.

Sala das Sessões,

Senador Cid Gomes
PDT/CE



**MPV 1040
00263**

EMENDA Nº - PLEN
(À MPV 1040 de 2021)

Suprima-se o inciso XII do art. 57 da Medida Provisória nº 1040, de 2021, na forma de seu Projeto de Lei de Conversão.

JUSTIFICAÇÃO

Desde 1966, por meio da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, estabeleceu-se o Salário Mínimo da Categoria Profissional de engenheiros, agrônomos, arquitetos, químicos e médicos veterinários. Essa remuneração faz jus a estes profissionais que atuam em atividades que conferem risco à vida, à saúde, ao patrimônio, ao meio-ambiente, aos bens de valor histórico, paisagístico e cultural, além de lhes imputar alta responsabilidade.

Por isso é importante valorizar a extensão e a complexidade do ofício dessas profissões, protegendo não só a sociedade, como também os contratantes desses profissionais.

Essa garantia encontra amparo na Carta de 1988, que em seu artigo 7º, inciso V, garante como direito dos trabalhadores o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho. Por isso, embora a Lei nº 4.950-A seja de 1966, ela foi recepcionada pela Constituição de 1988.

O Salário Mínimo Profissional tem sua importância em garantir a devida valorização dos profissionais na execução de suas atividades, proporcionando qualidade e segurança dos serviços prestados. Não existe qualidade sem segurança, e não existe segurança sem valorização profissional.

Deste modo, ao suprimir o inciso XII do art. 57 do PLV da MPV 1040/2021, estaremos garantindo a manutenção do piso mínimo salarial estabelecido pela Lei 4950-A/1966, que é medida necessária para que os serviços e obras das Engenharias e da Agronomia sejam executados com qualidade, segurança e responsabilidade.

Para tanto peço apoio dos colegas Senadores e ao Relator da matéria.

Salas das Sessões,

Senador **CHICO RODRIGUES**



**MPV 1040
00264**

EMENDA Nº - PLEN
(À MPV 1040 de 2021)

Suprima-se o art. 37 da Medida Provisória nº 1040, de 2021, na forma de seu Projeto de Lei de Conversão.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 37 do Projeto de Lei de Conversão da MPV 1040/2021 aprovado pela Câmara dos Deputados, é um dispositivo que traz incoerência, pois, ao mesmo tempo em que reconhece e impõe a obrigatoriedade de responsável técnico, dispensa a exigibilidade de emissão de documento de responsabilidade técnica de conselho profissional.

Importante frisar que os documentos mencionados no inciso I do art. 37, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), são formas de comprovação de habilitação técnica e de rastreabilidade do responsável pela execução da atividade. São documentos de fé pública que comprovam que determinado profissional de fato executou uma atividade em determinado local, permitindo a identificação e a responsabilização do executor da obra ou serviço, seja na esfera técnica, administrativa, civil ou criminal, como induz o referido artigo.

Assim, a dispensa da ART, RRT e TRT em instalações elétricas dificultará a identificação e a responsabilização dos responsáveis técnicos pelos serviços prestados.

Nesse sentido, entendo ser necessário a obrigatoriedade de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em obras e serviços envolvendo eletricidade por ser atividade de potencial lesivo e que põe em riscos a vida humana.

Sala das Sessões,

Senador **CHICO RODRIGUES**



**MPV 1040
00265**

EMENDA Nº - CM

(à MPV nº 1040, de 2021)

Acrescenta-se, onde couber, a seguinte redação à Medida Provisória nº 1040 de 2021:

Art. ____ O art. 289 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 289.

.....

§ 8º O atendimento às exigências contidas no caput não dispensa a obrigatoriedade de publicação, de forma resumida, no órgão oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia.” (NR)

“Art. 294.

§ __Sem prejuízo do que dispõe o inciso III deste artigo, as publicações ordenadas por esta lei deverão ser promovidas, de forma resumida, no órgão oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia.” (NR)

“Art. 294-A.....

.....

IV - no art. 289 desta Lei, quanto à forma de realização das publicações ordenadas por esta Lei, ressalvada a obrigatoriedade de veiculação no órgão oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia;”(NR)



JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 1.040, de 30 de março de 2021, tem por escopo a modernização do ambiente de negócios, e neste desiderato, traz uma série de medidas de flexibilização, numa tentativa de se garantir um maior dinamismo para o ambiente empresarial brasileiro.

Cediço que tal dinamização, não pode se dar às custas da transparência e boa governança. Neste sentido, a presente emenda tem como objetivo a ampliação do acesso ao teor das publicações determinadas no âmbito da Lei nº 6.404/76, propondo a obrigatoriedade da veiculação nos Diários Oficiais, inclusive das empresas públicas constituídas na forma de S.As.

Cabe frisar, por oportuno, que todos os todos os veículos oficiais já são publicados em via eletrônica, com vasto alcance pela internet, o que enfatiza ainda mais a pretendida ampliação de acesso e consequente transparência.

Frisa-se que os Diários Oficiais são importantes instrumentos de segurança jurídica, confiabilidade, transparência e perenização das informações neles veiculadas, tratando-se de instituições de inegável credibilidade.

Todavia, recentemente a Lei 13.818/2019, com vigência prevista para 1º de janeiro de 2022, retirou a obrigatoriedade das publicações em órgão oficial, sob o pretexto de desonerar as empresas de um custo dispensável.

Nesta mesma linha, a LCP 182, com vigência prevista para setembro de 2021, também flexibilizou as regras quanto às publicações determinadas no âmbito da Lei nº 6.404/76, desobrigando as publicações em diário oficial para as companhias fechadas de pequeno porte.

Ocorre que a suposta desoneração das empresas, sacrifica a transparência, comprometendo valores como segurança jurídica, fé pública e perenidade, que apenas podem ser garantidos, via publicação no órgão oficial.

As recentes alterações sacrificam até mesmo a transparência das empresas públicas constituídas na forma de S.As., e consequentemente, comprometem a transparência no trato do Erário, e garantias fundamentais do próprio cidadão.

É preciso enfatizar que as publicações ordenadas na lei 6404/76, não são mera burocracia, ou um custo indesejado. Pelo contrário, essas publicações fazem parte de um sistema de gestão transparente, e somente a publicação em Diário Oficial é capaz de garantir o caráter documental e a imprescindibilidade da segurança jurídica.



Tendo-se sempre em mente que as publicações obrigatórias da lei 6404/76 visam garantir um ambiente regulatório estável, possibilitando efetiva transparência a fiscalização de um setor econômico de relevância inegável – grande parte do PIB nacional decorre das atividades das sociedades anônimas – podemos analisar de forma contextualizada a necessidade de garantir a presença dos referidos atributos – segurança, fé pública e perenidade – nestas publicações.

A exigência de publicação das demonstrações financeiras das sociedades anônimas nos diários oficiais, a um só tempo, instrumentaliza a tutela de princípios constitucionais como a publicidade, estrita legalidade, moralidade, isonomia e segurança pública.

O princípio da publicidade, plasmado em sede constitucional, é resguardado com tal exigência, na medida em que se alinha ao direito dos cidadãos ao amplo e tempestivo acesso às demonstrações financeiras de empresas com destacada atuação na economia.

Não se pode olvidar, ainda sob este prisma, que é a publicação em veículo oficial que melhor atende a este princípio, dado que gera uma série de efeitos, dentre os quais, a presunção legal de conhecimento dos atos publicados por quaisquer terceiros, e assim, ninguém pode se escusar dos seus efeitos, sejam sócios, contratantes, credores, o Fisco e até mesmo órgãos estatais.

Ademais, a publicidade via órgão oficial confere às informações veiculadas os atributos da universalidade, permanência, perenidade e inalterabilidade, revestindo ainda o conteúdo publicado de fé pública, e o arquivamento da publicação oficial possibilita a verificação, a qualquer tempo, da regularidade formal e da legalidade de todos os atos praticados.

Este compromisso com a perenidade, apenas se alcança com os órgãos oficiais. Isto porque, apenas tais órgãos, por verdadeira imposição legal, têm o mister de promover e garantir o arquivamento de todo o conteúdo que se veicula.

E neste sentido, é preciso entender o acesso não como algo efêmero e imediato, que se encerra com a tão só veiculação em jornal. Este acesso deve ser contínuo e perene, possível e concretizável sempre que necessário, qualquer que seja o momento, donde deflui a expressão máxima do princípio da publicidade.

No entanto, a publicidade efetiva e plena que se busca com as publicações oficiais, é uma publicidade que envolva o acesso efetivo, o acesso potencial, o acesso



atemporal e o acesso perene a tudo o que é publicado, o que apenas se alcança com as publicações em órgãos oficiais, dado o aspecto de serviço público do qual são investidos, mesmo porque, estas publicações oficiais possuem natureza documental, e não mero periódico.

As publicações em órgãos oficiais também são meio de resguardar a isonomia, pois geram presunção legal de conhecimento dos atos publicados por quaisquer terceiros, garantindo a todos o acesso igualitário às informações das sociedades anônimas, pois a todos é de prévio conhecimento o modo, local e periodicidade da divulgação dos dados exigidos em lei – o que não se alcança com as publicações em jornais de grande circulação, que podem vir a ter sua periodicidade alterada sob o alvitre da iniciativa privada, sem qualquer garantia de prévia divulgação.

A obrigatoriedade das publicações nos órgãos oficiais decorre de um sistema de gestão transparente e democrático, em que se busca demonstrar o equilíbrio financeiro de entidades societárias que respondem por mais da metade do PIB nacional, como forma de possibilitar efetiva fiscalização sobre suas receitas.

Frisa-se que não se pretende aqui suprimir a obrigatoriedade de publicação nos jornais de grande circulação e veiculação simultânea na internet, mesmo porque, o que se pretende, é a ampliação do acesso, e não a sua restrição. O que se pretende, é incluir a veiculação das publicações determinadas no art. 289 e no art. 294 da Lei 6.404/1976 também nos órgãos oficiais. E não se diga que tal medida onerará as companhias, porquanto a alteração no regime de publicações da S.As. promovida pela Lei 13.818/2019 e pela LCP 182, permite que as publicações ordenadas sejam feitas em versão resumida, o que por si só já garante a pretendida desoneração.

Inclusive, cumpre destacar que as alterações aqui propostas à Lei 6.404/1976, referentes aos arts. 294 e 294-A, devem entrar em vigor após o período de *vacatio legis* estabelecido na LC 182/2021.

Ademais, não podemos jamais nos afastar de premissas básicas, garantindo desoneração do empresariado às custas da transparência pública, lembrando que o custo da falta de transparência é muito superior ao custo que se pretende evitar, que, repita-se, já obteve a pretendida redução com a possibilidade de publicação em forma resumida.

Desta forma, o que se defende é a obrigatoriedade de publicação em Diário Oficial, por ser este, atualmente, o único veículo que assegura todos os atributos



necessários às publicações exigidas às sociedades anônimas, esperando-se garantir um ambiente regulatório mais estável, o que se faz com a presente emenda.

Contamos, portanto, com o apoio dos nobres senadores para o acolhimento desta emenda.

Sala das Comissões,

SENADOR FABIANO CONTARATO



**MPV 1040
00266**

MEDIDA PROVISÓRIA 1040, DE 2021

EMENDA ADITIVA

Inclua-se onde couber no Projeto de Lei de Conversão referente à Medida Provisória nº 1.040, de 30 de março de 2021:

Art. XX. A Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 289.

§º. O atendimento às exigências contidas no caput não dispensa a obrigatoriedade de publicação, de forma resumida, no órgão oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia.” (NR)

Art. 294.

§º. Sem prejuízo do que dispõe o inciso III deste artigo, as publicações ordenadas por esta lei deverão ser promovidas, de forma resumida, no órgão oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia.” (NR)

Art. 294-A.

IV - no art. 289 desta Lei, quanto à forma de realização das publicações ordenadas por esta Lei, ressalvada a obrigatoriedade de veiculação no órgão oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia;”



JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 1.040, de 30 de março de 2021, tem por escopo a modernização do ambiente de negócios, e neste desiderato, traz uma série de medidas de flexibilização, numa tentativa de se garantir um maior dinamismo para o ambiente empresarial brasileiro.

Cediço que tal dinamização, não pode se dar às custas da transparência e boa governança. Neste sentido, a presente emenda tem como objetivo a ampliação do acesso ao teor das publicações determinadas no âmbito da Lei nº 6.404/76, propondo a obrigatoriedade da veiculação nos Diários Oficiais, inclusive das empresas públicas constituídas na forma de S.As.

Cabe frisar, por oportuno, que todos os todos os veículos oficiais já são publicados em via eletrônica, com vasto alcance pela internet, o que enfatiza ainda mais a pretendida ampliação de acesso e consequente transparência.

Frisa-se que os Diários Oficiais são importante instrumentos de segurança jurídica, confiabilidade, transparência e perenização das informações neles veiculadas, tratando-se de instituições de inegável credibilidade.

Todavia, recentemente a Lei 13.818/2019, com vigência prevista para 1º de janeiro de 2022, retirou a obrigatoriedade das publicações em órgão oficial, sob o pretexto de desonerar as empresas de um custo dispensável.

Nesta mesma linha, a LCP 182, com vigência prevista para setembro de 2021, também flexibilizou as regras quanto às publicações determinadas no âmbito da Lei nº 6.404/76, desobrigando as publicações em diário oficial para as companhias fechadas de pequeno porte.

Ocorre que a suposta desoneração das empresas, sacrifica a transparência, comprometendo valores como segurança jurídica, fé pública e perenidade, que apenas podem ser garantidos, via publicação no órgão oficial.

As recentes alterações sacrificam até mesmo a transparência das empresas públicas constituídas na forma de S.As., e consequentemente, comprometem a transparência no trato do Erário, e garantias fundamentais do próprio cidadão.

É preciso enfatizar que as publicações ordenadas na lei 6404/76, não são mera burocracia, ou um custo indesejado. Pelo contrário, essas publicações fazem parte de um sistema de gestão transparente, e somente a publicação em Diário Oficial é capaz de garantir o caráter documental e a imprescindibilidade da segurança jurídica.

Tendo-se sempre em mente que as publicações obrigatórias da lei 6404/76 visam garantir um ambiente regulatório estável, possibilitando efetiva transparência a fiscalização de um setor econômico de relevância inegável – grande parte do PIB nacional decorre das atividades das sociedades anônimas – podemos analisar de forma contextualizada a necessidade de garantir a presença dos referidos atributos – segurança, fé pública e perenidade – nestas publicações.

A exigência de publicação das demonstrações financeiras das sociedades anônimas nos diários oficiais, a um só tempo, instrumentaliza a tutela de princípios



constitucionais como a publicidade, estrita legalidade, moralidade, isonomia e segurança pública.

O princípio da publicidade, plasmado em sede constitucional, é resguardado com tal exigência, na medida em que se alinha ao direito dos cidadãos ao amplo e tempestivo acesso às demonstrações financeiras de empresas com destacada atuação na economia.

Não se pode olvidar, ainda sob este prisma, que é a publicação em veículo oficial que melhor atende a este princípio, dado que gera uma série de efeitos, dentre os quais, a presunção legal de conhecimento dos atos publicados por quaisquer terceiros, e assim, ninguém pode se escusar dos seus efeitos, sejam sócios, contratantes, credores, o Fisco e até mesmo órgãos estatais.

Ademais, a publicidade via órgão oficial confere às informações veiculadas os atributos da universalidade, permanência, perenidade e inalterabilidade, revestindo ainda o conteúdo publicado de fê pública, e o arquivamento da publicação oficial possibilita a verificação, a qualquer tempo, da regularidade formal e da legalidade de todos os atos praticados.

Este compromisso com a perenidade, apenas se alcança com os órgãos oficiais. Isto porque, apenas tais órgãos, por verdadeira imposição legal, têm o mister de promover e garantir o arquivamento de todo o conteúdo que se veicula.

E neste sentido, é preciso entender o acesso não como algo efêmero e imediato, que se encerra com a tão só veiculação em jornal. Este acesso deve ser contínuo e perene, possível e concretizável sempre que necessário, qualquer que seja o momento, donde deflui a expressão máxima do princípio da publicidade.

No entanto, a publicidade efetiva e plena que se busca com as publicações oficiais, é uma publicidade que envolva o acesso efetivo, o acesso potencial, o acesso atemporal e o acesso perene a tudo o que é publicado, o que apenas se alcança com as publicações em órgãos oficiais, dado o aspecto de serviço público do qual são investidos, mesmo porque, estas publicações oficiais possuem natureza documental, e não mero periódico.

As publicações em órgãos oficiais também são meio de resguardar a isonomia, pois geram presunção legal de conhecimento dos atos publicados por quaisquer terceiros, garantindo a todos o acesso igualitário às informações das sociedades anônimas, pois a todos é de prévio conhecimento o modo, local e periodicidade da divulgação dos dados exigidos em lei – o que não se alcança com as publicações em jornais de grande circulação, que podem vir a ter sua periodicidade alterada sob o alvitre da iniciativa privada, sem qualquer garantia de prévia divulgação.

A obrigatoriedade das publicações nos órgãos oficiais decorre de um sistema de gestão transparente e democrático, em que se busca demonstrar o equilíbrio financeiro de entidades societárias que respondem por mais da metade do PIB nacional, como forma de possibilitar efetiva fiscalização sobre suas receitas.

Frisa-se que não se pretende aqui suprimir a obrigatoriedade de publicação nos jornais de grande circulação e veiculação simultânea na internet, mesmo porque, o que se pretende, é a ampliação do acesso, e não a sua restrição. O que se pretende, é incluir a veiculação das publicações determinadas no art. 289 e no art. 294 da Lei



6.404/1976 também nos órgãos oficiais. E não se diga que tal medida onerará as companhias, porquanto a alteração no regime de publicações da S.As. promovida pela Lei 13.818/2019 e pela LCP 182, permite que as publicações ordenadas sejam feitas em versão resumida, o que por si só já garante a pretendida desoneração.

Ademais, não podemos jamais nos afastar de premissas básicas, garantindo desoneração do empresariado às custas da transparência pública, lembrando que o custo da falta de transparência é muito superior ao custo que se pretende evitar, que, repita-se, já obteve a pretendida redução com a possibilidade de publicação em forma resumida.

Desta forma, o que se defende é a obrigatoriedade de publicação em Diário Oficial, por ser este, atualmente, o único veículo que assegura todos os atributos necessários às publicações exigidas às sociedades anônimas, esperando-se garantir um ambiente regulatório mais estável, o que se faz com a presente emenda.

Sala das Sessões

Senadora Rose de Freitas



**MPV 1040
00267**

EMENDA Nº - PLEN

(ao PLV nº 15, de 2021, oriundo da MPV nº 1.040, de 2021)

Suprima-se o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, oriundo da Medida Provisória (MPV) nº 1.040, de 30 de março de 2021, renumerando-se os demais incisos.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, no inciso V do art. 7º, garante aos trabalhadores a fixação de piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do labor.

Logo, cabe ao Parlamento a aprovação de projetos de lei que valorizem as categorias profissionais, evitando que percebam remunerações incompatíveis com as respectivas atividades.

A Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, fixa o piso salarial dos profissionais de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, atendendo, portanto, ao espírito do mencionado dispositivo constitucional.

A sua revogação pelo inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, constitui verdadeiro desrespeito à vontade constitucional, por abrir caminho à desvalorização dos mencionados profissionais, que ficarão desprovidos de remuneração mínima compatível com a importância de seus trabalhos.

Roga-se pelo acolhimento da emenda ora apresentada.

Sala das Sessões,

Senador Eduardo Braga





EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 15, de 2021)

Suprima-se o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

O inciso XII do caput do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021 à MPV 1.040/2021, na forma aprovada pela Câmara dos Deputados, revoga a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre o piso salarial de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

Trata-se de um “jabuti”, que não constava do texto original da Medida Provisória, e sua inclusão no texto final não respeita o devido processo legislativo, devendo, assim ser suprimido por esta Casa.

No mérito, a revogação de um piso salarial, sob o argumento de que esteja defasado ou fixado em salários mínimos, o que seria vedado pelo art. 7º, IV da CF, reclama a atualização da norma legal, mas não a sua revogação.

Ademais, segundo Parecer do Ex-Ministro do STF, Francisco Rezek, de 2009, não é inconstitucional fixar piso salarial tendo como referência o salário-mínimo:

“Salário mínimo de categoria profissional. Fixação em lei federal, tendo como referência o salário mínimo comum. Artigo 7º, inciso IV da Constituição Federal, que garante ao trabalhador o direito ao salário mínimo capaz de atender às suas necessidades vitais e às de sua família, e veda sua vinculação para qualquer fim. Entendimento de que a expressão “qualquer fim” diz respeito a todo aquele que não tenha a cobertura da própria norma, por definir também um salário mínimo correspondente às necessidades do trabalhador qualificado. Relevância de que o inciso seguinte, o de número V do mesmo artigo constitucional, de igual estatura hierárquica, garanta exatamente o direito ao piso salarial, ou seja, à retribuição mínima devida ao trabalhador qualificado pela extensão e complexidade de seu ofício. Compatibilidade evidente do artigo 5º da Lei nº 4.950-A com a superveniente Carta de 1988.”





Quando à discussão do “valor” do piso salarial, é tema que somente poderia ser objeto de apreciação mediante amplo debate, inclusive com os trabalhadores e suas entidades, e nunca como fruto de uma medida abrupta, autoritária e ilegítima, como a inclusão de emenda em medida provisória.

Em todo os país, entidades Sindicais têm denunciado esse absurdo, e reclamam a preservação do pisos salarial dos engenheiros.

Assim, é fundamental a supressão do inciso XII do art. 57, preservando-se o piso salarial como instrumento legítimo de proteção do trabalho dos engenheiros.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM



**MPV 1040
00269**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

EMENDA DE PLENÁRIO Nº

(PLV nº 15 de 2021)

Suprima-se o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Federal nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, estabelece o Salário Mínimo da Categoria Profissional dos engenheiros, agrônomos, arquitetos, químicos e médicos veterinários. A remuneração estabelecida faz jus a estes profissionais que atuam em atividades que conferem risco à saúde humana, animal e ambiental.

Manter a vigência da referida lei não só reconhecer um salário base, ou piso salarial como um direito do trabalhador qualificado, mas sobretudo valorizar a extensão e a complexidade do ofício dessas profissões.

Relevante ainda destacar que mencionada lei, apesar de ser do ano de 1966, foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, cujo o artigo 7º inciso V deixa claro essa constitucionalidade:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social (...)

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

Em vista disso, não resta dúvida quanto à recepção da Lei nº 4.950-A de 1966 pela Constituição Federal de 1988, e que a percepção mínima salarial conforme delimitada em seu artigo 5º é medida justa quanto à carga de responsabilidade que as categorias mencionadas assumem.

O Salário Mínimo Profissional tem sua importância em garantir a devida valorização dos profissionais na execução de suas atividades, proporcionando





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

qualidade dos serviços prestados. Não existe qualidade sem segurança, e não existe segurança sem valorização profissional.

Vale destacar que, por ocasião da pandemia, ficou evidente o quanto os profissionais da saúde, em especial os da enfermagem, estão subvalorizados no que diz respeito a sua remuneração. Por esse motivo, presencia-se um movimento para aprovação de um piso salarial da enfermagem que reconheça o papel dessa profissão para a sociedade. Não convém, portanto, que caiba ao Congresso Nacional aumentar o rol de profissões subvalorizadas nesse país.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 2021.

Senador **JORGE KAJURU**
PODEMOS/GO



**MPV 1040
00270**

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jorge Kajuru

EMENDA DE PLENÁRIO Nº

(PLV nº 15 de 2021)

Suprima-se o inciso I do art. 37 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021

JUSTIFICAÇÃO

Os últimos tempos foram marcados com grande publicidade de graves acidentes na área da engenharia, em que se verificou a ausência de responsáveis técnicos. Entre esses acidentes, pode-se destacar o desabamento do prédio de 04 (quatro) andares em Rio das Pedras, município do Rio de Janeiro, construído de forma irregular, levando a óbito pai e filha moradores do imóvel.

O artigo 37 do PLV 15/2021, aprovado pela Câmara dos Deputados, é um dispositivo evidentemente incoerente, pois, ao mesmo tempo que reconhece e impõe a obrigatoriedade de responsável técnico, o qual deverá responder administrativamente, civil e criminalmente em caso de danos e de acidentes decorrentes de eventuais erros de projeto ou de execução, dispensa a exigibilidade de emissão de documento de responsabilidade técnica em conselho profissional.

Importante frisar que os documentos mencionados no inciso I do art. 37, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), são a única forma de comprovação de habilitação e rastreabilidade da execução da atividade. Sem qualquer documento de fé pública que comprove que determinado profissional de fato tenha executado uma atividade em determinado local, é impossível qualquer tipo de responsabilização, seja administrativa, civil ou criminalmente, como induz o referido artigo.

A dispensa da ART, RRT e TRT em instalações elétricas acaba permitindo que obras/serviços dessa natureza sejam realizadas por pessoas não qualificadas (leigos). Estes documentos identificam os responsáveis técnicos das obras e serviços, evitando que leigos e profissionais sem formação específica conduzam projetos e execução das instalações elétricas.

Cabe lembrar que documentos de responsabilidade técnica emitidos por conselhos de profissão tem finalidade técnica, social, política e econômica,





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jorge Kajuru

sendo um instrumento do Poder de Polícia Administrativa, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos pares para o acatamento desta Emenda que apresentamos.

Sala das Sessões, em 05 de julho de 2021.

Senador **JORGE KAJURU**

PODEMOS/GO



**MPV 1040
00271**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

EMENDA DE PLENÁRIO Nº
(PLV nº 15 de 2021)

Suprima-se o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Federal nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, estabelece o Salário Mínimo da Categoria Profissional dos engenheiros, agrônomos, arquitetos, químicos e médicos veterinários. A remuneração estabelecida faz jus a estes profissionais que atuam em atividades que conferem risco à saúde humana, animal e ambiental.

Manter a vigência da referida lei não só reconhecer um salário base, ou piso salarial como um direito do trabalhador qualificado, mas sobretudo valorizar a extensão e a complexidade do ofício dessas profissões.

Relevante ainda destacar que mencionada lei, apesar de ser do ano de 1966, foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, cujo o artigo 7º inciso V deixa claro essa constitucionalidade:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social (...)

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

Em vista disso, não resta dúvida quanto à recepção da Lei nº 4.950-A de 1966 pela Constituição Federal de 1988, e que a percepção mínima salarial conforme delimitada em seu artigo 5º é medida justa quanto à carga de responsabilidade que as categorias mencionadas assumem.

O Salário Mínimo Profissional tem sua importância em garantir a devida valorização dos profissionais na execução de suas atividades, proporcionando





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

qualidade dos serviços prestados. Não existe qualidade sem segurança, e não existe segurança sem valorização profissional.

Vale destacar que, por ocasião da pandemia, ficou evidente o quanto os profissionais da saúde, em especial os da enfermagem, estão subvalorizados no que diz respeito a sua remuneração. Por esse motivo, presencia-se um movimento para aprovação de um piso salarial da enfermagem que reconheça o papel dessa profissão para a sociedade. Não convém, portanto, que caiba ao Congresso Nacional aumentar o rol de profissões subvalorizadas nesse país.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos pares para o acatamento desta Emenda que apresentamos.

Sala das Sessões, em 05 de julho de 2021.

Senador **JORGE KAJURU**
PODEMOS/GO



**MPV 1040
00272**

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 15, de 2021)

Suprima-se o art. 37 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, oriundo da Medida Provisória nº 1.040, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta do Poder Executivo, materializada por intermédio da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, buscou a melhoria do ambiente de negócios nacional, especificamente quanto à classificação geral no relatório *Doing Business* do Banco Mundial.

Não obstante o objetivo de simplificar os procedimentos, o novo art. 37 acaba por imputar penalidade em responsável técnico, sem, no entanto, exigir a emissão de anotações e registros de responsabilidade nos conselhos profissionais da categoria, deixando tanto o consumidor quanto o responsável pelo projeto a mercê de práticas predatórias que, em tese, visam baratear os custos, mas que resultam na precarização das relações contratuais e trabalhistas. Por isso, apresento emenda para supressão do referido artigo.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



**MPV 1040
00273**

EMENDA Nº - PLEN

(ao PLV nº 15, de 2021, oriundo da MPV nº 1.040, de 2021)

Suprima-se o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, oriundo da Medida Provisória (MPV) nº 1.040, de 30 de março de 2021, renumerando-se os demais incisos.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, fixa o piso salarial dos profissionais de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, atendendo, portanto, ao espírito do inciso V do art. 7º da Carta Magna.

A sua revogação pelo inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, constitui verdadeiro desrespeito aos referidos profissionais, que ficarão desprovidos de remuneração mínima compatível com a importância de seus trabalhos.

Roga-se pelo acolhimento da emenda ora apresentada.

Sala das Sessões,

Senadora Rose de Freitas



**MPV 1040
00274**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JARBAS VASCONCELOS

EMENDA Nº - PLENÁRIO
(AO PLV Nº 15, DE 2021, ORIUNDO DA MPV Nº 1040, DE 2021)

Suprima-se o inciso XII, do art. 57, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda faz-se necessária devido à inserção de texto com conteúdo, flagrantemente estranho, ao texto inicial da Medida Provisória nº 1040, de 2021. Em breve histórico passamos a expor.

A Medida Provisória nº 1040/2021, como descrito em sua ementa - *“Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil”*.

Ocorre que, durante a tramitação da Medida Provisória nº 1040/2021, na Câmara dos Deputados, houve a inserção de Emenda Aditiva, de autoria do Deputado Alexis Fonteyne (NOVO\SP). O dispositivo inseriu o inciso XII, art. 57 ao PLV nº 15/2021. Entretanto, a Emenda tem conteúdo completamente diverso do texto inicial da Medida Provisória.



O Mérito da Emenda Aditiva prevê a revogação integral da Lei nº 4.950-A, de 1966, que trata do piso salarial dos engenheiros, químicos, arquitetos, agrônomos e veterinários. Na justificativa da Emenda, o autor, Deputado Alexis Fonteyne, argumenta que não caberia ao texto normativo *“restringir o direito do profissional especializado de prestar seus serviços ao valor que vier a acordar, não importando a forma de contratação, respeitadas as disposições constitucionais”*.

Ao analisar o mérito da Emenda percebe-se, claramente, que o dispositivo **não** possui **pertinência temática** alguma com o texto original da Medida Provisória. Mais uma vez, nos deparamos com os chamados *“jabutis”* durante o processo legislativo. Essa prática, cada vez mais comum nas Casas Legislativas, deve ser severamente combatida.

Portanto, por **não guardar pertinência temática** com a Medida Provisória, apresento a presente **Emenda para suprimir o inciso XII, art. 57 do PLV nº 15/2021**. Restando, assim, o texto final do Projeto de Lei de Conversão, em condições regimentais de ser apreciado e restabelecendo-se o piso salarial dos engenheiros, químicos, arquitetos, agrônomos e veterinários.

Sala das Sessões,

Senador **JARBAS VASCONCELOS**

MDB-PE



**MPV 1040
00275****EMENDA Nº - CM**

(à MPV nº 1040, de 2021)

Suprima-se o art. 37 do PLV 15/2021.

JUSTIFICAÇÃO

A MPV 1040/2021 dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

O artigo 37 do PLV 15/2021 dispensa a necessidade de emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) para projeto e execução de instalações elétricas internas dos imóveis, colocando em risco a sociedade pela falta de controle na responsabilidade técnica profissional nessa área.

A Lei nº 6.496/77 estabeleceu sua obrigatoriedade em todo contrato para execução de obra ou prestação de serviço de Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia, bem como para o desempenho de cargo ou função para a qual sejam necessários habilitação legal e conhecimentos técnicos nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea. Para a sociedade, a ART serve como um instrumento de defesa, pois formaliza o compromisso do profissional com a qualidade dos serviços prestados.¹

Assim, tendo em vista que a dispensa coloca a sociedade em risco, pois interfere na fiscalização profissional e configura-se ainda em retrocesso ambiental, pela falta de vistoria e análise técnica, propomos a presente emenda supressiva.

Contamos, portanto, com o apoio dos nobres senadores para o acolhimento desta emenda.

Sala das Comissões,

SENADOR FABIANO CONTARATO

¹ <https://www.confea.org.br/servicos-prestados/anotacao-de-responsabilidade-tecnica-art>



**MPV 1040
00276****EMENDA Nº - CM**
(à MPV nº 1040, de 2021)

Suprima-se o inciso XII, do art. 57 do PLV 15/2021.

JUSTIFICAÇÃO

A MPV 1040/2021 dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

Contudo, na Câmara dos Deputados, o inciso XII, do art. 57 do PLV 15/2021, revogou a Lei 4950-A/66, responsável pelo Salário Mínimo Profissional (SMP) de engenheiros, arquitetos, agrônomos, veterinários e químicos.

O referido dispositivo, além de inconstitucional, por ser matéria diversa ao escopo principal da Medida Provisória, constitui-se um retrocesso, uma vez que o salário-mínimo é uma das conquistas das categorias profissionais, cuja lei está em vigor há 55 anos.

Não há justificativa para a retirada do salário mínimo desses trabalhadores. A fixação de valores mínimos para o exercício das atividades profissionais é proporcional à extensão e à complexidade do trabalho. Assim, a revogação do piso vai na contramão do direito à remuneração digna para atender às necessidades vitais básicas do trabalhador, o que viola frontalmente o princípio da dignidade da pessoa humana.

Contamos, portanto, com o apoio dos nobres senadores para o acolhimento desta emenda supressiva, a fim de impedir o ataque a direitos conquistados há mais de cinco décadas.

Sala das Comissões,

SENADOR FABIANO CONTARATO



**MPV 1040
00277**

SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15, DE 2021
(PROVENIENTE DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.040, DE 29 DE MARÇO DE 2021)**

Altera o art. 56 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, para garantir a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na aplicação de sanções pelo Poder Público sobre atividades econômicas.

EMENDA Nº , de 2021

Art. 56. A Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º-A. É dever da Administração Pública e das demais entidades que se vinculam a esta Lei, na aplicação da ordenação pública sobre atividades econômicas privadas:

I - dispensar tratamento justo, previsível e isonômico entre os agentes econômicos;

II - somente proceder à lavratura de autos de infração ou aplicar sanções por meio de critérios claros, objetivos e previsíveis, respeitados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

JUSTIFICAÇÃO

Com o objetivo de assegurar a utilização dos princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade, também constantes como obrigatórios nas tomadas de decisões do poder público; e visando evitar arbitrariedades e eventuais injustiças que possam ocorrer na aplicação das sanções previstas na Lei 13.874/2019, propõe-se a presente emenda ao inciso II. Dessa forma, elimina-se a utilização de critérios puramente subjetivos e abstratos, que por gozarem de presunção de veracidade, possuem um potencial lesivo enorme às empresas autuadas





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

indevidamente.

Assim, em consonância com o objetivo da Medida Provisória de melhorar o ambiente de negócios no Brasil e sua classificação geral no *Doing Business* do Banco Mundial, resta necessária modificação do inciso II ao Art. 4-A da Lei 13.874/2019, para assim garantir a utilização de critérios transparentes, justos e pré-determinados na aplicação das multas e sanções administrativas nas atividades econômicas privadas.

Por todo o exposto, pedimos o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda em nome do equilíbrio tão necessário às relações de consumo em nosso país.

Sala das Sessões, 07 de julho de 2021.

Senador **ACIR GURGACZ**
PDT/RO



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)

**MPV 1040
00278****EMENDA Nº - PLEN**(PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15, DE 2021 - PROVENIENTE DA
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.040, DE 29 DE MARÇO DE 2021)

Suprima-se o inciso XII, do artigo 57, do PLV nº15, de 2021, oriundo da Medida Provisória nº 1.040, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

O inciso XII, do artigo 57, do PLV nº15, de 2021, propõe a revogação da Lei nº 4.950-A, de 1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

O referido “jabuti” foi incluído pelo deputado federal Alexis Fonteyne sob o pretexto de “garantir que toda pessoa natural ou jurídica não tenha restringida, por qualquer autoridade, sua liberdade de definir o preço de produtos e de serviços”.

Tal medida, além de desprezar as características mínimas da remuneração salarial dos profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, despreza ainda outras conquistas estabelecidas na respectiva lei, como jornada de trabalho, hora extra e adicional noturno.

Além disso, cabe ressaltar que o Supremo Tribunal Federal – STF decidiu, com efeitos *ex nunc* (*nunca existiu*), não ser compatível com a Constituição a apresentação de emendas sem relação de pertinência temática com MP submetida à apreciação do Congresso.

O entendimento foi adotado pela Corte durante julgamento de ADIn contra o artigo 76 da Lei 12.249/10, que alterou a regulamentação do exercício e fiscalização da profissão contábil. A lei é resultado da conversão da MP 472/10 e foi impugnada pela Confederação Nacional das Profissões Liberais.



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)**

Na proclamação do resultado do julgamento, a Corte já cientificou o Poder Legislativo sobre a decisão. Portanto, é matéria julgada.

Dessa forma, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para, em prol da justiça com as classes acima elencadas, aprovarmos esta Emenda ao PLV nº 15, de 2021, oriundo da Medida Provisória nº 1.040, de 2021.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 2021.



Senador JADER BARBALHO





**MPV 1040
00279**

SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**
EMENDA Nº - PLENÁRIO

(ao PLV nº 15, de 2021)

Suprima-se o inciso XII do caput do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

O inciso XII do caput do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, propõe a revogação da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre o piso salarial de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

O Salário Mínimo Profissional tem sua importância em garantir a devida valorização dos profissionais na execução de suas atividades, proporcionando qualidade e segurança dos serviços prestados. Não existe qualidade sem segurança, e não existe segurança sem valorização profissional.

A remuneração estabelecida faz jus a estes profissionais que atuam em atividades que conferem risco à saúde humana, animal e ambiental. Manter a vigência da referida lei não só reconhecer um salário base, ou piso salarial como um direito do trabalhador qualificado, mas sobretudo valorizar a extensão e a complexidade do ofício dessas profissões.

Cabe ressaltar que o objetivo do legislador ao instituir piso salarial para esses profissionais não é impedir a livre concorrência, mas proteger esses trabalhadores de cenários de exploração, com baixa remuneração e jornadas de trabalho abusivas.

Ademais, a Lei nº 4.950-A/1966 está de acordo com o que preceitua a Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso V, a qual dispõe que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

Senador WEVERTON



**MPV 1040
00280****EMENDA DE PLENÁRIO Nº**

(PLV nº 15 de 2021, oriundo da MPV 1.040 de 2021)

Suprima-se o art. 37 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

JUSTIFICATIVA

Os últimos tempos foram marcados com grande publicidade de graves acidentes na área da engenharia, em que se verificou a ausência de responsáveis técnicos. Entre esses acidentes, pode-se destacar o desabamento do prédio de 04 (quatro) andares em Rio das Pedras, município do Rio de Janeiro, construído de forma irregular, levando a óbito pai e filha moradores do imóvel.

O artigo 37 do PLV 15/2021, aprovado pela Câmara dos Deputados, é um dispositivo evidentemente incoerente, pois, ao mesmo tempo que reconhece e impõe a obrigatoriedade de responsável técnico, o qual deverá responder administrativamente, civil e criminalmente em caso de danos e de acidentes decorrentes de eventuais erros de projeto ou de execução, dispensa a exigibilidade de emissão de documento de responsabilidade técnica em conselho profissional.

Importante frisar que os documentos mencionados no inciso I do art. 37, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), são a única forma de comprovação de habilitação e rastreabilidade da execução da atividade. Sem qualquer documento de fé pública que comprove que determinado profissional de fato tenha executado uma atividade em determinado local, é impossível qualquer tipo de responsabilização, seja administrativa, civil ou criminalmente, como induz o referido artigo.

A dispensa da ART, RRT e TRT em instalações elétricas acaba permitindo que obras/serviços dessa natureza sejam realizadas por pessoas não qualificadas (leigos). Estes documentos identificam os responsáveis técnicos das obras e serviços, evitando que leigos e profissionais sem formação específica conduzam projetos e execução das instalações elétricas.

Cabe lembrar que documentos de responsabilidade técnica emitidos por conselhos de profissão tem finalidade técnica, social, política e econômica, sendo um instrumento do Poder de Polícia Administrativa, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Diante do exposto, peço aos pares o acolhimento da emenda ora apresentada.

Sala das Sessões,

Senador **Eduardo Braga**



**MPV 1040
00281****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador JORGE KAJURU**EMENDA Nº - PLEN**
(ao PLV nº 15, de 2001)

Inclua-se o seguinte art. 7º ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, renumerando-se os subsequentes:

“Art. 7º. O inciso I do art. 13 e o § 2º do art. 19 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, passa vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 13.....

I - constituição e funcionamento do Conselho de Administração, observados o número mínimo de 7 (sete) e o número máximo de 12 (doze) membros; (NR)

.....’

‘Art. 19.....

.....

§ 2º É assegurado aos acionistas minoritários o direito de eleger, no mínimo, 2 (dois) conselheiros, mas, no caso de os representantes do acionista majoritário deixarem de totalizar a maioria dos membros do conselho de administração, em razão da modificação da composição do colegiado para fins de cumprimento deste parágrafo, fica autorizado o aumento suficiente do número de conselheiros para assegurar o direito do acionista controlador de eleger a maioria dos conselheiros.

§ 3º A eleição dos conselheiros nas vagas reservadas aos acionistas minoritários, inclusive de eventuais conselheiros independentes reservados aos acionistas minoritários, será feita em votação única, devendo ser adotado o processo de voto múltiplo previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, na hipótese de pedido de qualquer acionista.

§ 4º Não será permitida a eleição de mais de um conselheiro por parte de um mesmo acionista minoritário ou por parte de um mesmo grupo de acionistas minoritários, exceção feita às vagas no conselho de administração que não sejam reservadas aos acionistas minoritários.’ (NR)”





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

JUSTIFICAÇÃO

Propomos ampliar os direitos dos acionistas minoritários nas sociedades de economia mista, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Assim, propomos aumentar de um para dois os membros do Conselho de Administração das sociedades de economia mista eleitos pelos acionistas minoritários, bem como ampliar a possibilidade de voto múltiplo a todo acionista. Trata-se de democratizar o acesso dos acionistas minoritários à eleição dos membros do Conselho de Administração.

Ao mesmo tempo, essa medida reduz a poder de influência do Governante – que não se confunde com o Poder Público – na sociedade de economia mista.

Como se vê, propomos uma medida liberalizante na economia, uma vez que haverá um pouco mais espaço dos investidores privados na gestão da sociedade de economia mista. É fato que o Brasil precisa aumentar o nível de liberdade econômica.

Outrossim, entendemos que a participação de mais um membro dos acionistas minoritários no Conselho de Administração das sociedades de economia mista irá ajudar no combate à corrupção e à malversação dos recursos públicos.

Paralelamente, propomos aumentar o número máximo de membros do conselho de administração de onze para doze membros, exatamente em razão do aumento de um para dois o número mínimo de conselheiros eleitos pelos minoritários. Desejamos aumentar o número de conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários, mas não desejamos prejudicar o Poder Público, que continuará com o mesmo número de conselheiros.

Além disso, tomamos o cuidado de não permitir que o aumento da participação dos acionistas minoritários possa, em casos extremos, impactar o controle da pessoa jurídica política (União, Estado, Distrito Federal, Município) incidente sobre a sociedade de economia mista.

Propositadamente, inserimos essa cautela no mesmo parágrafo em que propomos o aumento do número dos conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários. De acordo com a boa técnica legislativa, seria correto que o proposto § 2º fosse desdobrado em dois parágrafos. Contudo, optamos





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

por deixar tudo no mesmo dispositivo para evitar o risco de um veto ao dispositivo que protege a pessoa jurídica política de eventual perda do controle societário, o que poderia levar, em casos extremos, a uma “privatização indireta” da sociedade de economia mista.

Nossa intenção é apenas aumentar a participação dos acionistas minoritários na composição do conselho de administração e não a de permitir perda do controle das sociedades de economia mista por parte do Poder Público.

Por fim, o § 3º visa impedir que eventual acionista minoritário, mas que detenha participação significativa na companhia, possa eleger a totalidade das vagas no Conselho de Administração destinadas aos acionistas minoritários. Queremos democratizar a sociedade de economia mista e não concentrar o poder de escolha dos conselheiros representantes dos minoritários em uma só pessoa ou em um só grupo de pessoas.

Contamos com o apoio dos nossos Pares a essa importante medida.

Sala das Sessões,

Senador JORGE KAJURU



**MPV 1040
00282****SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Telmário Mota****EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA 1040 DE 2021**

Emenda supressiva nº de 2021

Suprima-se o inciso XII do caput do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

O inciso XII do caput do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, propõe a revogação da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre o piso salarial de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária. O Salário Mínimo Profissional tem sua importância em garantir a devida valorização dos profissionais na execução de suas atividades, proporcionando qualidade e segurança dos serviços prestados.

Não existe qualidade sem segurança, e não existe segurança sem valorização profissional.

A remuneração estabelecida faz jus a estes profissionais que atuam em atividades que conferem risco à saúde humana, animal e ambiental.



Manter a vigência da referida lei não só reconhecer um salário base, ou piso salarial como um direito do trabalhador qualificado, mas sobretudo valorizar a extensão e a complexidade do ofício dessas profissões.

Cabe ressaltar que o objetivo do legislador ao instituir piso salarial para esses profissionais não é impedir a livre concorrência, mas proteger esses trabalhadores de cenários de exploração, com baixa remuneração e jornadas de trabalho abusivas.

Ademais, a Lei nº 4.950-A/1966 está de acordo com o que preceitua a Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso V, a qual dispõe que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

Senador Telmário Mota
PROS/RR



**MPV 1040
00283****SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Telmário Mota****EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA 1040 DE 2021**

Emenda supressiva nº de 2021

Suprima-se o art. 37 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021

JUSTIFICAÇÃO

Os últimos tempos foram marcados por graves acidentes na área da engenharia, arquitetura e da agronomia, em que se verificou a ausência de responsáveis técnicos e de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e RRT - Registro de Responsabilidade Técnica, no caso da Arquitetura.

Entre esses acidentes, pode-se destacar o desabamento do prédio de 04 (quatro) andares em Rio das Pedras, município do Rio de Janeiro, construído de forma irregular, levando a óbito pai e filha moradores do imóvel. Em 2019, a tragédia aconteceu com a queda de dois prédios construídos ilegalmente na comunidade da Muzema. Naquela ocasião, 24 pessoas morreram.

O artigo 37 do PLV 15/2021, aprovado pela Câmara dos Deputados, é um dispositivo evidentemente incoerente, pois, ao mesmo tempo



que reconhece e impõe a obrigatoriedade de responsável técnico, o qual deverá responder administrativa, civil e criminalmente em caso de danos e de acidentes decorrentes de eventuais erros de projeto ou de execução, dispensa a exigibilidade de emissão de documento de responsabilidade técnica de conselho profissional.

Importante frisar que os documentos mencionados no inciso I do art. 37, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), são a única forma de comprovação de habilitação técnica e de rastreabilidade do responsável pela execução da atividade.

Assim, sem qualquer documento de fé pública que comprove que determinado profissional de fato tenha executado uma atividade em determinado local, é impossível qualquer tipo de identificação e responsabilização do executor da obra ou serviço, seja na esfera técnica, administrativa, civil ou criminal, como induz o referido artigo.

Desta forma, a dispensa da ART, RRT e TRT em instalações elétricas acaba permitindo que obras ou serviços dessa natureza sejam realizadas por pessoas não qualificadas (leigos) ou por profissionais que dificilmente serão identificados e responsabilizados.

Cabe frisar ainda, que os documentos de responsabilidade técnica emitidos por conselhos de profissões regulamentadas, possuem finalidade técnica, social, política e econômica, sendo instrumentos do Poder de Polícia Administrativa, preventiva e repressiva, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADIN 1717-6 DF.

Conclui-se, portanto que a desobrigatoriedade de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em obras e serviços envolvendo eletricidade, ou seja, em atividade altamente lesiva e com riscos à saúde e vida humana, retira da sociedade e do poder público um valioso instrumento de identificação e responsabilização técnica, civil, administrativa e criminal dos profissionais.

Pelas razões expostas, solicita-se apoio dos nobres senadores para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões,



Senador Telmário Mota
PROS/RR



**MPV 1040
00284**SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN****EMENDA Nº - PLEN**

(ao PLV nº 15, de 2021, oriundo da MPV nº 1.040, de 2021)

Suprima-se o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

O inciso XII do art. 57 do PLV 15, de 2021, revoga a Lei Federal nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que trata da remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, estabelecendo o Salário Mínimo para essas categorias.

A presente emenda pretende manter a vigência e a eficácia do diploma legal de 1966, que estabeleceu a devida valorização dos profissionais na execução de suas atividades, reconhecendo a complexidade dessas profissões e fazendo justiça à carga de responsabilidade que as mencionadas categorias assumem.

A referida lei encontra abrigo na Constituição Federal, que em seu artigo 7º, inciso V, garante como direito dos trabalhadores o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

Diante da importância desta iniciativa, conto com o apoio dos Senadores e Senadoras para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Brasília:

Senado Federal - Ala Senador Nilo Coelho - Gabinete 2
70165-900 - Brasília - DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 - 10º Andar Ed. Mapil - Centro
88010-040 - Florianópolis - SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br



**MPV 1040
00285****SENADO FEDERAL**

Gabinete do Sen. Romário (Partido Liberal-RJ)

EMENDA Nº - PLEN

(ao PLV nº 15, de 2021, decorrente da MPV nº 1040, de 2021)

Dê-se aos arts. 38, 39, 40, 41, 42 e 43 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, a seguinte redação:

“**Art. 38.** Os arts. 982, 985, 997 e 1.000 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 982. Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro (art. 967); considerando-se simples as beneficiárias da Lei Complementar nº 123, de 2006, que poderão optar pelo órgão de registro, as demais sociedades que optem pelo regime simplificado previsto neste Código, independente do seu objeto e organização, e as assim definidas em lei (NR).

Art. 985.....

§ 1º A sociedade simples passa a ter existência legal com o exercício da atividade, devendo, através da Redesim, criada pela Lei nº 11.598, de 2007, em até 3 (três) dias, requerer cadastros fiscais e solicitar ao registro civil de pessoas jurídicas competente, em até 10 (dez) dias do início das operações, o registro de seus atos constitutivos.

§ 2º O registro civil de pessoas jurídicas concluirá o processo concedendo matrícula e informando a todos os participantes da Redesim, em até 3 (três) dias, ou formulará as exigências em igual prazo, que deverão ser cumpridas em até 15 (quinze) dias.

§ 3º Expirado o prazo, sem que haja cumprimento nem recurso, o oficial do registro fará a consolidação de todas as exigências, inclusive as fiscais publicadas na Redesim e oficiará o juiz corregedor para que sejam tomadas as medidas legais cabíveis, que em até 30 (trinta) dias cancelará as exigências e mandará registrar ou determinará a extinção da sociedade, responsabilizando ilimitadamente os participantes por eventuais danos.

§ 4º O interessado, diante da impossibilidade de cumprir as exigências, poderá requerer a extinção da sociedade, sendo transferidas todas as dívidas para os sócios, de forma ilimitada.



§ 5º As alterações e baixas seguirão os mesmos procedimentos da constituição.

§ 6º As sociedades que por opção ou por força de lei se inscreverem no registro empresarial deverão obter seus registros previamente, conforme previsto neste Código.

§ 7º As sociedades que não concluem seu registro junto ao registro civil de pessoas jurídicas dentro do prazo previsto neste artigo, sem justo motivo, serão equiparadas às sociedades em comum para efeito de responsabilizações, enquanto durar a irregularidade (NR).

Art. 997. A sociedade simples que não adote tipo societário específico, pode constituir-se por uma ou mais pessoas, mediante instrumento baseado na liberdade de contratar, sendo obrigatórios apenas os incisos I e II a seguir:

.....

IV- a quota de cada sócio no capital social, e o modo de realizá-la, não havendo essa informação, todos responderão solidariamente e de forma ilimitada.

.....

VI - as pessoas naturais ou jurídicas incumbidas da administração da sociedade, e seus poderes e atribuições;

.....

VIII - se os sócios respondem, ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais e, em caso de omissão, a responsabilidade será ilimitada.

Parágrafo único. Poderão ser registrados pactos no contrato ou instrumento apartado com investidores não sócios, garantindo-se a liberdade de contratação, mas sendo obrigatório o estabelecimento dos seus direitos na retirada dos valores investidos e participação nos lucros (NR).

Art. 1.000. O Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local da matriz da pessoa jurídica é o competente para aprovar as alterações de endereço, criação e modificação de filiais, fazendo as atualizações na Redesim e remetendo certidão digital de breve relato para os Registros Cíveis do local das filiais ou alteração contratual consolidada digital para o local de destino da sede, que promoverá o arquivamento sem novos exames.

Parágrafo único. O advogado, o contador ou o participante do ato podem se responsabilizar pela veracidade da documentação apresentada para registro, dispensando-se a assinatura dos participantes, se previamente autorizados. (NR)”

“Art. 39. O art. 9º da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se o art. 198-A:



Art. 9º Será nulo o registro lavrado fora das horas regulamentares ou em dias que não houver expediente, salvo se o registro for feito por central digital de exame e registro, que opere de forma contínua e ininterrupta (NR).

Art. 198-A A sociedade simples passa a existir juridicamente no momento do início de suas atividades, devendo, no entanto, tornar pública sua existência e seu modo de operação através do registro civil de pessoas jurídicas e órgãos fiscais, que atuarão integrados na forma da Lei nº 11.598, de 2007.

§ 1º O Conselho Nacional de Justiça disciplinará procedimentos uniformes e simplificações que serão regulamentados e exigidos aos registros civis de pessoas jurídicas pelos Tribunais de Justiça dos Estados.

§ 2º As exigências formuladas pelo oficial no exame da legalidade da constituição e da alteração da sociedade simples ocorrerá em até 3 (três) dias da apresentação, devendo o interessado em até 15 (quinze) dias cumprir ou pedir reconsideração ao oficial, que terá 5 (cinco) dias para registrar ou apresentar novas exigências.

§ 3º Caso o interessado não tenha como cumprir as exigências, ele deverá pedir o registro da extinção da sociedade ou solicitar levantamento de dúvida ao juiz corregedor, que deverá decidir em 30 (trinta) dias.

§ 4º Expirado o prazo de 15 (quinze) dias, sem que haja cumprimento nem recurso, o oficial do registro fará a consolidação de todas as exigências, inclusive as fiscais publicadas na Redesim e oficiará o juiz corregedor para que sejam tomadas as medidas legais cabíveis, que em até 30 (trinta) dias cancelará as exigências e mandará registrar ou determinará a extinção da sociedade, responsabilizando ilimitadamente os participantes por eventuais danos. ”

“**Art. 40.** Não poderão incidir sobre os emolumentos do registro civil de pessoas jurídicas algum tipo de adicional, seja a que título for, exceto o imposto sobre serviços e o valor máximo de 5 % (cinco por cento) de taxa de fiscalização do Tribunal de Justiça.”

“**Art. 41.** O Instituto de Pessoas Jurídicas do Brasil indicará um representante e um suplente para participar:

I - de assento no Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM, criado pela Lei Complementar nº 123, de 2006;

II - do Conselho Nacional de Justiça para a formulação de políticas e normas na área de registros públicos, visando a



simplificação e uniformização de procedimentos entre os registros civis de pessoas jurídicas no País.”

“**Art. 42.** Todos os registros civis de pessoas jurídicas estão obrigados a trabalhar integrados na REDESIM, criada pela Lei nº 11.598, de 2007.”

“**Art. 43.** As adaptações legais serão feitas na medida que a sociedade tenha necessidade de novos registros ou em até 5 (cinco) anos.”

JUSTIFICAÇÃO

Preliminarmente, cumpre destacar que as alterações propostas nesta Emenda são correlatas, haja vista que a modificação de um dispositivo envolve necessariamente a obrigatoriedade de se alterarem outros.

O usuário precisa de Liberdade na Escolha do Órgão de Registro, liberdade na formulação dos contratos e dos negócios e não normas restritivas que dificultam os negócios.

Não é possível obrigar o usuário a pagar mais caro para a execução dos seus registros de constituição e alteração. Os valores dos emolumentos para sociedades de pequeno porte, que representam a massa das sociedades constituídas no Brasil, com capital de até R\$10.000,00 (dez mil reais) são muito mais baratos nos Registros Cíveis do que nas Juntas Comerciais.

É antiliberal, monopolista e burocratizante uma norma que retira do usuário o poder de opção para escolha do seu local de registro, migrando todos os serviços que são feitos com excelência de forma privada através das delegações dos Registros Cíveis de Pessoas Jurídicas, sob fiscalização do Poder Judiciário, para um serviço exclusivamente estatal e ainda provocando milhares de demissões de funcionários contratados pela CLT para que passem a ser feitos pela máquina pública.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nossos Pares a esta importante emenda.

Sala das Sessões,

Senador ROMÁRIO
PARTIDO LIBERAL/RJ



**MPV 1040
00286****SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.040, DE 29 DE MARÇO DE 2021****EMENDA MODIFICATIVA**

Suprima-se o art. 37 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021

JUSTIFICAÇÃO

Os últimos tempos foram marcados por graves acidentes na área da engenharia e da agronomia, em que se verificou a ausência de responsáveis técnicos e de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

O artigo 37 do PLV 15/2021, aprovado pela Câmara dos Deputados, é um dispositivo evidentemente incoerente, pois, ao mesmo tempo que reconhece e impõe a obrigatoriedade de responsável técnico, o qual deverá responder administrativa, civil e criminalmente em caso de danos e de acidentes decorrentes de eventuais erros de projeto ou de execução, dispensa a exigibilidade de emissão de documento de responsabilidade técnica de conselho profissional.

Importante frisar que os documentos mencionados no inciso I do art. 37, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) são a única forma de comprovação de habilitação técnica e de rastreabilidade do responsável pela execução da atividade.





SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM

Assim, sem qualquer documento de fé pública que comprove que determinado profissional de fato tenha executado uma atividade em determinado local, é impossível qualquer tipo de identificação e responsabilização do executor da obra ou serviço, seja na esfera técnica, administrativa, civil ou criminal, como induz o referido artigo.

Desta forma, a dispensa da ART, RRT e TRT em instalações elétricas acaba permitindo que obras ou serviços dessa natureza sejam realizadas por pessoas não qualificadas (leigos) ou por profissionais que dificilmente serão identificados e responsabilizados, nos termos da Lei nº 5.194/1966 e Resoluções do Confea.

Cabe frisar ainda, que os documentos de responsabilidade técnica emitidos por conselhos de profissões regulamentadas, possuem finalidade técnica, social, política e econômica, sendo instrumentos do Poder de Polícia Administrativa, preventiva e repressiva, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADIN 1717-6 DF.

Conclui-se, portanto que a dispensa de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em obras e serviços envolvendo eletricidade, ou seja, em atividade altamente lesiva e com riscos à saúde e vida humana, retira da sociedade e do poder público um valioso instrumento de identificação e responsabilização técnica, civil, administrativa e criminal dos profissionais da Engenharia.

Sala das Sessões,

SENADOR PAULO PAIM





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

**MPV 1040
00287**

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 15, de 2021)

Suprima-se o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, revogada pelo inciso XII do art. 57 do PLV, estabelece o piso salarial dos engenheiros, agrônomos, arquitetos, químicos e médicos veterinários.

As atividades da Engenharia e da Agronomia são complexas e exigem alta capacidade técnica e conhecimento aprofundado nas obras e serviços executados. Qualquer falha poderá gerar um dano de natureza individual ou coletiva e de alta lesividade ao patrimônio e a vida das pessoas.

O piso salarial garante a devida valorização dos profissionais na execução de suas atividades, proporcionando qualidade dos serviços prestados. Não existe qualidade sem segurança, e não existe segurança sem valorização profissional.

Portanto, a remuneração destes profissionais deve ser adequada e condizente e a manutenção do piso mínimo é necessária para que os serviços e obras das Engenharias e da Agronomia sejam executados com qualidade, segurança e responsabilidade.

Sala das Sessões,

Senadora LEILA BARROS



**MPV 1040
00288**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 15, de 2021, oriundo da MPV nº 1.040, de 2021)

Suprima-se o art. 37 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, oriundo da Medida Provisória (MPV) nº 1.040, de 30 de março de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

A supressão do art. 37 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, visa a restaurar a exigência de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em obras e serviços relacionados a instalações elétricas.

O ART é o instrumento que permite ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) fiscalizar a qualidade dos serviços prestados pelos profissionais nele registrados, garantindo a segurança das obras realizadas em território nacional.

Roga-se pelo acolhimento da emenda ora apresentada.

Sala das Sessões,

Senador Marcos do Val





**MPV 1040
00289**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

EMENDA Nº - PLEN

(ao PLV nº 15, de 2021, oriundo da MPV nº 1.040, de 2021)

Suprima-se o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, oriundo da Medida Provisória (MPV) nº 1.040, de 30 de março de 2021, renumerando-se os demais incisos.

JUSTIFICAÇÃO

O inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, revoga a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que fixa o piso salarial dos profissionais de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

A mencionada revogação afronta entendimento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que não é facultada a inserção de matéria estranha em projeto de lei de conversão decorrente de medida provisória.

Necessária, portanto, a exclusão do referido dispositivo do PLV nº 15, de 2021.

Roga-se pelo acolhimento da emenda ora apresentada.

Sala das Sessões,

Senador Marcos do Val



**MPV 1040
00290**SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins****EMENDA Nº - PLEN**
(à MPV nº 1040, de 2021)

Suprima-se o inciso XII do art. 57, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, revogada pelo inciso XII do art. 57 do PLV, estabelece o piso salarial dos engenheiros, agrônomos, arquitetos, químicos e médicos veterinários.

Permitir a manutenção de tal revogação, ainda mais porque oriunda de uma inclusão na Câmara dos Deputados, sem que ocorresse o devido debate, por meio de via legítima para garantir o perfeito atendimento ao processo legislativo.

A medida é temerária para as várias categorias impactadas com a revogação de tal piso salarial, razão pela qual solicito o acolhimento da presente emenda.

Sala das Sessões,

Senador Lasier Martins
(PODEMOS-RS)





**MPV 1040
00291**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

EMENDA Nº - PLEN
(à MPV nº 1040, de 2021)

Suprima-se o art. 37, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

Os últimos tempos foram marcados por graves acidentes na área da engenharia e da agronomia, em que se verificou a ausência de responsáveis técnicos e de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

O artigo 37 do PLV 15/2021, aprovado pela Câmara dos Deputados, é um dispositivo evidentemente incoerente, pois, ao mesmo tempo que reconhece e impõe a obrigatoriedade de responsável técnico, o qual deverá responder administrativa, civil e criminalmente em caso de danos e de acidentes decorrentes de eventuais erros de projeto ou de execução, dispensa a exigibilidade de emissão de documento de responsabilidade técnica de conselho profissional.

Importante frisar que os documentos mencionados no inciso I do art. 37, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), são a única forma de comprovação de habilitação técnica e de rastreabilidade do responsável pela execução da atividade.

Assim, sem qualquer documento de fé pública que comprove que determinado profissional de fato tenha executado uma atividade em determinado local, é impossível qualquer tipo de identificação e responsabilização do executor da obra ou serviço, seja na esfera técnica, administrativa, civil ou criminal, como induz o referido artigo.

Desta forma, a dispensa da ART, RRT e TRT em instalações elétricas acaba permitindo que obras ou serviços dessa natureza sejam realizadas por pessoas não qualificadas (leigos) ou por profissionais que





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

dificilmente serão identificados e responsabilizados, nos termos da Lei 5.194/1966 e Resoluções do Confea.

Cabe frisar ainda, que os documentos de responsabilidade técnica emitidos por conselhos de profissões regulamentadas, possuem finalidade técnica, social, política e econômica, sendo instrumentos do Poder de Polícia Administrativa, preventiva e repressiva, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADIN 1717-6 DF.

Conclui-se, portanto que a desobrigatoriedade de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em obras e serviços envolvendo eletricidade, ou seja, em atividade altamente lesiva e com riscos à saúde e vida humana, retira da sociedade e do poder público um valioso instrumento de identificação e responsabilização técnica, civil, administrativa e criminal dos profissionais da Engenharia, pelo que solicito o acolhimento da presente emenda.

Sala das Sessões,

Senador **Lasier Martins**
(PODEMOS-RS)



**MPV 1040
00292**

EMENDA Nº - PLEN

(ao PLV nº 15, de 2021, oriundo da MPV nº 1040, de 2021)

Suprima-se o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

A intenção do inciso XII do art. 57 do presente projeto de lei é revogar a Lei nº 4.950-A 1966, que estabelece o piso salarial da categoria profissional dos engenheiros, agrônomos, arquitetos, químicos e médicos veterinários.

A remuneração estabelecida na lei faz jus a estes profissionais que atuam em atividades que conferem risco à vida, à saúde e aos diversos bens materiais, ambientais e culturais. Por isso, também iremos solicitar a retirada desse dispositivo, pois valorizamos esses profissionais e entendemos que o exercício dessas profissões, exige qualificação, protege a sociedade e deve ser sempre reconhecido com um mínimo de retorno financeiro correspondente a todo esse esforço.

A manutenção da vigência e eficácia da referida lei, significa valorizar a extensão e a complexidade do ofício dessas profissões, protegendo não só a sociedade, como também os contratantes dos serviços das Engenharias e da Agronomia.

O Salário Mínimo Profissional tem sua importância em garantir a devida valorização dos profissionais na execução de suas atividades, proporcionando qualidade e segurança dos serviços prestados. Não existe qualidade sem segurança, e não existe segurança sem valorização profissional.

Não é por outra razão, que as profissões aqui mencionadas são regulamentadas por lei e sofrem o controle estatal, por meio do poder de polícia das profissões regulamentadas (Lei 5.194/1966 c/c artigo 78 do CTN).



Vale destacar que, as atividades da Engenharia e da Agronomia são complexas, exigindo do profissional alta capacidade técnica e conhecimento aprofundado nas obras e serviços executados. Qualquer falha poderá gerar um dano de natureza individual ou coletiva e de alta lesividade ao patrimônio e a vida das pessoas.

Bem por isso, a remuneração destes profissionais deve ser adequada e condizente com a complexidade e extensão das atribuições, conforme dispõe o artigo 7º da Constituição Federal.

Deste modo, a manutenção do piso mínimo salarial estabelecido na Lei 4950-A/1966, é medida necessária para que os serviços e obras das Engenharias e da Agronomia sejam executados com qualidade, segurança e responsabilidade.

Sala das Sessões, 07 de julho de 2021.

Senador Jean Paul Prates
Líder do Bloco da Minoria



**MPV 1040
00293**

EMENDA Nº - PLEN

(ao PLV nº 15, de 2021, oriundo da MPV nº 1040, de 2021)

Suprima-se o art. 37 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 37 do PLV 15 de 2021 dispensa a emissão da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), do Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) ou equivalente; além da aprovação prévia de projeto pela concessionária ou permissionária local, nos projetos e execuções das instalações elétricas do imóvel.

Isso significa um risco enorme à sociedade, que poderá sofrer com incêndios e até desabamentos de imóveis. Isso implica ainda na permissão de que pessoas não qualificadas realizem serviços de instalações elétricas. Por isso, solicitamos a retirada deste artigo do projeto.

Importante destacar que nos últimos anos assistimos graves acidentes na área da engenharia e da agronomia, em que se verificou a ausência de responsáveis técnicos e de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), como o ocorrido no desabamento do prédio de 04 (quatro) andares em Rio das Pedras, município do Rio de Janeiro, construído de forma irregular, levando a óbito pai e filha moradores do imóvel.

Os documentos mencionados no inciso I do art. 37 são a única forma de comprovação de habilitação técnica e de rastreabilidade do responsável pela execução da atividade. Assim, sem qualquer documento de fé pública que comprove que determinado profissional de fato tenha executado uma atividade em determinado local, é impossível qualquer tipo de identificação e responsabilização do executor da obra ou serviço, seja na esfera técnica, administrativa, civil ou criminal, como induz o referido artigo.

Destacamos ainda que os documentos de responsabilidade técnica emitidos por conselhos de profissões regulamentadas possuem finalidade técnica, social, política e econômica, sendo instrumentos do Poder de Polícia Administrativa,



preventiva e repressiva, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADIN 1717-6 DF.

Por isso, entendemos que a dispensa de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) projetos envolvendo eletricidade, ou seja, em atividade altamente lesiva e com riscos à saúde da população, retira da sociedade e do poder público um valioso instrumento de identificação e responsabilização técnica, civil, administrativa e criminal dos profissionais da Engenharia.

Sala das Sessões, 07 de julho de 2021.

Senador Jean Paul Prates
Líder do Bloco da Minoria



**MPV 1040
00294****EMENDA Nº - PLEN**

(ao PLV nº 15, de 2021, oriundo da MPV nº 1040, de 2021)

O art. 21 do PLV 15, de 2021, que altera a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“ Art. 8º Os Conselhos não executarão judicialmente as dívidas, de quaisquer origens previstas no art. 4º desta Lei, com valor inferior a 4 (quatro) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente.

§ 1º.....

§ 2º.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Anualmente, uma resolução de cada Conselho Profissional define os valores da anuidade a ser paga por seus inscritos considerando a legislação pertinente, as condições financeiras que o país atravessa e a realidade dos profissionais.

Em geral, a taxa de anuidade tem por finalidade viabilizar o cumprimento das atividades previstas em lei pelos conselhos, já que estes são autarquias independentes financiadas pela arrecadação de receitas próprias.

A Lei nº 12.514, de 2011, já prevê em seu art. 8º que os conselhos não executarão judicialmente dívidas referentes a anuidades inferiores a quatro vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente. Entendemos que o PLV 15 de 2021, ao aumentar o montante autorizativo da execução para até cinco vezes o valor constante do inciso I do caput do art. 6º, corrigido na forma de seu § 1º, irá prejudicar em demasia o próprio funcionamento destas autarquias, que, a depender do valor cobrado pela anuidade, resultará na espera de até 7 anos para a cobrança judicial de uma anuidade vencida.

O aumento deste lapso temporal para que os conselhos reclamem seus recursos incorrerá em prejuízo às ações que lhes são privativas, como fiscalização da conduta pelos parâmetros éticos e disciplinares, autuação por exercício ilegal, dentre outras iniciativas que visam à segurança da sociedade e a garantia que a população seja atendida por profissionais com conhecimentos técnico-científicos adequados e fiscalizados.



Portanto, tendo em vista que os conselhos de fiscalização profissional possuem o papel de assegurar o adequado exercício das atividades de determinada categoria, entendemos que o aumento de obstáculos ao acesso a esses créditos pelos conselhos afetará diretamente a segurança da sociedade e os serviços prestados aos profissionais a eles vinculados.

Dessa maneira, sugerimos a presente emenda e contamos com o apoio das nobres senadoras e dos nobres senadores.

Sala das Sessões, 08 de julho de 2021.

Senador Jean Paul Prates
Líder do Bloco da Minoria



**MPV 1040
00295**

EMENDA Nº - PLEN

(ao PLV nº 15, de 2021, oriundo da MPV nº 1040, de 2021)

Suprima-se o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Federal nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, estabelece o Salário Mínimo da Categoria Profissional dos engenheiros, agrônomos, arquitetos, químicos e médicos veterinários. A remuneração estabelecida faz jus a estes profissionais que atuam em atividades que conferem risco à vida, a saúde, ao patrimônio, ao meio-ambiente, aos bens de valor histórico, paisagístico e cultural.

A manutenção da vigência e eficácia da referida lei, significa valorizar a extensão e a complexidade do ofício dessas profissões, protegendo não só a sociedade, como também os contratantes dos serviços das Engenharias e da Agronomia.

Relevante ainda destacar que a mencionada lei, apesar de ser do ano de 1966, foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, cujo o artigo 7º inciso V deixa claro essa constitucionalidade:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social (...)

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

Em vista disso, não resta dúvida quanto à recepção da Lei nº 4.950-A de 1966 pela Constituição Federal de 1988, e que a percepção mínima salarial conforme delimitada em seu artigo 5º é medida justa quanto à carga de responsabilidade que as categorias mencionadas assumem, bem como pelos riscos sociais e econômicos que as atividades das Engenharias e da Agronomia podem causar.

O Salário Mínimo Profissional tem sua importância em



garantir a devida valorização dos profissionais na execução de suas atividades, proporcionando qualidade e segurança dos serviços prestados. Não existe qualidade sem segurança, e não existe segurança sem valorização profissional.

Não é por outra razão, que as profissões aqui já mencionadas são regulamentadas por lei e sofrem o controle estatal, por meio do poder de polícia das profissões regulamentadas (Lei 5.194/1966 c/c artigo 78 do CTN).

Vale destacar que, as atividades da Engenharia e da Agronomia são complexas, exigindo do profissional alta capacidade técnica e conhecimento aprofundado nas obras e serviços executados. Qualquer falha poderá gerar um dano de natureza individual ou coletiva e de alta lesividade ao patrimônio e a vida das pessoas.

Bem por isso, a remuneração destes profissionais deve ser adequada e condizente com a complexidade e extensão das atribuições, conforme dispõe o artigo 7º da Constituição Federal.

Deste modo, a manutenção do piso mínimo salarial estabelecido na Lei 4950-A/1966, é medida necessária para que os serviços e obras das Engenharias e da Agronomia sejam executados com qualidade, segurança e responsabilidade.

Diante do exposto, pedimos aos nobres Pares apoio para a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões,

Senadora SIMONE TEBET
(MDB/MS)



**MPV 1040
00296**

EMENDA Nº - PLEN

(ao PLV nº 15, de 2021, oriundo da MPV nº 1040, de 2021)

Suprima-se o art. 37 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

JUSTIFICATIVA

Os últimos tempos foram marcados por graves acidentes na área da engenharia e da agronomia, em que se verificou a ausência de responsáveis técnicos e de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Entre esses acidentes, pode-se destacar o desabamento do prédio de 04 (quatro) andares em Rio das Pedras, município do Rio de Janeiro, construído de forma irregular, levando a óbito pai e filha moradores do imóvel.

O artigo 37 do PLV 15/2021, aprovado pela Câmara dos Deputados, é um dispositivo evidentemente incoerente, pois, ao mesmo tempo que reconhece e impõe a obrigatoriedade de responsável técnico, o qual deverá responder administrativa, civil e criminalmente em caso de danos e de acidentes decorrentes de eventuais erros de projeto ou de execução, dispensa a exigibilidade de emissão de documento de responsabilidade técnica de conselho profissional.

Importante frisar que os documentos mencionados no inciso I do art. 37, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), são a única forma de comprovação de habilitação técnica e de rastreabilidade do responsável pela execução da atividade.

Assim, sem qualquer documento de fé pública que comprove que determinado profissional de fato tenha executado uma atividade em determinado local, é impossível qualquer tipo de identificação e responsabilização do executor da obra ou serviço, seja na esfera técnica, administrativa, civil ou criminal, como induz o referido artigo.

Desta forma, a dispensa da ART, RRT e TRT em instalações elétricas acaba permitindo que obras ou serviços dessa natureza sejam realizadas por pessoas não qualificadas (leigos) ou



por profissionais que dificilmente serão identificados e responsabilizados, nos termos da Lei 5.194/1966 e Resoluções do Confea.

Cabe frisar ainda, que os documentos de responsabilidade técnica emitidos por conselhos de profissões regulamentadas, possuem finalidade técnica, social, política e econômica, sendo instrumentos do Poder de Polícia Administrativa, preventiva e repressiva, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADIN 1717-6 DF.

Conclui-se, portanto que a desobrigatoriedade de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em obras e serviços envolvendo eletricidade, ou seja, em atividade altamente lesiva e com riscos à saúde e vida humana, retira da sociedade e do poder público um valioso instrumento de identificação e responsabilização técnica, civil, administrativa e criminal dos profissionais da Engenharia.

Sala das Sessões,

Senadora SIMONE TEBET
(MDB/MS)



**MPV 1040
00297**

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15, DE 2021
(PROVENIENTE DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.040, DE 29 DE MARÇO DE 2021)

Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº , de 2021

Suprima-se o art. 37 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021 (proveniente da Medida Provisória nº 1.040/2021), renumerando-se os subsequentes.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 37 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021 (proveniente da Medida Provisória nº 1.040/2021), estabelece que, para a obtenção de eletricidade das unidades consumidoras em área urbana, enquadradas no Grupo A e situadas a uma distância de, no máximo, 150 metros, até a rede de distribuição mais próxima, o projeto e a execução das instalações elétricas internas do imóvel deverão possuir responsável técnico, que responderá administrativa, civil e criminalmente em caso de danos e de acidentes decorrentes de eventuais erros de projeto ou de execução.

Em seus dois incisos, o referido dispositivo do Projeto dispensa a exigibilidade de emissão pelo profissional competente de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), do Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) ou equivalente; e de aprovação prévia de projeto pela concessionária ou permissionária local.

Já no seu parágrafo único, o mencionado art. 37 estabelece que o responsável técnico deverá fornecer, no pedido de obtenção de eletricidade, seu número de registro válido no conselho profissional competente.



De plano, nota-se a evidente contradição do dispositivo em questão: ao tempo em que reconhece, no *caput*, a necessidade de o projeto e a execução das instalações elétricas internas do imóveis possuírem responsável técnico, para fins de responsabilização em caso de danos e acidentes decorrentes de erros de projeto ou de execução; também dispensa, em seu inciso I, a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), de Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) ou equivalente.

Importa destacar, a esse respeito, que, nos termos do arts. 1º e 2º da Lei nº 6.496/1977, todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à engenharia, à arquitetura e à agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART), a qual define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pelo empreendimento. A ART deve ser registrada pelo profissional ou pela empresa, antes do início da atividade técnica, perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) em cuja região será realizada a atividade.

Portanto, a ART é o instrumento por excelência em que se formaliza, perante os contratantes e, também, diante do Conselho Profissional competente, o compromisso do responsável técnico com a segurança e a qualidade do empreendimento. Sem esse registro, não há outros meios capazes de comprovar adequadamente a habilitação técnica e permitir a identificação do responsável pela execução da obra ou pela prestação do serviço.

Ademais, a Anotação de Responsabilidade Técnica e seus equivalentes permitem ao profissional a formalização do seu respectivo acervo técnico — questão essencial à comprovação de sua capacidade técnico-profissional no mercado de trabalho.

A realização de obras e serviços de engenharia e arquitetura sem responsabilidade técnica aumenta consideravelmente o risco de graves acidentes, como aqueles que o País tem assistido, estarecido, de forma cada vez mais recorrente nos noticiários¹. Esses acidentes — que, via de regra, fazem diversas vítimas fatais — expõem a perigo não só os moradores do empreendimento, como também toda a comunidade vizinha.

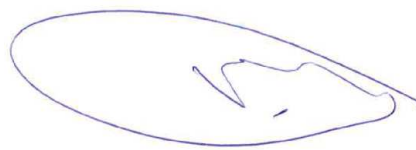
¹ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-03/predio-desaba-no-rio-de-janeiro-e-deixa-feridos-na-comunidade-de-rio-das-pedras.html>; <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/12/imovel-desaba-na-zona-oeste-do-rio.ghtml>; <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/10/15/predio-residencial-desaba-em-fortaleza.ghtml>; <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/01/predio-desaba-em-nova-friburgo-no-rj.html>; <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/01/predio-desaba-parcialmente-no-centro-do-rio-diz-prefeitura.html>. Acesso em 05/07/2021.



A ART, configura, por conseguinte, mecanismo de segurança da própria sociedade, garantindo a legitimidade da obra ou serviço, por meio da responsabilidade técnica de profissional apto, como também a sua eventual responsabilização em caso de irregularidades. Sua exigência decorre do poder de polícia administrativo garantido ao Estado, levado a cabo pelo CONFEA, no desempenho do dever de fiscalização do exercício das profissões sujeitas ao seu controle.

A dispensa almejada com o art. 37 do Projeto de Lei de Conversão nº 15 de 2021, apesar da intenção de desburocratizar e simplificar procedimentos, é temerária, especialmente em se tratando de instalações elétricas, cuja operação requer conhecimento técnico especializado.

Sala das Sessões,



Senador Randolfe Rodrigues
(REDE-AP)



MPV 1040
00298

EMENDA Nº - PLEN

(ao PLV nº 15, de 2021, decorrente da MPV nº 1040, de 2021)

Inclua-se no art. 5º do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, o § 3º ao art. 140 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com a seguinte redação:

“**Art. 5º**

‘Art. 140.

.....
§ 3º Ao menos um dos conselheiros independentes nas companhias abertas deverá ser eleito pelos acionistas minoritários.’ (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.040, de 2021, propõe-se a proteger os acionistas minoritários, o que é medida benéfica para a economia.

A existência de conselheiros independentes já está prevista no item 2.1 do *Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa* da B3, bem como na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais). A MPV estabelece essa regra para a totalidade das companhias abertas, nos termos de regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Curiosamente, na prática, os conselheiros independentes são eleitos pelos controladores e não pelos acionistas minoritários. A MPV perdeu a oportunidade de estabelecer, nesse particular, medida que realmente beneficiasse os acionistas minoritários.

Pior: o PLV nº 15, de 2021, incluiu a possibilidade de voto plural, algo que é até então proibido, exatamente por conceder a determinadas classes de ações superpoderes de voto. Isso, na prática, prejudica os acionistas minoritários detentores de ações ordinárias, com benefício para o controlador.



Assim, propomos que os acionistas minoritários possam, no mínimo, eleger um dos conselheiros independentes. Sabemos que a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, protege os interesses dos acionistas minoritários apenas em diminuta medida. Propomos melhorar essa situação.

Uma das competências do Conselho de Administração é o de eleger a Diretoria. Estamos cientes de que a modificação ora proposta não terá o condão de alterar o poder de controle da companhia, mas irá melhorar sua governança.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nossos Pares a esta importante emenda.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES



**MPV 1040
00299**

SENADO FEDERAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.040, DE 2021**EMENDA Nº , de 2021**

Altera a Medida Provisória nº 10.40, de 2021 para incluir os artigos 55, 56 e 57 à lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, estabelecendo alternativas sancionatórias, critérios de gradação de penas pecuniárias e dá outras providências.

Inclui-se o capítulo onde couber:

CAPITULO (X)

Art.XX. A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com as alterações constantes dos artigos seguintes.

“Art. 55 (...)

§ 5º Estando a mesma empresa sendo acionada em mais de um Estado ou Município pelo mesmo fato gerador de prática infrativa, caberá a autoridade do sistema estadual ou nacional de defesa do consumidor dirimir conflito de competência, aplicando-se única sanção nos termos do artigo 56.

§ 6º Para fins de solução de conflitos de competência mencionados no § 5º, os entes federativos podem valer-se de instrumentos de cooperação institucional, respeitado o art. 241 da Constituição Federal.”

Art. 56 (...)

§º 2. Conforme disposição do artigo 20 e parágrafo único do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, com a





SENADO FEDERAL

redação dada pela Lei nº 13.655, de 2018, na aplicação das possíveis sanções previstas neste artigo, o órgão fiscalizador deverá, motivadamente, escolher aquela que melhor se adeque à preservação do mercado de consumo e dos direitos do consumidor.

§º 3. A aplicação de multa poderá ser substituída pela realização de investimentos em infraestrutura, serviços, projetos ou ações para recomposição do bem jurídico lesado, previstos em compromisso de ajustamento de conduta a ser celebrado entre fornecedor e autoridade fiscalizadora competente com previsões referentes ao modo, ao tempo e ao lugar do cumprimento das obrigações assumidas. ”

“Art. 57. A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, será aplicada mediante procedimento administrativo, revertendo para o Fundo de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, os valores cabíveis à União, ou para os Fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor nos demais casos, sendo vedada a vinculação ou a destinação do produto de multas à composição de recursos orçamentários do próprio órgão fiscalizatório.

§ 1º. Os critérios de gradação estabelecidos no caput deverão ser levados em consideração de forma equitativa e motivada pela autoridade sancionadora no momento da aplicação da multa.

§ 2º. A multa será em montante não inferior a R\$ 700,00 (setecentos reais) e não superior a R\$ 10.000,00 (dez milhões de reais).

§ 3º. A condição econômica do fornecedor a que se refere o caput terá como base a média do faturamento líquido, obtido nos últimos três meses anteriores à lavratura do auto de infração, relativo à linha do produto ou serviço fiscalizado.





SENADO FEDERAL

§ 4º. Para fins da dosimetria da multa estipulada no caput, entende-se por fornecedor a unidade autônoma de negócio fiscalizada, mesmo que pertencente a um mesmo grupo econômico”. (NR)

§ 5º Nos casos em que não for possível individualizar a unidade de negócio, será considerado o faturamento obtido no âmbito de competência do órgão prolator da decisão sancionatória.

JUSTIFICAÇÃO

O Código de Defesa do Consumidor – CDC – é, com toda certeza, uma norma de grande relevância e representa verdadeiro avanço na proteção dos direitos do consumidor, considerado como a parte mais vulnerável na relação de consumo.

No entanto, tal proteção não pode ser justificativa para aplicação de multas exorbitantes, vinculadas ao valor do faturamento total do estabelecimento comercial e mesmo de todo um grupo econômico.

Quando a sanção aplicada a determinada infração supera o que seria razoável, ocorre o natural questionamento da sanção imposta, seja pela via administrativa ou judicial. Em qualquer dos casos, existe enorme quantidade de dinheiro, tempo e energia gastos tanto pelo estabelecimento multado quanto pelos diversos serviços do Estado que entram em atividade por decorrência do fato gerador da sanção e suas consequências.

Acreditamos que a principal função da fiscalização do governo para aplicação de multas deva ser o caráter educativo e o aprimoramento do mercado fornecedor de produtos e serviços, mas não o ímpeto arrecadatório. Portanto, não vemos sentido em aplicação de multa de grande valor por qualquer motivo. Na verdade, os critérios de valoração das multas também precisam ser revistos.

Dessa forma, em consonância com o objetivo da Medida Provisória de melhorar o ambiente de negócios no Brasil e sua classificação geral no Doing Business do Banco Mundial, é necessária a aprovação da presente emenda, de modo a adotar soluções simples, de caráter educativo, que





SENADO FEDERAL

tem a capacidade de resolver a questão pelo diálogo e pelo compromisso das partes, sem a necessidade de ferir, por vezes de morte, as finanças já tão solapadas das empresas brasileiras.

As soluções propostas são de duas ordens: (i) quanto às alternativas sancionatórias e (ii) quanto aos critérios de gradação das multas.

Mesmo diante do extenso rol conferido pelo artigo 56, a sanção pecuniária ainda é a favorita dentre as alternativas conferidas à Administração, mesmo quando notícias da sua inefetividade são recorrentes - vide, por exemplo, o reconhecimento desta situação pelo próprio Tribunal de Contas da União ao autorizar a conversão de multas aplicadas pela ANATEL em investimentos em infraestrutura por determinadas empresas de telecomunicações.

Sendo assim, propõe-se a obrigatoriedade da motivação expressa não só dos fatos que levaram à atividade sancionatória, mas também sobre a escolha da espécie de sanção aplicada ao caso concreto, inclusive em detrimento de possíveis outras, quando for o caso.

Note-se que, neste ponto, na verdade, simplesmente busca-se dar cumprimento ao aludido artigo 20 da LINDB, porém de forma enfática no setor consumerista.

Ainda com relação às alternativas sancionatórias, propõe-se a possibilidade da conversão de multas - quando aplicadas - em investimentos em infraestrutura e serviços, a serem revertidos em benefício dos próprios consumidores e do mercado consumidor em geral, em valor até 20% superior ao da sanção originalmente prevista.

Entendemos que tal alternativa se revela diretamente mais benéfica ao consumidor, o qual colhe frutos através da melhora com o trato direto com o fornecedor, minorando, ainda, a chance de eventuais eventos negativos futuros.

Quanto ao aspecto da dosimetria das sanções pecuniárias - inclusive diante das diversas normas, legais e infralegais, no âmbito dos estados e municípios, que também tratam deste tema e buscam dar concreção aos critérios e parâmetros previstos no CDC - propomos alguns ajustes e complementações no CDC.

Tais alterações propostas servem, sobretudo, para conferir ao aos órgãos de controle e fiscalização, assim como ao setor produto, aos consumidores, ao intérprete e à toda a sociedade, maior segurança jurídica e tratamento isonômico em âmbito nacional sobre matéria.





SENADO FEDERAL

O afinamento do texto legislativo traz elementos para que sejam levados em consideração, de forma efetiva, equitativa e motivada, todos os critérios relevantes trazidos no CDC para a fixação da multa, e não apenas a condição econômica do fornecedor, em prol da aplicação de sanções proporcionais à gravidade da infração, à amplitude e a intensidade do seu impacto, bem como à vantagem auferida com sua prática, se houver.

Estabelece-se também um teto valorativo absoluto para as sanções pecuniárias aplicáveis pelos órgãos fiscalizatórios.

Segundo informações colhidas diretamente de órgãos fiscalizatórios (PROCONS) estaduais através de solicitações realizadas com base na Lei de Acesso à Informação, referido teto sugerido equivale a cerca de 110 (cento e dez) vezes o valor médio das multas pecuniárias aplicadas pelos Estados do Maranhão, Pernambuco e São Paulo nos anos de 2017 e 2018, o que demonstra a preservação de sua capacidade educativa e punitiva, além de contribuir para uma possível redução da judicialização de discussões envolvendo dosimetria de multas aplicadas.

Por todo o exposto, pedimos o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda em nome do equilíbrio tão necessário às relações de consumo em nosso país.

Sala da Comissão,

Senador **ACIR GURGACZ**

PDT/RO



**MPV 1040
00300****SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO****EMENDA Nº - PLEN**

(ao PLV nº 15, de 2021, oriundo da MPV nº 1.040, de 2021)

Suprima-se o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, oriundo da Medida Provisória (MPV) nº 1.040, de 30 de março de 2021, renumerando-se os demais incisos.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, fixa o piso salarial dos profissionais de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

A sua revogação pelo inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, afronta entendimento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que não é facultada a inserção de matéria estranha em projeto de lei de conversão decorrente de medida provisória.

Necessária, portanto, a exclusão do referido dispositivo do PLV nº 15, de 2021.

Roga-se pelo acolhimento da emenda ora apresentada.

Sala das Sessões,

Senador Zequinha Marinho



**MPV 1040
00301****SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO****EMENDA Nº - PLEN**

(à MPV nº 1040, de 2021)

Suprima-se o art. 37 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

Durante as discussões na Câmara dos Deputados, foi enxertado o novo art. 37 ao PLV, que responsabiliza tecnicamente o profissional que trabalha em projetos de baixa complexidade, porém, retira a necessidade de expedição dos registros de responsabilidade nos conselhos profissionais. Ou seja, incentiva práticas predatórias de preços virtualmente baixos para no futuro, deixar o consumidor fragilizado, dado que se encontrará em situação complexa para cobrir os custos de eventual irresponsabilidade nas instalações. Por isso, proponho essa emenda supressiva.

Sala das Sessões,

Senador ZEQUINHA MARINHO



**MPV 1040
00302**

PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO DA MP 1.040 DE 2021

Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitui o Capítulo IX do projeto de conversão da MP 1040/21 aprovado na Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Marco Bertaiolli, alterando os artigos 42 ao 48, com a seguinte redação:

“Art. 42. Altera os artigos 982, 997 e seus incisos IV, VI e VIII, art. 1000 e seu parágrafo único; insere os parágrafos 1º ao 7º no art. 985 da Lei 10406/02

Art. 982. Salvo as exceções expressas, consideram-se empresárias as sociedades que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro (art. 967); considerando-se simples as beneficiárias da lei complementar 123 de 2006, que poderão optar pelo órgão de registro, demais sociedades que optem pelo regime simplificado previsto neste código, independente do seu objeto e organização e as assim definidas em lei.

Art. 985.

§1º. A sociedade simples passa a ter existência legal com o exercício da atividade, devendo, através da redesim criada pela lei 11.598 de 2007, em até 3 dias, requerer cadastros fiscais e solicitar ao registro civil de pessoas jurídicas competente, em até 10 dias do início das operações, o registro de seus atos constitutivos.

§2º. O registro civil de pessoas jurídicas concluirá o processo concedendo matrícula e informando a todos os participantes da redesim em até 3 dias, ou formulará as exigências em igual prazo, que deverão ser cumpridas em até 15 dias.



§3º. Expirado o prazo, sem que haja cumprimento nem recurso, o oficial do registro fará a consolidação de todas as exigências, inclusive as fiscais publicadas na redesim e oficiará o juiz corregedor para que sejam tomadas as medidas legais cabíveis, que em até 30 dias cancelará as exigências e mandará registrar ou determinará a extinção da sociedade, responsabilizando ilimitadamente os participantes por eventuais danos.

§4º. O interessado, diante da impossibilidade de cumprir as exigências, poderá requerer a extinção da sociedade, sendo transferida qualquer dívida para o nome dos sócios, de forma ilimitada.

§5º. As alterações e baixa seguirão os mesmos procedimentos da constituição.

§6º. As sociedades que por opção ou por força de lei se inscreverem no registro empresarial, deverão obter seus registros previamente, conforme previsto neste código.

§7º. Sociedades que não concluem seu registro junto ao registro civil de pessoas jurídicas dentro do prazo previsto neste artigo, sem justo motivo, serão equiparadas às sociedades em comum para efeitos de responsabilizações, enquanto durar a irregularidade.

Art. 997. A sociedade simples que não adote tipo societário específico, pode constituir-se por uma ou mais pessoas, mediante instrumento baseado na liberdade de contratar, sendo obrigatórios apenas os incisos I e II a seguir:

I-

II-

III-

IV- a quota de cada sócio no capital social, e o modo de realizá-la, não havendo essa informação, todos responderão solidariamente e de forma ilimitada.

V-

VI - as pessoas naturais ou jurídicas incumbidas da administração da sociedade, e seus poderes e atribuições;

VII-.....

VIII - se os sócios respondem, ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais e em caso de omissão, a responsabilidade será ilimitada.

Parágrafo único. Poderão ser registrados pactos no contrato ou instrumento apartado com investidores não sócios, garantindo-se a liberdade de contratação, mas sendo obrigatório o estabelecimento dos seus direitos na retirada dos valores investidos e participação nos lucros.

Art. 1000. O Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local da matriz da pessoa jurídica é o competente para aprovar as alterações de endereço, criação e modificação de filiais, fazendo as atualizações na redesim e remetendo certidão digital de breve relato para os Registros Cíveis do local das filiais ou alteração



contratual consolidada digital para o local de destino da sede, que promoverá o arquivamento sem novos exames.

Parágrafo único. O advogado, contador ou participante do ato, podem se responsabilizar pela veracidade da documentação apresentada para registro, dispensando-se a assinatura dos participantes se previamente autorizados.”

“Art. 43. Altera os artigos 9º e insere art. 198-A e seus parágrafos 1º ao 4º na Lei 6015/72

Art. 9º. Será nulo o registro lavrado fora das horas regulamentares ou em dias que não houver expediente, salvo se o registro for feito por central digital de exame e registro, que opere de forma contínua e ininterrupta.

Art. 198-A. A sociedade simples passa a existir juridicamente no momento do início de suas atividades, devendo, no entanto, tornar pública sua existência e seu modo de operação através do registro civil de pessoas jurídicas e órgãos fiscais, que atuarão integrados na forma da Lei 11.598/07.

§1º O Conselho Nacional de Justiça disciplinará procedimentos uniformes e simplificações que serão regulamentados e exigidos aos registros civis de pessoas jurídicas pelos Tribunais de Justiça dos estados.

§2º As exigências formuladas pelo oficial no exame da legalidade da constituição e da alteração da sociedade simples ocorrerá em até 3 dias da apresentação, devendo o interessado em até 15 dias cumprir ou pedir reconsideração ao oficial, que terá 5 dias para registrar ou apresentar novas exigências.

§3º Caso o interessado não tenha como cumprir as exigências deverá pedir o registro da extinção da sociedade ou solicitar levantamento de dúvida ao juiz corregedor, que deverá decidir em 30 dias.

§4º. Expirado o prazo de 15 dias, sem que haja cumprimento nem recurso, o oficial do registro fará a consolidação de todas as exigências, inclusive as fiscais publicadas na redesim e oficiará o juiz corregedor para que sejam tomadas as medidas legais cabíveis, que em até 30 dias cancelará as exigências e mandará registrar ou determinará a extinção da sociedade, responsabilizando ilimitadamente os participantes por eventuais danos.”

“Art. 44. Não poderão incidir sobre os emolumentos do registro civil de pessoas jurídicas nenhum tipo de adicional, seja a que título for, exceto o imposto sobre serviço e o valor máximo de 5% de taxa de fiscalização do Tribunal de Justiça.”

“Art. 45. O Instituto de Pessoas Jurídicas do Brasil indicará um representante e um suplente para participar de assento no Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM, criado pela LC 123/06.”

“Art. 46. O Instituto de Pessoas Jurídicas do Brasil indicará um representante e um suplente para participar do Conselho Nacional de Justiça para a formulação de políticas e normas na área de registros



públicos, visando a simplificação e uniformização de procedimentos entre os registros civis de pessoas jurídicas no país.”

“Art. 47. Todos os registros civis de pessoas jurídicas estão obrigados a trabalhar integrados na REDESIM, criada pela Lei 11.598/07.”

“Art. 48. As adaptações legais serão feitas na medida que a sociedade tenha necessidade de novos registros ou em até 5 anos.”

JUSTIFICAÇÃO

O usuário precisa de **Liberdade na Escolha do Órgão de Registro, liberdade na formulação dos contratos e dos negócios** e não normas restritivas que dificultam os negócios.

Não é possível obrigar o usuário a pagar mais caro para a execução dos seus registros de constituição e alteração. Os valores dos emolumentos para sociedades de pequeno porte, que representam a massa das sociedades constituídas no Brasil, com capital até R\$10.000,00 é muito mais barato nos Registros Civis de Pessoas Jurídicas do que nas Juntas Comerciais.

Houve grave equívoco do relator da Câmara, quando tomou valor de R\$300.000,00, que corresponde apenas 3% das sociedades, como base para calcular preço comparativo entre Juntas e RCPJs.

Os Registros Civis estão interligados na REDESIM, oferecendo ao usuário emissão automático de CNPJ e demais cadastros fiscais.

Os Registros Civis estão em todos os municípios do Brasil, facilitando o acesso de quem quer legalizar sua sociedade com assistência personalizada. A mudança de registro trará confusão burocrática e prejuízo aos usuários com pagamento de duas taxas para transferência.

Por outro lado tomar advogados, médicos, engenheiros, e outros profissionais como empresários, terminando com as sociedades simples nada desburocratiza e ainda causará confusão e judicialização porque sendo todas sociedades empresárias, as prefeituras vão cobrar das sociedades de profissionais pelo faturamento e não valor fixo por profissional.

É antiliberal, monopolista e burocratizante uma norma que **retira do usuário o direito de opção** para escolha do local de registro, **migrando para amáquina pública todos os serviços que são feitos** com excelência, de forma privada através das delegações aos Registros Civis de Pessoas Jurídicas, sob fiscalização do Poder Judiciário. Tornando o serviço **exclusivamente estatal**, inchando a administração pública, e ainda **provocando demissões de milhares de funcionários contratados pela CLT, diretamente pelos Registros Civis das Pessoas Jurídicas.**

Plenário do Senado Federal, de de 2021.

Senador



**MPV 1040
00303****SENADO FEDERAL
Senador Mecias de Jesus****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.040, DE 2021****EMENDA SUPRESSIVA**

Suprima-se o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15 à Medida Provisória nº 1.040, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Federal nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, estabelece o Salário Mínimo da Categoria Profissional dos engenheiros, agrônomos, arquitetos, químicos e médicos veterinários. A remuneração estabelecida faz jus a estes profissionais que atuam em atividades que conferem risco à vida, a saúde, ao patrimônio, ao meio-ambiente, aos bens de valor histórico, paisagístico e cultural.

A manutenção da vigência e eficácia da referida lei, significa valorizar a extensão e a complexidade do ofício dessas profissões, protegendo não só a sociedade, como também os contratantes dos serviços das Engenharias e da Agronomia.

Relevante ainda destacar que a mencionada lei, apesar de ser do ano de 1966, foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, cujo o artigo 7º inciso V deixa claro essa constitucionalidade:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social (...)

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;



Em vista disso, não resta dúvida quanto à recepção da Lei nº 4.950-A de 1966 pela Constituição Federal de 1988, e que a percepção mínima salarial conforme delimitada em seu artigo 5º é medida justa quanto à carga de responsabilidade que as categorias mencionadas assumem, bem como pelos riscos sociais e econômicos que as atividades das Engenharias e da Agronomia podem causar.

O Salário Mínimo Profissional tem sua importância em garantir a devida valorização dos profissionais na execução de suas atividades, proporcionando qualidade e segurança dos serviços prestados. Não existe qualidade sem segurança, e não existe segurança sem valorização profissional.

Não é por outra razão, que as profissões aqui já mencionadas são regulamentadas por lei e sofrem o controle estatal, por meio do poder de polícia das profissões regulamentadas (Lei 5.194/1966 c/c artigo 78 do CTN).

Vale destacar que, as atividades da Engenharia e da Agronomia são complexas, exigindo do profissional alta capacidade técnica e conhecimento aprofundado nas obras e serviços executados. Qualquer falha poderá gerar um dano de natureza individual ou coletiva e de alta lesividade ao patrimônio e a vida das pessoas.

Bem por isso, a remuneração destes profissionais deve ser adequada e condizente com a complexidade e extensão das atribuições, conforme dispõe o artigo 7º da Constituição Federal.

Deste modo, a manutenção do piso mínimo salarial estabelecido na Lei 4950-A/1966, é medida necessária para que os serviços e obras das Engenharias e da Agronomia sejam executados com qualidade, segurança e responsabilidade.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres colegas, Senadores e Senadoras, para aprovarmos essa proposição legislativa.



:

Sala das Sessões,

Senador MECIAS DE JESUS





SENADO FEDERAL
Senador Mecias de Jesus

**MPV 1040
00304**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.040, DE 2021

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 37 do Projeto de Lei de Conversão nº 15 à Medida Provisória nº 1.040, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

Os últimos tempos foram marcados por graves acidentes na área da engenharia e da agronomia, em que se verificou a ausência de responsáveis técnicos e de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Entre esses acidentes, pode-se destacar o desabamento do prédio de 04 (quatro) andares em Rio das Pedras, município do Rio de Janeiro, construído de forma irregular, levando a óbito pai e filha moradores do imóvel.

O artigo 37 do PLV 15/2021, aprovado pela Câmara dos Deputados, é um dispositivo evidentemente incoerente, pois, ao mesmo tempo que reconhece e impõe a obrigatoriedade de responsável técnico, o qual deverá responder administrativa, civil e criminalmente em caso de danos e de acidentes decorrentes de eventuais erros de projeto ou de execução, dispensa a exigibilidade de emissão de documento de responsabilidade técnica de conselho profissional.

Importante frisar que os documentos mencionados no inciso I do art. 37, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), são a única forma de comprovação de habilitação técnica e de rastreabilidade do responsável pela execução da atividade.



Assim, sem qualquer documento de fé pública que comprove que determinado profissional de fato tenha executado uma atividade em determinado local, é impossível qualquer tipo de identificação e responsabilização do executor da obra ou serviço, seja na esfera técnica, administrativa, civil ou criminal, como induz o referido artigo.

Desta forma, a dispensa da ART, RRT e TRT em instalações elétricas acaba permitindo que obras ou serviços dessa natureza sejam realizadas por pessoas não qualificadas (leigos) ou por profissionais que dificilmente serão identificados e responsabilizados, nos termos da Lei 5.194/1966 e Resoluções do Confea.

Cabe frisar ainda, que os documentos de responsabilidade técnica emitidos por conselhos de profissões regulamentadas, possuem finalidade técnica, social, política e econômica, sendo instrumentos do Poder de Polícia Administrativa, preventiva e repressiva, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADIN 1717-6 DF.

Conclui-se, portanto que a desobrigatoriedade de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em obras e serviços envolvendo eletricidade, ou seja, em atividade altamente lesiva e com riscos à saúde e vida humana, retira da sociedade e do poder público um valioso instrumento de identificação e responsabilização técnica, civil, administrativa e criminal dos profissionais da Engenharia.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres colegas, Senadores e Senadoras, para aprovarmos essa proposição legislativa.

Sala das Sessões,

Senador MECIAS DE JESUS





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Giordano

MPV 1040
00305

EMENDA Nº - PLENÁRIO
(ao PLV nº 15, de 2021, oriundo da MPV nº 1040, de 2021)

Altera a Medida Provisória nº 10.40, de 2021 para incluir os artigos 55, 56 e 57 à lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, estabelecendo alternativas sancionatórias, critérios de gradação de penas pecuniárias e dá outras providências.

Inclua-se no Projeto de Lei de Conversão, o seguinte capítulo e o respectivo artigo, onde couber:

CAPITULO (X)

Art. XX. A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com as alterações constantes dos seguintes artigos:

“Art. 55

.....

§ 5º Estando a mesma empresa sendo acionada em mais de um Estado ou Município pelo mesmo fato gerador de prática infrativa, caberá à autoridade do sistema estadual ou nacional de defesa do consumidor dirimir conflito de competência, aplicando-se única sanção nos termos do artigo 56.

§ 6º Para fins de solução de conflitos de competência mencionados no § 5º, os entes federativos podem valer-se de instrumentos de cooperação institucional, respeitado o art. 241 da Constituição Federal.” (NR)

“Art. 56

.....



Parágrafo único.

§ 2º. Conforme disposição do artigo 20 e parágrafo único do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, com a redação dada pela Lei nº 13.655, de 2018, na aplicação das possíveis sanções previstas neste artigo, o órgão fiscalizador deverá, motivadamente, escolher aquela que melhor se adeque à preservação do mercado de consumo e dos direitos do consumidor.

§ 3º A aplicação de multa poderá ser substituída pela realização de investimentos em infraestrutura, serviços, projetos ou ações para recomposição do bem jurídico lesado, previstos em compromisso de ajustamento de conduta a ser celebrado entre fornecedor e autoridade fiscalizadora competente com previsões referentes ao modo, ao tempo e ao lugar do cumprimento das obrigações assumidas.” (NR)

“Art. 57. A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, será aplicada mediante procedimento administrativo, revertendo para o Fundo de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, os valores cabíveis à União, ou para os Fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor nos demais casos, sendo vedada a vinculação ou a destinação do produto de multas à composição de recursos orçamentários do próprio órgão fiscalizatório.

§ 1º Os critérios de gradação estabelecidos no *caput* deverão ser levados em consideração de forma equitativa e motivada pela autoridade sancionadora no momento da aplicação da multa.

§ 2º A multa será em montante não inferior a R\$ 700,00 (setecentos reais) e não superior a R\$ 10.000,00 (dez milhões de reais).



§ 3º A condição econômica do fornecedor a que se refere o *caput* terá como base a média do faturamento líquido, obtido nos últimos três meses anteriores à lavratura do auto de infração, relativo à linha do produto ou serviço fiscalizado.

§ 4º Para fins da dosimetria da multa estipulada no *caput*, entende-se por fornecedor a unidade autônoma de negócio fiscalizada, mesmo que pertencente a um mesmo grupo econômico.

§ 5º Nos casos em que não for possível individualizar a unidade de negócio, será considerado o faturamento obtido no âmbito de competência do órgão prolator da decisão sancionatória.”
(NR)

JUSTIFICAÇÃO

O Código de Defesa do Consumidor – CDC – é, com toda certeza, uma norma de grande relevância e representa verdadeiro avanço na proteção dos direitos do consumidor, considerado como a parte mais vulnerável na relação de consumo.

No entanto, tal proteção não pode ser justificativa para aplicação de multas exorbitantes, vinculadas ao valor do faturamento total do estabelecimento comercial e mesmo de todo um grupo econômico, sob pena de inviabilizar o funcionamento de serviços e fornecimento de produtos de fundamentais relevância para o País.

Quando a sanção aplicada a determinada infração supera o que seria razoável, ocorre o natural questionamento da sanção imposta, seja pela via administrativa ou judicial. Em qualquer dos casos, existe enorme quantidade de dinheiro, tempo e energia gastos tanto pelo estabelecimento multado quanto pelos diversos serviços do Estado que entram em atividade por decorrência do fato gerador da sanção e suas consequências.

Acreditamos que a principal função da fiscalização do governo para aplicação de multas deva ser o caráter educativo e o aprimoramento do mercado fornecedor de produtos e serviços, mas não o ímpeto arrecadatório. Portanto, não vemos sentido em aplicação de multa de grande valor por qualquer motivo. Na verdade, os critérios de valoração das multas também precisam ser revistos.



4

Dessa forma, em consonância com o objetivo da Medida Provisória de melhorar o ambiente de negócios no Brasil e sua classificação geral no *Doing Business* do Banco Mundial, é necessária a aprovação da presente emenda, de modo a adotar soluções simples, de caráter educativo, que tem a capacidade de resolver a questão pelo diálogo e pelo compromisso das partes, sem a necessidade de ferir, por vezes de morte, as finanças já tão solapadas das empresas brasileiras.

As soluções propostas são de duas ordens: (i) quanto às alternativas sancionatórias e (ii) quanto aos critérios de gradação das multas.

Mesmo diante do extenso rol conferido pelo artigo 56, a sanção pecuniária ainda é a favorita dentre as alternativas conferidas à Administração, mesmo quando notícias da sua inefetividade são recorrentes - vide, por exemplo, o reconhecimento desta situação pelo próprio Tribunal de Contas da União ao autorizar a conversão de multas aplicadas pela ANATEL em investimentos em infraestrutura por determinadas empresas de telecomunicações.

Sendo assim, propõe-se a obrigatoriedade da motivação expressa não só dos fatos que levaram à atividade sancionatória, mas também sobre a escolha da espécie de sanção aplicada ao caso concreto, inclusive em detrimento de possíveis outras, quando for o caso.

Note-se que, neste ponto, na verdade, simplesmente busca-se dar cumprimento ao aludido artigo 20 da LINDB, porém de forma enfática no setor consumerista.

Ainda com relação às alternativas sancionatórias, propõe-se a possibilidade da conversão de multas - quando aplicadas - em investimentos em infraestrutura e serviços, a serem revertidos em benefício dos próprios consumidores e do mercado consumidor em geral, em valor até 20% superior ao da sanção originalmente prevista.

Entendemos que tal alternativa se revela diretamente mais benéfica ao consumidor, o qual colhe frutos através da melhora com o trato direto com o fornecedor, minorando, ainda, a chance de eventuais eventos negativos futuros.

Quanto ao aspecto da dosimetria das sanções pecuniárias - inclusive diante das diversas normas, legais e infralegais, no âmbito dos estados e municípios, que também tratam deste tema e buscam dar concreção aos critérios e parâmetros previstos no CDC - propomos alguns ajustes e complementações no CDC.

Tais alterações propostas servem, sobretudo, para conferir ao aos órgãos de controle e fiscalização, assim como ao setor produtivo, aos consumidores, ao intérprete e à toda a sociedade, maior segurança jurídica e tratamento isonômico em âmbito nacional sobre matéria.

O afinamento do texto legislativo traz elementos para que sejam levados em consideração, de forma efetiva, equitativa e motivada, todos os critérios relevantes trazidos no CDC para a fixação da multa, e não apenas a condição econômica do fornecedor, em prol da aplicação de sanções proporcionais à gravidade da infração, à



amplitude e a intensidade do seu impacto, bem como à vantagem auferida com sua prática, se houver.

Estabelece-se também um teto valorativo absoluto para as sanções pecuniárias aplicáveis pelos órgãos fiscalizatórios.

Segundo informações colhidas diretamente de órgãos fiscalizatórios (PROCONS) estaduais através de solicitações realizadas com base na Lei de Acesso à Informação, referido teto sugerido equivale a cerca de 110 (cento e dez) vezes o valor médio das multas pecuniárias aplicadas pelos Estados do Maranhão, Pernambuco e São Paulo nos anos de 2017 e 2018, o que demonstra a preservação de sua capacidade educativa e punitiva, além de contribuir para uma possível redução da judicialização de discussões envolvendo dosimetria de multas aplicadas.

Por todo o exposto, pedimos o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda em nome do equilíbrio tão necessário às relações de consumo em nosso país.

Sala da Sessão em, de de 2021.

GIORDANO

Senador da República





**MPV 1040
00306**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **DÁRIO BERGER**

EMENDA Nº - PLEN

(ao PLV nº 15, de 2021, oriundo da MPV nº 1.040, de 2021)

Insira-se o seguinte § 2º no art. 37 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, oriundo da Medida Provisória (MPV) nº 1.040, de 30 de março de 2021, renomeando-se o atual parágrafo único como § 1º:

Art. 37.

.....

.....

§ 2º É dispensável, no projeto e na execução das instalações elétricas de que trata o *caput*, a presença de responsável técnico para obras de até 140 kVA (cento e quarenta quilovoltsamperes).

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo dispensar a presença de responsável técnico para obras de instalações elétricas de até 140 kVA (cento e quarenta quilovoltsamperes), ante a ausência de justificativa técnica para a exigência constante no art. 37 do PLV nº 15, de 2021.

Roga-se pelo acolhimento da emenda ora apresentada.

Sala das Sessões,

Senador Dário Berger





**MPV 1040
00307**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **DÁRIO BERGER**

EMENDA Nº - PLEN

(ao PLV nº 15, de 2021, oriundo da MPV nº 1.040, de 2021)

Suprima-se o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, oriundo da Medida Provisória (MPV) nº 1.040, de 30 de março de 2021, renumerando-se os demais incisos.

JUSTIFICAÇÃO

A revogação da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, pelo inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, não está prevista na redação original da MPV nº 1.040, de 2021, tampouco guarda relação com quaisquer de seus dispositivos.

Trata-se de matéria estranha à referida MPV, devendo ser eliminada do PLV nº 15, de 2021.

Roga-se pelo acolhimento da emenda ora apresentada.

Sala das Sessões,

Senador Dário Berger



**MPV 1040
00308**

SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Marcio Bittar

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 15, de 2021)

Suprima-se da alínea “e” do inciso XXX do art. 57 do PLV nº 15, de 2021, a referência ao art. 982; suprima-se o art. 39 do referido PLV; e promovam-se as seguintes alterações no PLV:

“Art. XX. O art. 114 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, renumerado o atual parágrafo único como § 1º:

‘Art. 114.

§ 1º

§ 2º Os ofícios de registro civil das pessoas jurídicas estão autorizadas a prestar serviços de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins mediante convênio com as juntas comerciais ou outro órgão competente de acordo com a legislação específica do registro mercantil.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, o registrador deverá observar estritamente os termos do convênio, observando os atos normativos relativos às juntas comerciais.’ (NR)”

“Art. 38. O art. 1º da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

‘Art. 1º

Parágrafo único. Para os fins desta lei, a sociedade simples equipara-se à sociedade empresária.’ (NR)”





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Marcio Bittar

“Art. 43.
.....

‘PARTE ESPECIAL

TÍTULO II

SUBTÍTULO II

CAPÍTULO I

Seção I

Art. 1.000-A. O contrato social e demais atos relativos à sociedade simples deverão ser inscritos no Registro Público de Empresas Mercantis.’

“Art. 58.
.....

V – em 5 (cinco) anos, contados da data de sua publicação, quanto ao art. 38;

VI – na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.”

JUSTIFICAÇÃO

Entendemos ser absolutamente desaconselhável extinguir as sociedades simples pelo fato de isso ser um potencial expressivo de gerar inseguranças jurídicas. Não enxergamos nenhum ganho prático. Há apenas riscos de causar insegurança jurídica. As possíveis utilidades práticas que teriam motivado a intenção de extinguir as sociedades simples podem ser obtidas mediante





SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Marcio Bittar

dispositivos legais específicos. É o caso da concentração do registro das sociedades simples nas juntas comerciais e o da admissão da falência e da recuperação para essas espécies de sociedade. Além disso, convém autorizar convênios das juntas comerciais a fim de que os RCPJs, com sua capilaridade, facilitem o acesso de todos os cidadãos à prestação dos serviços de registro mercantil.

Sala das Sessões,

Senador **MARCIO BITTAR**
(MDB-AC)



**MPV 1040
00309**

SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (Partido Liberal -RJ)

EMENDA Nº - PLEN

(ao PLV nº 15, de 2021, oriundo da MPV nº 1.040, de 2021)

Suprima-se o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, oriundo da Medida Provisória (MPV) nº 1.040, de 30 de março de 2021, renumerando-se os demais incisos.

JUSTIFICAÇÃO

A revogação da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, pelo inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, é matéria estranha à MPV nº 1.040, de 2021.

Por isso, deve ser suprimida do PLV nº 15, de 2021.

Roga-se pelo acolhimento da emenda ora apresentada.

Sala das Sessões,

SENADOR ROMÁRIO
Partido Liberal/RJ



**MPV 1040
00310**

SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (Partido Liberal -RJ)

EMENDA Nº - PLEN

(ao PLV nº 15, de 2021, oriundo da MPV nº 1.040, de 2021)

Dê-se ao art. 37 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, oriundo da Medida Provisória (MPV) nº 1.040, de 30 de março de 2021, a seguinte redação:

Art. 37. Para a obtenção da eletricidade de que trata o inciso I do caput do art. 36 desta Lei, o projeto e a execução das instalações elétricas internas do imóvel deverão possuir responsável técnico, que responderá administrativa, civil e criminalmente em caso de danos e de acidentes decorrentes de eventuais erros de projeto ou de execução, dispensada a exigibilidade de aprovação prévia de projeto pela concessionária ou permissionária local.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo restaurar a exigência de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em obras e serviços relacionados a instalações elétricas.

Sem o ART, que é o instrumento que permite ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) fiscalizar a qualidade dos serviços prestados pelos profissionais nele registrados, as obras realizadas em território nacional não serão comandadas por pessoas com a devida qualificação técnica.

Roga-se pelo acolhimento da emenda ora apresentada.

Sala das Sessões,

Senador Romário
Partido Liberal



**MPV 1040
00311****SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Humberto Costa

EMENDA Nº - PLEN
(Ao Projeto de Lei de Conversão nº. 15, de 2021)
Supressiva

Suprima-se o art. 37 do Projeto de Lei de Conversão nº. 15, de 2021

JUSTIFICAÇÃO

Os últimos tempos foram marcados por graves acidentes na área da engenharia, arquitetura e da agronomia, em que se verificou a ausência de responsáveis técnicos e de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e RRT - Registro de Responsabilidade Técnica, no caso da Arquitetura.

Entre esses acidentes, pode-se destacar o desabamento do prédio de 04 (quatro) andares em Rio das Pedras, município do Rio de Janeiro, construído de forma irregular, levando a óbito pai e filha moradores do imóvel. Em 2019, a tragédia aconteceu com a queda de dois prédios construídos ilegalmente na comunidade da Muzema. Naquela ocasião, 24 pessoas morreram.

O artigo 37 do PLV 15/2021, aprovado pela Câmara dos Deputados, é um dispositivo evidentemente incoerente, pois, ao mesmo tempo que reconhece e impõe a obrigatoriedade de responsável técnico, o qual deverá responder administrativa, civil e criminalmente em caso de danos e de acidentes decorrentes de eventuais erros de projeto ou de execução, dispensa a exigibilidade de emissão de documento de responsabilidade técnica de conselho profissional.

Importante frisar que os documentos mencionados no inciso I do art. 37, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), são a única forma de comprovação de habilitação técnica e de rastreabilidade do responsável pela execução da atividade.

Assim, sem qualquer documento de fé pública que comprove que determinado profissional de fato tenha executado uma atividade em determinado local, é impossível qualquer



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Humberto Costa

tipo de identificação e responsabilização do executor da obra ou serviço, seja na esfera técnica, administrativa, civil ou criminal, como induz o referido artigo.

Desta forma, a dispensa da ART, RRT e TRT em instalações elétricas acaba permitindo que obras ou serviços dessa natureza sejam realizadas por pessoas não qualificadas (leigos) ou por profissionais que dificilmente serão identificados e responsabilizados.

Cabe frisar ainda, que os documentos de responsabilidade técnica emitidos por conselhos de profissões regulamentadas, possuem finalidade técnica, social, política e econômica, sendo instrumentos do Poder de Polícia Administrativa, preventiva e repressiva, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADIN 1717-6 DF.

Conclui-se, portanto que a desobrigatoriedade de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em obras e serviços envolvendo eletricidade, ou seja, em atividade altamente lesiva e com riscos à saúde e vida humana, retira da sociedade e do poder público um valioso instrumento de identificação e responsabilização técnica, civil, administrativa e criminal dos profissionais.

Pelas razões expostas, solicita-se apoio dos nobres senadores para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, em de julho de 2021

Senador HUMBERTO COSTA



**MPV 1040
00312****SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Humberto Costa

EMENDA Nº - PLEN
(Ao Projeto de Lei de Conversão nº. 15, de 2021)
Supressiva

Suprima-se o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº. 15, de 2021

JUSTIFICAÇÃO

O inciso XII do caput do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021 à MPV 1.040/2021, na forma aprovada pela Câmara dos Deputados, revoga a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre o piso salarial de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária. Trata-se de um “jabuti”, que não constava do texto original da Medida Provisória, e sua inclusão no texto final não respeita o devido processo legislativo, devendo, assim, ser suprimido por esta Casa.

No mérito, a revogação de um piso salarial, sob o argumento de que esteja defasado ou fixado em salários mínimos, o que seria vedado pelo art. 7º, IV da CF, reclama a atualização da norma legal, mas não a sua revogação.

Ademais, segundo Parecer do Ex-Ministro do STF, Francisco Rezek, de 2009, não é inconstitucional fixar piso salarial tendo como referência o salário-mínimo:

“Salário mínimo de categoria profissional. Fixação em lei federal, tendo como referência o salário mínimo comum. Artigo 7º, inciso IV da Constituição Federal, que garante ao trabalhador o direito ao salário mínimo capaz de atender às suas necessidades vitais e às de sua família, e veda sua vinculação para qualquer fim. Entendimento de que a expressão “qualquer fim” diz respeito a todo aquele que não tenha a cobertura da própria norma, por definir também um salário mínimo correspondente às necessidades do trabalhador qualificado. Relevância de que o inciso seguinte, o de número V do mesmo artigo constitucional, de igual estatura hierárquica, garanta exatamente o direito ao piso salarial, ou seja, à retribuição mínima devida ao trabalhador qualificado pela extensão e complexidade de seu ofício. Compatibilidade evidente do artigo 5º da Lei nº 4.950-A com a superveniente Carta de 1988.”



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Humberto Costa

Quando à discussão do “valor” do piso salarial, é tema que somente poderia ser objeto de apreciação mediante amplo debate, inclusive com os trabalhadores e suas entidades, e nunca como fruto de uma medida abrupta, autoritária e ilegítima, como a inclusão de emenda em medida provisória.

Em todo os país, entidades Sindicais têm denunciado esse absurdo, e reclamam a preservação do piso salarial dos engenheiros.

Assim, é fundamental a supressão do inciso XII do art. 57, preservando-se o piso salarial como instrumento legítimo de proteção do trabalho dos engenheiros.

Sala das Sessões, em de julho de 2021

Senador HUMBERTO COSTA



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

**MPV 1040
00313**

EMENDA Nº - PLEN

(ao PLV nº 15, de 2021, oriundo da MPV nº 1.040, de 2021)

Suprima-se o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, oriundo da Medida Provisória (MPV) nº 1.040, de 30 de março de 2021, renumerando-se os demais incisos.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, fixa o piso salarial dos profissionais de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

A sua revogação pelo inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, não estava prevista na redação original da Medida Provisória (MPV) nº 1.040, de 2021.

Por se tratar de matéria estranha à disciplinada na referida mpv, portanto, deve ser retirada do texto do PLV nº 15, de 2021.

Roga-se pelo acolhimento da emenda ora apresentada.

Sala das Sessões,

Senador Wellington Fagundes





**MPV 1040
00314**

SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Marcio Bittar

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 15, de 2021, decorrente da MPV nº 1040, de 2021)

Dê-se ao art. 7º da Lei nº 8.934, de 10 de janeiro de 2002, nos termos do art. 3º do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, a seguinte redação:

“Art. 3º.....

.....
Art. 7º. As juntas comerciais poderão desconcentrar os seus serviços, mediante convênios com órgãos públicos, entidades privadas sem fins lucrativos e ofícios de registro civil de pessoas jurídicas, preservada a competência das atuais delegacias. (NR)

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda tem por objetivo permitir a celebração de convênios entre as juntas comerciais e os cartórios de registro civil de pessoas jurídicas, para que estas possam realizar o registro de empresários e sociedades empresárias, em razão da grande capilaridade territorial que possuem.

São necessários alguns esclarecimentos sobre o registro das sociedades simples e das sociedades empresárias, em virtude da complexidade da matéria.

Atualmente, as sociedades simples são registradas nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas. O art. 1.150 do Código Civil estabelece que o registro da sociedade simples sempre é realizado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, independentemente da forma que ela adotar.

De acordo com o art. 1.150 citado, a sociedade simples vincula-se ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o qual deverá obedecer às normas fixadas





SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Marcio Bittar

para o Regime Público de Empresas Mercantis, se a sociedade simples adotar um dos tipos de sociedade empresária. Nesse caso, a sociedade simples é registrada no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, mas está obrigatoriamente vinculada às regras da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994. Sendo assim, a sociedade simples pode ser uma sociedade simples limitada, se adotar o tipo de sociedade limitada.

A sociedade simples também pode ser sociedade simples simples (sociedade simples pura, de acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE). Conforme art. 983, a sociedade simples, se não fizer opção por um dos tipos de sociedade empresária, subordina-se às normas que lhe são próprias. Na sociedade simples pura, é permitida a contribuição do sócio por meio de serviços (art. 997, inciso V do Código Civil), o que é vedado na sociedade limitada (§ 2º do art. 1.055 do Código Civil).

Ambas as modalidades de sociedades simples, simples pura e simples limitada, não se submetem à recuperação e falência.

Os profissionais liberais que podem constituir uma sociedade simples podem também optar de acordo com a regra atual pelo registro na junta comercial, haja vista que o parágrafo único do art. 966 do Código Civil faculta a eles o regime empresarial se configurada a atividade como “elemento de empresa”. Além disso, a Lei nº 8.934, de 1994, dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins. Esta última expressão significa que quem exerce “atividades afins” às de sociedade empresária também pode se registrar na junta comercial sem que seja impedido pelos órgãos de registro. Registre-se que o art. 2º da Lei nº 8.934, de 1994, prevê que os atos das sociedades empresárias serão arquivados no Registro de Empresas, independentemente de seu objeto, salvo as exceções previstas em lei. Frise-se: independentemente de seu objeto. Neste caso, a sociedade registrada é empresária e se submete às regras de recuperação e falência.

No caso da sistemática sugerida nesta Emenda, é necessário que o interessado informe no cartório de registro civil da pessoa jurídica que se deseja optar pelo regime empresarial e não pelo regime jurídico da sociedade simples.

Cumpre destacar que a presente Emenda não depende da aprovação das medidas previstas no Capítulo IX do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, aplicando-se sem problemas à sistemática atual.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nossos Pares a esta importante emenda.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Marcio Bittar

Sala das Sessões,

Senador **MARCIO BITTAR**
(MDB/AC)



**MPV 1040
00315****EMENDA Nº - PLEN****(Ao Projeto de Lei de Conversão nº. 15, de 2021)****Supressiva**

Suprima-se o Capítulo VII do Projeto de Lei de Conversão nº. 15, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 1040/2021 pretende a facilitação da abertura de empresas. Dentre os vários temas tratados na MP, um deles seria o intento de “desburocratizar as atividades relacionadas aos tradutores públicos e intérpretes comerciais”. Ocorre que, os dispositivos sobre a atividade de tradução e interpretariado, inseridos em Medida Provisória tão larga, podem gerar problemas outros, tais como: mais burocracia, aumento no custo do processo de legalização de documentos, conflitos diplomáticos e falta de confiabilidade na tradução juramentada, o que poderá ainda acarretar insegurança jurídica.

As traduções públicas efetuadas por profissionais brasileiros são aceitas como oficiais, com fé pública, e têm efeito jurídico em diversos países. Essa aceitação foi construída ao longo de décadas por conta do grau de dificuldades das provas dos concursos públicos, pela isenção com que o tradutor público realiza seu trabalho, pela altíssima capacidade técnica dos tradutores aprovados, pela confiabilidade do sistema de registro e arquivamento das traduções. Em nome da desburocratização pode estar-se abrindo espaço para insegurança jurídica no cenário internacional.

O ideal para as relações internacionais é um terceiro isento, o Tradutor Público. Não se pode considerar, o retrocesso que seria um agente público fazer traduções oficiais, pois, além do aspecto da enorme burocracia envolvida, as traduções passariam a ter que ser submetidas a algum tipo de validação ou registro adicional, justamente pela falta de confiabilidade que as traduções feitas por **agentes não concursados** acarretarão. A MP 1040, na forma em que está redigida, contribuirá para o aumento da burocracia, afetando diretamente o ambiente de negócios. É certo que, no âmbito das relações internacionais, outros países vão passar a exigir algum tipo de validação extra ou atestado de fidedignidade das traduções, ou seja, mais burocracia.

A modernização do ofício dos Tradutores Públicos e Intérpretes Comerciais é sempre bem-vinda, e justamente por isso deve ser feita com maior cuidado, mediante discussão ampla e cautelosa, para que sejam regulados por meio de um projeto de lei ordinária próprio.



Sala das Sessões, em de julho de 2021.

Senador Paulo Rocha

Líder do PT



**MPV 1040
00316****SENADO FEDERAL**
Senadora Mara Gabrilli**EMENDA Nº - PLEN**
(ao PLV nº 15, de 2021)

Dê-se ao art. 32 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, a seguinte redação:

“Art. 32. O tradutor e intérprete público será remunerado por emolumentos fixados pelo DREI em nível nacional, em valor mínimo e teto a serem determinados pelo DREI, independentemente das custas que lhe possam caber como auxiliares da Justiça, podendo optar por se organizar na forma de sociedade unipessoal para fins tão somente fiscais, estando vedada a abertura de filiais, seja dentro ou fora de seu estado de domicílio.

Parágrafo único. Não é lícito aos tradutores abater, em benefício de quem quer que seja, os emolumentos que lhes forem fixados, cabendo-lhes anotar, no final de cada tradução, o total dos emolumentos e o valor dos selos cobrados.”

JUSTIFICAÇÃO

Com a possibilidade de o tradutor público poder constituir sociedade unipessoal, fica atendida uma antiga demanda de entidades privadas que precisam contratar traduções públicas, já que os tradutores públicos passam a emitir notas fiscais por seus trabalhos.

Dessa forma, essas empresas não precisam mais assumir a responsabilidade pela retenção e pelo pagamento de 11% de GPS em nome do tradutor público ao receber um RPA, nem têm que se preocupar com a manutenção dos comprovantes desses recolhimentos ao longo de 30 anos, o que reduz muito a burocracia desse tipo de contratação.

A sociedade unipessoal apresenta-se como uma opção a ser adotada pelo tradutor público apenas para fins fiscais, sem que seja permitido criar filiais dentro ou fora do estado de domicílio, já que isso eliminaria o caráter personalíssimo do ofício.



Os emolumentos são fixados pelo governo, como já ocorre há anos, visando atender o princípio administrativo da modicidade das tarifas, uma vez que o fator econômico não deve ser impeditivo da fruição do serviço que precisa ser acessível a todos. Nesse sentido, vemos a necessidade de emolumentos fixados em valor mínimo e teto, regulados pelo DREI.

E, pelo princípio da isonomia, onde todos os cidadãos devem ser tratados de maneira igualitária, deve-se proibir a concessão de descontos. Isso evita que o serviço seja ofertado de maneiras diferentes em vários pontos do país.

Os atos notariais tais como certidões de nascimento, casamento e outras bem como procurações e demais declarações são semelhantes e seguem padrões já estabelecidos de acordo com a legislação nacional. Por conseguinte, os emolumentos cobrados devem ser padronizados em toda a República Federativa do Brasil para que os valores cobrados sejam uniformes.

O tradutor público é um agente privado que exerce uma função pública. Assim, o seu trabalho deve sempre se ater às normas e aos princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Nesse sentido, a presente Emenda tem como objetivo a adoção de emolumentos fixados em valor mínimo e teto pelo DREI, a fim de que seja possível atender aos usuários do serviço em todo o território nacional, sem prejuízos ou distinções em razão da localização geográfica.

Outrossim, a tradução pública não pode ser mercantilizada e ficar sujeita às leis da oferta e da procura, devido à natureza de sigilo e confidencialidade do ofício e ao acesso a documentos com informações sensíveis e relevantes para os negócios, para os cidadãos e, especialmente, para a diplomacia internacional. *Há que se notar a relevância da garantia dessa confidencialidade nos termos definidos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).*

Para prestar o serviço com transparência, de modo que o cidadão possa conferir a cobrança que está sendo feita pelo tradutor, este deverá incluir, na última linha do trabalho, o total de emolumentos cobrados. Além disso, essa prática facilita a fiscalização por parte das autoridades públicas correspondentes.

Conclui-se, portanto, pela necessidade de uma sociedade unipessoal para fins tão somente fiscais, mas com vedação à abertura de filiais para que se preserve o caráter personalíssimo do ofício. Por outro lado, os emolumentos — transparentes, padronizados e sem descontos — serão definidos pelo DREI em nível nacional.



Diante do exposto, contamos com o apoio das Senhoras e dos Senhores Senadores a estas mudanças.

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI



**MPV 1040
00317**



SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 15, de 2021)

Dê-se ao art. 26 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, a seguinte redação, bem como suprima-se o inciso IV do § 1º de seu art. 27:

“Art. 26.:

.....
Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não impede a designação, pela autoridade competente, de tradutor e intérprete público *ad hoc*, no caso de inexistência, impedimento ou indisponibilidade de tradutor e intérprete público habilitado para o idioma.”

JUSTIFICAÇÃO

Pelos princípios da impessoalidade e da moralidade, as traduções documentais, sejam elas para entidades públicas ou privadas, precisam ter a garantia de isenção e imunidade a interesses particulares dessas entidades, que eventualmente podem conflitar com o interesse público na fidedignidade da tradução do documento. Exemplo prático é a situação dos documentos em idioma estrangeiro sendo apresentados hoje no âmbito da CPI da Pandemia. Trata-se de questão de segurança jurídica também, considerando que um agente público presume-se com fé quando atua, mas a tradução deve garantir a isenção e imunidade de interesses particulares.

O ideal é um terceiro isento, o tradutor público. Admite-se o agente público com cargo de tradutor e intérprete em geral, mas **não há como dar fé pública às entidades com interesses particulares** (ex. Universidade particular que quer convalidar um diploma de medicina do exterior para equiparação e matrícula em mestrado).



Outrossim, o tradutor público está sujeito a processo administrativo, enquanto o cidadão terceiro só poderá recorrer ao Poder Judiciário, conforme previsto no art. 5º, inciso XXXV.

E não se pode considerar, em hipótese alguma, o retrocesso que seria um agente público fazer traduções oficiais, pois, além do aspecto da enorme burocracia envolvida, as traduções passariam a ter que ser submetidas a algum tipo de validação ou registro adicional. A MP 1040, na forma em que está redigida, contribuirá para o aumento da burocracia, afetando diretamente o *doing business*.

É certo que, no âmbito das relações internacionais, outros países vão passar a exigir algum tipo de validação ou atestado de fidedignidade das traduções, ou seja, mais burocracia.

Diante do exposto, contamos com o apoio das Senhoras e dos Senhores Senadores a estas mudanças.

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI



**MPV 1040
00318**



SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 15, de 2021)

Dê-se aos arts. 22 a 24 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, a seguinte redação:

“**Art. 22.**:

.....

V -;

VI - ter registro na junta comercial do local de seu domicílio;e

VI - ter residência no território nacional.

§ 1º O tradutor e intérprete público, que terá jurisdição nacional, poderá habilitar-se e registrar-se para um ou mais idiomas estrangeiros, ou, ainda, em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

§ 2º Os mecanismos de registro e controle de traduções públicas serão definidos no regulamento do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Drei) da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 3º Para os fins dos artigos deste Capítulo, definem-se:

I - idiomas universais: as línguas inglesa, francesa, espanhola, italiana e alemã, em suas diversas variedades geográficas; e

II - idiomas raros: demais línguas estrangeiras e suas diversas variedades regionais.”

“**Art. 23.** Para os idiomas considerados raros no Brasil, o Drei poderá dispensar a exigência de tradutor e intérprete público com fé pública na forma do art. 22, desde que integre a Lista Nacional de Tradutores Celpe-Bras Registrados com os estrangeiros residentes no país que obtiverem nível Avançado ou Avançado Superior no Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras).



Parágrafo único. O disposto neste artigo não afeta os tradutores públicos de idiomas raros que já tenham sido nomeados e estejam em atividade.”

“**Art. 24.** A Lista Nacional de Tradutores Celpe-Bras Registrados referida no *caput* do art. 23, bem como o Cadastro Nacional de Tradutores Públicos e Intérpretes Concursados (CNTPIC), serão publicados pelo Drei e atualizados anualmente, nos termos do regulamento.

Parágrafo único. Quando a tradução pública de um documento em idioma raro for necessária ou exigida e não constar tradutor público no CNTPIC, utilizar-se-á o sistema triangular de tradução pública, entendido como a tradução pública para o vernáculo de documento em idioma raro vertido para um dos idiomas universais.”

JUSTIFICAÇÃO

Para que as traduções juramentadas brasileiras continuem sendo um serviço público que atenda à população com alto nível de qualidade e que ofereça segurança jurídica em qualquer situação, é imprescindível que seja um documento público, com fé pública, passível de ser apresentado como prova em juízo e de receber diretamente o selo da apostila de Haia. Todos esses atributos essenciais apenas serão mantidos com a adoção de concurso público no processo de seleção dos tradutores públicos no país.

O concurso público e a subsequente nomeação com a concessão de matrícula em Junta Comercial de domicílio, por conseguinte, constituem a forma por meio da qual traduções públicas são revestidas de fé pública, garantindo-se a segurança jurídica das relações, sejam elas empresas, pessoas ou entre entes públicos e privados.

Os tradutores públicos prestam serviço público delegado a toda a sociedade. Embora já emitam documentos em todo o país com certificação digital, devem estar disponíveis para atender a cidadãos ou empresas que necessitem realizar registro em cartório para fazer valer seu documento original perante terceiros, para poderem fazer prova imediata na Justiça, para fazerem interpretação perante órgãos de segurança entre outros atos, fazendo uso de brasão de armas da República. Por esses motivos, ser brasileiro nato ou naturalizado e ter residência em território nacional são elementos fundamentais para a prestação do serviço, a fim de se manter a segurança jurídica das traduções públicas no Brasil.

O art. 23 prevê a dispensa da exigência de concurso público estabelecida no inciso IV do art. 22 para estrangeiros residentes que atinjam



grau de excelência no exame Celpe-Bras a fim de selecionar tradutores para idiomas raros, ou seja, aqueles que não estejam incluídos na categoria de idiomas definidos universais, isto é: as línguas inglesa, francesa, espanhola, italiana e alemã. A dispensa de tradutor e intérprete público com fé pública na forma do art. 22 para idiomas raros decorre da escassez de tradutores públicos para tais idiomas, bem como da dificuldade de se encontrar profissionais habilitados para compor banca examinadora para a seleção de tradutores nos referidos idiomas.

A possibilidade de utilização do sistema triangular de tradução pública prevista no parágrafo único do art. 24, que propomos, visa a agilizar o processo de tradução de documentos sem prejuízo da segurança jurídica, uma vez que a tradução final para o vernáculo será feita por tradutor público devidamente habilitado.

Diante do exposto, contamos com o apoio das Senhoras e dos Senhores Senadores a estas mudanças.

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI



**MPV 1040
00319**

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 15, de 2021)

Acrescente-se ao PLV nº 15, de 2021, o artigo abaixo, renumerando-se os demais:

Art. 7º A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil estabelecerá procedimentos que viabilizem a apresentação e o acompanhamento de denúncias, por meio eletrônico, de atos ilícitos praticados em operações de importação e exportação de mercadorias ou de serviços, inclusive quanto a declarações de origem, classificação fiscal, valor aduaneiro, contrabando, descaminho, violações de direitos de propriedade intelectual, exigências regulatórias e quaisquer outros aspectos que lhe caiba fiscalizar no exercício de suas competências de controle das operações de comércio exterior.

§ 1º Ato normativo da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a ser editado em até 90 dias disporá sobre a organização e o funcionamento dos procedimentos de denúncia previstos no caput.

§ 2º A efetiva resolução das denúncias dos usuários, a que se referem o caput, compreende, não se limitando a, os seguintes aspectos:

- I - recepção da denúncia no canal de atendimento adequado;
- II - emissão de comprovante de recebimento da denúncia;
- III - análise e obtenção de informações, quando necessário;
- IV – acompanhamento da denúncia por meio de canal específico;
- IV - decisão administrativa final; e
- V - ciência ao usuário.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda vai ao encontro do espírito que anima do Acordo de Facilitação do Comércio, em seu artigo 10, que marca as diretrizes das



soluções de guichê único, ouvidorias e uso intensivo da tecnologia da informação para conferir maior acessibilidade e estimular a conformidade e a transparência.

A medida prevê, ainda, meios para a efetiva solução de denúncias e comunicação e acompanhamento *pari passu* de sua evolução e processamento administrativo.

Sala das Sessões,

Senador ESPERIDIÃO AMIN

cl2021-07592



**MPV 1040
00320**

EMENDA Nº - PLEN

(Ao Projeto de Lei de Conversão nº. 15, de 2021)

Supressiva

Suprima-se o Capítulo VII (arts. 22 a 34) e o inciso I do art. 57, todos do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 1040/2021 pretende a facilitação da abertura de empresas. Dentre os vários temas tratados na MP, um deles seria o intento de “desburocratizar as atividades relacionadas aos tradutores públicos e intérpretes comerciais”. Ocorre que, os dispositivos sobre a atividade de tradução e interpretariado, inseridos em Medida Provisória tão larga, podem gerar problemas outros, tais como: mais burocracia, aumento no custo do processo de legalização de documentos, conflitos diplomáticos e falta de confiabilidade na tradução juramentada, o que poderá ainda acarretar insegurança jurídica.

As traduções públicas efetuadas por profissionais brasileiros são aceitas como oficiais, com fé pública, e têm efeito jurídico em diversos países. Essa aceitação foi construída ao longo de décadas por conta do grau de dificuldades das provas dos concursos públicos, pela isenção com que o tradutor público realiza seu trabalho, pela altíssima capacidade técnica dos tradutores aprovados, pela confiabilidade do sistema de registro e arquivamento das traduções. Em nome da desburocratização pode estar-se abrindo espaço para insegurança jurídica no cenário internacional.

O ideal para as relações internacionais é um terceiro isento, o Tradutor Público. Não se pode considerar, o retrocesso que seria um agente público fazer traduções oficiais, pois, além do aspecto da enorme burocracia envolvida, as traduções passariam a ter que ser submetidas a algum tipo de validação ou registro adicional, justamente pela falta de confiabilidade que as traduções feitas por **agentes não concursados** acarretarão. A MP 1040, na forma em que está redigida, contribuirá para o aumento da burocracia, afetando diretamente o ambiente de negócios. É certo que, no âmbito das relações internacionais, outros países vão passar a exigir algum tipo de validação extra ou atestado de fidedignidade das traduções, ou seja, mais burocracia.

A modernização do ofício dos Tradutores Públicos e Intérpretes Comerciais é sempre bem-vinda, e justamente por isso deve ser feita com maior cuidado, mediante discussão ampla e cautelosa, para que sejam regulados por meio de um projeto de lei ordinária próprio.



Ressalto que essa posição está fundamenta em substancioso Parecer do eminente Professor Fábio Konder Comparato, que já solicitei seja juntado ao processado da Medida Provisória.

Sala das Sessões, em de julho de 2021.

Senador



**MPV 1040
00322**

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

EMENDA Nº , DE 2021

(ao PLV 15/2021)

Suprima-se o inciso XII do art. 57, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

O dispositivo que ora se procura suprimir revoga a Lei nº 4950-A, de 1966, responsável por regular a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

Com o fim do diploma, não haverá mais um piso salarial para essas categorias, trazendo prejuízos a profissões essenciais ao desenvolvimento do Brasil, cujo salário-mínimo foi um direito conquistado.

Além disso, a revogação da lei pode prejudicar o funcionamento dos conselhos profissionais e afetar a fiscalização do exercício dessas profissões, pois interfere nas cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, impedindo a suspensão do registro por inadimplência e vetando execuções judiciais de multas por violação de ética inferiores a R\$ 2.500.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos pares para a aprovação de nossa sugestão.

Sala das Sessões,

**Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO
MDB-PB**

**MPV 1040
00323**

EMENDA DE PLENÁRIO Nº
(PLV nº de 2021)

Suprima-se o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021

JUSTIFICATIVA

A Lei Federal nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, estabelece o Salário Mínimo da Categoria Profissional dos engenheiros, agrônomos, arquitetos, químicos e médicos veterinários. A remuneração estabelecida faz jus a estes profissionais que atuam em atividades que conferem risco à vida, a saúde, ao patrimônio, ao meio-ambiente, aos bens de valor histórico, paisagístico e cultural.

A manutenção da vigência e eficácia da referida lei, significa valorizar a extensão e a complexidade do ofício dessas profissões, protegendo não só a sociedade, como também os contratantes dos serviços das Engenharias e da Agronomia.

Relevante ainda destacar que a mencionada lei, apesar de ser do ano de 1966, foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, cujo o artigo 7º inciso V deixa claro essa constitucionalidade:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social (...)

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

Em vista disso, não resta dúvida quanto à recepção da Lei nº 4.950-A de 1966 pela Constituição Federal de 1988, e que a percepção mínima salarial conforme delimitada em seu artigo 5º é medida justa quanto à carga de responsabilidade que as categorias mencionadas assumem, bem como pelos riscos sociais e econômicos que as atividades das Engenharias e da Agronomia podem causar.

O Salário Mínimo Profissional tem sua importância em garantir a devida valorização dos profissionais na execução de suas atividades, proporcionando qualidade e segurança dos serviços prestados. Não existe qualidade sem segurança, e não existe segurança sem valorização profissional.

Não é por outra razão, que as profissões aqui já mencionadas são regulamentadas por lei e sofrem o controle estatal, por meio do poder de polícia das profissões regulamentadas (Lei 5.194/1966 c/c artigo 78 do CTN).

Vale destacar que, as atividades da Engenharia e da Agronomia são complexas, exigindo do profissional alta capacidade técnica e conhecimento aprofundado nas



obras e serviços executados. Qualquer falha poderá gerar um dano de natureza individual ou coletiva e de alta lesividade ao patrimônio e a vida das pessoas.

Bem por isso, a remuneração destes profissionais deve ser adequada e condizente com a complexidade e extensão das atribuições, conforme dispõe o artigo 7º da Constituição Federal.

Deste modo, a manutenção do piso mínimo salarial estabelecido na Lei 4950-A/1966, é medida necessária para que os serviços e obras das Engenharias e da Agronomia sejam executados com qualidade, segurança e responsabilidade.



**MPV 1040
00324**

EMENDA DE PLENÁRIO Nº
(PLV nº de 2021)

Suprima-se o art. 37 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021

JUSTIFICATIVA

Os últimos tempos foram marcados por graves acidentes na área da engenharia e da agronomia, em que se verificou a ausência de responsáveis técnicos e de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Entre esses acidentes, pode-se destacar o desabamento do prédio de 04 (quatro) andares em Rio das Pedras, município do Rio de Janeiro, construído de forma irregular, levando a óbito pai e filha moradores do imóvel.

O artigo 37 do PLV 15/2021, aprovado pela Câmara dos Deputados, é um dispositivo evidentemente incoerente, pois, ao mesmo tempo que reconhece e impõe a obrigatoriedade de responsável técnico, o qual deverá responder administrativa, civil e criminalmente em caso de danos e de acidentes decorrentes de eventuais erros de projeto ou de execução, dispensa a exigibilidade de emissão de documento de responsabilidade técnica de conselho profissional.

Importante frisar que os documentos mencionados no inciso I do art. 37, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), são a única forma de comprovação de habilitação técnica e de rastreabilidade do responsável pela execução da atividade.

Assim, sem qualquer documento de fé pública que comprove que determinado profissional de fato tenha executado uma atividade em determinado local, é impossível qualquer tipo de identificação e responsabilização do executor da obra ou serviço, seja na esfera técnica, administrativa, civil ou criminal, como induz o referido artigo.

Desta forma, a dispensa da ART, RRT e TRT em instalações elétricas acaba permitindo que obras ou serviços dessa natureza sejam realizadas por pessoas não qualificadas (leigos) ou por profissionais que dificilmente serão identificados e responsabilizados, nos termos da Lei 5.194/1966 e Resoluções do Confea.

Cabe frisar ainda, que os documentos de responsabilidade técnica emitidos por conselhos de profissões regulamentadas, possuem finalidade técnica, social, política e econômica, sendo instrumentos do Poder de Polícia Administrativa, preventiva e repressiva, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADIN 1717-6 DF.

Conclui-se, portanto que a desobrigatoriedade de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em obras e serviços envolvendo eletricidade, ou seja, em atividade altamente lesiva e com riscos à saúde e vida humana, retira da sociedade e do poder público um valioso instrumento de identificação e responsabilização técnica, civil, administrativa e criminal dos profissionais da Engenharia.



**MPV 1040
00325****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador **DÁRIO BERGER****EMENDA Nº - PLEN**
(ao PLV nº 15, de 2021, oriundo da MPV nº 1.040, de 2021)

Suprima-se o art. 37 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, oriundo da Medida Provisória (MPV) nº 1.040, de 30 de março de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

Os últimos tempos foram marcados por graves acidentes nas áreas da engenharia e da agronomia, nos quais se verificou a ausência de responsáveis técnicos e de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Entre esses acidentes, pode-se destacar o desabamento do prédio de 04 (quatro) andares em Rio das Pedras, município do Rio de Janeiro, construído de forma irregular, levando a óbito pai e filha moradores do imóvel.

O artigo 37 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, aprovado pela Câmara dos Deputados, é um dispositivo evidentemente incoerente, pois, ao mesmo tempo que reconhece e impõe a obrigatoriedade de responsável técnico, o qual deverá responder administrativa, civil e criminalmente em caso de danos e de acidentes decorrentes de eventuais erros de projeto ou de execução, dispensa a exigibilidade de emissão de documento de responsabilidade técnica de conselho profissional.

Importante frisar que os documentos mencionados no inciso I do art. 37, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), são as únicas formas de comprovação de habilitação técnica e de rastreabilidade do responsável pela execução da atividade.

Assim, sem qualquer documento de fé pública que comprove que determinado profissional de fato tenha executado uma atividade em determinado local, é impossível qualquer tipo de identificação e responsabilização do executor da obra ou serviço, seja na esfera técnica, administrativa, civil ou criminal, como induz o referido artigo.



Desta forma, a dispensa da ART, RRT e TRT em instalações elétricas acaba permitindo que obras ou serviços dessa natureza sejam realizadas por pessoas não qualificadas (leigos) ou por profissionais que dificilmente serão identificados e responsabilizados, nos termos da Lei 5.194/1966 e Resoluções do Confea.

Cabe frisar, ainda, que os documentos de responsabilidade técnica emitidos por conselhos de profissões regulamentadas, possuem finalidade técnica, social, política e econômica, sendo instrumentos do Poder de Polícia Administrativa, preventiva e repressiva, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADIN 1717-6/DF.

Conclui-se, portanto que a dispensa de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em obras e serviços envolvendo eletricidade, ou seja, em atividade altamente lesiva e com riscos à saúde e vida humana, retira da sociedade e do poder público um valioso instrumento de identificação e responsabilização técnica, civil, administrativa e criminal dos profissionais da Engenharia.

Roga-se pelo acolhimento da emenda ora apresentada.

Sala das Sessões,

Senador Dário Berger





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 15, de 2021, decorrente da MPV nº 1040, de 2021)

Dê-se ao art. 984 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, nos termos do art. 43 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, a seguinte redação, suprimindo-se os arts. 38, 39, 40, 42 e alíneas *b*, *c*, *d* e *e* do inciso XXX do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021:

“**Art. 43.** O art. 984 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 984 A sociedade simples, observadas as leis especiais, ou a que tenha por objeto o exercício de atividade própria de empresário rural e seja constituída ou transformada, de acordo com um dos tipos de sociedade empresária, pode, com as formalidades do art. 968, requerer a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da sua sede, caso em que, depois de inscrita, ficará equiparada, para todos os efeitos à sociedade empresária. (NR).”

JUSTIFICAÇÃO

Preliminarmente, cumpre destacar que as alterações propostas nesta Emenda são correlatas, haja vista que a modificação de um dispositivo envolve necessariamente a obrigatoriedade de se alterarem outros.

O PLV nº 15, de 2021, em sua redação atual, pretende extinguir a forma societária “sociedade simples”, hoje regulada nos arts. 997 e seguintes do Código Civil, proibir a constituição de novas sociedades simples e criar um regime transitório para as já existentes, findo o qual as mesmas terão que migrar para o Registro de Empresas Mercantis, a cargo das Juntas Comerciais. Além disso, o PLV atribui a todas as sociedades a natureza jurídica de empresária. O efeito direto dessas mudanças é profundo: além da proibição da constituição de novas sociedades simples e, pois, da



preservação da escolha dos particulares, todas as sociedades exercentes de atividade intelectual (de natureza artística, literária ou científica), bem como as que exploram atividade rural, estarão sujeitas aos severos ônus do regime jurídico empresarial – com a imposição a eles de todas as obrigações comuns a empresários e a sujeição a falência.

De mais a mais, muitos profissionais liberais, que são responsáveis por expressiva parcela da atividade econômica no setor de serviços e hoje desfrutam de regimes tributários favorecidos poderão sofrer desenquadramento (o que a lei ordinária federal não poderá impedir que ocorra frente a legislação municipal de regência do ISS, por exemplo). E tudo isso em um momento tão sensível de retomada das atividades, em que a atividade deve ser incentivada, e não onerada, para além daquilo que hoje já e tende ainda a aumentar no contexto da Reforma Tributária em discussão no Congresso Nacional.

A mudança traz também insegurança jurídica mesmo para sociedades regidas por lei especial, à primeira vista não alcançadas pela mudança. Ocorre que a norma especial não traz regulação completa. As sociedades de advogados, por exemplo, regem-se subsidiariamente pelas regras da sociedade simples. Extinta esta, as sociedades de advogados estarão no limbo, excluídas do regime geral, à falta de tipo societário próprio, e impossibilitadas de se enquadrarem na tipologia das sociedades empresárias. A insegurança jurídica se reverterá em significativos ônus para toda a sociedade, com litígios prolongados e imprevisíveis, congestionando o Judiciário e também por esse mecanismo piorando, direta e indiretamente, o ambiente de negócios que o PLV pretendia melhorar.

As mudanças propostas no PLV nº 15, de 2021, neste particular, são drásticas e devem ser melhor sopesadas e discutidas com a sociedade, inclusive porque nem sequer constavam do texto da MP nº 1.040, de 2021. Não deveriam ser cogentes.

Por isso, alternativamente à imposição proposta no PLV nº 15, de 2021 e de modo a preservar a liberdade de escolha dos indivíduos, propõe-se simplesmente a atribuição de nova redação ao art. 984 do Código Civil, de tal modo que, tal como hoje já se dá com os exercentes de atividade rural, também os exercentes de atividade intelectual possam, se assim desejarem, optar pela inscrição perante o Registro Público de Empresas Mercantis e, com isso, por decisão sua, se sujeitarem ao regime empresarial. Livremente. E sem imposições.

É, sem dúvida, uma forma adequada de ampliar as escolhas aos particulares, e não os restringir. Preserva-se, outrossim, os regimes próprios de certas atividades de profissão regulamentada, sem rupturas de regulação.



Por essas razões, contamos com o apoio dos nossos Pares a esta importante emenda.

Sala das Sessões,

Senador JORGE KAJURU



**MPV 1040
00327****SENADO FEDERAL**
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke**EMENDA Nº - PLEN**
(ao PLV nº 15, de 2021)**EMENDA**

Suprima-se do art. 5º do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, oriundo da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, os §§ 3º e 4º introduzidos no art. 138, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

JUSTIFICAÇÃO

A prática de governança de apontar pessoas diferentes para as posições de presidente do conselho de administração (*Chairman*) e de principal executivo (CEO) é adotada pela maioria das companhias abertas brasileiras.

O primeiro regulamento a exigir essa segregação de funções foi a Lei *Sarbanes-Oxley*, nos EUA, e, no Brasil, os segmentos especiais de listagem da então BMFBovespa, hoje B3. Ao longo desses mais de 10 anos de experiência, a separação das funções vem se mostrando, de modo geral, benéfica para as companhias, seus acionistas e demais *stakeholders*.

Contudo, há diversas situações em que concentrar o poder decisório é benéfico para a companhia e seus acionistas.

Um claro exemplo são as empresas em processo de reestruturação ou com risco de solvência. Nessas situações as decisões de negócio têm que ser rápidas e assertivas para que tenham êxito. Portanto, há grande vantagem na concentração das duas funções no mesmo executivo. A agilidade necessária na tomada de decisão simplesmente é incompatível com decisões colegiadas.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Companhias que necessitam de apoio do mercado de capitais para financiar sua recuperação também costumam acumular no principal executivo a função de principal interlocutor com os investidores (R.I.).

Outro exemplo são as *startups*, empresas em ritmo acelerado de crescimento que precisam de agilidade na tomada de decisões para aproveitar as oportunidades.

No outro extremo, nas empresas consolidadas com boa geração de caixa, a segregação de funções também está longe de ser unanimidade: das 20 maiores companhias do mundo por valor de mercado, sete acumulam as duas funções na mesma pessoa. Das 50 maiores companhias do mundo por receita (segundo a lista Forbes 500), 18 optam por essa acumulação.

A regra, de fato, já existe: as companhias podem determinar a não acumulação de cargos em seus documentos constitutivos ou aderindo aos segmentos especiais de governança da Bolsa que exigem essa segregação.

Resta claro que a vedação absoluta gera claros efeitos negativos. Ela impede que prosperem os modelos de negócios que, por suas particularidades, se beneficiam da concentração das funções. As vantagens que se obteria dessa concentração são perdidas por toda a sociedade, não apenas pelos acionistas: a empresa cresce menos, produz menos para os consumidores, gera menos empregos, gera menos tributos, do que poderia se alcançasse todo seu potencial.

Na prática, o que tal proibição provocará é uma maior fuga de companhias do mercado brasileiro, para abrir o capital em jurisdições que permitam maior flexibilidade. Isso já se verifica atualmente, como se pode perceber dos casos recentes de empresas brasileiras que optaram por abrir seu capital na Bolsa de Nova York. Um exemplo claro é a XP Investimentos, que tem Guilherme Benchimol como CEO desde 2001; em 2019, quando a empresa abriu seu capital – em Nova York – a estrutura de





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

administração que melhor se adequou a seu modelo de negócios foi a de apontá-lo também como Presidente do Conselho, posição que ainda ocupa.

Outros países também percebem essa consequência. O Reino Unido, por exemplo, tem endurecido suas regras de governança corporativa – leia-se, tornando obrigatórias para todos as preferências que fazem sentido apenas para alguns. O resultado deveria ser previsível: como informa a matéria do Financial Times, *“Quem se importa com o presidente do conselho independente?”* (no original, *“Who cares about independent chairs?”*), de Tom Braithwaite, *as startups britânicas de valor superior a US\$ 1 bilhão “ameaçam ir para Nova York, onde os padrões são menos rígidos”*.

Por óbvio, a proibição aumenta expressivamente os custos da companhia. Tanto assim que a medida provisória, atenta à dificuldade que empresas de menor capacidade econômica teriam de cumpri-la, tratou de assegurar exceção a companhias que tenham menor receita. Isso revela a tensão entre se querer atender a um item do questionário do *Doing Business* e se ter a prudência de não prejudicar o crescimento de companhias que não tenham dinheiro ou tamanho suficiente para separar as funções.

No entanto, o critério de pontuação do Banco Mundial neste quesito é binário: só se ganha o ponto se for proibido acumular as funções. Se houver exceção, ou seja, se parte das companhias estiver isenta dessa regra, o ponto não será concedido. Nesse sentido, há alguns exemplos de pontos que não são dados ao Brasil porque a respectiva regra não é absoluta. Ou seja: adotar a regra só traria ônus, sem nem mesmo o benefício esperado.

A organização empresarial privada seria engessada e o país não teria uma avaliação melhor no *ranking Doing Business*. O ambiente de negócios, propriamente dito, se tornaria mais hostil ao crescimento econômico neste ponto, e por isso os dispositivos devem ser suprimidos do texto.





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Por essas razões, conto com o apoio dos nossos Pares a esta importante emenda.

Senado Federal, 14 de julho de 2021.

Senadora **SORAYA THRONICKE**
PSL/MS



**MPV 1040
00328****SENADO FEDERAL**
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke**EMENDA Nº - PLEN**
(ao PLV nº 15, de 2021)**EMENDA**

O § 2º, do art. 140, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterado pelo art. 5º do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, oriundo da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º.

.....

Art. 140.

.....

§ 2º Na composição do conselho de administração das companhias abertas é obrigatória a participação de no mínimo 1 (um) conselheiro independente nos termos e prazos definidos pelos documentos constitutivos da companhia.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A presença de conselheiros independentes já é observada pela maior parte das companhias abertas brasileiras. Contudo, para que o país pontue no ranking do Banco Mundial, é necessário que exista previsão legal nesse sentido. Assim, entendemos mais assertivo determinar a exigência na própria legislação que se torna bastante e suficiente.

É fundamental ter claro que a redação originalmente proposta traz risco à obtenção da pontuação que se quer obter no ranking do Doing Business já que, além da Lei, será necessário verificar se a obrigatoriedade





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

consta da regulação infralegal para assegurar que a determinação está sendo efetivamente cumprida. Tampouco poderia a CVM modular as características exigidas para garantia da condição de independência uma vez que companhias listadas no Novo Mercado da B3 já seguem uma determinada caracterização de da qualidade de independência.

Destaca-se, ainda, que o item do questionário do Banco Mundial é binário: a pergunta é simplesmente se a lei exige, ou não, a presença de conselheiros independentes. Assim, propõe-se que a lei deixe clara a exigência, garantida através de intervenção mínima nos negócios privados.

Por essas razões, conto com o apoio dos nossos Pares a esta importante emenda.

Senado Federal, 14 de julho de 2021.

Senadora **SORAYA THRONICKE**
PSL/MS



**MPV 1040
00329**

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 15, de 2021)

EMENDA

O art. 5º do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, oriundo da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º.

.....

Art. 16.

.....

IV – atribuição de voto plural a uma ou mais classes de ações, observadas as condições dispostas no art. 110-A.

.....

Art. 110-A. É admitida a criação de uma ou mais classes de ações ordinárias com atribuição de voto plural.

§ 1º A criação de classe de ações ordinárias com atribuição do voto plural depende do voto favorável de acionistas que representem:

I – metade, no mínimo, do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto; e

II – metade, no mínimo, das ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito, se emitidas, reunidas em assembleia especial convocada e instalada com as formalidades desta Lei.

§ 2º O estatuto social poderá exigir quórum maior para as deliberações de que trata o §1º.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

§ 3º Nas deliberações de que trata o § 1º deste artigo, será assegurado aos acionistas dissidentes o direito de se retirarem da companhia mediante reembolso do valor de suas ações nos termos do art. 45, salvo se a criação da classe de ações ordinárias com atribuição de voto plural já estiver prevista ou autorizada pelo estatuto.

§ 4º É facultado aos acionistas estipularem no estatuto social o fim de vigência do voto plural condicionado a termo ou condição.

§ 5º Nas hipóteses em que o voto plural tiver prazo de duração máxima, sua prorrogação por período igual ou inferior depende de aprovação nos termos do §1º deste artigo, excluídos das votações os titulares de ações da classe cujo voto plural se pretende prorrogar.

§ 6º O estatuto poderá estabelecer e regular as hipóteses em que as ações com voto plural serão automaticamente convertidas em ações sem voto plural na hipótese de transferência a terceiros.

§ 7º Quando a Lei expressamente indicar quóruns com base em percentual de ações ou do capital social, sem menção ao número de votos conferidos pelas ações, o cálculo respectivo deverá desconsiderar a pluralidade de voto.

§ 8º O estatuto social deverá estabelecer, além do número de ações de cada classe de ações ordinárias com direito a voto:

I – o número de votos atribuído por ação de cada classe de ações ordinárias com direito a voto;

II – se aplicável, o prazo de duração do voto plural, bem como eventual quórum qualificado para deliberar sobre prorrogações, nos termos do §2º; e

III – se aplicável, outras hipóteses de fim de vigência do voto plural condicionadas a termo ou condição, conforme autorizado pelo §4º.

”





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

JUSTIFICAÇÃO

O PLV nº 15, de 2021 trouxe a possibilidade de adoção de voto plural nas sociedades por ações, em louvável tentativa de tornar mais flexível o ambiente de negócios brasileiro e ajudar a evitar a fuga de companhias para abrirem o capital em mercados de legislação menos burocrática. Porém, o faz de maneira inadequada, com limites e proibições diversas que esvaziam significativamente a utilidade desta importante ferramenta e mantêm, em última análise, o cenário de legislação amarrada convidativo a que empresas saiam do País em busca de novos investidores.

É preciso reforçar a atratividade do mercado brasileiro para escolha das companhias como local para abertura de seu capital, sem as limitações que o relatório propôs ao Senado Federal. Limitações devem decorrer da decisão dos interessados em cada caso específico, ou estipuladas de maneira padronizada em regulamentos privados como segmentos de listagem em bolsas de valores. Diferentes padrões para diferentes perfis de companhias, e flexibilidade para que a criatividade e a inovação privadas façam evoluir as infinitas possibilidades de critérios e condições para organizar o funcionamento das companhias.

A lei já atribui à assembleia, ou seja, à coletividade dos acionistas, a autonomia para definir a estrutura de governança das companhias. Na mesma linha, deve, portanto, deixar para os acionistas decidirem também sobre as características do voto plural que desejarem criar.

Trata-se de medida que independe de orientação política, em nome da desburocratização e melhoria verdadeira do ambiente de negócios do país.

De maneira específica, o número de votos a que corresponde a ação com voto plural deverá ser definido no estatuto da companhia, mediante sua aprovação em assembleia de acionistas, ao invés do limite arbitrário de dez votos.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Tampouco a lei deve trazer regras de extinção do voto plural. Caso administradores e acionistas queiram manter a estrutura de capital da companhia com o voto plural não há por que a lei intervir nessa relação estritamente privada. Caso a transferência de controle deva determinar modificação no número de votos, assim disporão os estatutos e eventuais segmentos de listagem em bolsa; o mesmo vale para limites temporais. Assim, o número de votos por ação, eventual prazo de vigência e as regras de extinção do voto plural devem respeitar o desejo dos acionistas manifestado em assembleia geral.

Também fundamental mudança é estender a possibilidade de adoção desta ferramenta de organização de negócios por companhias que hoje já tenham suas ações negociadas em bolsa, proibida pelo inciso II do *caput*, e no § 11 do art. 110-A no PLV. O voto plural em determinados casos é a forma mais simples para empreendedores captarem recursos de financiamento sem abrir mão do controle da empresa, e da mesma forma que a lei reconhece o valor deste instrumento para poder ser empregado em companhias que irão abrir seu capital, deve reconhecer que pode gerar valor para aquelas que já o fizeram. Preocupações legítimas com a mudança do regime da companhia são resolvidas com o direito de saída dos investidores que não concordarem com a mudança, conforme previsto na redação do § 3º do texto desta emenda, em norma já constante do § 2º no PLV. Da mesma forma, não deve haver proibição à eventual mudança nas características do voto plural durante toda a vida da companhia (§ 5º no PLV); a sistemática da lei societária já tem os mecanismos para coibir abusos e assegurar compensações em qualquer alteração relevante da companhia.

Não há benefício que possa decorrer da punitiva proibição dessa faculdade às maiores companhias do Brasil – que representam cerca de 25% do PIB e geram mais de 20 milhões de vagas de emprego diretos e indiretos. Pelo contrário, o efeito provável da imposição será um incentivo ao fechamento de capital de companhias listadas, com uma decorrente retração do mercado de capitais no Brasil, ou a criação de mecanismos para compensar a desvantagem artificialmente criada em favor de novas empresas





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

ou daquelas de capital fechado. Como exemplo, empresas hoje de capital aberto poderão preferir migrar para uma estrutura de capital fechado com alguns poucos fundos de investimento fazendo a ponte com investidores dispersos, ao invés de estarem diretamente na bolsa em benefício de transparência, liquidez e eficiência econômica superiores.

Sugere-se também a supressão das normas constantes dos §§ 4º e 10 do art. 110-A como estão no PLV. São previsões vazias ao preverem deveres já existentes, de dar transparência de informações que devem ser prestadas pelas companhias pelos canais há décadas constituídos para sua comunicação com o mercado.

Como já dito acima, o § 11 no PLV é apenas reflexo da vedação de adoção do voto plural por companhias já listadas em bolsa, devendo ser suprimido pelas razões já expostas.

O § 12, I, no PLV, também traz apenas restrições inadequadas para estarem previstas em lei, restringindo a uma matéria de importância fulcral para a empresa que é a remuneração de administradores. Ainda mais grave é o inciso II, que faz remissão a uma competência que a redação original da Medida Provisória continha, no art. 122, inciso X, alínea “b” – transações com partes relacionadas “relevantes”, nos termos de regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários. Ocorre que o PLV acertadamente retirou a competência da CVM para regulamentar tais transações, porém a remissão no § 12, II, permaneceu. A manutenção deste a restrição resultaria em insegurança jurídica, frente à falta de sistematicidade em que transações com partes relacionadas só teriam que ser regulamentadas pela CVM para companhias com voto plural. Valem aqui as mesmas ponderações que levaram à retirada dessa competência no artigo 122. Por isso, a norma do § 12 deve ser suprimida.

Por fim, o § 13 no PLV (renumerado para § 8º acima) deve ser adaptado para (i) deixar de fazer referência ao limite de votos (inciso I); (ii) tratar do prazo de duração do voto plural como possibilidade; (iii) fazer





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

referência a hipóteses de fim de vigência do voto plural como possibilidade; e (iv) adaptar as referências cruzadas a parágrafos renumerados.

Um projeto de voto plural que incentive o empreendedor a abrir capital no Brasil, com ampla participação de colaboradores e *stakeholders*, é uma bandeira de democratização do capital.

Por essas razões, conto com o apoio dos nossos Pares a esta importante emenda.

Senado Federal, 14 de julho de 2021.

Senadora **SORAYA THRONICKE**
PSL/MS





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

**MPV 1040
00330****EMENDA Nº - PLEN**
(ao PLV nº 15, de 2021)**EMENDA**

Art. 1º Acresça-se ao art. 14 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, proveniente da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, o inciso VI:

“Art. 14.

.....

VI – conferir aos credores de títulos executivos judiciais ou extrajudiciais a possibilidade de verificação prévia, no âmbito pré-processual ou processual, acerca da existência de bens em nome do devedor capazes de garantir a satisfação do crédito a ser perseguido em ação de execução ou em cumprimento de sentença.

.....”

Art. 2º O inciso V, do art. 15, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, proveniente da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 15.

.....

V – ampla interoperabilidade e integração com os sistemas utilizados pelo Poder Judiciário e pelos tabelionatos de protesto, de forma a subsidiar a tomada de decisão e racionalizar e permitir o cumprimento eficaz de ordens judiciais relacionadas à recuperação de ativos, além de facilitar a identificação prévia da existência de bens em nome do devedor que sejam hábeis a satisfazer o crédito a ser perseguido em demanda executiva.”





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

JUSTIFICAÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça vem constatando há anos (*Justiça em Números*) que a principal causa da crise em que encontra mergulhada a prestação da tutela jurisdicional estatal reside no elevado número de demandas executivas em curso [aproximadamente 54% de todo o acervo de processos (78.000.000 – setenta e oito milhões)] denominando o problema de “gargalo do Poder Judiciário”.

Como se não bastasse, a taxa de congestionamento das execuções em curso é estarrecedora, representando aproximadamente 86% das demandas em tramitação, ou seja, para cada 100 processos, apenas 14 encontram um resultado final satisfativo, sendo a dificuldade de localização de bens do devedor um entrave gravíssimo, ao que se soma a inexistência de mecanismos que viabilizem ao titular de título executivo (judicial ou extrajudicial) verificar previamente, antes do ajuizamento da ação ou do cumprimento da sentença condenatória em soma, a existência de bens em nome do devedor suscetíveis de satisfazer o crédito a ser perseguido.

Disponibilizar ao credor mecanismos no âmbito pré-processual ou antecedente ao cumprimento de sentença condenatória de quantia aptos possibilitar a verificação acerca da existência de bens em nome do devedor capaz de garantir a satisfação do crédito representado por título líquido, certo e exigível, significa um forte balizador e servirá de norte para o acesso mais seguro ao Estado-juiz no que concerne a obtenção de êxito.

O resultado positivo desta medida, em sendo implementada, é facilmente previsível, qual seja, o credor, salvo exceções, somente dará início ao ajuizamento de uma ação de execução ou entrará em fase de cumprimento de sentença se estiver seguro da prévia existência de bens que possam ser adjudicados ou alienados para satisfazer o seu crédito, caso não verificado o pagamento espontâneo em tempo e modo oportunos.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Tal providência também impactará na redução do ajuizamento de ações de conhecimento de natureza ressarcitória *lato sensu*, na exata medida em que a máquina da administração da justiça será acionada pelo pretenso titular de um crédito a vir a ser representado por sentença condenatória de soma quando o autor já tiver previamente se certificado da existência de bens em nome do réu que possam garantir futura execução ou a prática de medidas constitutivas assecurativas.

Ademais, a ampla interoperabilidade e integração dos sistemas podem perfectibilizar-se em sintonia com o Poder Judiciário e com os tabelionatos de protestos, delegatários (CF, art. 236) detentores de conhecimento específico sobre títulos de crédito, afeitos a esse mister e que muito podem contribuir para auxiliar o Estado-juiz oferecendo seus serviços para a localização prévia de bens do devedor.

Diante do exposto, sobretudo em razão do momento vivido, apresento esta emenda ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

Senado Federal, 05 de julho de 2021.

Senadora **SORAYA THRONICKE**
PSL - MS





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

**MPV 1040
00331****EMENDA Nº - PLEN**
(ao PLV nº 15, de 2021)**EMENDA**

Acrescente-se ao art. 44 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, proveniente da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, as seguintes alterações à Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil:

“Art. 44.

.....

Art. 174-A. Os tribunais poderão integrar seus sistemas de automação da justiça com os de autocomposição do consumidor.gov.br, além de outros entes públicos e privados integrantes da Política Judiciária Nacional de tratamento de conflitos do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Art. 174-B. A integração permitirá a inclusão, na página de distribuição eletrônica de processos dos tribunais, de um campo para indicação do número de protocolo de reclamação ou tentativa de autocomposição prévia realizado pelo autor junto aos entes referidos no art. 174-A.

Art. 174-C. Caso inexista número de protocolo, o processo verse sobre direito patrimonial disponível e pelo menos um réu esteja cadastrado em um dos sistemas, a distribuição eletrônica do processo gerará de forma automática uma reclamação ao consumidor.gov.br ou, eventualmente, a outro sistema mencionados no art. 174-A.

§ 1º O sistema de autocomposição gerará automática resposta ao órgão judicial, sobre a instauração e andamento do procedimento tendente à conciliação.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

§ 2º Enquanto não noticiado ao órgão judicial o desfecho do procedimento instaurado na forma do art. 174-C, não será expedido mandado de citação, observado o prazo máximo de trinta dias e ressalvada a possibilidade de intimação sobre a concessão de tutelas de urgência ou evidência.

§ 3º O recebimento da reclamação e eventual resposta pelo réu através do sistema de autocomposição não caracterizará ciência para fins de citação, intimação de decisões interlocutórias ou início de contagem de qualquer prazo processual.

Art. 174-D. Noticiada a transação pelo sistema integrado, mas não trazida aos autos, o processo será extinto sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VI, ficando o autor dispensado do pagamento de custas remanescentes e honorários advocatícios, caso ocorra transação pelo sistema de autocomposição antes da citação.

§ 1º A transação trazida aos autos por qualquer das partes será homologada e o processo será extinto na forma do art. 487, III.

§ 2º Se não houver notícia de transação, o processo prosseguirá normalmente, dispensada a realização da audiência de que trata o art. 334.

Art. 174-E. Quando da quantificação de indenização por dano moral, o juiz deverá levar em conta, além dos precedentes relativos à matéria, o comportamento das partes em relação à prévia tentativa de autocomposição.

”

JUSTIFICAÇÃO

Um sistema judiciário condizente com as demandas da sociedade da informação do século XXI, que reclama, ao mesmo tempo, transparência, cidadania, conectividade, rapidez e acessibilidade, depende de estratégias criativas baseadas no uso intensivo de tecnologia no processo judicial.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Por seu custo baixo, transparência e efetividade, reformas baseadas na integração de sistemas de tecnologia e uso de dados são mais propensas a cumprir com os objetivos de conjugar cidadania e racionalidade na prestação jurisdicional do que reformas tradicionais, baseadas em alterações legislativas inertes e conceitos processuais abstratos.

Como forma de incentivar as partes à autocomposição sem prejudicar as garantias constitucionais de acesso à justiça, a solução aqui proposta está baseada na integração dos sistemas de automação da justiça com os sistemas de autocomposição existentes no governo (consumidor.gov.br) e na sociedade. A ideia é utilizar potencial tecnológico já instalado no judiciário sem modificar ou interferir em institutos processuais consolidados na doutrina. São mudanças simples, porém com elevado potencial transformador.

A solução propõe a utilização dos dados das ações judiciais que tratem de direitos patrimoniais disponíveis para movimentar plataformas de autocomposição. Com a distribuição do processo eletrônico com certas características (direito patrimonial disponível, direito do consumidor, cadastro prévio do réu no sistema de autocomposição), os sistemas de automação da justiça gerariam reclamação perante os sistemas de autocomposição (como, por exemplo, o consumidor.gov.br).

Através desse convite automático ao acordo amigável (referido como *nudge* na literatura econômica e jurídica especializada), o sistema incentivaria as partes a convergirem em uma solução alternativa antes da formação da relação processual. Caso o autor já tenha tentado a autocomposição através de sistema eletrônico, basta incluir o número do protocolo na página de distribuição eletrônica para que o sistema de automação da justiça não dispare uma nova declamação.

Essa solução foi originalmente formulada em estudo encomendado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ à Associação Brasileira de Jurimetria – ABJ em 2017.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

A solução também está alinhada com os propósitos do CNJ e do Poder Judiciário, em especial a Resolução nº 125 do CNJ. Afirma a Resolução, ao instituir a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses (para assegurar a todos o direito à solução dos conflitos por meios adequados à sua natureza e peculiaridade), que:

“cabe ao Judiciário estabelecer política pública de tratamento adequado dos problemas jurídicos e dos conflitos de interesses, que ocorrem em larga e crescente escala na sociedade, de forma a organizar, em âmbito nacional, não somente os serviços prestados nos processos judiciais, como também os que possam sê-lo mediante outros mecanismos de solução de conflitos, em especial dos consensuais, como a mediação e a conciliação”.

Os sistemas de autocomposição apresentam elevada assertividade na promoção de transações em um prazo reduzido. O consumidor.gov.br, por exemplo, promove acordos em 78.25% das reclamações (segundo dados do próprio site), com um tempo médio de resposta de menos de 7 dias; resultado excelente quando comparado ao Poder Judiciário, que concilia em ações de conhecimento na 1ª instância em torno de 17% (Relatório Justiça em Números 2019 do CNJ, p. 142).

Como os sistemas são automatizados, seu funcionamento é virtual e sua implantação independe da contratação de contingente pessoal especializado fixo e da utilização de espaço físico, a integração pode ser implementada em nível nacional com o apoio do CNJ, a um custo extremamente reduzido e em curtíssimo prazo curto.

Além disso, mantido um desempenho próximo ao observado na provocação espontânea pelos seus usuários, os sistemas de autocomposição poderiam absorver e resolver parte substancial das demandas da justiça.

Em um exercício simples de cálculo, ainda que o nível de assertividade em acordos caia pela metade (considerando a menor propensão à autocomposição de quem entra direto na justiça), a integração do judiciário





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

com o sistema consumidor.gov.br no modelo proposto, por exemplo, poderia resolver extrajudicialmente mais de 700 mil ações por ano, sem custos adicionais e com significativa redução da carga de trabalho dos juízes e servidores.

Para que a integração de sistemas não prejudique o exercício do direito de ação pelos autores, o funcionamento do sistema não foi concebido como uma condição da ação, nem implica na suspensão do processo. Sua movimentação, inclusive, é automatizada e, portanto, independe de decisão judicial, estando o autor desobrigado de responder ou interagir com o réu fora do processo.

Da mesma forma, para garantir o direito à ampla defesa do réu, o recebimento da reclamação e a resposta por via eletrônica não caracteriza citação ou intimação para qualquer fim, em especial para fixação de termo inicial para contagem de prazos processuais.

Para incentivar a autocomposição extraprocessual, a proposta traz, ainda, a criação de incentivos para os dois polos processuais.

Primeiro, a autocomposição antes da citação equivale a uma desistência do processo, porém o autor não será responsabilizado por honorários ou custas processuais.

Segundo, a proposta estabelece que o prévio cadastro do réu no sistema de autocomposição, que não é obrigatório, e a apresentação de resposta, além de outras condutas tendentes a auxiliar a composição, deverão ser considerados pelo juiz em benefício do réu no caso de condenação por danos morais.

Terceiro, os autores são incentivados a utilizar as vias eletrônicas de autocomposição por meio da apresentação de número de protocolo no ato da distribuição, o que também deverá ser tomado em consideração pelo juiz no momento de fixação de condenação em eventual dano moral.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Diante do exposto, sobretudo em razão do momento vivido, apresento esta emenda ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

Senado Federal, 14 de julho de 2021.

Senadora **SORAYA THRONICKE**
PSL/MS





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

**MPV 1040
00332****EMENDA Nº - PLEN**
(ao PLV nº 15, de 2021)**EMENDA**

Acrescente-se ao art. 54 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, proveniente da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, a seguinte alteração ao § 1º do artigo 38 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971:

“Art. 54

.....

Art.38.....

§ 1º As assembleias gerais serão convocadas com antecedência mínima de dez dias, em primeira convocação, mediante edital publicado em jornal de circulação local ou sítio eletrônico, nos termos do regulamento do órgão competente do Poder Executivo federal. Não havendo no horário estabelecido, quórum de instalação, as assembleias poderão ser realizadas em segunda ou terceira convocações desde que assim permitam os estatutos e conste do respectivo edital, quando então será observado o intervalo mínimo de uma hora entre a realização por uma ou outra convocações.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda permite a convocação das assembleias gerais das cooperativas de forma digital, modernizando o processo, diminuindo os custos e dando maior transparência ao processo no atual contexto tecnológico em que a internet consegue dar maior visibilidade a essas convocações.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Atualmente, a legislação exige que o edital de convocação das assembleias gerais seja afixado em locais internos da sede onde os cooperados frequentam, publicado em jornal de circulação regular onde está sediada a cooperativa, com cópia encaminhada a cada um, através de circular, conforme disposto no § 1º, do art. 38, da Lei nº 5.764/1971. Além disso, a Lei nº 12.690/2012 dispõe sobre o envio de edital de convocação por via postal, bem como exige a notificação pessoal dos associados para participação nas assembleias gerais.

Hoje o país conta com 5,3 mil cooperativas que reúnem cerca de 15,5 milhões de sócios. Trazer as cooperativas para a modernidade por meio da desburocratização também é papel do Congresso Nacional e está em acordo com os objetivos desta Medida Provisória, ainda mais neste momento de pandemia, em que precisamos diminuir o custo dos negócios. Quanto mais oneroso o processo para as cooperativas, mais oneroso é para seus sócios, visto que as cooperativas não possuem fins lucrativos. Nesse sentido, em uma cooperativa, todos os associados são solidariamente responsáveis pelos custos de manutenção da atividade por ela desempenhada e os resultados e as perdas são divididos entre todos.

O ano de 2020 foi marcado por muitos desafios. O momento exigiu criatividade e inovação por parte das cooperativas que, guiadas pelo princípio de interesse pela comunidade, protagonizaram ações coletivas para manutenção de renda, empregos e auxílio às pessoas mais vulneráveis. Mesmo frente a tantas adversidades, o cooperativismo reforçou sua importância para a economia brasileira.

Atualmente, as cooperativas já estão permitidas a realizar as assembleias de forma virtual. Entretanto, convocação das assembleias de forma digital ainda não é permitida, o que é um descompasso com a atual legislação cooperativista e com os avanços tecnológicos.

No papel constitucional de desenvolver o cooperativismo e dar condições para que este modelo de negócios se torne mais competitivo, que





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

suas publicações alcancem o maior número de associados, por meio da desburocratização e modernização de seus atos societários, apresentamos esta emenda ao PLV 15/2021, proveniente da Medida Provisória 1040/2021, e solicitamos o apoio dos nobres pares para juntos gerarmos significativos avanços para o setor e consequentemente para o país.

Senado Federal, 14 de julho de 2021.

Senadora **SORAYA THRONICKE**
PSL/MS





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

**MPV 1040
00333****EMENDA Nº - PLEN**
(ao PLV nº 15, de 2021)**EMENDA**

Acrescente-se ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, proveniente da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, a seguinte alteração, onde couber:

“Art. A Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 12. A notificação dos sócios para participação das assembleias ocorrerá com antecedência mínima de dez dias de sua realização, mediante edital publicado em jornal de circulação local ou sítio eletrônico, nos termos do regulamento do órgão competente do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Na impossibilidade de notificação por edital, a notificação dos sócios será pessoal ou por via postal, respeitada a antecedência prevista no caput deste artigo.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda permite a convocação das assembleias gerais das cooperativas de forma digital, modernizando o processo, diminuindo os custos e dando maior transparência ao processo no atual contexto tecnológico em que a internet consegue dar maior visibilidade a essas convocações.

Atualmente, a legislação exige que o edital de convocação das assembleias gerais seja afixado em locais internos da sede onde os cooperados frequentam, publicado em jornal de circulação regular onde está sediada a cooperativa, com cópia encaminhada a cada um, através de circular, conforme disposto no § 1º, do art. 38, da Lei nº 5.764/1971. Além disso, a Lei nº 12.690/2012 dispõe sobre o envio de edital de convocação por via postal, bem como exige a notificação pessoal dos associados para participação nas assembleias gerais.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Hoje o país conta com 5,3 mil cooperativas que reúnem cerca de 15,5 milhões de sócios. Trazer as cooperativas para a modernidade por meio da desburocratização também é papel do Congresso Nacional e está em acordo com os objetivos desta Medida Provisória, ainda mais neste momento de pandemia, em que precisamos diminuir o custo dos negócios. Quanto mais oneroso o processo para as cooperativas, mais oneroso é para seus sócios, visto que as cooperativas não possuem fins lucrativos. Nesse sentido, em uma cooperativa, todos os associados são solidariamente responsáveis pelos custos de manutenção da atividade por ela desempenhada e os resultados e as perdas são divididos entre todos.

O ano de 2020 foi marcado por muitos desafios. O momento exigiu criatividade e inovação por parte das cooperativas que, guiadas pelo princípio de interesse pela comunidade, protagonizaram ações coletivas para manutenção de renda, empregos e auxílio às pessoas mais vulneráveis. Mesmo frente a tantas adversidades, o cooperativismo reforçou sua importância para a economia brasileira.

Atualmente, as cooperativas já estão permitidas a realizar as assembleias de forma virtual. Entretanto, convocação das assembleias de forma digital ainda não é permitida, o que é um descompasso com a atual legislação cooperativista e com os avanços tecnológicos.

No papel constitucional de desenvolver o cooperativismo e dar condições para que este modelo de negócios se torne mais competitivo, que suas publicações alcancem o maior número de associados, por meio da desburocratização e modernização de seus atos societários, apresentamos esta emenda ao PLV 15/2021, proveniente da Medida Provisória 1040/2021, e solicitamos o apoio dos nobres pares para juntos gerarmos significativos avanços para o setor e consequentemente para o país.

Senado Federal, 14 de julho de 2021.

Senadora **SORAYA THRONICKE**
PSL/MS



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)

**MPV 1040
00334****EMENDA Nº - PLEN**(PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15, DE 2021 - PROVENIENTE DA
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.040, DE 29 DE MARÇO DE 2021)

Suprima-se o artigo 37, do PLV nº15, de 2021, oriundo da Medida Provisória nº 1.040, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

Os últimos tempos foram marcados por graves acidentes na área da engenharia e da agronomia, em que se verificou a ausência de responsáveis técnicos e de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Entre esses acidentes, pode-se destacar o desabamento do prédio de 04 (quatro) andares em Rio das Pedras, município do Rio de Janeiro, construído de forma irregular, levando a óbito pai e filha moradores do imóvel.

O artigo 37 do PLV 15/2021, aprovado pela Câmara dos Deputados, é um dispositivo evidentemente incoerente, pois, ao mesmo tempo que reconhece e impõe a obrigatoriedade de responsável técnico, o qual deverá responder administrativa, civil e criminalmente em caso de danos e de acidentes decorrentes de eventuais erros de projeto ou de execução, dispensa a exigibilidade de emissão de documento de responsabilidade técnica de conselho profissional.

Importante frisar que os documentos mencionados no inciso I do art. 37, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), são a única forma de comprovação de habilitação técnica e de rastreabilidade do responsável pela execução da atividade.

Assim, sem qualquer documento de fé pública que comprove que determinado profissional de fato tenha executado uma atividade em determinado local, é impossível qualquer tipo de identificação e responsabilização do executor da obra ou serviço, seja na esfera técnica, administrativa, civil ou criminal, como induz o referido artigo.

Desta forma, a dispensa da ART, RRT e TRT em instalações elétricas acaba permitindo que obras ou serviços dessa natureza sejam realizadas por pessoas não qualificadas (leigos) ou por profissionais que dificilmente serão identificados e responsabilizados, nos termos da Lei 5.194/1966 e Resoluções do Confea.



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)**

Cabe destacar ainda, que os documentos de responsabilidade técnica emitidos por conselhos de profissões regulamentadas, possuem finalidade técnica, social, política e econômica, sendo instrumentos do Poder de Polícia Administrativa, preventiva e repressiva, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADIN 1717-6 DF.

Conclui-se, portanto que a desobrigatoriedade de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em obras e serviços envolvendo eletricidade, ou seja, em atividade altamente lesiva e com riscos à saúde e vida humana, retira da sociedade e do poder público um valioso instrumento de identificação e responsabilização técnica, civil, administrativa e criminal dos profissionais da Engenharia.

Sala das Sessões, em 14 de julho de 2021.


Senador JADER BARBALHO



**MPV 1040
00335****EMENDA Nº - CM**

(à MPV nº 1040, de 2021)

Suprima-se o art. 6º-A da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, na forma do art. 2º do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 6º-A que o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, pretende inserir na Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, é sensível e polêmico. Ao estabelecer a emissão automática de alvarás e de licenças para atividades e empreendimentos de médio risco sem análise humana, na prática, o dispositivo os dispensa do controle estatal que assegura a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, expressamente determinado pelo art. 225 do texto constitucional.

No caso de uma licença ambiental, a aplicação da norma, da forma como aprovada na Câmara dos Deputados, consistiria em isenção do licenciamento ou em um tipo de autolicensing. Dessa maneira, a Administração Pública não realizaria o controle das atividades frente à legislação ambiental, tampouco desempenharia as funções de impor medidas mitigadoras para a degradação do meio ambiente.

As normas hoje existentes sobre licenciamento ambiental, nas esferas federal, estadual e municipal, já preveem, com graus variados de flexibilidade, as atividades, obras e empreendimentos não sujeitos à obtenção de licença, de forma que essa não constitui uma discussão nova. Para aqueles de baixo impacto ambiental, por exemplo, há dispensa do licenciamento.

Muitas vezes essas iniciativas surgem a pretexto de estimular determinados segmentos econômicos, sob a alegação de desburocratização ou de incentivo aos pequenos empreendedores.

É o caso da Resolução nº 107, de 9 de setembro de 2020, do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Paraná (CEMA), que dispõe sobre o licenciamento ambiental, estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para as atividades



poluidoras, degradadoras e/ou modificadoras do meio ambiente e adota outras providências. Essa norma institui a dispensa e a inexigibilidade do licenciamento ambiental, com previsão da declaração de inexigibilidade para tais casos.

Autorizar o autolicensing para atividades de médio risco pode gerar grande insegurança jurídica e motivar ações judiciais por não atendimento a princípios ambientais, prejudicando não apenas o meio ambiente, mas a atividade empresarial que depender desse tipo de licença.

Parece-nos grave também a possibilidade de essa forma de autolicensing permitir a instalação de atividades ou empreendimentos sem a realização dos estudos ambientais necessários compatíveis com o potencial poluidor da atividade, bem como sem os devidos controle e participação social.

Ademais, a implantação de empreendimentos de médio risco exige dos órgãos ambientais informações pormenorizadas sobre as características da região e condições de instalação e operação da atividade ou empreendimento, ou seja, dependem de prévio conhecimento que deverá ser produzido via estudos ambientais ou, caso já esteja produzido, deverá ser sistematizado e atualizado, o que é incompatível com um procedimento autolicensing.

A respeito da posição jurisprudencial quanto à dispensa de controle estatal de atividades potencialmente poluidoras, citamos a Ação Direta de Inconstitucionalidade 1086/SC, pela qual trecho da Constituição do Estado de Santa Catarina que eximia a atividade de silvicultura de estudo prévio de impacto ambiental foi julgada inconstitucional:

A norma impugnada, ao dispensar a elaboração de estudo prévio de impacto ambiental no caso de áreas de florestamento ou reflorestamento para fins empresariais, cria exceção incompatível com o disposto no mencionado inciso IV do § 1º do artigo 225 da Constituição Federal. Ação julgada procedente, para declarar a inconstitucionalidade do dispositivo constitucional catarinense sob enfoque.

(ADI 1086 SC, Relator: Min. ILMAR GALVÃO, Tribunal Pleno, julgado em 10/08/2001, DJ 10-08-2001 PP-00002 EMENT VOL-02038-01 PP-00083)

O § 6º, que não constava no texto da Medida Provisória e que foi inserido no art. 6º-A pelo PLV, em nada ameniza a gravidade da proposta de alteração



legislativa. Esse dispositivo estabelece que as disposições do artigo não afastam as regras de licenças ambientais e outros atos autorizativos previstos na Lei Complementar (LC) nº 140, de 8 de dezembro de 2011. Contudo, a citada lei complementar não traz regras que possam garantir a eficácia do licenciamento no caso de aprovação do autolicensing automático proposto pelo PLV. A LC nº 140, de 2011, apenas define as competências de licenciamento dos entes federativos e traz regras gerais que não tratam dos tipos de licenças, de dispensa de licenciamento ou de procedimentos simplificados.

Suely Araújo, especialista sênior em políticas públicas da organização Observatório do Clima, chama a atenção para catástrofes que já ocorreram em ambientes com problemas de alvará de funcionamento e falhas de fiscalização: “Somente em um governo que tem muito pouco apreço pela vida humana e pela proteção do meio ambiente poderia ser editada uma regra desse tipo. Não aprendemos nada com tragédias como a da Boate Kiss em Santa Maria, na qual morreram 242 pessoas, ou com o rompimento da barragem de Brumadinho, com perda de 259 pessoas e desaparecimento de outras 11? Quanto vale a vida humana e o equilíbrio ambiental neste país?”¹

Diante dos argumentos apresentados, peço o apoio das Senhoras e Senhores Senadores para aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões,

SENADOR FABIANO CONTARATO

¹ https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-edita-mp-que-libera-licenciamento-ambiental-sem-analise-humana,70003673575?utm_source=meio&utm_medium=email



**MPV 1040
00336****SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Humberto Costa

EMENDA Nº - PLEN
(Ao Projeto de Lei de Conversão nº. 15, de 2021)
Supressiva

Suprima-se o inciso XXVII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº. 15, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 1040 tem como objetivo principal a modernização do ambiente de negócios no Brasil, contudo, o texto aprovado na Câmara dos Deputados prevê a revogação de importantes dispositivos da Lei de Propriedade Intelectual, a Lei 9.279, de 14 de maio de 1996.

A anuência prévia da Anvisa, prevista no Artigo 229-C (objeto da proposta de revogação) é um instituto legal e constitucional à luz do direito brasileiro e das normas internacionais de proteção à propriedade intelectual e de direitos humanos, sendo imprescindível para o eficiente e racional funcionamento do sistema de patentes no Brasil e para a consecução das finalidades do sistema de patentes, assim como das finalidades institucionais atribuídas à Anvisa.

Tendo em vista que, sob o direito pátrio, a propriedade industrial não pode ser desvinculada do interesse social, não se tratando apenas de uma medida relacionada à política industrial do país, mas também com significativo impacto em políticas públicas de âmbito social, como as políticas públicas de saúde, nada mais racional do que alocar a atribuição de examinar pedidos de patente para órgãos que possuam atribuições relacionadas às diferentes políticas e interesses envolvidos.

Além disso, já existe toda uma normativa infralegal instituída desde 2010 em conjunto entre os diferentes entes da administração pública envolvidos, visando a melhor forma de dar cumprimento ao artigo 229-C da LPI. Essa normativa consolidou o entendimento de que cabe à ANVISA a análise dos requisitos de patenteabilidade dos produtos e processos que sejam considerados de interesse para a política de medicamentos ou de assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

A anuência prévia da Anvisa foi considerada na sua criação como uma prática inovadora e exemplar na proteção da saúde pública, como ressalta publicação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

(UNCTAD)¹. E ainda em outro documento, a OMS também identificou a participação do setor saúde nos processos de análise de patentes na área farmacêutica como benéfica para a saúde pública na tentativa de evitar a concessão de patentes indevidas². A anuência prévia da Anvisa constitui ainda uma política alinhada com o relatório do Painel de Alto Nível da ONU³ sobre acesso a medicamentos, lançado em 2016 e que recomenda: “países devem adotar definições rigorosas de invenção e patenteabilidade para prevenir o evergreening e certificar-se de que patentes só sejam concedidas quando houver uma invenção realmente genuína”.

No Brasil, estima-se que cerca de 50 milhões de pessoas não tem acesso adequado a medicamentos e que 52% dos brasileiros abandonam o tratamento médico por falta de dinheiro para comprar os medicamentos prescritos, de acordo com o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde – Conass, em uma pesquisa realizada em conjunto com o Ministério da Saúde em 2005. Essa situação pode se agravar com o aumento da quantidade de medicamentos patenteados e redução dos genéricos disponíveis. Por isso é preciso manter e fortalecer a anuência prévia.

Um caso emblemático que mostra como a colaboração da ANVISA com o INPI na análise de pedidos de patentes farmacêuticas pode proteger a saúde pública é o caso do docetaxel, um medicamento utilizado principalmente para o tratamento de câncer. O INPI havia emitido sua decisão preliminar pela concessão do pedido de patente depositado pela Aventis Pharma S/A (PI9508789-3), mas a ANVISA negou a anuência prévia com base na falta de atividade inventiva. A concessão desta patente poderia ter causado grande prejuízo para os programas públicos de distribuição do medicamento e para os consumidores em geral, uma vez que a patente poderia ser usada para impedir a concorrência no fornecimento deste produto. Atualmente, quatro empresas detêm o registro para comercialização do docetaxel no Brasil e as compras públicas são feitas mediante licitação (pregão), não em condição de inexigibilidade que ocorre quando há monopólio patentário.

Sala das Sessões, em

Senador HUMBERTO COSTA

¹ Guidelines for the examination of pharmaceutical patents: Developing a public health perspective, WHO-ICTSD-UNCTAD, by Carlos Correa, Professor, University of Buenos Aires, January 2007, p. 25

² Relatório final da Comissão sobre direitos da propriedade intelectual, inovação e saúde pública, CIPHI/2006/1, p. 134.

³ UN. Report of the United Nations Secretary-General's High-Level Panel on Access to Medicines: Promoting innovation and access to health technologies. September 2016. Disponível em: <http://www.unsgaccessmeds.org/final-report?>



**MPV 1040
00337****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador Izalci Lucas**EMENDA Nº - PLEN**
(À MPV Nº 1040 de 2021)

Suprima-se o art. 37 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

Os últimos tempos foram marcados por graves acidentes na área da engenharia e da agronomia, em que se verificou a ausência de responsáveis técnicos e de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Entre esses acidentes, pode-se destacar o desabamento do prédio de 04 (quatro) andares em Rio das Pedras, município do Rio de Janeiro, construído de forma irregular, levando a óbito pai e filha moradores do imóvel.

O artigo 37 do PLV 15/2021, aprovado pela Câmara dos Deputados, é um dispositivo evidentemente incoerente, pois, ao mesmo tempo que reconhece e impõe a obrigatoriedade de responsável técnico, o qual deverá responder administrativa, civil e criminalmente em caso de danos e de acidentes decorrentes de eventuais erros de projeto ou de execução, dispensa a exigibilidade de emissão de documento de responsabilidade técnica de conselho profissional.

Importante frisar que os documentos mencionados no inciso I do art. 37, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), são a única forma de comprovação de habilitação técnica e de rastreabilidade do responsável pela execução da atividade.

Assim, sem qualquer documento de fé pública que comprove que determinado profissional de fato tenha executado uma atividade em determinado local, é impossível qualquer tipo de identificação e responsabilização do executor da obra ou serviço, seja na esfera técnica, administrativa, civil ou criminal, como induz o referido artigo.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

Desta forma, a dispensa da ART, RRT e TRT em instalações elétricas acaba permitindo que obras ou serviços dessa natureza sejam realizadas por pessoas não qualificadas (leigos) ou por profissionais que dificilmente serão identificados e responsabilizados, nos termos da Lei 5.194/1966 e Resoluções do Confea.

Cabe frisar ainda, que os documentos de responsabilidade técnica emitidos por conselhos de profissões regulamentadas, possuem finalidade técnica, social, política e econômica, sendo instrumentos do Poder de Polícia Administrativa, preventiva e repressiva, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADIN 1717-6 DF.

Conclui-se, portanto que a desobrigatoriedade de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em obras e serviços envolvendo eletricidade, ou seja, em atividade altamente lesiva e com riscos à saúde e vida humana, retira da sociedade e do poder público um valioso instrumento de identificação e responsabilização técnica, civil, administrativa e criminal dos profissionais da Engenharia.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**
PSDB/DF



**MPV 1040
00338****EMENDA Nº 1040 - PLEN**
(À MPV Nº 1040 de 2021)

Suprima-se o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Federal nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, estabelece o Salário Mínimo da Categoria Profissional dos engenheiros, agrônomos, arquitetos, químicos e médicos veterinários. A remuneração estabelecida faz jus a estes profissionais que atuam em atividades que conferem risco à vida, a saúde, ao patrimônio, ao meio-ambiente, aos bens de valor histórico, paisagístico e cultural.

A manutenção da vigência e eficácia da referida lei, significa valorizar a extensão e a complexidade do ofício dessas profissões, protegendo não só a sociedade, como também os contratantes dos serviços das Engenharias e da Agronomia.

Relevante ainda destacar que a mencionada lei, apesar de ser do ano de 1966, foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, cujo o artigo 7º inciso V deixa claro essa constitucionalidade:

*Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social (...)
V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;*

Em vista disso, não resta dúvida quanto à recepção da Lei nº 4.950-A de 1966 pela Constituição Federal de 1988, e que a percepção mínima salarial conforme delimitada em seu artigo 5º é medida justa quanto à carga de responsabilidade que as categorias mencionadas assumem, bem como pelos riscos sociais e econômicos que as atividades das Engenharias e da Agronomia podem causar.

O Salário Mínimo Profissional tem sua importância em garantir a devida valorização dos profissionais na execução de suas atividades, proporcionando qualidade e segurança dos serviços prestados. Não existe





qualidade sem segurança, e não existe segurança sem valorização profissional.

Não é por outra razão, que as profissões aqui já mencionadas são regulamentadas por lei e sofrem o controle estatal, por meio do poder de polícia das profissões regulamentadas (Lei 5.194/1966 c/c artigo 78 do CTN).

Vale destacar que, as atividades da Engenharia e da Agronomia são complexas, exigindo do profissional alta capacidade técnica e conhecimento aprofundado nas obras e serviços executados. Qualquer falha poderá gerar um dano de natureza individual ou coletiva e de alta lesividade ao patrimônio e a vida das pessoas.

Bem por isso, a remuneração destes profissionais deve ser adequada e condizente com a complexidade e extensão das atribuições, conforme dispõe o artigo 7º da Constituição Federal.

Deste modo, a manutenção do piso mínimo salarial estabelecido na Lei 4950-A/1966, é medida necessária para que os serviços e obras das Engenharias e da Agronomia sejam executados com qualidade, segurança e responsabilidade.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**
PSDB/DF



**MPV 1040
00339**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

EMENDA Nº - PLEN
(AO PLV Nº 15, DE 2021)

Dê-se ao caput do art. 8º do art. 21 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, a seguinte redação:

“Art. 8º Os Conselhos não executarão judicialmente dívidas, de quaisquer das origens previstas no art. 4º desta Lei, com valor total inferior a 4 (quatro) vezes, o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente”.

JUSTIFICAÇÃO

A anuidade paga aos Conselhos Profissionais está prevista em Lei. Anualmente, uma resolução de cada Conselho Profissional define os valores considerando a legislação pertinente, as condições financeiras que o país atravessa e a realidade dos profissionais.

Em geral, a taxa da anuidade tem por finalidade viabilizar o cumprimento das atividades previstas em lei pelos conselhos profissionais, já que estes são autarquias independentes financiadas pela arrecadação de receitas próprias.

Considerando que os conselhos de fiscalização profissional possuem o papel de assegurar o adequado exercício das atividades de determinada categoria, e considerando que as profissões regulamentadas são aquelas que implicam em algum risco à sociedade, o aumento de obstáculos ao acesso a esses créditos pelos conselhos afetará diretamente a segurança da sociedade e os serviços prestados aos profissionais a eles vinculados.

A Lei nº 12.514, de 2011, já prevê em seu artigo 8º que os Conselhos não executarão judicialmente dívidas referentes a anuidades inferiores a 4 (quatro) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente. Entendemos que o PLV 15 de 2021, ao aumentar o montante autorizativo da execução para até 5 (cinco) vezes o valor constante do inciso I do caput do art. 6º, corrigido na forma de seu §1º, irá



prejudicar em demasia o próprio funcionamento destas autarquias, que, a depender do valor cobrado pela anuidade, resultará na espera de até 7 anos para a cobrança judicial de uma anuidade vencida.

O aumento deste lapso temporal para que os conselhos profissionais reclamem seus recursos incorrerá em prejuízo às ações que lhes são privativas, como fiscalização da conduta pelos parâmetros éticos e disciplinares, autuação por exercício ilegal, dentre outras iniciativas que visam à segurança da sociedade e a garantia que a população seja atendida por profissionais com conhecimentos técnicos-científicos adequados e fiscalizados.

Entendemos, portanto, pela necessidade de se manter os parágrafos 1º e 2º trazidos em inovação no PLV 15 de 2021. Por isso, contamos com o apoio dos nobres senadores para o acolhimento desta emenda modificativa.

Sala das Sessões,

Senador **JORGE KAJURU**
(CIDADANIA/GO)



**MPV 1040**
00340

1

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO**EMENDA DE PLENÁRIO Nº**
(PLV nº de 2021)

Suprima-se o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021

JUSTIFICATIVA

Os últimos tempos foram marcados por graves acidentes na área da engenharia e da agronomia, em que se verificou a ausência de responsáveis técnicos e de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Entre esses acidentes, pode-se destacar o desabamento do prédio de 04 (quatro) andares em Rio das Pedras, município do Rio de Janeiro, construído de forma irregular, levando a óbito pai e filha moradores do imóvel.

A Lei Federal nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, estabelece o Salário Mínimo da Categoria Profissional dos engenheiros, agrônomos, arquitetos, químicos e médicos veterinários. A remuneração estabelecida faz jus a estes profissionais que atuam em atividades que conferem risco à vida, a saúde, ao patrimônio, ao meio-ambiente, aos bens de valor histórico, paisagístico e cultural.

A manutenção da vigência e eficácia da referida lei, significa valorizar a extensão e a complexidade do ofício dessas profissões, protegendo não só a sociedade, como também os contratantes dos serviços das Engenharias e da Agronomia.

Relevante ainda destacar que a mencionada lei, apesar de ser do ano de 1966, foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, cujo o artigo 7º inciso V deixa claro essa constitucionalidade:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social (...)

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;





2

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

Em vista disso, não resta dúvida quanto à recepção da Lei nº 4.950-A de 1966 pela Constituição Federal de 1988, e que a percepção mínima salarial conforme delimitada em seu artigo 5º é medida justa quanto à carga de responsabilidade que as categorias mencionadas assumem, bem como pelos riscos sociais e econômicos que as atividades das Engenharias e da Agronomia podem causar.

O Salário Mínimo Profissional tem sua importância em garantir a devida valorização dos profissionais na execução de suas atividades, proporcionando qualidade e segurança dos serviços prestados. Não existe qualidade sem segurança, e não existe segurança sem valorização profissional.

Não é por outra razão, que as profissões aqui já mencionadas são regulamentadas por lei e sofrem o controle estatal, por meio do poder de polícia das profissões regulamentadas (Lei 5.194/1966 c/c artigo 78 do CTN).

Vale destacar que, as atividades da Engenharia e da Agronomia são complexas, exigindo do profissional alta capacidade técnica e conhecimento aprofundado na obras e serviços executados. Qualquer falha poderá gerar um dano de natureza individual ou coletiva e de alta lesividade ao patrimônio e a vida das pessoas.

Bem por isso, a remuneração destes profissionais deve ser adequada e condizente com a complexidade e extensão das atribuições, conforme dispõe o artigo 7º da Constituição Federal.

Deste modo, a manutenção do piso mínimo salarial estabelecido na Lei 4950-A/1966, é medida necessária para que os serviços e obras das Engenharias e da Agronomia sejam executados com qualidade, segurança e responsabilidade.



**MPV 1040
00341**

1

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO**EMENDA DE PLENÁRIO Nº**
(PLV nº de 2021)

Suprima-se o art. 37 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021

JUSTIFICATIVA

Os últimos tempos foram marcados por graves acidentes na área da engenharia e da agronomia, em que se verificou a ausência de responsáveis técnicos e de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Entre esses acidentes, pode-se destacar o desabamento do prédio de 04 (quatro) andares em Rio das Pedras, município do Rio de Janeiro, construído de forma irregular, levando a óbito pai e filha moradores do imóvel.

O artigo 37 do PLV 15/2021, aprovado pela Câmara dos Deputados, é um dispositivo evidentemente incoerente, pois, ao mesmo tempo que reconhece e impõe a obrigatoriedade de responsável técnico, o qual deverá responder administrativa, civil e criminalmente em caso de danos e de acidentes decorrentes de eventuais erros de projeto ou de execução, dispensa a exigibilidade de emissão de documento de responsabilidade técnica de conselho profissional.

Importante frisar que os documentos mencionados no inciso I do art. 37, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), são a única forma de comprovação de habilitação técnica e de rastreabilidade do responsável pela execução da atividade.

Assim, sem qualquer documento de fé pública que comprove que determinado profissional de fato tenha executado uma atividade em determinado local, é impossível qualquer tipo de identificação e





2

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

responsabilização do executor da obra ou serviço, seja na esfera técnica, administrativa, civil ou criminal, como induz o referido artigo.

Desta forma, a dispensa da ART, RRT e TRT em instalações elétricas acaba permitindo que obras ou serviços dessa natureza sejam realizadas por pessoas não qualificadas (leigos) ou por profissionais que dificilmente serão identificados e responsabilizados, nos termos da Lei 5.194/1966 e Resoluções do Confea.

Cabe frisar ainda, que os documentos de responsabilidade técnica emitidos por conselhos de profissões regulamentadas, possuem finalidade técnica, social, política e econômica, sendo instrumentos do Poder de Polícia Administrativa, preventiva e repressiva, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADIN 1717-6 DF.

Conclui-se, portanto que a desobrigatoriedade de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em obras e serviços envolvendo eletricidade, ou seja, em atividade altamente lesiva e com riscos à saúde e vida humana, retira da sociedade e do poder público um valioso instrumento de identificação e responsabilização técnica, civil, administrativa e criminal dos profissionais da Engenharia.



**MPV 1040
00342**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 15, de 2021)

Suprimam-se os artigos 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44, bem como os incisos XVII, XXX e XXXIII do art. 57, todos constantes do texto do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

Medidas Provisórias servem para lidar com casos de urgência, não para veicular questões que mereçam maior reflexão e que possam aguardar os debates legislativos ordinários.

Os dispositivos supracitados não se enquadram nas matérias que calham em Medidas Provisórias. Eles promovem mudanças em temas estruturais do direito empresarial, como a extinção da categoria tradicional de sociedade simples. Esses temas merecem amadurecimento, o que é obtido pelas vias legislativas ordinárias.

Além disso, há alterações em matéria de processo civil, o que é manifestamente descabido na via da conversão de Medida Provisória em lei, tudo conforme art. 62, § 1º, I, “b”, da Constituição Federal.

Não se pode admitir que temas tão relevantes fujam aos debates legislativos e sejam aprovados, às pressas, por ocasião de uma Medida Provisória.

Sala das Sessões,

**SENADOR FLAVIO ARNS
(PODEMOS/PARANÁ)**





**MPV 1040
00343**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 15, de 2021)

Suprima-se o inciso XII do art. 57, constante do texto do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

Medidas Provisórias servem para lidar com casos de urgência, não para veicular questões que mereçam maior reflexão e que possam aguardar os debates legislativos ordinários.

O dispositivo supracitado não se enquadra nas matérias que calham em Medidas Provisórias, pois revoga a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, e, por conseguinte, extingue o piso salarial de remuneração de engenheiros, médicos veterinários, químicos e arquitetos. Esse tema merece amadurecimento, o que é obtido pelas vias legislativas ordinárias.

O piso dessas categorias estava em vigor há várias décadas e representa uma conquista dos trabalhadores na mediação das relações de trabalho.

Não se pode admitir que temas tão relevantes fujam aos debates legislativos e sejam aprovados, às pressas, por ocasião de uma Medida Provisória.

Sala das Sessões,

**SENADOR FLAVIO ARNS
(PODEMOS/PARANÁ)**



**MPV 1040
00344**SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho**EMENDA Nº - PLEN**
(ao PLV nº 15, de 2021)

Dê-se a seguinte redação ao art. 984 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), nos termos do art. 43 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, suprimindo-se os arts. 38; 39; 40; 41 e 42, bem como, o art. 983, na forma do art. 43, e, ainda, as alíneas *b*, *c*, *d* e *e* do inciso XXX do art. 57, também do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021:

“Art. 43.

Art. 984 A sociedade simples, observadas as leis especiais, ou a que tenha por objeto o exercício de atividade própria de empresário rural e seja constituída ou transformada, de acordo com um dos tipos de sociedade empresária, pode, com as formalidades do art. 968, requerer a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da sua sede, caso em que, depois de inscrita, ficará equiparada, para todos os efeitos à sociedade empresária. (NR).”

JUSTIFICAÇÃO

Inicialmente, para melhor compreensão das modificações propostas pela emenda ora apresentada, faz-se necessário relembrar que o Código Civil adota a “*teoria da empresa*”, mantendo a lógica de divisão das sociedades, separando-as em “*sociedades empresárias*” e “*sociedades simples*”. As primeiras são caracterizadas pelo exercício profissional da atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços, ao passo que as sociedades simples se caracterizam por desenvolver atividade não empresária, mediante o desempenho de profissão de natureza intelectual, científica, literária ou artística, ainda que com o concurso de colaboradores.

Fato é que essa divisão gerou caminhos distintos às sociedades, tal como em relação ao órgão de registro. Atualmente, a sociedade





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

empresária vincula-se ao Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, e a sociedade simples ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Já as sociedades simples de advogados possuem regramento próprio estabelecidos na Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 – Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - EAOAB, sendo registradas em suas respectivas Seccionais.

Contudo, o Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, proveniente da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, visa extinguir as sociedades simples, rompendo a dualidade das sociedades anteriormente discutida. Porém, constata-se que o texto mencionado nada trata dos órgãos de registro próprio.

Com a aprovação do texto sugerido pela MPV nº 1.040, de 2021, as sociedades uniprofissionais estarão no limbo, impossibilitadas de se enquadrarem como sociedades empresárias, conforme dispõe a vedação expressa do artigo 16, do Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, gerando insegurança jurídica, piorando o ambiente de negócios do país.

Assim, a alternativa ora apresentada, objetiva conceder opções às sociedades simples, ampliando a possibilidade de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, e se assim desejarem, serão equiparadas às sociedades empresárias. Essa acertada modificação preserva os regimes próprios, sem gerar ônus às atividades de profissão regulamentada.

Diante do exposto, e da importância desta emenda, peço o apoio dos pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador CARLOS PORTINHO
PL/RJ





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

MPV 1040
00345

EMENDA Nº - PLEN

(ao PLV nº 15, de 2021, decorrente da MPV nº 1040, de 2021)

Dê-se a seguinte redação ao art. 39 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021:

“**Art. 39.**

§ 1º A vedação que trata o *caput* deste artigo não se aplica às sociedades simples uniprofissionais, observadas as leis especiais.

§ 2º As sociedades simples que não se enquadrarem no parágrafo anterior, contratadas antes da entrada em vigor desta Lei, efetivarão seus registros na junta comercial.”

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, tem por objetivo principal a melhoria do ambiente de negócios do país no *ranking* do Relatório *Doing Business* e, para tanto, visa promover diversas alterações com o intuito de acabar com a burocracia e simplificar procedimentos de registros de empresas. Portanto, proibindo a constituição de sociedades simples, dispositivo incluído ao PLV em questão, o qual não se encontrava originalmente na Medida Provisória nº 1.040, de 2021.

A brusca mudança ora proposta não deve ser analisada de forma apressada e sem um amplo debate. A relevância do tema torna imprescindível a participação da sociedade civil em debates, audiências públicas e outras discussões visando seu aprofundamento.

Desta forma, proponho emenda excetuando a proibição de constituição de sociedades simples uniprofissionais sujeitas a regramentos específicos. São exemplos os Códigos de Ética dos Contadores, Códigos de Ética dos advogados e dos médicos e dentistas (Código de Ética da Medicina





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

e o Código de Ética Odontológica), entre outras profissões de natureza intelectual e científica, características essas que reforçam ainda mais seu caráter personalíssimo.

Diante do exposto, e da importância desta emenda, peço o apoio dos pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador CARLOS PORTINHO
PL/RJ



MPV 1040
00346

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 15, de 2021)

Inclua-se no do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, oriundo da Medida Provisória (MPV) nº 1.040, de 30 de março de 2021, os seguintes artigos:

Art. X. O art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art.** **13.**

.....:
.....
.....

XVI —
.....; e

XVII – prover recursos para atendimento da subvenção econômica de que trata o § 15, destinada à modicidade tarifária de consumidores atendidos por concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica com mercado próprio anual inferior a 350 GWh (trezentos e cinquenta gigawatts-hora).

.....
.....

§ 15. As tarifas aplicáveis às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica com mercado próprio anual inferior a 350 GWh (trezentos e cinquenta gigawatts-hora) não poderão ser superiores às tarifas da concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica de área adjacente e com mercado próprio anual superior a 700 GWh (setecentos gigawatts-hora) localizada na mesma Unidade Federativa, observando-se que:

I – a verificação das diferenças tarifárias considerará as tarifas vigentes na data do processo tarifário da concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica com mercado próprio anual inferior a 350 GWh (trezentos e cinquenta gigawatts-hora);



II – havendo mais de uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica em área adjacente e com mercado próprio anual superior a 700 GWh (setecentos gigawatts-hora) localizada na mesma Unidade Federativa, prevalece aquela com menor tarifa residencial; e

III - a subvenção a que se refere o inciso XVII do caput será calculada no processo tarifário da concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica afetada. (NR)”

Art. Y. O art. 4º-E da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995., , passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art.** **4º-E.**

.....:

I – 25% (vinte e cinco por cento) do valor da subvenção de que trata os incisos XIII e XVII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, recebida pela prestadora de serviço público de distribuição de energia elétrica adquirida; ou

.....
” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

As distribuidoras de energia elétrica de menor porte, geralmente situadas nos municípios do interior dos Estados, têm importante papel ao levar eletricidade a áreas que ainda não são atendidas pelas maiores distribuidoras estaduais, promovendo a descentralização do desenvolvimento no país.

Todavia, essas distribuidoras apresentam características de configuração de rede e de operação que podem elevar as tarifas para patamares mais elevados do que os praticados em distribuidoras de maior porte, mesmo que localizadas na mesma Unidade Federativa.

Em alguns casos, isso ocorre em áreas atendidas pela distribuidora de menor porte que são vizinhas daquelas em que atuam a concessionária maior, causando graves transtornos para os consumidores e para o desenvolvimento econômico da região.

Com o objetivo de mitigar essas diferenças de patamares tarifários dentro da mesma Unidade Federativa, propõe-se que seja instituída subvenção



aplicável às concessionárias com mercado próprio inferior a 350 gigawatts-hora (GWh)/ano.

Neste intuito, a proposição legislativa estabelece que as tarifas aplicáveis às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica com mercado próprio anual inferior a 350 GWh (trezentos e cinquenta gigawatts-hora) não poderão ser superiores às tarifas da concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica de área adjacente e com mercado próprio anual superior a 700 GWh (setecentos gigawatts-hora) localizada na mesma Unidade Federativa.

A proposta prevê ainda que os recursos para fazer frente a essas diferenças tarifárias sejam providos pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Cabe ressaltar que o impacto da medida para a CDE é reduzido, estimado em montante de até 0,5% do orçamento.

Diante do exposto, contamos com a especial atenção e o apoio desta Casa para promovermos esses importantes aperfeiçoamentos legislação que rege o setor elétrico.

DISTRIBUIDORA	MERCADO PRÓPRIO 2020 (GWh)/Ano	DISTRIBUIDORA ACESSADA	DISTRIBUIDORA SUPRIDORA	DISTRIBUIDORA LIMÍTROFE	TARIFA B1	TARIFA B1 - SUPRIDORA OU DISTRIBUIDORA LIMÍTROFE	TARIFA MAIOR QUE A DISTRIBUIDORA LIMÍTROFE?	% DE REDUÇÃO NECESSÁRIO PARA EQUALIZAÇÃO TARIFÁRIA	RECEITA ANUAL	REDUÇÃO DE RECEITA PARA EQUALIZAÇÃO TARIFÁRIA
ENF	315,68	Enel RJ	ENEL RJ	ENEL RJ	687,55	714,44	NÃO			
SULGIPE	302,52		ENERGISA SE	ENERGISA SE	617,59	580,44	SIM	6,40%	181.744.771,95	11.632.241,54
DMED	298,03		N/A	CEMIG	525,57	618,05	NÃO			
COOPERALIANÇA	236,28	Celesc	CELESC	CELESC	512,00	505,99	SIM	1,19%	94.866.400,42	1.126.795,13
COCEL	209,84	Copel	N/A	COPEL	607,35	558,81	SIM	8,69%	122.203.669,19	10.614.996,34
IGUAQU	203,64	Celesc	N/A	CELESC	512,48	505,99	SIM	1,28%	119.132.056,77	1.528.028,32
ELETROCAR	172,51		N/A	RGE	561,45	643,09	NÃO			
DEMEI	154,66		N/A	RGE	537,88	643,09	NÃO			
CHESP	131,52		N/A	ENEL GO	599,53	547,39	SIM	9,53%	68.856.695,81	6.558.738,96
HIDROPAN	87,58		CELESC	RGE	602,62	643,09	NÃO			
UHENPAL	80,22	RGE	N/A	RGE	571,71	643,09	NÃO			
MUXENERGIA	69,68	RGE	N/A	RGE	527,79	643,09	NÃO			
FORCEL	39,96	Copel	N/A	COPEL	654,63	558,81	SIM	17,15%	24.888.613,84	4.267.688,44
EFLUL	33,14	Celesc	CELESC	CELESC	641,69	505,99	SIM	26,82%	32.461.242,43	8.705.687,07
EFLJC	16,17	Celesc	CELESC	CELESC	639,85	505,99	SIM	26,46%	11.498.250,23	3.041.869,95
TOTAL										47.476.045,74

Em consequência dos aperfeiçoamentos acima mencionados, propomos ajustar o art. 4º-Eda Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, de forma a manter o incentivo ao agrupamento de outorgas de distribuição de energia elétrica.

Pelo exposto, solicito apoio para a aprovação desta emenda.

¹ A redução de receita foi estimada de forma simplificada mediante a extrapolação da relação entre as tarifas B1 da concessionária de pequeno porte e de grande porte limítrofe para todas as classes de consumo.



Sala das Sessões,

Senador ESPERIDIÃO AMIN





MPV 1040
00347

SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

EMENDA Nº - PLEN

(ao PLV nº 15, de 2021, decorrente da MPV nº 1040, de 2021)

Dê-se a seguinte redação ao *caput* do art. 35 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021:

“**Art. 35.** Na execução de obras de extensão de redes aéreas de distribuição de responsabilidade da concessionária ou permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, a licença ou autorização para realização de obras em vias públicas, quando for exigida e não houver prazo estabelecido pelo poder público local, será emitida pelo órgão público competente no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contado da data de apresentação do requerimento.(NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A obtenção de eletricidade é um dos indicadores avaliados pelo Relatório *Doing Bussiness*, o qual mede aspectos da regulamentação que permitem ou impedem os empreendedores de abrir, operar ou expandir uma empresa. A avaliação dos indicadores ocorreu a partir de dados obtidos nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

A Medida Provisória nº 1.040, de 2021, no Capítulo VIII, visa melhorar a avaliação destes quesitos, contudo, o Poder Executivo optou por alterar apenas a quantidade de dias para realização da ligação, estabelecendo o prazo de cinco dias úteis, contados a partir da apresentação do requerimento, para que o município emita a licença ou autorização para a realização de obra em vias públicas, no tocante à extensão da rede aérea de distribuição sob responsabilidade de concessionária ou permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica.



Além da quantidade de dias, o relatório avalia: i) o número de procedimentos para realização da ligação para fornecimento de energia elétrica; ii) o custo da ligação com base no percentual da renda *per capita*; e iii) a confiabilidade de fornecimento e transparência do índice tarifário.

Apesar de serem obras de baixa complexidade, conforme § 3º do art. 35 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, considera-se exíguo o prazo de cinco dias úteis para a autoridade competente municipal promover a tramitação, instrução, análise e tomada de decisão acerca do requerimento de autorização para realização da ligação de energia elétrica.

Tomando como parâmetro os prazos estabelecidos para tomada de decisão na Lei 9.784, de 1999 e ainda na Resolução Normativa nº 414, de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ambos ajustados em trinta dias, corrobora o argumento de não ser razoável o prazo estabelecido no PLV.

Desta forma, a emenda proposta pretende aumentar para vinte e dias o prazo para tomada de decisão por parte do Poder Executivo municipal, frente ao requerimento da concessionária ou permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, para realização de obras de baixa complexidade.

Diante do exposto, e da importância desta emenda, peço o apoio dos pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador CARLOS PORTINHO
PL/RJ



**MPV 1040
00348****EMENDA Nº - 2021****(ao PLV nº 15, de 2021, oriundo da MPV nº 1040, de 2021)**

Dê-se aos arts. 38, 39, 40, 41, 42 e 43 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, a seguinte redação:

“Art. 38. Os arts. 982, 985, 997 e 1.000 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 982. Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro (art. 967); considerando-se simples as beneficiárias da Lei Complementar nº 123, de 2006, que poderão optar pelo órgão de registro, as demais sociedades que optem pelo regime simplificado previsto neste Código, independente do seu objeto e organização, e as assim definidas em lei (NR).

Art. 985.....

§ 1º A sociedade simples passa a ter existência legal com o exercício da atividade, devendo, através da Redesim, criada pela Lei nº 11.598, de 2007, em até 3 (três) dias, requerer cadastros fiscais e solicitar ao registro civil de pessoas jurídicas competente, em até 10 (dez) dias do início das operações, o registro de seus atos constitutivos.

§ 2º O registro civil de pessoas jurídicas concluirá o processo concedendo matrícula e informando a todos os participantes da Redesim, em até 3 (três) dias, ou formulará as exigências em igual prazo, que deverão ser cumpridas em até 15 (quinze) dias.

§ 3º Expirado o prazo, sem que haja cumprimento nem recurso, o oficial do registro fará a consolidação de todas as exigências, inclusive as fiscais publicadas na Redesim e oficiará o juiz corregedor para que sejam tomadas as medidas legais cabíveis, que em até 30 (trinta) dias cancelará as exigências e mandará registrar ou determinará a extinção da sociedade, responsabilizando ilimitadamente os participantes por eventuais danos.

§ 4º O interessado, diante da impossibilidade de cumprir as exigências, poderá requerer a extinção da sociedade, sendo transferidas todas as dívidas para os sócios, de forma ilimitada.



§ 5º As alterações e baixas seguirão os mesmos procedimentos da constituição.

§ 6º As sociedades que por opção ou por força de lei se inscreverem no registro empresarial deverão obter seus registros previamente, conforme previsto neste Código.

§ 7º As sociedades que não concluem seu registro junto ao registro civil de pessoas jurídicas dentro do prazo previsto neste artigo, sem justo motivo, serão equiparadas às sociedades em comum para efeito de responsabilizações, enquanto durar a irregularidade (NR).

Art. 997. A sociedade simples que não adote tipo societário específico, pode constituir-se por uma ou mais pessoas, mediante instrumento baseado na liberdade de contratar, sendo obrigatórios apenas os incisos I e II a seguir:

.....

IV- a quota de cada sócio no capital social, e o modo de realizá-la, não havendo essa informação, todos responderão solidariamente e de forma ilimitada.

.....

VI - as pessoas naturais ou jurídicas incumbidas da administração da sociedade, e seus poderes e atribuições;

.....

VIII - se os sócios respondem, ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais e, em caso de omissão, a responsabilidade será ilimitada.

Parágrafo único. Poderão ser registrados pactos no contrato ou instrumento apartado com investidores não sócios, garantindo-se a liberdade de contratação, mas sendo obrigatório o estabelecimento dos seus direitos na retirada dos valores investidos e participação nos lucros (NR).

Art. 1.000. O Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local da matriz da pessoa jurídica é o competente para aprovar as alterações de endereço, criação e modificação de filiais, fazendo as atualizações na Redesim e remetendo certidão digital de breve relato para os Registros Cíveis do local das filiais ou alteração contratual consolidada digital para o local de destino da sede, que promoverá o arquivamento sem novos exames.

Parágrafo único. O advogado, o contador ou o participante do ato podem se responsabilizar pela veracidade da documentação apresentada para registro,



dispensando-se a assinatura dos participantes, se previamente autorizados.
(NR)”

“Art. 39. O art. 9º da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se o art. 198-A:

Art. 9º Será nulo o registro lavrado fora das horas regulamentares ou em dias que não houver expediente, salvo se o registro for feito por central digital de exame e registro, que opere de forma contínua e ininterrupta (NR).

.....

Art. 198-A A sociedade simples passa a existir juridicamente no momento do início de suas atividades, devendo, no entanto, tornar pública sua existência e seu modo de operação através do registro civil de pessoas jurídicas e órgãos fiscais, que atuarão integrados na forma

da Lei nº 11.598, de 2007.

§ 1º O Conselho Nacional de Justiça disciplinará procedimentos uniformes e simplificações que serão regulamentados e exigidos aos registros civis de pessoas jurídicas pelos Tribunais de Justiça dos Estados.

§ 2º As exigências formuladas pelo oficial no exame da legalidade da constituição e da alteração da sociedade simples ocorrerá em até 3 (três) dias da apresentação, devendo o interessado em até 15 (quinze) dias cumprir ou pedir reconsideração ao oficial, que terá 5 (cinco) dias para registrar ou apresentar novas exigências.

§ 3º Caso o interessado não tenha como cumprir as exigências, ele deverá pedir o registro da extinção da sociedade ou solicitar levantamento de dúvida ao juiz corregedor, que deverá decidir em 30 (trinta) dias.

§ 4º Expirado o prazo de 15 (quinze) dias, sem que haja cumprimento nem recurso, o oficial do registro fará a consolidação de todas as exigências, inclusive as fiscais publicadas na Redesim e oficiará o juiz corregedor para que sejam tomadas as medidas legais cabíveis, que em até 30 (trinta) dias cancelará as exigências e mandará registrar ou determinará a extinção da sociedade, responsabilizando ilimitadamente os participantes por eventuais danos. ”

“Art. 40. Não poderão incidir sobre os emolumentos do registro civil de pessoas jurídicas algum tipo de adicional, seja a que título for, exceto o imposto



sobre serviços e o valor máximo de 5 % (cinco por cento) de taxa de fiscalização do Tribunal de Justiça.”

“Art. 41. O Instituto de Pessoas Jurídicas do Brasil indicará um representante e um suplente para participar:

I - de assento no Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios

– CGSIM, criado pela Lei Complementar nº 123, de 2006;

II - do Conselho Nacional de Justiça para a formulação de políticas e normas na área de registros públicos, visando a simplificação e uniformização de procedimentos entre os registros civis de pessoas jurídicas no País.”

“Art. 42. Todos os registros civis de pessoas jurídicas estão obrigados a trabalhar integrados na REDESIM, criada pela Lei nº 11.598, de 2007.”

“Art. 43. As adaptações legais serão feitas na medida que a sociedade tenha necessidade de novos registros ou em até 5 (cinco) anos.”

JUSTIFICAÇÃO

Preliminarmente, cumpre destacar que as alterações propostas nesta Emenda são correlatas, haja vista que a modificação de um dispositivo envolve necessariamente a obrigatoriedade de se alterarem outros.

O usuário precisa de Liberdade na Escolha do Órgão de Registro, liberdade na formulação dos contratos e dos negócios e não normas restritivas que dificultam os negócios.

Não é possível obrigar o usuário a pagar mais caro para a execução dos seus registros de constituição e alteração. Os valores dos emolumentos para sociedades de pequeno porte, que representam a massa das sociedades constituídas no Brasil, com capital de até R\$10.000,00 (dez mil reais) são muito mais baratos nos Registros Civis do que nas Juntas Comerciais.

É antiliberal, monopolista e burocratizante uma norma que retira do usuário o poder de opção para escolha do seu local de registro, migrando todos os serviços que são feitos com excelência de forma privada através das delegações dos Registros Civis de Pessoas Jurídicas, sob fiscalização do Poder Judiciário, para um serviço exclusivamente estatal e ainda provocando milhares



de demissões de funcionários contratados pela CLT para que passem a ser feitos pela máquina pública.

Sala das Sessões, 03 de agosto de 2021.

Senador **JEAN PAUL PRATES**
LÍDER DO BLOCO DA MINORIA



**MPV 1040
00349**

EMENDA Nº - 2021

(ao PLV nº 15, de 2021, oriundo da MPV nº 1040, de 2021)

Suprimam-se os artigos 38,39, 40,41,42, 43, 44, incisos XVII e XXXI do art.57 constantes do texto do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, oriundo da MPV nº 1040, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

Há no Congresso Nacional uma comissão formada por juristas para debater, estudar e analisar projeto de lei sobre tema que os artigos mencionados tratam na MP. É necessário continuar as discussões no local apropriado e não em uma medida provisória, que possui processo legislativo simplificado e ágil, o que impossibilita a discussão aprofundada e técnica sobre as matérias que pretende alterar ou inovar no ordenamento jurídico pátrio.

Alterações de Códigos por meio de Medida Provisória são incompatíveis com a natureza de estratificação de expectativas normativas que um Código carrega, além de não se enquadrarem nos requisitos de urgência e relevância das medidas provisórias. Por essa razão, a edição e posteriores alterações de códigos dependem de uma discussão solene e técnica.

Importante também mencionar, quanto à alteração pretendida pelo MP 1040/2021, que a distinção entre sociedades simples e sociedades empresárias foi inaugurada com o Código Civil de 2002, e é uma importante faculdade ao cidadão. Isso porque as sociedades empresárias possuem uma estrutura mais sofisticada, enquanto as sociedades simples são reconhecidamente menos complexas, destinando-se diretamente aos profissionais liberais, como os advogados, médicos, engenheiros, contadores, etc, que não podem ser considerados empresários, da maneira como está sendo pretendida.

Pelo mesmo motivo, as discussões devem ser feitas de maneira aprofundada e técnica, e não de maneira superficial como pretende a MP1040/2021, razão pela qual é fundamental suprimirmos os artigos mencionados.

Sala das Sessões, 03 de agosto de 2021.



Senador **JEAN PAUL PRATES**
LÍDER DO BLOCO DA MINORIA





**MPV 1040
00350**

SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

EMENDA Nº - PLEN

(ao PLV nº 15, de 2021, proveniente da MPV nº 1.040, de 2021)

Suprima-se o art. 44, bem como, o inciso XXXIII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

Tanto o artigo 44, como o inciso XXXIII do art. 57, ambos do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, padecem de vício incositucional insanável.

Sem adentrar o mérito das modificações propostas, faz-se imprescindível a observância da norma constitucional que veda a edição de Medida provisória para promover qualquer alteração no Código de Processo Civil.

Frisa-se que os dispositivos em questão tratam de modificações no Código de Processo Civil. Há, havendo manifesta inconstitucionalidade formal, o que é insuperável. Veja a íntegra do art. 62, § 1º, I, “b”, da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I - relativa a:

(...)

b) direito penal, processual penal e processual civil.

Dessa forma, a emenda pretende suprimir tais mudanças propostas por emenda, inserida na Câmara dos Deputados.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres parlamentares e do relator da matéria, no sentido de acatar a emenda aqui proposta.

Sala das Sessões,

Senador CARLOS PORTINHO



PARECER Nº 160, DE 2021-PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021 – proveniente da Medida Provisória nº 1.040, de 2021 – que *dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletricidade, sobre a desburocratização societária e de atos processuais e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); altera as Leis nºs 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 7.913, de 7 de dezembro de 1989, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.514, de 28 de outubro de 2011, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 4.886, de 9 de dezembro de 1965, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938; e revoga as Leis nºs 2.145, de 29 de dezembro de 1953, 2.807, de 28 de junho de 1956, 2.815, de 6 de julho de 1956, 3.187, de 28 de junho de 1957, 3.227, de 27 de julho de 1957, 4.557, de 10 de dezembro de 1964, 4.950-A, de 22 de abril de 1966, 7.409, de 25 de novembro de 1985, e 7.690, de 15 de dezembro de 1988, os Decretos nºs 13.609, de 21 de outubro de 1943, 20.256, de 20 de dezembro de 1945, e 84.248, de 28 de novembro de 1979, e os Decretos-Lei nºs 1.416, de 25 de agosto de 1975, e 1.427, de 2 de dezembro de 1975, e dispositivos das Leis nºs 2.410, de 29 de janeiro de 1955, 2.698, de 27 de dezembro de 1955, 3.053, de 22 de dezembro de 1956, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.137, de 7 de novembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.279, de 14 de maio de 1996, e 9.472, de 16 de julho de 1997, e dos Decretos-Lei nºs 491, de 5 de março*



SF/21410.1116-80



de 1969, 666, de 2 de julho de 1969, e 687, de 18 de julho de 1969; e dá outras providências.

Relator: Senador **IRAJÁ**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame do Plenário o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021 – proveniente da Medida Provisória (MPV) nº 1.040, de 2021 – que *dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletricidade, sobre a desburocratização societária e de atos processuais e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); altera as Leis nºs 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 7.913, de 7 de dezembro de 1989, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.514, de 28 de outubro de 2011, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 4.886, de 9 de dezembro de 1965, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938; e revoga as Leis nºs 2.145, de 29 de dezembro de 1953, 2.807, de 28 de junho de 1956, 2.815, de 6 de julho de 1956, 3.187, de 28 de junho de 1957, 3.227, de 27 de julho de 1957, 4.557, de 10 de dezembro de 1964, 4.950-A, de 22 de abril de 1966, 7.409, de 25 de novembro de 1985, e 7.690, de 15 de dezembro de 1988, os Decretos nºs 13.609, de 21 de outubro de 1943, 20.256, de 20 de dezembro de 1945, e 84.248, de 28 de novembro de 1979, e os Decretos-Lei nºs 1.416, de 25 de agosto de 1975, e 1.427, de 2 de dezembro de 1975, e dispositivos das Leis nºs 2.410, de 29 de janeiro de 1955, 2.698, de 27 de dezembro de 1955, 3.053, de 22 de dezembro de 1956, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.137, de 7 de novembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.279, de 14 de maio de 1996, e 9.472, de 16 de julho de 1997, e dos Decretos-Lei nºs 491, de 5 de março de 1969, 666, de 2 de julho de 1969, e 687, de 18 de julho de 1969; e dá outras providências.*

ag2021-08136



SF/21410.1116-80



A Exposição de Motivos da Medida Provisória esclarece que ela “objetiva melhorar o ambiente de negócios no Brasil, bem como impactar positivamente a posição do país na classificação geral do relatório *Doing Business* do Banco Mundial”.

Foram apresentadas 252 emendas no prazo estabelecido pela Mesa Diretora do Congresso Nacional perante o órgão competente da Secretaria Legislativa do Congresso Nacional, nos termos do *caput* do art. 3º do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020.

Em seguida, no dia 6 de abril de 2021, nos termos do art. 3º, § 7º do referido Ato Conjunto, a matéria foi encaminhada à Câmara dos Deputados. Como houve alterações na Câmara dos Deputados, a MPV passou a tramitar, na forma de subemenda substitutiva, como Projeto de Lei de Conversão (PLV), a teor do art. 5º, § 4º, I, da Resolução nº 1, de 8 de maio de 2002-CN.

O PLV foi encaminhado ao Senado Federal, onde foram apresentadas emendas de Plenário.

Em razão da aprovação de emendas na forma do substitutivo ao final apresentado, a matéria deverá voltar à Câmara dos Deputados (art. 5º, § 2º, do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 2020).

O PLV nº 15, de 2021, é composto de 58 artigos.

O Capítulo I é a introdução. Os demais capítulos tratam destes assuntos:

- Facilitação para abertura de empresas (Capítulo II);
- Proteção de acionistas minoritários (Capítulo III);
- Facilitação do comércio exterior (Capítulo IV);
- Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira) (Capítulo V);
- Cobranças realizadas pelos conselhos profissionais (Capítulo VI);

ag2021-08136



SF/21410.1116-80



- Profissão de tradutor e intérprete público (Capítulo VII);
- Obtenção de eletricidade (Capítulo VIII);
- Desburocratização societária e de atos processuais e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) (Capítulo IX);
- Racionalização processual (Capítulo X);
- Nota comercial (Capítulo XI).

O **art. 1º** trata do objeto do PLV, mas omite alguns temas: há ausência de menção dos temas dos capítulos X e XI do PLV:

- racionalização processual;
- Nota comercial.

Além disso, o art. 1º menciona como objeto do PLV a **“desburocratização societária”**, sendo que o nome do Capítulo IX utiliza a expressão **“desburocratização empresarial”**.

O **art. 2º** do PLV promove alterações na Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, que trata da Redesim.

O § 1º do art. 2º prevê que a Redesim será administrada pelo Comitê para Gestão da Redesim (CGSIM) presidido por representante indicado pelo Ministro da Economia, nos termos do regulamento. O § 2º estabelece que a composição, a estrutura e o funcionamento do CGSIM serão definidos em regulamento, que contemplará representação dos órgãos e das entidades envolvidos no processo de registro e legalização de empresários, incluindo produtores rurais estabelecidos como pessoas físicas, e pessoas jurídicas e no processo de licenciamento e autorizações de funcionamento. O § 3º prevê que a plataforma tecnológica de integração do processo relativa à Redesim poderá abranger produtos artesanais alimentícios, inclusive de origem animal ou vegetal, e as obras de construção civil, de empresários e pessoas jurídicas.

O art. 4º estabelece que os órgãos e as entidades envolvidos no processo de registro e legalização de empresas, no âmbito de suas competências, devem manter à disposição dos usuários, de forma gratuita,

ag2021-08136



SF/21410.1116-80



por meio presencial e da internet, ficha cadastral simplificada, em que constem os dados atualizados da empresa, bem como informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisas prévias sobre as etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa de empresários, incluindo produtores rurais estabelecidos como pessoas físicas, e pessoas jurídicas e licenciamento e autorizações de funcionamento, de modo a fornecer ao usuário clareza quanto à documentação exigível e à viabilidade locacional, de nome empresarial, de registro, de licenciamento ou inscrição.

O art. 5º-A prevê que Resolução do CGSIM disporá sobre a classificação de risco das atividades, válida para todos os integrantes da Redesim, a ser observada na ausência de legislação estadual, distrital ou municipal específica, sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e observado o disposto no § 5º do art. 4º desta Lei. O § 1º estabelece que na hipótese de sobrevir legislação estadual, distrital ou municipal específica que disponha sobre a classificação de atividades, o ente federativo que editar a norma específica informará a alteração realizada ao CGSIM. O § 2º prescreve que as licenças, os alvarás e os demais atos públicos de liberação serão considerados válidos até o cancelamento ou a cassação por meio de ato posterior, caso seja constatado o descumprimento de requisitos ou de condições, vedada a atribuição de prazo de vigência por tempo indeterminado.

O *caput* do art. 6º-A diz que sem prejuízo do disposto no inciso I do *caput* do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado médio, na forma prevista no art. 5º-A desta Lei, o alvará de funcionamento e as licenças serão emitidos automaticamente, sem análise humana, por intermédio de sistema responsável pela integração dos órgãos e das entidades de registro, nos termos estabelecidos em resolução do CGSIM. O § 1º prevê que o alvará de funcionamento será emitido com a assinatura de termo de ciência e responsabilidade do empresário, sócio ou responsável legal pela sociedade, que firmará compromisso, sob as penas da lei, de observar os requisitos exigidos para o funcionamento e o exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, para efeito de cumprimento das normas de segurança sanitária, ambientais e de prevenção contra incêndio. O § 2º determina que do termo de ciência e responsabilidade constarão informações sobre as exigências que deverão ser cumpridas antes do início da atividade empresarial. O § 3º determina que o CGSIM comunicará ao responsável pela integração nos Estados e no Distrito Federal sobre o recebimento de classificação própria prevista em legislação estadual, distrital ou municipal específica, caso em que o sistema aplicará a classificação respectiva e não a estabelecida pelo CGSIM na forma prevista no *caput* do art. 5º-A da Lei. O

ag2021-08136



SF/21410.11116-80



§ 4º estabelece que a emissão automática de que trata o caput do artigo não obsta a fiscalização pelos órgãos ou pelas entidades estaduais, distritais ou municipais competentes. O § 5º prevê que a assinatura de termo de ciência e responsabilidade do empresário, sócio ou responsável legal pela sociedade, referido no § 1º do artigo, poderá ser realizada eletronicamente mediante o uso de assinaturas eletrônicas nos termos da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020. O § 6º estabelece que as disposições deste artigo não afastam as regras de licenças ambientais e outros atos autorizativos previstos na Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.

O art. 11 acrescenta atribuições ao Poder Executivo Federal para criar e manter na rede mundial de computadores – internet, sistema que deverá: I - realizar o registro e inscrições de empresários e pessoas jurídicas, sem estabelecimento físico; II - promover orientação e informação sobre etapas e requisitos para processamento de registro, inscrição, alteração e baixa de pessoas jurídicas ou empresários; III - prestar os serviços prévios ao registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, incluindo a disponibilização de aplicativo de pesquisa on-line e com resposta imediata sobre a existência de nome empresarial idêntico; IV - prestar serviço de consulta sobre a possibilidade de exercício da atividade empresarial no local indicado para o funcionamento do estabelecimento comercial, no caso de os municípios disponibilizarem resposta automática e imediata e seguirem as orientações constantes de resolução do CGSIM; V - prestar os serviços posteriores ao registro e legalização, incluindo a coleta de informações relativas aos empregados contratados pelo empresário ou pela pessoa jurídica; e VI - oferecer serviço de pagamento on-line e unificado das taxas e preços públicos envolvidos no processo de registro e legalização de empresas. O parágrafo único diz que o sistema mencionado no caput do artigo deverá contemplar o conjunto de ações a cargo dos órgãos e das entidades federais, estaduais, distritais e municipais, observado o disposto no art. 2º da Lei.

O art. 11-A estabelece que não poderão ser exigidos, no processo de registro de empresários, incluídos produtores rurais estabelecidos como pessoas físicas, e de pessoas jurídicas realizado pela Redesim: I - quaisquer outros números de identificação além do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), número de identificação cadastral única, nos termos do inciso III do caput do art. 8º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; II - dados ou informações que constem da base de dados do governo federal; III - coletas adicionais à realizada no âmbito do sistema responsável pela integração, a qual deverá ser suficiente para a realização do registro e das inscrições, inclusive no CNPJ, e para a emissão das licenças e dos alvarás para o funcionamento do empresário ou





da pessoa jurídica. O § 1º prevê que para os fins de implementação do disposto no inciso I do caput do artigo, os respectivos entes federativos deverão adaptar seus sistemas, de modo que o CNPJ seja o único identificador cadastral. O § 2º prescreve que a inscrição no CNPJ, a partir dos dados informados no sistema responsável pela integração nos Estados, elimina a necessidade de coleta de dados adicionais pelos Estados e pelos Municípios para emissão de inscrições fiscais, devendo o sistema federal compartilhar os dados coletados com os órgãos estaduais e municipais. O § 3º prevê que os dados coletados para inscrições e para licenças deverão ser previamente aprovados pelo CGSIM.

De acordo com o art. 14, foi incluído nas Disposições Transitórias da Lei nº 11.598, de 2007, que os órgãos integrados da REDESIM deverão promover a unificação da identificação nacional cadastral única, correspondente ao número da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

O art. 16-A estabelece no *caput* que o CGSIM poderá instituir outras iniciativas de integração entre União, Distrito Federal, Estados e Municípios, que visem a facilitação do ambiente de negócios no exercício de competências e atuações que envolvam os entes federativos. O § 1º determina que o CGSIM poderá instituir a obrigatoriedade da adesão do disposto no *caput* para os membros da REDESIM. O § 2º prevê que o CGSIM poderá instituir a adesão condicionada ou tácita, decorrente de não manifestação de contrariedade, do disposto no *caput* para os entes que não sejam membros da REDESIM, caso a iniciativa encontre-se sob matérias nas quais a União tenha competência privativa ou concorrente para legislar, na forma dos artigos 22 e 24 da Constituição Federal.

O **art. 3º** do PLV promove alterações na Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1993, que trata do registro empresarial.

- No art. 4º, foram incluídas no Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Drei) as seguintes atribuições: X - instruir, examinar e encaminhar os pedidos de autorização para nacionalização ou instalação de filial, de agência, de sucursal ou de estabelecimento no País por sociedade estrangeira, ressalvada a competência de outros órgãos federais; XIII - apoiar a articulação e a supervisão dos órgãos e das entidades envolvidos na integração para o registro e a legalização de empresas; XIV - quanto à integração para o registro e a legalização de empresas: a) propor planos de ação e diretrizes e



implementar as medidas decorrentes, em articulação com outros órgãos e entidades públicas, inclusive estaduais, distritais e municipais; b) especificar os sistemas de informação, propor as normas necessárias e executar os treinamentos decorrentes, em articulação com outros órgãos e entidades públicas, inclusive estaduais, distritais e municipais, observadas as respectivas competências; c) implementar e executar sistemática de coleta e tratamento de informações e estatísticas; e d) propor e implementar projetos, ações, convênios e programas de cooperação, em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, no âmbito de sua área de competência; XV - quanto ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, propor os planos de ação, as diretrizes e as normas e implementar as medidas necessárias; XVI - coordenar as ações dos órgãos incumbidos da execução dos serviços do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins; XVII - especificar, desenvolver, implementar, manter e operar os sistemas de informação relativos à integração para o registro e a legalização de empresas, em articulação e observadas as competências de outros órgãos; e XVIII - propor, implementar e monitorar medidas relacionadas com a desburocratização do registro público de empresas e destinadas à melhoria do ambiente de negócios no País.

- O art. 35 prevê que não podem ser arquivados: III - os atos constitutivos de empresas mercantis que, além das cláusulas exigidas em lei, não designarem o respectivo capital e a declaração de seu objeto, cuja indicação no nome empresarial é facultativa; V - os atos de empresas mercantis com nome idêntico a outro já existente. O § 2º estabelece que eventuais casos de confronto entre nomes empresariais por semelhança poderão ser questionados pelos interessados, a qualquer tempo, por meio de recurso ao Drei.
- O art. 35-A prescreve que o empresário ou a pessoa jurídica poderá optar por utilizar o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) como nome empresarial, seguido da partícula identificadora do tipo societário ou jurídico, quando exigida por lei.



SF/21410.1116-80



- O art. 37 determina que os pedidos de arquivamento serão instruídos obrigatoriamente com a ficha cadastral padronizada, que deverá seguir o modelo aprovado pelo Drei, a qual incluirá, no mínimo, as informações sobre os seus titulares e administradores, bem como sobre a forma de representação da empresa mercantil.
- O art. 56 estabelece que os documentos arquivados pelas juntas comerciais não serão retirados, em qualquer hipótese, de suas dependências, ressalvado o disposto no art. 57 da Lei.
- O art. 57 prevê que quaisquer atos e documentos, após microfilmados ou preservada a sua imagem por meios tecnológicos mais avançados, poderão ser eliminados pelas juntas comerciais, conforme disposto em regulamento. O parágrafo único determina que antes da eliminação prevista no caput do artigo, será concedido o prazo de 30 (trinta) dias para os acionistas, os diretores e os procuradores das empresas ou outros interessados retirarem, facultativamente, a documentação original, sem qualquer custo.
- O art. 63 estabelece que os atos levados a arquivamento nas juntas comerciais são dispensados de reconhecimento de firma.
- O art. 64 diz que a certidão dos atos de constituição e de alteração de empresários individuais e de sociedades mercantis, fornecida pelas juntas comerciais em que foram arquivados, será o documento hábil para a transferência, por transcrição no registro público competente, dos bens com que o subscritor tiver contribuído para a formação ou para o aumento do capital.

O **art. 4º** do PLV prevê que os órgãos, as entidades e as autoridades competentes disporão do prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de publicação da Lei, para se adequar às alterações promovidas na Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, de que trata o art. 2º da Lei. O § 1º diz competir ao Ministério da Economia notificar os órgãos, as entidades e as autoridades competentes quanto às alterações promovidas na Lei nº 11.598,

ag2021-08136



SF/21410.1116-80



de 3 de dezembro de 2007, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de publicação da Lei. O § 2º assegura aos Municípios o direito de denunciar, a qualquer tempo, a sua adesão à Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) por meio do consórcio de que trata o art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007. O § 3º também assegura aos integradores estaduais o direito de solicitar a sua substituição por outro órgão ao Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM), no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação desta Lei. O § 4º prevê que na hipótese prevista no § 3º do artigo ou de descumprimento das normas da Redesim pelo integrador estadual, o CGSIM definirá o órgão que assumirá a função de integrador estadual.

Os arts. 5º a 7º do PLV do **Capítulo III** tratam da proteção dos acionistas minoritários.

Entre outras mudanças na MPV, foi incluída pela Câmara a possibilidade de voto plural nas sociedades anônimas.

O Capítulo IV, composto dos arts. 8º a 12, trata da facilitação ao comércio exterior. O espírito que anima todo o capítulo é o da simplificação burocrática nos procedimentos de importação e exportação.

O **art. 8º** do PLV atende a exigência do artigo 10, item 4, do Protocolo de Emenda ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, adotado pelo Conselho-Geral da Organização Mundial do Comércio, em 27 de novembro de 2014, e seu anexo, chamado “Acordo sobre a Facilitação do Comércio”, adotado pelos membros da Organização Mundial do Comércio, em 7 de dezembro de 2013. O Acordo foi promulgado por meio do Decreto nº 9.326, de 3 de abril de 2018.

Além disso, o **art. 8º** determina a criação da solução de guichê único eletrônico aos importadores, exportadores e demais intervenientes no comércio exterior, cuja gestão caberá ao Ministério da Economia e que deverá obedecer aos termos da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos.

Por meio o guichê único, esses operadores poderão encaminhar documentos, dados ou informações aos órgãos ou entidades da administração pública federal direta e indireta como condição para a



importação ou exportação de bens. Igualmente, será granjeado, mediante prévia autorização dos clientes, acesso às instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio exclusivamente para consulta a tais dados, informações e documentos. Também por meio desse guichê, exigências administrativas serão feitas e notificadas, dentro dos prazos legais.

A solução de guichê único eletrônico também facultará o pagamento unificado por meio do recolhimento das taxas bem como qualquer outra receita federal.

O **art. 9º** do PLV reforça a disciplina do art. 8º ao proibir a exigência de preenchimento de formulários em papel ou em formato eletrônico ou a apresentação de documentos, dados ou informações para a realização de importações ou exportações por outros meios, distintos da solução de guichê único, exceto quando: a) haja circunstâncias técnicas ou operacionais excepcionais; e b) relativos aos procedimentos de aos procedimentos de habilitação, registro ou certificação de estabelecimentos, produtos ou processos produtivos relacionados com o comércio doméstico.

O **art. 10º** do PLV reforça a segurança jurídica ao proibir a imposição de licenças ou autorizações como requisitos de importação ou exportação em razão da característica das mercadorias sem que estejam previstas em lei ou ato normativo editado por autoridade competente. Ademais, determina que as propostas de edição ou alteração de atos sejam objetos de consulta pública prévia e Análise de Impacto Regulatório, o que também vai ao encontro do Acordo de Facilitação do Comércio (art. 2º), ao princípio constitucional da economicidade dos atos públicos e ao espírito do ordenamento jurídico brasileiro, também pautado pela Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, e o Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, que regulamenta a análise de impacto regulatório.

O **art. 11** do PLV estabelece o dever de compartilhamento com a Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia dados e informações relativos às transações entre residentes ou domiciliados no País e residentes ou domiciliados no exterior que compreendam serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações patrimoniais para as pessoas físicas e jurídicas ou dos entes despersonalizados. A medida visa a substituir o Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv), considerado burocrático e de difícil uso, por um sistema de levantamento de dados que ficaria a encargo da Secretaria Especial.

ag2021-08136



SF/21410.11116-80



Finalmente, o **art. 12** do PLV, oferece alterações aos artigos 29, 31, 34, 36 e 40 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona, e modifica outras leis.

A primeira modificação à sobredita Lei trazida pelo art. 12 é formal: no *caput* do art. 29 da Lei nº 12.546, de 2011, é corrigido o nome do Ministério incumbido das investigações de defesa comercial.

As modificações feitas ao art. 31 da Lei nº 12.546, de 2011, que trata sobre os critérios de determinação do país de origem da mercadoria, são as mais numerosas e espelham, em muito a Portaria nº 15, de 18 de fevereiro de 2020, da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, do Ministério da Economia e a Portaria Secex nº 87, de 31 de março de 2021, que dispõe sobre Procedimento Especial de Verificação de Origem Não Preferencial para fins de aplicação do disposto no art. 33 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. Os artigos subsequentes também espelham essas portarias.

Em primeiro lugar, são acrescentadas novas alíneas ao § 1º, I, para se considerar também como produto totalmente obtido em um país, transplantadas da Portaria nº 15, de 2020, da Secex: a) as mercadorias obtidas por pessoa jurídica de país do leito do mar ou do subsolo marinho, sempre que o país tenha direitos para explorar esse fundo do mar ou subsolo marinho; b) os bens obtidos no espaço extraterrestre, sempre que sejam obtidos por pessoa jurídica ou por pessoa natural do país; e c) as mercadorias produzidas exclusivamente com os materiais considerados como totalmente obtidos em um país.

Em segundo lugar, pautam-se novos critérios de modificação substancial, apostas no § 2º do art. 31, o segundo dos quais não constante na Portaria Secex supramencionada: I - o produto em cuja elaboração tenham sido utilizados materiais não originários do país, quando resultante de processo de transformação que lhe confira uma nova individualidade, caracterizada pelo fato de estar classificado em posição tarifária (primeiros quatro dígitos do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias - SH) diferente da posição dos mencionados materiais; II - o produto em cuja elaboração tenham sido utilizados materiais não originários do país, quando o valor aduaneiro desses materiais não exceder cinquenta por cento do valor *Free on Board* - FOB do produto.

ag2021-08136



Ao art. 34 da Lei nº 12.546, de 2011, que trata da troca de informações para a comprovação de origem, acresce a exigência de que o exportador ou produtor informe sobre o índice de materiais não originários utilizados na obtenção do produto. Possibilita a realização de diligência ou fiscalização nos estabelecimentos do produtor estrangeiro, do importador ou do exportador, para aferição da veracidade das informações oferecidas para a comprovação de origem. Coloca o produtor estrangeiro, exportador ou importador que negarem acesso tempestivo às informações necessárias à comprovação de origem, *prima facie*, em suspensão, devendo ser a mercadoria presumida como originária do país gravado com a medida de defesa comercial que motivou a abertura de investigação de origem não preferencial.

O art. 35 da Lei nº 12.546, de 2011, estabelece prazo para emissão da licença ou autorização para realização de obras em vias públicas de cinco dias, na ausência de prazo pelo poder público local, o município. Na hipótese de aquiescência do órgão competente, considerar-se-á autorizada a realização da obra, passível de cassação quando não observadas as condições do requerimento apresentado. Esse mecanismo de autorização se aplica apenas a obras de baixa complexidade, distantes até 150 metros da rede de distribuição, no caso de intervenção em área urbana, e até 1000 metros da rede em áreas semiurbanas e rurais.

O art. 36 da Lei nº 12.546, de 2011, estabelece o prazo máximo de 45 dias para atendimento de solicitação de consumidores do grupo A por concessionária ou permissionária local para intervenções de baixa complexidade em área urbana, ou e o prazo infralegal para os demais casos, a ser estabelecido pela agência reguladora.

O art. 37 da Lei nº 12.546, de 2011, exige a necessidade de aprovação pela concessionária ou permissionária local de projeto de instalação de energia elétrica interno ao imóvel, ou da emissão de Anotação, de Registro ou de Termo de Responsabilidade Técnica pelo profissional competente, que poderá responder nas esferas administrativa, civil e criminal em caso de danos e de acidentes decorrentes de eventuais erros de execução ou de projeto internos do imóvel.

As modificações ao art. 36 da Lei nº 12.546, de 2011, refletem quesitos gerais constantes na Portaria Secex nº 87, de 2021, que dispõe Sobre Procedimento Especial De Verificação De Origem Não Preferencial.

ag2021-08136



Finalmente, as alterações ao art. 40 da Lei nº 12.546, de 2011, preveem que o importador arcará com os ônus decorrentes da devolução ao exterior dos produtos que excederem as restrições quantitativas e que a devolução ao exterior estará limitada ao que exceder a cota.

Por meio do **Capítulo V**, o PLV dá autorização ao Poder Executivo para instituir o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira) e o Cadastro Fiscal Positivo, trazendo disposições correlatas.

O **art. 13** do PLV autoriza a instituição do Sira, sob governança da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), constituído por conjunto de instrumentos, mecanismos e iniciativas destinados a facilitar a identificação e a localização de bens e devedores, bem como a constrição e a alienação de ativos.

De acordo com o que se depreende do **art. 14** do PLV, que trata dos objetivos do Sira, as medidas seriam efetuadas apenas no âmbito judicial: no inciso II é utilizada a expressão “conferir efetividade às decisões judiciais” e o inciso III afirma que os dados devem ser utilizados “no âmbito de processo judicial”. Além disso, o inciso V deixa claro que as informações poderão ser utilizadas para “recuperação de créditos públicos ou privados”.

O **art. 15** do PLV é principiológico. Em linhas gerais, busca-se a melhoria da efetividade e eficiência das ações de recuperação de ativos, mediante estímulo ao uso de soluções tecnológicas na recuperação de créditos. A necessidade de utilização da via judicial está expressa no inciso V, que afirma o princípio “ampla interoperabilidade e integração com os demais sistemas semelhantes, em especial aqueles utilizados pelo Poder Judiciário”, de modo a “permitir o cumprimento eficaz de ordens judiciais”.

O **art. 16** estabelece as disposições que deverão conter o ato do Presidente da República, em especial “as demais competências da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e do órgão central de tecnologia da informação no âmbito do Sira”.

Os **arts. 17 a 20** do PLV são inovações em relação ao texto original da MPV, o que obrigou a renumeração dos artigos nela preexistentes com esses números.

O **art. 17** do PLV: *i)* autoriza o Executivo a instituir, sob governança da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Cadastro Fiscal Positivo; *ii)* define os objetivos desse Cadastro; *iii)* permite o



estabelecimento de convênio com Estados, Municípios e Distrito Federal para compartilhamento de informações que contribuam para a formação do referido cadastro; iv) atribui competências ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional na regulamentação do Cadastro Fiscal Positivo.

O **art. 18** do PLV atribui competência ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional para regulamentar o Cadastro Fiscal Positivo.

O **art. 19** do PLV promove alterações na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que *dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências*, para tratar do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e de competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), por meio de modificações nos arts. 80, 81, 81-A e 82.

O **art. 20** do PLV altera os arts. 3º, 19-C e 19-F da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que *dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências*. Esse cadastro é o conhecido Cadin.

Em sequência, temos o **Capítulo VI**, composto exclusivamente pelo **art. 21** do PLV, que versa sobre as cobranças realizadas por conselhos profissionais, trazendo alterações nos arts. 4º, 7º e 8º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011. A MPV, em seu art. 17, modificava somente o parágrafo único do art. 8º dessa Lei.

Dá-se nova redação ao parágrafo único do art. 4º da Lei nº 12.514 de 2011, para determinar que o inadimplemento ou o atraso no pagamento das anuidades não ensejará a suspensão do registro ou o impedimento de exercício da profissão.

O novel art. 7º da Lei nº 12.514 de 2011, estabelece permissivo para que, em situações nele definidas, mas sem renúncia ao valor devido, os Conselhos deixem de efetuar cobranças administrativas e judiciais.

O art. 8º da Lei nº 12.514 de 2011, modificado pelo PLV determina que os Conselhos não executarão judicialmente dívidas, de quaisquer das origens previstas no art. 4º daquela Lei, com valor total inferior a 5 (cinco) vezes o constante do inciso I do *caput* do seu art. 6º, observado o disposto no respectivo § 1º.



A regra do parágrafo anterior não obstará ou limitará a realização de medidas administrativas de cobrança, tais como a notificação extrajudicial, a inclusão em cadastros de inadimplentes e o protesto de certidões de dívida ativa (§ 1º do proposto novo art. 8º da Lei nº 12.514 de 2011).

Ademais, o § 2º do sugerido art. 8º da Lei nº 12.514 de 2011, estatui que os executivos fiscais de valor inferior ao previsto no *caput* do artigo serão arquivados, sem baixa na distribuição das execuções fiscais, sem prejuízo do disposto no art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.

O **Capítulo VII** do PLV trata da profissão de tradutor e intérprete público.

De início, nos **arts. 22 a 24** do PLV são definidos os requisitos para o exercício da profissão de tradutor e intérprete público: *i.* ter capacidade civil; *ii.* ter formação em curso superior completo em qualquer área do conhecimento; *iii.* ser brasileiro ou estrangeiro residente no país; *iv.* ser aprovado em concurso para aferição de aptidão, este podendo ser dispensado àqueles que obtiverem grau de excelência em exames nacionais e internacionais de proficiência, nos termos do regulamento; *v.* não estar enquadrado nas hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1º, *caput*, I, *e*, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e *vi.* ter registro na junta comercial do local de seu domicílio ou de atuação mais frequente. Cumpridos os requisitos, pode habilitar-se e registrar-se para um ou mais idiomas estrangeiros, ou, ainda, em Língua Brasileira de Sinais (Libras), atuando em qualquer Estado e no Distrito Federal, com a manutenção da inscrição apenas no local de seu domicílio ou de atuação mais frequente.

O **art. 25** do PLV trata do concurso para aferição de aptidão, que será organizado nacionalmente pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI) da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SGD/SEDGG/ME), com apoio das juntas comerciais dos Estados e do Distrito Federal, tendo normas editadas pelo diretor do DREI e sendo válido por prazo indefinido. O concurso incluirá prova escrita e prova oral, com simulação de interpretação consecutiva, para avaliar a compreensão das sutilezas e dificuldades de cada um dos idiomas.

As atividades privativas dos tradutores e intérpretes públicos são definidas no **art. 26** do PLV: *i.* traduzir qualquer documento que tenha de ser apresentado em outro idioma perante pessoa jurídica de direito público





interno ou serviços notariais e de registro de notas ou de títulos e documentos; *ii.* realizar traduções oficiais, quando exigido por lei; *iii.* interpretar e verter verbalmente, perante ente público, a manifestação de pessoa que não domine a língua portuguesa se não houver agente público apto a realizar a atividade ou se exigido por lei específica; *iv.* transcrever, traduzir ou verter mídia eletrônica de áudio ou vídeo, em outro idioma, certificada por ato notarial; e *v.* realizar, quando solicitados pela autoridade competente, os exames necessários à verificação da exatidão de qualquer tradução que tenha sido arguida como incompleta, imprecisa, errada ou fraudulenta.

Essas atividades não impedem a designação, pela autoridade competente, de tradutor e intérprete público *ad hoc* no caso de inexistência, impedimento ou indisponibilidade de tradutor e intérprete público habilitado para o idioma. Tampouco impede a realização da atividade por agente público que seja ocupante de cargo ou emprego com atribuições relacionadas com a atividade de tradutor ou intérprete; ou com condições de realizar traduções e interpretações simples e correlatas com as atribuições de seu cargo ou emprego.

O **art. 27** do PLV estabelece que as traduções realizadas pelos tradutores e intérpretes públicos são presumidas fíéis e exatas as traduções, tendo por isso fé pública. Também têm fé pública, as traduções: *i.* feitas por corretores de navios, em sua área de atuação; *ii.* dos manifestos e documentos que as embarcações estrangeiras tiverem de apresentar para despacho aduaneiro; *iii.* realizadas por agentes públicos com cargo ou emprego de tradutor ou intérprete ou que sejam inerentes às atividades do cargo ou emprego; e *iv.* que se enquadrem nas hipóteses previstas em ato do Poder Executivo federal.

Define-se, também, que a presunção de fidelidade e exatidão das traduções feitas por tradutores e intérpretes públicos não afasta a obrigação de o documento na língua original acompanhar a sua respectiva tradução e de a possibilidade de ente público ou qualquer interessado impugnar, nos termos estabelecidos nas normas de processo administrativo ou de processo judicial aplicáveis ao caso concreto, a fidedignidade ou exatidão da tradução.

As sanções possíveis a que estão sujeitos os tradutores e intérpretes públicos que realizarem traduções incompletas, imprecisas, erradas ou fraudulentas, além de eventual responsabilização civil e criminal, são discriminadas no **art. 28** do PLV: advertência, suspensão do registro por até um ano; e cassação do registro, vedada nova habilitação em prazo inferior



a quinze anos. Na dosimetria da pena serão consideradas: i. as punições recebidas pelo tradutor e intérprete público nos últimos dez anos; ii. a existência ou não de má-fé; e iii. a gravidade do erro ou a configuração de culpa grave.

Os **arts. 29 e 30** do PLV tratam do processo administrativo contra os tradutores e intérpretes públicos seguirá o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que *regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal*. Nesse caso, o processo e o julgamento serão realizados pela junta comercial do Estado ou do Distrito Federal no qual o tradutor e intérprete público estiver inscrito, cabendo recurso da decisão ao Diretor do DREI, que decidirá em última instância.

Com relação aos tradutores públicos e intérpretes comerciais que, até 30 de março de 2021, já estavam habilitados na forma prevista no regulamento aprovado pelo Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943, o **art. 31** do PLV determina que poderão continuar a exercer as atividades no território nacional, nos termos do disposto do Capítulo.

Pelos **arts. 32 e 33** do PLV tradutor e intérprete público poderá optar por se organizar na forma de sociedade unipessoal, bem como poderá realizar os seus atos em meio eletrônico, atendido o disposto no Lei nº 14.163, de 23 de setembro de 2020, que *dispõe, entre outras coisas, sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos*.

O **art. 34** do PLV estabelece que o DREI poderá editar normas complementares para a execução do disposto no Capítulo VII.

O **Capítulo VIII** do PLV trata da obtenção de eletricidade.

Na Câmara dos Deputados foram realizadas as modificações que seguem.

Ao **art. 35** do PLV, foram acrescentados os incisos I e II ao parágrafo 3º para abranger as solicitações de conexão: i) distantes até 150 metros da rede de distribuição em área urbana; e ii) distantes até 1000 metros da rede de distribuição em área “semiurbana e rural”.

O **art. 36** do PLV estabelece diretrizes a serem observadas pelas concessionárias ou permissionárias que prestam serviço de distribuição de

ag2021-08136



SF/21410.11116-80



energia elétrica. Trata-se do prazo de 45 dias para conclusão do procedimento de disponibilização da energia elétrica ao consumidor enquadrado no grupo A (inciso I), e, para os demais casos, atendimento aos prazos regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O **art. 37** do PLV estabelece a necessidade de adequação técnica do imóvel internamente, com designação do responsável técnico competente, dispensada exigibilidade de emissão de ART, de RRT e de TRT ou equivalente, assim como aprovação prévia pelo concessionário ou permissionário de distribuição de energia elétrica. Os novos prazos resultante do aperfeiçoamento constante do PLV estão em consonância com as melhores práticas e são meritórios.

O **Capítulo IX** trata da desburocratização empresarial e dos atos processuais e da prescrição intercorrente é composto dos arts. **38 a 43** do PLV.

O **art. 38 do PLV** da proposição equipara todas as sociedades às sociedades empresárias, ressalvando: a) as normas tributárias das sociedades uniprofissionais e das sociedades cooperativas; e b) estendendo as regras de falência e recuperação para as sociedades equiparadas apenas após 5 anos da entrada em vigor da Lei, protegidos os créditos anteriores a essa lei como extraconcursais.

O **art. 39 do PLV** da proposição proíbe a constituição de novas sociedades simples, assegurado, porém, o registro, na junta comercial, das sociedades simples já contratadas anteriormente à entrada em vigor da Lei.

O **art. 40 do PLV** da proposição a) autoriza a migração das sociedades simples atualmente registradas no RCPJ para as juntas comerciais mediante deliberação da maioria e b) exige essa migração na hipótese de qualquer alteração posterior.

O **art. 41 do PLV** da proposição estabelece a conversão automática das Eirelis em sociedades limitadas unipessoais independentemente de qualquer alteração do ato constitutivo, tudo nos termos de regulamento do DREI.

O **art. 42 do PLV** da proposição altera o inciso I do art. 114 da Lei de Registros Públicos (que faziam menção ao registro das sociedades civis no RCPJ), além de corroborar a revogação do referido inciso II.

ag2021-08136



O **art. 43 do PLV** da proposição acresce art. 48-A ao Código Civil para permitir que as pessoas jurídicas de direito privado promovam assembleias gerais por meios eletrônicos, respeitado o direito de participação e de manifestação e sem prejuízo do disposto em leis especiais ou no ato constitutivo.

O **Capítulo X** com o **art. 44** do PLV tratando da racionalização processual.

No **art. 44 do PLV**, bem como no inciso XXXIII do art. 57, o PLV promove diversas alterações no Código de Processo Civil (CPC), nomeadamente estas:

- a. acrescentar dever das partes em manter atualizados dados perante órgãos públicos para recebimento de citações e intimações (art. 77, VII, CPC);
- b. estabelecer termo inicial de prazos processuais (art. 231, IX, CPC);
- c. fixa regras de citação (arts. 238, parágrafo único, 246, 247 e CPC);
- d. adiciona requisitos ao pedido de exibição de documentos ou coisa (art. 397, CPC);
- e. altera regras de suspensão do processo de execução (art. 921, CPC).
- f. revoga hipóteses de citação (revoga incisos I a V do art. 246, CPC).

O **Capítulo XI**, composto pelos **arts. 45 a 51** do PLV, trata da Nota Comercial.

A previsão da existência de nota comercial como valor mobiliário está prevista no art. 2º, VI, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. As disposições constantes do Capítulo XI estabelecem o regime jurídico da Nota Comercial como valor mobiliário, bem como o regime jurídico da Nota Comercial sujeita à negociação privada.

ag2021-08136

SF/21410.1116-80



O **art. 45** do PLV estabelece que a nota comercial é um título de crédito representativo de promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente sob a forma escritural.

Segundo o **art. 46** do PLV, podem captar recursos por meio da emissão de nota comercial as sociedades anônimas, as sociedades limitadas e as sociedades cooperativas.

De acordo com o **art. 47** do PLV, a nota comercial deve conter, obrigatoriamente:

- a denominação “Nota Comercial”;
- o nome ou razão social do emitente;
- o local e a data de emissão;
- o valor nominal;
- o local de pagamento;
- a data e as condições de vencimento;
- a taxa de juros, fixa ou flutuante, admitida a capitalização.

Além disso, a nota comercial poderá conter, facultativamente:

- o número da emissão e a divisão em séries;
- a descrição da garantia real ou fidejussória;
- a cláusula de pagamento de amortização e de rendimentos;
- a cláusula de correção por índice de preço; e
- os aditamentos e as retificações.

De acordo com o **art. 48** do PLV, a nota comercial é título executivo extrajudicial, que pode ser custodiada (ou “objeto de depósito”, no dizer do PLV) em entidade de depósito centralizado. A nota comercial poder ser executada independentemente de protesto, com base em certidão emitida pelo escriturador ou pelo depositário central.

É um tanto óbvio, mas o **art. 49** do PLV é expresso no sentido de que:

ag2021-08136



“A titularidade da nota comercial será atribuída exclusivamente por meio de controle realizado nos sistemas informatizados do escriturador ou no depositário central, quando esse título for objeto de depósito centralizado”.

Pode parecer óbvio – mas não o é – o **art. 50** do PLV, ao estabelecer que a CVM poderá estabelecer requisitos adicionais para a nota comercial emitida mediante oferta pública, inclusive quanto à necessidade de agente fiduciário.

Segundo o **art. 51** do PLV, para as ofertas privadas (ou “distribuições privadas”, no dizer do PLV), o serviço de escrituração deverá ser efetuado em sistemas que atendam aos seguintes requisitos (art. 51 do PLV):

- comprovação da observância de padrões técnicos adequados, em conformidade com os Princípios para Infraestruturas do Mercado Financeiro do Bank for International Settlements (BIS), inclusive no que diz respeito à segurança, à governança e à continuidade de negócios;
- garantia de acesso integral às informações mantidas por si ou por terceiros por elas contratados para realizar atividades relacionadas com a escrituração;
- garantia de acesso amplo a informações claras e objetivas aos participantes do mercado, sempre observadas as restrições legais de acesso a informações; e
- observância de requisitos e emprego de mecanismos que assegurem a interoperabilidade com os demais sistemas de escrituração autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários.

O **Capítulo XII** trata das Disposições Gerais.

Pelos arts. **52 a 56** do PLV, são alteradas as seguintes normas:

- **Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938**
- **Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965:**
- **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**

ag2021-08136



- **Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976**
- **Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019**

O **Capítulo XIII** do PLV trata das “Disposições Finais”.

O **art. 57** do PLV traz a cláusula de revogação.

Por fim, o **art. 58** do PLV estabelece que a cláusula de vigência.

Perante este Plenário, foram apresentadas as Emendas nºs 253 a 338. Veremos, em seção própria deste relatório, as descrições, as análises e as conclusões pelo acolhimento, pelo acolhimento parcial ou pela rejeição de cada uma dessas emendas.

Com o objetivo de auscultar a sociedade civil, este gabinete atentou para artigos que foram publicados na Internet e ouviu instituições que se manifestaram por meio de ofício ou de despachos. É o caso, por exemplo, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Instituto Brasileiro de Direito Empresarial (Ibrademp), do Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCont), da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP).

II – ANÁLISE

II.1. – Da Admissibilidade, Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

Consoante dispõe o art. 8º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, o Plenário de cada uma das Casas deverá examinar, preliminarmente ao mérito da medida provisória, o atendimento ou não dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

O art. 1º do PLV comete erro de técnica legislativa ao mencionar “**desburocratização societária**” no art. 1º, sendo que o nome do Capítulo IX utiliza a expressão “**desburocratização empresarial**”.

Outro lapso de técnica legislativa é a ausência de menção, por parte do art. 1º do PLV, aos temas dos Capítulos X e XI:

- racionalização processual;

ag2021-08136



SF/21410.1116-80



- nota comercial.

Como alertado anteriormente, o correto, de acordo com o art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, é o art. 1º do PLV mencionar todos os temas nele tratados. Seria errado não os mencionar, mas, pior que isso é deixar de referenciar dois deles, como ocorreu.

Portanto, exceção feita aos arts. 1º, § 6º-A e 7º do PLV, a técnica legislativa empregada na MPV e no PLV não merece reparos.

Justifica-se a relevância e a urgência da melhoria do ambiente de negócios no País. A Medida Provisória é relevante porque desburocratiza a abertura e o funcionamento de novas empresas, aprimora a governança corporativa das companhias abertas entre outros temas relevantes. A Medida Provisória também é urgente, porque a melhoria no ambiente de negócios colaborará para a manutenção e a criação de novas empresas, haja vista a necessidade de retomada do crescimento econômico, a criação de postos de trabalho e o aumento da arrecadação tributária.

No tocante ao quesito de constitucionalidade, a exigência para que o Poder Executivo Municipal, ou autoridade competente por ele delegada, instrua e emita a licença ou autorização para realização de obras em vias públicas, da forma constante no PLV, por intermédio de lei federal, é uma forma de interferir em outro ente federativo. Ao estabelecer obrigações para todos os municípios, alcançará não apenas aqueles dois que são objeto de avaliação pelo indicador, quais sejam Rio de Janeiro e São Paulo. Por isso, há risco de ter sua inconstitucionalidade arguida por infringir o art. 18 da CRFB, que prevê a autonomia dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Há ressalvas no tocante à juridicidade e à constitucionalidade da MPV.

II.2 – Da Adequação Financeira e Orçamentária

O PLV adequa-se plenamente às regras constitucionais e legais de adequação financeira e orçamentária como já foi visto na análise da MPV.

II.3 – Do Mérito

O art. 1º do PLV – **Capítulo I** – precisa de adaptações de técnica legislativa e de redação, conforme frisado acima.

ag2021-08136



SF/21410.11116-80



O **Capítulo II** do PLV trata da facilitação para abertura de empresas. Ele promove alterações na Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, que trata da Redesim, rede nacional que tem por finalidade simplificar e harmonizar os registros dos empresários e pessoas jurídicas.

A iniciativa da Medida Provisória faz parte do plano do Ministério da Economia e da Secretaria-Geral da Presidência da República de melhorar o ambiente de negócios e posicionar o País entre os cinquenta melhores no Relatório sobre ambiente empresarial do Banco Mundial até o fim de 2022.

A Redesim foi prevista em 2007, mas o marco regulatório para sua implementação foi criado em 2011. A Resolução CGSIM nº 25, de 18 de outubro de 2011, dispunha sobre parâmetros e padrões para desenvolvimento do modelo de integração da Redesim e foi revogada pela Resolução CGSIM nº 61, de 12 de agosto de 2020, que trata das medidas de simplificação e prevê o modelo operacional de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas.

Atualmente, há uma implementação desigual da Redesim, haja vista que por questões federativas a adesão de órgãos estaduais e municipais é optativa. Veremos mais à frente que foram previstas medidas no PLV que buscam incluir os órgãos estaduais e municipais, que ainda não estão integrados, na Redesim.

Atualiza-se adequadamente o órgão responsável pela presidência do Comitê Gestor que será um representante indicado pelo Ministério da Economia, conforme regulamento. A alteração visa a definir que o representante será indicado pelo Ministro da Economia, haja vista que a menção anterior na Medida Provisória era genérica, ao indicar o Ministério da Economia. A redação original da Lei nº 11.598, de 2007, dizia que a Redesim era administrada por um Comitê Gestor presidido pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Com a reorganização ministerial, as atribuições desse órgão extinto foram transferidas para o Ministério da Economia.

Além disso, ficou definido que a composição, a estrutura e o funcionamento do Comitê Gestor serão definidos em regulamento, contemplando de maneira correta a representação no Comitê dos órgãos e das entidades envolvidas no processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídica e no processo de licenciamento e autorizações de funcionamento, com a justificada inclusão de novos atores como os



produtores rurais estabelecidos como pessoas físicas. Ademais, foi corretamente previsto que a simplificação do processo de simplificação da abertura de empresas por meio de plataforma tecnológica de integração do processo pode abranger o mercado de produtos artesanais alimentícios, inclusive de origem animal ou vegetal, e as obras de construção civil, de empresários e pessoas jurídicas. Ficam assim contemplados dois importantes setores econômicos que passarão a contar com as medidas de facilitação procedimental.

Ficou devidamente esclarecido que será gratuita a manutenção à disposição dos usuários, por meio presencial e da internet, de informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisas prévias sobre as etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa de empresários e pessoas jurídicas e licenciamento e autorizações de funcionamento, de modo a fornecer ao usuário clareza quanto à documentação exigível e à viabilidade locacional, de nome empresarial, de registro, de licenciamento ou inscrição. A existência de materiais de orientação claros, seja em papel impresso, por meio de endereço eletrônico ou por meio de mídias sociais, bem como balcões de atendimento presencial com funcionários treinados, capazes e bem pagos, objetivando solucionar dúvidas dos usuários, podem facilitar a implementação das medidas de simplificação e de racionalização do procedimento de abertura de empresas.

O PLV acrescentou devidamente ainda que os órgãos e as entidades envolvidos no processo de registro e legalização de empresas devem manter à disposição dos usuários, de forma gratuita, por meio presencial e da internet, ficha cadastral simplificada, em que constem os dados atualizados da empresa. Dessa forma, com a alteração o empresário e a pessoa jurídica justificadamente terão acesso a ficha cadastral simplificada constando os seus dados. A nosso ver, o acesso a esses dados propiciará ao usuário maior facilidade no acesso às suas informações, seja para corrigi-las ou atualizá-las ou para compartilhar as informações com os diversos órgãos responsáveis pelo registro e licenciamento.

Foi modificada a expressão “Ato do Poder Executivo” para “Resolução do CGSIM” no que se refere à classificação de risco das atividades. A alteração torna o dispositivo mais específico ao atribuir competência ao CGSIM. A Resolução do CGSIM somente será observada se não houver legislação estadual, distrital ou municipal específica, respeitando assim a autonomia dos entes federativos. Caso sobrevenha legislação estadual, distrital ou municipal, o CGSIM será devidamente cientificado. Do ponto de vista da simplificação legislativa, é interessante que se uniformize no âmbito federal a classificação de risco das atividades

ag2021-08136



empresariais, mas o PLV ressalva a competência dos Estados e Municípios para estabelecer regras próprias de classificação de risco.

O § 2º do art. 5º-A na forma do PLV passou a adequadamente prever que as licenças, alvarás e demais atos públicos de liberação serão considerados válidos até o cancelamento ou cassação por meio de ato posterior, caso seja constatado o descumprimento de requisitos ou condições, não podendo ser atribuído prazo de vigência por tempo indeterminado. A redação original da Medida Provisória estabelecia que os atos públicos de liberação relativos à operação de estabelecimento empresarial teriam vigência indeterminada, exceto quando houvesse risco, o que era fundamentado em ato da autoridade competente. Na forma prevista no PLV, a licença será válida até o seu cancelamento por meio de ato posterior, mas não constará do documento a vigência por tempo indeterminado. O objetivo do dispositivo é evitar a renovação obrigatória, por simples decurso de prazo, de licenças de funcionamento que oneram o empresário com o pagamento de taxas de alvará, de licença e de funcionamento.

Nos casos em que o grau de risco da atividade for considerado médio, o alvará de funcionamento e as licenças serão emitidos automaticamente, sem análise humana, por intermédio de sistema responsável pela integração dos órgãos e das entidades de registro, nos termos estabelecidos em resolução do Comitê Gestor da Redesim. Vale destacar que antes da edição da Medida Provisórias as atividades eram classificadas em risco baixo e alto. A nova classificação permite que atividades de risco médio possam iniciar de forma imediata. Adequadamente, o PLV acrescentou ainda dispositivos que ampliam as medidas simplificadoras e de garantia da proteção ambiental.

O PLV justificadamente incluiu atribuições ao Poder Executivo Federal para criar e manter na rede mundial de computadores – internet, sistema que deverá colaborar para promover orientação e informação, prestar serviços prévios, realizar registro de empresários e pessoas jurídicas sem estabelecimento físico; prestar serviço de consulta; coletar informações sobre empregados e oferecer serviço de pagamento. Todas essas atribuições colaborarão para facilitar o procedimento de simplificação do processo de abertura de empresas.

Podemos citar como exemplo de sucesso na criação de um portal do empreendedor a formalização por meio de endereço eletrônico federal dos Microempreendedores Individuais (MEI), que chegam atualmente ao número de doze milhões de empreendedores (<https://www.gov.br>). O registro é totalmente *online* para o MEI.

ag2021-08136



SF/21410.1116-80



Ademais, foi inserido relevante dispositivo que impede a exigência aos empresários e às pessoas jurídicas de dados ou informações que constem da base de dados do Governo Federal, além de coletas adicionais à realizada no âmbito do sistema responsável pela integração, a qual deverá bastar para a realização do registro e das inscrições, inclusive no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, número de identificação cadastral única, nos termos do art. 8º, inciso III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2003, e para a emissão das licenças e dos alvarás para o funcionamento do empresário ou da pessoa jurídica. O PLV aperfeiçoou o dispositivo para incluir os produtores rurais estabelecidos como pessoas físicas. Os entes federativos deverão consequentemente adaptar seus sistemas, de modo que o CNPJ seja o único identificador cadastral. Os dados coletados para inscrições e licenças deverão ser previamente aprovados pelo CGSIM, ajudando na coordenação em âmbito federativo. O objetivo do dispositivo é tornar o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) o número de identificação cadastral única no âmbito do processo de abertura de empresas. A dificuldade para implementação de identificação cadastral única decorre do sistema federativo brasileiro que permite aos Estados e Municípios a autonomia para regular e arrecadar impostos e taxas.

A inclusão nas Disposições Transitórias da Lei nº 11.598, de 2007, que os órgãos integrados da REDESIM deverão promover a unificação da identificação nacional cadastral única, correspondente ao número da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ – tem a finalidade de estabelecer prazo para a implementação da medida.

O CGSIM adequadamente poderá instituir outras iniciativas de integração entre União, Distrito Federal, Estados e Municípios, que visem a facilitação do ambiente de negócios no exercício de competências e atuações que envolvam os entes federativos. A finalidade do dispositivo é permitir expressamente que o CGSIM promova iniciativas que melhorem o processo de abertura de empresas. O CGSIM pode instituir a obrigatoriedade da adesão do disposto no *caput* para os membros da REDESIM.

Além disso, o CGSIM pode adequadamente instituir a adesão condicionada ou tácita, decorrente de não manifestação de contrariedade, do disposto no *caput* para os entes que não sejam membros da REDESIM, caso a iniciativa encontre-se sob matérias nas quais a União tenha competência privativa ou concorrente para legislar, na forma dos artigos 22 e 24 da Constituição Federal. O dispositivo busca incluir na REDESIM os entes que ainda não são membros.

ag2021-08136



Foram promovidas também alterações na Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1993, que trata do registro empresarial.

Foram justificadamente ampliadas as atribuições do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI) para examinar pedidos de autorização para nacionalização; articular órgãos e integrar procedimentos no registro de empresas; propor programas de cooperação e planos de ação; coordenar ações; desenvolver sistemas e implementar medidas de desburocratização. O objetivo do dispositivo é incrementar a atuação do DREI no que se refere à integração para a abertura de empresas. A falta de coordenação entre os órgãos federais, estaduais e municipais pode justificar o Brasil ainda estar longe de alcançar as melhores práticas no âmbito da abertura de empresas.

Além disso, foi retirada a necessidade de declaração precisa do objeto, bastando a declaração do objeto, no caso de arquivamento dos atos constitutivos de empresa mercantis, desburocratizando a declaração do objeto da empresa.

Permitiu-se ainda o registro de atos de empresas mercantis com nome semelhante, mas não idêntico, a outro já existente, simplificando mais uma vez o registro de empresas. Vale destacar que eventuais casos de confronto entre nomes empresariais por semelhança poderão ser questionados pelos interessados, a qualquer tempo, por meio de recurso ao DREI, colaborando para solucionar os casos de confronto entre nomes empresariais.

Outra medida simplificadora foi a permissão prevista no PLV para que o empresário ou a pessoa jurídica opte por utilizar o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica como nome empresarial, seguido da partícula identificadora do tipo societário ou jurídico, quando exigida por lei. O dispositivo colaborará para a simplificação dos contratos celebrados pelos empresários e pelas pessoas jurídicas, bastando para tanto que eles utilizem o número do CNPJ.

Ademais, a ordem dos procedimentos no âmbito da Redesim inclui primeiro a verificação da disponibilidade do nome empresarial na junta comercial e depois a apuração da viabilidade da localização da atividade na autoridade municipal (consulta prévia de viabilidade). Com a utilização do CNPJ no lugar do nome empresarial, ficará dispensada a verificação da disponibilidade do nome empresarial, haja vista que não será possível haver confronto do nome empresarial.

ag2021-08136



SF21410.1116-80



Após a fase de consulta prévia de viabilidade, passa-se na Redesim para a fase de coleta de dados, registro e inscrições tributárias. Se houver integração entre os órgãos federativos, o interessado fornece todos os dados e informações pertinentes aos órgãos envolvidos no procedimento de abertura de empresas. Com isso, há compartilhamento de informações e o interessado passa a poder entregar a documentação ao órgão de registro (junta comercial, cartório de registro da pessoa jurídica ou OAB). Caso a documentação esteja correta, são gerados o CNPJ, as inscrições tributárias estaduais e municipais e o número de identificação no órgão. É necessário pagar uma taxa de cadastro de registro no Redesim. Por fim, se houver integração dos órgãos de licenciamento com a Redesim, são emitidos o alvará e as licenças de funcionamento.

Foi adequadamente determinado ainda que os pedidos de arquivamento serão instruídos obrigatoriamente com a ficha cadastral padronizada, que deverá seguir o modelo aprovado pelo Drei, a qual incluirá, no mínimo, as informações sobre os seus titulares e administradores, bem como sobre a forma de representação da empresa mercantil. A obrigatoriedade de instrução do pedido com a ficha cadastral padronizada havia sido revogada pelo texto original da Medida Provisória, mas foi mantida pelo PLV, objetivando padronizar as informações cadastrais.

Foi prevista também importante medida que preserva a memória dos atos mercantis ao estabelecer que antes da eliminação dos documentos arquivados pelas juntas comerciais será concedido o prazo razoável de trinta dias para que os acionistas, diretores e procuradores das empresas ou outros interessados retirem facultativamente a documentação original, sem qualquer custo.

Outra medida simplificadora foi a desnecessidade de reconhecimento de firma das procurações levadas a arquivamento nas juntas comerciais. A redação original da Lei nº 8.934, de 1994, exigia reconhecimento de firma no caso de procuração.

Também é positiva a inclusão expressa dos empresários individuais no dispositivo que determina que a certidão dos atos de constituição e de alteração de empresários individuais e sociedades mercantis, fornecida pelas juntas comerciais em que foram arquivados, será o documento hábil para a transferência, por transcrição no registro público competente, dos bens com que o subscritor tiver contribuído para a formação ou o aumento do capital. A redação anterior mencionava somente as sociedades mercantis.

ag2021-08136





Foi estabelecido ainda o prazo razoável de sessenta dias, contado da publicação da Lei, para que os órgãos, as entidades e as autoridades competentes se adequem às alterações promovidas na Lei do Redesim, permitindo aos entes federados se organizarem para o cumprimento das disposições do PLV.

Em suma, podemos concluir que as disposições previstas no texto original da Medida Provisória no que se refere à abertura de empresas foram mantidas e ampliadas pelo PLV, aperfeiçoando a nosso ver os dispositivos destinados à regular a matéria.

Entendemos que podemos avançar mais no que se refere ao processo de facilitação de abertura e funcionamento de empresas. Com efeito, a Medida Provisória (MP) nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, representa um importante marco para a segurança de documentos que tramitam eletronicamente. É essa norma que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

É em virtude dessa norma que os mais diversos sistemas, como bancários e de administração tributária, podem certificar, remotamente, a identidade eletrônica de pessoas físicas e a autenticidade de documentos eletrônicos.

Apesar do inegável avanço trazido pela MP nº 2.200-2, de 2001, atualmente apenas é possível certificar a identidade de pessoas físicas. Ainda não é possível vincular o certificado digital aos atributos de representação de pessoas jurídicas e de incapazes.

Com efeito, embora haja possibilidade técnica, os sistemas que exigem ou aceitam certificados digitais não identificam quando determinada pessoa física é representante de uma empresa ou um ordenador de despesa de um órgão público. Significa que a verificação de poderes de representação a uma pessoa jurídica, por exemplo, deve ser provada por meio de documento físico, o que debilita a utilidade da certificação digital.

Assim, propomos ao final medida para resolver esse problema.

O **Capítulo III** da MPV nº 1.040, de 2021, é composto dos arts. 5º e 6º, tratando da proteção dos acionistas minoritários das sociedades por ações. O art. 5º da MPV altera os arts. 122, 124, 138 e 140 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que rege as Sociedades por Ações.



Já no PLV, a alteração da Lei nº 6.404, de 1976, é distinta. Com efeito, o art. 5º do PLV incluiu alterações aos arts. 15, 16, 100, 110, 125, 135, 136, 141, 146, 215, 243, 252, 284, todos da Lei nº 6.404, de 1976, bem como incluiu nessa Lei os art. 16-A e 110-A.

Vejamos, inicialmente, cada uma dessas alterações efetuadas pelo art. 5º da MPV à Lei nº 6.404, de 1976. Após isso, veremos as alterações feitas pelo art. 5º do PLV à Lei nº 6.404, de 1976; pelo art. 6º à Lei nº 7.913, de 7 de dezembro de 1989; bem como a regra transitória do art. 7º a essas alterações.

De acordo com a alteração efetuada no art. 122 da Lei nº 6.404, de 1976, pela MPV, é substituída a palavra “concordata” por “recuperação judicial”, uma vez que a nomenclatura “concordata” não é mais utilizada pela legislação falimentar, que a substituiu pela expressão “recuperação judicial” (inciso IX e parágrafo único do art. 122).

Além disso, o art. 5º da MPV acrescenta o inciso X ao art. 122 da Lei nº 6.404, de 1976, para incluir as seguintes competências à assembleia geral dos acionistas:

- a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da companhia constantes do último balanço aprovado; e
- a celebração de transações com partes relacionadas que atendam aos critérios de relevância a serem definidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

Na prática corrente, o investidor minoritário não tem voz ativa sobre alienações e contribuições significativas, o que destoa da prática mundial, sendo prejudicado em caso de transações fraudulentas. O objetivo da alteração efetuada pela MPV é ampliar o poder da assembleia geral para deliberar sobre alienações e contribuições significativas e sobre celebração de transações com partes relacionadas segundo critérios de relevância da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A alteração do art. 124 da Lei nº 6.404, de 1976, amplia o prazo de antecedência da primeira convocação da assembleia ordinária de quinze para trinta dias, bem como concede à CVM, a pedido de qualquer acionista, o poder de declarar quais documentos e informações relevantes para a

ag2021-08136



deliberação da assembleia geral não foram tempestivamente disponibilizados aos acionistas, bem como o de determinar o adiamento da assembleia por até trinta dias, contado da data de disponibilização dos referidos documentos e informações aos acionistas.

Trata-se de adequar a legislação brasileira às boas práticas internacionais, o que é relevante para impactar positivamente a posição do Brasil na classificação geral do relatório *Doing Business* do Banco Mundial.

De acordo com a alteração do art. 138 da Lei nº 6.404, de 1976, passa a ser vedado, nas companhias abertas, a acumulação do cargo de presidente do conselho de administração com o cargo de diretor-presidente ou de principal executivo da companhia. Contudo, a alteração prevê que a CVM poderá excepcionar essa vedação, mediante edição de norma própria, para companhias com menor faturamento.

Já a alteração do art. 140 da Lei nº 6.404, de 1976, mediante inclusão do § 2º, diz respeito ao conselho de administração da sociedade por ações. Para tanto, estabelece que é obrigatória a participação de conselheiros independentes, nos termos e nos prazos definidos pela CVM.

O conselheiro independente não se confunde com os conselheiros indicados pelos acionistas minoritários, que são dotados de mecanismos próprios para a eleição de seus representantes no conselho de administração, tais como o voto múltiplo (art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976), de forma que o conselheiro independente pode ser – inclusive comumente é – eleito pelo acionista controlador. Infelizmente, porém, o sistema de voto múltiplo tem sido medida pouco efetiva para que acionistas minoritários sem influência significativa (art. 233, § 5º, da Lei nº 6.404, de 1976) possam ter assento no conselho de administração. É preciso mudar esse quadro caso se deseje democratizar o acesso ao mercado de capitais.

Além disso, curiosamente, não há definição na Lei nº 6.404, de 1976, do que seja conselheiro independente de uma *sociedade por ações* para as empresas privadas.

Já para as empresas públicas, sociedades de economia mista e respectivas subsidiárias, o art. 22, § 1º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais) estabelece os seguintes requisitos para caracterizar o conselheiro independente:



SF/21410.1116-80



I - não ter qualquer vínculo com a empresa pública ou a sociedade de economia mista, exceto participação de capital;

II - não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau ou por adoção, de chefe do Poder Executivo, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado ou Município ou de administrador da empresa pública ou da sociedade de economia mista;

III - não ter mantido, nos últimos 3 (três) anos, vínculo de qualquer natureza com a empresa pública, a sociedade de economia mista ou seus controladores, que possa vir a comprometer sua independência;

IV - não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da empresa pública, da sociedade de economia mista ou de sociedade controlada, coligada ou subsidiária da empresa pública ou da sociedade de economia mista, exceto se o vínculo for exclusivamente com instituições públicas de ensino ou pesquisa;

V - não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços ou produtos da empresa pública ou da sociedade de economia mista, de modo a implicar perda de independência;

VI - não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços ou produtos à empresa pública ou à sociedade de economia mista, de modo a implicar perda de independência;

VII - não receber outra remuneração da empresa pública ou da sociedade de economia mista além daquela relativa ao cargo de conselheiro, à exceção de proventos em dinheiro oriundos de participação no capital

O art. 26 da Instrução CVM nº 461, de 23 de outubro de 2007, define o que é e quais os requisitos para alguém ser e poder ser considerado conselheiro independente para *entidades administradoras* de bolsas de valores, bolsas de mercadorias e futuros e mercados de balcão organizado. Em linhas gerais, o conselheiro independente das *entidades administradoras* não mantém vínculo com a entidade administradora ou com sua controladora direta ou indireta, controladas ou sociedade submetida a controle comum direto ou indireto, bem como não pode ser sócio detentor de 10% ou mais do capital votante da entidade administradora.

Uma relevante definição de conselheiro independente, aplicável às empresas privadas e estatais, está no nível da autorregulamentação da única Bolsa de Valores existente no Brasil, cujo nome oficial é B3, mais comumente conhecida como Bovespa. De acordo com o item 2.1 do



SF/21410.11116-80



Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa, são as seguintes características do *Conselheiro Independente*:

(i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3(três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).



A Lei das Estatais já estabelece, no art. 22, que o Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 25% (vinte e cinco por cento) de membros independentes ou por pelo menos 1 (um).

Assim, a alteração efetuada pelo art. 5º da MPV ao art. 140 da Lei nº 6.404, de 1976, irá possibilitar à CVM não só a definição, como especialmente a obrigação da existência de conselheiros independentes para todas as sociedades anônimas abertas – e não apenas para as companhias que Nível 2 de Governança Corporativa da B3 ou para empresas estatais – nos termos e nos prazos definidos por regulamentação própria da CVM.

O mais adequado seria que, ao menos um dos conselheiros independente, fosse eleito pelos acionistas minoritários. Deixar todos os conselheiros independentes eleitos pelo controlador ou por acionistas com mais de 20% do capital (acionistas com influência significativa, como vimos acima) não nos parece medida efetiva em termos de boa governança.

De acordo com o art. 6º da MPV, a CVM poderá estabelecer regras de transição para as alterações efetuadas pelo art. 5º da MPV à Lei nº 6.404, de 1976. Veremos adiante ressalvas a esse dispositivo, transformado no art. 7º do PLV.



Vejamos agora as alterações do PLV à Lei nº 6.404, de 1976, que não constaram da MPV.

A alteração dos art. 15 e 16 adaptam as regras nele contidas para as alterações propostas para os arts. 16-A e 110-A, de modo a viabilizar a instituição da possibilidade de *voto plural*. A Lei nº 6.404, de 1976, como veremos adiante, estabelece que cada pessoa detentora de ação com direito a voto poderá votar nas deliberações das assembleias da companhia. A cada ação com direito a voto corresponde um voto. *Voto plural* significa que, para determinada classe de ação, cada uma pode corresponder a mais de um voto.

A inclusão do art. 16-A estabelece que a única possibilidade de classes diferentes para as ações ordinárias é, justamente, a possibilidade de existir ações com voto plural.

A alteração do art. 100 estabelece, para as companhias fechadas, a possibilidade de registros mecanizados ou eletrônicos. Embora carregada de boas intenções, essa matéria é estranha ao contido na MPV, o que é vedado. Trata-se, no jargão parlamentar, de um “jabuti”.

A alteração do art. 110 é efetuada para excluir o § 1º, mantendo apenas disposição do § 2º, transformado em parágrafo único, no sentido de que o estatuto poderá estabelecer limitação ao número de votos de cada acionista. O § 1º expressamente estabelece que “É vedado atribuir voto plural a qualquer classe de ações”, de modo a manter coerência com a inclusão do art. 110-A, que veremos a seguir.

O art. 110-A institui, de forma detalhada, a possibilidade de voto plural para determinada classe de ação ordinária. Sobre isso, devemos dizer o seguinte:

O art. 110, § 2º, da Lei nº 6.404, de 1976, veda expressamente a existência de ação com direito a mais de um voto:

Art. 110. A cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações da assembléia-geral.

§ 1º O estatuto pode estabelecer limitação ao número de votos de cada acionista.

§ 2º É vedado atribuir voto plural a qualquer classe de ações.

A revogação do § 2º do art. 110 e a inclusão do art. 110-A à Lei nº 6.404, de 1976, possibilitam a existência de ação com direito a mais de

ag2021-08136



SF/21410.1116-80



um voto. No caso, o limite máximo para a ação com voto plural é de dez votos.

Há uma série de condicionantes estabelecidas pelo proposto art. 110-A para emissão de ações com voto plural. Algumas delas limitam os poderes dos detentores dessas ações.

Ainda a respeito do voto plural, calha à fiveleta transcrever o relatório aprovado na Câmara do Deputados, que deu origem ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, ora em tramitação neste Senado Federal:

“Ademais, tópico amplamente discutido pela Câmara dos Deputados, desde a apresentação do PL nº 10.736, de 2018, e pelo Poder Executivo, no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Mercado de Capitais (IMK), acreditamos ser hora de incorporar na legislação brasileira o voto plural. Inovação já incorporada em jurisdições como Singapura, Hong Kong, Estados Unidos e Reino Unido, a medida é necessária para tornarmos o mercado de capitais brasileiro mais dinâmico e para evitar perdas de listagens de empresas brasileiras para quais a manutenção do controle acionário, num estágio inicial de abertura de capital, é fator essencial.

Destacamos, ainda, que o voto plural é mecanismo mais transparente de descasamento entre poder econômico e político que as intrincadas engenharias societárias adotadas por companhias brasileiras, via manipulação do mecanismo de ações superpreferenciais.”

De modo a conciliar proteção a investidores minoritários e estímulo a listagens, instituímos duas limitações ao voto plural, uma temporal e uma material. Do ponto de vista temporal, o voto plural terá duração máxima de 7 anos, prorrogáveis apenas se houver anuência, em assembleia geral, da maioria dos votos dos titulares de ações sem direito a voto plural. Do ponto de vista material, atribuímos ao voto plural o multiplicador máximo de dez votos por ação da classe especial, comparativamente às demais.”

Com efeito, a Emenda nº 17, apresentada pelo Deputado Marco Bertaiolli perante a Comissão Mista, tem como origem remota justamente os estudos do mencionado anteriormente Grupo de Trabalho sobre Mercado de Capitais (IMK), do qual participaram vários agentes do mercado, não só do Estado, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), mas também da Bolsa de Valores (B3) e de associações de investidores no mercado de capitais. O resultado foi, tanto quanto possível, um consenso entre as díspares posições que houve nesse grupo de trabalho.

ag2021-08136

SF/21410.11116-80



A alteração dos art. 125 e 135 da Lei nº 6.404, de 1976, substituiu a expressão “assembléia-geral” por “assembleia geral”, adequando-o à nova ortografia.

O *caput* e o § 2º do art. 136 da Lei nº 6.404, de 1976, foram alterados, com substituição da expressão “das ações com direito a voto” pela expressão “do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto”, de modo a se adequar à inclusão da possibilidade do voto plural prevista no proposto art. 110-A.

Foi incluído o § 2º-A ao art. 136 da Lei nº 6.404, de 1976, para prever que, na hipótese do § 2º a autorização da CVM será mencionada nos avisos de convocação e a deliberação com quórum reduzido somente poderá ser adotada em terceira convocação. Paralelamente, foi alterado o § 3º de modo existir menção também ao mencionado 2º-A.

Também a redação do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976, foi alterada, de modo a se adequar à inclusão da possibilidade do voto plural prevista no proposto art. 110-A.

A alteração do *caput* do art. 146 da Lei nº 6.404, de 1976, excluiu a expressão “devendo os diretores ser residentes no País” e a do § 2º, de forma coerente, substituiu a palavra “conselheiro” por “administrador”.

A alteração do art. 215 da Lei nº 6.404, de 1976, foi efetuada de modo a se adequar à inclusão da possibilidade do voto plural prevista no proposto art. 110-A à Lei nº 6.404, de 1976, nos moldes do que vimos anteriormente.

A alteração do art. 252 da Lei nº 6.404, de 1976, substituiu a expressão “assembléia-geral” por “assembleia geral”, adequando-o à nova ortografia. Além disso, adequou-se à inclusão da possibilidade do voto plural prevista no proposto art. 110-A, nos moldes do que vimos anteriormente.

A alteração do § 5º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 1976, que versa sobre influência significativa na direção da companhia, também visa adaptá-lo à previsão de voto múltiplo. Não confere qualquer proteção a acionistas minoritários.

A alteração art. 284 da Lei nº 6.404, de 1976, que versa sobre sociedade em comandita, é no sentido de excluir para esse tipo societário a possibilidade de voto múltiplo.

ag2021-08136



SF/21410.1116-80



00100.081720/2021-72
SF/21410.1116-80

39

O art. 6º do PLV altera o art. 1º da Lei nº 7.913, de 1989, para esclarecer que as medidas referidas no próprio dispositivo, poderão ser adotadas diretamente pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio respectivo órgão de representação judicial, e não apenas solicitadas ao Ministério Público. Essa disposição é benéfica a acionistas minoritários, razão pela qual pode ser mantido.

O art. 7º do PLV estabelece que a CVM poderá estabelecer regras transitórias para “as obrigações decorrentes do disposto neste Capítulo”.

O Capítulo IV trata da facilitação do comércio exterior.

Com relação aos dispositivos sobre a facilitação do comércio exterior, a Medida Provisória nº 1.040, de 29 de março de 2021, atende, a nosso ver, a necessidade concretização dos termos do Acordo de Facilitação do Comércio, do qual a República Federativa do Brasil é signatária. A solução do guichê único eletrônico e todas as obrigações dele decorrentes simplificarão em muito os processos de licenciamento e a comunicação expedita entre as partes.

No que atine à extinção do Siscoserv e sua substituição pelo levantamento administrativo da evolução das exportações de serviços, ela atende aos reclamos antigos dos operadores do comércio exterior. O sistema, embora meritório em seus fins, acabou criando um encargo regulatório irrazoável, porquanto não provia aos operadores mecanismo eficiente para a coleta de informações e, ao cabo, apenas criava obstáculos desnecessários às operações e multas decorrentes das falhas do próprio sistema.

Quanto aos dispositivos infralegais, agora alçados à estatura legal, concernentes às investigações de defesa comercial e origem não preferencial, são elas genéricas e reflexo do estado da arte e do debate dos órgãos reguladores do comércio exterior no Brasil e não criam posteriores constrangimentos regulatórios a esses mesmos órgãos, para a adaptação casuística das regras gerais.

Finalmente, quanto à previsão de que o importador arque com os ônus decorrentes da devolução ao exterior dos produtos que excederem as restrições quantitativas e que a devolução ao exterior estará limitada ao que exceder a cota, ela é eivada de razoabilidade.

ag2021-08136



O **Capítulo V** trata do Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira).

Os arts. 13 a 16, da MPV e do PLV são praticamente iguais, com mínimas variações: *i)* autorizam o Executivo a instituir, sob a governança da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira); *ii)* indicam suas destinações, objetivos e princípios; *iii)* conferem ao Presidente da República competência para dispor sobre algumas regras aplicáveis ao Sira.

Conforme relatado, a inovação no Capítulo V do PLV está entre os arts. 17 a 20. Todo o Capítulo V merece acolhimento integral.

O **Capítulo VI** da MPV é composto apenas pelo art. 17, que altera a redação do parágrafo único do art. 8º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011.

Pela alteração ali efetuada, passa a ser possível aos conselhos profissionais a inclusão de devedores em cadastros de inadimplentes, bem como o protesto de certidões de dívida ativa.

O PLV aprimorou o texto vindo do Executivo, motivo pelo qual o acatamos, à exceção do § 2º que o art. 21 pretende inserir no art. 8º da Lei nº 12.514, de 2011, pelo qual se determina que “os executivos fiscais de valor inferior ao previsto no *caput* deste artigo serão arquivados, sem baixa na distribuição das execuções fiscais, sem prejuízo do disposto no art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980”.

A Lei nº 6.830, de 1980, *dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências*. Seu art. 1º explicita a finalidade da norma:

Art. 1º A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil.

Não resta dúvida de que a regra do § 2º em comento é processual. Todavia, é vedado às medidas provisórias versar sobre direito processual penal e processual civil (art. 62, § 1º, I, *b*, da CF). Sendo a matéria infensa à medida provisória, igualmente a é para um projeto de lei de



conversão. O parágrafo que se busca acrescentar é, portanto, inconstitucional em razão da matéria.

Destarte, acolhemos todas as modificações feitas pelo PLV no Capítulo VI, exceto pelo acréscimo do § 2º ao art. 8º da Lei nº 12.514, de 2011, protagonizado pelo art. 21. Dessa maneira, o ali enumerado § 1º deve ser renomeado para parágrafo único.

O **Capítulo VII** trata da profissão de tradutor e intérprete público. Assim, com relação aos dispositivos sobre tradutores e intérpretes públicos, a Medida Provisória nº 1.040, de 29 de março de 2021, atende, a nosso ver, a necessidade de atualização da legislação vigente, que data da década de 1940.

Acreditamos correto que, em lei, figurem os aspectos mais gerais da profissão, deixando para o regulamento do Drei as especificidades relativas às questões da tradução e interpretação pública.

Vale lembrar que, nos últimos anos, duas proposições tratando sobre o assunto foram objeto de exame na Câmara dos Deputados, sem a conclusão de sua tramitação:

- Projeto de Lei nº 4.625, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que *altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, o Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938, o Decreto-Lei nº 486, de 3 de março de 1969, o Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903, o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, e o Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943, e dá outras providências*; e
- Projeto de Lei nº 7.499, de 2017, do Deputado Federal Lindomar Garçon, que *altera o Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943*.

Os dispositivos relativos à profissão de tradutor e intérprete público presentes tanto na MPV nº 1.040, de 2021, quanto no PLV nº 15, de 2021, tendem, sob o ponto de vista técnico, à necessidade de atualização da legislação sobre o tema, não exigindo alterações.

Destacamos que, no PLV nº 15, de 2021, poucas foram as mudanças no texto da MPV nº 1.040, de 2021, mas muito relevantes.

ag2021-08136



Primeiramente, entre os requisitos para o exercício da profissão de tradutor e intérprete público, altera-se a exigência de “ser brasileiro nato ou naturalizado” para “ser brasileiro ou estrangeiro residente no país”. Sem a mudança, a proposição exigiria que estrangeiros se naturalizassem brasileiros única e exclusivamente com o objetivo de acessar ao cargo público.

Em segundo lugar, com relação ao requisito de ser aprovado em concurso para aferição de aptidão para os cargos, este pode ser dispensado àqueles que obtiverem grau de excelência em exames nacionais e internacionais de proficiência, nos termos do regulamento. Julgamos correta a alteração, pois exames nacionais para estrangeiros (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros – Celpe-Bras), e alguns exames internacionais são reconhecidos em todos os Países como niveladores de proficiência. Garante-se, assim, o acesso à profissão, sem a perda da qualidade das traduções e interpretações.

Em terceiro lugar, como forma de promoção e proteção da pessoa com deficiência, reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras), permitindo que se habilitem tradutores e intérpretes públicos nesta língua.

Por fim, na Câmara dos Deputados definiu-se que, com relação aos atos de tradutores e intérpretes públicos em meio eletrônico, passa-se a observar o disposto na Lei nº 14.163, de 23 de setembro de 2020, que *dispõe, entre outras coisas, sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos*. No texto original da MPV, esses atos deveriam atender a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que *institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências*. A mudança feita pelo relator daquela Casa atualiza de forma correta a referência legal.

Como sugestão de tradutores e associações de tradutores, fazemos alguns acréscimos para o aprimoramento do Capítulo, tal como, a exigência de que o tradutor tenha residência em território nacional.

Também é importante ampliar as possibilidades da tradução juramentada, visto que, em várias regiões do País, há a dificuldade de encontrar tradutores de alguns idiomas.

ag2021-08136



SF/21410.1116-80



Definimos, ainda, os idiomas principais como aquelas línguas estrangeiras com maior número de tradutores formados no Brasil, ou seja, as línguas alemã, inglesa, francesa, espanhola e italiana, em suas diversas variedades geográficas.

As demais línguas consideramos idiomas secundários, aos quais o Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Drei) da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia poderá dispensar a exigência de tradutor e intérprete público com fê pública a estrangeiro residente no País que obtiver nível Avançado ou Avançado Superior no Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) e integre a Lista Nacional de Tradutores Celpe-Bras Registrados. Essa lista e o Cadastro Nacional de Tradutores Públicos e Intérpretes Concursados (CNTPIC), serão publicados pelo Drei e atualizados anualmente, nos termos do regulamento.

Também, é relevante especificar que, quando a tradução pública de um documento em idioma raro for necessária ou exigida e não constar tradutor público no CNTPIC, sempre que possível se utilizará o sistema triangular de tradução pública, entendido como a tradução pública para o vernáculo de documento em idioma secundário vertido para um dos idiomas principais.

O Capítulo VIII trata da obtenção de eletricidade.

Esse Capítulo se dedica à tentativa de resolução de um dos dez indicadores avaliados, no qual o Brasil apresenta nota 72,8 (entre 0 e 100), sendo a terceira maior nota nacional no relatório do Banco Mundial, e classificação específica de 98 entre 190 países. A avaliação ocorre a partir de dados obtidos apenas nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Essa nota se baseia no número de procedimentos para realização da ligação para fornecimento de energia elétrica (5, sendo que no país mais bem avaliado a ligação se dá com 3 procedimentos), no custo da ligação com base no percentual da renda per capita (203,4%), na confiabilidade de fornecimento e na transparência do índice tarifário (nota 6, de 0 a 8), e, por fim, na quantidade de dias entre a realização do procedimento de ligação para fornecimento da energia elétrica e a solicitação.

O Poder Executivo estabeleceu o prazo de cinco dias úteis contados a partir da apresentação do requerimento para que o município emita a licença ou autorização para a realização de obra em vias públicas

ag2021-08136



SF/21410.1116-80



para extensão da rede aérea de distribuição sob responsabilidade de concessionária ou permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, e, na hipótese de silêncio por parte do poder público municipal, concede-se autorização tácita para realização da obra conforme o requerimento apresentado, observando a legislação aplicável.

São obras de baixa complexidade, conforme descrição no parágrafo 3º do art. 35, necessárias para a conexão em área urbana cuja distância entre a rede de distribuição mais próxima seja de até 150 metros.

Relativamente à proposta original, o PLV inovou em acrescentar prazo para outorga da licença ou autorização em área semiurbana e rural cuja distância até a rede de distribuição mais próxima seja de, no máximo, 1.000 metros, sem a necessidade de ampliação, reforço ou melhoria no sistema de distribuição de energia elétrica, para potência contratada de até 140 kVA. Além disso, estabeleceu prazo máximo de 45 dias para que a concessionária ou permissionária local conclua o atendimento de demanda advinda de unidade consumidora do grupo A, localizado em área urbana. Por fim, retirou a obrigatoriedade de aprovação de projetos de instalações elétricas internas ao imóvel pela concessionária, ou de registros de responsabilidade técnica em conselhos de classe.

Por outro lado, a obrigação estabelecida pela União aos agentes de distribuição de energia elétrica alcança a finalidade de buscar a redução dos indicadores de que trata o relatório *Doing Business*. Trata-se de obrigação estabelecendo prazo para que outro ente federado tome decisão sobre atribuição que lhe foi dada constitucionalmente. Trata-se do novo art. 36.

O **Capítulo IX** trata, além da prescrição intercorrente, objeto da MPV, bem como da desburocratização empresarial e de atos processuais

O art. 43 da proposição acresce art. 206-A ao Código Civil para prever que “a prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão, observadas as causas de impedimento, de suspensão e de interrupção da prescrição previstas neste Código e observado o disposto no art. 921 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)”.

Afora uma ressalva de técnica de redação legislativa a seguir descrita, o acréscimo é oportuno.

ag2021-08136



SF/21410.1116-80



A rigor, esse novo preceito apenas positiva o que já é pacífico na doutrina e na jurisprudência, como alertam os juristas baianos Pablo Stolze e Salomão Viana no seu artigo “*A Prescrição Intercorrente e a nova MP nº 1.040/21 (Medida Provisória de ‘Ambiente de Negócios’)*”, publicado no *site* do JusBrasil referente ao “Direito Civil Brasileiro”, coordenado pelo professor Rodrigo Toscano de Brito.

Todavia, a positivação aí é bem-vinda por consolidar interpretação e evitar divergências posteriores.

Há uma ressalva de redação legislativa. A redação do art. 206-A do CC tropeça quando faz remissão ao Código de Processo Civil e quando faz alusão às causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição.

É atécnico que um Código Civil faça remissão a outras normas, pois isso contraria a pretensão de generalidade. Não observar isso seria excepcional, quando a remissão for estritamente necessária. No caso em pauta, não há justa causa para a remissão. E a remissão ainda é perigosa juridicamente, pois o Código Civil é suporte para outros ramos do Direito, como para os processos trabalhista e fiscal, para os quais há normas especiais. Remeter-se ao CPC é ignorar que há outras normas processuais (como as trabalhistas e as fiscais) que têm de ser observadas quando se discute prescrição intercorrente.

Além disso, não há necessidade de fazer remissão às causas impeditivas, suspensivas e interruptivas de prescrição, pois o objeto da norma é apenas um: indicar o prazo da prescrição intercorrente. Em termos de legística, o art. 206-A tem estrutura similar ao art. 190 do CC: este prevê apenas o prazo prescricional da exceção. Assim como o art. 190 do CC não faz remissão a causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição, também o novo art. 206-A do CC não tem de fazer. A observância dessas causas é outra questão, disciplinada por outros dispositivos, e já é óbvio que precisam ser observadas.

Duas mudanças significativas merecem destaque por serem estruturais no direito empresarial.

A primeira é que a proposição extingue a figura da sociedade simples, de maneira que todas as sociedades passariam a, doravante, ser empresariais. Para tanto:



- a) o art. 57, alínea “e”, da proposição revoga o art. 982 (que define sociedade simples como sendo aquelas que não tem atividade própria de empresário).
- b) o art. 38 da proposição equipara todas as sociedades às sociedades empresárias, ressalvando: i) as normas tributárias das sociedades uniprofissionais e das sociedades cooperativas; e ii) estendendo as regras de falência e recuperação para as sociedades equiparadas apenas após 5 anos da entrada em vigor da Lei, protegidos os créditos anteriores a essa lei como extraconcursais.
- c) o art. 39 da proposição proíbe a constituição de novas sociedades simples, assegurado, porém, o registro, na junta comercial, das sociedades simples já contratadas anteriormente à entrada em vigor da Lei.

A segunda é que a proposição muda o registro das antigas sociedades simples do RCPJ (Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas) para as Juntas Comerciais. Para tanto:

- a) o art. 57, XVII, da proposição revoga o art. 114, II, da Lei de Registros Públicos (que prevê registro de sociedades civis no RCPJ);
- b) o art. 42 da proposição altera o inciso I do art. 114 da Lei de Registros Públicos (que faziam menção ao registro das sociedades civis no RCPJ), além de corroborar a revogação do referido inciso II.
- c) o art. 57, XXX, “e”, da proposição revoga o art. 998 do Código Civil – CC (que prevê o registro da sociedade simples no RCPJ) bem como o art. 1.000 do CC (que prevê o registro de sucursal de sociedade simples no RCPJ).
- d) o art. 40 da proposição i) autoriza a migração das sociedades simples atualmente registradas no RCPJ para as juntas comerciais mediante deliberação da maioria e ii) exige essa migração na hipótese de qualquer alteração posterior.



Além disso, o art. 43 da proposição faz alterações acerca desses dois temas no Código Civil.

Convém analisar as duas questões em conjunto levando em conta o principal objetivo da Medida Provisória em pauta: a de simplificar o ambiente de negócios.

O objetivo é simplificar, e não criar controvérsias jurídicas.

Dentro desse espírito, há a preocupação de haver uma duplicidade de órgãos de registros para as sociedades: o RCPJ para sociedades simples e as juntas comerciais para as sociedades empresárias.

Na prática, várias sociedades simples (como sociedades de médicos) acabam sendo registradas nas juntas comerciais por diversos motivos, tais como:

a) os escritórios de contabilidade, que geralmente são os incumbidos de praticar atos de abertura de sociedades, possuem mais familiaridade com as juntas comerciais;

b) as juntas comerciais possuem uma normatização federal única, capitaneada pela Drei (Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração), de maneira que há homogeneização normativa, à diferença do que sucede com os RCPJs, que são regrados pelos atos normativos expedidos pelos tribunais de justiça de cada Estado. Essa uniformização normativa existente entre as juntas comerciais é exemplarmente dada pela Drei. E aqui merece destaque o trabalho do professor de Direito Empresarial André Luiz Santa Cruz Ramos, que, na condição de diretor do Drei, promoveu ampla sistematização das normas que regem o registro mercantil, de que é exemplo a Instrução Normativa Drei nº 81, de 2020, que é uma verdadeira consolidação normativa. Isso evita que contratempos aos empresários, especialmente ao abrir filiais, pois não terão o risco de enfrentar normas locais diferentes;

c) as juntas comerciais estão totalmente integradas ao Redesim, o que facilita a obtenção de CNPJ, ao contrário dos RCPJs, que, salvo exceção de alguns Estados, ainda não estão totalmente integrados ao Redesim.



É preciso, porém, refletir sobre os impactos do fim do registro das sociedades simples nos cartórios na vida dos cidadãos.

Sabe-se que as juntas comerciais não possuem a capilaridade dos Cartórios de RCPJ ao longo do território nacional. Desse modo, em muitos municípios, profissionais liberais que decidem constituir uma sociedade simples ou alterar o contrato social têm mais facilidade em acessar os Cartórios do que as juntas comerciais.

Não é oportuno, em um prazo tão curto, como o é das Medidas Provisórias, abolir com o registro nos Cartórios de RCPJ. O caso é complexo e demandaria mais estudos.

É preciso recordarmos que o objetivo da Medida Provisória em pauta é melhorar o ambiente de negócios do país. E, nesse ponto, é essencial que facilitemos o acesso dos cidadãos aos serviços de registro, com inclusão dos cidadãos que moram em municípios sem acesso às juntas comerciais. A proposição, na verdade, parece dificultar o ambiente de negócios.

Ante o exposto, o PLV não anda bem na parte que acaba com o registro das sociedades simples nos Cartórios de RCPJ.

Dito isso, convém agora refletir sobre a outra mudança significativa do texto do PLV *sub oculi*: a extinção das sociedades simples e a equiparação com sociedades empresárias.

Nesse ponto, também a proposição não merece vingar de modo algum.

Como já afirmado, o objetivo da Medida Provisória é melhorar o ambiente de negócios. Extinguir as sociedades simples não vai melhorar o ambiente de negócios. Pelo contrário, vai criar inúmeras dúvidas jurídicas em diversos ramos do Direito. Afinal de contas, as legislações tributárias, administrativas, civis e de outros ramos produzidas em todas as esferas federativas sempre partiram da clássica divisão entre sociedades empresárias e sociedades simples.

Aliás, essa divisão decorre da diferença que o art. 966 do CC (que se mantém intacto, frise-se) faz entre atividade empresarial e atividade de profissional liberal. A sociedade empresária é aquela que exerce atividade empresarial. A sociedade simples, a que exerce atividade de profissional liberal sem empresarialidade. Trata-se de uma distinção clássica e estrutural



SF/21410.1116-80



do Direito Empresarial, a qual não pode ser extinta às pressas por meio de uma Medida Provisória. É necessário refletir sobre todos os impactos disso em todos os ramos do Direito, com consulta a todas as normas federais, estaduais e municipais.

A própria extinção da sociedade simples causará um terrível problema para os profissionais liberais, pois essa é o tipo societário que admite o ingresso de sócio apenas com o trabalho (o famoso “sócio de indústria” ou “sócio de serviço”). É extremamente comum em atividades de profissionais liberais, que se ajudam mutuamente em modelos societários, esse tipo de ingresso. Os outros tipos societários em que se admite o “sócio de indústria” (a sociedade em conta de participação e a sociedade em nome coletivo) são inconvenientes aos profissionais liberais.

A propósito disso e de outras dúvidas jurídicas que a extinção da sociedade simples causará, o professor Mário Luiz Delgado, na Coluna Migalhas Contratuais, do Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCont), dá nota do ambiente burocratizante que nascerá, levantando várias questões:

Ora, extinta a sociedade simples, tal como proposto no projeto de conversão, as sociedades de advogados estarão no limbo, excluídas do regime geral, à falta de tipo societário próprio, e impossibilitadas de se enquadrarem na tipologia das sociedades empresárias. Como fica a situação dos sócios de serviço, já que não estão tratados na legislação especial (Lei 8.906/94)? A distribuição de resultados a essa categoria será reconhecida pelo Fisco, para fins de tributação? E quanto aos regimes tributários especiais, como é o caso daquele previsto no decreto-lei 406/1968, que instituiu tributação diferenciada de ISS para sociedades de profissionais?

As sociedades já constituídas, com sócios de serviço, ainda que possam se abrigar sob o manto do ato jurídico perfeito, poderão admitir novos sócios de serviço? A Administração Tributária reconhecerá o direito adquirido das sociedades constituídas anteriormente ou valerá a máxima pretoriana de que “não existe direito adquirido a regime jurídico”?

Além disso, não enxergamos sequer uma utilidade prática na extinção das sociedades simples. Nenhuma. Há apenas duas possíveis utilidades práticas, as quais, todavia, podem ser alcançadas por outro caminho menos oneroso.

A primeira possível utilidade prática é a concentração do registro de todas as sociedades simples na junta comercial. Isso, porém,

ag2021-08136



SF/21410.1116-80



poderia ser obtido sem necessidade de irromper-se contra uma divisão científica estrutural do Direito Empresarial. Basta mudar, por lei, o local do registro. A abolição das sociedades simples iria, na verdade, causar mais dúvidas jurídicas e, portanto, mais litígios, o que vai contra o espírito da Medida Provisória, que é o de melhorar o ambiente de negócios.

A outra possível utilidade prática é admitir a aplicação da legislação de falência e de recuperação para as sociedades simples. Isso, todavia, pode ser obtido mediante uma simples alteração na legislação especial. Não há necessidade de atacar uma das colunas do Direito Empresarial, que é a antiga bipartição entre atividades empresariais e atividades de profissionais liberais.

Outro aspecto a ser reiterado é que o art. 966 do Código Civil subsiste hígido: a distinção entre atividade empresarial e atividade de profissional liberal não é revogada. Soa, assim, contraditório que as sociedades que exercem atividades de profissionais liberais sejam, agora, consideradas sociedades empresárias. Esse descompasso poderia gerar mais conflitos jurídicos, o que também contraria a finalidade da Medida Provisória.

Em suma, entendemos ser absolutamente desaconselhável extinguir as sociedades simples pelo fato de isso ser um potencial expressivo de gerar inseguranças jurídicas. Não enxergamos nenhum ganho prático. Há apenas riscos de causar insegurança jurídica. As possíveis utilidades práticas que teriam motivado a intenção de extinguir as sociedades simples podem ser obtidas mediante dispositivos legais específicos. É o caso da concentração do registro das sociedades simples nas juntas comerciais e o da admissão da falência e da recuperação para essas espécies de sociedade. Além disso, convém autorizar convênios das juntas comerciais a fim de que os RCPJs, com sua capilaridade, facilitem o acesso de todos os cidadãos à prestação dos serviços de registro mercantil.

No mesmo sentido do ora exposto manifestaram-se perante este Relator instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCont), a Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), o Instituto Brasileiro de Direito Empresarial (Ibrademp).

Nesse contexto, não convém acolher a proposição na parte em que extingue as sociedades simples. E, quanto ao local de registro, é viável admitir que o registro passe a ser nas juntas comerciais, admitido, porém,

ag2021-08136



SF/21410.1116-80



que os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, por meio de convênio, exerçam também essa atividade diante da maior capilaridade de seus serviços.

Em respeito, porém, ao ato jurídico perfeito e com atenção aos transtornos de eventual migração, os cartórios de registro civil das pessoas jurídicas podem continuar praticando atos relativos a sociedades simples já registradas neles ao tempo da entrada em vigor da nova lei.

Passemos a outro aspecto importante.

O art. 43 da proposição acresce art. 48-A ao Código Civil para permitir que as pessoas jurídicas de direito privado promovam assembleias gerais por meios eletrônicos, respeitado o direito de participação e de manifestação e sem prejuízo do disposto em leis especiais ou no ato constitutivo.

A alteração é benfazeja, porque dá suporte jurídico a uma realidade inescapável: a de prestígio à interação remota. A propósito, no seu artigo “A pandemia e o princípio da presença virtual”, publicado no site Migalhas, o civilista Mário Luiz Delgado, com razão, defende a existência do princípio da presença virtual, segundo a qual a interação remota e instantânea deve ser equiparada à presencial.

De fato, no ano de 2020, por conta da pandemia, o art. 5º da Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020, autorizou a realização de assembleias virtuais em pessoas jurídicas até 30 de outubro de 2020. Todavia, essa autorização foi temporária e restrita ao período da pandemia, como destacada o professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro Anderson Schreiber ao comentar o art. 48 do Código civil na obra “Código Civil Comentado” escrito em coautoria com Flávio Tartuce, Fernando Simão, Marco Aurélio Bezerra de Melo e Mário Luiz Delgado.

Com a Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020, o art. 1.080-A do Código Civil passou a autorizar, sem qualquer restrição temporal, deliberações remotas em uma única espécie de pessoa jurídica: as sociedades.

Daí decorre que hoje, após o esaurimento da regra temporária da Lei nº 14.010, de 2020, temos a situação contraditória de inexistir autorização legal para assembleias remotas nas demais pessoas jurídicas.

ag2021-08136



52

A proposição em pauta corrige essa falha e, por isso, merece aprovação nesse ponto.

O Capítulo X trata da racionalização processual.

No art. 44 e no inciso XXXIII do art. 57, o PLV promove diversas alterações no Código de Processo Civil (CPC), nomeadamente estas:

- a) acrescentar dever das partes em manter atualizados dados perante órgãos públicos para recebimento de citações e intimações (art. 77, VII, CPC);
- b) estabelecer termo inicial de prazos processuais (art. 231, IX, CPC);
- c) fixa regras de citação (arts. 238, parágrafo único, 246, 247 e CPC);
- d) adiciona requisitos ao pedido de exibição de documentos ou coisa (art. 397, CPC);
- e) altera regras de suspensão do processo de execução (art. 921, CPC).
- f) revoga hipóteses de citação (revoga incisos I a V do art. 246, CPC).

Há manifesta inconstitucionalidade formal. É insuperável. O art. 62, § 1º, I, “b”, da Constituição Federal veda medida provisória sobre “processo civil”. É o caso acima, pois todas as inovações acima são relativas à matéria de processo civil.

A proposição promove a extinção de uma espécie de pessoa jurídica: a Eireli (empresa individual de responsabilidade limitada). O motivo é que, em seu lugar, já existe a sociedade simples unipessoal, que passou a ser permitida desde o advento da Lei da Liberdade Econômica.

Para tanto:

ag2021-08136

SF/21410.1116-80



- a) o art. 57, XXX, “a”, da proposição revoga o inciso IV do art. 44 do Código Civil – CC (que prevê a Eireli como pessoa jurídica), além do art. 980-A do CC;
- b) o art. 41 da proposição estabelece a conversão automática das Eirelis em sociedades limitadas unipessoais independentemente de qualquer alteração do ato constitutivo, tudo nos termos de regulamento do Dreli.

Entendemos que a transformação automática das Eirelis em sociedades limitadas unipessoais afasta as burocracias que teriam de ser enfrentadas pelos inúmeros titulares de Eirelis. Haverá, no entanto, discussões quanto à constitucionalidade dessa regra da transformação automática diante da vedação de retroatividade de leis contra ato jurídico perfeito. O tema parece controverso. Seja como for, por entendemos pela constitucionalidade e considerando que será pouco provável qualquer judicialização sobre isso em razão da falta de prejuízo, a alteração em pauta é meritória.

Há, porém, apenas uma questão formal. Há necessidade de ser revogado o próprio Título I-A do Livro II do XXX, intitulado “DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA”. Não basta revogar o artigo que o compõe.

Outra novidade trazida pelo PLV é o regramento da *nota comercial*, objeto do **Capítulo XI**.

O art. 2º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, contém um rol do que é considerado valor mobiliário, assim como prevê, no inciso IX do art. 2º, que qualquer título ofertado publicamente é considerado valor mobiliário e, portanto, está sujeito ao regime da Lei nº 6.385, de 1976.

No caso da nota comercial, o dever do emitente é pagar quantia – em dinheiro – determinada ou determinável, assim como o direito do beneficiário é o de receber esse dinheiro. A nota comercial pode ser emitida em oferta pública ou em oferta privada. Para a nota comercial decorrente de oferta privada, há possibilidade de conversão do dever de pagamento em dinheiro pela participação em sociedade limitada ou cooperativa (art. 51, § 2º).

A *oferta pública* (também chamada de distribuição pública ou emissão pública) compreende a possibilidade de apelo ao público em geral,



ou seja, a pessoas indeterminadas, como proposta de investimento. Assim, tal como ocorre com captação de dinheiro por parte dos bancos, a negociação pública importa captação de poupança popular, razão pela qual tem o regime jurídico protetivo do investidor positivado pela Lei nº 6.385, de 1976 e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

À toda evidência, o crédito é um importante fator ou mecanismo de produção, razão pela qual é de interesse público que os empresários ou sociedades empresárias possam obter recursos no mercado por meio da emissão de valores mobiliários. Por outro lado, a emissão, distribuição e negociação de valores mobiliários no mercado de valores mobiliários pode decorrer de captação de recursos de pessoas comuns. Existe um interesse público na proteção da poupança popular, do mesmo modo que existe um interesse público no incentivo ao investimento produtivo.

Nos termos do art. 19, § 3º, da Lei nº 6.385, de 1976, caracteriza emissão pública (ou *oferta pública*, no dizer do PLV) a utilização de listas de subscrição, anúncios, folhetos, prospectos destinados ao público, bem como de corretores, ou negociação em lojas, escritórios ou estabelecimento aberto ao público, com utilização dos serviços públicos de comunicação.

Já a *oferta privada* não envolve a utilização de meios de comunicação e é feita apenas entre pessoas conhecidas.

Os valores mobiliários, após sua emissão (mercado primário), podem ser negociados (mercado secundário). Caso a negociação seja pública, ela é feita nos *mercados regulamentados* que são os seguintes:

- bolsa de valores;
- mercado de balcão organizado; ou
- por intermédio de uma instituição financeira (mercado de balcão).

Além das negociações de valores mobiliários nos mercados regulamentados (também chamado de *mercado de valores mobiliários*), há as negociações privadas, efetuadas entre particulares, normalmente sem intermediários. Nada impede que valores mobiliários emitidos publicamente possam ser objeto de negociações privadas, fora do âmbito dos mercados regulamentados. Tal situação é mais comum do que se imagina.



Agora que temos as noções básicas a respeito do tema, vamos tratar das disposições previstas no PLV para a nota comercial.

O art. 45 do PLV estabelece que a nota comercial é um título de crédito representativo de promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente sob a forma escritural.

Não há, portanto, a possibilidade de emissão de nota comercial em meio físico (cártula¹, ou seja, papel²), ao contrário do que ocorre com a nota promissória.

Além disso, o serviço de escrituração deve ser feito meio de instituições autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Curiosamente, tal disposição do PLV destoa dos títulos do agronegócio previstos na Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, na qual está previsto “sistema de escrituração autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil”. Tecnicamente, isso é um equívoco: a lógica deveria ser a mesma para a nota comercial e para os títulos da Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020. Assim, dever-se-ia estabelecer qual a autarquia responsável para a autorizar a escrituração ou estabelecer que a autorização deve ser concedida tanto pela CVM como pelo Banco Central.

Podem captar recursos por meio da emissão de nota comercial as sociedades anônimas, as sociedades limitadas e as sociedades cooperativas (art. 46). Ao contrário do que ocorre com a nota promissória, tal como regida pela Lei Uniforme de Genebra, não há previsão de emissão de nota comercial por parte de pessoas físicas.

De modo a se ter segurança na deliberação societária, o PLV é expresso no sentido de que a emissão de nota comercial é de competência dos órgãos de administração ou do administrador do emissor, de acordo com o ato constitutivo da sociedade.

De acordo com o art. 47, a nota comercial deve conter, obrigatoriamente:

- a denominação “Nota Comercial”;

¹ Antigo requisito dos títulos de crédito, presente nos livros de direito comercial anteriores ao Século XXI.

² Nos mercados financeiros, a palavra “papel” é sinônimo de ação, em oposição a derivativos ou outros valores mobiliários. Aqui utilizamos a palavra “papel” tal como é conhecida pelo público em geral.



- o nome ou razão social do emitente;
- o local e a data de emissão;
- o valor nominal;
- o local de pagamento;
- a data e as condições de vencimento;
- a taxa de juros, fixa ou flutuante, admitida a capitalização.

Além disso, a nota comercial poderá conter, facultativamente:

- o número da emissão e a divisão em séries;
- a descrição da garantia real ou fidejussória;
- a cláusula de pagamento de amortização e de rendimentos;
- a cláusula de correção por índice de preço; e
- os aditamentos e as retificações.

O PLV não diz, mas a existência de garantia real somente é eficaz contra terceiros na hipótese de registro da garantia no local de registro do bem móvel ou imóvel oferecido em garantia.

De acordo com o art. 48, a nota comercial é título executivo extrajudicial, que pode ser custodiada (ou “objeto de depósito”, no dizer do PLV) em entidade de depósito centralizado. A nota comercial poder ser executada independentemente de protesto, com base em certidão emitida pelo escriturador ou pelo depositário central.

Depositário central é local onde os títulos podem ser custodiados. Trata-se de sistema para facilitar a negociação no mercado secundário. A título de exemplo, as ações negociadas na B3 (conhecida como Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA) estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC). Assim, quando uma ação é negociada na B3, há transferência, na CBLC, das ações do vendedor para o comprador.³ É semelhante à transferência de direito entre contas correntes em um banco comercial.

³ Na verdade, o sistema é mais complexo, mas não nos interessa explicações mais detalhadas nesta Nota Informativa.



É um tanto óbvio, mas o art. 49 do PLV é expresso no sentido de que

A titularidade da nota comercial será atribuída exclusivamente por meio de controle realizado nos sistemas informatizados do escriturador ou no depositário central, quando esse título for objeto de depósito centralizado.

Pode parecer óbvio – mas não o é – o art. 50 do PLV, ao estabelecer que a CVM poderá estabelecer requisitos adicionais para a nota comercial emitida mediante oferta pública, inclusive quanto à necessidade de agente fiduciário. Ao afirmar requisitos **adicionais** para oferta pública, deve-se entender que norma da CVM não poderá suprimir a necessidade de registro na CVM para emissões públicas. Assim, não poderia a CVM, a exemplo do que faz o Capítulo II da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, criar hipóteses de dispensa de registro de oferta pública de nota comercial, especialmente no tocante às sociedades limitadas, cooperativas e sociedades anônimas fechadas, que já não têm, como tais, registro na CVM.

Para as ofertas privadas (ou “distribuições privadas”, no dizer do PLV), o serviço de escrituração deverá ser efetuado em sistemas que atendam aos seguintes requisitos (art. 51 do PLV):

- comprovação da observância de padrões técnicos adequados, em conformidade com os Princípios para Infraestruturas do Mercado Financeiro do Bank for International Settlements (BIS), inclusive no que diz respeito à segurança, à governança e à continuidade de negócios;
- garantia de acesso integral às informações mantidas por si ou por terceiros por elas contratados para realizar atividades relacionadas com a escrituração;
- garantia de acesso amplo a informações claras e objetivas aos participantes do mercado, sempre observadas as restrições legais de acesso a informações; e
- observância de requisitos e emprego de mecanismos que assegurem a interoperabilidade com os demais sistemas de

ag2021-08136



escrituração autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Os **Capítulos XII e XIII** estão de acordo e seus artigos são comentados acima.

II.4 – Da Descrição e Análise das Emendas

As Emendas nºs 253, 254, 256, 258, 259, 263, 267, 268, 271, 273, 274, 276, 278, 282, 284, 287, 290, 292, 295, 300, 303, 307, 309, 312, 313, 322, 323, 338, 340, 343 propõem suprimir o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, que revoga a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966.

A Lei nº 4.950-A, de 1966, dispõe sobre o piso remuneratório dos profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

De acordo com a justificativa dessas emendas, em linhas gerais, o objetivo desse diploma legal, que está em consonância com o art. 7º da Constituição Federal, não é impedir a livre concorrência, mas proteger esses trabalhadores de cenários de exploração, com baixa remuneração e jornadas de trabalho abusivas.

Entendemos que deve sim existir o piso salarial estabelecido nos termos Lei nº 4.950-A, de 1966, para os diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, em razão da extensão e à complexidade do trabalho desses profissionais. Portanto, **acolhemos as emendas nºs 253, 254, 256, 258, 259, 263, 267, 268, 271, 273, 274, 276, 278, 282, 287, 290, 292, 295, 300, 303, 307, 309, 312, 313, 322, 323, 338, 340, 343.**

As Emendas nºs 255, 257, 260, 261, 264, 270, 272, 275, 280, 283, 286, 288, 291, 293, 296, 297, 301, 304, 310, 311, 324, 325, 335, 337, 341 propõem suprimir o art. 37 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

O referido artigo estabelece que as instalações elétricas internas do imóvel devem possuir responsável técnico com registro no conselho profissional competente, passível de ser responsabilizado por erros técnicos de projeto ou de execução, dispensada exigibilidade de emissão de



SF/21410.1116-80



responsabilidade técnica pelo conselho profissional e de aprovação prévia pela concessionária ou permissionária de distribuição de energia elétrica.

Não achamos que o dispositivo seja vantajoso, ainda que mantenha a necessidade de execução por profissional competente e registrado no referido órgão. Com efeito, a supressão do art. 37 não representa perda significativa à finalidade buscada pela Medida Provisória nº 1.040, de 2021, e diversos Senadores se manifestaram de forma contrária à sua manutenção. Por tais razões, **acolhemos as Emendas nºs 255, 257, 260, 261, 264, 270, 272, 275, 280, 283, 286, 288, 291, 293, 296, 297, 301, 304, 310, 311, 324, 325, 335, 337 e 341.**

As **Emendas nºs 265 e 266** propõem determinar que os atos das sociedades anônimas, aos quais se deva dar publicidade por força de lei, sejam publicados no diário oficial.

Entendemos que os Diários Oficiais contribuem para a segurança jurídica, apresentando confiabilidade, transparência e perenização das informações neles veiculadas. Embora as informações possam ser obtidas via internet, na prática é possível que elas sejam alteradas, seja por erro, falha técnica ou, em casos extremos, por má-fé. Nas emendas, há uma impropriedade: sugere-se a inserção de um inciso a um artigo inexistente (o suposto art. 294-A da Lei nº 6.404, de 1976). Não há como acolher essa última parte da emenda por impossibilidade jurídica. Portanto, **acolhemos parcialmente as Emendas nº 265 e 266.**

A **Emenda nº 269** foi retirada a requerimento do seu autor.

A **Emenda nº 277** altera o art. 56 do PLV, com a finalidade de garantir a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na aplicação de sanções pelo Poder Público sobre atividades econômicas.

Tendo em mente as normas do processo legislativo e as regras de redação legislativa, a redação da Emenda nº 277 elimina a alteração feita pelo PLV no art. 1º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, bem como, em relação ao art. 4º-A, inserido nessa Lei pelo art. 56 do PLV, a Emenda mantém o inciso I, modifica o inciso II e elimina tudo o mais que está no referido artigo.

Parece-nos ter havido equívoco de técnica legislativa, pois seu autor, o Senador Acir Gurgacz, informa na fundamentação que a emenda é apenas “ao inciso II”. Entendemos o intuito do Senador Gurgacz e

ag2021-08136



SF/21410.1116-80



60

incorporamos a ideia da Emenda nº 277 no Substitutivo que oferecemos à apreciação dos senhores Senadores e senhoras Senadoras. Assim, **acolhemos parcialmente a Emenda nº 277 na forma do substitutivo ao final apresentado.**

A **Emenda nº 281**, do Senador Jorge Kajuru, propõe aumentar de um para dois os membros do Conselho de Administração das sociedades de economia mista eleitos pelos acionistas minoritários. De forma coerente, propõe aumentar o número máximo de membros do Conselho de Administração de onze para doze, de modo que o acionista controlador continuará com o mesmo número de conselheiros.

Essa emenda, além de beneficiar acionistas minoritários – um dos objetivos expressos da MPV nº 1.040, de 2021 –, proporciona mais espaço para os investidores privados na gestão da sociedade de economia mista. É fato que o Brasil precisa aumentar o nível de liberdade econômica. Outrossim, concordamos que a participação de mais um membro dos acionistas minoritários no Conselho de Administração das sociedades de economia mista irá ajudar no combate à corrupção e à malversação dos recursos públicos. Portanto, **acolhemos a emenda nº 281.**

As **Emendas nºs 285, 302 e 348 são de conteúdo idêntico**, propondo nova redação aos arts. 38, 39, 40, 41, 42 e 43 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021. As emendas consideram simples as sociedades beneficiárias da Lei Complementar nº 123, de 2006, que trata do regime legal das microempresas e empresas de pequeno porte. São propostos ainda prazos máximos para conclusão de procedimentos previstos no âmbito da Lei nº 11.598, de 2007, que trata da Redesim. Veda-se a incidência de adicional ao valor dos emolumentos cobrados pelo registro civil de pessoas jurídicas.

As emendas confundem os conceitos de sociedade empresária e sociedade simples com o conceito de micro e pequena empresa. Esta última também pode ser sociedade empresária, não havendo razão para considerar todas as micro e pequenas empresas como sociedades simples. A previsão de prazos máximos para os procedimentos previstos na Redesim pode ter o efeito adverso de alongar os procedimentos que atualmente podem ser cumpridos em menor tempo. Ademais, o ente federativo tem autonomia para instituir taxas e contribuições incidentes sobre o valor dos emolumentos cobrados pelo registro civil de pessoas jurídicas. Portanto, **rejeitamos as Emendas nºs 285, 302 e 348.**

ag2021-08136



SF/21410.1116-80



A **Emenda nº 294** altera, na forma do art. 21 do PLV, o *caput* do art. 8º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011. A modificação mescla o texto seminal do dispositivo com o conferido pelo PLV, de forma a que os conselhos profissionais não possam executar judicialmente as dívidas, de quaisquer das origens previstas no art. 4º da Lei nº 12.514, de 2011, com valor inferior a 4 (quatro) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente. Pela alteração ali efetuada, passa a ser possível aos conselhos profissionais a inclusão de devedores em cadastros de inadimplentes, bem como o protesto de certidões de dívida ativa.

O PLV aprimorou o texto vindo do Executivo, motivo pelo qual o acatamos em sua essência. Contudo, não é possível acolher o § 2º que o art. 21 pretende inserir no art. 8º da Lei nº 12.514, de 2011, de forma a que “os executivos fiscais de valor inferior ao previsto no *caput* deste artigo serão arquivados, sem baixa na distribuição das execuções fiscais, sem prejuízo do disposto no art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980”.

Não resta dúvida de que a regra do § 2º em comento é processual, e é vedado às medidas provisórias versar sobre direito processual penal e processual civil (art. 62, § 1º, I, *b*, da CF). Sendo a matéria infensa à medida provisória, igualmente a é para um projeto de lei de conversão. O parágrafo que se busca acrescentar é, portanto, inconstitucional em razão da matéria. **Destarte, acolhemos as modificações, exceto pelo acréscimo do § 2º ao art. 8º da Lei nº 12.514, de 2011, protagonizado pelo art. 21. O enumerado § 1º pela Emenda deve ser renomeado para parágrafo único.**

A **Emenda nº 294** é mais adequada às finalidades da MPV e ao texto original da Lei nº 12.514, de 2011. Por este motivo, **acatamos a Emenda nº 294, na forma do Substitutivo** que propomos ao final deste Relatório.

A **Emenda nº 298** propõe que ao menos um dos membros independentes do Conselho de Administração seja eleito pelos acionistas minoritários.

Com efeito, pouco adianta a existência de conselheiros independentes escolhidos pelos acionistas controladores. Além disso, um dos objetos da MPV nº 1.040, de 2021 é, justamente, beneficiar os acionistas minoritários. Como bem colocado na justificção da Emenda, “a modificação ora proposta não terá o condão de alterar o poder de controle da companhia, mas irá melhorar sua governança”. Para não violar o princípio da isonomia e não haver discrepância entre essa emenda, o art. 239 da Lei nº

ag2021-08136



SF/21410.1116-80



6.404, de 1976, e a Emenda nº 281, alteramos também o referido dispositivo legal na forma do substitutivo ao final apresentado. Assim, **acolhemos a emenda nº 298**.

As **Emendas nºs 299 e 305 são de conteúdo idêntico**. As emendas incluem novo Capítulo ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, contendo artigo para alterar os arts. 55, 56 e 57 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). As emendas visam a solucionar conflito de competência entre autoridade nacional e autoridade estadual de defesa do consumidor, atualizam a multa prevista em Unidades Fiscais de Referência (UFIR) para reais e vedam a vinculação ou a destinação do produto de multas à composição de recursos orçamentários do próprio órgão fiscalizatório.

As emendas estão diretamente relacionadas ao ambiente de negócios no Brasil. A proteção prevista no Código de Defesa do Consumidor não pode ser justificativa para a imposição de multas elevadas e vinculadas ao valor do faturamento total do fornecedor ou do grupo econômico. Sendo assim, somos favoráveis à revisão dos critérios de valoração das multas. Por essas razões, **acolhemos as Emendas nºs 299 e 305**.

A **Emenda nº 306** foi retirada pelo autor.

A **Emenda nº 308** suprime a alínea “e” do inciso XXX do art. 57 do PLV nº 15, de 2021, a referência ao art. 982 e suprime o art. 39 do PLV, além de promover outras alterações.

Essa emenda autoriza o ofício de registro civil das pessoas jurídicas a realizar o registro empresarial. Além disso, altera a lei falimentar para incluir a sociedade simples e determina que este tipo de sociedade seja inscrita no registro empresarial.

A emenda preserva a ideia do PLV nº 15, de 2021, de equiparar a sociedade simples à sociedade empresária, mas sem extinguir a primeira. Desse modo, a sociedade simples passa a ter o tratamento registral e falimentar da sociedade empresária, colaborando para a simplificação da legislação empresarial. **Acolhemos a Emenda nº 308**.

A **Emenda nº 310**, por sua vez, exclui a possibilidade de dispensa de expedição de responsabilidade técnica no conselho profissional para cada obra, uma vez que, na prática, suprime o inciso I do art. 37. Por



SF/21410.1116-80



uma questão de coerência, uma vez que acolhemos as emendas que propõem excluir o referido art. 37, **acolhemos parcialmente a Emenda nº 310**.

A **Emenda nº 314** dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.934, de 10 de janeiro de 2002, nos termos do art. 3º do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021. O art. 7º passa a prever que as juntas comerciais poderão desconcentrar os seus serviços, mediante convênios com órgãos públicos, entidades privadas sem fins lucrativos e escritórios de registro civil de pessoas jurídicas, preservada a competência das atuais delegacias.

Assim, a emenda colabora para aumentar a capilaridade do registro empresarial, tornando mais próximo dos interessados o acesso ao serviço de inscrição. **Acolhemos a Emenda nº 314**.

A **Emenda nº 315**, do Senador Paulo Rocha, propõe suprimir o Capítulo VII do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, que trata da profissão de tradutor e intérprete público. A modificação visa a impedir a atualização trazida pela Medida Provisória nº 1.040, de 2021, e, portanto, **não a acatamos**.

A **Emenda nº 316**, da Senadora Mara Gabrilli, propõe nova redação ao art. 32 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, tendo por objetivo que a adoção de emolumentos fixados em valor mínimo e teto pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI) da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, a fim de que seja possível atender aos usuários do serviço em todo o território nacional, sem prejuízos ou distinções em razão da localização geográfica. Como verificamos que a alteração traz aperfeiçoamentos ao tema, **acatamos totalmente a Emenda nº 316**.

A **Emenda nº 317**, também da Senadora Mara Gabrilli, propõe nova redação ao parágrafo único do art. 26 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, de forma a impedir que a tradução e a interpretação *ad hoc* seja realizada por agente público designado pela autoridade competente, no caso de inexistência, impedimento ou indisponibilidade de tradutor e intérprete público habilitado para o idioma. Consideramos que, nesse caso excepcional, o agente público tem fé pública para realizar o serviço. Por isso, **rejeitamos a Emenda nº 317**.

A **Emenda nº 318**, igualmente da Senadora Mara Gabrilli, propõe nova redação aos arts. 22 a 24 do Projeto de Lei de Conversão nº 15,



de 2021. Julgamos que algumas já estão atendidas no PLV e outras podem ser aceitas, com a melhoria da técnica legislativa. Por isso, **acatamos parcialmente a emenda, na forma de ajustes ao art. 22 do PLV.**

A **Emenda nº 319** complementa a solução de guichê único eletrônico. Por meio das regras propostas, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil deverá estabelecer procedimentos que viabilizem a apresentação e o acompanhamento de denúncias, também por meio eletrônico, de atos ilícitos praticados em operações de importação e exportação de mercadorias ou de serviços, inclusive quanto a declarações de origem, classificação fiscal, valor aduaneiro, contrabando, descaminho, violações de direitos de propriedade intelectual, exigências regulatórias e quaisquer outros aspectos que lhe caiba fiscalizar no exercício de suas competências de controle da operações de comércio exterior.

A emenda tem grande mérito e, como a justificativa esclarece, vai ao encontro do espírito do Acordo de Facilitação do Comércio e, adicionamos, às diretrizes das Nações Unidas de *open government* e *e-government*. Atende, também, aos interesses da desburocratização do comércio exterior e da facilitação dos procedimentos atinentes ao comércio exterior, incluindo a apresentação de denúncias à Receita Federal.

Por razões de inconstitucionalidade, não acolhemos a imposição do prazo de noventa dias para a regulamentação dos procedimentos propostos, uma vez que violaria o princípio da separação dos Poderes. Além disso, fizemos alguns ajustes de redação. Assim, **acolhemos parcialmente a Emenda nº 319 na forma do substitutivo ao final apresentado.**

A **Emenda nº 320**, do Senador Paulo Rocha, propõe suprimir o Capítulo VII e o inciso I do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, que trata da profissão de tradutor e intérprete público. Também visa a suprimir o inciso I do art. 57, que revoga o Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943, que *estabelece novo Regulamento para o ofício de Tradutor Público e Intérprete Comercial no território da República*. A emenda impede a atualização trazida pela Medida Provisória nº 1.040, de 2021, voltando ao *status* legal de um Decreto de quase 70 anos e que não atende mais às necessidades contemporâneas sobre o tema e, por isso, **não a acatamos.**

Não há **Emenda nº 321** no processado eletrônico da matéria.



A **Emenda nº 326** dá nova redação ao art. 984 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, nos termos do art. 43 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, suprimindo-se os arts. 38, 39, 40, 42 e alíneas *b*, *c*, *d* e *e* do inciso XXX do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

Aceita a modificação, o art. 43 preveria que o art. 984 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passaria a determinar que a sociedade simples, observadas as leis especiais, ou a que tenha por objeto o exercício de atividade própria de empresário rural e seja constituída ou transformada, de acordo com um dos tipos de sociedade empresária, pode, com as formalidades do art. 968, requerer a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da sua sede, caso em que, depois de inscrita, ficará equiparada, para todos os efeitos à sociedade empresária.

Assim, a emenda permite que a sociedade simples requeira inscrição no registro empresarial, ou seja, que a sociedade simples seja registrada no ofício de registro da pessoa jurídica ou no registro empresarial, colaborando para tornar mais complexa a legislação empresarial. **Rejeitamos a Emenda nº 326.**

A **Emenda nº 327** propõe suprimir do art. 5º do PLV nº 15, de 2021, os §§ 3º e 4º por ele introduzidos no art. 138 da Lei nº 6.404, de 1976.

O proposto § 3º do art. 138 veda, nas companhias abertas, a acumulação do cargo de presidente do conselho de administração com o cargo de diretor-presidente ou de principal executivo da companhia. O § 4º é consectário do § 3º, no sentido de, nos termos de regulamento do CVM, possa a vedação do § 3º não ser aplicada às companhias de menor porte.

Há diversas situações em que concentrar o poder decisório é benéfico para a companhia e seus acionistas. Exemplos: empresas em processo de reestruturação ou com risco de insolvência (as decisões têm que ser rápidas e assertivas para que tenham êxito); companhias que necessitam de apoio do mercado de capitais, inclusive como forma de financiar sua recuperação; *startups* (empresas em ritmo acelerado de crescimento que precisam de agilidade na tomada de decisões), dentre outros.

Contudo, como claramente exposto das regras de pontuação do *doing business* – critério precípua para a edição da Medida Provisória nº 1.040, de 2021 –, a emenda proposta fará o Brasil perder pontos nesse importante ranking, **rejeitamos a Emenda nº 327.**

ag2021-08136



SF/21410.1116-80



A **Emenda nº 328** objetiva alterar o proposto § 2º do art. 140 da Lei nº 6.404, de 1976, na forma do art. 5º do PLV, que prevê a existência de no mínimo um conselheiro independente. A emenda propõe excluir a necessidade de a CVM regulamentar o dispositivo, mas incluindo a condição de que a obrigação seja feita “nos termos e prazos definidos pelos documentos constitutivos da companhia”.

A necessidade de modulação dos efeitos é necessária. Contudo, caso feita pela própria companhia, poderá restar esvaziado o comando legal proposto, pois a companhia poderá adiar ao infinito a obrigação estabelecida.

A emenda afirma que há apenas a necessidade de que a existência de conselheiro independente conste da lei, mas entendemos que a lei deve ser eficaz, sem possibilidade de prever mecanismo que impeça sua efetividade. Assim, **rejeitamos a Emenda nº 328**.

A **Emenda nº 329** objetiva suprimir algumas restrições à adoção do voto plural, especialmente quanto ao número máximo de votos a cada ação com voto plural, bem como para possibilitar que companhias com ações negociadas nos mercados regulamentados (ex. bolsas de valores) também possam adotar o voto plural, dentre outras alterações. A emenda está muito bem fundamentada, demonstrando grande conhecimento sobre o tema, que é delicado, controvertido, específico e complexo, e a ela rendemos as mais sinceras homenagens.

Não achamos adequado permitir a possibilidade de emissões de ações com voto plural por parte de companhias abertas já existentes com ações negociadas em mercados regulados, como a Bolsa de Valores. Em larga medida, incomoda-nos muito a possibilidade – infelizmente tão comum no Brasil – de se “alterar as regras do jogo no meio do jogo”. O objeto da introdução do voto plural é o de aumentar o número de empresas no mercado de capitais, razão pela qual não faz sentido permitir o voto plural para as companhias que já são abertas.

Também não nos agrada a proposta de deixar ilimitado o número de votos de uma ação com voto plural, pois isso possibilitaria a existência de ação com até mesmo mil, um milhão, um bilhão de votos, visto que o número máximo é infinito. Não poderíamos acatar essa proposta nem mesmo para as novas companhias, pois isso deixaria as companhias atuais em desvantagem regulatória. Assim, ou estabelecemos que não há limite para todas as companhias ou estabelecemos limites para todas elas. Optamos pela segunda opção, que é a mais razoável. De resto, as boas práticas



internacionais adotam dez votos como número máximo, tal como o fez o PLV ora em análise, o que é outra razão para deixarmos esse ponto inalterado. Portanto, **rejeitamos a Emenda nº 329**.

A **Emenda nº 330** altera os arts. 14 e 15 da proposição. Inclui-se o inciso VI no art. 14 do PLV, com vistas a inserir nos objetivos do Sira “conferir aos credores de títulos executivos judiciais ou extrajudiciais a possibilidade de verificação prévia, no âmbito pré-processual ou processual, acerca da existência de bens em nome do devedor capazes de garantir a satisfação do crédito a ser perseguido em ação de execução ou em cumprimento de sentença”. O inciso V do art. 15 do PLV é modificado de forma a que o Sira também seja pautado pelo princípio de facilitar a identificação prévia da existência de bens em nome do devedor que sejam hábeis a satisfazer o crédito a ser perseguido em demanda executiva.

As modificações são correlatas. Portanto, apesar de tratar de dois dispositivos, a Emenda não viola o inciso III do art. 230 do RISF. Os acréscimos trazidos aprimoram o texto, razão pela qual **acolhemos a Emenda nº 330, na forma do Substitutivo** proposto ao fim deste Relatório.

A **Emenda nº 331** propõe incluir dispositivo à Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), na forma do art. 44 do PLV nº 15, de 2021. Não é constitucional a alteração de direito processual por meio de Medida Provisória, vedação que abrange o PLV por razões de ordem lógica. Assim, **rejeitamos a Emenda nº 331**.

A **Emenda nº 332** acrescenta ao art. 54 do PLV nº 15, de 2021, alteração ao § 1º do artigo 38 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

A modificação permite a convocação das assembleias gerais das sociedades cooperativas de forma digital. Assim, moderniza a convocação das assembleias gerais das sociedades cooperativas, diminuindo os custos e facilitando a divulgação por meio de endereço eletrônico. **Acolhemos a Emenda nº 332**.

A **Emenda nº 333** altera o art. 12 da Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, para permitir a convocação das assembleias gerais das cooperativas de trabalho de forma digital.

Desse modo, a emenda moderniza a convocação das assembleias gerais das cooperativas de trabalho, diminuindo os custos e



SF/21410.1116-80



facilitando a divulgação por meio de endereço eletrônico. **Acolhemos a Emenda nº 333.**

A **Emenda nº 335** objetiva suprimir o art. 6º-A da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, na forma do art. 2º do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021.

O dispositivo proposto que a emenda objetiva suprimir estabelece que o alvará de funcionamento e as licenças serão emitidos automaticamente, sem análise humana, nas hipóteses em que o grau de risco da atividade econômica seja considerado médio, tal como definido no proposto art. 5º-A do referido diploma legal.

A emenda está fundamentada na proteção do meio ambiente. A licença automática, de acordo com sua justificação, iria substituir requisitos exigidos pela legislação de licenciamento ambiental para exercício de atividade econômica.

Na verdade, o proposto art. 6º-A prevê a observância de parte da legislação ambiental no seu parágrafo § 6º, de seguinte teor: “As disposições deste artigo não afastam as regras de licenças ambientais e outros atos autorizativos previstos na Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011”.

Há erro de técnica de legislativa no referido § 6º, pois a menção à Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011 não abrange a totalidade das normais ambientais.

Seja como for, o referido § 6º do proposto art. 6º-A deve ser excluído do texto da proposição, exatamente por estar em desacordo com o objetivo da MPV nº 1.040, de 2021, ora em tramite como PLV nº 15, de 2021.

Portanto, considerando tanto a má técnica legislativa como o mérito, **rejeitamos a Emenda nº 335 e excluimos o § 6º do art. 6º-A incluído pelo art. 2º do PLV nº 15, de 2022 à Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, na forma do substitutivo ao final apresentado.**

A **Emenda nº 336** pugna pela supressão do inciso XXVII do art. 57 do PLV nº 15, de 2021, o qual revoga o parágrafo único do art. 40 e o art. 229-C da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Veja estes últimos dispositivos:

ag2021-08136



Art. 40. A patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos e a de modelo de utilidade pelo prazo 15 (quinze) anos contados da data de depósito.

Parágrafo único. O prazo de vigência não será inferior a 10 (dez) anos para a patente de invenção e a 7 (sete) anos para a patente de modelo de utilidade, a contar da data de concessão, ressalvada a hipótese de o INPI estar impedido de proceder ao exame de mérito do pedido, por pendência judicial comprovada ou por motivo de força maior.

Art. 229-C. A concessão de patentes para produtos e processos farmacêuticos dependerá da prévia anuência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.



A emenda merece acolhimento, pois não é razoável que, dentro da urgência própria de uma Medida Provisória – a qual impede reflexões mais aprofundadas –, alteremos questões complexas, como as tratadas nos dispositivos que o PLV pretende revogar. **Acolhe-se, pois, a Emenda nº 336.**

No que tange à alteração que faz no art. 21 do PLV para modificar o *caput* do art. 8º da Lei nº 12.514, de 2011, com a finalidade de que os conselhos profissionais não possam executar judicialmente as dívidas, de quaisquer das origens previstas no art. 4º da referida Lei, com valor inferior a 4 (quatro) vezes o *quantum* cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente, a **Emenda nº 339** relaciona-se diretamente com a já analisada Emenda nº 294. Os mesmos motivos que nos levaram a acatar parcialmente a Emenda nº 294 nos fazem **acolher integralmente a Emenda nº 339**, na forma do Substitutivo apresentado ao final.

As **Emendas nºs 342 e 349** propõem suprimir os dispositivos do PLV nº 15, de 2021, que tratam da extinção da sociedade simples. A **Emenda nº 344** permite às sociedades simples requerer a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis. A **Emenda nº 345** permite a constituição de sociedades simples uniprofissionais.

A sociedade simples continua existindo e sua disciplina jurídica é aperfeiçoada na forma prevista na Emenda Substitutiva ao final apresentada. Assim, **acolhemos parcialmente as Emendas nºs 342, 344, 345 e 349.**

A **Emenda nº 346** busca corrigir injustiça histórica ocorrida com os consumidores de atendidos por pequenas distribuidoras de energia



elétrica, por intermédio de subsídio a serem custeados pela Conta de Desenvolvimento Energético.

A **Emenda nº 347**, por sua vez, altera o prazo para expedição licença ou autorização pelos municípios para realização de obras em vias públicas, quando não houver prazo estabelecido pelo público local. Todavia, considerando que a matéria é notadamente competência municipal, optamos pela supressão do atual art. 35 por entender que a finalidade precípua da proposição legislativa se encontra devidamente contemplada pelo art. 36 do PLV renumerado como art. 35.

A **Emenda nº 350** pugna pela supressão do art. 44 e do inciso XXXIII do art. 57 do PLV, dispositivos que lidam com alterações no Código de Processo Civil. Acolhemos a emenda, pois realmente é vedado tratar de processo civil em sede de Medida Provisória e, por conseguinte, na subsequente lei de conversão.

III – VOTO

Diante do exposto, o nosso voto é:

- (i) **pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.040, de 2021;**
- (ii) **pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, e do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021;**
- (iii) **pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, com exceção dos art. 1º, do § 6º do art. 6º-A da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, na forma do art. 2º, do art. 7º, e do art. 35; e**
- (iv) **acolhemos as Emendas nºs 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 264, 267, 268, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 290, 291, 292, 293, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 303, 304, 305, 307, 308, 309, 311, 312, 313, 314, 316, 318, 322, 323, 324, 325, 330, 332, 333, 334, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 343, 346 e 350; e**
- (v) **pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 265, 266, 277, 294, 295, 300, 307, 310, 318, 319, 342, 344, 345 e 349, pela rejeição das Emendas nºs 285, 302, 315, 317,**

ag2021-08136



SF/21410.1116-80



71

320, 326, 327, 328, 329, 331, 335, 336 e 348, e pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, na forma do seguinte Substitutivo:

EMENDA Nº 351, DE 2021 – PLEN (SUBSTITUTIVO)

Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletricidade, sobre a desburocratização empresarial, sobre a nota comercial; e dá outras providências.



SF/21410.1116-80

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletricidade, sobre a desburocratização empresarial, sobre a nota comercial; e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DA FACILITAÇÃO PARA ABERTURA DE EMPRESAS

Art. 2º A Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 2º**

§ 1º A Redesim será administrada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM), presidido por representante indicado pelo Ministro de Estado da Economia, nos termos de regulamento.

ag2021-08136



§ 2º A composição, a estrutura e o funcionamento do CGSIM serão definidos em regulamento, que contemplará representação dos órgãos e das entidades envolvidos no processo de registro e de legalização de empresários, incluídos produtores rurais estabelecidos como pessoas físicas, e de pessoas jurídicas e no processo de licenciamento e de autorizações de funcionamento.

§ 3º A plataforma tecnológica de integração do processo relativa à Redesim poderá abranger produtos artesanais alimentícios, inclusive de origem animal ou vegetal, e as obras de construção civil, de empresários e de pessoas jurídicas.” (NR)

“**Art. 4º** Os órgãos e as entidades envolvidos no processo de registro e de legalização de empresas, no âmbito de suas competências, deverão manter à disposição dos usuários, de forma gratuita, por meio presencial e da internet, ficha cadastral simplificada, da qual constem os dados atualizados da empresa, bem como informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisas prévias sobre as etapas de registro ou de inscrição, de alteração e de baixa de empresários, incluídos produtores rurais estabelecidos como pessoas físicas, e de pessoas jurídicas e de licenciamento e de autorizações de funcionamento, de modo a fornecer ao usuário clareza quanto à documentação exigível e à viabilidade locacional, de nome empresarial, de registro, de licenciamento ou de inscrição.

§ 1º (Revogado).

I – (revogado);

II – (revogado);

III – (revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º (Revogado).

.....” (NR)

“**Art. 5º-A.** Resolução do CGSIM disporá sobre a classificação de risco das atividades, válida para todos os integrantes da Redesim, a ser observada na ausência de legislação estadual, distrital ou municipal específica, sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e observado o disposto no § 5º do art. 4º desta Lei.

§ 1º Na hipótese de sobrevir legislação estadual, distrital ou municipal específica que disponha sobre a classificação de atividades, o ente federativo que editar a norma específica informará a alteração realizada ao CGSIM.



SF/21410.1116-80



§ 2º As licenças, os alvarás e os demais atos públicos de liberação serão considerados válidos até o cancelamento ou a cassação por meio de ato posterior, caso seja constatado o descumprimento de requisitos ou de condições, vedada a atribuição de prazo de vigência por tempo indeterminado.”

“**Art. 6º-A.** Sem prejuízo do disposto no inciso I do *caput* do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado médio, na forma prevista no art. 5º-A desta Lei, o alvará de funcionamento e as licenças serão emitidos automaticamente, sem análise humana, por intermédio de sistema responsável pela integração dos órgãos e das entidades de registro, nos termos estabelecidos em resolução do CGSIM.

§ 1º O alvará de funcionamento será emitido com a assinatura de termo de ciência e responsabilidade do empresário, sócio ou responsável legal pela sociedade, que firmará compromisso, sob as penas da lei, de observar os requisitos exigidos para o funcionamento e o exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, para efeito de cumprimento das normas de segurança sanitária, ambientais e de prevenção contra incêndio.

§ 2º Do termo de ciência e responsabilidade constarão informações sobre as exigências que deverão ser cumpridas antes do início da atividade empresarial.

§ 3º O CGSIM comunicará ao responsável pela integração nos Estados e no Distrito Federal sobre o recebimento de classificação própria prevista em legislação estadual, distrital ou municipal específica, caso em que o sistema aplicará a classificação respectiva e não a estabelecida pelo CGSIM na forma prevista no *caput* do art. 5º-A desta Lei.

§ 4º A emissão automática de que trata o *caput* deste artigo não obsta a fiscalização pelos órgãos ou pelas entidades estaduais, distritais ou municipais competentes.

§ 5º A assinatura de termo de ciência e responsabilidade do empresário, sócio ou responsável legal pela sociedade, referido no § 1º deste artigo, poderá ser realizada eletronicamente mediante o uso de assinaturas eletrônicas nos termos da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.”(NR)

“**Art. 11.**

I - promover orientação e informação sobre as etapas e os requisitos para processamento de registro, de inscrição, de alteração e de baixa de pessoas jurídicas ou de empresários;

II - prestar os serviços prévios ao registro e à legalização de empresários e de pessoas jurídicas, incluída a disponibilização de



aplicativo de pesquisa *on-line* e com resposta imediata sobre a existência de nome empresarial idêntico;

III – (revogado);

IV - realizar o registro e as inscrições de empresários e pessoas jurídicas sem estabelecimento físico;

V - prestar serviço de consulta sobre a possibilidade de exercício da atividade empresarial no local indicado para o funcionamento do estabelecimento comercial, no caso de os Municípios disponibilizarem resposta automática e imediata e seguirem as orientações constantes de resolução do CGSIM;

VI - prestar os serviços posteriores ao registro e à legalização, incluída a coleta de informações relativas aos empregados contratados pelo empresário ou pela pessoa jurídica; e

VII - oferecer serviço de pagamento *on-line* e unificado das taxas e dos preços públicos envolvidos no processo de registro e de legalização de empresas.

Parágrafo único. O sistema mencionado no *caput* deste artigo deverá contemplar o conjunto de ações a cargo dos órgãos e das entidades federais, estaduais, distritais e municipais, observado o disposto no art. 2º desta Lei.”(NR)

“**Art. 11-A.** Não poderão ser exigidos, no processo de registro de empresários, incluídos produtores rurais estabelecidos como pessoas físicas, e de pessoas jurídicas realizado pela Redesim:

I - quaisquer outros números de identificação além do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), número de identificação cadastral única, nos termos do inciso III do *caput* do art. 8º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - dados ou informações que constem da base de dados do governo federal;

III - coletas adicionais à realizada no âmbito do sistema responsável pela integração, a qual deverá ser suficiente para a realização do registro e das inscrições, inclusive no CNPJ, e para a emissão das licenças e dos alvarás para o funcionamento do empresário ou da pessoa jurídica.

§ 1º Para os fins de implementação do disposto no inciso I do *caput* deste artigo, os respectivos entes federativos deverão adaptar seus sistemas, de modo que o CNPJ seja o único identificador cadastral.

§ 2º A inscrição no CNPJ, a partir dos dados informados no sistema responsável pela integração nos Estados, elimina a necessidade de coleta de dados adicionais pelos Estados e pelos Municípios para emissão de inscrições fiscais, devendo o sistema federal compartilhar os dados coletados com os órgãos estaduais e municipais.



§ 3º Os dados coletados para inscrições e para licenças deverão ser previamente aprovados pelo CGSIM.”

“Art. 14.

Parágrafo único.

III – promover a unificação da identificação nacional cadastral única, correspondente ao número da inscrição no CNPJ.” (NR)

“Art. 16-A. O CGSIM poderá instituir outras iniciativas de integração entre União, Distrito Federal, Estados e Municípios, que visem à facilitação do ambiente de negócios no exercício de competências e de atuações que envolvam os entes federativos.

§ 1º O CGSIM poderá instituir a obrigatoriedade da adesão à iniciativa de integração referida no *caput* deste artigo para os membros da Redesim.

§ 2º O CGSIM poderá instituir a adesão condicionada ou tácita, decorrente de não manifestação de contrariedade, à iniciativa de integração referida no *caput* deste artigo para os entes que não sejam membros da Redesim, caso a iniciativa recaia em matérias sobre as quais a União tenha competência privativa ou concorrente para legislar, na forma dos arts. 22 e 24 da Constituição Federal.”

Art. 3º A Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º

IX – (revogado);

X - instruir, examinar e encaminhar os pedidos de autorização para nacionalização ou instalação de filial, de agência, de sucursal ou de estabelecimento no País por sociedade estrangeira, ressalvada a competência de outros órgãos federais;

XII - apoiar a articulação e a supervisão dos órgãos e das entidades envolvidos na integração para o registro e a legalização de empresas;

XIII - quanto à integração para o registro e a legalização de empresas:

a) propor planos de ação e diretrizes e implementar as medidas deles decorrentes, em articulação com outros órgãos e entidades públicas, inclusive estaduais, distritais e municipais;



76

b) especificar os sistemas de informação, propor as normas necessárias e executar os treinamentos deles decorrentes, em articulação com outros órgãos e entidades públicas, inclusive estaduais, distritais e municipais, observadas as respectivas competências;

c) implementar e executar sistemática de coleta e tratamento de informações e estatísticas; e

d) propor e implementar projetos, ações, convênios e programas de cooperação, em articulação com órgãos e com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, no âmbito de sua área de competência;

XIV - quanto ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, propor os planos de ação, as diretrizes e as normas e implementar as medidas necessárias;

XV - coordenar as ações dos órgãos incumbidos da execução dos serviços do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;

XVI - especificar, desenvolver, implementar, manter e operar os sistemas de informação relativos à integração para o registro e para a legalização de empresas, em articulação com outros órgãos e observadas as competências destes; e

XVII - propor, implementar e monitorar medidas relacionadas com a desburocratização do registro público de empresas e destinadas à melhoria do ambiente de negócios no País.

.....” (NR)

“**Art. 7º.** As juntas comerciais poderão desconcentrar os seus serviços, mediante convênios com órgãos públicos, entidades privadas sem fins lucrativos e ofícios de registro civil de pessoas jurídicas, preservada a competência das atuais delegacias.” (NR)

“**Art. 35.**

III - os atos constitutivos de empresas mercantis que, além das cláusulas exigidas em lei, não designarem o respectivo capital e a declaração de seu objeto, cuja indicação no nome empresarial é facultativa;

IV – (revogado);

V - os atos de empresas mercantis com nome idêntico a outro já existente;

§ 1º

SF/21410.1116-80

ag2021-08136



77

§ 2º Eventuais casos de confronto entre nomes empresariais por semelhança poderão ser questionados pelos interessados, a qualquer tempo, por meio de recurso ao Dreí.” (NR)

“**Art. 35-A.** O empresário ou a pessoa jurídica poderá optar por utilizar o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) como nome empresarial, seguido da partícula identificadora do tipo societário ou jurídico, quando exigida por lei.”

“**Art. 37.** ”

III - a ficha cadastral padronizada, que deverá seguir o modelo aprovado pelo Dreí, a qual incluirá, no mínimo, as informações sobre os seus titulares e administradores, bem como sobre a forma de representação da empresa mercantil;

.....” (NR)

“**Art. 56.** Os documentos arquivados pelas juntas comerciais não serão retirados, em qualquer hipótese, de suas dependências, ressalvado o disposto no art. 57 desta Lei.” (NR)

“**Art. 57.** Quaisquer atos e documentos, após microfilmados ou preservada a sua imagem por meios tecnológicos mais avançados, poderão ser eliminados pelas juntas comerciais, conforme disposto em regulamento.

Parágrafo único. Antes da eliminação prevista no *caput* deste artigo, será concedido o prazo de 30 (trinta) dias para os acionistas, os diretores e os procuradores das empresas ou outros interessados retirarem, facultativamente, a documentação original, sem qualquer custo.” (NR)

“**Art. 63.** Os atos levados a arquivamento nas juntas comerciais são dispensados de reconhecimento de firma.

.....” (NR)

“**Art. 64.** A certidão dos atos de constituição e de alteração de empresários individuais e de sociedades mercantis, fornecida pelas juntas comerciais em que foram arquivados, será o documento hábil para a transferência, por transcrição no registro público competente, dos bens com que o subscritor tiver contribuído para a formação ou para o aumento do capital.” (NR)



ag2021-08136



Art. 4º Os órgãos, as entidades e as autoridades competentes disporão do prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de publicação desta Lei, para se adequar às alterações promovidas na Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, de que trata o art. 2º desta Lei.

§ 1º Compete ao Ministério da Economia notificar os órgãos, as entidades e as autoridades competentes quanto às alterações promovidas na Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de publicação desta Lei.

§ 2º Será assegurado aos Municípios o direito de denunciar, a qualquer tempo, a sua adesão à Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) por meio do consórcio de que trata o art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007.

§ 3º Será assegurado aos integradores estaduais o direito de solicitar a sua substituição por outro órgão ao Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM), no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação desta Lei.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º deste artigo ou de descumprimento das normas da Redesim pelo integrador estadual, o CGSIM definirá o órgão que assumirá a função de integrador estadual.

CAPÍTULO II

DA PROTEÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS

Art. 5º A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 15.

§ 1º As ações ordinárias e preferenciais poderão ser de uma ou mais classes, observado, no caso das ordinárias, o disposto nos arts. 16, 16-A e 110-A desta Lei.

.....”(NR)

“Art. 16.

.....

ag2021-08136



IV – atribuição de voto plural a uma ou mais classes de ações, observados o limite e as condições dispostos no art. 110–A desta Lei.

Parágrafo único. A alteração do estatuto na parte em que regula a diversidade de classes, se não for expressamente prevista e regulada, requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas.”(NR)

“Art. 16-A. Na companhia aberta, é vedada a manutenção de mais de uma classe de ações ordinárias, ressalvada a adoção do voto plural nos termos e nas condições dispostos no art. 110-A desta Lei.”

“Art. 100.

§ 3º Nas companhias fechadas, os livros referidos nos incisos I, II, III, IV e V do caput deste artigo poderão ser substituídos por registros mecanizados ou eletrônicos, nos termos do regulamento.” (NR)

“Art. 110-A. É admitida a criação de uma ou mais classes de ações ordinárias com atribuição de voto plural, não superior a 10 (dez) votos por ação ordinária:

I – na companhia fechada; e

II – na companhia aberta, desde que a criação da classe ocorra previamente à negociação de quaisquer ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de sua emissão em mercados organizados de valores mobiliários.

§ 1º A criação de classe de ações ordinárias com atribuição de voto plural depende do voto favorável de acionistas que representem:

I – metade, no mínimo, do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto; e

II – metade, no mínimo, das ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito, se emitidas, reunidas em assembleia especial convocada e instalada com as formalidades desta Lei.

§ 2º Nas deliberações de que trata o § 1º deste artigo, será assegurado aos acionistas dissidentes o direito de se retirarem da companhia mediante reembolso do valor de suas ações nos termos do art. 45 desta Lei, salvo se a criação da classe de ações ordinárias com atribuição de voto plural já estiver prevista ou autorizada pelo estatuto.

§ 3º O estatuto social da companhia, aberta ou fechada, nos termos dos incisos I e II do caput deste artigo, poderá exigir quórum maior para as deliberações de que trata o § 1º deste artigo.

§ 4º A listagem de companhias que adotem voto plural e a admissão de valores mobiliários de sua emissão em segmento de listagem de mercados organizados sujeitar-se-ão à observância das regras editadas pelas respectivas entidades administradoras, que



deverão dar transparência sobre a condição de tais companhias abertas.

§ 5º Após o início da negociação das ações ou dos valores mobiliários conversíveis em ações em mercados organizados de valores mobiliários, é vedada a alteração das características de classe de ações ordinárias com atribuição de voto plural, exceto para reduzir os respectivos direitos ou vantagens.

§ 6º É facultado aos acionistas estipular no estatuto social o fim da vigência do voto plural condicionado a um evento ou a termo, observado o disposto nos §§ 7º e 8º deste artigo.

§ 7º O voto plural atribuído às ações ordinárias terá prazo de vigência inicial de até 7 (sete) anos, prorrogável por qualquer prazo, desde que:

I – seja observado o disposto nos §§ 1º e 3º deste artigo para a aprovação da prorrogação;

II - sejam excluídos das votações os titulares de ações da classe cujo voto plural se pretende prorrogar; e

III – seja assegurado aos acionistas dissidentes, nas hipóteses de prorrogação, o direito previsto no § 2º deste artigo.

§ 8º As ações de classe com voto plural serão automaticamente convertidas em ações ordinárias sem voto plural na hipótese de:

I - transferência, a qualquer título, a terceiros, exceto nos casos em que:

a) o alienante permanecer indiretamente como único titular de tais ações e no controle dos direitos políticos por elas conferidos;

b) o terceiro for titular da mesma classe de ações com voto plural a ele alienadas; ou

c) a transferência ocorrer no regime de titularidade fiduciária para fins de constituição do depósito centralizado; ou

II – o contrato ou acordo de acionistas, entre titulares de ações com voto plural e acionistas que não sejam titulares de ações com voto plural, dispôr sobre exercício conjunto do direito de voto.

§ 9º Quando a lei expressamente indicar quóruns com base em percentual de ações ou do capital social, sem menção ao número de votos conferidos pelas ações, o cálculo respectivo deverá desconsiderar a pluralidade de voto.

§ 10. A Comissão de Valores Mobiliários deverá elaborar e tornar público material de orientação aos agentes de mercado no qual enunciará taxativamente os quóruns e as matérias a serem deliberadas pela assembleia geral que, nos termos desta Lei, não são afetados pelo voto plural.

§ 11. São vedadas as operações:



SF/21410.1116-80



I – de incorporação, de incorporação de ações e de fusão de companhia aberta que não adote voto plural, e cujas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações sejam negociados em mercados organizados, em companhia que adote voto plural;

II – de cisão de companhia aberta que não adote voto plural, e cujas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações sejam negociados em mercados organizados, para constituição de nova companhia com adoção do voto plural, ou incorporação da parcela cindida em companhia que o adote.

§ 12. Não será adotado o voto plural nas votações pela assembleia de acionistas que deliberarem sobre:

I – a remuneração dos administradores; e

II – a celebração de transações com partes relacionadas que atendam aos critérios de relevância a serem definidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 13. O estatuto social deverá estabelecer, além do número de ações de cada espécie e classe em que se divide o capital social, no mínimo:

I – o número de votos atribuído por ação de cada classe de ações ordinárias com direito a voto, respeitado o limite de que trata o caput deste artigo;

II – o prazo de duração do voto plural, observado o limite previsto no § 7º deste artigo, bem como eventual quórum qualificado para deliberar sobre as prorrogações, nos termos do § 3º deste artigo; e

III – se aplicável, outras hipóteses de fim de vigência do voto plural condicionadas a evento ou a termo, além daquelas previstas neste artigo, conforme autorizado pelo § 6º deste artigo.

§ 14. As disposições relativas ao voto plural não se aplicam às empresas públicas, às sociedades de economia mista, às suas subsidiárias e às sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público.”

“Art. 122.

VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar as suas contas;

IX - autorizar os administradores a confessar falência e a pedir recuperação judicial; e

X - deliberar, quando se tratar de companhias abertas, sobre:

a) a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por

SF/21410.1116-80



cento) do valor dos ativos totais da companhia constantes do último balanço aprovado; e

b) a celebração de transações com partes relacionadas que atendam aos critérios de relevância a serem definidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Em caso de urgência, a confissão de falência ou o pedido de recuperação judicial poderá ser formulado pelos administradores, com a concordância do acionista controlador, se houver, hipótese em que a assembleia geral será convocada imediatamente para deliberar sobre a matéria.” (NR)

“Art. 124.

§ 1º

II - na companhia aberta, com 21 (vinte e um) dias de antecedência, e a segunda convocação com 8 (oito) dias de antecedência.

§ 5º

I - determinar, fundamentadamente, o adiamento de assembleia geral por até 30 (trinta) dias, em caso de insuficiência de informações necessárias para a deliberação, contado o prazo da data em que as informações completas forem colocadas à disposição dos acionistas; e

.....” (NR)

“Art. 125. Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número.

.....” (NR)

“Art. 135. A assembleia geral extraordinária que tiver por objeto a reforma do estatuto somente se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, mas poderá instalar-se, em segunda convocação, com qualquer número.

.....” (NR)

“Art. 136. É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, do total de votos conferidos pelas



SF/21410.11116-80



ações com direito a voto, se maior quórum não for exigido pelo estatuto da companhia cujas ações não estejam admitidas à negociação em bolsa ou no mercado de balcão, para deliberação sobre:

.....
§ 2º A Comissão de Valores Mobiliários pode autorizar a redução do quórum previsto neste artigo no caso de companhia aberta com a propriedade das ações dispersa no mercado e cujas 3 (três) últimas assembleias tenham sido realizadas com a presença de acionistas que representem menos da metade do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto.

§ 2º-A Na hipótese do § 2º deste artigo, a autorização da Comissão de Valores Mobiliários será mencionada nos avisos de convocação e a deliberação com quórum reduzido somente poderá ser adotada em terceira convocação.

§ 3º O disposto nos §§ 2º e 2º-A deste artigo aplica-se também às assembleias especiais de acionistas preferenciais de que trata o § 1º deste artigo.

.....” (NR)

“Art. 138.

.....
§ 3º É vedada, nas companhias abertas, a acumulação do cargo de presidente do conselho de administração e do cargo de diretor-presidente ou de principal executivo da companhia.

§ 4º A Comissão de Valores Mobiliários poderá editar ato normativo que excepcione as companhias de menor porte previstas no art. 294-B desta Lei da vedação de que trata o § 3º deste artigo.” (NR)

“Art. 140.

§ 1º O estatuto poderá prever a participação no conselho de representantes dos empregados, escolhidos pelo voto destes, em eleição direta, organizada pela empresa, em conjunto com as entidades sindicais que os representam.

§ 2º Na composição do conselho de administração das companhias abertas, é obrigatória a participação de conselheiros independentes, nos termos e nos prazos definidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 3º Ao menos um dos conselheiros independentes nas companhias abertas deverá ser eleito pelos acionistas minoritários. (NR)”.



“**Art. 141.** Na eleição dos conselheiros, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social com direito a voto, esteja ou não previsto no estatuto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo, por meio do qual o número de votos de cada ação será multiplicado pelo número de cargos a serem preenchidos, reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos em um só candidato ou distribuí-los entre vários.

.....

§ 7º Sempre que, cumulativamente, a eleição do conselho de administração ocorrer pelo sistema do voto múltiplo e os titulares de ações ordinárias ou preferenciais exercerem a prerrogativa de eleger conselheiro, será assegurado a acionista ou a grupo de acionistas vinculados por acordo de votos que detenham mais de 50% (cinquenta por cento) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um, independentemente do número de conselheiros que, segundo o estatuto, componha o órgão.

.....” (NR)

“**Art. 146.** Apenas pessoas naturais poderão ser eleitas para membros dos órgãos de administração.

.....

§ 2º A posse de administrador residente ou domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante residente no País, com poderes para, até, no mínimo, 3 (três) anos após o término do prazo de gestão do administrador, receber:

I – citações em ações contra ele propostas com base na legislação societária; e

II – citações e intimações em processos administrativos instaurados pela Comissão de Valores Mobiliários, no caso de exercício de cargo de administração em companhia aberta.” (NR)

“**Art. 215.**

§ 1º É facultado à assembleia geral aprovar, pelo voto de acionistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos votos conferidos pelas ações com direito a voto, depois de pagos ou garantidos os credores, condições especiais para a partilha do ativo remanescente, com a atribuição de bens aos sócios, pelo valor contábil ou outro por ela fixado.

.....” (NR)

“**Art. 239.** As companhias de economia mista terão obrigatoriamente Conselho de Administração, assegurado à minoria

SF/21410.1116-80



o direito de eleger um dos conselheiros independentes, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo.

.....” (NR)

“Art. 243.

§ 5º É presumida influência significativa quando a investidora for titular de 20% (vinte por cento) ou mais dos votos conferidos pelo capital da investida, sem controlá-la.” (NR)

“Art. 252.

§ 2º A assembleia geral da companhia cujas ações houverem de ser incorporadas somente poderá aprovar a operação por metade, no mínimo, do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, se a aprovar, autorizará a diretoria a subscrever o aumento do capital da incorporadora, por conta dos seus acionistas, e os dissidentes da deliberação terão direito de se retirar da companhia, observado o disposto no inciso II do caput do art. 137 desta Lei, mediante o reembolso do valor de suas ações, nos termos do art. 230 desta Lei.

.....” (NR)

“Art. 284. Não se aplica à sociedade em comandita por ações o disposto nesta Lei sobre voto plural, sobre conselho de administração, sobre autorização estatutária de aumento de capital e sobre emissão de bônus de subscrição.” (NR)

“Art. 289.

§ 8º O atendimento às exigências contidas no *caput* não dispensa a obrigatoriedade de publicação, de forma resumida, no órgão oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia.” (NR)

“Art. 294.

§ 4º Sem prejuízo do que dispõe o inciso III deste artigo, as publicações ordenadas por esta lei deverão ser promovidas, de forma resumida, no órgão oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia.” (NR)



86

Art. 6º O *caput* do art. 1º da Lei nº 7.913, de 7 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 1º** Sem prejuízo da ação de indenização do prejudicado, o Ministério Público ou a Comissão de Valores Mobiliários, pelo respectivo órgão de representação judicial, adotará as medidas judiciais necessárias para evitar prejuízos ou para obter ressarcimento de danos causados aos titulares de valores mobiliários e aos investidores do mercado, especialmente quando decorrerem de:

.....” (NR)

Art. 7º O inciso I do art. 13 e o art. 19 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 13.**

I - constituição e funcionamento do Conselho de Administração, observados o número mínimo de 7 (sete) e o número máximo de 12 (doze) membros;

.....” (NR)

“**Art. 19.**

§ 2º É assegurado aos acionistas minoritários o direito de eleger 2 (dois) conselheiros, mas, no caso de os representantes do acionista majoritário deixarem de totalizar a maioria dos membros do conselho de administração, em razão da modificação da composição do colegiado para fins de cumprimento deste parágrafo, fica autorizado o aumento suficiente do número de conselheiros para assegurar o direito do acionista controlador de eleger a maioria dos conselheiros.

§ 3º A eleição dos conselheiros nas vagas reservados aos acionistas minoritários, inclusive de eventuais conselheiros independentes reservados aos acionistas minoritários, será feita em votação única, devendo ser adotado o processo de voto múltiplo previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, na hipótese de pedido de qualquer acionista.

§ 4º Não será permitida a eleição de mais de um conselheiro por parte de um mesmo acionista minoritário ou por parte de um mesmo grupo de acionistas minoritários, exceção feita às vagas no conselho de administração que não sejam reservadas aos acionistas minoritários.



ag2021-08136



§ 5º Na hipótese de utilização de artifício para burlar o disposto no § 4º deste artigo, serão considerados nulos todos os votos dos acionistas envolvidos no referido ato. (NR)”

CAPÍTULO III DA FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Seção I

Das Licenças, das Autorizações ou das Exigências Administrativas para Importações ou para Exportações e do Controle Aduaneiro

Art. 8º Será provida aos importadores, aos exportadores e aos demais intervenientes no comércio exterior solução de guichê único eletrônico por meio do qual possam encaminhar documentos, dados ou informações aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta como condição para a importação ou a exportação de bens a ponto único acessível por meio da internet, bem como acesso às instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio, exclusivamente para consulta a tais dados, informações e documentos, desde que autorizadas por seus clientes.

§ 1º O órgão ou a entidade responsável pela exigência administrativa, após a análise dos documentos, dos dados ou das informações recebidos por meio da solução referida no caput deste artigo, notificará o demandante do resultado por meio do guichê único eletrônico, nos prazos previstos na legislação.

§ 2º A solução de que trata o caput deste artigo deverá:

I - permitir aos importadores, aos exportadores e aos demais intervenientes no comércio exterior, inclusive as instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio, conhecer as exigências administrativas impostas por órgãos e por entidades da administração pública federal direta e indireta para a concretização de operações de importação ou de exportação; e

II - atender ao disposto no Artigo 10, parágrafo 4, do Acordo sobre a Facilitação do Comércio anexo ao Protocolo de Emenda ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, promulgado pelo Decreto nº 9.326, de 3 de abril de 2018.

ag2021-08136



SF/21410.1116-80



§ 3º O recolhimento das taxas impostas por órgãos e por entidades da administração pública federal direta e indireta, em razão do exercício do poder de polícia ou da prestação de serviço público, bem como qualquer outra receita federal relacionada a operações de comércio exterior, ocorrerá por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) em transação financeira eletrônica, preferencialmente em pagamento unificado por meio da solução de guichê único eletrônico a que se refere o caput deste artigo.

§ 4º Compete ao Ministério da Economia a gestão da solução de guichê único eletrônico a que se refere o caput deste artigo.

§ 5º O acesso de usuários ao guichê único eletrônico a que se refere o caput deste artigo ocorrerá nos termos da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

§ 6º É garantido o livre acesso do cidadão às informações públicas do guichê único eletrônico a que se refere o caput deste artigo, atendidos os requisitos de dado acessível ao público conforme definição constante do inciso V do caput do art. 4º da Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021.

§ 7º A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil estabelecerá procedimentos que viabilizem a apresentação e o acompanhamento de denúncias, por meio eletrônico, de atos ilícitos praticados em operações de importação e exportação de mercadorias ou de serviços, inclusive quanto a declarações de origem, classificação fiscal, valor aduaneiro, contrabando, descaminho, violações de direitos de propriedade intelectual, exigências regulatórias e quaisquer outros aspectos que lhe caiba fiscalizar no exercício de suas competências de controle das operações de comércio exterior.

§ 8º Ato normativo da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil disporá sobre a organização e o funcionamento dos procedimentos de denúncia previstos no § 7º deste artigo.

§ 9º A efetiva resolução das denúncias dos usuários, a que se referem o § 7º deste artigo, abrangem exemplificativamente os seguintes aspectos:

I - recepção da denúncia no canal de atendimento adequado;

ag2021-08136



- II - emissão de comprovante de recebimento da denúncia;
- III - análise e obtenção de informações, quando necessário;
- IV – acompanhamento da denúncia por meio de canal específico;
- V - decisão administrativa final; e
- VI - ciência ao usuário.

Art. 9º Fica vedado aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta exigir o preenchimento de formulários em papel ou em formato eletrônico ou a apresentação de documentos, de dados ou de informações para a realização de importações ou de exportações por outros meios, distintos da solução de guichê único eletrônico a que se refere o art. 8º desta Lei.

§ 1º O disposto no *caput* deste artigo não se aplica:

I - quando, em razão de circunstâncias técnicas ou operacionais excepcionais relacionadas a determinada exportação ou importação, não for possível o uso da solução de guichê único eletrônico a que se refere o art. 8º desta Lei; e

II - aos procedimentos de habilitação, de registro ou de certificação de estabelecimentos, de produtos ou de processos produtivos relacionados com o comércio doméstico ou de modo análogo a ele.

§ 2º As exigências vigentes na data de publicação desta Lei serão revisadas na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal.

Art. 10. Somente será admitida a imposição de licenças ou de autorizações como requisito para importações ou para exportações em razão de características das mercadorias quando tais restrições estiverem previstas em lei ou em ato normativo editado por órgão ou por entidade competente da administração pública federal.

§ 1º As propostas de edição ou de alteração dos atos normativos a que se refere o *caput* deste artigo serão objeto de consulta pública prévia e da análise de impacto regulatório de que trata a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

ag2021-08136



§ 2º O guichê único eletrônico a que se refere o art. 8º desta Lei deverá exibir em seu sítio eletrônico todas as licenças, autorizações ou exigências administrativas, como requisitos a importações ou a exportações, impostas por órgãos e por entidades da administração pública federal direta e indireta, bem como o ato normativo que lhes deu origem.

§ 3º As exigências de que trata o caput deste artigo, vigentes na data de publicação desta Lei, serão revisadas na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal.

Seção II

Do Comércio Exterior de Serviços, de Intangíveis e de outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio das Pessoas Físicas, das Pessoas Jurídicas ou dos Entes Despersonalizados

Art. 11. A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 25.** Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta, ressalvada a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, compartilharão com a Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia dados e informações relativos às transações entre residentes ou domiciliados no País e residentes ou domiciliados no exterior que compreendam serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio das pessoas físicas, das pessoas jurídicas ou dos entes despersonalizados.

§ 1º O compartilhamento de que trata o *caput* deste artigo:

I - será realizado nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo federal;

II – (revogado);

III – (revogado);

IV - observará os requisitos de sigilo e segurança da informação previstos em lei;

V - poderá abranger dados e informações obtidos:

a) no cumprimento de obrigações tributárias acessórias;

b) na realização de operações no mercado de câmbio; e

c) em pesquisas realizadas para produção, análise e disseminação de informações de natureza estatística; e

VI - observará o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

§ 2º (Revogado).

ag2021-08136



§ 3º (Revogado).

I – (revogado);

II – (revogado);

III – (revogado).

§ 4º (Revogado).

I – (revogado);

II – (revogado).

§ 5º (Revogado).

§ 6º (Revogado).

§ 7º Ato conjunto do Ministro de Estado da Economia e do dirigente máximo do órgão ou da entidade da administração pública federal direta e indireta que detiver os dados e as informações estabelecerá as regras complementares para o compartilhamento de que trata o *caput* deste artigo.” (NR)

“**Art. 26.** Os dados e as informações de que trata o art. 25 desta Lei serão utilizados pela Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia para a elaboração e a compilação de dados estatísticos e para o exercício de outras competências institucionais definidas em ato do Poder Executivo federal.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º (Revogado).”(NR)

“**Art. 27.** Ato do Ministro de Estado da Economia estabelecerá normas complementares ao cumprimento do disposto nos arts. 24, 25 e 26 desta Lei.”(NR)

Seção III

Da Origem não Preferencial

Art. 12. A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 29.** As investigações de defesa comercial sob a competência da Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia serão baseadas na origem declarada do produto.

ag2021-08136



92

.....” (NR)

“Art. 31.

§ 1º

I -

h) mercadorias obtidas por pessoa jurídica de país do leito do mar ou do subsolo marinho, sempre que o país tenha direitos para explorar esse fundo do mar ou subsolo marinho;

i) bens obtidos no espaço extraterrestre, sempre que sejam obtidos por pessoa jurídica ou por pessoa natural do país; e

j) mercadorias produzidas exclusivamente com materiais listados nas alíneas *a* a *i* deste inciso;

.....

§ 2º Entende-se ter passado por transformação substancial, para fins do disposto nos arts. 28 a 45 desta Lei:

I - o produto em cuja elaboração tenham sido utilizados materiais não originários do país, quando resultante de processo de transformação que lhe confira uma nova individualidade, caracterizada pelo fato de estar classificado em posição tarifária, identificada pelos primeiros quatro dígitos do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias, diferente da posição dos mencionados materiais, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo; ou

II - o produto em cuja elaboração tenham sido utilizados materiais não originários do país, quando o valor aduaneiro desses materiais não exceder 50% (cinquenta por cento) do valor *Free on Board* (FOB) do produto, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 3º Não será considerado originário do país exportador o produto resultante de operação ou de processo efetuado no seu território pelo qual adquira a forma final em que será comercializado quando, na operação ou no processo, for utilizado material não originário do país e consista apenas em montagem, embalagem, fracionamento em lotes ou volumes, seleção, classificação, marcação, composição de sortimentos de mercadorias ou simples diluições em água ou outra substância que não altere as características do produto como originário ou outras operações ou processos equivalentes, ainda que esses resultem no cumprimento do disposto no § 2º deste artigo ou em outros critérios estabelecidos pelo Poder Executivo federal na forma do disposto no art. 32 desta Lei.

§ 4º Caso não sejam atendidos os requisitos referidos no § 2º deste artigo, o produto será considerado originário do país de origem dos materiais que representem a maior participação no valor FOB.”

(NR)



SF/21410.1116-80

ag2021-08136



“Art. 34.

V - ao índice de materiais não originários utilizados na obtenção do produto.

§ 1º A apresentação das informações a que se refere o *caput* deste artigo não exclui a possibilidade de realização de diligência ou de fiscalização nos estabelecimentos do produtor estrangeiro, do importador ou do exportador.

§ 3º Na hipótese de o produtor estrangeiro, o exportador ou o importador negarem acesso às informações referidas neste artigo, não as fornecerem tempestivamente ou criarem obstáculos ao procedimento de verificação de origem não preferencial, a mercadoria será presumida como originária do país gravado com a medida de defesa comercial que motivou a abertura de investigação de origem não preferencial.”(NR)

“Art. 36. Compete à Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia realizar a verificação de origem não preferencial, por meio da apresentação de denúncia ou de ofício, quando houver indícios da não observância ao disposto nos arts. 31, 32 e 34 desta Lei.

§ 1º Iniciado o procedimento de verificação de origem não preferencial, o produtor estrangeiro será notificado para a apresentação das informações de que trata o art. 34 desta Lei.

§ 2º A origem determinada pela Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia com a conclusão do procedimento de verificação de origem não preferencial será aplicada a todas as importações de mercadorias idênticas do mesmo exportador ou produtor.

§ 3º A Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia poderá rever a origem a que se refere o § 2º deste artigo por meio da apresentação, por parte do interessado, das informações referidas no art. 34 desta Lei, de modo a demonstrar o atendimento às regras de origem não preferenciais a que se referem os arts. 31 e 32 desta Lei.” (NR)

“Art. 40.

§ 1º



§ 2º Na hipótese de restrição quantitativa relativa à aplicação de cotas, a devolução ao exterior estará limitada ao que exceder a cota.” (NR)

CAPÍTULO IV

DO SISTEMA INTEGRADO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS

Art. 13. Fica o Poder Executivo federal autorizado a instituir, sob a governança da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), constituído de um conjunto de instrumentos, mecanismos e iniciativas destinados a facilitar a identificação e a localização de bens e de devedores, bem como a constrição e a alienação de ativos.

Art. 14. São objetivos do Sira:

I – promover o desenvolvimento nacional e o bem-estar social por meio da redução dos custos de transação de concessão de créditos mediante aumento do índice de efetividade das ações que envolvam a recuperação de ativos;

II – conferir efetividade às decisões judiciais que visem à satisfação das obrigações de qualquer natureza, em âmbito nacional;

III – reunir dados cadastrais, relacionamentos e bases patrimoniais de pessoas físicas e jurídicas para subsidiar a tomada de decisão, no âmbito de processo judicial em que seja demandada a recuperação de créditos públicos ou privados;

IV – fornecer aos usuários, conforme os respectivos níveis de acesso, os dados cadastrais, os relacionamentos e as bases patrimoniais das pessoas requisitadas, de forma estruturada e organizada; e

V – garantir, com a quantidade, a qualidade e a tempestividade necessárias, os insumos de dados e informações relevantes para a recuperação de créditos públicos ou privados.

VI – conferir aos credores de títulos executivos judiciais ou extrajudiciais a possibilidade de verificação prévia, no âmbito pré-processual ou processual, acerca da existência de bens em nome do devedor capazes de garantir a satisfação do crédito a ser perseguido em ação de execução ou em cumprimento de sentença.

ag2021-08136



Parágrafo único. O Sira zelará pela liberdade de acesso, de uso e de gerenciamento dos dados pelo seu titular, na forma do art. 9º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e obedecerá ao regime geral de proteção de dados aplicável.

Art. 15. São princípios do Sira:

I – melhoria da efetividade e eficiência das ações de recuperação de ativos;

II – promoção da transformação digital e estímulo ao uso de soluções tecnológicas na recuperação de créditos públicos e privados;

III – racionalização e sustentabilidade econômico-financeira das soluções de tecnologia da informação e comunicação de dados, permitida a atribuição aos usuários, quando houver, dos custos de operacionalização do serviço, na forma prevista em regulamento;

IV – respeito à privacidade, à inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem das pessoas e às instituições, na forma prevista em lei; e

V – ampla interoperabilidade e integração com os demais sistemas semelhantes, em especial aqueles utilizados pelo Poder Judiciário, de forma a subsidiar a tomada de decisão, bem como de racionalizar e permitir o cumprimento eficaz de ordens judiciais relacionadas à recuperação de ativos, além de facilitar a identificação prévia da existência de bens em nome do devedor que sejam hábeis a satisfazer o crédito a ser perseguido em demanda executiva.

Art. 16. Ato do Presidente da República disporá sobre:

I – as regras e as diretrizes para o compartilhamento de dados e informações, observado que, para usuários privados, apenas poderão ser fornecidos dados públicos não sujeitos a nenhuma restrição de acesso;

II – a relação nominal das bases mínimas que comporão o Sira;

III – a periodicidade com que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional apresentará ao Ministério da Economia e ao Conselho Nacional de Justiça relatório sobre as bases geridas e integradas;

ag2021-08136



IV – o procedimento administrativo para o exercício, na forma prevista em lei, do poder de requisição das informações contidas em bancos de dados geridos por órgãos e por entidades públicos e privados e o prazo para o atendimento da requisição, sem prejuízo da celebração de acordos de cooperação, de convênios e de ajustes de qualquer natureza, quando necessário;

V – a forma de sustentação econômico-financeira do Sira; e

VI – as demais competências da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e do órgão central de tecnologia da informação no âmbito do Sira.

Art. 17. Fica o Poder Executivo federal autorizado a instituir, sob governança da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Cadastro Fiscal Positivo, com o objetivo de:

I – criar condições para construção permanente de um ambiente de confiança entre os contribuintes e a administração tributária federal;

II – garantir a previsibilidade das ações da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em face dos contribuintes inscritos no referido cadastro;

III – criar condições para solução consensual dos conflitos tributários, com incentivo à redução da litigiosidade;

IV – reduzir os custos de conformidade em relação aos créditos inscritos em dívida ativa da União e à situação fiscal do contribuinte, a partir das informações constantes do Sira;

V – tornar mais eficientes a gestão de risco dos contribuintes inscritos no referido cadastro e a realização de negócios jurídicos processuais;

VI – melhorar a compreensão das atividades empresariais e dos gargalos fiscais.

Parágrafo único. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá estabelecer convênio com Estados, com Municípios e com o Distrito Federal para compartilhamento de informações que contribuam para a formação do Cadastro Fiscal Positivo.

ag2021-08136



SF/21410.11116-80



Art. 18. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional regulamentar o Cadastro Fiscal Positivo, o qual poderá dispor sobre atendimento, sobre concessões inerentes a garantias, sobre prazos para apreciação de requerimentos, sobre recursos e demais solicitações do contribuinte, sobre cumprimento de obrigações perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e sobre atos de cobrança administrativa ou judicial, especialmente:

I – criação de canais de atendimento diferenciado, inclusive para recebimento de pedidos de transação no contencioso judicial ou na cobrança da dívida ativa da União, nos termos da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, ou para esclarecimento sobre esses pedidos;

II – flexibilização das regras para aceitação ou para substituição de garantias, inclusive sobre a possibilidade de substituição de depósito judicial por seguro-garantia ou por outras garantias baseadas na capacidade de geração de resultados dos contribuintes;

III – possibilidade de antecipar a oferta de garantias para regularização de débitos futuros;

IV – execução de garantias em execução fiscal somente após o trânsito em julgado da discussão judicial relativa ao título executado.

Parágrafo único. Será conferido, exclusivamente ao contribuinte, mediante solicitação, acesso aos dados próprios, relacionados ao seu enquadramento no Cadastro Fiscal Positivo.

Art. 19. A Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 80.** As inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) serão suspensas quando se enquadrarem nas hipóteses de suspensão definidas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

§ 1º (Revogado).

I – (revogado);

II – (revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º (Revogado).” (NR)



SF/21410.1116-80



“**Art. 81.** As inscrições no CNPJ serão declaradas inaptas, nos termos e nas condições definidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, quando a pessoa jurídica:

I – deixar de apresentar obrigações acessórias, por, no mínimo, 90 (noventa) dias a contar da omissão;

II – não comprovar a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência, se for o caso, dos recursos empregados em operações de comércio exterior;

III – for inexistente de fato, assim considerada a entidade que:

a) não dispuser de patrimônio ou de capacidade operacional necessários à realização de seu objeto, inclusive a que não comprovar o capital social integralizado;

b) não for localizada no endereço informado no CNPJ;

c) quando intimado, o seu representante legal:

1. não for localizado ou alegar falsidade ou simulação de sua participação na referida entidade ou não comprovar legitimidade para representá-la; ou

2. não indicar, depois de intimado, seu novo domicílio tributário;

d) for domiciliada no exterior e não tiver indicado seu procurador ou seu representante legalmente constituído no CNPJ ou, se indicado, não tiver sido localizado; ou

e) encontrar-se com as atividades paralisadas, salvo quando a paralisação for comunicada;

IV – realizar operações de terceiros, com intuito de acobertar seus reais beneficiários;

V – tiver participado, segundo evidências, de organização constituída com o propósito de não recolher tributos ou de burlar os mecanismos de cobrança de débitos fiscais, inclusive por meio de emissão de documentos fiscais que relatem operações fictícias ou cessão de créditos inexistentes ou de terceiros;

VI – tiver sido constituída, segundo evidências, para a prática de fraude fiscal estruturada, inclusive em proveito de terceiras empresas; ou

VII – encontrar-se suspensa por 1 (um) ano ou mais.

§ 1º (Revogado).

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do *caput* deste artigo, a comprovação da origem de recursos provenientes do exterior dar-se-á mediante, cumulativamente:

.....
§ 5º (Revogado).” (NR)



“Art. 81-A. As inscrições no CNPJ serão declaradas baixadas após 180 (cento e oitenta) dias contados da declaração de inaptidão.

§ 1º Poderão ainda ter a inscrição no CNPJ baixada as pessoas jurídicas que estejam extintas, canceladas ou baixadas nos respectivos órgãos de registro.

§ 2º O ato de baixa da inscrição no CNPJ não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados os débitos de natureza tributária da pessoa jurídica.

§ 3º Mediante solicitação da pessoa jurídica, poderá ser restabelecida a inscrição no CNPJ, observados os termos e as condições definidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.”

“Art. 82. Além das demais hipóteses de inidoneidade de documentos previstas na legislação, não produzirá efeitos tributários em favor de terceiros interessados o documento emitido por pessoa jurídica cuja inscrição no CNPJ tenha sido considerada ou declarada inapta.

.....” (NR)

Art. 20. A Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º As informações fornecidas pelos órgãos e pelas entidades integrantes do Cadin serão centralizadas em um sistema de informações gerido pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e será de sua atribuição a expedição de orientações de natureza normativa, inclusive quanto ao disciplinamento das respectivas inclusões e exclusões no sistema.

.....” (NR)

“Art. 19-C. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá dispensar a prática de atos processuais, inclusive poderá desistir de recursos interpostos, e autorizar a realização de acordos em fase de cumprimento de sentença, a fim de atender a critérios de racionalidade, de economicidade e de eficiência.

.....” (NR)

“Art. 19-F. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá contratar, por meio de processo licitatório ou credenciamento, serviços de terceiros para auxiliar sua atividade de cobrança.

§ 1º Os serviços referidos no *caput* deste artigo restringem-se à execução de atos relacionados à cobrança administrativa da dívida ativa que prescindam da utilização de informações protegidas por



sigilo fiscal, tais como o contato com os devedores por via telefônica ou por meios digitais, e à administração de bens oferecidos em garantia administrativa ou judicial ou penhorados em execuções fiscais, incluídas atividades de depósito, de guarda, de transporte, de conservação e de alienação desses bens.

§ 2º O órgão responsável, no âmbito de suas competências, deverá regulamentar o disposto neste artigo e definir os requisitos para contratação ou credenciamento, os critérios para seleção das dívidas, o valor máximo admissível e a forma de remuneração do contratado, que poderá ser por taxa de êxito, desde que demonstrada a sua maior adequação ao interesse público e às práticas usuais de mercado.”

CAPÍTULO V DAS COBRANÇAS REALIZADAS POR CONSELHOS PROFISSIONAIS

Art. 21. A Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 4º**

Parágrafo único. O inadimplemento ou o atraso no pagamento das anuidades previstas no inciso II do *caput* deste artigo não ensejará a suspensão do registro ou o impedimento de exercício da profissão.” (NR)

“**Art. 7º** Os Conselhos poderão, nos termos e nos limites de norma do respectivo Conselho Federal, independentemente do disposto no art. 8º desta Lei e sem renunciar ao valor devido, deixar de cobrar:

I – administrativamente, os valores definidos como irrisórios; ou

II – judicialmente, os valores considerados irrecuperáveis, de difícil recuperação ou com custo de cobrança superior ao valor devido.” (NR)

“**Art. 8º** Os conselhos não executarão judicialmente as dívidas, de quaisquer das origens previstas no art. 4º da Lei nº 12.514, de 2011, com valor inferior a 4 (quatro) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não obsta ou limita a realização de medidas administrativas de cobrança, tais como a notificação extrajudicial, a inclusão em cadastros de inadimplentes e o protesto de certidões de dívida ativa.” (NR)

ag2021-08136



CAPÍTULO VI DA PROFISSÃO DE TRADUTOR E INTÉRPRETE PÚBLICO

Art. 22. São requisitos para o exercício da profissão de tradutor e intérprete público:

I - ter capacidade civil;

II - ter formação em curso superior completo em qualquer área do conhecimento;

III - ser brasileiro ou estrangeiro residente no País;

IV - ser aprovado em concurso para aferição de aptidão;

V - não estar enquadrado nas hipóteses de inelegibilidade previstas na alínea e do inciso I do *caput* do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

VI - ter registro na junta comercial do local de seu domicílio ou de atuação mais frequente; e

VII - ter residência no território nacional.

§ 1º Para os fins dos artigos deste Capítulo, definem-se:

I - idiomas principais: aquelas línguas estrangeiras com maior número de tradutores formados no Brasil, ou seja, as línguas alemã, inglesa, francesa, espanhola e italiana, em suas diversas variedades geográficas; e

II - idiomas secundários: as demais línguas estrangeiras e suas diversas variedades regionais

§ 2º A exigência do concurso previsto no inciso IV do *caput* deste artigo poderá ser dispensada àqueles que obtiverem grau de excelência em exames nacionais e internacionais de proficiência, nos termos do regulamento do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI) da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.



§ 3º Para os idiomas secundários, o Drei poderá dispensar a exigência de tradutor e intérprete público com fé pública a estrangeiro residente no País que obtiver nível Avançado ou Avançado Superior no Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) e integre a Lista Nacional de Tradutores Celpe-Bras Registrados.

§ 4º A Lista Nacional de Tradutores Celpe-Bras Registrados referida no § 3º deste artigo, bem como o Cadastro Nacional de Tradutores Públicos e Intérpretes Concursados (CNTPIC), serão publicados pelo Drei e atualizados anualmente, nos termos do regulamento.

§ 5º Quando a tradução pública de um documento em idioma raro for necessária ou exigida e não constar tradutor público no CNTPIC a que se refere o § 4º deste artigo, utilizar-se-á, se possível, o sistema triangular de tradução pública, entendido como a tradução pública para o vernáculo de documento em idioma secundário vertido para um dos idiomas principais.

Art. 23. O tradutor e intérprete público, que terá jurisdição nacional, poderá habilitar-se e registrar-se para um ou mais idiomas estrangeiros, ou, ainda, em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Art. 24. O cumprimento do disposto no art. 22 desta Lei habilita o tradutor e intérprete público a atuar em qualquer Estado e no Distrito Federal e a manter inscrição apenas no local de seu domicílio ou de atuação mais frequente.

Art. 25. O concurso para aferição de aptidão de que trata o inciso IV do caput do art. 22 desta Lei:

I - será válido por prazo indefinido;

II - incluirá prova escrita e prova oral, com simulação de interpretação consecutiva, para avaliar a compreensão das sutilezas e dificuldades de cada um dos idiomas;

III - será organizado nacionalmente pelo Drei, com apoio das juntas comerciais dos Estados e do Distrito Federal; e

IV - será regido pelas normas editadas pelo Diretor do Drei.

Art. 26. São atividades privativas do tradutor e intérprete público:

ag2021-08136



I - traduzir qualquer documento que tenha de ser apresentado em outro idioma perante pessoa jurídica de direito público interno ou serviços notariais e de registro de notas ou de títulos e documentos;

II - realizar traduções oficiais, quando exigido por lei;

III - interpretar e verter verbalmente perante ente público a manifestação de pessoa que não domine a língua portuguesa se não houver agente público apto a realizar a atividade ou se for exigido por lei específica;

IV - transcrever, traduzir ou verter mídia eletrônica de áudio ou vídeo, em outro idioma, certificada por ato notarial; e

V - realizar, quando solicitados pela autoridade competente, os exames necessários à verificação da exatidão de qualquer tradução que tenha sido arguida como incompleta, imprecisa, errada ou fraudulenta.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não impede:

I - a designação pela autoridade competente de tradutor e intérprete público *ad hoc* no caso de inexistência, impedimento ou indisponibilidade de tradutor e intérprete público habilitado para o idioma; e

II - a realização da atividade por agente público:

a) ocupante de cargo ou emprego com atribuições relacionadas com a atividade de tradutor ou intérprete; ou

b) com condições de realizar traduções e interpretações simples e correlatas com as atribuições de seu cargo ou emprego.

Art. 27. Presumem-se fiéis e exatas as traduções realizadas pelo tradutor e intérprete público.

§ 1º Nenhuma tradução terá fé pública se não for realizada por tradutor e intérprete público, exceto as traduções:

I - feitas por corretores de navios, em sua área de atuação;

II - relativas aos manifestos e documentos que as embarcações estrangeiras tiverem de apresentar para despacho aduaneiro;

ag2021-08136



III - feitas por agentes públicos com cargo ou emprego de tradutor ou intérprete ou que sejam inerentes às atividades do cargo ou emprego; e

IV - enquadradas nas hipóteses previstas em ato do Poder Executivo federal.

§ 2º A presunção de que trata o caput deste artigo não afasta:

I - a obrigação de o documento na língua original acompanhar a sua respectiva tradução; e

II - a possibilidade de ente público ou qualquer interessado impugnar, nos termos estabelecidos nas normas de processo administrativo ou de processo judicial aplicáveis ao caso concreto, a fidedignidade ou exatidão da tradução.

Art. 28. O tradutor e intérprete público que realizar tradução incompleta, imprecisa, errada ou fraudulenta estará sujeito além de eventual responsabilização civil e criminal, às seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão do registro por até 1 (um) ano; e

III - cassação do registro, vedada nova habilitação em prazo inferior a 15 (quinze) anos.

Parágrafo único. Para a dosimetria da pena, deverão ser consideradas:

I - as punições recebidas pelo tradutor e intérprete público nos últimos 10 (dez) anos;

II - a existência ou não de má-fé; e

III - a gravidade do erro ou a configuração de culpa grave.

Art. 29. O processo administrativo contra o tradutor e intérprete público seguirá o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

ag2021-08136



Art. 30. O processo administrativo será processado e julgado pela junta comercial do Estado ou do Distrito Federal no qual o tradutor e intérprete público estiver inscrito.

Parágrafo único. Caberá recurso da decisão da junta comercial ao Diretor do Dreí.

Art. 31. Os tradutores públicos e intérpretes comerciais que, na data de entrada em vigor desta Lei, já estavam habilitados na forma prevista no regulamento aprovado pelo Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943, poderão continuar a exercer as atividades no território nacional, nos termos deste Capítulo.

Art. 32. O tradutor e intérprete público será remunerado por emolumentos fixados pelo Dreí em nível nacional, em valor mínimo e teto a serem determinados pelo Dreí, independentemente das custas que lhe possam caber como auxiliares da Justiça, podendo optar por se organizar na forma de sociedade unipessoal para fins tão somente fiscais, estando vedada a abertura de filiais, seja dentro ou fora de seu estado de domicílio.

Parágrafo único. Não é lícito aos tradutores abater, em benefício de quem quer que seja, os emolumentos que lhes forem fixados, cabendo-lhes anotar, no final de cada tradução, o total dos emolumentos e o valor dos selos cobrados.

Art. 33. O tradutor e intérprete público poderá realizar os seus atos em meio eletrônico, atendido o disposto na Lei nº 14.163, de 23 de setembro de 2020.

Art. 34. O Diretor do Dreí poderá editar normas complementares para a execução do disposto neste Capítulo.

CAPÍTULO VII DA OBTENÇÃO DE ELETRICIDADE

Art. 35. A obtenção da eletricidade deve ser solicitada à concessionária ou à permissionária local que presta o serviço público de distribuição de energia elétrica no Município do solicitante, observando as seguintes condições:

I – os procedimentos necessários para a obtenção da eletricidade, desde a solicitação até o início do fornecimento, devem ser

ag2021-08136

SF/21410.1116-80



realizados em até 45 (quarenta e cinco) dias para as unidades consumidoras em área urbana enquadradas no Grupo A, exclusivamente às solicitações de conexão, com potência contratada de até 140 kVA (cento e quarenta quilovolts-ampères), desde que não haja a necessidade de realização de obras de ampliação, de reforço ou de melhoria no sistema de distribuição de energia elétrica existente; e

II – os procedimentos necessários para a obtenção de eletricidade para os demais casos não previstos no inciso I deste *caput* devem atender aos prazos e condições regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

CAPÍTULO VIII DA DESBUROCRATIZAÇÃO EMPRESARIAL

Art. 36. As empresas individuais de responsabilidade limitada existentes na data da entrada em vigor desta Lei serão transformadas em sociedades limitadas unipessoais independentemente de qualquer alteração em seu ato constitutivo.

Parágrafo único. Ato do DREI disciplinará a transformação referida neste artigo.

Art. 37. O art. 1º da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“**Art. 1º**

Parágrafo único. Para os fins desta lei, a sociedade simples equipara-se à sociedade empresária.” (NR)

Art. 38. A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 48-A.** As pessoas jurídicas de direito privado, sem prejuízo do previsto em legislação especial e em seus atos constitutivos, poderão realizar suas assembleias gerais por meios eletrônicos, inclusive para os fins do art. 59 deste Código, respeitados os direitos previstos de participação e de manifestação.”

“**Art. 206-A.** A prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão.”

ag2021-08136



SF/21410.1116-80



107

“**Art. 981.** A sociedade é composta por uma ou mais pessoas que se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilhar, entre si, os resultados.

.....” (NR)

“PARTE ESPECIAL

.....

TÍTULO II

.....

SUBTÍTULO II

.....

CAPÍTULO I

.....

Seção I

.....

Art. 1.000-A. O contrato social e demais atos relativos à sociedade simples deverão ser inscritos no Registro Público de Empresas Mercantis.”

“**Art. 1.053.**

Parágrafo único. O contrato social poderá prever que a sociedade limitada será regida supletivamente pelas normas da sociedade anônima, hipótese em que não se aplicarão os arts. 1.028 a 1.030 deste Código.” (NR)

“**Art. 1.142.**

§ 1º O estabelecimento não se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual.

§ 2º Quando o local onde se exerce a atividade empresarial for virtual, o endereço informado para fins de registro poderá ser, conforme o caso, o do empresário individual ou o de um dos sócios da sociedade empresária.

§ 3º Quando o local onde se exerce a atividade empresarial for físico, a fixação do horário de funcionamento competirá ao município, observada a regra geral do inciso II do *caput* do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.” (NR)

“**Art. 1.160.** A sociedade anônima opera sob denominação, integrada pelas expressões ‘sociedade anônima’ ou ‘companhia’, por extenso ou abreviadamente, facultada a designação do objeto social.



ag2021-08136



108

.....” (NR)

“**Art. 1.161.** A sociedade em comandita por ações pode, em lugar de firma, adotar denominação, aditada da expressão ‘comandita por ações’, facultada a designação do objeto social.” (NR)

CAPÍTULO IX DA NOTA COMERCIAL

Art. 39. A nota comercial, valor mobiliário de que trata o inciso VI do *caput* do art. 2º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, é título de crédito não conversível em ações, de livre negociação, representativo de promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente sob a forma escritural por meio de instituições autorizadas a prestar o serviço de escrituração pela Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 40. Podem emitir a nota comercial as sociedades anônimas, as sociedades limitadas e as sociedades cooperativas.

Parágrafo único. A deliberação sobre emissão de nota comercial é de competência dos órgãos de administração, quando houver, ou do administrador do emissor, observado o que dispuser a respeito o respectivo ato constitutivo.

Art. 41. A nota comercial terá as seguintes características, que deverão constar de seu termo constitutivo:

- I - a denominação “Nota Comercial”;
- II - o nome ou razão social do emitente;
- III - o local e a data de emissão;
- IV - o número da emissão e a divisão em séries, quando houver;
- V - o valor nominal;
- VI - o local de pagamento;

ag2021-08136



SF/21410.11116-80



VII - a descrição da garantia real ou fidejussória, quando houver;

VIII - a data e as condições de vencimento;

IX - a taxa de juros, fixa ou flutuante, admitida a capitalização;

X - a cláusula de pagamento de amortização e de rendimentos, quando houver;

XI - a cláusula de correção por índice de preço, quando houver;
e

XII - os aditamentos e as retificações, quando houver.

§ 1º As notas comerciais de uma mesma série terão igual valor nominal e conferirão a seus titulares os mesmos direitos.

§ 2º A alteração das características a que se refere o caput deste artigo dependerá de aprovação da maioria simples dos titulares de notas comerciais em circulação, presentes em assembleia, se maior quórum não for estabelecido no termo de emissão.

§ 3º Aplica-se à convocação e ao funcionamento da assembleia prevista no § 2º deste artigo, entre outros aspectos, o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre assembleia geral de debenturistas.

Art. 42. A nota comercial é título executivo extrajudicial, que pode ser executado independentemente de protesto, com base em certidão emitida pelo escriturador ou pelo depositário central, quando esse título for objeto de depósito centralizado.

Parágrafo único. A nota comercial poderá ser considerada vencida na hipótese de inadimplemento de obrigação constante do respectivo termo de emissão.

Art. 43. A titularidade da nota comercial será atribuída exclusivamente por meio de controle realizado nos sistemas informatizados do escriturador ou no depositário central, quando esse título for objeto de depósito centralizado.

ag2021-08136



Art. 44. A Comissão de Valores Mobiliários poderá estabelecer requisitos adicionais aos previstos nesta Lei, inclusive a eventual necessidade de contratação de agente fiduciário, relativos à nota comercial que seja:

I – ofertada publicamente; ou

II – admitida à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários.

Art. 45. Nas distribuições privadas, o serviço de escrituração deverá ser efetuado em sistemas que atendam aos seguintes requisitos:

I – comprovação da observância de padrões técnicos adequados, em conformidade com os Princípios para Infraestruturas do Mercado Financeiro do Bank for International Settlements (BIS), inclusive no que diz respeito à segurança, à governança e à continuidade de negócios;

II – garantia de acesso integral às informações mantidas por si ou por terceiros por elas contratados para realizar atividades relacionadas com a escrituração;

III - garantia de acesso amplo a informações claras e objetivas aos participantes do mercado, sempre observadas as restrições legais de acesso a informações; e

IV – observância de requisitos e emprego de mecanismos que assegurem a interoperabilidade com os demais sistemas de escrituração autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 1º As instituições autorizadas a prestar o serviço de escrituração não poderão escriturar títulos em que sejam participantes como credoras ou emissoras, direta ou indiretamente.

§ 2º A oferta privada de nota comercial poderá conter cláusula de conversibilidade em participação societária, exceto em relação às sociedades anônimas.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS

ag2021-08136



Art. 46. A Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescido do art. 3º-A:

“**Art. 3º-A.** São isentos de emolumentos os seguintes atos registrais relativos a imóveis urbanos incluídos em programas de regularização fundiária de interesse social ou de habitação de interesse social ou relativos a imóveis rurais incluídos em programa de regularização fundiária rural, nos casos em que o transmitente seja pessoa jurídica de direito público:

I - o primeiro registro que confere direitos reais aos seus beneficiários;

II - a emissão e o primeiro registro da legitimação fundiária;

III - a emissão, o primeiro registro do título de legitimação de posse e a sua conversão em título de propriedade;

IV - o registro do projeto de regularização fundiária com abertura de matrícula para cada unidade imobiliária urbana regularizada;

V - a primeira averbação de construção residencial urbana;

VI - o fornecimento de certidões de registro para os atos previstos neste artigo.

Parágrafo único. Os registradores que não cumprirem o disposto neste artigo ficarão sujeitos às sanções previstas no art. 7º desta Lei e à multa prevista no art. 44, da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.” (NR)

Art. 47. A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 43.**

§ 7º A inserção de débitos do consumidor em bancos de dados e cadastros dos serviços de proteção ao crédito e congêneres depende da prévia notificação pessoal do devedor, dispensada esta quando decorrente do prévio protesto do título.

§ 8º Os registros e anotações de débitos do consumidor inseridos em bancos de dados e cadastros dos serviços de proteção ao crédito e congêneres, decorrentes de fraude ou falsidade na contratação ou por violação da obrigação constante do § 7º, deste artigo, ensejarão a reparação de danos no montante equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos.

.....” (NR)

“**Art. 55.**

ag2021-08136



.....

§ 5º Se o fornecedor for acusado em mais de um Estado ou Município pelo mesmo fato gerador de prática infrativa, caberá à autoridade do sistema estadual ou nacional de defesa do consumidor dirimir conflito de competência, aplicando-se única sanção nos termos do art. 56.

§ 6º Para fins de solução de conflitos de competência mencionados no § 5º, os entes federativos podem valer-se de instrumentos de cooperação institucional, respeitado o art. 241 da Constituição Federal.” (NR)

“**Art. 56.**

§ 1º

§ 2º Conforme disposição do art. 20 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, com a redação dada pela Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018, na aplicação das possíveis sanções previstas neste artigo, o órgão fiscalizador deverá, motivadamente, escolher aquela que melhor se adeque à preservação do mercado de consumo e dos direitos do consumidor.

§ 3º A aplicação de multa poderá ser substituída pela realização de investimentos em infraestrutura, serviços, projetos ou ações para recomposição do bem jurídico lesado, previstos em compromisso de ajustamento de conduta a ser celebrado entre fornecedor e autoridade fiscalizadora competente com previsões referentes ao modo, ao tempo e ao lugar do cumprimento das obrigações assumidas.” (NR)

“**Art. 57.** A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, será aplicada mediante procedimento administrativo, revertendo para o Fundo de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, os valores cabíveis à União, ou para os Fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor nos demais casos, sendo vedada a vinculação ou a destinação do produto de multas à composição de recursos orçamentários do próprio órgão fiscalizatório.

§ 1º Os critérios de graduação estabelecidos no caput deverão ser levados em consideração de forma equitativa e motivada pela autoridade sancionadora no momento da aplicação da multa.

§ 2º A multa será em montante não inferior a R\$ 700,00 (setecentos reais) e não superior a R\$ 10.000,00 (dez milhões de reais).

§ 3º A condição econômica do fornecedor a que se refere o caput terá como base a média do faturamento líquido, obtido nos



últimos três meses anteriores à lavratura do auto de infração, relativo à linha do produto ou serviço fiscalizado.

§ 4º Para fins da dosimetria da multa estipulada no caput, entende-se por fornecedor a unidade autônoma de negócio fiscalizada, mesmo que pertencente a um mesmo grupo econômico.

§ 5º Nos casos em que não for possível individualizar a unidade de negócio, será considerado o faturamento obtido no âmbito de competência do órgão prolator da decisão sancionatória.

§ 6º No caso de registro e anotação de débito, na forma prevista no art. 43. § 8º, desta Lei, a conduta deverá ser necessariamente sancionada com a aplicação de multa, cujos valores deverão ser revertidos ao consumidor no montante de 50% (cinquenta por cento) do total e o restante aos fundos previstos no *caput* deste artigo.” (NR)

“**Art.117-A.** A propositura de ação judicial, para contestar a reparação prevista no art. 43. § 8º, e/ou a multa prevista no art. 57, § 2º, desta Lei, dependerá do depósito prévio em juízo dos respectivos valores imputados ao fornecedor.” (NR)

Art. 48. A Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 1º**

§ 1º A União deverá celebrar transação em quaisquer das modalidades de que trata esta Lei, sempre que o interessado cumprir os requisitos estabelecidos nesta Lei e os requisitos operacionais estabelecidos no regulamento.

§ 4º

III - no que couber, aos créditos das autarquias e das fundações públicas federais, cujas cobrança e representação incumbam à Procuradoria-Geral Federal, e aos créditos cuja cobrança seja competência da Procuradoria-Geral da União, nos termos de ato do Advogado-Geral da União e sem prejuízo do disposto na Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

§ 5º A transação de créditos de natureza tributária e não tributária será realizada nos termos do art. 171 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

§ 6º Para a celebração da transação, nos termos desta Lei, são vedadas restrições aos interessados, em razão de condições de caráter pessoal, tais como renda, capacidade de pagamento, possibilidade de oferecimento de garantias e situação de insolvência, bem como a exigência da apresentação de certidões negativas de



SF/21410.1116-80



114

débitos de qualquer natureza, tais como trabalhista, previdenciária, tributária e de protestos. (NR)”

“**Art. 2º** Para fins desta Lei, são modalidades de transação as realizadas por proposta individual ou por adesão, na cobrança de créditos da União, de suas autarquias e fundações públicas.

.....” (NR)

“**Art. 4º**

§ 4º Aos contribuintes com transação rescindida é vedada, pelo prazo de 2 (dois) anos, contado da data de rescisão, a formalização de nova transação, exceto se relativa a débitos distintos.” (NR)

“**Art. 10.** A transação na cobrança de créditos da União, das autarquias e das fundações públicas federais poderá ser proposta, respectivamente, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pela Procuradoria-Geral Federal, de forma individual ou por adesão, ou por iniciativa do devedor, ou pela Procuradoria-Geral da União, em relação aos créditos sob sua responsabilidade.” (NR)

“**Art. 11.** A transação poderá contemplar os seguintes benefícios:

I - a concessão de descontos nas multas, nos juros de mora e nos encargos legais relativos a créditos a serem transacionados que sejam objeto de litígio administrativo ou judicial, ainda que não inscritos em dívida ativa;

.....” (NR)

“**Art. 14.** Ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional ou, no caso dos créditos previstos no inciso III do § 4º do art. 1º desta Lei, Ato do Advogado-Geral da União, disciplinará:

.....” (NR)

“**Art. 27.** Caberá ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional e ao Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, em seu âmbito de atuação, disciplinar os aspectos operacionais para a aplicação do disposto neste Capítulo. (NR)”

Art. 49. A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

ag2021-08136



“Art. 114.....

§ 1º

§ 2º Os ofícios de registro civil das pessoas jurídicas estão autorizados a prestar serviços de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins mediante convênio com as juntas comerciais ou outro órgão competente de acordo com a legislação específica do registro mercantil.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, o registrador deverá observar estritamente os termos do convênio, respeitados os atos normativos relativos às juntas comerciais. (NR)”

“Art. 167.....

§ 1º Os direitos reais e ou de garantias reais registrados ou averbados na matrícula do imóvel são oponíveis em relação a negócios jurídicos precedentes não constantes da matrícula do respectivo imóvel, na forma do art. 54, da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.

§ 2º A abertura de matrícula e o registro do imóvel destacado de glebas públicas, concedidos pela União, Estados ou Município, não constitui fato gerador de imposto de transmissão, de custas ou de emolumentos registraes. (NR)”

“Art. 213.

§ 17. São dispensadas as assinaturas dos confrontantes, previstas no inciso II do *caput*, quando da indicação das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional fixada pelo Incra, bastando a apresentação de declaração do requerente interessado de que respeitou os limites e as confrontações.” (NR)

Art. 50. O art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 10.

§ 3º O sistema que exija ou aceite a certificação digital deve reconhecer, ao menos, os atributos de representação de órgão público, de pessoa jurídica de direito público ou privado, bem como de assistência e representação de incapazes.” (NR)



Art. 51. O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com acrescido do seguinte §23:

"Art. 20

.....
§ 23. A conta vinculada poderá ser movimentada nas hipóteses previstas nos incisos V, VI e VII do caput deste artigo, para aquisição de um segundo imóvel ainda que o trabalhador já tenha anteriormente utilizado os recursos da conta para aquisição de moradia própria. "

Art. 52. O art. 1º da Lei nº 5.377, de 11 de dezembro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art 1º** A designação de 'Profissional de Relações Públicas' passa a ser privativa:

.....
d) dos que obtiverem título de tecnólogos ou bacharéis ou especialistas ou mestres ou doutores formados nos respectivos cursos de nível superior em relações públicas ou áreas análogas da comunicação social." (NR)

Art. 53. O Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 15-A:

"**Art. 15-A.** Os documentos previstos nos arts. 2º, 4º e 7º deste Decreto-Lei poderão ser substituídos por sua versão eletrônica, na forma de regulamento do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Drei) da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia."

Art. 54. O art. 44 da Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 44.** No caso de falência ou de recuperação judicial do representado, as importâncias por ele devidas ao representante comercial, relacionadas com a representação, inclusive comissões vencidas e vincendas, indenização e aviso prévio, e qualquer outra verba devida ao representante oriunda da relação estabelecida com base nesta Lei, serão consideradas créditos da mesma natureza dos créditos trabalhistas para fins de inclusão no pedido de falência ou plano de recuperação judicial.



117

Parágrafo único. Os créditos devidos ao representante comercial reconhecidos em título executivo judicial transitado em julgado após o deferimento do processamento da recuperação judicial, e a sua respectiva execução, inclusive quanto aos honorários advocatícios, não se sujeitarão à recuperação judicial, aos seus efeitos e à competência do juízo da recuperação, ainda que existentes na data do pedido, e prescreverá em 5 (cinco) anos a ação do representante comercial para pleitear a retribuição que lhe é devida e os demais direitos garantidos por esta Lei.” (NR)

Art. 55. O parágrafo único do art. 22 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 22.**

Parágrafo único. É facultada a adoção de livros de folhas soltas ou fichas ou em meio digital, nos termos de regulamento do órgão competente do Poder Executivo federal.” (NR)

“**Art. 38.**

§ 1º As assembleias gerais serão convocadas com antecedência mínima de dez dias, em primeira convocação, mediante edital publicado em jornal de circulação local ou sítio eletrônico, nos termos do regulamento do órgão competente do Poder Executivo federal.

§ 2º Não havendo, no horário estabelecido, quórum de instalação, as assembleias poderão ser realizadas em segunda ou terceira convocações desde que assim permitam os estatutos e conste do respectivo edital, quando então será observado o intervalo mínimo de uma hora entre a realização por uma ou outra convocação.

.....” (NR)

Art. 56. O inciso III do *caput* do art. 15 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 15.**

III – as sociedades e os assessores de investimentos que exerçam atividades de mediação na negociação de valores mobiliários em bolsa de valores ou no mercado de balcão;

.....” (NR)



ag2021-08136



118

Art. 57. O art. 4º-E da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 4º-E**

I – 25% (vinte e cinco por cento) do valor da subvenção de que trata os incisos XIII e XVII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, recebida pela prestadora de serviço público de distribuição de energia elétrica adquirida; ou

.....” (NR)

Art. 58. A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 13.**

.....

XVI –; e

XVII – prover recursos para atendimento da subvenção econômica de que trata o § 15, destinada à modicidade tarifária de consumidores atendidos por concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica com mercado próprio anual inferior a 350 GWh (trezentos e cinquenta gigawatts-hora).

.....

§ 15. As tarifas aplicáveis às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica com mercado próprio anual inferior a 350 GWh (trezentos e cinquenta gigawatts-hora) não poderão ser superiores às tarifas da concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica de área adjacente e com mercado próprio anual superior a 700 GWh (setecentos gigawattshora) localizada na mesma Unidade Federativa, observando-se que:

I – a verificação das diferenças tarifárias considerará as tarifas vigentes na data do processo tarifário da concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica com mercado próprio anual inferior a 350 GWh (trezentos e cinquenta gigawatts-hora);

II – havendo mais de uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica em área adjacente e com mercado próprio anual superior a 700 GWh (setecentos gigawatts-hora) localizada na mesma Unidade Federativa, prevalece aquela com menor tarifa residencial; e

III - a subvenção a que se refere o inciso XVII do caput será calculada no processo tarifário da concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica afetada. (NR)”



ag2021-08136



Art. 59. A Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 12.** A notificação dos sócios para participação das assembleias ocorrerá com antecedência mínima de dez dias de sua realização, mediante edital publicado em jornal de circulação local ou sítio eletrônico, nos termos do regulamento do órgão competente do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Na impossibilidade de notificação por edital, a notificação dos sócios será pessoal ou por via postal, respeitada a antecedência prevista no caput deste artigo.” (NR)”

Art. 60. A Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 1º**

§ 3º O disposto neste Capítulo e nos Capítulos II e III desta Lei não se aplica ao direito tributário e ao direito financeiro, ressalvado o disposto no inciso X do *caput* do art. 3º desta Lei.

.....” (NR)

“**Art. 4º-A.** É dever da administração pública e das demais entidades que se sujeitam a esta Lei, na aplicação da ordenação pública sobre atividades econômicas privadas:

I – dispensar tratamento justo, previsível e isonômico entre os agentes econômicos;

II – proceder à lavratura de autos de infração ou aplicar sanções com base em termos subjetivos ou abstratos somente quando estes forem propriamente regulamentados por meio de critérios claros, objetivos e previsíveis, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade; e

III – observar o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração decorrentes do exercício de atividade considerada de baixo ou médio risco.

§ 1º Os órgãos e as entidades competentes, na forma do inciso II do caput deste artigo, editarão atos normativos para definir a aplicação e a incidência de conceitos subjetivos ou abstratos por meio de critérios claros, objetivos e previsíveis, observado que:

I – nos casos de imprescindibilidade de juízo subjetivo para a aplicação da sanção, o ato normativo determinará o procedimento



para sua aferição, de forma a garantir a maior previsibilidade e impessoalidade possível;

II – a competência da edição dos atos normativos infralegais equivalentes a que se refere este parágrafo poderá ser delegada pelo Poder competente conforme sua autonomia, bem como pelo órgão ou pela entidade responsável pela lavratura do auto de infração.

§ 2º Para os fins administrativos, controladores e judiciais, consideram-se plenamente atendidos pela administração pública os requisitos previstos no inciso II do *caput* deste artigo, quando a advocacia pública, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos limites da respectiva competência, tiver previamente analisado o ato de que trata o § 1º deste artigo.

§ 3º Os órgãos e as entidades deverão editar os atos normativos previstos no § 1º deste artigo no prazo de 4 (quatro) anos, podendo o Poder Executivo estabelecer prazo inferior em regulamento.

§ 4º O disposto no inciso II do *caput* deste artigo aplica-se exclusivamente ao ato de lavratura decorrente de infrações referentes a matérias nas quais a atividade foi considerada de baixo ou médio risco, não se aplicando a órgãos e a entidades da administração pública que não a tenham assim classificado, de forma direta ou indireta, de acordo com os seguintes critérios:

I – direta, quando realizada pelo próprio órgão ou entidade da administração pública que procede à lavratura; e

II – indireta, quando o nível de risco aplicável decorre de norma hierarquicamente superior ou subsidiária, por força de lei, desde que a classificação refira-se explicitamente à matéria sobre a qual se procederá a lavratura.”

Art. 61. A Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 4º-A. Notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, podem prestar seus serviços em meio eletrônico de forma autônoma e independente, por meio de plataformas exclusivas ou compartilhadas, mantendo-se a obrigatoriedade da prestação presencial dos serviços.

§1º As plataformas podem disponibilizar múltiplos canais de acesso aos serviços notariais e de registro, inclusive por meio de aplicativos mobile, desde que observem o manual das interfaces de programação de aplicações (application programming interface), padronizados pelo órgão público competente.

§ 2º Enquanto não forem disponibilizados os manuais de padronização previstos no parágrafo anterior, as plataformas eletrônicas contarão com manuais de suas Interfaces de



Comunicação (API) de modo a possibilitar a interoperabilidade com sistemas da administração pública e demais sistemas privados.

§3º. Os serviços notariais e de registro admitirão documentos eletrônicos que observarem o disposto no art. 10, § 2º da Medida Provisória 2.200-2/2001.”

CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 62. É admitido que os ofícios de registro civil das pessoas jurídicas pratiquem atos relativos a registros de sociedades simples já registradas na serventia ao tempo da entrada em vigor dessa Lei.

Parágrafo único. É assegurado o direito de a sociedade simples migrar o seu registro para a junta comercial a qualquer tempo e mediante deliberação da maioria dos sócios.

Art. 63. Ficam revogados:

I - o Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943;

II - o Decreto nº 20.256, de 20 de dezembro de 1945;

III - a Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953;

IV - o art. 1º da Lei nº 2.410, de 29 de janeiro de 1955;

V - o art. 1º da Lei nº 2.698, de 27 de dezembro de 1955;

VI - a Lei nº 2.807, de 28 de junho de 1956;

VII - a Lei nº 2.815, de 6 de julho de 1956;

VIII - o art. 1º da Lei nº 3.053, de 22 de dezembro de 1956;

IX - a Lei nº 3.187, de 28 de junho de 1957;

X - a Lei nº 3.227, de 27 de julho de 1957;

XI - a Lei nº 4.557, de 10 de dezembro de 1964;

XII - os arts. 14 e 15 da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966;



122

XIII - o art. 15 do Decreto-Lei nº 491, de 5 de março de 1969;

XIV - o art. 2º do Decreto-Lei nº 666, de 2 de julho de 1969;

XV - a parte do art. 1º do Decreto-Lei nº 687, de 18 de julho de 1969, que altera o art. 2º do Decreto-Lei nº 666, de 2 de julho de 1969;

XVI - o art. 2º da Lei nº 6.137, de 7 de novembro de 1974;

XVII - o Decreto-Lei nº 1.416, de 25 de agosto de 1975;

XVIII – o Decreto-Lei nº 1.427, de 2 de dezembro de 1975;

XIX – o § 2º do art. 110 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

XX - o Decreto nº 84.248, de 28 de novembro de 1979;

XXI - a Lei nº 7.409, de 25 de novembro de 1985;

XXII - a Lei nº 7.690, de 15 de dezembro de 1988;

XXIII - o art. 5º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991;

XXIV – os seguintes dispositivos da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994:

a) inciso IX do *caput* do art. 4º;

b) inciso IV do *caput* do art. 35;

c) art. 58; e

d) art. 60;

XXV – os seguintes dispositivos da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996:

a) §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 80;

b) arts. 80-A, 80-B e 80-C; e



ag2021-08136



c) §§ 1º e 5º do art. 81;

XXVI - o parágrafo único do art. 18 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;

XXVII - os seguintes dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil):

a) inciso VI do *caput* do art. 44;

b) parágrafo único do art. 1.015;

c) inciso IV do *caput* e o parágrafo único do art. 1.033; e

d) art. 980-A;

e) o Título I-A do Livro II da Parte Especial da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;

XXIII – os seguintes dispositivos da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007:

a) §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 4º;

b) art. 6º; e

c) inciso III do *caput* do art. 11;

XXIX - os seguintes dispositivos da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011:

a) incisos II e III do § 1º e §§ 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do art. 25;

b) §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 26; e

c) art. 37.

XXX - os seguintes dispositivos da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020:

a) incisos I, II e III, do art. 2º;

ag2021-08136



- b) § 1º, do art. 5º;
- c) o inciso IV, do § 2º, e o § 5º, do art. 11;
- d) os incisos III e V, do art. 14;
- e) o art. 15;
- f) o inciso II, do § 1º, do art. 17;
- g) o § 5º, do art. 19.

Art. 64. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos:

I – em 3 (três) anos, contados da data de sua publicação, quanto ao inciso I do *caput* do art. 35;

II – em 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da data de sua publicação, quanto à parte do art. 5º que altera o § 3º do art. 138 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

III – em 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação, quanto ao § 3º do art. 8º, observado, quanto ao restante do referido art. 8º, o disposto no inciso IV deste artigo;

IV – sem prejuízo do disposto no inciso III deste artigo, no primeiro dia útil do primeiro mês subsequente ao da data de sua publicação, quanto aos arts. 8º, 9º, 10, 11 e 12 e aos incisos III a XV, XVIII, XXIII e XXIX do *caput* do art. 61;

V – em 5 (cinco) anos, contados da data de sua publicação, quanto ao acréscimo do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005; e

VI – na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

Sala da Comissão,

ag2021-08136



125

, Presidente

, Relator



SF/21410.1116-80

ag2021-08136





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 1

04/08/2021

**TRECHO DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS EXTRAÍDAS DA SESSÃO
DELIBERTIVA ORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL DO DIA 04/08/2021
REFERENTE À APRECIÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DO
RELATOR AO PARECER Nº 160, DE 2021-PLEN/SF**

(...)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Confúcio Moura.

Anuncio o item 1 da pauta.

Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, que dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade, a desburocratização societária e de atos processuais, a prescrição intercorrente no Código Civil e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 1.040, de 2021).

Durante o prazo inicial, foram apresentadas 252 emendas.

Perante a Mesa do Senado Federal, foram apresentadas as Emendas nºs 253 a 350, já disponibilizadas na tramitação da matéria e que serão encaminhadas à publicação.

As Emendas nºs 13 a 19, 26, 269 e 306 foram retiradas pelos autores.

A Emenda nº 321 teve o recebimento cancelado e é considerada inexistente.

Pareceres proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados em substituição à Comissão Mista, Relator Deputado Marco Bertaiolli, favorável à medida provisória e a parte das emendas, na forma do projeto de lei de conversão apresentado.

A matéria foi aprovada no dia 23 de junho no Plenário da Câmara dos Deputados e o seu prazo de vigência se esgota no dia 9 de agosto.

A matéria depende de parecer no Senado Federal.

Faço a designação do Senador Irajá para proferir parecer de Plenário.

Com a palavra o Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, tramita no Senado Federal a Medida Provisória 1.040, de 29 de março de 2021, que objetiva a facilitação da abertura de empresas, a proteção dos acionistas minoritários e o fomento ao comércio exterior. Além desses importantes temas, a medida provisória em questão também trata, ao longo de 34 artigos, do Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, o Sira, das cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, da profissão de tradutor e intérprete público, da obtenção de eletricidade e, por fim, da prescrição intercorrente prevista no vigente Código Civil. Sem pretensão de esgotar o complexo e longo conteúdo da inovação legislativa em análise, passaremos a pontuar algumas alterações de relevo em benefício da sociedade brasileira com efeito para fins de facilitação da abertura de empresas.

A medida provisória inclui na Lei 11.598, de 2007, a Redesim (Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios), que atuará em favor da simplificação do processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas.

As inovações legislativas incluem, entre outras mudanças, a definição futura, por regulamento, da composição, da estrutura e do modo de funcionamento do Comitê Gestor da Redesim, com representação dos órgãos e entidades envolvidos no processo de registro e de legalização de empréstimos e de pessoas jurídicas no processo de licenciamento e também nas autorizações de funcionamento.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, acreditamos firmemente na existência de genuíno interesse público em inovações legislativas que incentivem o ambiente de negócios, no desenvolvimento de leis que fomentem a competitividade das empresas, no desenho de um arcabouço institucional capaz de garantir, em suma, as melhores condições de trabalho e de investimento aos brasileiros dotados de capacidade empreendedora. Exatamente,





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 2

04/08/2021

porque as empresas nos garantem bens e serviços vitais, enquanto geram emprego e renda para a sociedade e tributos para o Estado, é que iniciativas de valorização dessas instituições tanto contribuem para o progresso do nosso País.

Inúmeros outros aspectos positivos da Medida Provisória 1.040, de 2021, merecem a nossa atenção. Por exemplo, a oferta gratuita de informações relevantes na internet para o cidadão interessado no registro e na legalização de empresas. Trâmites burocráticos complexos para o licenciamento e as autorizações de funcionamento de empresas passam a ser ofertadas na *web*, de forma mais simples e direta, a brasileiros interessados no tema, conforme o art. 4º da normativa em análise.

Outra inovação relevante encontra-se no art. 11-A, que, com vistas à desburocratização, prevê a dispensa, em processos de registro de empresários e de pessoas jurídicas no âmbito da Redesim, de dados ou informações que já constem na base de dados do Governo Federal, entre outros repositórios públicos.

A medida provisória contém, ademais, regras facilitadoras do registro público da empresa mercantil, mediante alteração da Lei 8.934, de 1994. Nela também consta a proibição de arquivamento de atos constitutivos de empresa mercantil, se é necessária a designação do respectivo capital e do seu objeto, facultando-se, contudo, eventual ausência da designação do nome empresarial.

Por segurança jurídica, a norma impede o arquivamento de atos de empresas mercantis com idêntico nome de estabelecimento já existente, além de prever medidas protetivas ao nome junto ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial da Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

O art. 35-A inova a Lei 8.934, de 1994, ao permitir ao empresário ou à pessoa jurídica o uso do número do CNPJ como nome empresarial, seguido da partícula identificadora do tipo societário ou jurídico, nas vezes em que a mencionada identificação for exigência legal.

Sempre com o objetivo de desburocratizar procedimentos, a normativa prevê a dispensa de reconhecimento de firma para os atos levados ao arquivamento nas juntas comerciais.

A Medida Provisória 1.040 também vislumbra a proteção aos acionistas minoritários mediante inúmeras alterações na Lei nº 6.404, de 1976, que trata da sociedade por ações. As mudanças dizem respeito aos modos de deliberação da Assembleia Geral sobre temas importantes, como a confissão de falência, o pedido de recuperação judicial e a alienação dos ativos da empresa, entre outros.

A possibilidade de participação de empregados eleitos para o Conselho de Representantes consta no art. 140, do §1º, da Lei 6.404, de 1976. A facilitação do comércio exterior é mais um tema central da medida provisória, que, em seu art. 8º, garante a importadores e exportadores a criativa solução do guichê único eletrônico para remessa de documentos, dados ou informações da administração pública como condição para importação e exportação a ponto único acessível por meio da internet. O que se busca, uma vez mais, é garantir a fluidez nos processos de comércio internacional, eliminando-se, por exemplo, exigências como formulários em papel, entre outros, não previstas no guichê único eletrônico.

Há também na medida provisória a previsão de alterações na Lei 12.546, de 2011, que institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), inclusive regras de compartilhamento de informações entre órgãos e entidades da administração pública federal a respeito de transações de serviços e outros intangíveis entre residentes e domiciliados no Brasil e residentes ou domiciliados no exterior, e resulte em variações patrimoniais.

A medida provisória em análise também trata do Sistema Integrado de Recuperação de Ativos ao reservar ao Poder Executivo Federal a prerrogativa de instituir o Sistema





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 3

04/08/2021

Integrado de Recuperação de Ativos, dotado de um conjunto de instrumentos e mecanismos voltados a identificar e alcançar devedores, com vistas a posterior constrição e alienação de ativos. O Sira objetiva, portanto, ampliar a segurança jurídica nas transações comerciais e nos contratos vigentes.

A complexa Medida Provisória 1.040 contém uma imensa quantidade de alterações normativas sobre diversos outros temas. Trata da cobrança realizada por entidades profissionais, institui regras as mais diversas para o exercício da profissão de tradutor e intérprete público, traz em seu bojo algumas determinações para obtenção de eletricidade, entre outros. O sentido geral da nova legislação reside na sua ambição de modernizar o ambiente de negócio em nosso País, de modo a que o Brasil obtenha melhores posições no *ranking* desenvolvido pelo Banco Mundial, uma instituição que mede, periodicamente, a capacidade dos países em atrair investidores, fomentar negócios e gerar empregos e renda para os seus povos.

Destaco aqui, Presidente, que, nesse *ranking* do Banco Mundial, de 190 países que são avaliados periodicamente, o Brasil, infelizmente, está numa posição hoje de 124, entre 190 nações que são avaliadas em eficiência e competitividade.

Para o atingimento de tais objetivos, a facilitação da abertura de empresas é fundamental, o que requer, inclusive, a aplicação de critérios nacionais e não regionais ou locais na avaliação dos riscos. Com a medida provisória em debate, as atividades de médio risco passam a receber alvará de funcionamento e licença, emitido automaticamente, cabendo ao beneficiário aquiescer com o termo de responsabilidade. Do mesmo modo, as regras para o destravamento do comércio internacional favorecem a intensificação dos fluxos de bens e serviços, algo de nosso vital interesse.

Outro aspecto relevante é o conjunto de mecanismos destinados à cobrança e à diminuição dos prejuízos por inadimplência.

Por essas e outras razões, contamos com o apoio das Senadoras e dos Senadores para a aprovação da Medida Provisória nº 1.040, de 2021.

Eu queria, para concluir, Presidente Rodrigo, primeiro, agradecer-lhe pela confiança em ter me designado para a relatoria tão importante da medida provisória em questão, que trata da geração de ambiente de negócios no País, num momento delicado da nossa vida, em que, mais do que nunca, o Parlamento precisa criar instrumentos e mecanismos que possam facilitar a relação dos empreendedores com os órgãos públicos em todas as esferas – esfera municipal, estadual, federal.

Portanto, essa medida provisória, que foi muito bem relatada pelo Deputado Marco Bertaiolli, lá na Câmara dos Deputados, a quem eu quero aqui fazer o registro pelo belíssimo trabalho que desenvolveu junto a essa relatoria, brilhante trabalho. E a gente vem trabalhando em total sinergia, agora, no Senado Federal, para que alguns avanços e aperfeiçoamentos fossem utilizados e aproveitados aqui no Senado.

Eu espero que, hoje, a gente consiga, com a ampla maioria do apoio dos Senadores e das Senadoras, uma votação expressiva, para que, no dia de amanhã, conforme entendimento com o Relator Marco e com o Presidente da Casa, na Câmara, essa medida provisória possa ser votada e consolidada na Câmara, em tempo hábil, já que ela tem um prazo e o prazo se encerra no dia 9, segunda-feira.

Então, eu conto com a compreensão e o bom senso dos colegas Senadores e Senadoras para que a gente aprove a medida provisória com os ajustes que são pertinentes e que essa matéria possa ser apreciada no dia de amanhã, como está previsto e foi acordado com o Relator Marco, para que a gente consiga consolidar essa votação.

Mas eu queria aqui agradecer, mais uma vez, as contribuições que foram apresentadas pelos Senadores e Senadoras, através de emendas, os destaques, e quero, de antemão, antecipar, Presidente, que todos os destaques apresentados estão sendo acatados no substitutivo que estou apresentando, e aqueles que, eventualmente, não foram





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 4

04/08/2021

acatados no substitutivo estão sendo contemplados no requerimento de inadmissibilidade. Eu acredito que, assim, a gente consiga contemporizar todas as sugestões, todas as críticas construtivas que foram apresentadas pelas bancadas, pelos Senadores e Senadoras e que, assim, a gente consiga uma votação consensual. É a minha expectativa e faço aqui o apelo aos colegas para que a gente consiga votar e para que a gente aprove essa medida provisória importante para o País, no Senado hoje, e que dê tempo de votar amanhã na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Irajá.

O parecer é favorável ao projeto de lei de conversão e às Emendas nºs 253 a 261, 263, 264, 267, 268, 270 a 276, 278, 280 a 284, 286 a 288, 290 a 293, 296 a 301, 303 a 305, 307 a 309, 311 a 314, 316, 322 a 325, 330, 332 a 334, 336, 336 a 341... *(Pausa.)*

Trezentos e quarenta e três, 346 a 350 – o Senador Irajá foi muito generoso no acolhimento das emendas – e parcialmente favorável às Emendas nºs 265, 266, 277, 294, 295, 310, 318, 319, 342, 344, 345 e 349, na forma da Emenda nº 351 (Substitutivo), do Relator, e contrário às demais emendas.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão.

O primeiro a discutir é o Senador Jorge Kajuru, pelo sistema remoto.

Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Inicialmente, Deus e saúde à Pátria amada e a todos os colegas, aos amigos aqui desta Casa!

Senador Irajá, eu fiquei mesclando a sua lisura, a sua compreensão – e aqui, de minha parte, a maioria de minhas emendas acatadas por V. Sa. –, e eu fiquei misturando a imagem do orgulho que tinha ali a sua avó, a sua avó Veroca, ao lado da mãe, e ela vendo o senhor aí da tribuna. Deu saudade da minha avó Conceição. Então, eu fiquei vendo as duas imagens, mas muito atento ao seu cirúrgico relatório.

Só aproveitando, Senador Irajá, que, em conversa da minha assessoria com a sua, tivemos um entendimento. E, assim, eu peço para retirar a Emenda 281, 281!

É isso, Presidente Rodrigo Pacheco, um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Jorge Kajuru.

Para discutir, Líder Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela Liderança.) – Presidente, primeiro, quero parabenizar o Senador Irajá, que é um Senador que, para nós, para mim, eu já o conhecia, mas é um destaque aqui, é uma referência para nós pela sua juventude, mas pela sua capacidade em todas as áreas. Eu tive a oportunidade de ver vários relatórios, em todas as áreas, em que V. Exa. tem atuado muito bem.

Eu só indago a V. Exa., só para ficar mais tranquilo, há uma emenda da Senadora Mara, sobre que nós conversamos há pouco, que é a questão... Eu destaquei, com relação ao art. 22, inciso VII. V. Exa., então, já acatou, vai acatar? Está consolidado?

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Já está acatado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está acatado.

Eu queria tirar também uma dúvida, Relator, Senador Irajá, meu amigo. Nós temos uma categoria chamada profissionais liberais, uniprofissional. Eu não sei se foi contemplado isso, mas era uma preocupação grande, porque os médicos, advogados, contadores são





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 5

04/08/2021

uniprofissionais, e eles recolhem ISS, que é o imposto municipal, em função da sua profissão, e não em função da carga tributária do Município.

Essa medida foi contornada também?

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Também. Essa está preservada, esse direito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está preservada? Então, parabéns a V. Exa. e, lógico, vou retirar o destaque, já, imediatamente, porque já foi acatado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Izalci Lucas.

Com a palavra, para discutir, Senador Jean Paul Prates, Líder da Minoria.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela Liderança.) – Presidente, eu pedi a palavra rapidamente nesta sessão deliberativa – e aproveito para parabenizar o Senador Irajá pela relatoria complexa dessa MP 1.040, com mais de 380 emendas; Senador Irajá, todo o meu respeito e minha admiração pelo seu trabalho –, para realizar uma comunicação a esse Plenário, aos colegas Parlamentares e ao público que nos acompanha na TV Senado, a respeito de um projeto, sob minha relatoria, que é o PL 261, de 2018, chamado Marco Legal das Ferrovias,...

(Soa a campainha.)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... originalmente de autoria do Senador José Serra.

Ocorre que o que temos acompanhado na imprensa especializada são análises conflitantes sobre o desenvolvimento desse projeto, que é tão importante para o desenvolvimento do nosso País. Eu me refiro ao projeto das ferrovias, marco legal das ferrovias.

Eu recebi a relatoria ainda em 2019 e, ao longo de todos esses meses, eu me empenhei profundamente em diálogos com a sociedade civil, empreendedores, governos, usuários, trabalhadores, lideranças setoriais, Parlamentares interessados e interessadas em entender quais mudanças se pretende aplicar no setor ferroviário.

A matéria foi levada à apreciação da Comissão de Serviços de Infraestrutura, mas não houve deliberação por solicitação do próprio Governo, à época, incapaz de harmonizar as demandas dos Ministérios da Economia e da Infraestrutura.

Os colegas Senadores e Senadoras são testemunha do meu esforço, que buscou, em diálogo republicano, unir os representantes dos diversos Estados, independentemente de seu alinhamento governista ou oposicionista, conscientes da importância estruturante para o setor produtivo do nosso País. A matéria, inclusive, já foi pautada em Plenário, na última sessão de 2020, já durante a pandemia, tendo sua retirada de pauta sido solicitada por Parlamentares e anuída por este Relator.

Concordo inclusive que, no final do semestre anterior, o Senador Esperidião Amin solicitou a realização de audiência pública na Comissão de infraestrutura, de modo a ampliar o debate, contando inclusive com a participação do Ministro Tarcísio de Freitas. A audiência teria sido realizada esta semana, mas foi adiada a pedido do próprio Ministro.

Venho ao Plenário recordar que já avançamos sobremaneira nessa pauta com o relatório disponível no sistema do Senado desde o projeto original, elaborado pelo Senador Serra, com sua maestria habitual. Podemos avançar atendendo a uma grande preocupação do setor...

(Soa a campainha.)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... mitigando a assimetria regulatória, que naturalmente adviria do estabelecimento de





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 6

04/08/2021

um sistema de autorizações para as ferrovias sem a consequente compatibilização com o regime atual de concessões, que é a prática.

Nesse movimento, pudemos dialogar extensivamente com os atores pertinentes, debatidos alguns temas difíceis e cruciais, como a migração de regime, o compartilhamento das ferrovias. Ouvimos Parlamentares de vários Estados, assegurando que a solução pretendida pelo Senado Federal seja, ao mesmo tempo, fiel à proposta de modernização do setor, como acessível a novos participantes integrados, interessados em investir nesse setor e contribuir para o nosso desenvolvimento socioeconômico.

Mais recentemente, recebemos 15 emendas sugeridas pelos Senadores Wellington Fagundes e Rose de Freitas, em nome da Frente Parlamentar Mista...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estou terminando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Para concluir.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mais recentemente, recebemos 15 emendas sugeridas pelos Senadores Wellington Fagundes e Rose de Freitas, em nome da Frente Parlamentar Mista de Infraestrutura e Logística (Frelog), contribuindo para aprimorar esse projeto.

Entre os temas sugeridos, estão diversas temáticas que serão incorporadas, tais como a ampliação do conceito de usuário investidor, a cobrança pelo uso da faixa de domínio, etc.

Por outro lado, outras matérias se mostraram excessivamente controversas, de modo que ficará a carga dos Parlamentares destacarem suas propostas em Plenário, garantindo que o corpo do relatório seja de amplo acordo. Entre essas questões polêmicas está a migração de regime.

Outro ponto que será atendido converge com a demanda dos usuários, com a criação da figura do agente de transporte ferroviário apto a explorar a infraestrutura ferroviária de outros de modo independente.

Assim, aproveito este espaço no Plenário para reiterar ao Senado Federal o meu total compromisso com o...

(Soa a campanha.)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... desenvolvimento dessa matéria importante e coloco-me à disposição para apresentar o relatório final e a votação nas próximas semanas, sem qualquer impedimento para isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Jean Paul.

Para discutir, Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela Liderança. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, caros colegas, primeiro, é um prazer revê-los. Eu estava até com saudade.

Eu vou, primeiro, dirigir-me ao Senador Irajá, porque eu ainda tenho dúvidas em algumas questões da MP 1.040 no que tange aos profissionais liberais.

Quando foi indagado pelo Senador Izalci, pode parecer que a questão dos profissionais liberais já está plenamente atendida, como deveria continuar sendo, junto aos





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 7

04/08/2021

cartórios de registro de pessoas jurídicas, porque são sociedades unipessoais e simples, uniprofissionais e simples, sempre submetidas ao Simples. Mas eu fico com uma dúvida ainda.

A primeira delas... São três pontos. Peço atenção ao Senador Irajá e aos meus colegas. O art. 1.000-A, em primeiro lugar, diz que o registro pode ser no cartório de pessoas jurídicas para as sociedades simples. Mas as sociedades de advogados nunca se submeteram a registro em cartório de pessoa jurídica. O registro da sociedade de advogado é junto à OAB, que, inclusive, tem a obrigação de averiguar alguns requisitos da sua constituição no que toca a questões próprias do estatuto da Ordem e profissionais. Quando se colocam todos os profissionais liberais no cartório de pessoas jurídicas, está se levando o registro das sociedades de advogados para lá? Parece-me que sim, e acho que caberia um parágrafo único ressaltando que as sociedades de advogados seguem a legislação que sempre seguiram.

Segunda questão. Esse mesmo artigo, aliás, o art. 62 diz: "É admitido que os ofícios de registro civil das pessoas jurídicas pratiquem atos relativos a registros das sociedades simples [que é o que diz o Senador Irajá, só que o *caput* continua] já registradas na serventia ao tempo da entrada em vigor desta lei", ou seja, aquelas já registradas continuam lá, mas sociedades de profissionais liberais novas se submetem ao cartório de pessoas jurídicas ou passam a ir para o cartório, para a junta comercial, como sociedades empresárias? Isso não está claro. Não está claro.

O que me parece, no 62, peço atenção, é que quem está no cartório de pessoa jurídica continua; mas sociedades de profissionais liberais novas teriam que ir para a Jucerja, que era a emenda que enfiaram lá no relatório, na Câmara dos Deputados, e que prejudica profissionais liberais. Muitos profissionais liberais não exercem atividade mercantil. O advogado é um exemplo. Por isso, inclusive, submeto ao estatuto e ao registro da Ordem.

Mas outros profissionais liberais, no art. 62, só quem está registrado é o que parece que diz o *caput*. Os próximos vão para Jucerja.

Fiquei com essa dúvida, e o texto não parece claro.

Por final, apenas para saber se o art. 998 do Código Civil foi revogado ou não, porque, no texto original, ele era mantido. Agora, o 998 do Código Civil me parece revogado, que era o que mandava registrar em 30 dias justamente no cartório de pessoas jurídicas.

Então, da cominação desse entendimento, me parece que sociedades de profissionais liberais novas não se submetem mais ao cartório de registro de pessoas jurídicas; estão indo para a junta comercial. Estou falando dos dentistas, dos médicos, dos contadores e de tantos outros. E isso não está claro.

Antes até, eu tenho um destaque para votar em separado o art. 1.000, que é justamente essa questão do advogado. Mas gostaria de saber, quanto ao art. 62, se ele tem este marco temporal: profissionais liberais, até a lei, continuam no cartório de pessoas jurídicas; profissionais liberais, depois da lei, pela interpretação do *caput* e pela revogação do 998, me parecem que estão indo para a junta comercial.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Carlos Portinho, obrigado.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Presidente, o Senador Carlos Portinho fez algumas ponderações.

E elas são todas pertinentes, Portinho.

Mas, só para esclarecer a V. Exa., os arts. 998 e 1.000 estão prejudicados, porque estarão constando no requerimento de inadmissibilidade que nós votaremos na sequência. Então, isso está pacificado.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 8

04/08/2021

Os destaques de V. Exa., que são o Destaque 1.753, a Emenda 256, do Senador Lucas Barreto, e o Destaque 1.820, de V. Exa., serão acatados.

Então, eu acho que, dessa forma, ficam contempladas as suas preocupações e as percepções que foram expostas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Irajá.

Para discutir, Senador Luiz Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vou passar, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Luiz Carlos Heinze.

Para discutir, Senador Paulo Rocha. *(Pausa.)*

Senador Paulo Rocha.

O Líder Paulo Rocha não está conectado.

Senador Plínio Valério, para discutir. *(Pausa.)*

Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente, estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Com a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela Liderança. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, antes de mais nada, quero elogiar o belíssimo trabalho do Senador Irajá.

O seu relatório, embora tenha sido entregue hoje, às 10 horas da manhã, com 125 páginas, como sempre, nós vamos ter um tempo muito resumido para analisar tudo isso, mas, do que pude analisar, junto com a minha assessoria, tenho que parabenizar. Melhorou muito o que veio da Câmara dos Deputados.

Mas, Senador Irajá, não sei se é de sua lavra, ou se veio da Câmara e o senhor acolheu, ou se deixou passar, mas há um ponto, um único ponto que eu gostaria muito que, se possível, o senhor me explicasse ou fizesse uma alteração.

Não sei se eu aguardo o Senador Irajá me dar atenção, porque eu quero muito que ele me ouça.

Senador Irajá, por favor, preciso muito da sua atenção.

Então, elogiei o seu trabalho, ainda há pouco. Acho que melhorou muito o texto que veio da Câmara, mas há um ponto obscuro para mim. O.k.? Eu vou orientar o partido hoje e preciso que o senhor me esclareça isso. O art. 47 da MP, que altera o 43 do Código de Defesa do Consumidor, volta com aquela história antiga de que, para mandar alguém para o Serasa, ou para mandar alguém para o Seproc, tem que ter notificação do devedor por carta, de que ele vai ter que assinar um papel dizendo que foi avisado do débito. É aquela história do devedor que começa a fugir e daí ele não consegue ser encontrado, não consegue ser notificado. Isso já foi assim no passado e está voltando agora. E ainda colocam uma multa desproporcional, de 40 salários mínimos, se isso não for cumprido.

Olha, o indivíduo deve lá, digamos, R\$150. Resolvem colocar ele no Seproc, ou coisa que o valha. Ele não assinou a carta de que foi notificado, a pessoa que colocou vai ter que pagar uma multa de 40 salários mínimos. Quer dizer, é totalmente desproporcional.

Então, duas coisas. A desproporcionalidade e, principalmente, é uma volta ao passado. Isso favorece o mal pagador, isso encarece o crédito e cria insegurança jurídica. Na medida em que as pessoas não têm segurança de que vão receber, ou seja, em que se





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 9

04/08/2021

aumenta a dificuldade para se cobrar de quem está devendo, você simplesmente vai encarecer o crédito, porque você aumenta o risco.

Então, esse é um ponto que eu gostaria muito dos seus esclarecimentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Oriovisto.

Com a palavra o Relator, Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Senador Oriovisto, agradeço também as ponderações. E com relação aos dois pontos que V. Exa. expôs, eu queria apenas explicar que nós estamos aqui, através do complemento do voto, retificando a palavra "pessoal", da prévia notificação pessoal, porque isso implica em dizer que seria a notificação por AR, o antigo AR dos Correios, que a pessoa, nominalmente, precisa receber.

Então é totalmente plausível a sua preocupação. Nós estamos já retificando, numa complementação de voto. É qualquer tipo de notificação, pode ser uma notificação eletrônica, pode ser uma notificação por carta comum, pode ser uma notificação qualquer. Então, não fica engessado com relação a isso. Só para tranquilizá-lo.

E com relação ao outro ponto que V. Exa. elucidou, sobre a multa, na verdade, a multa não é inferior a R\$700 e está prevista no art. 572, § 2º: "A multa não inferior a R\$700 e não superior a R\$10 mil". É o que está escrito textualmente. Inclusive, quero agradecer à Senadora Leila, que me chamou a atenção, porque aqui, por extenso, estava escrito R\$10 milhões, estava escrito de forma errada, um erro de ortografia. E a Senadora Leila, inteligentemente, me mostrou. E a gente também já fez uma correção aqui da redação. Então, o parâmetro é este: entre R\$700, o mínimo, e R\$10 mil, como uma punição à empresa que eventualmente venha a incluir o nome do cidadão no SPC, no Serasa, de forma irregular, sem cumprir o procedimento, sem cumprir o rito, que é a notificação, para que ele possa legitimamente se manifestar, ou pagar ou impugnar essa cobrança.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Irajá.

Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu estou muito feliz de fazer esse registro agora, aqui no Plenário do Senado Federal. E digo da minha felicidade porque nem todos têm o mesmo privilégio de numa caminhada, às vezes muito árdua, ter do seu lado pessoas tão incríveis, que pensam da mesma forma e que têm na verdade objetivos semelhantes. E nesse sentido, eu queria registrar aqui a vinda de quem joga no nosso time e de quem pessoalmente sou, sempre fui e continuarei sendo fã, que é da nossa querida Leila do Vôlei, que se filia ao nosso partido, o Cidadania. E para mim é uma grandiosa felicidade a Leila, que é a nossa menina de ouro do Brasil, ouro várias vezes, em campeonatos pan-americanos, é medalhista da Olimpíadas, e que se filia ao nosso partido, o Cidadania.

Leila, seja bem-vinda ao grupo Cidadania!

E dizer também, Presidente, que a nossa Bancada do Cidadania é a bancada que tem a maior quantidade de mulheres. Com isso, com a vinda da Leila, nós somos 67% de mulheres na Bancada do Cidadania, ao lado, é claro, do nosso querido Líder Alessandro Vieira que, com muita honra, o temos aí como Líder do nosso partido, o Cidadania. Os nossos cumprimentos, ao lado do nosso Presidente Roberto Freire, recebemos, com muita honra, com muita felicidade, com muita alegria, a chegada da nossa querida Leila do Vôlei.

Que Deus abençoe a todos e todas.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente Rodrigo...





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 10

04/08/2021

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Presidente, só para finalizar aqui, eu queria fazer um pedido ao senhor. Há um projeto nosso, que é o Projeto de Lei 2.180, que cria um fundo especial para criança órfã, vítima da covid, um projeto que foi construído e articulado entre tantas pessoas aí...

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – ... pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, através do Dr. Márcio Thadeu, que nos ajudou na elaboração de uma grande proposta para o Brasil. Eu pediria ao senhor que colocasse, o quanto antes, esse projeto na Ordem do Dia e, se possível, ter a nossa querida Leila como Relatora.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senadora Eliziane Gama.

Eu cumprimento a Senadora Leila Barros e desejo muito boa sorte a V. Exa., Senadora Leila, no seu novo Partido, o Cidadania. E cumprimento também os nossos colegas do Cidadania, o Partido, pela filiação dessa valorosa e competente Senadora, a Senadora Leila Barros, do Distrito Federal.

Senador Paulo Rocha com a palavra.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Presidente, o senhor não está me enxergando.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O Senador Paulo Rocha está conectado? *(Pausa.)*

Voltarei ao Senador Paulo Rocha.

Senador Plínio Valério, para discutir.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu estou inscrito para usar a tribuna para outro assunto.

Pedi pela ordem no começo; infelizmente, o senhor não viu.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Eu não vi. Desculpa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu vou usar pela ordem. Aqui interrompendo, eu estou educadamente esperando para não mudar de assunto...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... para não botar um assunto que não esteja em discussão. Está bom? Eu aguardo aqui o chamado para usar a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Senador Plínio Valério. A inscrição de V. Exa. está garantida.

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela Liderança. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, quem vai encaminhar o tema sobre essa questão do debate da Medida Provisória nº 1.040 é o companheiro Rogério Carvalho.

No entanto, Presidente, eu vou fazer uma reclamação, um questionamento a partir da nossa Bancada: é sobre a questão do instrumento da medida provisória. Antes, porém, saúdo o companheiro e amigo Irajá, porque mostra a competência e o exercício que estar a exigir do Senado Federal ao enfrentar essas questões das medidas provisórias.

Uma Medida Provisória como a 1.040 mistura tudo: mistura multa, mistura piso salarial, mistura isso que o Líder Carlos Portinho reclamou, que é a questão dos profissionais liberais, mistura essa questão que o Senador, também do Paraná, esteve a





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 11

04/08/2021

reclamar. Quer dizer, são temas misturados numa iniciativa parlamentar. Tem todo o direito o Executivo de mandar medidas provisórias para cá, mas está exorbitando, Sr. Presidente, o instrumento da medida provisória: faz reformas profundas na questão do Estado, como foi a medida provisória para tratar da questão da Eletrobras; fez reforma trabalhista via medidas provisórias, etc. Eu acho que tem que ter uma posição mais firme da Mesa das duas Casas do Congresso em relação ao Executivo. Tudo bem que ele tenha todo o direito de mandar medidas provisórias, mas não pode mexer com uma estrutura, que vem desde a Constituinte, de a gente tentar organizar o arcabouço jurídico e legislativo, de leis no nosso País, e o Governo exorbita o instrumento ao fazer mudanças profundas na nossa legislação brasileira, mas também no nosso arcabouço jurídico, e até ao mexer com o tamanho do Estado, da estrutura do Estado através de medidas provisórias.

Então, eu queria deixar esta reclamação e chamar a atenção do conjunto dos nossos partidos, das nossas bancadas, porque não dá para a gente enfrentar esses debates aqui. Você pode ver pelo número de emendas. como nós temos Parlamentares diligentes de todos os setores da sociedade, logicamente assegura que os setores que estão sendo mexidos, através da medida provisória, têm que, através dos seus Parlamentares, mexer com as emendas, etc. E aí, por mais competente, como é o Senador Irajá, não dá conta de resolver os problemas, solucionar esses problemas que vêm com todos esses assuntos.

Então, eu queria deixar essa reclamação para a Mesa, porque o Governo já está exorbitando não só com o uso da medida provisória, como traz dentro das medidas provisórias um conjunto de mudanças profundas na legislação ou na estrutura de Estado brasileiro que nós, a duras penas, com a democracia, construímos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.

Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, inicialmente, eu quero dizer que, desde o início da minha vida pública, sempre defendi a segurança jurídica, a simplificação e a desburocratização do Estado brasileiro.

Na condição de empreendedor e gerador de empregos, tenho a convicção de que, enquanto o Brasil não criar um ambiente de negócios mais atrativos, nossa economia ficará patinando ano após ano. O Estado precisa ter um papel de fomentar a economia de forma organizada, valorizando quem produz e quem trabalha, desburocratizando o que precisa ser desburocratizado, corrigindo o que precisa ser corrigido, mas sem abrir mão de suas responsabilidades. Um governo tem que ser o indutor, o promotor de políticas públicas que venham fazer frente às necessidades do crescimento econômico e do desenvolvimento social para construirmos um país melhor e mais justo.

Atualmente, Sr. Presidente, o Brasil está na posição 124 do *ranking* do Banco Mundial que mede a competitividade do ambiente de negócios nos países. Isso é inadmissível! Isso é inaceitável!

Diante disso, tenho convicção de que o Senador Irajá, com a sua juventude, com a sua competência, com a sua dedicação, com o reconhecimento que já tem dos seus pares nesta Casa, fez, conseguiu fazer e conseguiu consolidar um relatório extremamente importante, onde várias medidas que caminham para um melhor ambiente de negócios foram estabelecidas.

Além disso, fez algumas correções importantes com relação ao texto aprovado na Câmara dos Deputados, inclusive acatando duas emendas de minha autoria, o que eu agradeço.

As duas emendas de minha autoria foram propostas após conversas que tive com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina. A Emenda nº 307 suprimiu o art. 37 do texto aprovado pela Câmara, tendo em vista que se tratava de um





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 12

04/08/2021

dispositivo certamente incoerente – no mínimo, incoerente. Ao mesmo tempo, Sr. Presidente – só mais um minutinho para eu concluir o meu relatório –, em que o art. 37 reconhecia e definia a obrigatoriedade do responsável técnico para a emissão de laudos em edificações e dispensava a exigência da emissão de documentos de responsabilidade técnica do conselho profissional. Diante disso e além disso, apresentei a Emenda nº 325, que suprimiu o art. 57.

O piso salarial das categorias é uma ferramenta mais que importante de valorização dos trabalhadores brasileiros. Além disso, a matéria é estranha à medida provisória. Acabar com os mínimos salariais nessas categorias seria um retrocesso inimaginável, especialmente no momento em que estamos vivendo.

Por fim, Sr. Presidente, quero agradecer ao Senador Irajá por ter acatado as nossas emendas e pelo brilhante relatório que apresentou.

Quero enaltecer a parceria que tive com a Federação Nacional dos Engenheiros, com o Sindicato dos Engenheiros... *(Pausa.)*

(Soa a campainha.)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... e com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina.

Meus cumprimentos ao Relator e muito obrigado pela compreensão do tempo necessário para concluir meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Dário Berger.

Próximo orador inscrito para discutir a matéria, Senador Fernando Bezerra. *(Pausa.)*

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pelo reinício, neste semestre, dos trabalhos das nossas comissões permanentes. Eu até fui visitar uma hoje, a Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo nosso querido Senador Jaques Wagner, e revelo até minha tristeza porque não pudemos, Senador Dário Berger, realizar a programada sessão da Comissão de Infraestrutura ontem, às 9h, quando o primeiro item a ser debatido era – e ainda é, porque não foi debatido – o Projeto de Lei 261, que foi objeto de uma observação feita aqui, no Plenário, pelo Senador Jean Paul Prates, e era o primeiro item para ser debatido na sessão da Comissão de Serviços de Infraestrutura ontem, por solicitação do próprio Ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, que, infelizmente, não pôde comparecer. Mas essa sessão já foi reprogramada, Senador Dário Berger, graças à sua persistência, para o dia 17 de agosto, junto com os outros temas.

Quero fazer minhas as palavras do Senador Dário Berger cumprimentando o ilustre Senador Irajá. Eu não tenho a experiência de empreendedor, mas, durante 11 anos, fui professor da disciplina Empreendimentos e Modelos de Negociação. E muitos jovens empresários me ajudaram a compreender o ambiente que tem que ser melhorado para os negócios, especialmente para os incipientes, as hoje tão famosas *startups*, como o Senador Dário Berger aqui registrou. E quero lhe agradecer também pela aceitação de...

(Soa a campainha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... emendas que ofereci.

Para concluir, Sr. Presidente, eu apresentei também uma questão de ordem a propósito da questão remuneratória. E quero explicar por que faço esse apelo.

V. Exa., expungindo do texto, primeiro, vai conjugar um verbo relativamente raro, expungir; segundo, eu creio que não vai permitir nenhuma manobra da Câmara ou na





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 13

04/08/2021

Câmara para ressuscitar os dispositivos que versam sobre a supressão do salário desses profissionais. Queria chamar atenção de todos para isso.

Se o nosso Presidente aceitar esta questão de ordem, eu acho que, ao expungir do texto a supressão, retirar a supressão...

(Soa a campainha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... se puder homologar a supressão desse dispositivo que trata do salário mínimo profissional, eu acho que nós correremos menos riscos na tramitação do projeto. E creio que o próprio Relator, Senador Irajá, concordará com essa iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

A questão de ordem de V. Exa. se confunde com o objeto de uma impugnação de matéria estranha já promovida pelo Senador Irajá e será decidida pela Presidência logo após o encerramento da discussão. Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Com a palavra para discutir... Antes, porém, Senador Eduardo, um minuto. Pediu a palavra pela ordem o Senador Oriovisto Guimarães. Na sequência, o Senador Eduardo Braga.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, muito rapidamente, apenas para ficar clara a minha solicitação ao Senador Irajá. Senador Irajá, preciso novamente da sua atenção.

Eu acho que está havendo uma confusão entre o que eu disse e entre o que o senhor me respondeu. Eu só queria que ficasse muito claro que foi retirada a indenização de 40 salários mínimos prevista no §8º do art. 43 da Lei 8.078, de 1990, na forma do art. 47 do PLV. E também gostaria que o senhor confirmasse a retirada do aviso pessoal, do AR, do §7º do artigo acima referido.

Acho importante até para ficar nos *Anais* registrado que aquilo que o senhor me respondeu é que realmente foi a pergunta que eu fiz. Então, insisto que o senhor novamente confirme isso para mim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Irajá com a palavra.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Senador Oriovisto, só para ratificar o que eu havia explicado. Através da complementação de voto, nós vamos retirar as palavras "notificação pessoal", que é aquela que configura notificação via AR, que é uma coisa extremamente ultrapassada nos dias de hoje. Hoje você pode fazer uma notificação simples, presencial, eletrônica. Então, eu acho que talvez eu não tenha sido claro na outra vez, mas fique tranquilo que essa sua preocupação está contemplada nessa complementação de voto, retirando o termo "notificação pessoal".

Com relação à penalidade que eu havia mencionado, é no art. 57, §2º, que estabelece uma penalidade, uma multa num montante não inferior a R\$700 e não superior a R\$10 mil. É isso que está estabelecido no art. 57.

No art. 43, que V. Exa. mencionou, que é o §8º, diz o seguinte: "Os registros e anotações de débitos do consumidor inseridos em bancos de dados e cadastros dos serviços de proteção ao crédito e congêneres, decorrentes de fraude ou falsidade na contratação ou por violação da obrigação constante no §7º", que é o que trata da notificação, da obrigação de a empresa notificar a pessoa e não diretamente registrar o seu CPF nos órgãos de restrição competentes, "ensejarão a reparação de danos morais no montante a 40 salários mínimos". Então, são duas coisas distintas.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 14

04/08/2021

Eu acho que... Não sei se eu fui suficientemente esclarecedor, mas são as informações que eu posso elucidar.

Obrigado, Presidente.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Então, Senador Irajá, quero insistir nesse ponto. O que eu estou pedindo que se retire são esses 40 salários mínimos que estão aí no §8º do art. 43, que não fazem sentido, não fazem sentido. Eles são desproporcionais.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Fica registrado, Senador Oriovisto. O Relator está examinando a ponderação de V. Exa.

Enquanto isso, retomamos a discussão com o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, primeiro cumprimento V. Exa. Hoje é o nosso retorno do recesso, recesso que é constitucional.

E cumprimento o Senador Irajá, porque esta matéria é uma matéria que visa melhorar o ambiente de negócios no Brasil, num momento, Senador Fernando Bezerra, em que o Brasil tem ainda um grande desafio na área econômica: geração de emprego e renda. Quase 15 milhões de brasileiros estão desempregados, quase 20 milhões de brasileiros com subemprego. Portanto, melhorar o ambiente de negócios é algo absolutamente necessário, imprescindível e importante.

É claro que a facilitação de abertura de empresas, proteção de acionistas minoritários, facilitação do comércio exterior, Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, profissão de tradutor e intérprete público, obtenção de eletricidade e prescrição intercorrente da Lei 10.406, do Código Civil, são matérias importantíssimas.

Mas, Sr. Presidente, eu tenho que agradecer ao Relator Irajá, porque atendeu quatro emendas defendidas... A bem da verdade, cinco emendas defendidas por nós do MDB, duas delas que tratam matéria das categorias de engenharia, arquitetura e outras que estavam sendo penalizadas pela lei de conversão que veio da Câmara.

Apresentamos uma emenda supressiva sobre o inciso XII do art. 57, que acaba, portanto, com essa injustiça que vinha da Câmara, que suspendia, anulava o piso da categoria, de uma lei oriunda de 1966, portanto, uma conquista dessa categoria desde 1966. E V. Exa. acatou essa emenda.

V. Exa. também acatou a Emenda 280, que resolve a questão da responsabilidade técnica de engenharia elétrica. Imaginem tirar a responsabilidade técnica de engenharia elétrica num país de 210 milhões de brasileiros, com a dimensão nacional que o País tem, obviamente trazendo insegurança e trazendo, muito provavelmente, vítimas fatais por geração de incêndios.

(*Soa a campanha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas V. Exa. também acatou, de autoria do Senador Acir, a Emenda 299 e, do Senador Giordano, a Emenda 305, que assegura direitos ao consumidor, mas dá tranquilidade para os investidores.

Portanto, queremos cumprimentar V. Exa. por essas emendas e também pelo destaque da emenda, o destaque nosso, o requerimento de destaque de votação em separado nosso, o 1.816, que trata do art. 63. O destaque pretende suprimir o inciso XXX





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 15

04/08/2021

do art. 63 do substitutivo apresentado pelo Relator, com o intuito de revogar alguns dispositivos. Esta é uma matéria que tratava...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... as questões de transações financeiras e tributárias e V. Exa., de forma absolutamente correta, o fez.

Portanto, Sr. Presidente, dois dos nossos destaques estão prejudicados, o Destaque 1.782 e o 1.816, e quero aproveitar esta oportunidade em que faço esta discussão para já antecipar a V. Exa. que estamos retirando o Destaque 1.871, do MDB, e, assim, o MDB não terá nenhum destaque de votação em separado nesta matéria.

Cumprimentando, mais uma vez, o Relator, Senador Irajá, e cumprimentando V. Exa. pelo retorno dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Líder Eduardo Braga.

Para discutir, Líder Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, cumprimentando V. Exa. pela retomada dos nossos trabalhos nesta Casa para esse segundo período legislativo, cumprimento aquilo que alcançamos no primeiro semestre.

Vossa Excelência teve oportunidade, na sua fala de abertura, de falar sobre a quantidade de projetos que foram apreciados, deliberados e aprovados pelo Senado Federal. E eu tenho certeza de que, pela sua condução serena, equilibrada, eficiente, haveremos de avançar na agenda de outras matérias importantes para o desenvolvimento do nosso País. E aqui apenas destaco a nova lei do câmbio e a questão do marco legal de ferrovias, que são matérias que já estão maduras para apreciação do Plenário do Senado Federal.

Quero cumprimentar o Senador Irajá, que fez um trabalho digno de reconhecimento ao relatar essa importante Medida Provisória 1.040, medida provisória essa que procura melhorar o ambiente de negócios em quatro dimensões: na abertura de empresas, na proteção a investidores minoritários, na execução de contratos e também nas questões relativas ao comércio exterior.

Eu disse isto ao Senador Irajá: a avaliação da equipe econômica, da Segov, é de que a preferência seria pelo texto que foi elaborado na Câmara dos Deputados, mas o Senador Irajá se colocou numa disposição de diálogo, de entendimento, acatou dois destaques que foram sugeridos, procurando retirar do texto qualquer matéria que pudesse tratar sobre transação tributária, e nós queremos aqui agradecer por essa iniciativa. E, nesse sentido, num acordo de procedimento para a votação desse projeto...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... apesar dessa avaliação por parte da equipe econômica e da Segov, que vai fazer essa discussão quando o projeto retornar à Câmara, nós vamos encaminhar favoravelmente ao relatório do Senador Irajá, cumprimentando-o pela abertura para o entendimento em relação as questões relativas à transação tributária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Líder Fernando Bezerra.

Para discutir a matéria, Senador Nelsinho Trad. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 16

04/08/2021

Para discutir? Deseja discutir a matéria? Não?

Esgotada a lista de oradores, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

Foram apresentados Requerimentos nºs 1.755, 1.772, 1.785, 1.804 e 1.805, dos Senadores Esperidião Amin, Wellington Fagundes, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo e Paulo Paim, respectivamente, de impugnação do inciso XII do art. 57 do projeto de lei de conversão.

Também o Requerimento nº 1.811, do Relator, Senador Irajá, de impugnação dos seguintes dispositivos do projeto de lei de conversão:

- Arts. 37, 38, 39, 40 e 42 (do Capítulo IX);
- o sintagma renomeando o Capítulo I do Subtítulo II do Título II do Livro II da Parte Especial para "*Das normas gerais das sociedades*" no art. 43;
- a parte do art. 43 que altera os seguintes dispositivos do Código Civil: arts. 983, 986 e 996, inciso V do art. 997, art. 1.007, *caput* do art. 1.053, arts. 1.096, 1.150 e 1.155;
- também o inciso XII do art. 57; e
- a referência aos arts. 982, 998 e 1.000 na alínea "e" do inciso XXX do art. 57.

Concedo a palavra ao Relator e autor do requerimento, Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, requeiro, nos termos dos arts. 214 e 215 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam considerados não escritos os seguintes dispositivos e trechos de comando do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, proveniente da Medida Provisória nº 1.040, de 2021:

- o art. 37 do Capítulo VIII;
- os arts. 38, 39, 40 e 42 do Capítulo IX;
- o sintagma renomeando o Capítulo I do Subtítulo II do Título II do Livro II da Parte Especial para "*Das normas gerais das sociedades*" no art. 43;
- a parte do art. 43 que altera os seguintes dispositivos na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); o art. 983, art. 986, art. 996, inciso V do art. 997, art. 1.007, *caput* do art. 1.053, art. 1.096, art. 1.150 e art. 1.155;
- o inciso XII do art. 57 (do Capítulo XIII); e
- a referência aos arts. 982, 998 e 1.000 na alínea "e" do inciso XXX do art. 57.

Peço ainda a retirada do art. 44 do Capítulo X desse mesmo requerimento de impugnação.

Todos os dispositivos acima indicados foram inseridos quando da tramitação da Medida Provisória 1.040, de 2021, na Câmara dos Deputados e são matérias estranhas ao objeto do ato normativo precário do Presidente da República, caracterizando-se inconstitucionais.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Irajá.

Cuida-se de requerimento de impugnação de matéria estranha ao texto do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, apresentado pelo Senador Irajá com o objetivo de considerar como não escritos os seguintes dispositivos: arts. 37; 38; 39; 40; 42; 43, na parte em que renomeia o Capítulo I do Subtítulo II do Título II do Livro II da Parte Especial do Código Civil e, no mesmo artigo, na parte em que se refere à alteração dos arts. 983, 986 e 996, inciso V do art. 997, art. 1.007, *caput* do art. 1.053 e arts. 1.096, 1.150 e 1.155, todos do Código Civil; inciso XII do art. 57; e alínea "e" do inciso XXX do art. 57, no que se refere à revogação dos arts. 982, 998 e 1.000 do Código Civil, por não terem pertinência temática com os objetivos originais da Medida Provisória nº 1.040, de 2021.

Passo à análise dos dispositivos impugnados.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 17

04/08/2021

O art. 37 do projeto de lei de conversão estabelece que o projeto e a execução das instalações elétricas internas do imóvel devem possuir responsável técnico, com registro no conselho federal competente, passível de ser responsabilizado por danos ou erros técnicos de projeto ou de execução, dispensada a exigibilidade de emissão de responsabilidade técnica pelo conselho profissional e de aprovação prévia pela concessionária ou permissionária de distribuição de energia elétrica.

Sem pretender adentrar o mérito das alterações propostas, trata-se de tema conexo à disciplina de obtenção de eletricidade originalmente disposta pelo art. 31 da medida provisória editada pelo Poder Executivo, complementando as regras nela dispostas referentes ao fornecimento de energia elétrica em imóveis localizados em área urbana. *(Pausa.)*

Portanto, indefiro a impugnação especificamente em relação ao art. 37, Senador Irajá. É indeferida a impugnação em relação ao art. 37 do projeto de lei de conversão por concluir que a matéria tem pertinência temática com o texto veiculado pela Medida Provisória nº 1.040, de 2021.

Por sua vez, o art. 38 do projeto de lei de conversão determina a aplicação da legislação pertinente às sociedades empresárias e todas as sociedades, independentemente do seu objeto ou órgão de registro, equiparando todas as sociedades às sociedades empresárias.

Os parágrafos desse dispositivo excepcionam a aplicação de determinadas normas às cooperativas e às sociedades uniprofissionais e trazem disposições sobre a falência ou recuperação das sociedades equiparadas a sociedades empresárias.

O art. 39, na mesma esteira, proíbe a constituição de sociedade simples a partir da entrada em vigor da lei, embora permita o registro na junta comercial daquelas que tenham sido contratadas antes da entrada em vigor da lei.

O art. 40 do projeto de lei de conversão autoriza a migração da sociedade simples, atualmente registradas no registro civil de pessoas jurídicas, para juntas comerciais, mediante deliberação da maioria e exige essa migração na hipótese de qualquer alteração posterior em seus contratos sociais.

O art. 42 da proposição promove alteração no art. 114, inciso I, da Lei de Registros Públicos, com efeito de excluir a possibilidade de registro nas sociedades civis no registro civil de pessoas jurídicas.

O art. 43 do PLV renomeia o Capítulo I do Subtítulo II do Título II do Livro II da Parte Especial do Código Civil e altera, entre outros, os arts. 983; 986; 996; 997, inciso V; 1.007; 1.053, apenas *caput*; 1.096; 1.150; e 1.155, do mesmo código, com a finalidade de adequar esses dispositivos às alterações relativas à equiparação da sociedade simples às empresariais.

O art. 57, inciso XXX, alínea "e" revoga, entre outros dispositivos, os arts. 982, 998 e 1.000 do Código Civil.

O art. 982 estabelece a distinção entre sociedade empresária, entendida como aquela que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro, e sociedade simples, conceituada por exclusão, isto é, aquela que não se enquadra no conceito de sociedade empresária.

Os arts. 998 e 1.000 dispõem sobre a inscrição do contrato social da sociedade simples do registro civil das pessoas jurídicas no local de sua sede e da circunscrição de sua sucursal, filial ou agência.

Esses dispositivos, em síntese, têm como objetivo acabar com a divisão entre sociedades empresárias e sociedades simples, tornando todas sociedades empresárias.

A Medida Provisória nº 1.040 dispunha originalmente sobre a facilitação para a abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 18

04/08/2021

conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente.

Da análise de seu texto, conclui-se que a medida provisória, em seu formato original e em sua exposição de motivos, em nenhum momento dispõe sobre normas referentes à sociedade simples, limitando-se a regular questões atinentes à constituição de sociedades empresárias.

Vale ressaltar que, se o Código Civil de 2002 e, antes dele, o de 1916 previram a distinção entre as figuras da pessoa jurídica societária voltadas às atividades empresariais daquela sociedade de pessoas cuja razão de ser é o exercício da profissão intelectual de natureza científica, literária ou artística, art. 966, parágrafo único, não o fez despropositadamente. De fato, a diferença entre as naturezas jurídicas dessas duas figuras justifica seu tratamento diferenciado, sendo descabida sua equiparação ser promovida no bojo de um projeto de lei de conversão, cuja medida provisória não dispõe sobre esse tema. Aliado a isso, a ordem constitucional impõe que essas relevantes alterações das regras jurídicas do Direito Societário brasileiro sejam debatidas e refletidas de forma aprofundada, de modo a amadurecer e legitimar o seu conteúdo.

Essas mudanças, por conseguinte, são incompatíveis com o procedimento célere e abreviado de tramitação das medidas provisórias e respectivos projetos de lei de conversão, como bem asseverou o egrégio Supremo Tribunal Federal no acórdão do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.127.

Assim sendo, concluo que os arts. 38; 39; 40; 42; 43, na parte em que renomeia o Capítulo I do Subtítulo II do Título II do Livro II da Parte Especial do Código Civil e no que se refere à alteração dos arts. 983, 986, 996, 997, inciso V, 1.007, 1.053 apenas *caput*, 1.096, 1.150 e 1.155 do Código Civil; e o art. 57, inciso XXX, alínea "e", no que se refere à revogação dos arts. 982, 998 e 1.000, todos esses dispositivos aqui elencados são contrários ao escopo original da medida provisória, razão pela qual devem ser considerados como não escritos.

O nobre Senador Irajá, Relator da matéria, bem como os Senadores Esperidião Amin, Wellington Fagundes, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo e Paulo Paim também requerem a impugnação do art. 57, inciso XII, do projeto de lei de conversão. Esse dispositivo revoga a Lei 4.950-A, de 1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, fixando remuneração mínima obrigatória devida em virtude de serviços prestados por esses profissionais.

Não obstante a pluralidade de assuntos tratados no texto original da medida, é flagrante a falta de conexão material entre a revogação de uma lei que estabelece remuneração mínima para determinados profissionais liberais e os assuntos, os temas versados na medida provisória ou o seu objetivo central de melhoria do ambiente de negócios no Brasil.

Isso posto, defiro o requerimento de impugnação de matéria estranha para que seja considerado não escrito o art. 57, inciso XII, do PLV aprovado pela Câmara dos Deputados por ausência de pertinência temática ao texto original da medida provisória.

Essa é a decisão da Presidência em relação às impugnações de matéria estranha.

Foram apresentados os Requerimentos nºs 1.782, 1.816 e 1.817, do Senador Eduardo Braga, Líder do MDB, de destaque do inciso XII do art. 57 do projeto de lei de conversão, do inciso XXX do art. 63 e do art. 18 do Substitutivo do Relator, respectivamente.

O 1.782 está prejudicado pela impugnação; o 1.816 foi acatado pelo Relator; e o 1.817, retirado pelo Líder Eduardo Braga.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 19

04/08/2021

Há também o Requerimento nº 1.795 e o Requerimento 1.814, do Senador Alvaro Dias, Líder do Podemos, de destaque do art. 37 do projeto de lei de conversão e, respectivamente, do art. 48 do Substitutivo do Relator.

O Requerimento 1.795 está prejudicado, pois está acatado no Substitutivo.

O 1.814 está deferido pela Presidência. Remanesce o Requerimento 1.814 como válido.

Há ainda o Requerimento 1.819, do Senador Izalci Lucas, Líder do PSDB, de destaque do §2º do art. 22 do Substitutivo do Relator.

Esse destaque foi retirado, pois acatado pelo Relator.

O Requerimento 1.820, do Senador Carlos Portinho, Líder do PL, de destaque do art. 1.000-A do Código Civil, nos termos do art. 38 do Substitutivo do Relator, também retirado, porque acatado pelo eminente Relator, Senador Irajá.

Remanesce apenas um único destaque, que é o Destaque 1.814, do Podemos, do Senador Alvaro Dias.

Neste instante, consulto o eminente Senador Alvaro Dias, Líder do Podemos, sobre a manutenção ou a retirada deste requerimento de destaque.

O Senador Oriovisto falará pelo Podemos a respeito do Requerimento 1.814, de destaque do art. 48 do Substitutivo.

Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu tenho que admitir que não fui previamente informado do que trata o assunto e pediria que me desse um minuto ou dois para falar com Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente, Senador Oriovisto. V. Exa. tem o tempo necessário para se comunicar com o Líder Alvaro Dias.

Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Presidente, Senadoras e Senadores, o destaque apresentado pelo Podemos, através do Líder, Senador Alvaro, Destaque 1.814, está sendo acatado também na complementação de voto.

É o destaque no art. 48 do substitutivo, no art. 48 da Lei 13.988, de 14 de abril de 2020, e passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º [...]

§1º A União deverá celebrar transações em quaisquer modalidades de que trata esta lei sempre que o interessado cumprir os requisitos estabelecidos nesta Lei e os requisitos operacionais estabelecidos no regulamento.

Não é isso?

Eu acatei o pedido de retirada do nobre Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Oriovisto, o Relator acatou o requerimento de destaque do Podemos.

V. Exa. deseja...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Perfeitamente.

Estamos satisfeitos, Sr. Presidente.

Fica, portanto, sem valor o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado.

Então, fica prejudicado pelo acatamento feito pelo Senador Irajá, na sua complementação de voto.

Com a palavra o Líder do PL, Senador Carlos Portinho.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 20

04/08/2021

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela Liderança. *Por videoconferência.*) – Excelência, muito obrigado.

Senador Irajá, vim para construir, não para confundir.

Apenas para confirmar, porque o art. 62 dá um marco temporal com relação ao registro nos cartórios de pessoa jurídica. Nós conversamos aqui, fora da tela, e V. Exa. havia dito que o 62 também cairia ao cair o 1.000-A.

Eu gostaria só de confirmar, porque ele gera uma dúvida grande.

Eu peço para observar o art. 62, *caput*, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Irajá.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se ficar no texto, então...

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Senador Portinho, conforme eu transcrevi, pelo WhatsApp, a V. Exa., ele também já está atendido. Ele está retirado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Senador Irajá.

A Presidência submeterá os pressupostos da matéria a votação simbólica.

Em votação os pressupostos...

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, eu queria reforçar com o Relator, rapidamente, que conversei, agora há pouco, com o Líder do Governo, para ele fazer um esforço muito grande, na Câmara, para atender ao relatório de V. Exa., porque a gente está fazendo um esforço grande para ter um texto compatível, mas, se, lá na Câmara, o Governo disser que é contra, ou que quer o texto da Câmara, começa a dificultar. Então, Sr. Relator, eu faço um apelo a V. Exa., ao Líder do Governo, porque estamos tendo grandes mudanças e importantes. V. Exa. mudou coisas importantes no texto. Se altera na Câmara, a gente perde todo esse esforço que foi feito aqui.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Mas, Senador Izalci, foi esse o entendimento com o Relator da Câmara, o Marco Bertaiolli, do PSD, de São Paulo... Bertaiolli, acho que todos nós confundimos o sobrenome. É o Marco, o Deputado Marco, do PSD, de São Paulo, que foi brilhante também na sua relatoria, mas nós fizemos esse entendimento, e o que está acordado é que o substitutivo do Senado seja aprovado na Câmara, com todas as modificações, em que nós nos empenhamos aqui, todos os Líderes, para aperfeiçoar essa matéria da 1.040.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Podemos votar?

Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela Liderança.) – Obrigada, Sr. Presidente. Primeiro, quero cumprimentá-lo, estamos voltando aos trabalhos.

Eu gostaria apenas, se me permitir, rapidamente, de parabenizar o Senador Irajá – não tive a oportunidade –, principalmente pela capacidade que teve, não só de acatar as emendas do Senado, porque isso é relativamente fácil, mas pela capacidade de dialogar com a Câmara dos Deputados, com os Líderes, para que lá eles pudessem confirmar aquilo que fosse ser aprovado por este Senado.

E aí fazendo um agradecimento especial, porque V. Exa. acatou as duas emendas que apresentei. Uma, especificamente, particularmente me tocou muito, porque a Câmara aprovou um dispositivo que tirava um direito dos engenheiros e agrônomos ao salário mínimo profissional, que existe desde 1966, recepcionado pela Constituição. Então, V. Exa. repõe, com justiça, esse salário mínimo profissional. Agradeço o acatamento da emenda,





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 21

04/08/2021

bem como não tinha sentido a Câmara suprimir o art. 37 do projeto, V. Exa. recupera, por quê? Porque ela dispensava a ART, RTT e RTR, embora garantisse ainda a necessidade de um engenheiro e um agrônomo. Só que com isso permitia que as obras e serviços dessa natureza fossem realizadas por pessoas não qualificadas.

E, agora, repondo, nós teremos obras sendo fiscalizadas, sendo geridas, sendo executadas com profissionais que entendem do assunto. Então, agradeço especialmente a V. Exa. Provavelmente, se não fosse um Relator, com perfil equilibrado, moderado, que está sempre pronto a dialogar, nós não conseguiríamos chegar a esse consenso com a Câmara dos Deputados.

Obrigada e parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – A Presidência submeterá os pressupostos da matéria à votação simbólica.

Estão em votação os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira, orçamentária e pertinência temática da matéria, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os pressupostos, passa-se à votação do mérito da matéria.

Em votação a Emenda nº 351, Substitutivo do Relator, nos termos do parecer, com os ajustes redacionais promovidos pelo Relator em Plenário.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Podemos inserir no painel a orientação do voto "sim"? Podemos? *(Pausa.)*

Senador Oriovisto Guimarães. *(Pausa.)*

Não estamos ouvindo V. Exa. Tem que abrir o microfone, Senador Oriovisto Guimarães.

Só um minuto, Senador Oriovisto. *(Pausa.)*

Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela Liderança. *Por videoconferência.*) – Pois não, Sr. Presidente.

A questão da multa, dos 40 salários mínimos, que eu indaguei ao Senador Irajá, ele ficou de examinar para me dar uma resposta, e eu ainda não tive a resposta. Minha sugestão, Senador Irajá, é que se se colocasse ali "até 40", resolveria o problema.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Irajá, com a palavra.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Senador Oriovisto, esse parâmetro que foi indicado no substitutivo, de 40 salários mínimos, é a previsão para aquelas ações que podem correr dentro do Juizado Especial de Pequenas Causas. Então, dentro de uma análise que nós fizemos com a nossa equipe técnica, com todas as associações que nós consultamos, foi um valor que foi referendado por todos. Então, por isso é que nós chegamos, calibramos dentro desse montante de 40 salários mínimos, lembrando que isso só será aplicado se a empresa incorrer em não notificar o cidadão que venha a estar inadimplente. Então, se a empresa insistir em inscrever o nome do cidadão no Serasa e no SPC, sem notificá-lo, é claro que, de forma até merecida, ele tem que ser punido e aí vai incorrer nessa multa de 40 salários mínimos, que é o Juizado Especial de Pequenas Causas.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 22

04/08/2021

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela Liderança. *Por videoconferência.*) – Eu ainda, Sr. Presidente, insisto que deveria ser "até 40" e não 40 pura e simplesmente. Consulto se o Relator aceita essa sugestão de "até 40". (*Pausa.*)

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Então, fica acolhida a sugestão de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Fica acolhida, Senador Oriovisto. E aí prestigia a dosimetria da pena, porque "até 40", e se avalia, caso a caso, quais...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... são as circunstâncias que estabelecem ou 30, ou 20, ou 40. V. Exa. tem razão.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Perfeito. Muito bem!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Estamos em processo de votação nominal.

Senador Cid Gomes, com a palavra.

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/PDT - CE. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Eu queria abraçar todos os colegas Senadores pelo retorno e também me somo aos que estavam com saudades. Ainda não estou presencialmente, mas daqui já avistando os colegas e saudoso para reencontrá-los.

Sr. Presidente, eu quero lhe agradecer pela inclusão na Ordem do Dia de duas matérias de minha iniciativa. Farei, naturalmente no tempo devido, a discussão delas e alguns esclarecimentos que eventualmente possam haver, mas o que eu queria mesmo neste ato de encaminhamento... E o PDT encaminhará voto "sim" a essa medida, que certamente é diversificada – quero concordar com o Senador Paulo –, mas tem um objetivo que é facilitar o ambiente de negócios. Abstraídas aí as inclusões que foram feitas, a meu juízo, indevidamente pela Câmara dos Deputados, acho que a matéria será benéfica para a economia do nosso País.

Isso mostra a forma como fazemos oposição. Nós não fazemos oposição por oposição. Nós fazemos oposição naquilo que achamos errado, equivocado por parte do Governo; naquilo em que ele acerta, nós temos toda a sinceridade, a franqueza e a coragem de votar favorável. E o PDT assim encaminha a votação.

Eu quero cumprimentar o Senador Irajá pela forma aberta, transparente e participativa que foram as motivações do seu relatório. Quero agradecer, de modo muito especial, a sua aceitação de duas emendas apresentadas por nós, a de nº 261 e a de nº 262, que, nos moldes dos Senadores que me antecederam – boa parte deles trataram sobre o mesmo assunto –, asseguram o piso salarial aos profissionais de engenharia principalmente e naturalmente asseguram também a necessidade de que atestados técnicos e anotações de responsabilidade técnica sejam exigidos para obras somente no que concerne à eletricidade.

Portanto, meus caros Senadores, é essa a forma que nós encaminhamos, e – repito – mais uma vez parablenho o Senador Irajá pela competência com que relatou essa matéria da maior complexidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Cid Gomes.

Senador Reguffe e, na sequência, Senador Plínio Valério.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 23

04/08/2021

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Presidente da República vetou o PL 6.330, de 2019, de minha autoria, que visa a beneficiar pacientes com câncer, possibilitando o acesso desses pacientes à quimioterapia oral. O Presidente, ao sair do Palácio da Alvorada e conversar com os seus apoiadores, disse-lhes que estava vetando o projeto, porque o seu autor não teria colocado de onde sairiam os recursos públicos para bancar esse projeto.

A primeira coisa que precisa ser dita, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é que o Presidente não deve ter lido o projeto. Se ele lesse o projeto, se tivesse lido, eu tenho certeza de que ele sancionaria esse projeto. Ele vetou o projeto sem ler o projeto, porque o projeto não toca em recursos públicos, o projeto não fala em dinheiro público. O Presidente vetou um projeto sem ler o projeto.

O projeto gera zero de aumento de despesa pública. O projeto não mexe com dinheiro público. O projeto mexe com planos de saúde. Além disso, é mais caro se pagar uma internação no hospital para o paciente tomar a quimioterapia na veia – e aí o plano tem que pagar – do que pagar os comprimidos para o paciente tomar a quimioterapia no conforto da sua casa, de forma oral. Então, é outro argumento falacioso o argumento de que vai aumentar custo.

Todas as associações de luta contra o câncer neste País – o instituto Vencer o Câncer, Oncoguia – defendem esse projeto. É um veto absurdo e ilógico: absurdo, porque é um projeto que vai beneficiar milhares de pacientes com câncer no Brasil inteiro, que vai mexer com a vida real desses pacientes, que vai tornar mais fácil o acesso à quimioterapia oral; e ilógico, porque é mais caro se pagar uma internação no hospital do que o comprimido para o paciente tomar de forma oral.

Mas aí muita gente se pergunta: "Mas por que, então, os planos são contra?". Os planos são contra, porque quem não tem dinheiro para pagar se interna e toma quimioterapia no hospital, mas quem tem dinheiro está com câncer, sofrendo o drama dessa doença cruel, e aí acaba pagando do bolso, e os planos se utilizam desse limbo jurídico para ganhar em cima da dor de pacientes com câncer.

Outra coisa que o projeto faz: o projeto dá ao paciente com câncer o direito à quimioterapia oral a partir do registro dos medicamentos na Anvisa, desburocratizando, simplificando o acesso a esses medicamentos, tirando a necessidade de a ANS colocar no rol. Ora, hoje a Anvisa registra o medicamento, e o paciente tem que esperar, às vezes, quatro anos para a ANS registrar o medicamento no seu rol. Quatro anos para um paciente com câncer é muito tempo. Eu seria irresponsável se eu tirasse o crivo da Anvisa – aí eu estaria sendo irresponsável –, mas eu não estou tirando o crivo da Anvisa. Continua a Anvisa, uma agência reguladora do Governo, tendo que dar a eficácia dos medicamentos, atestar a eficácia dos medicamentos. Agora, a partir do registro na Anvisa, aí os planos de saúde teriam que pagar.

Então, é um projeto que vai beneficiar milhares de pacientes com câncer. Eu espero que o Congresso Nacional derrube o veto. Tenho certeza de que o Presidente não leu o projeto, vetou sem ler, porque, se tivesse lido, não vetaria esse projeto. É um projeto que vai beneficiar milhares de pacientes com câncer no Brasil inteiro.

E eu queria pedir o apoio dos meus colegas Parlamentares, pedir o apoio do Senado Federal. Esse foi um projeto aprovado aqui no Senado por unanimidade. Depois, consegui também a aprovação na Câmara dos Deputados. E aí o Presidente veta o projeto. Então, espero que o Congresso Nacional derrube esse veto para o bem de milhares de pacientes com câncer no Brasil inteiro, que convivem com uma doença cruel e que precisam ter por parte do Parlamento um tratamento mais condizente com isso. E a aprovação desse projeto, por unanimidade, aqui no Senado, mostrou a preocupação desta Casa com essa causa, que é muito importante para milhares de brasileiros.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 24

04/08/2021

Então, eu queria pedir o voto pela derrubada do veto, que V. Exa., Sr. Presidente, pautasse esse veto e que nós consigamos aqui derrubar esse veto, porque é importante para a vida real de milhares de pacientes com câncer em todo o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Reguffe.

Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/PDT - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria, aqui, me somar à fala do colega Senador Reguffe e lembrar que a Organização Mundial da Saúde diz que, em 2030, a cada duas mortes que nós tivermos no mundo, uma poderá ser por câncer. Lá no Maranhão nós já estamos nessa luta grande.

Este ano, vamos ter a oportunidade, já, agora, no mês de outubro, de inaugurar... Vou convidar V. Exa. e os colegas Senadores para participar da inauguração do Hospital de Amor, lá da cidade de Barretos. Nós estamos construindo uma unidade de prevenção lá na cidade de Imperatriz, juntamente com a Senadora Eliziane e a nossa bancada federal, e estamos lutando para levar outra unidade para a cidade de Pinheiro, na Baixada Maranhense, além do apoio que todos nós já damos para o Aldenora Bello lá em São Luís, que faz esse brilhante trabalho.

Só para você ter uma ideia, todo ano eu destino R\$1 milhão da minha emenda individual só para ajudar o Aldenora Bello para fazer esse trabalho de combate ao câncer.

Então, Senador Reguffe, parabéns! Conte conosco! É importante pautarmos esse veto e resolver essa situação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Eu só quero aproveitar...

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... para também me solidarizar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... com o Senador Reguffe, até porque foram aprovados o plano de idade. Eu me lembro que eu havia apresentado uma emenda, que, inclusive, foi retirada exatamente para votar por acordo. E aí, de fato, houve a aprovação na Câmara.

Eu perdi, inclusive, um irmão de câncer e sei a importância disso. Aqui, em Brasília, as pessoas estão morrendo inclusive por falta de atendimento no Hospital de Base, que era uma referência.

Então, também chamo a atenção dos colegas para apoiar a derrubada desse veto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Eu peço paciência ao Senador Plínio Valério porque há um pedido da palavra pela ordem da Senadora Rose de Freitas e do Senador Paulo Paim.

Senadora Rose de Freitas, com a palavra pela ordem.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/ MDB - ES. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, antes de mais nada, eu queria parabenizar o Relator pelo excelente relatório. Eu fiquei muito atenta porque já houve época em que a gente votava matérias e, muitas vezes, um projeto desse tamanho, com essa densidade toda e as nuances de todos os relatórios que estão colocados através das propostas, nós temos medo de deixar passar ou impedir que se acrescente alguma coisa que fundamente melhor e contribua mais para essa plataforma que foi colocada aqui sobre esse projeto.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 25

04/08/2021

Eu queria agradecer pelas Emendas 272 e 273, parabenizando o Crea pelo excelente trabalho de discussão com o quadro desta Casa, mas não poderia deixar passar duas coisas que eu queria registrar. Uma delas é a fala do Reguffe, que é muito importante. Tem que haver sensibilidade, esclarecimento e compromisso na hora de vetar um projeto tão importante, essa quimioterapia oral, que iria facilitar muito, Senadores, a vida dos pacientes que têm câncer, que já têm sua caminhada, sua odisseia de sofrimento e não precisam que lhe dificultem mais essa estrada. Tenho certeza de que nós estaremos discutindo na hora de apreciar esse veto.

Ademais, quero dizer para a Leila que não há nada de novo no caminho – não é, Leila? –, apenas o jeito de caminhar, e esse seu jeito de caminhar você, com certeza, vai levar para onde for, e nós estaremos sempre nos sentindo acompanhadas, acolhidas e companheiras da mesma luta que hoje abraça todos os homens ao lado das mulheres, que estão aí destinados a travar essa grande batalha pela igualdade e pelos direitos das mulheres no País.

Parabéns pela escolha do Cidadania, e a você, sobretudo.

E, Presidente, dê posse à nossa querida Leila. Eu estou trabalhando dez vezes mais porque continuo ainda com a responsabilidade da Procuradoria. A Leila foi escolhida por todos nós. Quando o senhor tiver a oportunidade, dê posse para que ela possa assumir o cargo de Procuradora em nome de todos nós.

Muito obrigada e prazer em revê-los todos nessa nossa trincheira de luta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Com a palavra, pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu queria muito nesse momento, Presidente, registrar a minha satisfação com a posição do Relator, nosso querido Senador Irajá, e como também de V. Exa., por terem acatado emendas não só minhas, de outros Senadores e também as impugnações referentes aos pisos das categorias, porque esses pisos são direitos conquistados ao longo da vida. Eu sei que vai ser aprovado até por unanimidade. A posição de V. Exa. ao acatar a impugnação e o Relator acatando as emendas vão garantir o piso salarial dos profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia, Veterinária, como é hoje.

Por isso, eu faço questão de dizer que o Relator e V. Exa. fizeram milagre com esta MP, aceitando as emendas e as impugnações. Salvaram, assim, uma MP que estava fadada a ser derrotada ou arquivada. Eu estou cumprimentando os 81 Senadores e cumprimentando o Relator e o senhor, Presidente, pelo caminho percorrido.

Mas aproveito para saudar aqui os medalhistas e todos os atletas que foram a Tóquio, Presidente. Estávamos na torcida e estamos ainda. Esses heróis que estão lá estão mostrando que o Brasil pode se tornar uma potência em Jogos Olímpicos. Um grande número deles recebeu Bolsa Atleta, criada ainda em 2005.

Temos que destacar uma realidade também que não é boa. Muitos dos atletas hoje em todo o Brasil se autofinanciam, tiram o recurso do próprio bolso, ajuda de familiares e de amigos. Infelizmente, o nosso esporte convive com a falta do apoio amplo e contínuo no campo financeiro. Precisa de verba, né?

O Poder Público, independente qual seja o governo, precisa investir fortemente no esporte como política de Estado, de inclusão e transformação social porque ali passa tudo, né, de respeito à diversidade, a diferenças, até de geração de emprego e renda, passa pela disciplina do esporte.

Nós precisamos dessas políticas na linha de muita firmeza que o esporte – como eu dizia antes, não importa qual é a questão ideológica – fortalece milhares de jovens atletas pelo País inteiro que estão na expectativa de oportunidades. O esporte, como eu digo, é um





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 26

04/08/2021

dos antídotos para combater a miséria, a pobreza, para levar as pessoas do presente ao futuro, apontando caminhos para os que mais precisam. Ele está interligado com a educação, com a saúde.

Lembro aqui que, em 2008 ainda, apresentei o PL chamado 113, que criava os quilombos do amanhã. Centros federais nas periferias das comunidades, levando ensino, cultura, saúde, tecnologia, muito, muito esporte porque ali passa a disciplina, e também forma de combater o racismo estrutural e a própria violência, combater o feminicídio.

Por isso, Presidente, eu termino dizendo que somente o amor fortalece a vida para todos e todas. Países que fazem investimentos pesados em direitos sociais, na qualidade das pessoas, e aí eu falo de novo do esporte, são os campeões em medalhas. Países com alto grau de concentração de renda, de riqueza e de pobreza e miséria têm naturalmente dificuldade de chegar ao pódio.

É fundamental estabelecer parcerias com o setor privado. Ninguém chega a lugar algum sozinho.

Que o esporte brasileiro renasça, Presidente, leve cidadania, felicidade e inclusão para toda a nossa gente. Vamos já apontar no Orçamento verbas para o esporte e, com certeza, aumentaremos o número de medalhas nas Olimpíadas.

Mas cumprimento e um abraço forte a todos, medalha de ouro, de prata, de bronze, e mesmo aqueles que não receberam medalha, mas estavam lá defendendo o nosso País.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Pedindo desculpas ao Senador Plínio Valério, agora, sim, concedo a palavra a V. Exa., Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Para discutir.) – Srs. Senadores, eu peço permissão para me dirigir a quem assiste à TV Senado, aos brasileiros e brasileiras que assistem à TV Senado neste momento, para chamar a atenção para a hipocrisia que reina, que campeia essa história de pandemia.

Manaus foi motivo até da CPI que está rolando aqui no Senado. E parece até que Manaus não conta mais e nem sepulta mais os seus mortos. Parece que está às mil maravilhas, Petecão, Manaus.

E no momento em que a gente precisa, para se prevenir, o Ministério Público Federal no Amazonas, mais uma vez, demonstrando e mostrando que não aprendeu, mostrando e demonstrando que não é sensível, que não age com bom senso e conhecimento, se volta contra o Ministério da Infraestrutura, para bloquear, mais uma vez, o andamento do asfaltamento da BR-319.

É consenso que centenas de amazonenses não teriam morrido se tivéssemos a BR-319 para levar oxigênio. Oxigênio, que faltou, chegava a sete, dez dias de barco, três, quatro dias de avião. E pela estrada, que levaria um dia, nada de oxigênio. Amazonenses morreram por falta de oxigênio. Alguns morreram por falta da dignidade de ter uma estrada que nos ligue ao País.

E nós não estamos livres, não. Nós estamos contando os nossos mortos, nós estamos enterrando os nossos mortos.

E a Procuradora-Geral da República no Amazonas...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... quer, mais uma vez, pela enésima vez, nos impedir de ter direito a ir e vir.

E se vier novamente uma crise, que Deus nos livre, e se faltar oxigênio, que Deus nos livre, quem será o culpado de tantas mortes? A CPI busca culpados e tem que buscar agir em todos os segmentos, em todos os lugares.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 27

04/08/2021

E se faltar novamente oxigênio no Amazonas, eu digo à CPI que pode buscar o Ministério Público Federal, que quer nos condenar, que não aprende, que não se sensibiliza com isso tudo.

Fica aqui o repúdio de um Senador amazonense contra o Ministério Público Federal.

E, Presidente, eu pedi uma questão de ordem no começo, mas não fui atendido, para saber se as Comissões voltam a ser presenciais, porque eu quero pedir ao Senador Otto Alencar que coloque em pauta a votação do projeto de minha autoria com a relatoria...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... que é um relatório favorável àquele projeto que taxa as grandes fortunas.

Quem tem pena dos bilionários e milionários não precisa se preocupar. A gente não quer extrair, tirar de quem tem muito; a gente quer retribuição neste momento de pandemia.

O Major Olímpio, muito sábio e guerreiro como era, colocou que essa taxação valeria apenas por dois anos ou enquanto durasse a pandemia.

Está aí para ser votado, Presidente.

Que se vote, que se derrube no voto!

Muita gente é contra, o Presidente já demonstrou que fica a favor dos ricos, não importa. O que eu estou pedindo, Presidente, é o direito de trazer este projeto para ser votado aqui. O que sobra para os milionários falta. Essa taxação, estamos falando de R\$40 bilhões, R\$50 bilhões num ano, e no outro também, certamente, supriria as mesas dos famintos. Falaram, há pouco...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... 15 milhões de desempregados, 20 milhões de subempregos. Falta comida. Esse dinheiro levaria comida para os famintos. Esse dinheiro levaria remédio para a cabeça dos desvalidos. Esse dinheiro levaria dignidade para os invisíveis, porque a gente fala do que a gente vê, mas existem os invisíveis.

Presidente, fica aqui um apelo, dizendo que o DataSenado, Presidente, ainda no ano passado, no ano retrasado, a pesquisa do DataSenado colocou 332 mil "sim" contra 7 "não". A população brasileira pede isso. E vamos derrubar ou não, vamos aprovar ou não e dizer aos milionários, dizer a quem tem pena dos milionários que não vão ficar menos ricos com isso. São apenas dois anos ou enquanto durar a pandemia. E numa taxação que vai de 0,3% a 1%.

Que os 33 novos bilionários, agora, vendendo remédio, material de construção, possam retribuir, Presidente!

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... dizendo o seguinte, que quem alega que ficou rico, ou aqueles que alegam que fulano ficou rico com trabalho e suor, ficou com trabalho e suor, mas usou qual estrutura? Qual aeroporto ele usou? Qual rodoviária ele usou? Qual porto ele usou, banco da universidade que ele usou? Estrutura do Estado com o dinheiro do povo brasileiro.

Chegou a hora, portanto, Presidente, da retribuição.

Que eles, que os milionários possam retribuir, o que tiveram, a felicidade que tiveram, a socorrer os desvalidos, os famintos e os invisíveis.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 28

04/08/2021

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) –
Obrigado, Senador Plínio Valério.

Todos já votaram? Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação em turno único.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(*Soa a campainha.*)

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) –
Votaram SIM 72 Senadores e Senadoras.

Está aprovada a Emenda nº 351 (Substitutivo), com ajustes redacionais promovidos pelo Relator em Plenário.

Aprovado o Substitutivo do Relator com ajustes redacionais promovidos em Plenário e aprovadas as impugnações de dispositivos do projeto de lei de conversão encaminhado pela Câmara dos Deputados, fica prejudicada a parte não impugnada do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, a medida provisória e as demais emendas apresentadas.

As adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos da matéria, dispensada a redação final.

A matéria retorna à Câmara dos Deputados.

(...)



COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO AO RELATÓRIO APRESENTADO NO PLENÁRIO SOBRE O PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15, DE 2021

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021 – proveniente da Medida Provisória nº 1.040, de 2021 – que *dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletricidade, sobre a desburocratização societária e de atos processuais e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); altera as Leis nºs 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 7.913, de 7 de dezembro de 1989, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.514, de 28 de outubro de 2011, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 4.886, de 9 de dezembro de 1965, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938; e revoga as Leis nºs 2.145, de 29 de dezembro de 1953, 2.807, de 28 de junho de 1956, 2.815, de 6 de julho de 1956, 3.187, de 28 de junho de 1957, 3.227, de 27 de julho de 1957, 4.557, de 10 de dezembro de 1964, 4.950-A, de 22 de abril de 1966, 7.409, de 25 de novembro de 1985, e 7.690, de 15 de dezembro de 1988, os Decretos nºs 13.609, de 21 de outubro de 1943, 20.256, de 20 de dezembro de 1945, e 84.248, de 28 de novembro de 1979, e os Decretos-Lei nºs 1.416, de 25 de agosto de 1975, e 1.427, de 2 de dezembro de 1975, e dispositivos das Leis nºs 2.410, de 29 de janeiro de 1955, 2.698, de 27 de dezembro de 1955, 3.053, de 22 de dezembro de 1956, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.137, de 7 de novembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.279, de*



SF/21616.99969-84



14 de maio de 1996, e 9.472, de 16 de julho de 1997, e dos Decretos-Lei n°s 491, de 5 de março de 1969, 666, de 2 de julho de 1969, e 687, de 18 de julho de 1969; e dá outras providências.

RELATOR: Senador **IRAJÁ**

Na sessão do dia 4 de agosto de 2021, apresentamos relatório perante este Plenário, oferecendo uma emenda substitutiva ao Projeto de Lei Comissão Mista, concluindo pela apresentação de substitutivo ao Projeto de Lei de Conversão (PLV) n° 15, de 2021 – proveniente da Medida Provisória (MPV) n° 1.040, de 2021.

Por um erro material, deixaram de ser incluídas as referências às Emendas n°s 262 e 289 no rol das emendas que propuseram a supressão do inciso XII do art. 57 do PLV. Assim, nesta complementação de voto, acrescentamos ao referido rol e, pelas razões constantes do relatório apresentado, acolhemos as Emendas n° 262 e 289.

Mudamos nosso entendimento quanto a Emenda n° 316, que havíamos acatado, mas devido a ponderações ouvidas neste Plenário optamos pela rejeição.

Também em razão de pertinentes ponderações, entendemos que devemos excluir as expressões “pessoal” e “dispensada esta quando decorrente do prévio protesto do título” na alteração proposta no art. 43 do nosso Substitutivo ao art. 47, § 7º, da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Também em razão de ponderações acatamos a supressão do inciso XXX do penúltimo artigo do nosso substitutivo.

Outra mudança é a exclusão do dispositivo do nosso substitutivo de teor seguinte: “É admitido que os ofícios de registro civil das pessoas jurídicas pratiquem atos relativos a registros de sociedades simples já registradas na serventia ao tempo da entrada em vigor dessa Lei. *Parágrafo único.* É assegurado o direito de a sociedade simples migrar o seu registro para a junta comercial a qualquer tempo e mediante deliberação da maioria dos sócios”.



3

Atendemos aos pedido de inclusão de dispositivo equivalente ao art. 7º da MPV em sua redação original, que não constou do PLV. Essa inclusão está no final do nosso Substitutivo.

Outra alteração diz respeito à Emenda nº 336, que havíamos acolhido, mas agora estamos rejeitando, em razão dos pedidos efetuados em Plenário.

Em razão da retirada da Emenda nº 281 pelo autor, retiramos o art. 7º do nosso substitutivo e o substituímos pelo art. 7º do PLV em sua versão original.

Além disso, em nosso substitutivo, eliminamos o Capítulo X do PLV nº 15, de 2021, o qual tratava da racionalização processual.

Todavia, durante os debates ocorridos neste Plenário, mudamos de entendimento, pois, apesar de o referido dispositivo alterar o Código de Processo Civil, ele, na verdade, não lida propriamente com matéria processual. Ainda que assim não fosse, estamos diante de um projeto de lei de conversão, e não de uma medida provisória.

Além disso, também convém excluir as alterações à Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020 (que eram feitas no art. 48 da primeira versão do substitutivo).

Diante dessa mudança de entendimento em relação ao relatório apresentado anteriormente, alteramos o texto do Projeto de Lei de Conversão (PLV). Dessa forma, a nova redação para o PLV passa a ser:



EMENDA Nº 351, DE 2021 – PLEN (SUBSTITUTIVO)

Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletricidade, sobre a desburocratização empresarial, sobre a nota comercial; e dá outras providências.



Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletricidade, sobre a desburocratização empresarial, sobre a nota comercial; e dá outras providências.

CAPÍTULO I
DA FACILITAÇÃO PARA ABERTURA DE EMPRESAS

Art. 2º A Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 2º**

§ 1º A Redesim será administrada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM), presidido por representante indicado pelo Ministro de Estado da Economia, nos termos de regulamento.

§ 2º A composição, a estrutura e o funcionamento do CGSIM serão definidos em regulamento, que contemplará representação dos órgãos e das entidades envolvidos no processo de registro e de legalização de empresários, incluídos produtores rurais estabelecidos como pessoas físicas, e de pessoas jurídicas e no processo de licenciamento e de autorizações de funcionamento.



§ 3º A plataforma tecnológica de integração do processo relativa à Redesim poderá abranger produtos artesanais alimentícios, inclusive de origem animal ou vegetal, e as obras de construção civil, de empresários e de pessoas jurídicas.” (NR)

“**Art. 4º** Os órgãos e as entidades envolvidos no processo de registro e de legalização de empresas, no âmbito de suas competências, deverão manter à disposição dos usuários, de forma gratuita, por meio presencial e da internet, ficha cadastral simplificada, da qual constem os dados atualizados da empresa, bem como informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisas prévias sobre as etapas de registro ou de inscrição, de alteração e de baixa de empresários, incluídos produtores rurais estabelecidos como pessoas físicas, e de pessoas jurídicas e de licenciamento e de autorizações de funcionamento, de modo a fornecer ao usuário clareza quanto à documentação exigível e à viabilidade locacional, de nome empresarial, de registro, de licenciamento ou de inscrição.

§ 1º (Revogado).

I – (revogado);

II – (revogado);

III – (revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º (Revogado).

.....” (NR)

“**Art. 5º-A.** Resolução do CGSIM disporá sobre a classificação de risco das atividades, válida para todos os integrantes da Redesim, a ser observada na ausência de legislação estadual, distrital ou municipal específica, sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e observado o disposto no § 5º do art. 4º desta Lei.

§ 1º Na hipótese de sobrevir legislação estadual, distrital ou municipal específica que disponha sobre a classificação de atividades, o ente federativo que editar a norma específica informará a alteração realizada ao CGSIM.

§ 2º As licenças, os alvarás e os demais atos públicos de liberação serão considerados válidos até o cancelamento ou a cassação por meio de ato posterior, caso seja constatado o descumprimento de requisitos ou de condições, vedada a atribuição de prazo de vigência por tempo indeterminado.”



“**Art. 6º-A.** Sem prejuízo do disposto no inciso I do *caput* do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado médio, na forma prevista no art. 5º-A desta Lei, o alvará de funcionamento e as licenças serão emitidos automaticamente, sem análise humana, por intermédio de sistema responsável pela integração dos órgãos e das entidades de registro, nos termos estabelecidos em resolução do CGSIM.

§ 1º O alvará de funcionamento será emitido com a assinatura de termo de ciência e responsabilidade do empresário, sócio ou responsável legal pela sociedade, que firmará compromisso, sob as penas da lei, de observar os requisitos exigidos para o funcionamento e o exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, para efeito de cumprimento das normas de segurança sanitária, ambientais e de prevenção contra incêndio.

§ 2º Do termo de ciência e responsabilidade constarão informações sobre as exigências que deverão ser cumpridas antes do início da atividade empresarial.

§ 3º O CGSIM comunicará ao responsável pela integração nos Estados e no Distrito Federal sobre o recebimento de classificação própria prevista em legislação estadual, distrital ou municipal específica, caso em que o sistema aplicará a classificação respectiva e não a estabelecida pelo CGSIM na forma prevista no *caput* do art. 5º-A desta Lei.

§ 4º A emissão automática de que trata o *caput* deste artigo não obsta a fiscalização pelos órgãos ou pelas entidades estaduais, distritais ou municipais competentes.

§ 5º A assinatura de termo de ciência e responsabilidade do empresário, sócio ou responsável legal pela sociedade, referido no § 1º deste artigo, poderá ser realizada eletronicamente mediante o uso de assinaturas eletrônicas nos termos da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.”(NR)

“**Art. 11.**

I - promover orientação e informação sobre as etapas e os requisitos para processamento de registro, de inscrição, de alteração e de baixa de pessoas jurídicas ou de empresários;

II - prestar os serviços prévios ao registro e à legalização de empresários e de pessoas jurídicas, incluída a disponibilização de aplicativo de pesquisa *on-line* e com resposta imediata sobre a existência de nome empresarial idêntico;

III – (revogado);

IV - realizar o registro e as inscrições de empresários e pessoas jurídicas sem estabelecimento físico;



SF/21616.99969-84



V - prestar serviço de consulta sobre a possibilidade de exercício da atividade empresarial no local indicado para o funcionamento do estabelecimento comercial, no caso de os Municípios disponibilizarem resposta automática e imediata e seguirem as orientações constantes de resolução do CGSIM;

VI - prestar os serviços posteriores ao registro e à legalização, incluída a coleta de informações relativas aos empregados contratados pelo empresário ou pela pessoa jurídica; e

VII - oferecer serviço de pagamento *on-line* e unificado das taxas e dos preços públicos envolvidos no processo de registro e de legalização de empresas.

Parágrafo único. O sistema mencionado no *caput* deste artigo deverá contemplar o conjunto de ações a cargo dos órgãos e das entidades federais, estaduais, distritais e municipais, observado o disposto no art. 2º desta Lei.”(NR)

“**Art. 11-A.** Não poderão ser exigidos, no processo de registro de empresários, incluídos produtores rurais estabelecidos como pessoas físicas, e de pessoas jurídicas realizado pela Redesim:

I - quaisquer outros números de identificação além do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), número de identificação cadastral única, nos termos do inciso III do *caput* do art. 8º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - dados ou informações que constem da base de dados do governo federal;

III - coletas adicionais à realizada no âmbito do sistema responsável pela integração, a qual deverá ser suficiente para a realização do registro e das inscrições, inclusive no CNPJ, e para a emissão das licenças e dos alvarás para o funcionamento do empresário ou da pessoa jurídica.

§ 1º Para os fins de implementação do disposto no inciso I do *caput* deste artigo, os respectivos entes federativos deverão adaptar seus sistemas, de modo que o CNPJ seja o único identificador cadastral.

§ 2º A inscrição no CNPJ, a partir dos dados informados no sistema responsável pela integração nos Estados, elimina a necessidade de coleta de dados adicionais pelos Estados e pelos Municípios para emissão de inscrições fiscais, devendo o sistema federal compartilhar os dados coletados com os órgãos estaduais e municipais.

§ 3º Os dados coletados para inscrições e para licenças deverão ser previamente aprovados pelo CGSIM.”

“**Art. 14.**



SF/21616.99969-84



Parágrafo único.

III – promover a unificação da identificação nacional cadastral única, correspondente ao número da inscrição no CNPJ.” (NR)

“**Art. 16-A.** O CGSIM poderá instituir outras iniciativas de integração entre União, Distrito Federal, Estados e Municípios, que visem à facilitação do ambiente de negócios no exercício de competências e de atuações que envolvam os entes federativos.

§ 1º O CGSIM poderá instituir a obrigatoriedade da adesão à iniciativa de integração referida no *caput* deste artigo para os membros da Redesim.

§ 2º O CGSIM poderá instituir a adesão condicionada ou tácita, decorrente de não manifestação de contrariedade, à iniciativa de integração referida no *caput* deste artigo para os entes que não sejam membros da Redesim, caso a iniciativa recaia em matérias sobre as quais a União tenha competência privativa ou concorrente para legislar, na forma dos arts. 22 e 24 da Constituição Federal.”

Art. 3º A Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 4º**

IX – (revogado);

X - instruir, examinar e encaminhar os pedidos de autorização para nacionalização ou instalação de filial, de agência, de sucursal ou de estabelecimento no País por sociedade estrangeira, ressalvada a competência de outros órgãos federais;

XII - apoiar a articulação e a supervisão dos órgãos e das entidades envolvidos na integração para o registro e a legalização de empresas;

XIII - quanto à integração para o registro e a legalização de empresas:

a) propor planos de ação e diretrizes e implementar as medidas deles decorrentes, em articulação com outros órgãos e entidades públicas, inclusive estaduais, distritais e municipais;

b) especificar os sistemas de informação, propor as normas necessárias e executar os treinamentos deles decorrentes, em articulação com outros órgãos e entidades públicas, inclusive estaduais, distritais e municipais, observadas as respectivas competências;



SF/21616.99969-84



c) implementar e executar sistemática de coleta e tratamento de informações e estatísticas; e

d) propor e implementar projetos, ações, convênios e programas de cooperação, em articulação com órgãos e com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, no âmbito de sua área de competência;

XIV - quanto ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, propor os planos de ação, as diretrizes e as normas e implementar as medidas necessárias;

XV - coordenar as ações dos órgãos incumbidos da execução dos serviços do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;

XVI - especificar, desenvolver, implementar, manter e operar os sistemas de informação relativos à integração para o registro e para a legalização de empresas, em articulação com outros órgãos e observadas as competências destes; e

XVII - propor, implementar e monitorar medidas relacionadas com a desburocratização do registro público de empresas e destinadas à melhoria do ambiente de negócios no País.

.....” (NR)

“**Art. 7º.** As juntas comerciais poderão desconcentrar os seus serviços, mediante convênios com órgãos públicos, entidades privadas sem fins lucrativos e ofícios de registro civil de pessoas jurídicas, preservada a competência das atuais delegacias.” (NR)

“**Art. 35.**

III - os atos constitutivos de empresas mercantis que, além das cláusulas exigidas em lei, não designarem o respectivo capital e a declaração de seu objeto, cuja indicação no nome empresarial é facultativa;

IV – (revogado);

V - os atos de empresas mercantis com nome idêntico a outro já existente;

§ 1º

§ 2º Eventuais casos de confronto entre nomes empresariais por semelhança poderão ser questionados pelos interessados, a qualquer tempo, por meio de recurso ao Drei.” (NR)



SF/21616.99969-84



“**Art. 35-A.** O empresário ou a pessoa jurídica poderá optar por utilizar o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) como nome empresarial, seguido da partícula identificadora do tipo societário ou jurídico, quando exigida por lei.”

“**Art. 37.**
.....

III - a ficha cadastral padronizada, que deverá seguir o modelo aprovado pelo DreI, a qual incluirá, no mínimo, as informações sobre os seus titulares e administradores, bem como sobre a forma de representação da empresa mercantil;

.....” (NR)

“**Art. 56.** Os documentos arquivados pelas juntas comerciais não serão retirados, em qualquer hipótese, de suas dependências, ressalvado o disposto no art. 57 desta Lei.” (NR)

“**Art. 57.** Quaisquer atos e documentos, após microfilmados ou preservada a sua imagem por meios tecnológicos mais avançados, poderão ser eliminados pelas juntas comerciais, conforme disposto em regulamento.

Parágrafo único. Antes da eliminação prevista no *caput* deste artigo, será concedido o prazo de 30 (trinta) dias para os acionistas, os diretores e os procuradores das empresas ou outros interessados retirarem, facultativamente, a documentação original, sem qualquer custo.” (NR)

“**Art. 63.** Os atos levados a arquivamento nas juntas comerciais são dispensados de reconhecimento de firma.

.....” (NR)

“**Art. 64.** A certidão dos atos de constituição e de alteração de empresários individuais e de sociedades mercantis, fornecida pelas juntas comerciais em que foram arquivados, será o documento hábil para a transferência, por transcrição no registro público competente, dos bens com que o subscritor tiver contribuído para a formação ou para o aumento do capital.” (NR)

Art. 4º Os órgãos, as entidades e as autoridades competentes disporão do prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de publicação desta Lei, para se adequar às alterações promovidas na Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, de que trata o art. 2º desta Lei.



§ 1º Compete ao Ministério da Economia notificar os órgãos, as entidades e as autoridades competentes quanto às alterações promovidas na Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de publicação desta Lei.

§ 2º Será assegurado aos Municípios o direito de denunciar, a qualquer tempo, a sua adesão à Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) por meio do consórcio de que trata o art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007.

§ 3º Será assegurado aos integradores estaduais o direito de solicitar a sua substituição por outro órgão ao Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM), no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação desta Lei.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º deste artigo ou de descumprimento das normas da Redesim pelo integrador estadual, o CGSIM definirá o órgão que assumirá a função de integrador estadual.

CAPÍTULO II DA PROTEÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS

Art. 5º A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 15.

§ 1º As ações ordinárias e preferenciais poderão ser de uma ou mais classes, observado, no caso das ordinárias, o disposto nos arts. 16, 16-A e 110-A desta Lei.

.....”(NR)

“Art. 16.

.....

IV – atribuição de voto plural a uma ou mais classes de ações, observados o limite e as condições dispostos no art. 110–A desta Lei.

Parágrafo único. A alteração do estatuto na parte em que regula a diversidade de classes, se não for expressamente prevista e regulada, requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas.”(NR)



SF/21616.99969-84



“Art. 16-A. Na companhia aberta, é vedada a manutenção de mais de uma classe de ações ordinárias, ressalvada a adoção do voto plural nos termos e nas condições dispostos no art. 110-A desta Lei.”

“Art. 100.

§ 3º Nas companhias fechadas, os livros referidos nos incisos I, II, III, IV e V do caput deste artigo poderão ser substituídos por registros mecanizados ou eletrônicos, nos termos do regulamento.” (NR)

“Art. 110-A. É admitida a criação de uma ou mais classes de ações ordinárias com atribuição de voto plural, não superior a 10 (dez) votos por ação ordinária:

I – na companhia fechada; e

II – na companhia aberta, desde que a criação da classe ocorra previamente à negociação de quaisquer ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de sua emissão em mercados organizados de valores mobiliários.

§ 1º A criação de classe de ações ordinárias com atribuição de voto plural depende do voto favorável de acionistas que representem:

I – metade, no mínimo, do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto; e

II – metade, no mínimo, das ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito, se emitidas, reunidas em assembleia especial convocada e instalada com as formalidades desta Lei.

§ 2º Nas deliberações de que trata o § 1º deste artigo, será assegurado aos acionistas dissidentes o direito de se retirarem da companhia mediante reembolso do valor de suas ações nos termos do art. 45 desta Lei, salvo se a criação da classe de ações ordinárias com atribuição de voto plural já estiver prevista ou autorizada pelo estatuto.

§ 3º O estatuto social da companhia, aberta ou fechada, nos termos dos incisos I e II do caput deste artigo, poderá exigir quórum maior para as deliberações de que trata o § 1º deste artigo.

§ 4º A listagem de companhias que adotem voto plural e a admissão de valores mobiliários de sua emissão em segmento de listagem de mercados organizados sujeitar-se-ão à observância das regras editadas pelas respectivas entidades administradoras, que deverão dar transparência sobre a condição de tais companhias abertas.

§ 5º Após o início da negociação das ações ou dos valores mobiliários conversíveis em ações em mercados organizados de valores mobiliários, é vedada a alteração das características de classe de ações ordinárias com atribuição de voto plural, exceto para reduzir os respectivos direitos ou vantagens.



SF/21616.99969-84



§ 6º É facultado aos acionistas estipular no estatuto social o fim da vigência do voto plural condicionado a um evento ou a termo, observado o disposto nos §§ 7º e 8º deste artigo.

§ 7º O voto plural atribuído às ações ordinárias terá prazo de vigência inicial de até 7 (sete) anos, prorrogável por qualquer prazo, desde que:

I – seja observado o disposto nos §§ 1º e 3º deste artigo para a aprovação da prorrogação;

II - sejam excluídos das votações os titulares de ações da classe cujo voto plural se pretende prorrogar; e

III – seja assegurado aos acionistas dissidentes, nas hipóteses de prorrogação, o direito previsto no § 2º deste artigo.

§ 8º As ações de classe com voto plural serão automaticamente convertidas em ações ordinárias sem voto plural na hipótese de:

I - transferência, a qualquer título, a terceiros, exceto nos casos em que:

a) o alienante permanecer indiretamente como único titular de tais ações e no controle dos direitos políticos por elas conferidos;

b) o terceiro for titular da mesma classe de ações com voto plural a ele alienadas; ou

c) a transferência ocorrer no regime de titularidade fiduciária para fins de constituição do depósito centralizado; ou

II – o contrato ou acordo de acionistas, entre titulares de ações com voto plural e acionistas que não sejam titulares de ações com voto plural, dispor sobre exercício conjunto do direito de voto.

§ 9º Quando a lei expressamente indicar quóruns com base em percentual de ações ou do capital social, sem menção ao número de votos conferidos pelas ações, o cálculo respectivo deverá desconsiderar a pluralidade de voto.

§ 10. A Comissão de Valores Mobiliários deverá elaborar e tornar público material de orientação aos agentes de mercado no qual enunciará taxativamente os quóruns e as matérias a serem deliberadas pela assembleia geral que, nos termos desta Lei, não são afetados pelo voto plural.

§ 11. São vedadas as operações:

I – de incorporação, de incorporação de ações e de fusão de companhia aberta que não adote voto plural, e cujas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações sejam negociados em mercados organizados, em companhia que adote voto plural;

II – de cisão de companhia aberta que não adote voto plural, e cujas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações sejam negociados em mercados organizados, para constituição de nova companhia com adoção do voto plural, ou incorporação da parcela cindida em companhia que o adote.



SF/21616.99969-84



§ 12. Não será adotado o voto plural nas votações pela assembleia de acionistas que deliberarem sobre:

I – a remuneração dos administradores; e

II – a celebração de transações com partes relacionadas que atendam aos critérios de relevância a serem definidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 13. O estatuto social deverá estabelecer, além do número de ações de cada espécie e classe em que se divide o capital social, no mínimo:

I – o número de votos atribuído por ação de cada classe de ações ordinárias com direito a voto, respeitado o limite de que trata o caput deste artigo;

II – o prazo de duração do voto plural, observado o limite previsto no § 7º deste artigo, bem como eventual quórum qualificado para deliberar sobre as prorrogações, nos termos do § 3º deste artigo; e

III – se aplicável, outras hipóteses de fim de vigência do voto plural condicionadas a evento ou a termo, além daquelas previstas neste artigo, conforme autorizado pelo § 6º deste artigo.

§ 14. As disposições relativas ao voto plural não se aplicam às empresas públicas, às sociedades de economia mista, às suas subsidiárias e às sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público.”

“Art. 122.

VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar as suas contas;

IX - autorizar os administradores a confessar falência e a pedir recuperação judicial; e

X - deliberar, quando se tratar de companhias abertas, sobre:

a) a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da companhia constantes do último balanço aprovado; e

b) a celebração de transações com partes relacionadas que atendam aos critérios de relevância a serem definidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Em caso de urgência, a confissão de falência ou o pedido de recuperação judicial poderá ser formulado pelos administradores, com a concordância do acionista controlador, se



SF/21616.99969-84



houver, hipótese em que a assembleia geral será convocada imediatamente para deliberar sobre a matéria.” (NR)

“**Art. 124.**

§ 1º

II - na companhia aberta, com 21 (vinte e um) dias de antecedência, e a segunda convocação com 8 (oito) dias de antecedência.

§ 5º

I - determinar, fundamentadamente, o adiamento de assembleia geral por até 30 (trinta) dias, em caso de insuficiência de informações necessárias para a deliberação, contado o prazo da data em que as informações completas forem colocadas à disposição dos acionistas; e

.....” (NR)

“**Art. 125.** Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número.

.....” (NR)

“**Art. 135.** A assembleia geral extraordinária que tiver por objeto a reforma do estatuto somente se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, mas poderá instalar-se, em segunda convocação, com qualquer número.

.....” (NR)

“**Art. 136.** É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, se maior quórum não for exigido pelo estatuto da companhia cujas ações não estejam admitidas à negociação em bolsa ou no mercado de balcão, para deliberação sobre:

.....

§ 2º A Comissão de Valores Mobiliários pode autorizar a redução do quórum previsto neste artigo no caso de companhia aberta com a propriedade das ações dispersa no mercado e cujas 3



SF/21616.99969-84



(três) últimas assembleias tenham sido realizadas com a presença de acionistas que representem menos da metade do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto.

§ 2º-A Na hipótese do § 2º deste artigo, a autorização da Comissão de Valores Mobiliários será mencionada nos avisos de convocação e a deliberação com quórum reduzido somente poderá ser adotada em terceira convocação.

§ 3º O disposto nos §§ 2º e 2º-A deste artigo aplica-se também às assembleias especiais de acionistas preferenciais de que trata o § 1º deste artigo.

.....” (NR)

“Art. 138.

§ 3º É vedada, nas companhias abertas, a acumulação do cargo de presidente do conselho de administração e do cargo de diretor-presidente ou de principal executivo da companhia.

§ 4º A Comissão de Valores Mobiliários poderá editar ato normativo que excepcione as companhias de menor porte previstas no art. 294-B desta Lei da vedação de que trata o § 3º deste artigo.” (NR)

“Art. 140.

§ 1º O estatuto poderá prever a participação no conselho de representantes dos empregados, escolhidos pelo voto destes, em eleição direta, organizada pela empresa, em conjunto com as entidades sindicais que os representam.

§ 2º Na composição do conselho de administração das companhias abertas, é obrigatória a participação de conselheiros independentes, nos termos e nos prazos definidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 3º Ao menos um dos conselheiros independentes nas companhias abertas deverá ser eleito pelos acionistas minoritários. (NR)”.

“Art. 141. Na eleição dos conselheiros, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social com direito a voto, esteja ou não previsto no estatuto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo, por meio do qual o número de votos de cada ação será multiplicado pelo número de cargos a serem preenchidos, reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos em um só candidato ou distribuí-los entre vários.

.....



SF/21616.99969-84



§ 7º Sempre que, cumulativamente, a eleição do conselho de administração ocorrer pelo sistema do voto múltiplo e os titulares de ações ordinárias ou preferenciais exercerem a prerrogativa de eleger conselheiro, será assegurado a acionista ou a grupo de acionistas vinculados por acordo de votos que detenham mais de 50% (cinquenta por cento) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um, independentemente do número de conselheiros que, segundo o estatuto, componha o órgão.

.....” (NR)

“**Art. 146.** Apenas pessoas naturais poderão ser eleitas para membros dos órgãos de administração.

§ 2º A posse de administrador residente ou domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante residente no País, com poderes para, até, no mínimo, 3 (três) anos após o término do prazo de gestão do administrador, receber:

I – citações em ações contra ele propostas com base na legislação societária; e

II – citações e intimações em processos administrativos instaurados pela Comissão de Valores Mobiliários, no caso de exercício de cargo de administração em companhia aberta.” (NR)

“**Art. 215.**

§ 1º É facultado à assembleia geral aprovar, pelo voto de acionistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos votos conferidos pelas ações com direito a voto, depois de pagos ou garantidos os credores, condições especiais para a partilha do ativo remanescente, com a atribuição de bens aos sócios, pelo valor contábil ou outro por ela fixado.

.....” (NR)

“**Art. 239.** As companhias de economia mista terão obrigatoriamente Conselho de Administração, assegurado à minoria o direito de eleger um dos conselheiros independentes, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo.

.....” (NR)

“**Art. 243.**

.....



§ 5º É presumida influência significativa quando a investidora for titular de 20% (vinte por cento) ou mais dos votos conferidos pelo capital da investida, sem controlá-la.” (NR)

“Art. 252.

§ 2º A assembleia geral da companhia cujas ações houverem de ser incorporadas somente poderá aprovar a operação por metade, no mínimo, do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, se a aprovar, autorizará a diretoria a subscrever o aumento do capital da incorporadora, por conta dos seus acionistas, e os dissidentes da deliberação terão direito de se retirar da companhia, observado o disposto no inciso II do caput do art. 137 desta Lei, mediante o reembolso do valor de suas ações, nos termos do art. 230 desta Lei.

.....” (NR)

“Art. 284. Não se aplica à sociedade em comandita por ações o disposto nesta Lei sobre voto plural, sobre conselho de administração, sobre autorização estatutária de aumento de capital e sobre emissão de bônus de subscrição.” (NR)

“Art. 289.

§ 8º O atendimento às exigências contidas no *caput* não dispensa a obrigatoriedade de publicação, de forma resumida, no órgão oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia.” (NR)

“Art. 294.

§ 4º Sem prejuízo do que dispõe o inciso III deste artigo, as publicações ordenadas por esta lei deverão ser promovidas, de forma resumida, no órgão oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia.” (NR)

Art. 6º O *caput* do art. 1º da Lei nº 7.913, de 7 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º Sem prejuízo da ação de indenização do prejudicado, o Ministério Público ou a Comissão de Valores Mobiliários, pelo respectivo órgão de representação judicial, adotará as medidas



SF/21616.99969-84



19

judiciais necessárias para evitar prejuízos ou para obter ressarcimento de danos causados aos titulares de valores mobiliários e aos investidores do mercado, especialmente quando decorrerem de:

.....” (NR)

Art. 7º A Comissão de Valores Mobiliários poderá estabelecer regras de transição para as obrigações decorrentes do disposto neste Capítulo.

CAPÍTULO III DA FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Seção I

Das Licenças, das Autorizações ou das Exigências Administrativas para Importações ou para Exportações e do Controle Aduaneiro

Art. 8º Será provida aos importadores, aos exportadores e aos demais intervenientes no comércio exterior solução de guichê único eletrônico por meio do qual possam encaminhar documentos, dados ou informações aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta como condição para a importação ou a exportação de bens a ponto único acessível por meio da internet, bem como acesso às instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio, exclusivamente para consulta a tais dados, informações e documentos, desde que autorizadas por seus clientes.

§ 1º O órgão ou a entidade responsável pela exigência administrativa, após a análise dos documentos, dos dados ou das informações recebidos por meio da solução referida no caput deste artigo, notificará o demandante do resultado por meio do guichê único eletrônico, nos prazos previstos na legislação.

§ 2º A solução de que trata o caput deste artigo deverá:

I - permitir aos importadores, aos exportadores e aos demais intervenientes no comércio exterior, inclusive as instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio, conhecer as exigências administrativas impostas por órgãos e por entidades da administração pública federal direta



e indireta para a concretização de operações de importação ou de exportação;
e

II - atender ao disposto no Artigo 10, parágrafo 4, do Acordo sobre a Facilitação do Comércio anexo ao Protocolo de Emenda ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, promulgado pelo Decreto nº 9.326, de 3 de abril de 2018.

§ 3º O recolhimento das taxas impostas por órgãos e por entidades da administração pública federal direta e indireta, em razão do exercício do poder de polícia ou da prestação de serviço público, bem como qualquer outra receita federal relacionada a operações de comércio exterior, ocorrerá por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) em transação financeira eletrônica, preferencialmente em pagamento unificado por meio da solução de guichê único eletrônico a que se refere o caput deste artigo.

§ 4º Compete ao Ministério da Economia a gestão da solução de guichê único eletrônico a que se refere o caput deste artigo.

§ 5º O acesso de usuários ao guichê único eletrônico a que se refere o caput deste artigo ocorrerá nos termos da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

§ 6º É garantido o livre acesso do cidadão às informações públicas do guichê único eletrônico a que se refere o caput deste artigo, atendidos os requisitos de dado acessível ao público conforme definição constante do inciso V do caput do art. 4º da Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021.

§ 7º A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil estabelecerá procedimentos que viabilizem a apresentação e o acompanhamento de denúncias, por meio eletrônico, de atos ilícitos praticados em operações de importação e exportação de mercadorias ou de serviços, inclusive quanto a declarações de origem, classificação fiscal, valor aduaneiro, contrabando, descaminho, violações de direitos de propriedade intelectual, exigências regulatórias e quaisquer outros aspectos que lhe caiba fiscalizar no exercício de suas competências de controle da operações de comércio exterior.



SF/21616.99969-84



§ 8º Ato normativo da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil disporá sobre a organização e o funcionamento dos procedimentos de denúncia previstos no § 7º deste artigo.

§ 9º A efetiva resolução das denúncias dos usuários, a que se referem o § 7º deste artigo, abrangem exemplificativamente os seguintes aspectos:

- I - recepção da denúncia no canal de atendimento adequado;
- II - emissão de comprovante de recebimento da denúncia;
- III - análise e obtenção de informações, quando necessário;
- IV – acompanhamento da denúncia por meio de canal específico;
- V - decisão administrativa final; e
- VI - ciência ao usuário.

Art. 9º Fica vedado aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta exigir o preenchimento de formulários em papel ou em formato eletrônico ou a apresentação de documentos, de dados ou de informações para a realização de importações ou de exportações por outros meios, distintos da solução de guichê único eletrônico a que se refere o art. 8º desta Lei.

§ 1º O disposto no *caput* deste artigo não se aplica:

I - quando, em razão de circunstâncias técnicas ou operacionais excepcionais relacionadas a determinada exportação ou importação, não for possível o uso da solução de guichê único eletrônico a que se refere o art. 8º desta Lei; e

II - aos procedimentos de habilitação, de registro ou de certificação de estabelecimentos, de produtos ou de processos produtivos relacionados com o comércio doméstico ou de modo análogo a ele.

§ 2º As exigências vigentes na data de publicação desta Lei serão revisadas na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal.



Art. 10. Ficam autorizados os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta, cujas competências previstas em lei incluam a interveniência no comércio exterior, a estabelecer regras e requisitos, no âmbito de sua competência material, para o licenciamento de operações de comércio exterior sobre as quais, em virtude de suas particularidades, resida fundado receio de fraude ou ilícito de natureza fiscal, administrativa, comercial, aduaneira, cambial ou criminal.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, os órgãos da administração pública federal direta ou indireta, no âmbito de sua competência material, poderão editar atos normativos para estabelecer os requisitos e regras aplicáveis ao licenciamento prévio das operações de comércio exterior relativamente à quantidade, preço, direitos de propriedade intelectual, industrial, marca e intangíveis, composição, país de origem, classificação fiscal ou demais elementos indispensáveis à configuração do fato gerador do imposto de importação.

§ 2º As propostas de edição ou de alteração dos atos normativos a que se refere o § 1º deste artigo serão objeto de consulta pública prévia e da análise de impacto regulatório de que trata a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

§ 3º As exigências de que trata o § 1º deste artigo, vigentes na data de publicação desta Medida Provisória, serão revisadas na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal e serão objeto de consulta pública prévia e da análise de impacto regulatório de que trata a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

§ 4º A relação de mercadorias sujeitas à anuência e os respectivos critérios para o licenciamento deverão ser divulgadas em listas e/ou em publicações disponíveis ao público em geral na página oficial do Portal Único do SISCOMEX na internet.

§ 5º O guichê único eletrônico a que se refere esta Lei deverá exibir em seu sítio eletrônico todas as licenças, autorizações ou exigências administrativas, como requisitos a importações ou a exportações, impostas por órgãos e por entidades da administração pública federal direta e indireta, bem como o ato normativo que lhes deu origem.

§ 6º Fica vedada aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta a imposição de exigência de licença ou de autorização sobre importação ou exportação em razão de características das



SF/21616.99969-84



mercadorias, quando não estiverem previstas em ato normativo e divulgadas nas listas e/ou em publicações disponíveis ao público em geral na página oficial do Portal Único do Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX na internet.

Seção II

Do Comércio Exterior de Serviços, de Intangíveis e de outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio das Pessoas Físicas, das Pessoas Jurídicas ou dos Entes Despersonalizados

Art. 11. A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 25.** Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta, ressalvada a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, compartilharão com a Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia dados e informações relativos às transações entre residentes ou domiciliados no País e residentes ou domiciliados no exterior que compreendam serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio das pessoas físicas, das pessoas jurídicas ou dos entes despersonalizados.

§ 1º O compartilhamento de que trata o *caput* deste artigo:

I - será realizado nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo federal;

II – (revogado);

III – (revogado);

IV - observará os requisitos de sigilo e segurança da informação previstos em lei;

V - poderá abranger dados e informações obtidos:

a) no cumprimento de obrigações tributárias acessórias;

b) na realização de operações no mercado de câmbio; e

c) em pesquisas realizadas para produção, análise e disseminação de informações de natureza estatística; e

VI - observará o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

I – (revogado);



SF/21616.99969-84



II – (revogado);

III – (revogado).

§ 4º (Revogado).

I – (revogado);

II – (revogado).

§ 5º (Revogado).

§ 6º (Revogado).

§ 7º Ato conjunto do Ministro de Estado da Economia e do dirigente máximo do órgão ou da entidade da administração pública federal direta e indireta que detiver os dados e as informações estabelecerá as regras complementares para o compartilhamento de que trata o *caput* deste artigo.” (NR)

“**Art. 26.** Os dados e as informações de que trata o art. 25 desta Lei serão utilizados pela Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia para a elaboração e a compilação de dados estatísticos e para o exercício de outras competências institucionais definidas em ato do Poder Executivo federal.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º (Revogado).”(NR)

“**Art. 27.** Ato do Ministro de Estado da Economia estabelecerá normas complementares ao cumprimento do disposto nos arts. 24, 25 e 26 desta Lei.”(NR)

Seção III

Da Origem não Preferencial

Art. 12. A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 29.** As investigações de defesa comercial sob a competência da Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia serão baseadas na origem declarada do produto.

.....” (NR)



SF/21616.99969-84



“Art. 31.

§ 1º

I -

h) mercadorias obtidas por pessoa jurídica de país do leito do mar ou do subsolo marinho, sempre que o país tenha direitos para explorar esse fundo do mar ou subsolo marinho;

i) bens obtidos no espaço extraterrestre, sempre que sejam obtidos por pessoa jurídica ou por pessoa natural do país; e

j) mercadorias produzidas exclusivamente com materiais listados nas alíneas *a* a *i* deste inciso;

.....
§ 2º Entende-se ter passado por transformação substancial, para fins do disposto nos arts. 28 a 45 desta Lei:

I - o produto em cuja elaboração tenham sido utilizados materiais não originários do país, quando resultante de processo de transformação que lhe confira uma nova individualidade, caracterizada pelo fato de estar classificado em posição tarifária, identificada pelos primeiros quatro dígitos do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias, diferente da posição dos mencionados materiais, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo; ou

II - o produto em cuja elaboração tenham sido utilizados materiais não originários do país, quando o valor aduaneiro desses materiais não exceder 50% (cinquenta por cento) do valor *Free on Board* (FOB) do produto, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 3º Não será considerado originário do país exportador o produto resultante de operação ou de processo efetuado no seu território pelo qual adquira a forma final em que será comercializado quando, na operação ou no processo, for utilizado material não originário do país e consista apenas em montagem, embalagem, fracionamento em lotes ou volumes, seleção, classificação, marcação, composição de sortimentos de mercadorias ou simples diluições em água ou outra substância que não altere as características do produto como originário ou outras operações ou processos equivalentes, ainda que esses resultem no cumprimento do disposto no § 2º deste artigo ou em outros critérios estabelecidos pelo Poder Executivo federal na forma do disposto no art. 32 desta Lei.

§ 4º Caso não sejam atendidos os requisitos referidos no § 2º deste artigo, o produto será considerado originário do país de origem dos materiais que representem a maior participação no valor FOB.”
(NR)

“Art. 34.



.....

V - ao índice de materiais não originários utilizados na obtenção do produto.

§ 1º A apresentação das informações a que se refere o *caput* deste artigo não exclui a possibilidade de realização de diligência ou de fiscalização nos estabelecimentos do produtor estrangeiro, do importador ou do exportador.

.....

§ 3º Na hipótese de o produtor estrangeiro, o exportador ou o importador negarem acesso às informações referidas neste artigo, não as fornecerem tempestivamente ou criarem obstáculos ao procedimento de verificação de origem não preferencial, a mercadoria será presumida como originária do país gravado com a medida de defesa comercial que motivou a abertura de investigação de origem não preferencial.”(NR)

“**Art. 36.** Compete à Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia realizar a verificação de origem não preferencial, por meio da apresentação de denúncia ou de ofício, quando houver indícios da não observância ao disposto nos arts. 31, 32 e 34 desta Lei.

§ 1º Iniciado o procedimento de verificação de origem não preferencial, o produtor estrangeiro será notificado para a apresentação das informações de que trata o art. 34 desta Lei.

§ 2º A origem determinada pela Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia com a conclusão do procedimento de verificação de origem não preferencial será aplicada a todas as importações de mercadorias idênticas do mesmo exportador ou produtor.

§ 3º A Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia poderá rever a origem a que se refere o § 2º deste artigo por meio da apresentação, por parte do interessado, das informações referidas no art. 34 desta Lei, de modo a demonstrar o atendimento às regras de origem não preferenciais a que se referem os arts. 31 e 32 desta Lei.” (NR)

“**Art. 40.**

§ 1º

§ 2º Na hipótese de restrição quantitativa relativa à aplicação de cotas, a devolução ao exterior estará limitada ao que exceder a cota.” (NR)



CAPÍTULO IV

DO SISTEMA INTEGRADO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS

Art. 13. Fica o Poder Executivo federal autorizado a instituir, sob a governança da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), constituído de um conjunto de instrumentos, mecanismos e iniciativas destinados a facilitar a identificação e a localização de bens e de devedores, bem como a constrição e a alienação de ativos.

Art. 14. São objetivos do Sira:

I – promover o desenvolvimento nacional e o bem-estar social por meio da redução dos custos de transação de concessão de créditos mediante aumento do índice de efetividade das ações que envolvam a recuperação de ativos;

II – conferir efetividade às decisões judiciais que visem à satisfação das obrigações de qualquer natureza, em âmbito nacional;

III – reunir dados cadastrais, relacionamentos e bases patrimoniais de pessoas físicas e jurídicas para subsidiar a tomada de decisão, no âmbito de processo judicial em que seja demandada a recuperação de créditos públicos ou privados;

IV – fornecer aos usuários, conforme os respectivos níveis de acesso, os dados cadastrais, os relacionamentos e as bases patrimoniais das pessoas requisitadas, de forma estruturada e organizada; e

V – garantir, com a quantidade, a qualidade e a tempestividade necessárias, os insumos de dados e informações relevantes para a recuperação de créditos públicos ou privados.

VI – conferir aos credores de títulos executivos judiciais ou extrajudiciais a possibilidade de verificação prévia, no âmbito pré-processual ou processual, acerca da existência de bens em nome do devedor capazes de garantir a satisfação do crédito a ser perseguido em ação de execução ou em cumprimento de sentença.

Parágrafo único. O Sira zelarà pela liberdade de acesso, de uso e de gerenciamento dos dados pelo seu titular, na forma do art. 9º da Lei nº



SF/21616.99969-84



13.709, de 14 de agosto de 2018, e obedecerá ao regime geral de proteção de dados aplicável.

Art. 15. São princípios do Sira:

I – melhoria da efetividade e eficiência das ações de recuperação de ativos;

II – promoção da transformação digital e estímulo ao uso de soluções tecnológicas na recuperação de créditos públicos e privados;

III – racionalização e sustentabilidade econômico-financeira das soluções de tecnologia da informação e comunicação de dados, permitida a atribuição aos usuários, quando houver, dos custos de operacionalização do serviço, na forma prevista em regulamento;

IV – respeito à privacidade, à inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem das pessoas e às instituições, na forma prevista em lei; e

V – ampla interoperabilidade e integração com os demais sistemas semelhantes, em especial aqueles utilizados pelo Poder Judiciário e pelos tabelionatos de protesto, de forma a subsidiar a tomada de decisão, bem como de racionalizar e permitir o cumprimento eficaz de ordens judiciais relacionadas à recuperação de ativos, além de facilitar a identificação prévia da existência de bens em nome do devedor que sejam hábeis a satisfazer o crédito a ser perseguido em demanda executiva.

Art. 16. Ato do Presidente da República disporá sobre:

I – as regras e as diretrizes para o compartilhamento de dados e informações, observado que, para usuários privados, apenas poderão ser fornecidos dados públicos não sujeitos a nenhuma restrição de acesso;

II – a relação nominal das bases mínimas que comporão o Sira;

III – a periodicidade com que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional apresentará ao Ministério da Economia e ao Conselho Nacional de Justiça relatório sobre as bases geridas e integradas;



SF/21616.99969-84



IV – o procedimento administrativo para o exercício, na forma prevista em lei, do poder de requisição das informações contidas em bancos de dados geridos por órgãos e por entidades públicos e privados e o prazo para o atendimento da requisição, sem prejuízo da celebração de acordos de cooperação, de convênios e de ajustes de qualquer natureza, quando necessário;

V – a forma de sustentação econômico-financeira do Sira; e

VI – as demais competências da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e do órgão central de tecnologia da informação no âmbito do Sira.

Art. 17. Fica o Poder Executivo federal autorizado a instituir, sob governança da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Cadastro Fiscal Positivo, com o objetivo de:

I – criar condições para construção permanente de um ambiente de confiança entre os contribuintes e a administração tributária federal;

II – garantir a previsibilidade das ações da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em face dos contribuintes inscritos no referido cadastro;

III – criar condições para solução consensual dos conflitos tributários, com incentivo à redução da litigiosidade;

IV – reduzir os custos de conformidade em relação aos créditos inscritos em dívida ativa da União e à situação fiscal do contribuinte, a partir das informações constantes do Sira;

V – tornar mais eficientes a gestão de risco dos contribuintes inscritos no referido cadastro e a realização de negócios jurídicos processuais;

VI – melhorar a compreensão das atividades empresariais e dos gargalos fiscais.

Parágrafo único. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá estabelecer convênio com Estados, com Municípios e com o Distrito Federal para compartilhamento de informações que contribuam para a formação do Cadastro Fiscal Positivo.



SF/21616.99969-84




SF/21616.99969-84

30

Art. 18. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional regulamentar o Cadastro Fiscal Positivo, o qual poderá dispor sobre atendimento, sobre concessões inerentes a garantias, sobre prazos para apreciação de requerimentos, sobre recursos e demais solicitações do contribuinte, sobre cumprimento de obrigações perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e sobre atos de cobrança administrativa ou judicial, especialmente:

I – criação de canais de atendimento diferenciado, inclusive para recebimento de pedidos de transação no contencioso judicial ou na cobrança da dívida ativa da União, nos termos da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, ou para esclarecimento sobre esses pedidos;

II – flexibilização das regras para aceitação ou para substituição de garantias, inclusive sobre a possibilidade de substituição de depósito judicial por seguro-garantia ou por outras garantias baseadas na capacidade de geração de resultados dos contribuintes;

III – possibilidade de antecipar a oferta de garantias para regularização de débitos futuros;

IV – execução de garantias em execução fiscal somente após o trânsito em julgado da discussão judicial relativa ao título executado.

Parágrafo único. Será conferido, exclusivamente ao contribuinte, mediante solicitação, acesso aos dados próprios, relacionados ao seu enquadramento no Cadastro Fiscal Positivo.

Art. 19. A Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 80.** As inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) serão suspensas quando se enquadrarem nas hipóteses de suspensão definidas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

§ 1º (Revogado).

I – (revogado);

II – (revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º (Revogado).” (NR)



“**Art. 81.** As inscrições no CNPJ serão declaradas inaptas, nos termos e nas condições definidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, quando a pessoa jurídica:

I – deixar de apresentar obrigações acessórias, por, no mínimo, 90 (noventa) dias a contar da omissão;

II – não comprovar a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência, se for o caso, dos recursos empregados em operações de comércio exterior;

III – for inexistente de fato, assim considerada a entidade que:

a) não dispuser de patrimônio ou de capacidade operacional necessários à realização de seu objeto, inclusive a que não comprovar o capital social integralizado;

b) não for localizada no endereço informado no CNPJ;

c) quando intimado, o seu representante legal:

1. não for localizado ou alegar falsidade ou simulação de sua participação na referida entidade ou não comprovar legitimidade para representá-la; ou

2. não indicar, depois de intimado, seu novo domicílio tributário;

d) for domiciliada no exterior e não tiver indicado seu procurador ou seu representante legalmente constituído no CNPJ ou, se indicado, não tiver sido localizado; ou

e) encontrar-se com as atividades paralisadas, salvo quando a paralisação for comunicada;

IV – realizar operações de terceiros, com intuito de acobertar seus reais beneficiários;

V – tiver participado, segundo evidências, de organização constituída com o propósito de não recolher tributos ou de burlar os mecanismos de cobrança de débitos fiscais, inclusive por meio de emissão de documentos fiscais que relatem operações fictícias ou cessão de créditos inexistentes ou de terceiros;

VI – tiver sido constituída, segundo evidências, para a prática de fraude fiscal estruturada, inclusive em proveito de terceiras empresas; ou

VII – encontrar-se suspensa por 1 (um) ano ou mais.

§ 1º (Revogado).

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do *caput* deste artigo, a comprovação da origem de recursos provenientes do exterior dar-se-á mediante, cumulativamente:

.....
§ 5º (Revogado).” (NR)



“Art. 81-A. As inscrições no CNPJ serão declaradas baixadas após 180 (cento e oitenta) dias contados da declaração de inaptidão.

§ 1º Poderão ainda ter a inscrição no CNPJ baixada as pessoas jurídicas que estejam extintas, canceladas ou baixadas nos respectivos órgãos de registro.

§ 2º O ato de baixa da inscrição no CNPJ não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados os débitos de natureza tributária da pessoa jurídica.

§ 3º Mediante solicitação da pessoa jurídica, poderá ser restabelecida a inscrição no CNPJ, observados os termos e as condições definidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.”

“Art. 82. Além das demais hipóteses de inidoneidade de documentos previstas na legislação, não produzirá efeitos tributários em favor de terceiros interessados o documento emitido por pessoa jurídica cuja inscrição no CNPJ tenha sido considerada ou declarada inapta.

.....” (NR)

Art. 20. A Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º As informações fornecidas pelos órgãos e pelas entidades integrantes do Cadin serão centralizadas em um sistema de informações gerido pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e será de sua atribuição a expedição de orientações de natureza normativa, inclusive quanto ao disciplinamento das respectivas inclusões e exclusões no sistema.

.....” (NR)

“Art. 19-C. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá dispensar a prática de atos processuais, inclusive poderá desistir de recursos interpostos, e autorizar a realização de acordos em fase de cumprimento de sentença, a fim de atender a critérios de racionalidade, de economicidade e de eficiência.

.....” (NR)

“Art. 19-F. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá contratar, por meio de processo licitatório ou credenciamento, serviços de terceiros para auxiliar sua atividade de cobrança.

§ 1º Os serviços referidos no *caput* deste artigo restringem-se à execução de atos relacionados à cobrança administrativa da dívida ativa que prescindam da utilização de informações protegidas por



SF/21616.99969-84



sigilo fiscal, tais como o contato com os devedores por via telefônica ou por meios digitais, e à administração de bens oferecidos em garantia administrativa ou judicial ou penhorados em execuções fiscais, incluídas atividades de depósito, de guarda, de transporte, de conservação e de alienação desses bens.

§ 2º O órgão responsável, no âmbito de suas competências, deverá regulamentar o disposto neste artigo e definir os requisitos para contratação ou credenciamento, os critérios para seleção das dívidas, o valor máximo admissível e a forma de remuneração do contratado, que poderá ser por taxa de êxito, desde que demonstrada a sua maior adequação ao interesse público e às práticas usuais de mercado.”

CAPÍTULO V DAS COBRANÇAS REALIZADAS POR CONSELHOS PROFISSIONAIS

Art. 21. A Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 4º**

Parágrafo único. O inadimplemento ou o atraso no pagamento das anuidades previstas no inciso II do *caput* deste artigo não ensejará a suspensão do registro ou o impedimento de exercício da profissão.” (NR)

“**Art. 7º** Os Conselhos poderão, nos termos e nos limites de norma do respectivo Conselho Federal, independentemente do disposto no art. 8º desta Lei e sem renunciar ao valor devido, deixar de cobrar:

I – administrativamente, os valores definidos como irrisórios; ou

II – judicialmente, os valores considerados irrecuperáveis, de difícil recuperação ou com custo de cobrança superior ao valor devido.” (NR)

“**Art. 8º** Os conselhos não executarão judicialmente as dívidas, de quaisquer das origens previstas no art. 4º da Lei nº 12.514, de 2011, com valor inferior a 4 (quatro) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não obsta ou limita a realização de medidas administrativas de cobrança, tais como a notificação extrajudicial, a inclusão em cadastros de inadimplentes e o protesto de certidões de dívida ativa.” (NR)



SF/21616.99969-84



CAPÍTULO VI DA PROFISSÃO DE TRADUTOR E INTÉRPRETE PÚBLICO

Art. 22. São requisitos para o exercício da profissão de tradutor e intérprete público:

I - ter capacidade civil;

II - ter formação em curso superior completo em qualquer área do conhecimento;

III - ser brasileiro ou estrangeiro residente no País;

IV - ser aprovado em concurso para aferição de aptidão;

V - não estar enquadrado nas hipóteses de inelegibilidade previstas na alínea e do inciso I do *caput* do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

VI - ter registro na junta comercial do local de seu domicílio ou de atuação mais frequente; e

VII - ter residência no território nacional.

§ 1º Para os fins dos artigos deste Capítulo, definem-se:

I - idiomas principais: aquelas línguas estrangeiras com maior número de tradutores formados no Brasil, ou seja, as línguas alemã, inglesa, francesa, espanhola e italiana, em suas diversas variedades geográficas; e

II - idiomas secundários: as demais línguas estrangeiras e suas diversas variedades regionais

§ 2º Para os idiomas secundários, o Drei poderá dispensar a exigência de tradutor e intérprete público com fê pública a estrangeiro residente no País que obtiver nível Avançado ou Avançado Superior no Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) e integre a Lista Nacional de Tradutores Celpe-Bras Registrados.

§ 3º A Lista Nacional de Tradutores Celpe-Bras Registrados referida no § 3º deste artigo, bem como o Cadastro Nacional de Tradutores



Públicos e Intérpretes Concursados (CNTPIC), serão publicados pelo Drei e atualizados anualmente, nos termos do regulamento.

§ 4º Quando a tradução pública de um documento em idioma raro for necessária ou exigida e não constar tradutor público no CNTPIC a que se refere o § 4º deste artigo, utilizar-se-á, se possível, o sistema triangular de tradução pública, entendido como a tradução pública para o vernáculo de documento em idioma secundário vertido para um dos idiomas principais.

Art. 23. O tradutor e intérprete público, que terá jurisdição nacional, poderá habilitar-se e registrar-se para um ou mais idiomas estrangeiros, ou, ainda, em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Art. 24. O cumprimento do disposto no art. 22 desta Lei habilita o tradutor e intérprete público a atuar em qualquer Estado e no Distrito Federal e a manter inscrição apenas no local de seu domicílio ou de atuação mais frequente.

Art. 25. O concurso para aferição de aptidão de que trata o inciso IV do caput do art. 22 desta Lei:

I - será válido por prazo indefinido;

II - incluirá prova escrita e prova oral, com simulação de interpretação consecutiva, para avaliar a compreensão das sutilezas e dificuldades de cada um dos idiomas;

III - será organizado nacionalmente pelo Drei, com apoio das juntas comerciais dos Estados e do Distrito Federal; e

IV - será regido pelas normas editadas pelo Diretor do Drei.

Art. 26. São atividades privativas do tradutor e intérprete público:

I - traduzir qualquer documento que tenha de ser apresentado em outro idioma perante pessoa jurídica de direito público interno ou serviços notariais e de registro de notas ou de títulos e documentos;

II - realizar traduções oficiais, quando exigido por lei;



SF/21616.99969-84



III - interpretar e verter verbalmente perante ente público a manifestação de pessoa que não domine a língua portuguesa se não houver agente público apto a realizar a atividade ou se for exigido por lei específica;

IV - transcrever, traduzir ou verter mídia eletrônica de áudio ou vídeo, em outro idioma, certificada por ato notarial; e

V - realizar, quando solicitados pela autoridade competente, os exames necessários à verificação da exatidão de qualquer tradução que tenha sido arguida como incompleta, imprecisa, errada ou fraudulenta.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não impede:

I - a designação pela autoridade competente de tradutor e intérprete público *ad hoc* no caso de inexistência, impedimento ou indisponibilidade de tradutor e intérprete público habilitado para o idioma; e

II - a realização da atividade por agente público:

a) ocupante de cargo ou emprego com atribuições relacionadas com a atividade de tradutor ou intérprete; ou

b) com condições de realizar traduções e interpretações simples e correlatas com as atribuições de seu cargo ou emprego.

Art. 27. Presumem-se fiéis e exatas as traduções realizadas pelo tradutor e intérprete público.

§ 1º Nenhuma tradução terá fé pública se não for realizada por tradutor e intérprete público, exceto as traduções:

I - feitas por corretores de navios, em sua área de atuação;

II - relativas aos manifestos e documentos que as embarcações estrangeiras tiverem de apresentar para despacho aduaneiro;

III - feitas por agentes públicos com cargo ou emprego de tradutor ou intérprete ou que sejam inerentes às atividades do cargo ou emprego; e



SF/21616.99969-84



IV - enquadradas nas hipóteses previstas em ato do Poder Executivo federal.

§ 2º A presunção de que trata o caput deste artigo não afasta:

I - a obrigação de o documento na língua original acompanhar a sua respectiva tradução; e

II - a possibilidade de ente público ou qualquer interessado impugnar, nos termos estabelecidos nas normas de processo administrativo ou de processo judicial aplicáveis ao caso concreto, a fidedignidade ou exatidão da tradução.

Art. 28. O tradutor e intérprete público que realizar tradução incompleta, imprecisa, errada ou fraudulenta estará sujeito além de eventual responsabilização civil e criminal, às seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão do registro por até 1 (um) ano; e

III - cassação do registro, vedada nova habilitação em prazo inferior a 15 (quinze) anos.

Parágrafo único. Para a dosimetria da pena, deverão ser consideradas:

I - as punições recebidas pelo tradutor e intérprete público nos últimos 10 (dez) anos;

II - a existência ou não de má-fé; e

III - a gravidade do erro ou a configuração de culpa grave.

Art. 29. O processo administrativo contra o tradutor e intérprete público seguirá o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 30. O processo administrativo será processado e julgado pela junta comercial do Estado ou do Distrito Federal no qual o tradutor e intérprete público estiver inscrito.



SF/21616.99969-84



Parágrafo único. Caberá recurso da decisão da junta comercial ao Diretor do Drei.

Art. 31. Os tradutores públicos e intérpretes comerciais que, na data de entrada em vigor desta Lei, já estavam habilitados na forma prevista no regulamento aprovado pelo Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943, poderão continuar a exercer as atividades no território nacional, nos termos deste Capítulo.

Art. 32. O tradutor e intérprete público poderá optar por organizar-se na forma de sociedade unipessoal

Art. 33. O tradutor e intérprete público poderá realizar os seus atos em meio eletrônico, atendido o disposto na Lei nº 14.163, de 23 de setembro de 2020.

Art. 34. O Diretor do Drei poderá editar normas complementares para a execução do disposto neste Capítulo.

CAPÍTULO VII DA OBTENÇÃO DE ELETRICIDADE

Art. 35. A obtenção da eletricidade deve ser solicitada à concessionária ou à permissionária local que presta o serviço público de distribuição de energia elétrica no Município do solicitante, observando as seguintes condições:

I – os procedimentos necessários para a obtenção da eletricidade, desde a solicitação até o início do fornecimento, devem ser realizados em até 45 (quarenta e cinco) dias para as unidades consumidoras em área urbana enquadradas no Grupo A, exclusivamente às solicitações de conexão, com potência contratada de até 140 kVA (cento e quarenta quilovolts-amperes), desde que não haja a necessidade de realização de obras de ampliação, de reforço ou de melhoria no sistema de distribuição de energia elétrica existente; e

II – os procedimentos necessários para a obtenção de eletricidade para os demais casos não previstos no inciso I deste *caput* devem atender aos prazos e condições regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

CAPÍTULO VIII



SF/21616.99969-84



DA DESBUROCRATIZAÇÃO EMPRESARIAL

Art. 36. As empresas individuais de responsabilidade limitada existentes na data da entrada em vigor desta Lei serão transformadas em sociedades limitadas unipessoais independentemente de qualquer alteração em seu ato constitutivo.

Parágrafo único. Ato do DREI disciplinará a transformação referida neste artigo.

Art. 37. O art. 1º da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“**Art. 1º**

Parágrafo único. Para os fins desta lei, a sociedade simples equipara-se à sociedade empresária.” (NR)

Art. 38. A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 48-A.** As pessoas jurídicas de direito privado, sem prejuízo do previsto em legislação especial e em seus atos constitutivos, poderão realizar suas assembleias gerais por meios eletrônicos, inclusive para os fins do art. 59 deste Código, respeitados os direitos previstos de participação e de manifestação.”

“**Art. 206-A.** A prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão.”

“**Art. 981.** A sociedade é composta por uma ou mais pessoas que se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilhar, entre si, os resultados.

.....” (NR)

“PARTE ESPECIAL

TÍTULO II

SUBTÍTULO II



CAPÍTULO I

Seção I

“Art. 1.053.”

Parágrafo único. O contrato social poderá prever que a sociedade limitada será regida supletivamente pelas normas da sociedade anônima, hipótese em que não se aplicarão os arts. 1.028 a 1.030 deste Código.” (NR)

“Art. 1.142.”

§ 1º O estabelecimento não se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual.

§ 2º Quando o local onde se exerce a atividade empresarial for virtual, o endereço informado para fins de registro poderá ser, conforme o caso, o do empresário individual ou o de um dos sócios da sociedade empresária.

§ 3º Quando o local onde se exerce a atividade empresarial for físico, a fixação do horário de funcionamento competirá ao município, observada a regra geral do inciso II do *caput* do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.” (NR)

“Art. 1.160. A sociedade anônima opera sob denominação, integrada pelas expressões ‘sociedade anônima’ ou ‘companhia’, por extenso ou abreviadamente, facultada a designação do objeto social.
.....” (NR)

“Art. 1.161. A sociedade em comandita por ações pode, em lugar de firma, adotar denominação, aditada da expressão ‘comandita por ações’, facultada a designação do objeto social.” (NR)

CAPÍTULO IX
DA NOTA COMERCIAL

Art. 39. A nota comercial, valor mobiliário de que trata o inciso VI do *caput* do art. 2º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, é título de crédito não conversível em ações, de livre negociação, representativo de promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente sob a forma



SF/21616.99969-84



escritural por meio de instituições autorizadas a prestar o serviço de escrituração pela Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 40. Podem emitir a nota comercial as sociedades anônimas, as sociedades limitadas e as sociedades cooperativas.

Parágrafo único. A deliberação sobre emissão de nota comercial é de competência dos órgãos de administração, quando houver, ou do administrador do emissor, observado o que dispuser a respeito o respectivo ato constitutivo.

Art. 41. A nota comercial terá as seguintes características, que deverão constar de seu termo constitutivo:

- I - a denominação “Nota Comercial”;
- II - o nome ou razão social do emitente;
- III - o local e a data de emissão;
- IV - o número da emissão e a divisão em séries, quando houver;
- V - o valor nominal;
- VI - o local de pagamento;
- VII - a descrição da garantia real ou fidejussória, quando houver;
- VIII - a data e as condições de vencimento;
- IX – a taxa de juros, fixa ou flutuante, admitida a capitalização;
- X - a cláusula de pagamento de amortização e de rendimentos, quando houver;
- XI - a cláusula de correção por índice de preço, quando houver;
- e
- XII - os aditamentos e as retificações, quando houver.



§ 1º As notas comerciais de uma mesma série terão igual valor nominal e conferirão a seus titulares os mesmos direitos.

§ 2º A alteração das características a que se refere o caput deste artigo dependerá de aprovação da maioria simples dos titulares de notas comerciais em circulação, presentes em assembleia, se maior quórum não for estabelecido no termo de emissão.

§ 3º Aplica-se à convocação e ao funcionamento da assembleia prevista no § 2º deste artigo, entre outros aspectos, o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre assembleia geral de debenturistas.

Art. 42. A nota comercial é título executivo extrajudicial, que pode ser executado independentemente de protesto, com base em certidão emitida pelo escriturador ou pelo depositário central, quando esse título for objeto de depósito centralizado.

Parágrafo único. A nota comercial poderá ser considerada vencida na hipótese de inadimplemento de obrigação constante do respectivo termo de emissão.

Art. 43. A titularidade da nota comercial será atribuída exclusivamente por meio de controle realizado nos sistemas informatizados do escriturador ou no depositário central, quando esse título for objeto de depósito centralizado.

Art. 44. A Comissão de Valores Mobiliários poderá estabelecer requisitos adicionais aos previstos nesta Lei, inclusive a eventual necessidade de contratação de agente fiduciário, relativos à nota comercial que seja:

I – ofertada publicamente; ou

II – admitida à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários.

Art. 45. Nas distribuições privadas, o serviço de escrituração deverá ser efetuado em sistemas que atendam aos seguintes requisitos:

I – comprovação da observância de padrões técnicos adequados, em conformidade com os Princípios para Infraestruturas do Mercado



SF/21616.99969-84



Financeiro do Bank for International Settlements (BIS), inclusive no que diz respeito à segurança, à governança e à continuidade de negócios;

II – garantia de acesso integral às informações mantidas por si ou por terceiros por elas contratados para realizar atividades relacionadas com a escrituração;

III - garantia de acesso amplo a informações claras e objetivas aos participantes do mercado, sempre observadas as restrições legais de acesso a informações; e

IV – observância de requisitos e emprego de mecanismos que assegurem a interoperabilidade com os demais sistemas de escrituração autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 1º As instituições autorizadas a prestar o serviço de escrituração não poderão escriturar títulos em que sejam participantes como credoras ou emissoras, direta ou indiretamente.

§ 2º A oferta privada de nota comercial poderá conter cláusula de conversibilidade em participação societária, exceto em relação às sociedades anônimas.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46. A Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescido do art. 3º-A:

“**Art. 3º-A.** São isentos de emolumentos os seguintes atos registrais relativos a imóveis urbanos incluídos em programas de regularização fundiária de interesse social ou de habitação de interesse social ou relativos a imóveis rurais incluídos em programa de regularização fundiária rural, nos casos em que o transmitente seja pessoa jurídica de direito público:

I - o primeiro registro que confere direitos reais aos seus beneficiários;

II - a emissão e o primeiro registro da legitimação fundiária;

III - a emissão, o primeiro registro do título de legitimação de posse e a sua conversão em título de propriedade;



IV - o registro do projeto de regularização fundiária com abertura de matrícula para cada unidade imobiliária urbana regularizada;

V - a primeira averbação de construção residencial urbana;

VI - o fornecimento de certidões de registro para os atos previstos neste artigo.

Parágrafo único. Os registradores que não cumprirem o disposto neste artigo ficarão sujeitos às sanções previstas no art. 7º desta Lei e à multa prevista no art. 44, da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.” (NR)

Art. 47. A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 43.**

§ 7º A inserção de débitos do consumidor em bancos de dados e cadastros dos serviços de proteção ao crédito e congêneres depende da prévia notificação do devedor.

§ 8º Os registros e anotações de débitos do consumidor inseridos em bancos de dados e cadastros dos serviços de proteção ao crédito e congêneres, decorrentes de fraude ou falsidade na contratação ou por violação da obrigação constante do § 7º, deste artigo, ensejarão a reparação de danos no montante de até 40 (quarenta) salários mínimos.

.....” (NR)

“**Art. 55.**

§ 5º Se o fornecedor for acusado em mais de um Estado ou Município pelo mesmo fato gerador de prática infrativa, caberá à autoridade do sistema estadual ou nacional de defesa do consumidor dirimir conflito de competência, aplicando-se única sanção nos termos do art. 56.

§ 6º Para fins de solução de conflitos de competência mencionados no § 5º, os entes federativos podem valer-se de instrumentos de cooperação institucional, respeitado o art. 241 da Constituição Federal.” (NR)

“**Art. 56.**

§ 1º



SF/21616.99969-84



§ 2º Conforme disposição do art. 20 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, com a redação dada pela Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018, na aplicação das possíveis sanções previstas neste artigo, o órgão fiscalizador deverá, motivadamente, escolher aquela que melhor se adeque à preservação do mercado de consumo e dos direitos do consumidor.

§ 3º A aplicação de multa poderá ser substituída pela realização de investimentos em infraestrutura, serviços, projetos ou ações para recomposição do bem jurídico lesado, previstos em compromisso de ajustamento de conduta a ser celebrado entre fornecedor e autoridade fiscalizadora competente com previsões referentes ao modo, ao tempo e ao lugar do cumprimento das obrigações assumidas.” (NR)

“**Art. 57.** A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, será aplicada mediante procedimento administrativo, revertendo para o Fundo de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, os valores cabíveis à União, ou para os Fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor nos demais casos, sendo vedada a vinculação ou a destinação do produto de multas à composição de recursos orçamentários do próprio órgão fiscalizatório.

§ 1º Os critérios de gradação estabelecidos no caput deverão ser levados em consideração de forma equitativa e motivada pela autoridade sancionadora no momento da aplicação da multa.

§ 2º A multa será em montante não inferior a R\$ 700,00 (setecentos reais) e não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 3º A condição econômica do fornecedor a que se refere o caput terá como base a média do faturamento líquido, obtido nos últimos três meses anteriores à lavratura do auto de infração, relativo à linha do produto ou serviço fiscalizado.

§ 4º Para fins da dosimetria da multa estipulada no caput, entende-se por fornecedor a unidade autônoma de negócio fiscalizada, mesmo que pertencente a um mesmo grupo econômico.

§ 5º Nos casos em que não for possível individualizar a unidade de negócio, será considerado o faturamento obtido no âmbito de competência do órgão prolator da decisão sancionatória.

§ 6º No caso de registro e anotação de débito, na forma prevista no art. 43. § 8º, desta Lei, a conduta deverá ser necessariamente sancionada com a aplicação de multa, cujos valores deverão ser revertidos ao consumidor no montante de 50% (cinquenta por cento) do total e o restante aos fundos previstos no *caput* deste artigo.” (NR)

“**Art.117-A.** A propositura de ação judicial, para contestar a reparação prevista no art. 43. § 8º, e/ou a multa prevista no art. 57,



SF/21616.99969-84



§ 2º, desta Lei, dependerá do depósito prévio em juízo dos respectivos valores imputados ao fornecedor.” (NR)

Art. 48. A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 114.**.....

§ 1º

§ 2º Os ofícios de registro civil das pessoas jurídicas estão autorizados a prestar serviços de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins mediante convênio com as juntas comerciais ou outro órgão competente de acordo com a legislação específica do registro mercantil.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, o registrador deverá observar estritamente os termos do convênio, respeitados os atos normativos relativos às juntas comerciais. (NR)”

“**Art. 167.**.....

§ 1º Os direitos reais e ou de garantias reais registrados ou averbados na matrícula do imóvel são oponíveis em relação a negócios jurídicos precedentes não constantes da matrícula do respectivo imóvel, na forma do art. 54, da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.

§ 2º A abertura de matrícula e o registro do imóvel destacado de glebas públicas, concedidos pela União, Estados ou Município, não constitui fato gerador de imposto de transmissão, de custas ou de emolumentos registraes. (NR)”**Art. 213.**

§ 17. São dispensadas as assinaturas dos confrontantes, previstas no inciso II do *caput*, quando da indicação das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional fixada pelo Incra, bastando a apresentação de declaração do requerente interessado de que respeitou os limites e as confrontações.” (NR)

Art. 49. O art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“**Art. 10.**



§ 3º O sistema que exija ou aceite a certificação digital deve reconhecer, ao menos, os atributos de representação de órgão público, de pessoa jurídica de direito público ou privado, bem como de assistência e representação de incapazes.” (NR)

Art. 50. O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com acréscimo do seguinte §23:

"Art. 20

.....
§ 23. A conta vinculada poderá ser movimentada nas hipóteses previstas nos incisos V, VI e VII do caput deste artigo, para aquisição de um segundo imóvel ainda que o trabalhador já tenha anteriormente utilizado os recursos da conta para aquisição de moradia própria. "

Art. 51. O art. 1º da Lei nº 5.377, de 11 de dezembro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art 1º** A designação de ‘Profissional de Relações Públicas’ passa a ser privativa:

.....
d) dos que obtiverem título de tecnólogos ou bacharéis ou especialistas ou mestres ou doutores formados nos respectivos cursos de nível superior em relações públicas ou áreas análogas da comunicação social.” (NR)

Art. 52. O Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 15-A:

“**Art. 15-A.** Os documentos previstos nos arts. 2º, 4º e 7º deste Decreto-Lei poderão ser substituídos por sua versão eletrônica, na forma de regulamento do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Drei) da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.”

Art. 53. O art. 44 da Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 44.** No caso de falência ou de recuperação judicial do representado, as importâncias por ele devidas ao representante comercial, relacionadas com a representação, inclusive comissões vencidas e vincendas, indenização e aviso prévio, e qualquer outra



SF/21616.99969-84



verba devida ao representante oriunda da relação estabelecida com base nesta Lei, serão consideradas créditos da mesma natureza dos créditos trabalhistas para fins de inclusão no pedido de falência ou plano de recuperação judicial.

Parágrafo único. Os créditos devidos ao representante comercial reconhecidos em título executivo judicial transitado em julgado após o deferimento do processamento da recuperação judicial, e a sua respectiva execução, inclusive quanto aos honorários advocatícios, não se sujeitarão à recuperação judicial, aos seus efeitos e à competência do juízo da recuperação, ainda que existentes na data do pedido, e prescreverá em 5 (cinco) anos a ação do representante comercial para pleitear a retribuição que lhe é devida e os demais direitos garantidos por esta Lei.” (NR)

Art. 54. O parágrafo único do art. 22 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 22.**

Parágrafo único. É facultada a adoção de livros de folhas soltas ou fichas ou em meio digital, nos termos de regulamento do órgão competente do Poder Executivo federal.” (NR)

“**Art. 38.**

§ 1º As assembleias gerais serão convocadas com antecedência mínima de dez dias, em primeira convocação, mediante edital publicado em jornal de circulação local ou sítio eletrônico, nos termos do regulamento do órgão competente do Poder Executivo federal.

§ 2º Não havendo, no horário estabelecido, quórum de instalação, as assembleias poderão ser realizadas em segunda ou terceira convocações desde que assim permitam os estatutos e conste do respectivo edital, quando então será observado o intervalo mínimo de uma hora entre a realização por uma ou outra convocação.

.....” (NR)

Art. 55. O inciso III do *caput* do art. 15 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 15.**

III – as sociedades e os assessores de investimentos que exerçam atividades de mediação na negociação de valores mobiliários em bolsa de valores ou no mercado de balcão;



SF/21616.99969-84



49

.....” (NR)

Art. 56. O art. 4º-E da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 4º-E**:

I – 25% (vinte e cinco por cento) do valor da subvenção de que trata os incisos XIII e XVII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, recebida pela prestadora de serviço público de distribuição de energia elétrica adquirida; ou

.....” (NR)

Art. 57. A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 13.**:

.....:

XVI –; e

XVII – prover recursos para atendimento da subvenção econômica de que trata o § 15, destinada à modicidade tarifária de consumidores atendidos por concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica com mercado próprio anual inferior a 350 GWh (trezentos e cinquenta gigawatts-hora).

.....:

§ 15. As tarifas aplicáveis às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica com mercado próprio anual inferior a 350 GWh (trezentos e cinquenta gigawatts-hora) não poderão ser superiores às tarifas da concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica de área adjacente e com mercado próprio anual superior a 700 GWh (setecentos gigawattshora) localizada na mesma Unidade Federativa, observando-se que:

I – a verificação das diferenças tarifárias considerará as tarifas vigentes na data do processo tarifário da concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica com mercado próprio anual inferior a 350 GWh (trezentos e cinquenta gigawatts-hora);

II – havendo mais de uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica em área adjacente e com mercado próprio anual superior a 700 GWh (setecentos gigawatts-hora) localizada na mesma Unidade Federativa, prevalece aquela com menor tarifa residencial; e



III - a subvenção a que se refere o inciso XVII do caput será calculada no processo tarifário da concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica afetada. (NR)”

Art. 58. A Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 12.** A notificação dos sócios para participação das assembleias ocorrerá com antecedência mínima de dez dias de sua realização, mediante edital publicado em jornal de circulação local ou sítio eletrônico, nos termos do regulamento do órgão competente do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Na impossibilidade de notificação por edital, a notificação dos sócios será pessoal ou por via postal, respeitada a antecedência prevista no caput deste artigo.” (NR)”

Art. 59. A Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 1º**

§ 3º O disposto neste Capítulo e nos Capítulos II e III desta Lei não se aplica ao direito tributário e ao direito financeiro, ressalvado o disposto no inciso X do *caput* do art. 3º desta Lei.

.....” (NR)

“**Art. 4º-A.** É dever da administração pública e das demais entidades que se sujeitam a esta Lei, na aplicação da ordenação pública sobre atividades econômicas privadas:

I – dispensar tratamento justo, previsível e isonômico entre os agentes econômicos;

II – proceder à lavratura de autos de infração ou aplicar sanções com base em termos subjetivos ou abstratos somente quando estes forem propriamente regulamentados por meio de critérios claros, objetivos e previsíveis, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade; e

III – observar o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração decorrentes do exercício de atividade considerada de baixo ou médio risco.

§ 1º Os órgãos e as entidades competentes, na forma do inciso II do caput deste artigo, editarão atos normativos para definir a aplicação e a incidência de conceitos subjetivos ou abstratos por meio de critérios claros, objetivos e previsíveis, observado que:



SF/21616.99969-84



I – nos casos de imprescindibilidade de juízo subjetivo para a aplicação da sanção, o ato normativo determinará o procedimento para sua aferição, de forma a garantir a maior previsibilidade e impessoalidade possível;

II – a competência da edição dos atos normativos infralegais equivalentes a que se refere este parágrafo poderá ser delegada pelo Poder competente conforme sua autonomia, bem como pelo órgão ou pela entidade responsável pela lavratura do auto de infração.

§ 2º Para os fins administrativos, controladores e judiciais, consideram-se plenamente atendidos pela administração pública os requisitos previstos no inciso II do *caput* deste artigo, quando a advocacia pública, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos limites da respectiva competência, tiver previamente analisado o ato de que trata o § 1º deste artigo.

§ 3º Os órgãos e as entidades deverão editar os atos normativos previstos no § 1º deste artigo no prazo de 4 (quatro) anos, podendo o Poder Executivo estabelecer prazo inferior em regulamento.

§ 4º O disposto no inciso II do *caput* deste artigo aplica-se exclusivamente ao ato de lavratura decorrente de infrações referentes a matérias nas quais a atividade foi considerada de baixo ou médio risco, não se aplicando a órgãos e a entidades da administração pública que não a tenham assim classificado, de forma direta ou indireta, de acordo com os seguintes critérios:

I – direta, quando realizada pelo próprio órgão ou entidade da administração pública que procede à lavratura; e

II – indireta, quando o nível de risco aplicável decorre de norma hierarquicamente superior ou subsidiária, por força de lei, desde que a classificação refira-se explicitamente à matéria sobre a qual se procederá a lavratura.”

Art. 60. A Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 4º-A. Notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, podem prestar seus serviços em meio eletrônico de forma autônoma e independente, por meio de plataformas exclusivas ou compartilhadas, mantendo-se a obrigatoriedade da prestação presencial dos serviços.

§1º As plataformas podem disponibilizar múltiplos canais de acesso aos serviços notariais e de registro, inclusive por meio de aplicativos mobile, desde que observem o manual das interfaces de programação de aplicações (application programming interface), padronizados pelo órgão público competente.

§ 2º Enquanto não forem disponibilizados os manuais de padronização previstos no parágrafo anterior, as plataformas



SF/21616.99969-84



eletrônicas contarão com manuais de suas Interfaces de Comunicação (API) de modo a possibilitar a interoperabilidade com sistemas da administração pública e demais sistemas privados.

§3º. Os serviços notariais e de registro admitirão documentos eletrônicos que observarem o disposto no art. 10, § 2º da Medida Provisória 2.200-2/2001.”

CAPÍTULO XI DA DESBUROCRATIZAÇÃO EMPRESARIAL

Art. 61. A Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 77.**

VII - informar e manter atualizados seus dados cadastrais perante os órgãos do Poder Judiciário e, no caso do § 6º do art. 246 deste Código, da Administração Tributária, para recebimento de citações e intimações.

.....”(NR)

“**Art. 231.**

IX - o quinto dia útil seguinte à confirmação, na forma prevista na mensagem de citação, do recebimento da citação realizada por meio eletrônico.

.....”(NR)

“**Art. 238.**

Parágrafo único. A citação será efetivada em até 45 (quarenta e cinco) dias a partir da propositura da ação.”(NR)

“**Art. 246.** A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado da decisão que a determinar, por meio dos endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamento do Conselho Nacional de Justiça.

I – (revogado);

II – (revogado);

III – (revogado);



IV – (revogado);

V – (revogado).

§ 1º As empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio.

§ 1º-A A ausência de confirmação, em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da citação eletrônica, implicará a realização da citação:

I - pelo correio;

II - por oficial de justiça;

III - pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório;

IV - por edital.

§ 1º-B Na primeira oportunidade de falar nos autos, o réu citado nas formas previstas nos incisos I, II, III e IV do § 1º-A deste artigo deverá apresentar justa causa para a ausência de confirmação do recebimento da citação enviada eletronicamente.

§ 1º-C Considera-se ato atentatório à dignidade da justiça, passível de multa de até 5% (cinco por cento) do valor da causa, deixar de confirmar no prazo legal, sem justa causa, o recebimento da citação recebida por meio eletrônico.

.....
§ 4º As citações por correio eletrônico serão acompanhadas das orientações para realização da confirmação de recebimento e de código identificador que permitirá a sua identificação na página eletrônica do órgão judicial citante.

§ 5º As microempresas e as pequenas empresas somente se sujeitam ao disposto no § 1º deste artigo quando não possuírem endereço eletrônico cadastrado no sistema integrado da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim).

§ 6º Para os fins do § 5º deste artigo, deverá haver compartilhamento de cadastro com o órgão do Poder Judiciário, incluído o endereço eletrônico constante do sistema integrado da Redesim, nos termos da legislação aplicável ao sigilo fiscal e ao tratamento de dados pessoais.” (NR)

“**Art. 247.** A citação será feita por meio eletrônico ou pelo correio para qualquer comarca do País, exceto:

.....”(NR)

“**Art. 397.** ”



I – a descrição, tão completa quanto possível, do documento ou da coisa, ou das categorias de documentos ou de coisas buscados;

II - a finalidade da prova, com indicação dos fatos que se relacionam com o documento ou com a coisa, ou com suas categorias;

III - as circunstâncias em que se funda o requerente para afirmar que o documento ou a coisa existe, ainda que a referência seja a categoria de documentos ou de coisas, e se acha em poder da parte contrária.” (NR)

“Art. 921.

III - quando não for localizado o executado ou bens penhoráveis;

§ 4º O termo inicial da prescrição no curso do processo será a ciência da primeira tentativa infrutífera de localização do devedor ou de bens penhoráveis, e será suspensa, por uma única vez, pelo prazo máximo previsto no § 1º deste artigo.

§ 4º-A A efetiva citação, intimação do devedor ou constrição de bens penhoráveis interrompe o prazo de prescrição, que não corre pelo tempo necessário à citação e à intimação do devedor, bem como para as formalidades da constrição patrimonial, se necessária, desde que o credor cumpra os prazos previstos na lei processual ou fixados pelo juiz.

§ 5º O juiz, depois de ouvidas as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição no curso do processo e extingui-lo, sem ônus para as partes.

§ 6º A alegação de nulidade quanto ao procedimento previsto neste artigo somente será conhecida caso demonstrada a ocorrência de efetivo prejuízo, que será presumido apenas em caso de inexistência da intimação de que trata o § 4º deste artigo.

§ 7º Aplica-se o disposto neste artigo ao cumprimento de sentença de que trata o art. 523 deste Código.”(NR)

CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 62. Ficam revogados:



SF/21616.99969-84



- I - o Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943;
- II - o Decreto nº 20.256, de 20 de dezembro de 1945;
- III - a Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953;
- IV - o art. 1º da Lei nº 2.410, de 29 de janeiro de 1955;
- V - o art. 1º da Lei nº 2.698, de 27 de dezembro de 1955;
- VI - a Lei nº 2.807, de 28 de junho de 1956;
- VII - a Lei nº 2.815, de 6 de julho de 1956;
- VIII - o art. 1º da Lei nº 3.053, de 22 de dezembro de 1956;
- IX - a Lei nº 3.187, de 28 de junho de 1957;
- X - a Lei nº 3.227, de 27 de julho de 1957;
- XI - a Lei nº 4.557, de 10 de dezembro de 1964;
- XII - os arts. 14 e 15 da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966;
- XIII - o art. 15 do Decreto-Lei nº 491, de 5 de março de 1969;
- XIV - o art. 2º do Decreto-Lei nº 666, de 2 de julho de 1969;
- XV - a parte do art. 1º do Decreto-Lei nº 687, de 18 de julho de 1969, que altera o art. 2º do Decreto-Lei nº 666, de 2 de julho de 1969;
- XVI - o art. 2º da Lei nº 6.137, de 7 de novembro de 1974;
- XVII - o Decreto-Lei nº 1.416, de 25 de agosto de 1975;
- XVIII - o Decreto-Lei nº 1.427, de 2 de dezembro de 1975;
- XIX - o § 2º do art. 110 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- XX - o Decreto nº 84.248, de 28 de novembro de 1979;



SF/21616.99969-84



XXI - a Lei nº 7.409, de 25 de novembro de 1985;

XXII - a Lei nº 7.690, de 15 de dezembro de 1988;

XXIII - o art. 5º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991;

XXIV – os seguintes dispositivos da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994:

a) inciso IX do *caput* do art. 4º;

b) inciso IV do *caput* do art. 35;

c) art. 58; e

d) art. 60;

XXV – os seguintes dispositivos da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996:

a) §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 80;

b) arts. 80-A, 80-B e 80-C; e

c) §§ 1º e 5º do art. 81;

XXVI - o parágrafo único do art. 18 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;

XXVII - os seguintes dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil):

a) inciso VI do *caput* do art. 44;

b) parágrafo único do art. 1.015;

c) inciso IV do *caput* e o parágrafo único do art. 1.033; e

d) art. 980-A;



e) o Título I-A do Livro II da Parte Especial da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;

XXIII – os seguintes dispositivos da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007:

- a) §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 4º;
- b) art. 6º; e
- c) inciso III do caput do art. 11;

XXIX - os seguintes dispositivos da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011:

- a) incisos II e III do § 1º e §§ 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do art. 25;
- b) §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 26; e
- c) art. 37.

XXX – os incisos I, II, III, IV e V do *caput* do art. 246 da Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

XXXI – o parágrafo único do art. 40 e o art. 229-C da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996

Art. 63. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos:

I – em 3 (três) anos, contados da data de sua publicação, quanto ao inciso I do *caput* do art. 35;

II – em 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da data de sua publicação, quanto à parte do art. 5º que altera o § 3º do art. 138 da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

III – em 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação, quanto ao § 3º do art. 8º, observado, quanto ao restante do referido art. 8º, o disposto no inciso IV deste artigo;



58

IV – sem prejuízo do disposto no inciso III deste artigo, no primeiro dia útil do primeiro mês subsequente ao da data de sua publicação, quanto aos arts. 8º, 9º, 10, 11 e 12 e aos incisos III a XV, XVIII, XXIII e XXIX do *caput* do art. 61;

V – em 5 (cinco) anos, contados da data de sua publicação, quanto ao acréscimo do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005; e

VI – na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1741, DE 2021

Retirada da emenda 269-PLEN à MPV 1040 de 2021.

AUTORIA: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, retirada da emenda 269-PLEN a MPV 1040 de 2021.

Sala das Sessões, 05 de julho de 2021.

Senador Jorge Kajuru
(PODEMOS/GO)



SF/21287.36956-16





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1753, DE 2021

Destaque, para votação em separado, da Emenda 256-PLEN, ao PLV 15/2021, proveniente da MPV 1040/2021.

AUTORIA: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Liderança do Partido Liberal

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Liderança do Partido Liberal, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 256-PLEN à MPV 1040/2021, que “dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil”.

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda suprime o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, proveniente da Medida Provisória nº 1.040, de 2021.

A Lei Federal nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, estabelece o salário mínimo da categoria profissional dos engenheiros, agrônomos, arquitetos, químicos e médicos veterinários. A remuneração estabelecida faz jus a estes profissionais que atuam em atividades que conferem risco à vida, a saúde, ao patrimônio, ao meio-ambiente, aos bens de valor histórico, paisagístico e cultural.

A manutenção da vigência e eficácia da referida lei, significa valorizar a extensão e a complexidade do ofício dessas profissões, protegendo não só a sociedade, como também os contratantes dos serviços das Engenharias e da Agronomia.



SF/21859.61545-19 (LexEdit)



Relevante ainda destacar que a mencionada lei, apesar de ser do ano de 1966, foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, cujo o artigo 7º inciso V deixa claro essa constitucionalidade:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social (...)

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

Em vista disso, não resta dúvida quanto à recepção da Lei nº 4.950-A de 1966 pela Constituição Federal de 1988, e que a percepção mínima salarial conforme delimitada em seu art. 5º é medida justa quanto à carga de responsabilidade que as categorias mencionadas assumem, bem como pelos riscos sociais e econômicos que as atividades das Engenharias e da Agronomia podem causar.

O Salário Mínimo Profissional tem sua importância em garantir a devida valorização dos profissionais na execução de suas atividades, proporcionando qualidade e segurança dos serviços prestados. Não existe qualidade sem segurança, e não existe segurança sem valorização profissional.

Não é por outra razão, que as profissões aqui já mencionadas são regulamentadas por lei e sofrem o controle estatal, por meio do poder de polícia das profissões regulamentadas (Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 c/c art. 78 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN).

Vale destacar que as atividades da Engenharia e da Agronomia são complexas, exigindo do profissional alta capacidade técnica e conhecimento aprofundado nas obras e serviços executados. Qualquer falha poderá gerar um dano de natureza individual ou coletiva e de alta lesividade ao patrimônio e a vida das pessoas.

SF/21859.61545-19 (LexEdit)




SF/21859.61545-19 (LexEdit)

A remuneração destes profissionais deve ser adequada e condizente com a complexidade e extensão das atribuições, conforme dispõe o art. 7º da Constituição Federal.

Deste modo, a manutenção do piso mínimo salarial estabelecido na Lei nº 4950-A, de 1966, é medida necessária para que os serviços e obras das Engenharias e da Agronomia sejam executados com qualidade, segurança e responsabilidade.

Sala das Sessões, 7 de julho de 2021.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)
Líder do Partido Liberal





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1755, DE 2021

Impugnação do inciso XII do art. 57 do PLV nº 15, de 2021, proveniente da MP nº 1.040, de 2021.

AUTORIA: Senador Esperidião Amin (PP/SC)



[Página da matéria](#)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Esperidião Amin

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do entendimento adotado na Questão de Ordem nº 6, de 3 de junho de 2015, que seja considerado não escrito o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, proveniente da Medida Provisória nº 1.040, de 29 de março de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, proveniente da Medida Provisória (MPV) nº 1.040, de 2021 inclui também tema totalmente estranho ao objeto da MPV que, em seu texto, não trata de remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária. Observe-se que o PLV trata da melhoria do ambiente de negócios no Brasil. Desse modo, como já decidiu o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.127, julgada em 15 de outubro de 2015, não é compatível com a Constituição a apresentação de emendas sem relação de pertinência temática com medida provisória. Assim, esta Casa, na Questão de Ordem nº 6, de 2015, firmou o entendimento de que compete ao Plenário do Senado Federal emitir juízo prévio sobre o atendimento dos pressupostos constitucionais de admissibilidade da Medida Provisória. Ao fazê-lo, poderá deixar de conhecer, considerando não escrita matéria estranha à medida provisória originária ou que aumente a despesa prevista. Do juízo preliminar exercido pelo Plenário do Senado Federal que determinar a supressão parcial de texto em face de violação dos pressupostos de admissibilidade, podem resultar duas consequências: 1) se o



restante do texto apreciado após a supressão for aprovado como veio da Câmara dos Deputados, a Medida Provisória é promulgada ou o PLV respectivo segue para sanção presidencial sem o texto suprimido no Senado Federal; 2) se além da supressão por ausência dos pressupostos constitucionais ou por violação ao devido processo legal houver emenda de mérito à matéria conhecida, voltará à Câmara dos Deputados. Desta forma, requeiro que seja considerado não escrito o inciso XII do art. 57 do PLV nº 15, de 2021, proveniente da MPV nº 1.040, de 2021, por se tratar de matéria estranha ao objeto daquela MPV.

SF/21443.80578-23 (LexEdit*)

Sala das Sessões, de de .

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1759, DE 2021

Retirada, em caráter definitivo, da Emenda 306-PLEN à MPV 1040/2021.

AUTORIA: Senador Dário Berger (MDB/SC)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **DÁRIO BERGER**

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, da EMENDA 306 – PLEN – MPV 1040/2021, de minha autoria.

Sala das Sessões,

Senador Dário Berger





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1772, DE 2021

Impugnação de dispositivos do PLV 15/2021, oriundo da MPV 1040/2021.

AUTORIA: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Wellington Fagundes

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do entendimento adotado na Questão de Ordem nº 6, de 3 de junho de 2015, seja considerado não escrito o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, proveniente da Medida Provisória nº 1.040, de 30 de março de 2021

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, oriundo da Medida Provisória (MPV) nº 1.040, de 30 de março de 2021, revoga, em seu inciso XII do art. 57, a Lei nº 4.950-A, de 1966. A revogação em testilha é matéria estranha ao objeto da MPV nº 1.040, de 2021, que, em momento algum, trata do piso salarial dos profissionais contemplados pela Lei nº 4.950-A, de 1966.

Esta Casa, na Questão de Ordem nº 6, de 2015, firmou o entendimento de que compete ao Plenário do Senado Federal emitir juízo prévio sobre o atendimento dos pressupostos constitucionais de admissibilidade de medida provisória. Ao fazê-lo, poderá deixar de conhecer, considerando não escrita matéria estranha à medida provisória originária ou que aumente a despesa prevista. Do juízo preliminar exercido pelo Plenário do Senado Federal que determinar a supressão parcial de texto em face de violação dos pressupostos de admissibilidade, podem resultar duas consequências: 1) se o restante do texto apreciado após a supressão for aprovado como veio da Câmara dos Deputados, a Medida Provisória é promulgada ou o PLV respectivo segue para sanção presidencial sem o texto suprimido no Senado Federal; 2) se além da supressão por



ausência dos pressupostos constitucionais ou por violação ao devido processo legal houver emenda de mérito à matéria conhecida, voltará à Câmara dos Deputados.

Desta forma, requeiro que seja considerado não escrito o inciso XII do art. 57 do PLV nº 15, de 2021, proveniente da MPV nº 1.040, de 2021, por se tratar de matéria estranha ao objeto daquela MPV.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2021.

Senador Wellington Fagundes
(PL - MT)

SF/21066.85787-59 (LexEdit*)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1782, DE 2021

Destaque do inciso XII do art. 57 do PLV 15/2021, oriundo da MPV 1040/2021.

AUTORIA: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Liderança do MDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, do o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021 da MPV 1040/2021, que “dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil”.

Sala das Sessões, 14 de julho de 2021.

Senador Eduardo Braga
Líder do MDB





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1783, DE 2021

Destaque, para votação em separado, do art. 37 do PLV 15/2021, oriundo da MPV 1040/21.

AUTORIA: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Liderança do MDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, do o art. 37 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021. da MPV 1040/2021, que “dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil”.

Sala das Sessões, 14 de julho de 2021.

Senador Eduardo Braga
Líder do MDB





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1785, DE 2021

Impugnação do inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, proveniente da Medida Provisória nº 1.040, de 29 de março de 2021.

AUTORIA: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do entendimento adotado na Questão de Ordem nº 6, de 3 de junho de 2015, que seja considerado não escrito o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, proveniente da Medida Provisória nº 1.040, de 29 de março de 2021

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, proveniente da Medida Provisória (MPV) nº 1.040, de 2021 propõe a revogação da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966.

A Constituição Federal, no inciso V do art. 7º, garante aos trabalhadores a fixação de piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do labor.

Logo, cabe ao Parlamento a aprovação de projetos de lei que valorizem as categorias profissionais, evitando que percebam remunerações incompatíveis com as respectivas atividades.

A Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, fixa o piso salarial dos profissionais de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, atendendo, portanto, ao espírito do mencionado dispositivo constitucional.



A sua revogação pelo inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, constitui verdadeiro desrespeito à vontade constitucional, por abrir caminho à desvalorização dos mencionados profissionais, que ficarão desprovidos de remuneração mínima compatível com a importância de seus trabalhos.

Essa inclusão no texto do PLV é tema totalmente estranho ao objeto da MPV que, em seu texto, não trata de remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária. A Medida Provisória inicialmente tratava da melhoria do ambiente de negócios no Brasil.

O Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.127, julgada em 15 de outubro de 2015, decidiu que não é compatível com a Constituição a apresentação de emendas sem relação de pertinência temática com medida provisória.

Aqui, nesta Casa, a Questão de Ordem nº 6, de 2015, firmou o entendimento de que compete ao Plenário do Senado Federal emitir juízo prévio sobre o atendimento dos pressupostos constitucionais de admissibilidade da Medida Provisória. Ao fazê-lo, poderá deixar de conhecer, considerando não escrita matéria estranha à medida provisória originária ou que aumente a despesa prevista. Do juízo preliminar exercido pelo Plenário do Senado Federal que determinar a supressão parcial de texto em face de violação dos pressupostos de admissibilidade, podem resultar duas consequências:

1) se o restante do texto apreciado após a supressão for aprovado como veio da Câmara dos Deputados, a Medida Provisória é promulgada ou o PLV respectivo segue para sanção presidencial sem o texto suprimido no Senado Federal;

2) se além da supressão por ausência dos pressupostos constitucionais ou por violação ao devido processo legal houver emenda de mérito à matéria



conhecida, voltará à Câmara dos Deputados. Desta forma, requeiro que seja considerado não escrito o inciso XII do art. 57 do PLV nº 15, de 2021, proveniente da MPV nº 1.040, de 2021, por se tratar de matéria estranha ao objeto daquela MPV.

Sala das Sessões, 14 de julho de 2021.

Senador Eduardo Braga
Líder do MDB





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1795, DE 2021

Destaque, para votação em separado, do artigo 37 da MPV 1040/2021.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Liderança do Podemos

REQUERIMENTO Nº DE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do Podemos, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, do artigo 37 da MPV 1040/2021, que “dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil”.

Sala das Sessões, 16 de julho de 2021.

Senador Alvaro Dias
(PODEMOS - PR)
Líder





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1803, DE 2021

Impugnação do inciso XII do art. 56 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, oriundo da Medida Provisória (MPV) nº 1.040, de 2021.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

REQUERIMENTO Nº DE 2021

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 48, XI, do Regimento Interno do Senado Federal, do inciso II, do art. 7º, da Lei Complementar 95, de 1998, e com amparo na Questão de Ordem do Senado Federal nº 6/2016, de 3 de junho de 2015, e no entendimento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5127, que Vossa Excelência declare como não escrito o inciso XII do art. 56 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, oriundo da Medida Provisória (MPV) nº 1.040, de 2021, por se tratar de matéria estranha a essa Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Por meio deste Requerimento, pleiteio a Vossa Excelência que seja declarado como não escrito o inciso XII do art. 56 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, com fundamento no decidido na Questão de Ordem do Senado Federal 6/2015, de 03/06/2015.

O inciso XII do caput do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021 à MPV 1.040/2021, na forma aprovada pela Câmara dos Deputados, revoga a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre o piso salarial de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

Trata-se de um “jabuti”, que não constava do texto original da Medida Provisória, e sua inclusão no texto final não respeita o devido processo legislativo, devendo, assim ser suprimido por esta Casa.

No mérito, a revogação de um piso salarial, sob o argumento de que esteja defasado ou fixado em salários-mínimos, o que seria vedado pelo art. 7º, IV da CF, reclama a atualização da norma legal, mas não a sua revogação.

SF/21409.55238-37



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

Ademais, segundo Parecer do Ex-Ministro do STF, Francisco Rezek, de 2009, não é inconstitucional fixar piso salarial tendo como referência o salário-mínimo:

“Salário mínimo de categoria profissional. Fixação em lei federal, tendo como referência o salário mínimo comum. Artigo 7º, inciso IV da Constituição Federal, que garante ao trabalhador o direito ao salário mínimo capaz de atender às suas necessidades vitais e às de sua família, e veda sua vinculação para qualquer fim. Entendimento de que a expressão “qualquer fim” diz respeito a todo aquele que não tenha a cobertura da própria norma, por definir também um salário mínimo correspondente às necessidades do trabalhador qualificado. Relevância de que o inciso seguinte, o de número V do mesmo artigo constitucional, de igual estatura hierárquica, garanta exatamente o direito ao piso salarial, ou seja, à retribuição mínima devida ao trabalhador qualificado pela extensão e complexidade de seu ofício. Compatibilidade evidente do artigo 5º da Lei nº 4.950-A com a superveniente Carta de 1988.”

A matéria, ademais, não tem pertinência temática com Medida Provisória nº 1.040/2021, e, portanto, não poderia ser inserida por emenda do Relator na forma do Projeto de Lei de Conversão, em desatendimento ao direito ao devido processo legislativo.

Trata-se, pois, de tema à esfera trabalhista, e matéria totalmente estranha ao objeto da MPV original, falha procedimental que exige correção por esta Casa, pela via da impugnação e declaração de “não escrito” do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, sem a observância do limite constitucional.

A questão já está pacificada pelo Supremo Tribunal Federal, que no julgamento da ADI 5.127, proibiu as denominadas “emendas jabutis”. E, no âmbito desta Casa, na Questão de Ordem do Senado Federal nº 6/2016, de 3 de junho de 2015, e várias outras ocasiões, se decidiu que compete ao Plenário do Senado Federal emitir juízo prévio sobre o atendimento dos pressupostos constitucionais de admissibilidade da Medida Provisória, podendo nesse caso

SF/21409.55238-37





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

deixar de conhecer, considerando não escrita matéria estranha à medida provisória originária.

Dessa forma, é impositiva a supressão do inciso XII do art. 57 do PLV 15/2021.

Sala de Sessões, 3 de agosto de 2021

SENADOR PAULO PAIM





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1804, DE 2021

Impugnação do inciso XII do art. 57, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, oriundo da Medida Provisória (MPV) nº 1.040, de 2021.

AUTORIA: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

REQUERIMENTO Nº DE 2021

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 48, XI, do Regimento Interno do Senado Federal, do inciso II, do art. 7º, da Lei Complementar 95, de 1998, e com amparo na Questão de Ordem do Senado Federal nº 6/2016, de 3 de junho de 2015, e no entendimento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5127, que Vossa Excelência declare como não escrito o inciso XII do art. 57, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, oriundo da Medida Provisória (MPV) nº 1.040, de 2021, por se tratar de matéria estranha a essa Medida Provisória.

São essas as ilegalidades identificadas no PLV nº 15, de 2021, objeto deste Requerimento, que devem ser sanadas nesta Casa Legislativa, a partir do que solicitamos aprovação.

JUSTIFICAÇÃO

O dispositivo que ora se procura impugnar revoga a Lei nº 4950-A, de 1966, responsável por regular a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

A matéria é claramente estranha ao objeto da Medida Provisória, na medida em que esta trata sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente do Código Civil.

Com o fim da Lei nº 4950-A, não haverá mais um piso salarial para essas categorias, trazendo prejuízos a profissões essenciais ao desenvolvimento do Brasil, cujo salário-mínimo foi um direito conquistado.

Além disso, a revogação da lei pode prejudicar o funcionamento dos conselhos profissionais e afetar a fiscalização do exercício dessas profissões,



SF/21344.11072-62





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

pois interfere nas cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, impedindo a suspensão do registro por inadimplência e vetando execuções judiciais de multas por violação de ética inferiores a R\$ 2.500.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos pares para a aprovação da impugnação a este dispositivo.

Sala das Sessões,

Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO
MDB-PB





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1805, DE 2021

Impugnação do inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, oriundo da Medida Provisória (MPV) nº 1.040, de 2021.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

REQUERIMENTO Nº DE 2021

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 48, XI, do Regimento Interno do Senado Federal, do inciso II, do art. 7º, da Lei Complementar 95, de 1998, e com amparo na Questão de Ordem do Senado Federal nº 6/2016, de 3 de junho de 2015, e no entendimento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5127, que Vossa Excelência declare como não escrito o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, oriundo da Medida Provisória (MPV) nº 1.040, de 2021, por se tratar de matéria estranha a essa Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Por meio deste Requerimento, pleiteio a Vossa Excelência que seja declarado como não escrito o inciso XII do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, com fundamento no decidido na Questão de Ordem do Senado Federal 6/2015, de 03/06/2015.

O inciso XII do caput do art. 57 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021 à MPV 1.040/2021, na forma aprovada pela Câmara dos Deputados, revoga a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre o piso salarial de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

Trata-se de um “jabuti”, que não constava do texto original da Medida Provisória, e sua inclusão no texto final não respeita o devido processo legislativo, devendo, assim ser suprimido por esta Casa.

No mérito, a revogação de um piso salarial, sob o argumento de que esteja defasado ou fixado em salários-mínimos, o que seria vedado pelo art. 7º, IV da CF, reclama a atualização da norma legal, mas não a sua revogação.

SF/21869.32281-67





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Ademais, segundo Parecer do Ex-Ministro do STF, Francisco Rezek, de 2009, não é inconstitucional fixar piso salarial tendo como referência o salário-mínimo:

“Salário mínimo de categoria profissional. Fixação em lei federal, tendo como referência o salário mínimo comum. Artigo 7º, inciso IV da Constituição Federal, que garante ao trabalhador o direito ao salário mínimo capaz de atender às suas necessidades vitais e às de sua família, e veda sua vinculação para qualquer fim. Entendimento de que a expressão “qualquer fim” diz respeito a todo aquele que não tenha a cobertura da própria norma, por definir também um salário mínimo correspondente às necessidades do trabalhador qualificado. Relevância de que o inciso seguinte, o de número V do mesmo artigo constitucional, de igual estatura hierárquica, garanta exatamente o direito ao piso salarial, ou seja, à retribuição mínima devida ao trabalhador qualificado pela extensão e complexidade de seu ofício. Compatibilidade evidente do artigo 5º da Lei nº 4.950-A com a superveniente Carta de 1988.”

A matéria, ademais, não tem pertinência temática com Medida Provisória nº 1.040/2021, e, portanto, não poderia ser inserida por emenda do Relator na forma do Projeto de Lei de Conversão, em desatendimento ao direito ao devido processo legislativo.

Trata-se, pois, de tema à esfera trabalhista, e matéria totalmente estranha ao objeto da MPV original, falha procedimental que exige correção por esta Casa, pela via da impugnação e declaração de “não escrito” do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, sem a observância do limite constitucional.

A questão já está pacificada pelo Supremo Tribunal Federal, que no julgamento da ADI 5.127, proibiu as denominadas “emendas jabutis”. E, no âmbito desta Casa, na Questão de Ordem do Senado Federal nº 6/2016, de 3 de junho de 2015, e várias outras ocasiões, se decidiu que compete ao Plenário do Senado Federal emitir juízo prévio sobre o atendimento dos pressupostos constitucionais de admissibilidade da Medida Provisória, podendo nesse caso

SF/21869.32281-67





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

deixar de conhecer, considerando não escrita matéria estranha à medida provisória originária.

Dessa forma, é impositiva a supressão do inciso XII do art. 57 do PLV 15/2021.

Sala de Sessões, 3 de agosto de 2021

SENADOR PAULO PAIM

SF/21869.32281-67





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1811, DE 2021

Impugnação de dispositivos do Projeto de Lei de Conversão nº 15/2021, proveniente da MPV nº 1040/2021.

AUTORIA: Senador Irajá (PSD/TO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 214 e 215 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam considerados não escritos os seguintes dispositivos e trecho de comando do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15, de 2021, proveniente da MPV nº 1.040, de 2021:

- o art. 37 (do Capítulo VIII);
- os arts. 38, 39, 40 e 42 (do Capítulo IX);
- o sintagma *renomeado o Capítulo I do Subtítulo II do Título II do Livro II da Parte Especial para "Das Normas Gerais das Sociedades"* no art. 43;
- a parte do art. 43 que altera os seguintes dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil): art. 983, art. 986, art. 996, inciso V do art. 997, art. 1.007, *caput* do art. 1.053, art. 1.096, art. 1.150 e art. 1.155;
- a íntegra do Capítulo X, constituído exclusivamente pelo art. 44;
- o inciso XII do art. 57 (do Capítulo XIII); e
- a referência aos arts. 982, 998 e 1.000 na alínea *e* do inciso XXX do art. 57.

Todos os dispositivos acima indicados foram inseridos quando da tramitação da MPV nº 1.040, de 2021, na Câmara dos Deputados e são matéria estranha ao objeto do ato normativo precário do Presidente da República, caracterizando-se inconstitucionais. O Capítulo X ainda dispõe sobre direito processual civil (altera o Código de Processo Civil), matéria cujo tratamento é vedado às medidas provisórias, a teor do art. 62, § 1º, I, *b*, da Carta da República.



JUSTIFICAÇÃO

Na tramitação, na Câmara dos Deputados, da Medida Provisória (MPV) nº 1.034, de 2021, que altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para modificar a concessão da isenção relativa ao Imposto sobre Produtos Industrializados incidente na aquisição de automóveis por pessoa com deficiência, revoga a tributação especial relativa à nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas, e institui crédito presumido da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social para produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação, aquela Casa, incluiu, no Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, proveniente da proposição, o art. 8º, que promove alterações no Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que regula a Zona Franca de Manaus, para alterar o regime tributário de petróleo, lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo destinados àquela Zona Franca, tema absolutamente estranho ao objeto da MPV.

Conforme entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal, cujo *leading case* foi a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.127, julgada em 15 de outubro de 2015, não é compatível com a Constituição a apresentação de emendas sem relação de pertinência temática com medida provisória submetida à apreciação do Congresso Nacional.

Em obediência a essa decisão, esta Casa, em 27 de outubro de 2015, em resposta à Questão de Ordem nº 6, de 2015, firmou o entendimento de que "compete ao Plenário do Senado Federal emitir juízo prévio sobre o atendimento dos pressupostos constitucionais de admissibilidade da Medida Provisória. Ao fazê-lo, poderá deixar de conhecer, considerando não escrita matéria estranha à medida provisória originária ou que aumente a despesa prevista. Do juízo preliminar



SF/21192.65725-36 (LexEdit*)



exercido pelo Plenário do Senado Federal que determinar a supressão parcial de texto em face de violação dos pressupostos de admissibilidade, podem resultar duas consequências: 1) se o restante do texto apreciado após a supressão for aprovado como veio da Câmara dos Deputados, a Medida Provisória é promulgada ou o PLV respectivo segue para sanção presidencial sem o texto suprimido no Senado Federal; 2) se além da supressão por ausência dos pressupostos constitucionais ou por violação ao devido processo legal houver emenda de mérito à matéria conhecida, voltará à Câmara dos Deputados".



Quanto ao fato de o Capítulo X tratar de direito processual civil, matéria não passível de ser disposta por meio de medida provisória, é princípio basilar do Direito que o acessório segue o principal. Se o principal (a MPV) não pode dispor, é curial que o acessório (a emenda) também não possa.

Lembra-se também do Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 42, de 2019, adotado pelo então Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, com base nas prerrogativas previstas no art. 48, incisos II e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, que lhe atribuíam os deveres de velar pelo respeito às prerrogativas do Senado e as imunidades dos Senadores, bem como de impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, às leis ou ao Regimento, considerou não escritas as alterações ao art. 21 da Lei nº 13.844, de 18 junho de 2019 promovidas pelo art. 1º da MPV nº 886, de 2019.

Por todo o exposto, é imperioso considerar não escritos os dispositivos objeto deste Requerimento.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 2021.

Senador Irajá
(PSD - TO)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1814, DE 2021

Destaque, para votação em separado, do artigo 48 do substitutivo ao PLV nº 15/2021 proveniente da MPV 1040/2021.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Liderança do Podemos

REQUERIMENTO Nº DE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do Podemos, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, do artigo 48 do substitutivo do relator ao PLV nº 15/2021 proveniente da MPV 1040/2021, que “dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil”.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2021.

Senador Alvaro Dias
(PODEMOS - PR)
Líder





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1815, DE 2021

Retirada do RQS n° 1783/2021 à MPV 1040/2021.

AUTORIA: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos art. 4º da IN da SGM nº 14 de 2020, a retirada do RQS 1783/2021, de minha autoria. O referido requerimento solicita a votação em separado do art. 37, do PLV 15 de 2021

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2021.

Senador Eduardo Braga
Líder do MDB

SF/21194.15701-45 (LexEdit*)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1816, DE 2021

Destaque, para votação em separado, do inciso XXX, do art. 63, do Substitutivo ao PLV 15/2021 da MPV 1040/2021.

AUTORIA: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Liderança do MDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, do inciso XXX, do art. 63, do Substitutivo apresentado pelo relator ao PLV 15/2021 da MPV 1040/2021, que “dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil”.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2021.

Senador Eduardo Braga
Líder do MDB

SF/21803.52274-08 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1817, DE 2021

Destaque, para votação em separado, do art. 18, do Substitutivo ao PLV 15/2021, da MPV 1040/2021.

AUTORIA: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Liderança do MDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, do art. 18, do Substitutivo apresentado pelo relator ao PLV 15/2021, da MPV 1040/2021, que “dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil”.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2021.

Senador Eduardo Braga
Líder do MDB





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1819, DE 2021

Destaque, para votação em separado, do § 2º, artigo 22 do Substitutivo apresentado pelo relator ao PLV 15/2021 da MPV 1040/2021.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)



[Página da matéria](#)




SF/21925.02187-28 (LexEdit)**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do PSDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, do § 2º, artigo 22 do Substitutivo apresentado pelo relator ao PLV 15/2021 da MPV 1040/2021, que “dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil”.

Sala das Sessões, de de .

Senador Izalci Lucas
Líder do PSDB





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1820, DE 2021

Destaque, para votação em separado, do art. 38 do Substitutivo ao PLV nº 15/2021.

AUTORIA: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do Partido Liberal

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 312, parágrafo único, e do art. 313, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em nome da Liderança do Partido Liberal, destaque, para votação como emenda autônoma, do art. 1.000-A da Lei n 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), nos termos do art. 38 do Substitutivo oferecido pelo relatório ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021 proveniente da MPV nº 1040/2021, que “dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil”

JUSTIFICAÇÃO

O texto destacado para votação em separado pertence ao Substitutivo oferecido pelo relatório ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, proveniente da MPV nº 1.040, de 2021.

O artigo em questão, inserido na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), estipula que as sociedades simples deverão registrar seus contratos e demais atos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Contudo, essa mudança não deveria contemplar algumas sociedades simples, como as sociedades de médicos, que na prática, são registradas nas juntas comerciais, e as sociedades de advogados, que tem regramento próprio

SF/21201.11626-10 (LexEdit*)



SF/21201.11626-10 (LexEdit*)

estipulado pelo Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados - EAOAB, registradas nas suas respectivas Seccionais.

A aprovação do texto conforme proposto pelo relator, nesse ponto, pode gerar dúvidas e por consequência, insegurança jurídica a estes profissionais. A supressão do art. 1.000-A nos termos do art. 38 do substitutivo, portanto, faz-se necessária.

Desta forma, continuaria em vigência o art. 998 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), in verbis:

"Art. 998. Nos trinta dias subsequentes à sua constituição, a sociedade deverá requerer a inscrição do contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede."

Com a retirada do dispositivo em questão, as sociedades simples, em regra, serão inscritas no Registro Social de Pessoas Jurídicas, sem estipular essa migração para as demais sociedades uniprofissionais, que observam suas leis próprias.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2021.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)
Líder do Partido Liberal





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1822, DE 2021

Retirada do RQS n° 1753, de 2021 de Destaque de Votação em Separado da Emenda n° 256-PLN apresentado ao PLV n° 15, de 2021, oriundo da MPV 1040, de 2021.

AUTORIA: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do Partido Liberal

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 215, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do RQS nº 1753, de 2021 de Destaque de Votação em Separado da Emenda nº 256-PLEN apresentado ao PLV nº 15, de 2021, oriundo da MPV 1040, de 2021, mantido íntegro, em todo caso, o RQS 1820, de 2021

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2021.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)
Líder do Partido Liberal

SF/21974.36393-30 (LexEdit*)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1823, DE 2021

Retirada da emenda 281-PLEN à MPV 1040 de 2021.

AUTORIA: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, retirada da emenda 281-PLEN a MPV 1040 de 2021.

Sala das Sessões, 04 de agosto de 2021.

Senador **JORGE KAJURU**
(PODEMOS/GO)





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Simples

Emenda nº 351(Substitutivo) ao PLV nº 15/2021, nos termos do Parecer, com ajustes redacionais

Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, e dá outras providências.

Matéria **PLV 15/2021**

Início Votação **04/08/2021 19:16:28**

Término Votação **04/08/2021 19:43:28**

Sessão **84º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

04/08/2021 17:31:00

Partido	Orientação
MDB	SIM
PSD	SIM
Podemos	SIM
PROGRES	SIM
PSDB	SIM
DEM	SIM
PT	SIM
PL	SIM
PDT	SIM
PROS	SIM
Cidadania	SIM
REDE	SIM
PSL	SIM
Patriota	SIM
PSB	SIM
PSC	SIM
Republica	SIM
Majoria	SIM
Minoria	SIM
Governo	SIM
Oposição	SIM
Banc Fem	SIM

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SIM
Podemos	PR	Alvaro Dias	SIM
PSD	BA	Angelo Coronel	SIM
PSD	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSD	MT	Carlos Fávaro	SIM
PL	RJ	Carlos Portinho	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
DEM	RR	Chico Rodrigues	SIM
PDT	CE	Cid Gomes	SIM

Emissão 04/08/2021 19:43:37





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Simples

Emenda nº 351(Substitutivo) ao PLV nº 15/2021, nos termos do Parecer, com ajustes redacionais

Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, e dá outras providências.

Matéria **PLV 15/2021** Início Votação **04/08/2021 19:16:28** Término Votação **04/08/2021 19:43:28**
 Sessão **84º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **04/08/2021 17:31:00**

MDB	RO	Confúcio Moura	SIM
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SIM
MDB	SC	Dário Berger	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
MDB	AM	Eduardo Braga	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	SIM
MDB	TO	Eduardo Gomes	SIM
Cidadania	MA	Eliziane Gama	SIM
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SIM
REDE	ES	Fabiano Contarato	SIM
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
PROS	AL	Fernando Collor	SIM
Podemos	PR	Flávio Arns	SIM
Patriota	RJ	Flávio Bolsonaro	SIM
PSL	SP	Giordano	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PSD	TO	Irajá	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
MDB	PA	Jader Barbalho	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	SIM
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SIM
DEM	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	SIM
Podemos	GO	Jorge Kajuru	SIM
PL	SC	Jorginho Mello	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
PROGRES	TO	Kátia Abreu	SIM
Podemos	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	DF	Leila Barros	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
MDB	GO	Luiz do Carmo	SIM
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SIM
PSDB	SP	Mara Gabrilli	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
MDB	AC	Marcio Bittar	SIM
DEM	RO	Marcos Rogério	SIM
PSD	MS	Nelsinho Trad	SIM
MDB	PB	Nilda Gondim	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM

Emissão 04/08/2021 19:43:37





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Simples

Emenda nº 351(Substitutivo) ao PLV nº 15/2021, nos termos do Parecer, com ajustes redacionais

Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, e dá outras providências.

Matéria **PLV 15/2021** Início Votação **04/08/2021 19:16:28** Término Votação **04/08/2021 19:43:28**

Sessão **84º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **04/08/2021 17:31:00**

PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSDB	AM	Plínio Valério	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
Podemos	DF	Reguffe	SIM
PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
MDB	ES	Rose de Freitas	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSL	MS	Soraya Thronicke	SIM
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PROS	RR	Telmário Mota	SIM
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	SIM
PROS	RN	Zenaide Maia	SIM
PSC	PA	Zequinha Marinho	SIM

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:72 NÃO:0 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:73

Primeiro-Secretario

Emissão 04/08/2021 19:43:37



Projeto de Lei Complementar nº 32/2021





SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2021**, que *"Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	001; 002
Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)	003
Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)	004

TOTAL DE EMENDAS: 4



[Página da matéria](#)



PLP 32/2021
00001

EMENDA Nº
(ao PLP nº 32, de 2021)

Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 32, de 2021, plasma na lei complementar de normas gerais do ICMS (Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, a Lei Kandir) o Diferencial de Alíquotas (DIFAL) a não contribuinte do ICMS, instituído pela Emenda Constitucional nº 87, de 2015.

O Difal a não contribuinte foi regulamentado pelo Convênio ICMS nº 93, de 2015. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, contudo, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.469/DF, que era necessária a edição de lei complementar. Ainda assim, na modulação da decisão, a Suprema Corte obrigou as empresas não optantes do Simples Nacional a recolher o Difal a não contribuinte, sob a égide do Convênio, até 31 de dezembro de 2021. Após essa data, a obrigação subsiste somente se prevista em lei complementar, na qual o PLP nº 32, de 2021, pretende se convolar.

O art. 3º do projeto tenciona convalidar os efeitos das legislações tributárias estaduais eivadas da inconstitucionalidade formal (falta de lei complementar) apontada pela decisão do STF. O sistema jurídico brasileiro, fundado no princípio da nulidade do ato inconstitucional, não contempla a figura da constitucionalidade superveniente ou da convalidação do ato inconstitucional. A declaração de inconstitucionalidade possui eficácia *ex tunc* (“para trás”), impondo-se o desfazimento no tempo de todos os atos passíveis de retroação que tiverem ocorrido durante a vigência do ato inconstitucional, ainda que, excepcionalmente, seus efeitos concretos possam ser mantidos pelo instituto da modulação, como ocorreu no julgamento da citada ADI nº 5.469/DF.

Na hipótese de o PLP ser aprovado pelo Congresso Nacional em 30 de novembro de 2021, o princípio da anterioridade nonagesimal determinaria a exigência do Difal a não contribuinte do ICMS somente a



2

partir de 1º de março de 2022. Considerando que a modulação do STF admitiu a cobrança sem lei complementar somente até 31 de dezembro de 2021, haveria a cobrança do Difal ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 2022 com base em dispositivo inconstitucional (o art. 3º do PLP).

A fim de prevenir hipótese de cobrança de ICMS fundada em dispositivo inconstitucional, esta emenda propõe a supressão do art. 3º do PLP nº 32, de 2021.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



PLP 32/2021
00002

EMENDA Nº
(ao PLP nº 32, de 2021)

Dê-se ao art. 4º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, alterado pelo art. 1º do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 32, de 2021, a seguinte redação, renumerando o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 1º

.....

‘Art. 4º.

§ 1º

§ 2º É ainda contribuinte do imposto nas operações ou prestações que destinem mercadorias, bens e serviços a consumidor final domiciliado ou estabelecido em outro Estado, em relação à diferença entre a alíquota interna do Estado de destino e a alíquota interestadual:

I – o destinatário da mercadoria, bem ou serviço, na hipótese de contribuinte do imposto;

II – o remetente da mercadoria ou bem ou o prestador de serviço, na hipótese de o destinatário não ser contribuinte do imposto.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 32, de 2021, plasma na lei complementar de normas gerais do ICMS (Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, a Lei Kandir) o Diferencial de Alíquotas (DIFAL) a não contribuinte do ICMS, instituído pela Emenda Constitucional nº 87, de 2015.

Ao tratar da definição do contribuinte do Difal, o PLP promove alteração ao art. 4º da Lei Kandir com emprego de técnica legislativa prolixa. Isso porque repete a redação dos incisos I a IV do atual parágrafo único do art. 4º com o único propósito de renomear o parágrafo único como § 1º, de modo a compatibilizá-lo com o § 2º que acrescenta.



2

Esta emenda propõe o emprego de técnica legislativa mais enxuta para alcançar o mesmo objetivo.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



PLP 32/2021
00003**SENADO FEDERAL**
Senadora Mara Gabrilli**EMENDA Nº**
(ao PLP nº 32, de 2021)

Acresça-se § 3º ao art. 4º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, na forma do art. 1º do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 32, de 2021, com a seguinte redação, mantidas as demais alterações promovidas pelo referido art. 1º:

“Art. 1º

.....
‘Art. 4º

§ 1º

§ 2º

§ 3º Não se aplica o disposto no inciso I do § 1º deste artigo ao caso em que a pessoa física importe órteses, próteses, bens de tecnologia assistiva, fórmulas nutricionais e medicamentos, sem intuito comercial.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 32, de 2021, altera o art. 4º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para definir o contribuinte do diferencial de alíquotas (DIFAL) nas operações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do ICMS, instituído pela Emenda Constitucional nº 87, de 16 de abril de 2015.

Aproveitamos o ensejo para propor que a pessoa física que importe órteses, próteses, bens de tecnologia assistiva, fórmulas nutricionais e medicamentos, sem intuito comercial, não seja considerada contribuinte do ICMS.



2

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI





PLP 32/2021
00004

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas
EMENDA Nº - PLEN
(ao PLP nº 32, de 2021)

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 32, de 2021, a seguinte redação:

“**Art. 4º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do ano seguinte ao de sua publicação e após decorridos noventa dias desta.”

JUSTIFICAÇÃO

Apesar de meritória a matéria, o texto pode ser aperfeiçoado. Entendemos ser inconstitucional o artigo que trata da vigência, tendo em vista que de acordo com as alíneas “b” e “c” do inciso III do art. 150 da CF, é proibido cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou e antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada essa lei gravosa.

Por isso propomos a presente alteração e contamos com o apoio dos pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**
(PSDB/DF)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

PARECER Nº 161, DE 2021

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2021, do Senador Cid Gomes, que *altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.*



SF/21000.70172-45

RELATOR: Senador **JAQUES WAGNER****I – RELATÓRIO**

Submete-se à apreciação do Plenário o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 32, de 2021, do Senador Cid Gomes, que *altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.*

A proposição é composta de quatro artigos.

O art. 1º plasma na Lei Complementar (LCP) nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), a regulação da cobrança do ICMS nas operações e prestações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto.

Em consequência, o art. 2º revoga dispositivo da Lei Kandir cujo conteúdo foi inteiramente disciplinado pela nova regulação introduzida pelo projeto.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

O art. 3º afirma a eficácia das legislações tributárias editadas pelas unidades federadas (Estados e o Distrito Federal) que tratem da exigência do ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado de destino e a alíquota interestadual.

O art. 4º é a cláusula de vigência e dispõe que a lei complementar resultante entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos após decorridos noventa dias da publicação.

Na bem-lançada justificação, o autor relata que o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.469/DF, que as cláusulas primeira, segunda, terceira, sexta e nona do Convênio ICMS nº 93, de 2015, estão eivadas de inconstitucionalidade formal, por cuidarem de matéria reservada à lei complementar. Aduz que o PLP supre a deficiência formal apontada pelo STF.

Esclarece que o projeto está fundado no entendimento de que o remetente da mercadoria ou o prestador do serviço de transporte é o sujeito passivo direto do ICMS correspondente ao diferencial de alíquotas na qualidade de **contribuinte**, e não na qualidade de responsável tributário.

Por fim, explica cada modificação introduzida na Lei Kandir relativamente a definição de contribuinte, local da operação, momento de ocorrência do fato gerador e base de cálculo.

No prazo regimental, foram oferecidas quatro emendas, a seguir descritas.

A Emenda nº 1-PLN, da Senadora Rose de Freitas, propõe a supressão do art. 3º do PLP nº 32, de 2021. Argui que esse dispositivo tenciona convalidar os efeitos das legislações tributárias estaduais eivadas de inconstitucionalidade formal, o que não é possível, já que o sistema jurídico brasileiro não contempla a figura da constitucionalidade superveniente ou da convalidação do ato inconstitucional.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

A Emenda nº 2-PLEN, da Senadora Rose de Freitas, aprimora a técnica legislativa empregada na alteração ao art. 4º da LCP nº 87, de 1996, que versa sobre a definição do contribuinte do Difal, na forma do art. 1º do projeto.

A Emenda nº 3-PLEN, da Senadora Mara Gabrilli, propõe que a pessoa física que importe órteses, próteses, bens de tecnologia assistiva, fórmulas nutricionais e medicamentos, sem intuito comercial, não seja considerada contribuinte do ICMS.

A Emenda nº 4-PLEN, do Senador Izalci Lucas, altera o art. 4º do projeto, a fim de que ele comece a produzir efeitos somente no primeiro dia do ano seguinte ao de sua publicação.

II – ANÁLISE

No tocante à constitucionalidade formal, o direito tributário é matéria compreendida na competência legislativa concorrente da União, de acordo com o art. 24, inciso I, da Constituição Federal. Ao Congresso Nacional cabe dispor sobre o tema, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Maior. A iniciativa de leis complementares está afeta a qualquer membro do Senado Federal, consoante dispõe o art. 61 do Texto Constitucional.

A lei complementar é o instrumento jurídico adequado para regular a cobrança do ICMS nas operações e prestações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na citada ADI nº 5.469/DF.

O art. 4º do projeto, que é a cláusula de vigência e de eficácia, está eivado de inconstitucionalidade material. De acordo com as alíneas “b” e “c” do inciso III do art. 150 da Constituição, é proibido cobrar tributos **no mesmo exercício financeiro** em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou (anterioridade plena) e antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada essa lei gravosa (anterioridade nonagesimal). A omissão do art. 4º em relação à anterioridade plena será corrigida por meio do acolhimento da Emenda nº 4-PLEN, do Senador Izalci Lucas.



SF/21000.70172-45





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

O projeto está articulado em boa técnica legislativa, à exceção dos seguintes quatro pontos, que serão corrigidos por meio de emendas:

- a) a ementa é cega, isto é, não revela o objeto do projeto;
- b) o proposto § 1º do art. 4º da LCP nº 87, de 1996, é idêntico, inclusive em seus quatro incisos, ao atual parágrafo único. O mesmo efeito pretendido (trocar “parágrafo único” por “§ 1º”) é alcançado pela redação mais enxuta oferecida pela Emenda nº 2-PLEN, da Senadora Rose de Freitas, que será acolhida;
- c) o novel inciso X ao *caput* do art. 13 da LCP nº 87, de 1996, tem a redação truncada pela supressão do adjetivo “única”;
- d) a partícula “(NR)” aposta ao novel art. 20-A da LCP nº 87, de 1996, é desnecessária, por se tratar de dispositivo acrescido.

No mérito, a Emenda Constitucional (EC) nº 87, de 16 de abril de 2015, prestigiou o princípio de equilíbrio da distribuição da receita tributária entre as unidades da federação. Estendeu ao Estado de localização do consumidor final não contribuinte do ICMS a arrecadação do diferencial de alíquotas (DIFAL), que é a diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual do Estado remetente da mercadoria ou onde se inicia a prestação do serviço de transporte interestadual. É o que se costumou chamar “Difal a não contribuinte”.

Antes da EC nº 87, de 2015, o Difal somente era exigível no caso em que o contribuinte do ICMS, localizado em outro Estado ou no Distrito Federal, fosse consumidor final. É o caso de uma pessoa jurídica que adquire bens para uso e consumo ou destinados ao ativo imobilizado. Se o destinatário do bem ou serviço não fosse contribuinte do imposto, a empresa vendedora ou prestadora aplicava a alíquota interna do Estado remetente (onde ela se localiza) e o imposto ficava integralmente nesse Estado de origem.

Em decorrência do processo histórico de industrialização do País, a grande maioria dos produtores de mercadorias e dos prestadores de serviços encontra-se nas Regiões Sul e Sudeste. Dessa forma, as indústrias e os

SF/21000.70172-45





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

comerciantes localizados em Estados menos desenvolvidos tendem a comprar naquelas unidades federativas. Sem o Difal, os Estados das regiões mais desenvolvidas teriam uma arrecadação ainda maior, o que implicaria a disponibilização de mais recursos para investimentos e atuação estatal. Haveria, dessa maneira, uma tendência de perpetuação ou até de aprofundamento das desigualdades regionais. Com o Difal, há um repasse significativo da arrecadação do ICMS às regiões de consumo.

O Difal a não contribuinte foi regulamentado pelo Convênio ICMS nº 93, de 2015, porém o Supremo Tribunal Federal decidiu, no julgamento da citada ADI nº 5.469/DF, que era necessária lei complementar. Ainda assim, na modulação da decisão, a Suprema Corte obrigou as empresas não optantes do Simples Nacional a recolher o Difal a não contribuinte, sob a égide do Convênio, até 31 de dezembro de 2021. Após essa data, a obrigação subsiste somente se prevista em lei complementar, na qual o projeto sob exame pretende se convolar.

Em nossa opinião, a modulação do STF prejudicou as disposições do art. 3º do projeto, que pretendia convalidar os efeitos das legislações tributárias estaduais que tinham supedâneo nas cláusulas do Convênio declaradas inconstitucionais. Como o sistema jurídico brasileiro, fundado no princípio da nulidade do ato inconstitucional, não contempla a figura da constitucionalidade superveniente ou da convalidação do ato inconstitucional, somos pela supressão do art. 3º do projeto. Acolhemos, assim, a Emenda nº 1- PLEN da Senadora Rose de Freitas.

A nosso ver, o PLP nº 32, de 2021, dá concretude à EC nº 87, de 2015. Embora o inciso VIII do § 2º do art. 155 da Constituição, na redação dada pela EC nº 87, de 2015, utilize a expressão “responsabilidade” pelo recolhimento do imposto, o autor do projeto optou por atribuir ao remetente da mercadoria ou ao prestador do serviço de transporte a qualidade de sujeito passivo **contribuinte**, em vez de responsável.

A iniciativa vem ao encontro da vontade do legislador. Na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 103, de 2011, da qual resultou a EC nº 87, de 2015, escreveu o Relator, Senador Renan Calheiros, no Parecer nº 817, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ):

SF/21000.70172-45





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

Para se evitar que o remetente, localizado em outro Estado, torne-se substituto tributário perante o Estado de destino, o que não é recomendado pela boa técnica, alterou-se o inciso VIII, do art. (sic) 2º, dando-se tratamento adequado à responsabilidade pelo recolhimento do imposto.

Também ao nosso sentir, o emprego da expressão “responsabilidade” refere-se à designação, à identificação daquele que procederá ao recolhimento do imposto, não necessariamente na condição de responsável, prevista no inciso II do art. 121 do Código Tributário Nacional (CTN – Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966).

No mais, os dispositivos dos arts. 1º e 2º do projeto estão bem articulados e perfeitamente definem contribuinte, local da operação, momento de ocorrência do fato gerador e base de cálculo do Difal. Vale ressaltar que a definição do contribuinte obrigado a recolher o Difal a não contribuinte consta do inciso II do novel § 2º ao art. 4º da LCP nº 87, de 1996, na forma do art. 1º do PLP nº 32, de 2021.

Como já observado, o novel inciso X ao *caput* do art. 13 da LCP nº 87, de 1996, que trata da base de cálculo, tem a redação truncada pela supressão do adjetivo “única”, conforme se depreende de leitura do PLP nº 325, de 2016, de mesmo propósito, em tramitação na Câmara dos Deputados.

A referência à “base de cálculo única”, veiculada no PLP nº 325, de 2016, tem por objetivo reproduzir fielmente o teor da cláusula segunda, § 1º, do Convênio ICMS nº 93, de 2015, no sentido de que será utilizada a *mesma* (vale dizer: *única*) base de cálculo tanto para o cálculo do ICMS devido à unidade da Federação (UF) de origem, quanto à UF de destino da mercadoria. Ocorre que essa adjetivação causou mais dúvidas aos contribuintes do que esclarecimentos. Por essa razão, propomos redação mais escorreita por meio de emenda apresentada ao final.

O Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (COMSEFAZ), por meio do Ofício Comsefaz nº 184, de 28 de maio de 2021, estima em **R\$ 9,8 bilhões** a perda de arrecadação anual dos Estados e do Distrito Federal caso o projeto sob





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

exame e o PLP nº 33, de 2021, também sob nossa relatoria, não sejam convertidos em lei no corrente ano de 2021.

Resta apreciar a Emenda nº 3-PLEN, da Senadora Mara Gabrilli, que propõe que a pessoa física que importe órteses, próteses, bens de tecnologia assistiva, fórmulas nutricionais e medicamentos, sem intuito comercial, não seja considerada contribuinte do ICMS.

Vale observar que parte da emenda já está atendida pelo Convênio ICMS nº 126, de 24 de setembro de 2010, que concede isenção do ICMS, inclusive na importação, para próteses, cadeiras de rodas, outros aparelhos ortopédicos e implantes cocleares. Em relação a outros bens de tecnologia assistiva, fórmulas nutricionais e medicamentos, a não incidência do ICMS constitui benefício fiscal que somente o Confaz tem competência para autorizar, nos termos da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975. Por essa razão, rejeitamos a Emenda nº 3-PLEN.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequação orçamentária e financeira e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2021, e, no mérito, pela sua aprovação, com as emendas a seguir, acolhidas as Emendas nºs 1-PLEN, 2-PLEN e 4-PLEN e rejeitada a Emenda nº 3-PLEN.

EMENDA Nº 5-PLEN

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2021:

Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para regulamentar a cobrança do ICMS nas operações e prestações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto.

EMENDA Nº 6-PLEN

SF/21000.70172-45





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

Dê-se ao inciso X do *caput* do art. 13 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, acrescido pelo art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2021, a seguinte redação, mantidas as demais alterações promovidas pelo referido art. 1º:

“Art. 1º

.....

‘Art. 13.

.....

X – nas hipóteses dos incisos XIV e XVI do art. 12 desta Lei Complementar, o valor da operação ou o preço do serviço, para o cálculo do imposto devido ao Estado de origem e ao de destino.

.....” (NR)

EMENDA Nº 7-PLEN

Suprima-se a partícula “(NR)” aposta ao art. 20-A da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, acrescido pelo art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2021.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



SF/21000.70172-45





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2021, nos termos do Parecer

Altera a Lei Complementar nº 87, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), para disciplinar a incidência em operações interestaduais envolvendo mercadorias destinadas a consumidor final não contribuinte.

Matéria **PLP 32/2021**

Início Votação **04/08/2021 20:26:28**

Término Votação **04/08/2021 21:02:46**

Sessão **84º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

04/08/2021 17:31:00

Partido	Orientação
MDB	SIM
PSD	SIM
Podemos	SIM
PROGRES	SIM
PSDB	LIVRE
PT	SIM
DEM	SIM
PL	SIM
PDT	SIM
PROS	SIM
PSL	SIM
PSC	SIM
Minoria	SIM
Governo	SIM
Banc Fem	SIM

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SIM
PSD	BA	Angelo Coronel	SIM
PSD	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSD	MT	Carlos Fávaro	SIM
PL	RJ	Carlos Portinho	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
DEM	RR	Chico Rodrigues	SIM
PDT	CE	Cid Gomes	SIM
MDB	RO	Confúcio Moura	SIM
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SIM
MDB	SC	Dário Berger	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
MDB	AM	Eduardo Braga	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	SIM
MDB	TO	Eduardo Gomes	SIM
Cidadania	MA	Eliziane Gama	SIM
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SIM
REDE	ES	Fabiano Contarato	SIM

Emissão 04/08/2021 21:02:51





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2021, nos termos do Parecer

Altera a Lei Complementar nº 87, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), para disciplinar a incidência em operações interestaduais envolvendo mercadorias destinadas a consumidor final não contribuinte.

Matéria PLP 32/2021

Início Votação 04/08/2021 20:26:28

Término Votação 04/08/2021 21:02:46

Sessão 84º Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão

04/08/2021 17:31:00

MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
PROS	AL	Fernando Collor	SIM
Podemos	PR	Flávio Arns	SIM
PSL	SP	Giordano	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
MDB	PA	Jader Barbalho	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	SIM
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SIM
DEM	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	SIM
Podemos	GO	Jorge Kajuru	SIM
PL	SC	Jorginho Mello	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
PROGRES	TO	Kátia Abreu	SIM
Podemos	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	DF	Leila Barros	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
MDB	GO	Luiz do Carmo	SIM
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SIM
PSDB	SP	Mara Gabrilli	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
MDB	AC	Marcio Bittar	SIM
PSD	MS	Nelsinho Trad	SIM
MDB	PB	Nilda Gondim	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSDB	AM	Plínio Valério	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
Podemos	DF	Reguffe	SIM
MDB	AL	Renan Calheiros	SIM
PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
PL	RJ	Romário	SIM
MDB	ES	Rose de Freitas	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSL	MS	Soraya Thronicke	SIM

Emissão 04/08/2021 21:02:51





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2021, nos termos do Parecer

Altera a Lei Complementar nº 87, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), para disciplinar a incidência em operações interestaduais envolvendo mercadorias destinadas a consumidor final não contribuinte.

Matéria **PLP 32/2021**

Início Votação **04/08/2021 20:26:28**

Término Votação **04/08/2021 21:02:46**

Sessão **84ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

04/08/2021 17:31:00

Podemos	RN	Styvenson Valentim	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PROS	RR	Telmário Mota	SIM
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	SIM
PROS	RN	Zenaide Maia	SIM
PSC	PA	Zequinha Marinho	SIM

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:70 NÃO:0 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:71

Primeiro-Secretario

Emissão 04/08/2021 21:02:51



Projeto de Lei Complementar nº 33/2021





SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei Complementar nº 33, de 2021**, que *"Altera a Lei Complementar nº 123, de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para determinar a não abrangência do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação incidente sobre as operações e prestações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do tributo, relativo à diferença entre a alíquota interna do Estado de destino e a interestadual."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	001
Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)	002

TOTAL DE EMENDAS: 2



[Página da matéria](#)



PLP 33/2021
00001

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLP nº 33, de 2021)

Atribua-se ao art. 2º do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 33, de 2021, a seguinte redação:

“**Art. 2º** Esta Lei Complementar entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027.”

JUSTIFICAÇÃO

Visto que a nova forma de cobrança estabelecida no PLP nº 33, de 2021, irá onerar os contribuintes e que os efeitos da pandemia da covid-19 prejudicaram especialmente as microempresas e empresas de pequeno porte, entendemos ser necessário um período de *vacatio legis* mais adequado à realidade da nossa economia.

Propomos assim o prazo de cinco anos para entrada em vigor da lei complementar.

Sala da Comissão,

Senadora ROSE DE FREITAS





PLP 33/2021
00002

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLP nº 33, de 2021)

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 33, de 2021, a seguinte redação:

“**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir do primeiro dia do ano seguinte ao de sua publicação e após decorridos 90 (noventa) dias desta”.

JUSTIFICAÇÃO

Na medida em que o projeto de lei acarretará aumento da carga tributária, deve-se observar o princípio da anterioridade tributária.

Conforme dispõem as alíneas “b” e “c” do inciso III do art. 150 da Constituição da República, é proibido cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou e antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**
(PSDB/DF)



Projeto de Lei nº 2108/2021





SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 2108, de 2021**, que *"Acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA/RJ), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)	018
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)	019
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)	020; 021
Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)	022; 023; 024; 025; 026; 037; 038; 039
Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)	027; 028
Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	029; 030; 031; 036; 040
Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)	032
Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)	033
Senador Carlos Portinho (PL/RJ)	034
Senador Esperidião Amin (PP/SC)	035

TOTAL DE EMENDAS: 23



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

PL 2108/2021
00018

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 2108, de 2021)

Suprima-se o **art. 359-S** e o **inciso III do art. 359-U** do Projeto de Lei nº 2108, de 2021, que tipifica o atentado a direito de manifestação e prevê aumento de pena para militares, com a perda do posto e da patente ou graduação.

JUSTIFICAÇÃO

O dispositivo, na forma como proposto, leva à dificuldade de caracterizar, a priori e no momento da ação operacional, o que seja manifestação pacífica, gerando grave insegurança jurídica para os órgãos responsáveis pela manutenção da ordem.

Além do mais, ao prever aumento de pena para militares, com a perda do posto e da patente ou graduação, estar-se-á criando uma verdadeira ameaça para inibir a atuação das forças de segurança na preservação da ordem pública.

Não haverá força pública capaz de cumprir sua missão de restabelecer a ordem pública em manifestações ou protestos em que haja o

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

bloqueio de estradas, o fechamento de ruas e o impedimento de acesso em prédios públicos.

Nestes termos, solicitamos o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões,

Senador TELMÁRIO MOTA

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





PL 2108/2021
00019

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

EMENDA Nº - 2021
(ao PL nº 2108, de 2021)

Inclua-se nas modificações constantes no artigo 2º do PL nº 2108/2021, após o art. 359-P, o seguinte artigo 359-Q, renumerando-se os demais:

Ameaça ao funcionamento dos Poderes da União

Art. 359-Q Ameaçar e incitar, inclusive com o uso das forças armadas e organizações paramilitares, a intervenção, fechamento e interrupção das atividades de quaisquer dos poderes da União.

Pena – reclusão de 04 (quatro) a 08 (oito) anos e multa.

§1º. Na mesma pena incorre quem ameaça e incita, com o uso das forças armadas, o estado democrático de direito e a realização de eleições, nos termos e forma da legislação vigente.

§2º A pena é aumentada de 1/6 (um sexto) se a ameaça e incitação é propalada com divulgação de desinformação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo tipificar as condutas que atentem contra os poderes executivo, legislativo e judiciário, ameaçando e incitando seu fechamento, interdição e interrupção das atividades, inclusive com ameaça de utilização de forças militares e paramilitares.

A proposta ainda torna crime a disseminação de desinformações que atentem contra o estado democrático de direito e as eleições, na forma da legislação vigente.

Importante ressaltar que não há nenhuma pretensão de impossibilitar a manifestação contra qualquer integrante dos poderes constituídos, uma vez que o



direito de manifestação se trata de um direito fundamental legítimo que não pode ser coibido por quem quer que seja. Além de ser um dos pilares da Constituição Federal e da democracia. No entanto, o que não se pode admitir é que, a despeito da liberdade de manifestação, se ameace e incite a violência para atentar contra os direitos democráticos.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 2021.

Senador **JORGE KAJURU**
PODEMOS/PR





SENADO FEDERAL

PL 2108/2021
00020**EMENDA Nº - PLEN**
(ao PL nº 2108, de 2021)

Dê-se ao art. 359-J do Projeto de Lei nº 2108, de 2021, a seguinte redação:

“**Art. 359-J.** Tentar desmembrar parte do território nacional para constituir país independente:

.....”

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei introduz a condicionante de que a conduta será considerada crime somente se houver a utilização de “violência ou grave ameaça”, que **o autor somente será punido se agir com violência ou grave ameaça**. Nesse sentido, a emenda apresentada tem o condão de **retirar a limitação** do modo de execução do tipo penal, sendo possível a incriminação caso o autor tente desmembrar parte do território nacional por quaisquer outros atos danosos.

Nestes termos, solicito o apoio dos nobres pares à emenda proposta.

Sala das Sessões,

Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)
Líder do Governo no Senado





SENADO FEDERAL

PL 2108/2021
00021**EMENDA Nº - PLEN**

(ao PL nº 2108, de 2021)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 2108, de 2021:

“Art. XX. Apoderar-se ou exercer o controle de aeronave, embarcação ou veículo de transporte coletivo, com emprego de violência ou grave ameaça à tripulação ou a passageiros.

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 10 (dez) anos.

Parágrafo único. Se do fato resulta lesão corporal grave, a pena aumenta-se até o dobro; se resulta morte, aumenta-se até o triplo.”

JUSTIFICAÇÃO

Ao revogar a Lei de Segurança Nacional e não incluir na inovação legislativa o crime de apoderamento de aeronave, embarcação, ou veículo de transporte coletivo, o fato se tornaria atípico. A Lei 13.260, de 16 de março de 2016, Lei Antiterrorismo, estabelece, em seu art. 2º, § 1º, que são atos de terrorismo, sujeitos a pena de reclusão, de doze a trinta anos, além das sanções correspondentes à ameaça ou à violência:

IV - sabotar o funcionamento ou apoderar-se, com violência, grave ameaça a pessoa ou servindo-se de mecanismos cibernéticos, do controle total ou parcial, ainda que de modo temporário, de meio de comunicação ou de transporte, de portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, hospitais, casas de saúde, escolas, estádios esportivos, instalações públicas ou locais onde funcionem serviços públicos essenciais, instalações de geração ou transmissão de energia, instalações militares, instalações de exploração, refino e processamento de petróleo e gás e instituições bancárias e sua rede de atendimento;

Em primeiro exame, poder-se-ia alegar que a legislação antiterrorista seria suficiente para tipificar o apoderamento de aeronave, embarcação ou veículo de transporte. Ocorre que o caput do art. 2º da Lei nº 13.260/2016 **limita os crimes nela constantes** às condutas praticadas “*por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e*





SENADO FEDERAL

religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública”. Ou seja, apenas quando cumpre o requisito subjetivo do caput é que se pode aplicar a referida Lei.

Na ausência do artigo 19 da LSN, haveria significativa lacuna normativa na legislação penal brasileira. O sequestro de aeronaves e embarcações com propósito político, por exemplo, ou motivado por qualquer extremismo violento que não se enquadre no elemento subjetivo acima mencionado, seria fato atípico. O texto do projeto em discussão, além de descriminalizar conduta evidentemente contrária à segurança pública e à própria estabilidade democrática, **sujeitaria o Brasil a pressões internacionais**. O país é signatário da Convenção para a Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves, de 1970, promulgada pelo Decreto Nº 70.201/1972, que estabelece em seu artigo 2º, que “*cada Estado contratante obriga-se a tornar o crime punível com severas penas*”.

Nestes termos, solicito o apoio dos nobres pares à presente proposta de emenda.

Sala das Sessões,

Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)
Líder do Governo no Senado





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

**PL 2108/2021
00022****EMENDA Nº - PLEN**
(ao PL Nº 2.108, DE 2021)

Dê-se ao art. 359-R do Projeto de Lei nº 2108, de 2021, a seguinte redação e inclua-se o seguinte parágrafo único:

“Art. 359-R. Destruir ou inutilizar meios de comunicação ao público, estabelecimentos, instalações ou serviços destinados à defesa nacional, com o fim de abolir o Estado Democrático de Direito:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos.

Parágrafo único. Punem-se os atos preparatórios de sabotagem com a pena deste artigo reduzida de dois terços, se o fato não constitui crime mais grave.”

JUSTIFICAÇÃO

A modificação proposta pretende que o crime de sabotagem seja **mais abrangente e mais protetivo para a segurança nacional**. Além do mais, adiciona o parágrafo único, com a finalidade de que os atos preparatórios de sabotagem passem a ser considerados crimes, antecipando a punição para desde a prática de atos executivos.

Senadora SORAYA THRONICKE



PL 2108/2021
00023

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

EMENDA N° - PLEN
(ao PL N° 2.108, DE 2021)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei n° 2108, de 2021:

“Art. XX. Revelar segredo obtido em razão de cargo, emprego ou função pública, relativamente a planos, ações ou operações militares ou policiais de caráter estratégico, tático ou operacional.

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 10 (dez) anos.”

JUSTIFICAÇÃO

A ausência de punição contra atos de pessoas ou grupos que queiram atentar contra a segurança nacional **põe em risco o sigilo e a eficácia de tais operações militares ou policiais**. A falta de tipificação desprotege o bem jurídico tutelado.

A adição do dispositivo tem a finalidade de sanar a ausência de punição pela revelação de segredos envolvendo operações contra atos de pessoas ou grupos que queiram atentar contra a segurança nacional, pondo em risco o sigilo e a eficácia de tais operações. Desta forma, busca-se reproduzir no Código Penal a atual redação consagrada no art. 21 da Lei de Segurança Nacional.

Nesses termos, solicito o apoio dos nobres pares à emenda proposta.

Senadora SORAYA THRONICKE





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

PL 2108/2021
00024**EMENDA Nº - PLEN**
(ao PL Nº 2.108, DE 2021)

Acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito, e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional) e o art. 39 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).

Art. 2º A Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescida do seguinte Título XII:

“TÍTULO XII**DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO****CAPÍTULO I****DOS CRIMES CONTRA A SOBERANIA NACIONAL****Atentado à soberania**

Art. 359-I. Negociar com governo ou grupo estrangeiro, ou seus agentes, com o fim de provocar atos típicos de guerra ou de hostilidade contra o País ou invadi-lo:

Pena: reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

Parágrafo único. Aumenta-se a pena de metade até o dobro, se declarada a guerra ou sendo desencadeados atos de hostilidade em decorrência das condutas previstas no caput.

Atentado à integridade territorial



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Art. 359-J. Tentar desmembrar parte do território nacional para constituir país independente:

Pena: reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.

Submissão do território nacional a domínio estrangeiro

Art. 359-K. Tentar submeter o território nacional, ou parte dele, ao domínio ou à soberania de outro país:

Pena: reclusão, de 4 (quatro) a 20 (vinte) anos.

Aliciamento de estrangeiro para invasão do território nacional

Art. 359-L. Aliciar indivíduos de outro país para invasão do território nacional.

Pena: reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos.

Parágrafo único. Ocorrendo a invasão, a pena aumenta-se até o dobro.

Propaganda de guerra ou atos hostis

Art. 359-M. Fazer, em público, propaganda de guerra ou de atos hostis.

Pena: detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 1º Sujeita-se à mesma pena quem distribui ou redistribui fundos destinados a realizar a propaganda de que trata este artigo;

§ 2º Não constitui propaganda criminosa a exposição, a crítica ou o debate de quaisquer doutrinas.

Espionagem

Art. 359-N. Comunicar ou entregar, ou permitir a comunicação ou entrega a governo estrangeiro, a seus agentes, ou a organização criminosa estrangeira, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, documentos ou informações que possuam natureza sigilosa, nos termos da lei:

Pena: reclusão, de 3 (três) a 12 (doze) anos.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

§ 1º Incorre na mesma pena quem mantém serviço de espionagem ou dele participa, com o objetivo de realizar os atos previstos nesse artigo.

§ 2º Se o documento, dado ou informação for transmitido ou revelado com violação do dever de sigilo:

Pena: reclusão, de 6 (seis) a 15 (quinze) anos.

§ 3º Facilitar a prática de qualquer dos crimes previstos neste artigo mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha, ou de qualquer outra forma de acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações.

Pena: detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 4º Não constitui crime a comunicação, entrega ou publicação de informações ou documentos com o fim de expor a prática de crime ou violação de direitos humanos.

Revelação de segredo militar ou policial

Art. 359-O. Revelar segredo obtido em razão de cargo, emprego ou função pública, relativamente a planos, ações ou operações militares ou policiais.

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 10 (dez) anos.

Sabotagem à defesa nacional

Art. 359-P. Destruir ou inutilizar meios de comunicação ao público, estabelecimentos, instalações ou serviços destinados à defesa nacional:

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos.

Parágrafo único. Punem-se os atos preparatórios de sabotagem com a pena deste artigo reduzida de dois terços, se o fato não constitui crime mais grave.

CAPÍTULO II**DOS CRIMES CONTRA AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS****Abolição do Estado Democrático de Direito**

Art. 359-Q. Tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único. Não configura violência ou grave ameaça a manifestação crítica aos poderes constitucionais, aos membros de Poder ou agentes públicos ou a calúnia, injúria ou difamação dirigida a membros de Poder ou a agentes públicos, que serão objeto de apuração e processamento na forma da legislação ordinária.

Golpe de Estado

Art. 359-R. Tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído:

Pena: reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, além da pena correspondente à violência.

CAPÍTULO III

DOS CRIMES CONTRA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS NO
PROCESSO ELEITORAL**Interrupção do processo eleitoral**

Art. 359-S. Impedir ou perturbar a eleição ou a aferição de seu resultado, mediante violação indevida de mecanismos de segurança do sistema eletrônico de votação estabelecido pela Justiça Eleitoral:

Pena: reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

CAPÍTULO IV

DOS CRIMES CONTRA O TRANSPORTE COLETIVO

Apoderamento de transporte coletivo

Art. 359-T. Apoderar-se ou exercer o controle de aeronave, embarcação ou veículo de transporte coletivo, com emprego de violência ou grave ameaça à tripulação ou a passageiros.

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 10 (dez) anos.

Parágrafo único. Se do fato resulta lesão corporal grave, a pena aumenta-se até o dobro; se resulta morte, aumenta-se até o triplo.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke**CAPÍTULO V
DO ATENTADO****Atentado pessoal por inconformismo político**

Art. 359-U. Praticar atentado pessoal por inconformismo político.

Pena: reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos.

Parágrafo único. Se do fato resulta lesão corporal grave, a pena aumenta-se até o dobro; se resulta morte, aumenta-se até o triplo.

Atentado contra a liberdade pessoal de autoridade de poder

Art. 359-V. Atentar contra a liberdade pessoal Presidente da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Supremo Tribunal Federal.

Pena: reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.

Lesão corporal de autoridade de poder

Art. 359-W. Ofender a integridade corporal ou a saúde do Presidente da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Supremo Tribunal Federal.

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 3 (três) anos.

Lesão corporal grave de autoridade de poder

§ 1º Se a lesão é grave:

Pena: reclusão de 3 (três) a 15 (quinze) anos.

Lesão corporal seguida de morte de autoridade de poder

§ 2º Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que este resultado pode ser atribuído a título de culpa ao agente.

Pena: reclusão de 10 (dez) a 30 (trinta) anos.

Homicídio de autoridade de poder



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Art. 359-X. Matar o Presidente da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Supremo Tribunal Federal.

Pena: reclusão, de 15 (quinze) a 30 (trinta) anos.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 359-Y. Não constitui crime previsto neste Título a manifestação crítica aos poderes constitucionais membros de Poder ou agentes públicos, nem a atividade jornalística nem a crítica de caráter individual ou, ainda, a reivindicação de direitos e garantias constitucionais por meio de passeatas, reuniões, greves, aglomerações ou qualquer outra forma de manifestação política, de caráter coletivo ou individual.

Parágrafo único. Não configura violência ou grave ameaça a manifestação crítica aos poderes constitucionais, aos membros de Poder ou a agentes públicos ou a calúnia, injúria ou difamação dirigida a membros de Poder ou a agentes públicos, que serão objeto de apuração e processamento na forma da legislação ordinária.

Aumento de pena

Art. 359-Z. Nos crimes definidos neste Título, a pena é aumentada:

I – em um terço, se o crime é cometido com violência ou grave ameaça exercidas com emprego de arma de fogo;

II – em um terço, cumulada com a perda do cargo ou da função pública, se o crime é cometido por funcionário público;

III – em metade, cumulada com a perda do posto e da patente ou da graduação, se o crime é cometido por militar; e

IV – em um terço se o crime é cometido a mando ou mediante financiamento de grupo, organização ou Estado estrangeiro.

Art. 359-AA. São considerados crimes hediondos, nos termos da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, os crimes previstos no art. 359-V, §§1º e 2º do art. 359-W, e no art. 359-X previstos deste Título. ”

Art. 3º Os artigos 141 e 286 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

“Art. 141.

.....

II – contra funcionário público, em razão de suas funções, ou contra o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados ou o do Supremo Tribunal Federal.”

“Art. 286.

.....

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem incita, publicamente, a animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade.”

“Art. 288-A. Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar crimes ou combativa.”

Art. 4º Fica revogada a Lei nº 7.170, de 14 de setembro de 1983 e o art. 39 da Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Com intuito de contribuir para o debate sobre a legislação relativa aos crimes contra o Estado Democrático de Direito, tomamos a iniciativa de propor emenda substitutiva global ao Projeto de Lei 2108/21 que consolida as preocupações técnicas dos órgãos responsáveis pela defesa nacional, os ajustes necessários à preservação da liberdade de expressão e de crítica aos poderes constituídos e agentes públicos, à livre circulação e debate de ideias e à preservação da atividade política e parlamentar.

Inicialmente, alteramos a proposta para que a proposição seja legislação autônoma, em razão da gravidade das condutas.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Na tipificação do atentado à soberania, reinserimos o termo “hostilidade” para restabelecer hipóteses de punição estatal quando o agente atentar contra a segurança de seu próprio país, ainda que não haja ato típico de guerra. A proteção do bem jurídico visado, que é a proteção da integridade territorial do país ou de sua segurança contra agressão estrangeira, demanda um escopo maior de abrangência do tipo penal.

Na tipificação do atentado à integridade territorial fizemos ajustes com o propósito de tipificar a mera tentativa de desmembramento, tendo em vista que, se levado a efeito, o desmembramento efetivado teria reflexos na própria aplicação da legislação penal.

Em seguida, tipificamos a tentativa de submissão do território nacional a domínio estrangeiro em dispositivo apartado e ajustamos a redação para que o delito seja de execução livre e não como aponta o projeto de lei, o qual somente ocorrerá se estiver o agente participando de operação bélica.

A fim de reforçar a preservação do território nacional, introduzimos a tipificação do aliciamento de estrangeiro para invasão do território nacional.

Tipificamos, ainda, a revelação de segredo militar ou policial, pois a ausência do dispositivo facilitaria a ação de pessoas ou grupos que queiram atentar contra a defesa nacional.

No dispositivo seguinte, tipificamos a propaganda de guerra ou atos hostis, pois a ausência de punição para propagandas que incitem a guerra poderá fazer com que indivíduos ou grupo de pessoas causem incidentes diplomáticos para o Brasil em relação aos outros países, ou mesmo passem a defender livremente propostas belicosas ou de insurreição nacional.

Ajustamos a proposta de tipificação do crime de espionagem e adequamos a conceituação ao disposto no Sistema Brasileiro de Inteligência, bem assim observamos a classificação proposta pela Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação LAI). Além disso, deslocamos o dispositivo a fim de aumentar a coerência normativa.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Em sequência, mantivemos a tipificação da tentativa de abolição ~~violenta~~ do Estado Democrático de Direito e, com o propósito de preservar a liberdade de crítica e expressão, estabelecemos que não configura violência ou grave ameaça a manifestação crítica aos poderes constitucionais, aos membros de Poder ou agentes públicos ou a calúnia, injúria ou difamação dirigida a membros de Poder ou a agentes públicos que serão objeto de apuração e processamento na forma da legislação ordinária

Posteriormente, mantivemos a tipificação do golpe de Estado como a tentativa de deposição, por meio de violência ou grave ameaça, do governo legitimamente constituído.

No capítulo III – Dos Crimes contra o Funcionamento das Instituições Democráticas nas Eleições – mantivemos a tipificação proposta no Projeto de Lei para a interrupção do processo eleitoral e suprimimos as propostas relativas a comunicação enganosa em massa, violência política e admissão da legitimidade de o partido político propor ação privada subsidiária nas hipóteses do Capítulo.

Entendemos que a matéria controversa e com potencial de instituição de censura e inibição do debate de ideias na arena política. A participação do eleitorado no debate político e acerca da conduta do agente político deve ser prestigiada. A proposta, com redação genérica, tem o efeito de afastar o eleitor do debate político o que reduz sua capacidade de definir as suas escolhas eleitorais. O tipo de comunicação enganosa não é claro qual conduta é objeto da criminalização, gerado enorme insegurança jurídica. A proposta, em verdade, limita o debate de ideias na arena política que permite a concorrência de opiniões na democracia em busca da aprovação popular e, conseqüentemente, eleitoral, enfraquecendo o processo democrático e, em última análise, a própria atuação parlamentar.

O fato é que a tecnologia aumentou exponencialmente a circulação de informação – verdadeiras e falsas. O incentivo à circulação das informações – e não sua restrição – é que tem o condão de esclarecer eventual falsidade de determinada informação. Quanto ao tipo de violência política– e uso aqui a inversão proposta pelo filósofo Michael Foucault, à frase célebre do general Clausewitz - , “a política é a guerra por outros meios” e, portanto, por vezes, aparentemente “violenta”. Nesse contexto, o tipo também inibe a atividade político-parlamentar.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Por fim, legitimidade para partido político propor ação privada subsidiária nas hipóteses do Capítulo não se mostra razoável para o equilíbrio e a pacificação das forças políticas no Estado Democrático de direito, pois permite a perseguição política, no âmbito criminal, de adversários políticos ou até mesmo meros eleitores, o que deve ser evitado a todo custo. Além do mais, não é atribuição de partido político, fora do ambiente eleitoral, participar ou intervir na persecução penal ou na atuação criminal do Estado.

No que se refere à tipificação do atentado ao direito à manifestação, optamos por sua supressão. A dificuldade de caracterizar, a priori e no momento da ação operacional, o que seja manifestação pacífica gera grave insegurança jurídica para agentes públicos das forças de segurança responsáveis pela manutenção da ordem.

Posteriormente, tipificamos o apoderamento de transporte coletivo com emprego de violência ou grave ameaça à tripulação ou a passageiros devido à lesividade social da conduta.

A seguir, introduzimos o Capítulo “Do Atentado” com o objetivo de reprimir condutas violentas contra a pessoa por inconformismo político e contra autoridades de poder constitucional com o objetivo de manter a liberdade política. Assim, foram tipificados o atentado pessoal por inconformismo político, o atentado contra a liberdade pessoal de autoridade de poder, a lesão corporal, a lesão corporal e a lesão corporal seguida de morte de autoridade de poder e o homicídio de autoridade de poder.

Nas disposições comuns, sugerimos aprimoramento redacional para garantir o exercício de manifestação e de crítica, incluímos causa de aumento de pena de um terço se o crime é cometido a mando ou mediante financiamento de grupo, organização ou Estado estrangeiro e esclarecemos que o atentado contra a liberdade pessoal de autoridade de poder, a lesão corporal, a lesão corporal e a lesão corporal seguida de morte de autoridade de poder e o homicídio de autoridade de poder são considerados crimes hediondos com o objetivo de estabelecer equivalência de tratamento com a legislação em vigor.

Em seguida, mantivemos as alterações propostas no Código Penal e inserimos alteração no Art. 288-A do referido Código que tipifica o crime de constituição de milícia privada, incluindo que o tipo é aplicável quando o grupo militar tiver finalidade combativa e





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

suprimindo a parte final do dispositivo vigente, com o objetivo de permitir que as condutas também sejam aplicáveis aos tipos penais de que trata essa proposição.

Por fim, mantivemos as cláusulas revocatórias e de vigência.

Em razão do exposto, apresentamos esta emenda substitutiva global ao Projeto de Lei nº 2.108, de 2021, que consolida as preocupações técnicas dos órgãos responsáveis pela defesa nacional, os ajustes necessários à preservação da liberdade de expressão e de crítica aos poderes constituídos e agentes públicos, à livre circulação e debate de ideias e à preservação da atividade política e parlamentar.

Senadora SORAYA THRONICKE





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

PL 2108/2021
00025**EMENDA Nº - PLEN**
(ao PL Nº 2.108, DE 2021)

Dê-se ao art. 359-J, do Projeto de Lei nº 2.108, de 2021, a seguinte redação:

“Art. 359-J. Tentar desmembrar parte do território nacional para constituir país independente:

.....”

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei introduz a condicionante de que a conduta será considerada crime somente se houver a utilização de “violência ou grave ameaça”, que **o autor somente será punido se agir com violência ou grave ameaça**.

Nesse sentido, a emenda apresentada tem o condão de retirar a limitação do modo de execução do tipo penal, sendo possível a incriminação caso o autor tente desmembrar parte do território nacional por quaisquer outros atos danosos.

Nestes termos, solicito o apoio dos nobres pares à emenda proposta.

Senadora SORAYA THRONICKE





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

PL 2108/2021
00026EMENDA Nº - PLEN
(ao PL Nº 2.108, DE 2021)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 2108, de 2021:

“Art. XX. Apoderar-se ou exercer o controle de aeronave, embarcação ou veículo de transporte coletivo, com emprego de violência ou grave ameaça à tripulação ou a passageiros.

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 10 (dez) anos.

Parágrafo único. Se do fato resulta lesão corporal grave, a pena aumenta-se até o dobro; se resulta morte, aumenta-se até o triplo.”

JUSTIFICAÇÃO

Ao revogar a Lei de Segurança Nacional e não incluir na inovação legislativa o crime de apoderamento de aeronave, embarcação, ou veículo de transporte coletivo, o fato se tornaria atípico. A Lei 13.260, de 16 de março de 2016, Lei Antiterrorismo, estabelece, em seu art. 2º, § 1º, que são atos de terrorismo, sujeitos a pena de reclusão, de doze a trinta anos, além das sanções correspondentes à ameaça ou à violência:

IV - sabotar o funcionamento ou apoderar-se, com violência, grave ameaça a pessoa ou servindo-se de mecanismos cibernéticos, do controle total ou parcial, ainda que de modo temporário, de meio de comunicação ou de transporte, de portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, hospitais, casas de saúde, escolas, estádios esportivos, instalações públicas ou locais onde funcionem serviços públicos essenciais, instalações de geração ou transmissão de energia, instalações militares, instalações de exploração, refino e processamento de petróleo e gás e instituições bancárias e sua rede de atendimento;

Em primeiro exame, poder-se-ia alegar que a legislação antiterrorista seria suficiente para tipificar o apoderamento de aeronave, embarcação ou veículo de transporte. Ocorre que o caput do art. 2º da Lei nº 13.260/2016 **limita os crimes nela constantes** às condutas praticadas “*por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública*”. Ou seja, apenas quando cumpre o requisito subjetivo do caput é que se pode aplicar a referida Lei.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Na ausência do artigo 19 da LSN, haveria significativa lacuna normativa na legislação penal brasileira. O sequestro de aeronaves e embarcações com propósito político, por exemplo, ou motivado por qualquer extremismo violento que não se enquadre no elemento subjetivo acima mencionado, seria fato atípico.

O texto do projeto em discussão, além de descriminalizar conduta evidentemente contrária à segurança pública e à própria estabilidade democrática, **sujeitaria o Brasil a pressões internacionais**. O país é signatário da Convenção para a Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves, de 1970, promulgada pelo Decreto N° 70.201/1972, que estabelece em seu artigo 2º, que *“cada Estado contratante obriga-se a tornar o crime punível com severas penas”*.

Nestes termos, solicito o apoio dos nobres pares à presente proposta de emenda.

Senadora SORAYA THRONICKE



SENADO FEDERAL

PL 2108/2021
00027**EMENDA Nº - PLEN**

(ao PL nº 2108, de 2021)

Dê-se ao art. 359-R do Projeto de Lei nº 2108, de 2021, a seguinte redação e inclua-se o seguinte parágrafo único:

“**Art. 359-R.** Destruir ou inutilizar meios de comunicação ao público, estabelecimentos, instalações ou serviços destinados à defesa nacional, com o fim de abolir o Estado Democrático de Direito:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos.

Parágrafo único. Punem-se os atos preparatórios de sabotagem com a pena deste artigo reduzida de dois terços, se o fato não constitui crime mais grave.”

JUSTIFICAÇÃO

A modificação proposta pretende que o crime de sabotagem seja **mais abrangente e mais protetivo para a segurança nacional**. Além do mais, adiciona o parágrafo único, com a finalidade de que os atos preparatórios de sabotagem passem a ser considerados crimes, antecipando a punição para desde a prática de atos executivos.

Sala das Sessões,

Senador MARCOS DO VAL





SENADO FEDERAL

PL 2108/2021
00028**EMENDA Nº - PLEN**

(ao PL nº 2108, de 2021)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 2108, de 2021:

“**Art. XX.** Revelar segredo obtido em razão de cargo, emprego ou função pública, relativamente a planos, ações ou operações militares ou policiais de caráter estratégico, tático ou operacional.

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 10 (dez) anos.”

JUSTIFICAÇÃO

A ausência de punição contra atos de pessoas ou grupos que queiram atentar contra a segurança nacional **põe em risco o sigilo e a eficácia de tais operações militares ou policiais**. A falta de tipificação desprotege o bem jurídico tutelado.

A adição do dispositivo tem a finalidade de sanar a ausência de punição pela revelação de segredos envolvendo operações contra atos de pessoas ou grupos que queiram atentar contra a segurança nacional, pondo em risco o sigilo e a eficácia de tais operações. Desta forma, busca-se reproduzir no Código Penal a atual redação consagrada no art. 21 da Lei de Segurança Nacional.

Nesses termos, solicito o apoio dos nobres pares à emenda proposta.

Sala das Sessões,

Senador MARCOS DO VAL



PL 2108/2021
00029



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

EMENDA MODIFICATIVA GLOBAL N° - PLEN
(ao PL n° 2108/2021)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei n° 2108, de 2021:

“**Art. XX.** Aliciar indivíduos de outro país para invasão do território nacional.

Pena: reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos.

Parágrafo único. Ocorrendo a invasão, a pena aumenta-se até o dobro.”

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa garantir a **punição caso o autor do fato alicie pessoas que não sejam agentes públicos de governo ou grupo estrangeiro** (caso seja agente público, será cabível o tipo de traição). Desta forma, busca-se reproduzir no Código Penal a atual redação consagrada no art. 10 da Lei de Segurança Nacional.

Nestes termos, solicito o apoio dos nobres pares ao texto proposto.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 2021.

Senador LUIS CARLOS HEINZE
Progressistas/RS

CSC



PL 2108/2021
00030



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

EMENDA MODIFICATIVA GLOBAL Nº - PLEN
(ao PL nº 2108/2021)

Acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito, e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional) e o art. 39 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).

Art. 2º A Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescida do seguinte Título XII:

“TÍTULO XII
DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

CAPÍTULO I
DOS CRIMES CONTRA A SOBERANIA NACIONAL

Atentado à soberania

Art. 359-I. Negociar com governo ou grupo estrangeiro, ou seus agentes, com o fim de provocar atos típicos de guerra ou de hostilidade contra o País ou invadi-lo:

Pena: reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

Parágrafo único. Aumenta-se a pena de metade até o dobro, se declarada a guerra ou sendo desencadeados atos de hostilidade em decorrência das condutas previstas no caput.

Atentado à integridade territorial

Art. 359-J. Tentar desmembrar parte do território nacional para constituir país independente:

Pena: reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.

Submissão do território nacional a domínio estrangeiro

Art. 359-K. Tentar submeter o território nacional, ou parte dele, ao domínio ou à soberania de outro país:

Pena: reclusão, de 4 (quatro) a 20 (vinte) anos.

Aliciamento de estrangeiro para invasão do território nacional

Art. 359-L. Aliciar indivíduos de outro país para invasão do território nacional.

Pena: reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos.

Parágrafo único. Ocorrendo a invasão, a pena aumenta-se até o dobro.

Propaganda de guerra ou atos hostis

Art. 359-M. Fazer, em público, propaganda de guerra ou de atos hostis.

Pena: detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 1º Sujeita-se à mesma pena quem distribui ou redistribui fundos destinados a realizar a propaganda de que trata este artigo;

§ 2º Não constitui propaganda criminosa a exposição, a crítica ou o debate de quaisquer doutrinas.

Espionagem

Art. 359-N. Comunicar ou entregar, ou permitir a comunicação ou entrega a governo estrangeiro, a seus agentes, ou a organização criminosa estrangeira, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, documentos ou informações que possuam natureza sigilosa, nos termos da lei:

Pena: reclusão, de 3 (três) a 12 (doze) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem mantém serviço de espionagem ou dele participa, com o objetivo de realizar os atos previstos nesse artigo.

§ 2º Se o documento, dado ou informação for transmitido ou revelado com violação do dever de sigilo:

Pena: reclusão, de 6 (seis) a 15 (quinze) anos.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

§ 3º Facilitar a prática de qualquer dos crimes previstos neste artigo mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha, ou de qualquer outra forma de acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações.

Pena: detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 4º Não constitui crime a comunicação, entrega ou publicação de informações ou documentos com o fim de expor a prática de crime ou violação de direitos humanos.

Revelação de segredo militar ou policial

Art. 359-O. Revelar segredo obtido em razão de cargo, emprego ou função pública, relativamente a planos, ações ou operações militares ou policiais.

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 10 (dez) anos.

Sabotagem à defesa nacional

Art. 359-P. Destruir ou inutilizar meios de comunicação ao público, estabelecimentos, instalações ou serviços destinados à defesa nacional:

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos.

Parágrafo único. Punem-se os atos preparatórios de sabotagem com a pena deste artigo reduzida de dois terços, se o fato não constitui crime mais grave.

CAPÍTULO II

DOS CRIMES CONTRA AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Abolição do Estado Democrático de Direito

Art. 359-Q. Tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais.

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único. Não configura violência ou grave ameaça a manifestação crítica aos poderes constitucionais, aos membros de Poder ou agentes públicos ou a calúnia, injúria ou difamação dirigida a membros de Poder ou a agentes públicos, que serão objeto de apuração e processamento na forma da legislação ordinária.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

Golpe de Estado

Art. 359-R. Tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído:

Pena: reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, além da pena correspondente à violência.

CAPÍTULO III
DOS CRIMES CONTRA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES
DEMOCRÁTICAS NO PROCESSO ELEITORAL

Interrupção do processo eleitoral

Art. 359-S. Impedir ou perturbar a eleição ou a aferição de seu resultado, mediante violação indevida de mecanismos de segurança do sistema eletrônico de votação estabelecido pela Justiça Eleitoral:

Pena: reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

CAPÍTULO IV
DOS CRIMES CONTRA O TRANSPORTE COLETIVO

Apoderamento de transporte coletivo

Art. 359-T. Apoderar-se ou exercer o controle de aeronave, embarcação ou veículo de transporte coletivo, com emprego de violência ou grave ameaça à tripulação ou a passageiros.

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 10 (dez) anos.

Parágrafo único. Se do fato resulta lesão corporal grave, a pena aumenta-se até o dobro; se resulta morte, aumenta-se até o triplo.

CAPÍTULO V
DO ATENTADO

Atentado pessoal por inconformismo político

Art. 359-U. Praticar atentado pessoal por inconformismo político.

Pena: reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos.

Parágrafo único. Se do fato resulta lesão corporal grave, a pena aumenta-se até o dobro; se resulta morte, aumenta-se até o triplo.

Atentado contra a liberdade pessoal de autoridade de poder

Art. 359-V. Atentar contra a liberdade pessoal Presidente da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Supremo Tribunal Federal.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

Pena: reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.

Lesão corporal de autoridade de poder

Art. 359-W. Ofender a integridade corporal ou a saúde do Presidente da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Supremo Tribunal Federal.

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 3 (três) anos.

Lesão corporal grave de autoridade de poder

§ 1º Se a lesão é grave:

Pena: reclusão de 3 (três) a 15 (quinze) anos.

Lesão corporal seguida de morte de autoridade de poder

§ 2º Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que este resultado pode ser atribuído a título de culpa ao agente.

Pena: reclusão de 10 (dez) a 30 (trinta) anos.

Homicídio de autoridade de poder

Art. 359-X. Matar o Presidente da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Supremo Tribunal Federal.

Pena: reclusão, de 15 (quinze) a 30 (trinta) anos.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 359-Y. Não constitui crime previsto neste Título a manifestação crítica aos poderes constitucionais membros de Poder ou agentes públicos, nem a atividade jornalística nem a crítica de caráter individual ou, ainda, a reivindicação de direitos e garantias constitucionais por meio de passeatas, reuniões, greves, aglomerações ou qualquer outra forma de manifestação política, de caráter coletivo ou individual.

Parágrafo único. Não configura violência ou grave ameaça a manifestação crítica aos poderes constitucionais, aos membros de Poder ou a agentes públicos ou a calúnia, injúria ou difamação dirigida a membros de Poder ou a agentes públicos, que serão objeto de apuração e processamento na forma da legislação ordinária.

Aumento de pena

Art. 359-Z. Nos crimes definidos neste Título, a pena é aumentada:





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

I – em um terço, se o crime é cometido com violência ou grave ameaça exercidas com emprego de arma de fogo;

II – em um terço, cumulada com a perda do cargo ou da função pública, se o crime é cometido por funcionário público;

III – em metade, cumulada com a perda do posto e da patente ou da graduação, se o crime é cometido por militar; e

IV – em um terço se o crime é cometido a mando ou mediante financiamento de grupo, organização ou Estado estrangeiro.

Art. 359-AA. São considerados crimes hediondos, nos termos da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, os crimes previstos no art. 359-V, §§1º e 2º do art. 359-W, e no art. 359-X previstos deste Título. ”

Art. 3º Os arts. 141 e 286 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 141.

.....
II – contra funcionário público, em razão de suas funções, ou contra o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados ou o do Supremo Tribunal Federal. (NR)”

“Art. 286.

.....
Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem incita, publicamente, a animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade. (NR)”

“Art. 288-A. Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar crimes ou combativa. (NR)”

Art. 4º Fica revogada a Lei nº 7.170, de 14 de setembro de 1983 e o art. 39 da Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

JUSTIFICAÇÃO

Com intuito de contribuir para o debate sobre a legislação relativa aos crimes contra o Estado Democrático de Direito, tomamos a iniciativa de propor uma emenda substitutiva global ao Projeto de Lei 2108/21 que consolida as preocupações técnicas dos órgãos responsáveis pela defesa nacional, os ajustes necessários à preservação da liberdade de expressão e de crítica aos poderes constituídos e agentes públicos, à livre circulação e debate de ideias e à preservação da atividade política e parlamentar.

Inicialmente, alteramos a proposta para que a proposição seja legislação autônoma, em razão da gravidade das condutas.

Na tipificação do atentado à soberania, re inserimos o termo “hostilidade” para restabelecer hipóteses de punição estatal quando o agente atentar contra a segurança de seu próprio país, ainda que não haja ato típico de guerra. A proteção do bem jurídico visado, que é a proteção da integridade territorial do país ou de sua segurança contra agressão estrangeira, demanda um escopo maior de abrangência do tipo penal.

Na tipificação do atentado à integridade territorial fizemos ajustes com o propósito de tipificar a mera tentativa de desmembramento, tendo em vista que, se levado a efeito, o desmembramento efetivado teria reflexos na própria aplicação da legislação penal.

Em seguida, tipificamos a tentativa de submissão do território nacional a domínio estrangeiro em dispositivo apartado e ajustamos a redação para que o delito seja de execução livre e não como aponta o projeto de lei, o qual somente ocorrerá se estiver o agente participando de operação bélica.

A fim de reforçar a preservação do território nacional, introduzimos a tipificação do aliciamento de estrangeiro para invasão do território nacional.

Tipificamos, ainda, a revelação de segredo militar ou policial, pois a ausência do dispositivo facilitaria a ação de pessoas ou grupos que queiram atentar contra a defesa nacional.

No dispositivo seguinte, tipificamos a propaganda de guerra ou atos hostis, pois a ausência de punição para propagandas que incitem a guerra poderá fazer com que indivíduos ou grupo de pessoas causem incidentes diplomáticos para o Brasil em relação



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze**

aos outros países, ou mesmo passem a defender livremente propostas belicosas ou de insurreição nacional.

Ajustamos a proposta de tipificação do crime de espionagem e adequamos a conceituação ao disposto no Sistema Brasileiro de Inteligência, bem assim observamos a classificação proposta pela Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação LAI). Além disso, deslocamos o dispositivo a fim de aumentar a coerência normativa.

Em sequência, mantivemos a tipificação da tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito e, com o propósito de preservar a liberdade de crítica e expressão, estabelecemos que não configura violência ou grave ameaça a manifestação crítica aos poderes constitucionais, aos membros de Poder ou agentes públicos ou a calúnia, injúria ou difamação dirigida a membros de Poder ou a agentes públicos que serão objeto de apuração e processamento na forma da legislação ordinária

Posteriormente, mantivemos a tipificação do golpe de Estado como a tentativa de deposição, por meio de violência ou grave ameaça, do governo legitimamente constituído.

No capítulo III – Dos Crimes contra o Funcionamento das Instituições Democráticas nas Eleições – mantivemos a tipificação proposta no Projeto de Lei para a interrupção do processo eleitoral e suprimimos as propostas relativas a comunicação enganosa em massa, violência política e admissão da legitimidade do partido político propor ação privada subsidiária nas hipóteses do Capítulo.

Entendemos que a matéria controversa e com potencial de instituição de censura e inibição do debate de ideias na arena política. A participação do eleitorado no debate político e acerca da conduta do agente político deve ser prestigiada. A proposta, com redação genérica, tem o efeito de afastar o eleitor do debate político o que reduz sua capacidade de definir as suas escolhas eleitorais. O tipo de comunicação enganosa não é claro qual conduta é objeto da criminalização, gerado enorme insegurança jurídica. A proposta, em verdade, limita o debate de ideias na arena política que permite a concorrência de opiniões na democracia em busca da aprovação popular e, consequentemente, eleitoral, enfraquecendo o processo democrático e, em última análise, a própria atuação parlamentar.

O fato é que a tecnologia aumentou exponencialmente a circulação de informação – verdadeiras e falsas. O incentivo à circulação das informações – e não sua restrição – é que tem o condão de esclarecer eventual falsidade de determinada informação. Quanto





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

ao tipo de violência política, – e uso aqui a inversão proposta pelo filósofo Michael Foucault, à frase célebre do general Clausewitz - , “a política é a guerra por outros meios” e, portanto, por vezes, aparentemente “violenta”. Nesse contexto, o tipo também inibe a atividade político-parlamentar.

Por fim, legitimidade para partido político propor ação privada subsidiária nas hipóteses do Capítulo não se mostra razoável para o equilíbrio e a pacificação das forças políticas no Estado Democrático de direito, pois permite a perseguição política, no âmbito criminal, de adversários políticos ou até mesmo meros eleitores, o que deve ser evitado a todo custo. Além do mais, não é atribuição de partido político, fora do ambiente eleitoral, participar ou intervir na persecução penal ou na atuação criminal do Estado.

No que se refere à tipificação do atentado ao direito à manifestação, optamos por sua supressão. A dificuldade de caracterizar, a priori e no momento da ação operacional, o que seja manifestação pacífica gera grave insegurança jurídica para agentes públicos das forças de segurança responsáveis pela manutenção da ordem.

Posteriormente, tipificamos o apoderamento de transporte coletivo com emprego de violência ou grave ameaça à tripulação ou a passageiros devido à lesividade social da conduta.

A seguir, introduzimos o Capítulo “Do Atentado” com o objetivo de reprimir condutas violentas contra a pessoa por inconformismo político e contra autoridades de poder constitucional com o objetivo de manter a liberdade política. Assim, foram tipificados o atentado pessoal por inconformismo político, o atentado contra a liberdade pessoal de autoridade de poder, a lesão corporal, a lesão corporal e a lesão corporal seguida de morte de autoridade de poder e o homicídio de autoridade de poder.

Nas disposições comuns, sugerimos aprimoramento redacional para garantir o exercício de manifestação e de crítica, incluímos causa de aumento de pena de um terço se o crime é cometido a mando ou mediante financiamento de grupo, organização ou Estado estrangeiro e esclarecemos que o atentado contra a liberdade pessoal de autoridade de poder, a lesão corporal, a lesão corporal e a lesão corporal seguida de morte de autoridade de poder e o homicídio de autoridade de poder são considerados crimes hediondos com o objetivo de estabelecer equivalência de tratamento com a legislação em vigor.

Em seguida, mantivemos as alterações propostas no Código Penal e inserimos alteração no Art. 288-A do referido Código que tipifica o crime de constituição de milícia privada, incluindo que o tipo é aplicável quando o grupo militar tiver finalidade combativa e





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

suprimindo a parte final do dispositivo vigente, com o objetivo de permitir que as condutas também sejam aplicáveis aos tipos penais de que trata essa proposição.

Por fim, mantivemos as cláusulas revocatórias e de vigência.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 2021.

Senador LUIS CARLOS HEINZE
Progressistas/RS

CSC



PL 2108/2021
00031



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

EMENDA MODIFICATIVA Nº - PLEN
(ao PL nº 2108/2021)

O artigo 359-I do Projeto de Lei nº 2108, de 2021, e o seu § 1º, passa a vigorar com a seguinte redação, suprimindo-se o seu § 2º e incluindo-se, onde couber, o novo dispositivo dele decorrente:

Art. 359-I. Negociar com governo ou grupo estrangeiro, ou seus agentes, com o fim de provocar atos típicos de guerra ou de hostilidade contra o País ou invadi-lo:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

§ 1º Aumenta-se a pena de metade até o dobro, se declarada a guerra ou sendo desencadeados atos de hostilidade em decorrência das condutas previstas no caput.”

.....
“Art. XX. Tentar submeter o território nacional, ou parte dele, ao domínio ou à soberania de outro país:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.”

JUSTIFICAÇÃO

A retirada do termo “hostilidade” reduz as hipóteses de punição estatal quando o agente atentar contra a segurança de seu próprio país.

O tipo penal apresentado no caput da proposição em questão é insuficiente para a proteção do bem jurídico visado, que é a proteção da integridade





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

territorial do país ou de sua segurança contra agressão estrangeira. Desta forma, a emenda contempla a inclusão do termo atos de “hostilidade” para que não haja a redução das hipóteses de punição estatal quando o agente atentar contra a segurança de seu próprio país

No tocante ao § 2º, a emenda visa ampliar o ato executivo correspondente ao tipo penal, para que o delito seja de execução livre e não como aponta o projeto de lei, o qual somente ocorrerá se estiver o agente participando de operação bélica.

Nestes termos, solicito o apoio dos nobres pares à emenda proposta.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 2021.

Senador LUIS CARLOS HEINZE
Progressistas/RS

CSC



**PL 2108/2021
00032****EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 2108, de 2021)**

Suprima-se o art. 359-S e o inciso III do art. 359-U do Projeto de Lei nº 2108, de 2021, que tipifica o atentado a direito de manifestação e prevê aumento de pena para militares, com a perda do posto e da patente ou graduação.

JUSTIFICAÇÃO

O dispositivo, na forma como proposto, leva à dificuldade de caracterizar, a priori e no momento da ação operacional, o que seja manifestação pacífica, gerando grave insegurança jurídica para os órgãos responsáveis pela manutenção da ordem. Além do mais, ao prever aumento de pena para militares, com a perda do posto e da patente ou graduação, estar-se-á criando uma verdadeira ameaça para inibir a atuação das forças de segurança na preservação da ordem pública. Não haverá força pública capaz de cumprir sua missão de restabelecer a ordem pública em manifestações ou protestos em que haja o bloqueio de estradas, o fechamento de ruas e o impedimento de acesso em prédios públicos.

Nestes termos, solicitamos o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões,

Senador





PL 2108/2021
00033

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 2108, de 2021)

Suprimam-se o art. **359-S** e o inciso **III do art. 359-U** acrescidos ao Decreto Lei nº 2.848 de 1940 (Código Penal) nos termos do art. 2º do Projeto de Lei nº 2108, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

Os referidos dispositivos constantes do PL nº 2108, de 2021 podem gerar insegurança jurídica aos órgãos responsáveis pela manutenção da ordem. O texto dificulta, *a priori* e no momento da ação operacional, o que seja manifestação pacífica, gerando grave insegurança jurídica para os órgãos responsáveis pela manutenção da ordem.

Além dessa subjetividade indesejada em texto legal, sobretudo de matéria penal, a previsão de aumento de pena para militares com a perda do posto e da patente ou graduação, cria uma verdadeira ameaça que inibirá a atuação das forças de segurança na preservação da ordem pública.

A prevalecer esse entendimento, o efeito prático é que não haverá força de segurança capaz de cumprir sua missão de restabelecer a ordem pública em manifestações ou protestos em que haja o bloqueio de estradas, o fechamento de ruas e o impedimento de acesso em prédios públicos.

Nestes termos, solicitamos o apoio dos nobres pares.

Sala da Comissão,

Senador LASIER MARTINS
(PODEMOS-RS)





PL 2108/2021
00034

SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 2108, de 2021)

Insira-se no Capítulo IV do Título XII do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, na forma do Projeto de Lei nº 2108, de 2021, o seguinte art. 359-S, renumerando-se os subsequentes:

“Atentado contra o Serviço de Segurança Pública

Art. 359-S. Atentar contra o Serviço de Segurança Pública mediante crime contra a vida e/ou crime contra a liberdade individual de agente de segurança pública, no exercício de sua função:

Pena – reclusão de dois a quatro anos, sem prejuízo da pena correspondente ao crime praticado contra o agente.”

JUSTIFICAÇÃO

O Serviço de Segurança Pública é essencial para a estabilidade da democracia, de modo que o Projeto de Lei nº 2.108, de 2021, se ressente de disposição para tutelar esse importantíssimo e imprescindível serviço público.

A ideia é estabelecer que o atentado ao Serviço de Segurança Pública, mediante crime contra a vida e/ou crime contra a liberdade individual de agente de segurança pública, no exercício de sua função, implique a pena de reclusão, de dois a quatro anos, sem prejuízo da pena específica decorrente do crime praticado contra o agente.

Pretendemos, com esta emenda, tutelar a Segurança Pública e resguardar o desempenho dos seus agentes.

Sala das Sessões,

Senador CARLOS PORTINHO
PL/RJ



PL 2108/2021
00035

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 2108, de 2021)

Suprima-se o **art. 359-S** e o **inciso III do art. 359-U** do Projeto de Lei nº 2108, de 2021, que tipifica o atentado a direito de manifestação e prevê aumento de pena para militares, com a perda do posto e da patente ou graduação.

JUSTIFICAÇÃO

O dispositivo, na forma como proposto, leva à dificuldade de caracterizar, *a priori* e no momento da ação operacional, o que seja manifestação pacífica, gerando grave insegurança jurídica para os órgãos responsáveis pela manutenção da ordem.

Além do mais, ao prever aumento de pena para militares, com a perda do posto e da patente ou graduação, estar-se-á criando uma verdadeira ameaça para inibir a atuação das forças de segurança na preservação da ordem pública.

Não haverá força pública capaz de cumprir sua missão de restabelecer a ordem pública em manifestações ou protestos em que haja o bloqueio de estradas, o fechamento de ruas e o impedimento de acesso em prédios públicos.

Nestes termos, solicitamos o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões,

Senador



PL 2108/2021
00036



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

EMENDA MODIFICATIVA Nº - PLEN
(ao PL nº 2108/2021)

Dê-se ao art. 359-O do Projeto de Lei nº 2108, de 2021, e inclua-se o seguinte parágrafo único:

“Art. 359-O. Financiar ou contratar, pessoalmente ou por interposta pessoa, mediante uso de expediente não fornecido diretamente pelo provedor de aplicação de mensagem privada, campanha ou iniciativa para disseminar fatos que sabe inverídicos capazes de colocar em risco a higidez do processo eleitoral:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único. Não configura o crime previsto no *caput* a mera reprodução, encaminhamento ou manifestação de apoio a fato disseminado por terceiro, ainda que por meio de comunicação de caráter público.”

JUSTIFICAÇÃO

Entendemos que o mais adequado é a supressão do art. 359-O. O tipo não é claro qual conduta é objeto da criminalização, gerado enorme insegurança jurídica. A proposta, em verdade, limita o debate de ideias na arena política que permite a concorrência de opiniões na democracia em busca da aprovação popular e, consequentemente, eleitoral, enfraquecendo o processo democrático.

No entanto, compreendendo a sensibilidade do tema, propomos redação alternativa, com readequação do tipo (verbos), excluindo-se a parte final do *caput* (não é matéria eleitoral) e inclusão do parágrafo único a fim de se preservar a troca de ideias





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

e informações entre eleitores, ainda que pendentes de apuração e de verificação cabal de sua veracidade.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 2021.

Senador LUIS CARLOS HEINZE
Progressistas/RS

CSC





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

**PL 2108/2021
00037****EMENDA Nº - PLEN**
(ao PL Nº 2.108, DE 2021)

Inclua-se onde couber o seguinte Título ao PL 2108, de 2021:

CAPÍTULO ____
DO ATENTADO

“Atentado pessoal por inconformismo político

Art. __. Praticar atentado pessoal por inconformismo político.

Pena: reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos.

Parágrafo único. Se do fato resulta lesão corporal grave, a pena aumenta-se até o dobro; se resulta morte, aumenta-se até o triplo.

Atentado contra a liberdade pessoal de autoridade de poder

Art. __. Atentar contra a liberdade pessoal Presidente da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Supremo Tribunal Federal.

Pena: reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.

Lesão corporal de autoridade de poder

Art. __. Ofender a integridade corporal ou a saúde do Presidente da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Supremo Tribunal Federal.

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 3 (três) anos.

Lesão corporal grave de autoridade de poder

§ 1º Se a lesão é grave:

Pena: reclusão de 3 (três) a 15 (quinze) anos.

Lesão corporal seguida de morte de autoridade de poder

§ 2º Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que este resultado pode ser atribuído a título de culpa ao agente.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Pena - reclusão de 10 a 30 anos.

Homicídio de autoridade de poder

Art. ____ Matar o Presidente da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Supremo Tribunal Federal.

Pena: reclusão, de 15 (quinze) a 30 (trinta) anos.

Art. São considerados crimes hediondos, nos termos da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, os crimes de atentado contra a liberdade pessoal de autoridade de poder, de lesão corporal de autoridade de poder na forma qualificada e de homicídio de autoridade de poder previstos neste Capítulo.”

JUSTIFICAÇÃO

Com intuito de contribuir para o debate sobre a legislação relativa aos crimes contra o Estado Democrático de Direito, tomamos a iniciativa de propor uma emenda que introduz o Capítulo “Do Atentado” na proposição legislativa.

A emenda busca estabelecer tipos penais para reprimir condutas violentas contra a pessoa por inconformismo político e contra autoridades de poder constitucional com o objetivo de manter a liberdade política.

Assim, foram tipificados o atentado pessoal por inconformismo político, o atentado contra a liberdade pessoal de autoridade de poder, a lesão corporal, a lesão corporal e a lesão corporal seguida de morte de autoridade de poder e o homicídio de autoridade de poder.

Senadora SORAYA THRONICKE





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

**PL 2108/2021
00038****EMENDA Nº - PLEN****(ao PL Nº 2.108, DE 2021)**

Dê-se ao art. 359-T do Projeto de Lei nº 2108, de 2021, a seguinte redação, e inclua-se o seguinte parágrafo único:

“Art. 359-T. Não constitui crime previsto nesse Título a manifestação crítica aos poderes constitucionais membros de Poder ou agentes públicos, nem a atividade jornalística nem a crítica de caráter individual ou, ainda, a reivindicação de direitos e garantias constitucionais por meio de passeatas, reuniões, greves, aglomerações ou qualquer outra forma de manifestação política, de caráter coletivo ou individual.

Parágrafo Único. Não configura violência ou grave ameaça a manifestação crítica aos poderes constitucionais, aos membros de Poder ou a agentes públicos ou a calúnia, injúria ou difamação dirigida a membros de Poder agentes públicos que serão objeto de apuração e processamento na forma da legislação ordinária.”

JUSTIFICAÇÃO

O texto sugerido na presente emenda visa o aprimoramento redacional para garantir o exercício de manifestação e de crítica.

Senadora SORAYA THRONICKE



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

PL 2108/2021
00039**EMENDA Nº - PLEN**
(ao PL Nº 2.108, DE 2021)

Dê-se ao art. 359-O do Projeto de Lei nº 2108, de 2021, e inclua-se o seguinte parágrafo único:

“Art. 359-O. Financiar ou contratar, pessoalmente ou por interposta pessoa, mediante uso de expediente não fornecido diretamente pelo provedor de aplicação de mensagem privada, campanha ou iniciativa para disseminar fatos que sabe inverídicos capazes de colocar em risco a higidez do processo eleitoral:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único. Não configura o crime previsto no *caput* a mera reprodução, encaminhamento ou manifestação de apoio a fato disseminado por terceiro, ainda que por meio de comunicação de caráter público.”

JUSTIFICAÇÃO

Entendemos que o mais adequado é a supressão do art. 359-O. O tipo não é claro qual conduta é objeto da criminalização, gerado enorme insegurança jurídica. A proposta, em verdade, limita o debate de ideias na arena política que permite a concorrência de opiniões na democracia em busca da aprovação popular e, conseqüentemente, eleitoral, enfraquecendo o processo democrático.

No entanto, compreendendo a sensibilidade do tema, propomos redação alternativa, com readequação do tipo (verbos), excluindo-se a parte final do *caput* (não é matéria eleitoral) e inclusão do parágrafo único a fim de se preservar a troca de ideias e informações entre eleitores, ainda que pendentes de apuração e de verificação cabal de sua veracidade.

Senadora SORAYA THRONICKE

PL 2108/2021
00040



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 2108/2021)

Dê-se ao art. 359-T do Projeto de Lei nº 2108, de 2021, a seguinte redação, e inclua-se o seguinte parágrafo único:

“Art. 359-T. Não constitui crime previsto nesse Título a manifestação crítica aos poderes constitucionais membros de Poder ou agentes públicos, nem a atividade jornalística nem a crítica de caráter individual ou, ainda, a reivindicação de direitos e garantias constitucionais por meio de passeatas, reuniões, greves, aglomerações ou qualquer outra forma de manifestação política, de caráter coletivo ou individual.

Parágrafo Único. Não configura violência ou grave ameaça a manifestação crítica aos poderes constitucionais, aos membros de Poder ou a agentes públicos ou a calúnia, injúria ou difamação dirigida a membros de Poder agentes públicos que serão objeto de apuração e processamento na forma da legislação ordinária.”

JUSTIFICAÇÃO

O texto sugerido na presente emenda visa o aprimoramento redacional para garantir o exercício de manifestação e de crítica.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 2021.

Senador LUIS CARLOS HEINZE
Progressistas/RS

CSC





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1808, DE 2021

Destaque, para votação em separado, do inciso III do artigo 359-U do PL 2108/2021.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Liderança do Podemos

REQUERIMENTO Nº DE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do Podemos, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, do inciso III do artigo 359-U do PL 2108/2021, que “acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)”.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 2021.

Senador Alvaro Dias
(PODEMOS - PR)
Líder

SF/21157.04175-32 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1809, DE 2021

Destaque, para votação em separado, do artigo 359-S do PL 2108/2021.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Liderança do Podemos

REQUERIMENTO Nº DE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do Podemos, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, do artigo 359-S do PL 2108/2021, que “acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)”.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 2021.

Senador Alvaro Dias
(PODEMOS - PR)
Líder



SF/21803.88242-50 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1810, DE 2021

Destaque, para votação em separado, da Emenda nº 18 ao PL nº 2108/2021.

AUTORIA: Senador Telmário Mota (PROS/RR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Liderança do PROS, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 18 ao PL 2108/2021, que “acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)”.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2021.

Senador Telmário Mota
(PROS - RR)
Líder PROS

SF/21462.19647-89 (LexEdit)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1812, DE 2021

Destaque, para votação em separado, da Emenda 34-PLEN, ao PL 2108/2021.

AUTORIA: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do Partido Liberal

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do Partido Liberal, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 34-PLN ao PL 2108/2021, que “acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)”.

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda insere no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal “Atentado contra o Serviço de Segurança Pública”.

O Serviço de Segurança Pública é essencial para a estabilidade da democracia, de modo que o Projeto de Lei nº 2.108, de 2021, se ressentir de disposição para tutelar esse importantíssimo e imprescindível serviço público.

A ideia é estabelecer que o atentado ao Serviço de Segurança Pública, mediante crime contra a vida e/ou crime contra a liberdade individual de agente de segurança pública, no exercício de sua função, implique a pena de reclusão, de dois a quatro anos, sem prejuízo da pena específica decorrente do crime praticado contra o agente.

Pretendemos, com esta emenda, tutelar a Segurança Pública e resguardar o desempenho dos seus agentes.



Requiro, em nome da Liderança do Partido Liberal, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 34-PLN ao PL 2108/2021, que “acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14...

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2021.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)
Líder do Partido Liberal





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1818, DE 2021

Destaque, para votação em separado, da Emenda nº 20-PLEN, ao PL nº 2108/2021.

AUTORIA: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requeiro, em nome Liderança do MDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da EM 20-PLEN do PL 2108/2021, que “acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)”.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2021.

Senador Eduardo Braga
Líder do MDB

SF/21925.07095-02 (LexEdit)



Projeto de Lei nº 2077/2019





SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 2077, de 2019**, que *"Cria o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública, a ser concedido a entidades públicas e privadas sem fins lucrativos prestadoras de relevantes e notórios serviços à saúde pública, e o concede à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ao Instituto Butantan."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	001

TOTAL DE EMENDAS: 1



[Página da matéria](#)



PL 2077/2019
00001

EMENDA Nº -PLEN
(ao PL nº 2.077, de 2019)

Suprima-se o art. 5º do Projeto de Lei (PL) nº 2.077, de 2019, renumerando-se os demais.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 5º determina que a dissolução das entidades intituladas Patrimônio Nacional da Saúde Pública deverá ser precedida de audiência pública para discussão de sua necessidade e oportunidade.

Consideramos que, no que se refere às entidades privadas sem fins lucrativos, a pretendida restrição encontra limite na Constituição Federal, que assegura a liberdade de associação para fins lícitos (art. 5º, XVII) e a vedação da interferência estatal no funcionamento das associações (art. 5º, XVIII).

A liberdade associativa não admite, por cláusula pétrea, ingerências no direito de dissolver espontaneamente uma associação, pois não se pode obrigá-la a existir. A interferência do Poder Legislativo, direta ou indiretamente, através de ato normativo, no funcionamento das associações, afigura-se inconstitucional.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

PARECER Nº 162, DE 2021

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 2.077, de 2019, do Deputado Jorge Solla, que *cria o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública, a ser concedido a entidades públicas e privadas sem fins lucrativos prestadoras de relevantes e notórios serviços à saúde pública, e o concede à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ao Instituto Butantan.*



SF/21817.13390-41

Relatora: Senadora **LEILA BARROS**

I – RELATÓRIO

Vem para deliberação do Plenário do Senado Federal o Projeto de Lei (PL) nº 2.077, de 2019, de autoria do Deputado Jorge Solla, que *cria o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública, a ser concedido a entidades públicas e privadas sem fins lucrativos prestadoras de relevantes e notórios serviços à saúde pública, e o concede à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ao Instituto Butantan.*

Para tanto, o art. 1º da proposição institui o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública e define as instituições às quais a homenagem se destina, bem como as atividades que devem ser por elas desenvolvidas.

O art. 2º, a seu turno, estabelece os critérios que devem ser cumpridos pelas instituições para que o título lhes seja outorgado.

De outra sorte, os arts. 3º e 4º asseguram, às entidades agraciadas com o título, em igualdade de condições, preferência na liberação de emendas parlamentares e em processos seletivos de aquisição de bens e serviços e de concessão de fomento social em sua área de atuação, assim como na obtenção de linhas de crédito público.





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

2

Nos termos do art. 5º, a dissolução das entidades detentoras do título deverá ser precedida de audiência pública para discussão de sua necessidade e oportunidade.

O art. 6º, por sua vez, determina que, à exceção da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do Instituto Butantan, caberá ao Congresso Nacional, mediante resolução legislativa, a concessão do título.

Por fim, o art. 7º encerra a cláusula de vigência, prevista para a data da publicação da lei em que se converter a matéria.

Na justificção, afirma-se que o propósito da iniciativa consiste em reconhecer as entidades que, há mais de 70 anos, prestam relevantes e notórios serviços à saúde e valorizar aquelas que contribuem para o desenvolvimento da saúde no país, atendendo de forma desinteressada aos interesses da coletividade.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi distribuída à apreciação conclusiva das Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Encaminhado ao Senado Federal, o projeto recebeu uma emenda.

II – ANÁLISE

O PL nº 2.077, de 2019, é submetido à apreciação do Plenário nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que instituiu o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal.

Sob a ótica da constitucionalidade, não há óbice à proposição, porquanto esta cumpre as diretrizes previstas nos incisos IX e XII do art. 24 da Carta Magna, que preceitua a competência da União, em concorrência com os Estados e o Distrito Federal, para legislar, respectivamente, sobre cultura e sobre proteção e defesa da saúde.



SF/21817.13390-41





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

3

Além disso, a Carta Magna também confere ao Congresso Nacional a atribuição para dispor sobre tais temas, nos termos do *caput* do art. 48, não havendo que se falar em vício de iniciativa.

Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Não vislumbramos, ademais, vícios de injuridicidade.

No mérito, é louvável e muito bem-vinda a iniciativa em apreço, consistente em reconhecer os bons préstimos de entidades que prestam relevantes e notórios serviços à saúde.

A presente proposição já agracia duas instituições com o título: Fiocruz e Instituto Butantan. De fato, no atual panorama de pandemia da covid-19, as duas entidades demonstram igual relevância para a saúde pública, não apenas no cenário nacional, mas também em perspectiva internacional.

A Fiocruz é a mais destacada instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina. Sua atuação é pautada pela promoção da saúde e do desenvolvimento social, pela geração e difusão de conhecimento científico e tecnológico e pela defesa da cidadania.

Com mais de cem anos de história, a trajetória dessa instituição confunde-se com o desenvolvimento da saúde pública no país. Atualmente, a Fiocruz garante a autossuficiência em vacinas essenciais para o calendário básico de imunização do Ministério da Saúde.

Desde o início do enfrentamento da pandemia no Brasil, como um dos pilares na estratégia de combate ao vírus Sars-CoV-2, a Fiocruz tem feito parte das diversas frentes nacionais e internacionais de busca pela vacina contra a covid-19. A principal aposta da fundação é um acordo com a biofarmacêutica AstraZeneca para produzir, no Brasil, a vacina contra o novo coronavírus desenvolvida pela Universidade de Oxford. A assinatura do acordo com o Reino Unido também objetivou garantir a produção totalmente nacional com a transferência total de tecnologia.





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

4

Na fundação, ainda são executados mais de mil projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, que produzem conhecimentos para o controle de doenças como Aids, Chagas, tuberculose, hanseníase, malária, entre outras. Ademais, a Fiocruz é a principal instituição não-universitária de formação e qualificação de recursos humanos para o SUS e para a área de ciência e tecnologia no Brasil, além de oferecer 32 programas de pós-graduação *stricto sensu*, uma escola de nível técnico e vários programas *lato sensu*.

O Instituto Butantan, a seu turno, é a maior produtora de imunobiológicos do Brasil, responsável pela produção de grande parte de soros hiperimunes e antígenos vacinais utilizados pelo Ministério da Saúde no Programa Nacional de Imunizações (PNI).

Instituição pública ligada à Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo, o Butantan foi fundado no ano de 1901. Mais de um século depois de sua fundação, o instituto é hoje um destacado centro de pesquisa biomédica, que integra pesquisas científicas e tecnológicas, produção de imunobiológicos e divulgação técnico-científica

Em função de parceria firmada com farmacêutica chinesa Sinovac, o Butantan foi um dos primeiros fornecedores de vacinas para prevenção da covid-19. Segundo a entidade, até a última sexta-feira, dia 30 de julho, foram fornecidas mais de 62 milhões de doses ao Ministério da Saúde desde 17 de janeiro deste ano, quando o uso emergencial do imunizante contra a covid-19 foi aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Percebemos, diante do exposto, que tanto a Fiocruz quanto o Instituto Butantan de fato representam um Patrimônio Nacional da Saúde Pública.

Nunca a população brasileira percebeu tanto a importância do nosso sistema de saúde, e é difícil pensar em saúde pública, em território nacional, sem, de imediato, recordarmos as inúmeras conquistas nesse campo que foram alcançadas graças ao árduo trabalho dos cientistas e trabalhadores de ambas as instituições, que dedicaram suas vidas ao progresso da ciência no país.



SF/21817.13390-41





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

5

Nesse momento em que ressoam vozes em defesa do obscurantismo, nossa função é resistir, por meio da instituição de mecanismos de apoio ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Assim, declaro nosso apoio à aprovação desta proposição, que cumpre o belíssimo objetivo de criar um meio para condecorar as instituições, com destaque para a Fiocruz e o Instituto Butantan, que mudaram os rumos da saúde pública do Brasil nas últimas décadas.

No que concerne à técnica legislativa, um pequeno reparo redacional se impõe: o art. 1º dispõe que o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública **é concedido a instituições públicas** e privadas sem fins lucrativos, ao mesmo tempo em que o parágrafo único do mesmo artigo estabelece que o patrimônio nacional da saúde pública **é constituído pelas atividades desenvolvidas**. Em nosso entendimento, a ambiguidade sobre o que constitui este patrimônio e a quem o título pode ser concedido pode gerar dúvidas e futuramente criar obstáculos para sua concessão. A fim de aperfeiçoar a matéria e evitar dubiedade na seleção de quais entidades podem vir a ser agraciadas com o título, entendemos ser desejável que a definição esteja contida em um único comando.

Em relação à Emenda nº 1-PLN, apresentada pela Senadora Rose de Freitas, ela pugna pela supressão do art. 5º da proposição. O dispositivo proposto, que a emenda objetiva suprimir, estabelece que a dissolução das entidades agraciadas com o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública deverá ser precedida de audiência pública para discussão de sua necessidade e oportunidade. A emenda fundamenta-se na liberdade de associação e na vedação da interferência estatal no funcionamento das associações, razão pela qual, no que se refere às entidades privadas sem fins lucrativos, a ingerência é indevida. Cabe observar que, em relação às entidades públicas, não procede tal análise, razão pela qual acatamos parcialmente a emenda, na forma de ajuste redacional ao art. 5º.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.077, de 2019, e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1-PLN, nos termos das seguintes emendas de redação:





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

6

EMENDA Nº 2-PLEN

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 2.077, de 2019, a seguinte redação:

“**Art. 1º** Fica criado o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública, destinado a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos que se destaquem pela prestação de relevantes e notórios serviços à saúde pública, ao desenvolverem atividades de cunho técnico, científico, educacional, assistencial e de participação social na promoção, proteção e recuperação da saúde, em âmbito público e comunitário.”

EMENDA Nº 3-PLEN

Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei do Senado nº 2.077, de 2019, a seguinte redação:

“**Art. 5º** A dissolução das entidades públicas intituladas Patrimônio Nacional da Saúde Pública deverá ser precedida de audiência pública para discussão de sua necessidade e oportunidade.”

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relatora



SF/21817.13390-41





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1821, DE 2021

Retirada da emenda nº 1-PLEN apresentada ao PL 2077/2019.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)



[Página da matéria](#)




SF/21098.74084-99 (LexEdit*)**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, retirar a emenda 0001 de minha autoria apresentada ao PL 2077/2019.

JUSTIFICAÇÃO

A retirada tem por objetivo que a matéria siga para a sanção presidencial.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2021.

Senadora Rose de Freitas
(MDB - ES)



Projeto de Lei nº 2695/2021



PARECER Nº 163, DE 2021

Do PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 2.695, de 2021, do Senador Nelsinho Trad, que *denomina “Aeroporto Internacional de Campo Grande – Ueze Elias Zahran”, o Aeroporto Internacional de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.*

Relator: Senador **WELLINGTON FAGUNDES**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame do Plenário do Senado Federal o Projeto de Lei (PL) nº 2.695, de 2021, do Senador Nelsinho Trad, que *denomina “Aeroporto Internacional de Campo Grande – Ueze Elias Zahran”, o Aeroporto Internacional de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.*

Cumpre-me ofertar parecer ao projeto, examinando sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, bem como o mérito da proposta.

A proposição consta de dois dispositivos: o art. 1º confere a referida homenagem e o art. 2º dispõe que a lei proposta entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da matéria destaca a biografia do homenageado e seus feitos para a Cidade de Campo Grande e para o Estado de Mato Grosso do Sul.

No Senado Federal, a matéria foi distribuída para a apreciação do Plenário.

Não foram apresentadas emendas à proposição.



II – ANÁLISE

A apreciação da matéria em Plenário, em substituição às comissões temáticas, ante o período excepcional em que se encontra o País, não encontra óbices no aspecto regimental e está fundamentada no Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, verifica-se ser concorrente com os Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal (CF).

A Carta Magna também determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no § 1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

Quanto à juridicidade, a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que "Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências", mostra que o aeroporto em pauta consta da Relação Descritiva dos Aeródromos do Plano Nacional de Viação (PNV), o que possibilita a alteração de sua denominação mediante lei federal.

Sendo assim, a iniciativa é amparada pelo art. 2º da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias, obras-de-arte e estações terminais no Plano Nacional de Viação, cuja disposição é a seguinte:

Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecida no artigo anterior, uma estação terminal, obra-de-arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevantes serviços à Nação ou à Humanidade.

Além disso, a matéria também está em consonância com as exigências impostas pela Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que

gx2021-08935



regulamenta a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.

Da mesma forma, quanto à técnica legislativa, não há óbice ao texto do projeto, que obedece às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis,

Dessa forma, o projeto de lei em análise atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Quanto ao mérito, o projeto merece prosperar. Como bem destaca o autor da matéria, o Sr. Ueze Elias Zahran prestou contribuição ímpar para a Cidade de Campo Grande, para o Estado de Mato Grosso do Sul e para o Brasil.

Nascido em Bela Vista na fronteira com Paraguai no dia 15 de agosto de 1924, Ueze Elias Zahran se tornou um empresário de renome mundial em razão de sua visão de futuro e empreendedorismo. Entre seus feitos está a criação da empresa de distribuição de gás Copagaz, em 1955; a constituição da Rede Mato-grossense de Comunicação, com sete emissoras de TV, rádios e sites, e uma das maiores empresas do setor do País; e a obtenção dos títulos de Cidadão Paulistano pela Câmara Municipal de São Paulo e de Guardião dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Ao longo de sua vida, investiu nos mais diversos ramos da economia, comércio, agronegócio, alimentação, cultura, telecomunicação, indústria e energia, sempre priorizando a responsabilidade social.

Ueze Zahran valorizou e divulgou a cultura brasileira, investindo no cinema nacional. Com seu patrocínio, a cineasta Ana Carolina produziu os filmes *Das tripas coração* (1982) e *Sonho de valsa* (1987), e Joel Pizzini produziu os curtas-metragens *Enigma de um dia* (1996) e *Glauces – estudo de um rosto* (1998).

Zahran criou em 1999 a fundação Ueze Zahran que promove a educação para adultos, curso de computação para idosos e promoção cultural para jovens e crianças, dentre outras ações sociais. O homenageado sempre teve como princípio oferecer qualidade de vida a seus trabalhadores, principalmente aqueles que não tiveram oportunidades de estudo. Para tanto, criou o programa de bolsas de estudo promovendo a possibilidade de uma grande transformação na vida de colaboradores oferecendo cursos de língua estrangeira, cursos de graduação, cursos de pós-graduação, educação Infantil

gx2021-08935



4

para os filhos dos funcionários e alfabetização para quem não teve a chance de frequentar uma escola.

Faleceu em 2018, aos 94 anos, deixando um legado de pioneirismo.

Sendo assim, é, sem dúvida, justa e meritória a iniciativa ora proposta.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.695, de 2021.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator

gx2021-08935



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicações





SENADO FEDERAL
Bloco Vanguarda

OF. Nº 034/2021-BLVANG

Brasília, 4 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, comunico a Vossa Excelência, a indicação
o Senador **Chico Rodrigues (DEM/RR)**, como membro titular, da **Comissão de Direitos
Humanos e Legislação Participativa - CDH**.

Respeitosamente,

Senador WELLINGTON FAGUNDES
Líder do Bloco Vanguarda
DEM – PL – PSC





SENADO FEDERAL

À publicação nos termos do
ATC nº 16/2009.
Em 10/08/2021.

Jose Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

Ofício nº 20/2021 - GSRCUNHA

Brasília, 3 de agosto de 2021

Assunto: Informa alteração do endereço de Escritório de Apoio Parlamentar

Senhor Presidente,

Comunico alteração do endereço do Escritório de Apoio Parlamentar no Estado de Alagoas para **Rua Sampaio Marques, nº 25, sala 816, Edifício Delman Empresarial, Bairro Pajuçara, Maceió/AL, CEP: 57.030-107.**

Atenciosamente,

Senador Rodrigo Cunha
(PSDB - AL)

SF/21765.81492-09 (LexEdit)



Extinção de Bloco Parlamentar



A Presidência comunica que, a partir do dia 16 de abril de 2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco parlamentar, nos termos do art. 61, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal:

“**Art.** 61. As representações partidárias poderão constituir bloco parlamentar.

Parágrafo único. Somente será admitida a formação de bloco parlamentar que represente, no mínimo, um décimo da composição do Senado”

Dessa forma, o gabinete da Liderança do Bloco Senado Independente foi notificado pela Secretaria-Geral da Mesa em 15 de abril, e, como não houve a regularização após decorridos 90 dias, conforme determinado pelo art. 196, § 4º, do Regulamento Administrativo, a Liderança do referido Bloco foi extinta em 16 de julho, juntamente com o gabinete administrativo respectivo.



Mensagens do Presidente da República



Mensagens da Presidência da República

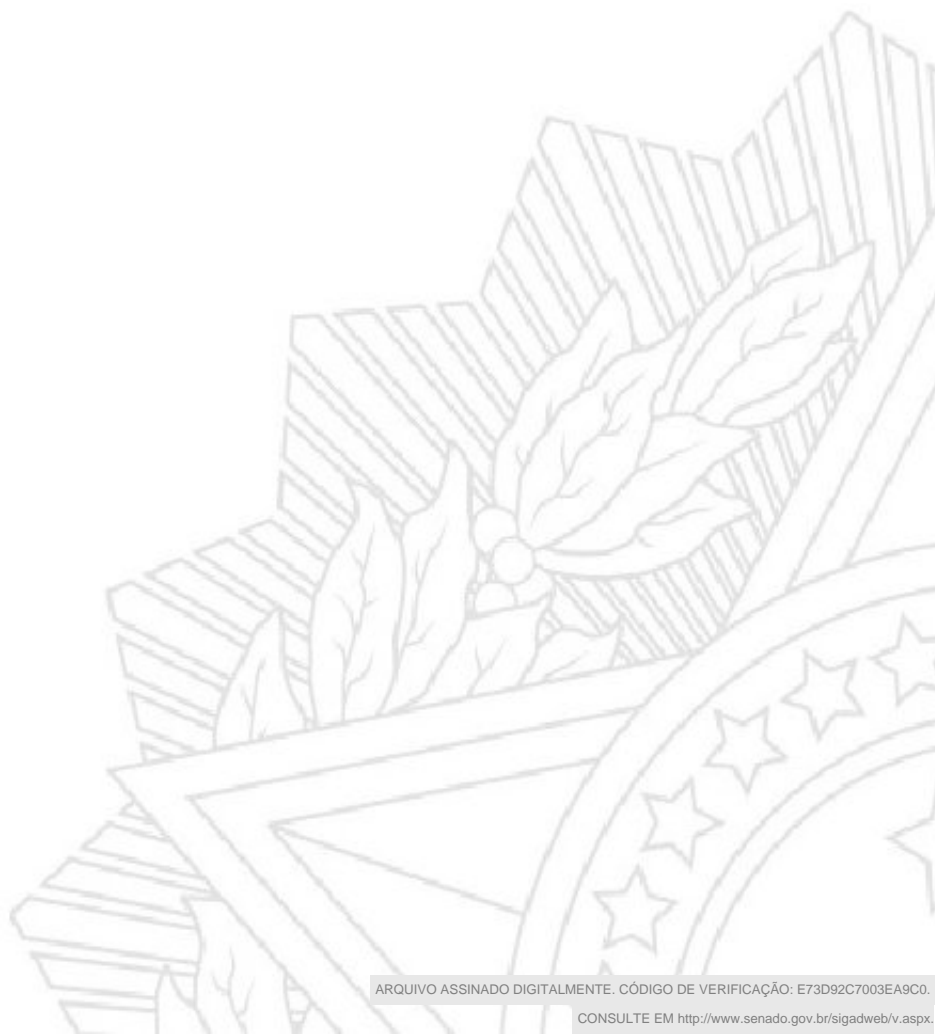
- nº 363, de 2021, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei nº 741, de 2021, sancionado e convertido na Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021; e

- nº 364, de 2021, que restitui o autógrafo do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sancionado e convertido na Lei nº 14.189, de 28 de julho de 2021.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



Pareceres aprovados em Comissão





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 1, DE 2021

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2017, do Senador Eduardo Braga, que Estabelece normas gerais sobre agricultura urbana sustentável, e sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2017, que Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e dá outras providências.

PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner

RELATOR: Senador Wellington Fagundes

04 de Agosto de 2021



PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2017, do Senador Eduardo Braga, que *estabelece normas gerais sobre agricultura urbana sustentável*, e o Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2017 (Projeto de Lei nº 906, de 2015, na origem), do Deputado Federal Padre João, que *institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e dá outras providências*.



Relatora: Senador **WELLINGTON FAGUNDES**

I – RELATÓRIO

Submetem-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 353, de 2017, de autoria do Senador Eduardo Braga, que *estabelece normas gerais sobre agricultura urbana sustentável*, e o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 182, de 2017 (Projeto de Lei nº 906, de 2015, na origem), de autoria do Deputado Federal Padre João, que *institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e dá outras providências*.

O PLS nº 353, de 2017, apresenta oito artigos. O art. 1º indica seu propósito e define agricultura urbana sustentável. O art. 2º estabelece os objetivos do projeto: o uso produtivo de imóveis urbanos desocupados; o aproveitamento ótimo de imóveis urbanos subutilizados; a produção e consumo de alimentos mais saudáveis; a integração de moradores do mesmo bairro e de bairros vizinhos; a promoção da agricultura familiar e orgânica; o incentivo à separação de resíduos orgânicos na origem e à compostagem em áreas urbanas; a educação ambiental; a geração de emprego e renda; o aprimoramento da paisagem urbana e da qualidade de vida nas cidades; o combate à disposição irregular de resíduos sólidos em lotes urbanos desocupados.



2³

Os instrumentos são apresentados no art. 3º: cadastro de imóveis disponíveis e utilizados para agricultura urbana sustentável; sistemas de informações sobre agricultura urbana sustentável; incentivos fiscais, financeiros e creditícios; aquisições governamentais da produção; feiras locais para comercialização dos produtos; identificação do produto da agricultura urbana sustentável com selo que indique a procedência; campanhas para divulgação da agricultura urbana sustentável e dos seus produtos; assistência técnica e capacitação aos produtores e trabalhadores; educação ambiental e cursos sobre agricultura urbana sustentável.

O art. 4º dispõe que agricultura urbana sustentável deve respeitar o disposto no plano diretor municipal e que a sua atividade não afasta a incidência de: i) parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, inclusive quando da transferência do imóvel; ii) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo; e iii) desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública; exceto, nas três hipóteses, se o município dispuser em contrário.

O art. 5º ordena que a utilização de imóveis da União para a agricultura urbana sustentável deve observar o disposto na Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, em especial o art. 18, §§ 1º e 5º, dispositivos que tratam da cessão de imóveis da União.

O art. 6º veda a fixação de moradia por parte de agricultores urbanos quando desenvolverem agricultura urbana sustentável em imóveis de terceiros.

O art. 7º altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para inserir os agricultores urbanos na categoria de agricultor familiar e empreendedor familiar rural quando cultive área inferior a cinco hectares e tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento.

O art. 8º determina como cláusula de vigência a data da publicação da lei que resultar da aprovação da proposição.

O PLS nº 353, de 2017, foi distribuído às Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), cabendo à última a decisão terminativa. Entretanto, em razão da aprovação do Requerimento nº 174, de 2019, de autoria do Senador Wellington Fagundes,



SF/21448.87567-13

jo2019-07888



foi iniciada a tramitação conjunta do PLS nº 353, de 2017, e do PLC nº 182, de 2017.

O PLC nº 182, de 2017, possui seis artigos. O art. 1º define o conceito de agricultura urbana e estabelece que essa deverá atender às exigências estabelecidas nas legislações sanitária e ambiental pertinentes às fases de produção, de processamento e de comercialização de alimentos.

O art. 2º determina os objetivos da Política Nacional de Agricultura Urbana, que são: ampliar a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas vulneráveis; propiciar a ocupação de espaços urbanos ociosos; gerar alternativa de renda e de atividade ocupacional à população urbana; articular a produção de alimentos nas cidades com os programas institucionais de alimentação em escolas, creches, hospitais, asilos, restaurantes populares, estabelecimentos penais e outros; estimular o trabalho familiar, de cooperativas, de associações e de organizações da economia popular e solidária voltado para a agricultura urbana.

O art. 3º define os instrumentos da Política como sendo os institutos jurídicos, tributários e financeiros contidos no planejamento municipal, especialmente nos planos diretores ou nas diretrizes gerais de uso e ocupação do solo urbano, e o artigo 4º exige que a Política será planejada e executada de forma descentralizada e integrada às políticas sociais e de desenvolvimento urbano.

O art. 4º exige que a Política será planejada e executada de forma descentralizada e integrada às políticas sociais e de desenvolvimento urbano.

O art. 5º determina as ações a serem tomadas pela Política como sendo: apoiar os Municípios na definição de áreas aptas ao desenvolvimento de agricultura urbana comunitária e individual, e das condicionantes para sua implantação; viabilizar a aquisição de produtos da agricultura urbana para os programas governamentais de aquisição de alimentos — Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); auxiliar técnica e financeiramente as prefeituras municipais para a prestação de assistência técnica e o treinamento dos agricultores urbanos na produção, no beneficiamento, na transformação, na embalagem e na comercialização dos produtos; estimular a criação e apoiar o funcionamento de feiras livres e de outras formas de comercialização direta entre agricultores urbanos e consumidores; estabelecer linhas especiais de crédito para agricultores urbanos e suas organizações, sem prejuízo das



SF/21448.87567-13



5
4

linhas de crédito existentes, visando ao investimento na produção, no processamento e na estrutura de comercialização; prestar apoio técnico para a certificação de origem e de qualidade dos produtos da agricultura urbana; promover campanhas de valorização e de divulgação de alimentos e produtos provenientes da agricultura urbana.

O art. 6º determina que a lei que resultar da aprovação da proposição terá vigência a partir a data da publicação.

Os projetos foram encaminhados à CMA e, em seguida, à CRA. Não foram oferecidas emendas às proposições na CMA.

II – ANÁLISE

Compete à CMA opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente conservação e gerenciamento do uso do solo para o desenvolvimento sustentável, nos termos do art. 102-F, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

No tocante ao mérito, avaliamos que ambos o PLS nº 353, de 2017, e PLC nº 182, de 2017, cumprem o louvável papel de incentivar o crescimento da agricultura urbana no Brasil, especialmente em imóveis urbanos desocupados, por uniformizar os objetivos dessa atividade e instituir instrumentos que propiciam seu desenvolvimento.

No Brasil, embora existam esparsos programas de fomento à agricultura urbana nos níveis federal, estadual e municipal, a falta de uma lei que estabeleça regras gerais, diretivas e instrumentos de organização e incentivo é um grande gargalo à expansão da atividade.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que apoia seus países membros no desenvolvimento de iniciativas de agricultura urbana ao redor do mundo, estima que essa atividade seja praticada atualmente por 800 milhões de pessoas. O cultivo de imóveis urbanos ociosos contribui para a segurança alimentar, geração de emprego e renda, especialmente em regiões mais pobres. A produção obtida geralmente é consumida pelos agricultores e vendida em mercados populares, portanto transportadas e refrigeradas por pouco tempo. Essas mercadorias possuem a vantagem de serem mais frescas e mais saudáveis, pois é comum que não se utilizem agrotóxicos.

jo2019-07888



SF/21448.87567-13



Com relação aos projetos, entendemos que ambos são meritórios. Contudo, o PLS nº 353, de 2017, é um projeto mais robusto, abrangente, e conta com múltiplos instrumentos para fomentar a agricultura urbana e periurbana. O PLC 182, de 2017, embora bem intencionado, é mais limitado, por restringir-se ao estabelecimento de diretrizes e objetivos sobre agricultura urbana. O mais apropriado, no nosso sentir, é aprovar o PLS nº 353, de 2017, com alguns aprimoramentos no texto, na forma de substitutivo, as Emendas 2 e 3-CMA e conteúdo parcial do PLC nº 182, de 2017, e da Emenda 1-CMA.

III – VOTO

Com base no exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2017, com o acolhimento parcial do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2017, e da Emenda 1-CMA, e pelo acolhimento das Emendas 2 e 3-CMA, nos termos da seguinte Emenda nº 4-CMA (Substitutivo):

EMENDA Nº 4 - CMA (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 353, de 2017

Estabelece normas gerais sobre agricultura urbana e periurbana.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, considera-se agricultura urbana e periurbana todas as atividades destinadas à produção, à transformação e à prestação de serviços inerentes ao cultivo de hortaliças, legumes, plantas medicinais, condimentares e aromáticas, frutíferas, espécies nativas e exóticas, flores, à criação de pequenos animais, à meliponicultura e à piscicultura, praticada em áreas urbanas e no seu entorno, e que atendam às dimensões ambiental, social, cultural e econômica.

jo2019-07888



SF/21448.87567-13



7
6

Parágrafo único. A agricultura urbana e periurbana deverá atender às exigências estabelecidas nas legislações sanitária e ambiental pertinentes às fases de produção, de processamento e de comercialização de alimentos.

Art. 3º A Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana tem como objetivo:

I – estimular o uso produtivo de imóveis urbanos desocupados e o aproveitamento ótimo de imóveis urbanos subutilizados;

II – ampliar a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas vulneráveis;

III – integrar os moradores do mesmo bairro e de bairros vizinhos;

IV – promover a agricultura familiar e orgânica;

V – incentivar a separação de resíduos orgânicos na origem e a compostagem em áreas urbanas;

VI - difundir o uso de águas residuais das cidades na agricultura;

VII –impulsionar a educação ambiental;

VIII – gerar emprego e renda;

IX – facilitar o redesenho da paisagem urbana e a melhoria da qualidade de vida nas cidades;

X – articular a produção de alimentos nas cidades com os programas institucionais de alimentação em escolas, creches, hospitais, asilos, restaurantes populares, estabelecimentos penais e outros;

XI – impulsionar o trabalho familiar, de cooperativas, de associações e de organizações da economia popular e solidária voltado para a agricultura urbana;

XII – combater a disposição irregular de resíduos sólidos em lotes urbanos desocupados;

Art. 4º A agricultura urbana e periurbana tem como instrumentos:



SF/21448.87567-13

jo2019-07888



I – cadastros de imóveis disponíveis e utilizados para o desenvolvimento da agricultura urbana sustentável;

II – sistemas de informações sobre agricultura urbana sustentável;

III – incentivos fiscais, financeiros e creditícios;

IV – aquisições governamentais da produção;

V – feiras locais para comercialização dos produtos;

VI – identificação do produto da agricultura urbana e periurbana com selo que indique a procedência;

VII – campanhas para divulgação da agricultura urbana sustentável e dos seus produtos;

VIII – assistência técnica e capacitação aos produtores e trabalhadores;

IX – educação ambiental e os cursos sobre agricultura urbana sustentável.

§ 1º Os sistemas de informações de que trata o inciso II devem contemplar, no mínimo, cadastro de agricultores urbanos e de imóveis disponíveis e utilizados para a agricultura urbana e periurbana, além de mapa com localização de imóveis em produção, imóveis disponíveis para produção e feiras de produtos da agricultura urbana e periurbana.

§ 2º Terão prioridade no acesso aos instrumentos previstos neste artigo os agricultores urbanos e periurbanos que utilizarem sistemas agroflorestais, sistemas de aproveitamento de água de reuso ou de chuva para irrigação, bem como adubação com composto proveniente da compostagem da fração orgânica de resíduos sólidos urbanos, observadas as exigências específicas dos órgãos competentes para o emprego dessas técnicas.

Art. 5º A Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana empreenderá as seguintes ações:

I – apoiar os Municípios na definição de áreas aptas ao desenvolvimento de agricultura urbana comunitária e individual, e das condicionantes para sua implantação;

jo2019-07888



SF/21448.87567-13



II – viabilizar a aquisição de produtos da agricultura urbana para os programas governamentais de aquisição de alimentos — Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

III – auxiliar técnica e financeiramente as prefeituras para a prestação de assistência técnica e o treinamento dos agricultores urbanos na produção, no beneficiamento, na transformação, na embalagem e na comercialização dos produtos;

IV – estimular a criação e apoiar o funcionamento de feiras livres e de outras formas de comercialização direta entre agricultores urbanos e consumidores;

V – estabelecer linhas especiais de crédito para agricultores urbanos e periurbanos e suas organizações, sem prejuízo das linhas de crédito existentes, visando ao investimento na produção, no processamento e na estrutura de comercialização.

VI – prestar apoio técnico para a certificação de origem e de qualidade dos produtos das agriculturas urbana e periurbana;

VII – promover campanhas de valorização e de divulgação de alimentos e produtos provenientes das agriculturas urbana e periurbana.

Art. 6º A agriculturas urbana e periurbana deve respeitar o disposto no plano diretor municipal, previsto no art. 40 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, no plano de desenvolvimento urbano integrado, definido no art. 10 da Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, e nos regulamentos municipais.

Parágrafo único. O desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana não afasta a incidência dos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, exceto nas hipóteses admitidas pela legislação municipal.

Art. 7º A utilização de imóveis da União para a agricultura urbana e periurbana deve observar o disposto na Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, em especial no que trata art. 18, em seus §§ 1º e 5º.

jo2019-07888



SF/21448.87567-13



Art. 8º Fica vedada a fixação de moradia de agricultores urbanos em imóveis de terceiros, quando neles desenvolverem agricultura urbana sustentável.

Art. 9º O § 2º do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

“**Art. 3º** Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar aquele que pratica atividades, no meio rural, urbano ou periurbano, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

§ 2º

VII – agricultores urbanos que atendam ao inciso III do *caput* deste artigo e que pratiquem agricultura urbana e periurbana em área total cultivada de até 5 ha (cinco hectares).

.....” (NR)

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

11

Relatório de Registro de Presença
CMA, 04/08/2021 às 10h - 10ª, Extraordinária
 Comissão de Meio Ambiente

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTES	
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	1. ROSE DE FREITAS	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	2. MARCIO BITTAR	
VAGO		3. VAGO	
LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE	4. CIRO NOGUEIRA	
VAGO		5. VAGO	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTES	
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	1. IZALCI LUCAS	PRESENTE
RODRIGO CUNHA		2. ROBERTO ROCHA	
LASIER MARTINS	PRESENTE	3. STYVENSON VALENTIM	
ALVARO DIAS		4. GIORDANO	
PSD			
TITULARES		SUPLENTES	
CARLOS FÁVARO	PRESENTE	1. NELSONHO TRAD	PRESENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	2. CARLOS VIANA	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTES	
JAYME CAMPOS	PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	2. ZEQUINHA MARINHO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTES	
JAQUES WAGNER	PRESENTE	1. JEAN PAUL PRATES	
TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	2. PAULO ROCHA	PRESENTE
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTES	
RANDOLFE RODRIGUES		1. ELIZIANE GAMA	PRESENTE
FABIANO CONTARATO		2. LEILA BARROS	PRESENTE



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 353/2017)

APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353 DE 2017, COM O ACOLHIMENTO PARCIAL DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182 DE 2017 E DA EMENDA 1-CMA, E PELO ACOLHIMENTO DAS EMENDAS 2 E 3-CMA, NOS TERMOS DA EMENDA 4-CMA (SUBSTITUTIVO).

04 de Agosto de 2021

Senador JAQUES WAGNER

Presidente da Comissão de Meio Ambiente





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 2, DE 2021

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei nº 1600, de 2019, do Senador Jorge Kajuru, que Altera a redação do § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, para incluir como prioritárias as aplicações de recursos financeiros no Cerrado.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Confúcio Moura

RELATOR: Senador Jaques Wagner

04 de Agosto de 2021



PARECER N° , DE 2019

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 1.600, de 2019, do Senador Jorge Kajuru, que *altera a redação do § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, para incluir como prioritárias as aplicações de recursos financeiros no Cerrado.*



Relator: Senador **JAQUES WAGNER**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame exclusivo desta Comissão de Meio Ambiente, para decisão terminativa, o Projeto de Lei (PL) nº 1.600, de 2019, de autoria do Senador Jorge Kajuru, que altera o art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que *cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)*, para incluir o Cerrado entre os biomas cujos projetos neles desenvolvidos têm prioridade na aplicação de recursos financeiros do Fundo.

Para tanto, o art. 1º do PLS altera o § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 1989. O segundo e último artigo da proposição trata da cláusula de vigência do projeto, estabelecendo que a lei proposta entrará em vigor na data de sua publicação.

Segundo o autor, a iniciativa tem por objetivo dar maior prioridade à conservação e preservação do bioma que, abrangendo 22% do território brasileiro em onze estados da Federação, é um dos mais importantes e mais ameaçados do País e que é considerado o “bioma das nascentes” devido à importância que tem para a produção de recursos hídricos.



2³

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Em conformidade com o art. 102-F, I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Meio Ambiente (CMA) opinar sobre o mérito da proposição, já que se trata de projeto de lei ordinária de autoria de Senador, tendo como objetivo a proteção do meio ambiente, a conservação da natureza e a defesa dos recursos naturais. O posicionamento sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição também deve ser analisado por esta Comissão, por ser a única a apreciar a matéria.

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal, prevista no inciso VI do art. 24 da Constituição, de acordo com o qual é competência desses entes federados legislar sobre conservação da natureza, defesa dos recursos naturais e proteção do meio ambiente. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e é legítima a iniciativa parlamentar. Não há vícios de injuridicidade ou de técnica legislativa.

Quanto ao mérito, concordamos com o autor sobre a necessidade de priorização dos projetos de conservação do Cerrado. Apesar do reconhecimento de sua importância biológica, de todos os *hotspots* mundiais (áreas com grande biodiversidade e alto grau de ameaça), o Cerrado é o que possui a menor porcentagem de áreas protegidas. O bioma apresenta, no Brasil, 8,3% de seu território legalmente protegido por unidades de conservação; desse total, 3,1% são unidades de conservação de proteção integral e 5,2% unidades de conservação de uso sustentável. Por não ser tão protegido como a Amazônia, (que apresenta 28,1% de sua extensão em unidades de conservação), a vegetação característica do Cerrado tem dado lugar a pastagens para gado e lavouras de soja, algodão e outros produtos agrícolas.

Além de menos protegido por unidades de conservação quando comparado com a Amazônia, o Cerrado é objeto de legislação menos protetiva no que diz respeito à Reserva Legal das propriedades (20% no Cerrado e até 80% na Amazônia). Em termos de percentual da área total do



bioma, a taxa anual de desmatamento do Cerrado é mais que o dobro da amazônica.

As modificações causadas pela degradação do Cerrado podem trazer graves consequências para a economia e para o meio ambiente, visto que diversos serviços ambientais, como oferta de água, conservação do solo e polinização, dependem da integridade de porções significativas de vegetação nativa. Mantido o atual ritmo de desmatamento do Cerrado, haverá perda significativa de espécies nativas do bioma nos próximos trinta anos. Estima-se que até 1.140 espécies podem desaparecer pelo desmatamento acumulado, número oito vezes maior do que todas as espécies vegetais registradas como extintas no mundo até hoje. Nesse cenário, as perdas de biodiversidade e de sua potencial utilização em fármacos, cosméticos e alimentos seriam irreparáveis.

A proposta vem, portanto, ao encontro da necessidade de priorizar investimentos em projetos que ajudem a proteger o nosso mais ameaçado bioma.

Adicionalmente, apontamos a necessidade de proceder a um pequeno ajuste de redação da ementa, a fim de adequá-la aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.600, de 2019, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 - CMA

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 1.600, de 2019, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o *Fundo Nacional de Meio Ambiente* e dá



SF/19662.07194-97



4⁵

outras providências, para incluir como prioritárias as aplicações de recursos financeiros no Cerrado.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PL 1600/2019, nos termos do relatório

Comissão de Meio Ambiente - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CONFÚCIO MOURA				1. ROSE DE FREITAS			
VENEZIANO VITAL DO RÉGO	X			2. MARCIO BITTAR			
VAGO				3. VAGO			
LUIs CARLOS HEINZE	X			4. CIRO NOGUEIRA			
VAGO				5. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PLINIO VALÉRIO	X			1. IZALCI LUCAS			
RODRIGO CUNHA				2. ROBERTO ROCHA			
LASIER MARTINS				3. STYVENSON VALENTIM			
ALVARO DIAS				4. GIORDANO			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CARLOS FÁVARO	X			1. NELSONHO TRAD	X		
OTTO ALENCAR				2. CARLOS VIANA			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JAYME CAMPOS	X			1. MARIA DO CARMO ALVES			
WELLINGTON FAGUNDES	X			2. ZEQUINHA MARINHO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JAQUES WAGNER	X			1. JEAN PAUL PRATES			
TELMÁRIO MOTA	X			2. PAULO ROCHA			
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RANDOLFE RODRIGUES				1. ELIZIANE GAMA			
FABIANO CONTARATO				2. LEILA BARROS	X		

Quórum: TOTAL 11Votação: TOTAL 10 SIM 10 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

* Presidente não votou

Senador Confúcio Moura
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 04/08/2021

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 1600/2019)**

APROVADO O PROJETO DE LEI Nº 1.600 DE 2019 COM A EMENDA 1-CMA.

04 de Agosto de 2021

Senador CONFÚCIO MOURA

Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 3, DE 2021

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei nº 754, de 2019, do Senador Chico Rodrigues, que Altera dispositivos da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para ampliar a relação de beneficiários do Programa de Apoio à Conservação Ambiental.

PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner

RELATOR: Senador Telmário Mota

04 de Agosto de 2021





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 754, de 2019, do Senador Chico Rodrigues, que *altera dispositivos da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para ampliar a relação de beneficiários do Programa de Apoio à Conservação Ambiental*.



Relator: Senador **TELMÁRIO MOTA**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 754, de 2019, de autoria do Senador Chico Rodrigues, tem por fim estender os benefícios do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, também conhecido como “Bolsa Verde”, a famílias que atuem em “projetos de reciclagem de lixo, coleta seletiva e adequada destinação de resíduos sólidos”. Além disso, a proposição intenta ampliar a abrangência do programa, hoje restrito a áreas rurais, para áreas urbanas.

Para tanto, o art. 1º do projeto acrescenta o inciso V ao art. 3º da Lei nº 12.512, de 2011, para incluir os “projetos de reciclagem de lixo, coleta seletiva e adequada destinação de resíduos sólidos” entre as áreas elegíveis para a concessão de benefícios do Programa de Apoio à Conservação Ambiental.

O art. 2º altera a redação do inciso II do art. 1º da Lei nº 12.512, de 2011, para retirar a restrição ao meio rural dos objetivos do Programa Bolsa Verde.

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3

CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br



2³

SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

O art. 3º modifica o *caput* do art. 2º da Lei nº 12.512, de 2011, para abranger as famílias em situação de extrema pobreza que atuam em áreas urbanas no público alvo passível de ser contemplado por transferência de recursos financeiros e assistência técnica no âmbito do programa.

O art. 4º estabelece que a lei que resultar da aprovação do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificção, o autor alega que a expanso do Programa de Apoio à Conservação Ambiental com a incluso dos indivíduos em situação de extrema pobreza envolvidos em projetos de reciclagem, coleta seletiva de lixo e adequada destinação de resíduos sólidos, além de contribuir para o aprimoramento dessas atividades e o aumento da renda dos beneficiários, também proporcionará a preservação do meio ambiente, a recuperação de áreas ambientalmente degradadas e a redução da necessidade de investimentos para tratamento adequado do lixo urbano.

O projeto foi distribuído exclusivamente a esta Comissão de Meio Ambiente (CMA), à qual competirá emitir decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal, prevista no inciso VI do art. 24 da Constituição, de acordo com o qual é competência desses entes federados legislar sobre conservação da natureza, defesa dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e é legítima a iniciativa parlamentar. Não há vícios de juridicidade.

Quanto à regimentalidade da proposição, cabe destacar que seu trâmite observou o disposto no art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno



SF/19430.02085-33

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3

CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

desta Casa, segundo o qual compete à Comissão de Meio Ambiente opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente controle da poluição, conservação da natureza e defesa dos recursos naturais.

Quanto ao mérito, opinamos no sentido de que o projeto em exame merece prosperar. A disposição inadequada de resíduos sólidos é um dos maiores problemas ambientais das cidades brasileiras. Materiais que poderiam retornar ao processo produtivo industrial, como alumínio, plástico, papel, aço, vidro, entre outros, em grande parte provenientes de embalagens, são descartados no lixo e acabam abarrotando os aterros sanitários, reduzindo a vida útil desses equipamentos.

Além disso, em muitas localidades o sistema de coleta de resíduos é precário e a população não é adequadamente educada para destinar corretamente as embalagens, que acabam abandonadas nos logradouros públicos, alcançando as galerias de águas pluviais que, entupidas por esses resíduos, causam enchentes com graves prejuízos à economia e à saúde pública nos municípios.

O plástico, por exemplo, se tornou um dos graves problemas ambientais da atualidade. Toneladas de frascos, garrafas, copos e outros utensílios fabricados com esse material chegam aos rios e mares e ameaçam a vida aquática. Pesquisadores afirmam que em algumas décadas haverá mais plástico no mar do que peixes.

O problema dos resíduos no Brasil só não é mais grave graças a um grande número de pessoas anônimas que prestam um serviço ambiental da mais alta relevância, mas que infelizmente não são devidamente reconhecidas por essa importante contribuição ao País. São os catadores de materiais recicláveis. Pessoas pobres que agem isoladamente ou organizadas em cooperativas, recolhendo resíduos para destiná-los à indústria de reciclagem. Essas pessoas sobrevivem da pouca renda que a atividade lhes proporciona. Vendem muitos quilos de material reciclável por alguns centavos e, na maioria das vezes, não contam com qualquer apoio governamental. Ao contrário, são elas que auxiliam o Poder Público, uma



SF/19430.02085-33

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3

CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

vez que é obrigação dos municípios coletar e dar destinação adequada aos resíduos domiciliares e de limpeza urbana.

Assim, saudamos a iniciativa do Senador Chico Rodrigues, que pretende inserir as famílias de catadores de resíduos urbanos que estão em situação de extrema pobreza no Programa de Apoio à Conservação Ambiental. A aprovação desse projeto aperfeiçoará o programa, aumentando seu desempenho ambiental, e ao mesmo tempo fará justiça a uma população necessitada que presta um importante serviço e que atualmente está desassistida pelo Poder Público.

Propomos apenas algumas emendas à proposição, com a finalidade de aprimorá-la no que diz respeito à técnica legislativa.

O art. 1º do PLS nº 754, de 2019, inclui os “projetos de reciclagem de lixo, coleta seletiva e adequada destinação de resíduos sólidos” no art. 3º da Lei nº 12.512, de 2011, que trata das áreas elegíveis para a concessão de benefícios do Programa de Apoio à Conservação Ambiental. Ocorre que as áreas de que trata o mencionado art. 3º não são áreas de atuação, mas áreas geográficas, ou seja, espaços territoriais onde se desenvolvem atividades de conservação ambiental, como unidades de conservação da natureza de uso sustentável, assentamentos rurais, e territórios ocupados por populações tradicionais. A inclusão desse inciso no art. 3º tornará o dispositivo incoerente e anômalo.

Para alcançar o propósito que se pretende com o PL, os “projetos de reciclagem de lixo, coleta seletiva e adequada destinação de resíduos sólidos” devem ser objeto de incentivos previstos nos objetivos do Programa de Apoio à Conservação Ambiental e, dessa forma, inseridos como novo inciso no art. 1º da Lei nº 12.512, de 2011. Colocá-los como nova “área” no art. 3º, poderá levar à não implementação desses projetos por falta de amparo legal, pois eles não constarão dos objetivos do programa.

Além disso, o termo “lixo”, apesar de ainda amplamente utilizado, não está previsto na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que



SF/19430.02085-33

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3

CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Para fins de padronização e harmonização com a legislação que regula o assunto, o termo deve ser retirado do inciso proposto, deixando a expressão “resíduos sólidos” como referência para os projetos de reciclagem, coleta seletiva e destinação adequada.

É preciso, ainda, para se atingir o intento do projeto, inserir como novo inciso no art. 3º da Lei nº 12.512, de 2011, a menção expressa a áreas urbanas como elegíveis para a concessão de benefícios do programa. Dessa forma, a redação proposta pelo PL nº 754, de 2019, para o inciso II do art. 1º da Lei nº 12.512, de 2011, ficaria em harmonia com o art. 3º da Lei.

Por fim, é necessário incluir, no art. 2º da Lei nº 12.512, de 2011, as atividades de reciclagem, coleta seletiva e destinação adequada de resíduos sólidos entre as que habilitam as famílias a receberem recursos da União.

III – VOTO

Assim, o voto é pela regimentalidade, juridicidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 754, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1-CMA

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 754, de 2019, a seguinte redação:

“**Art. 1º** O art. 1º da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br



SF/19430.02085-33





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

‘Art. 1º’

II - promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais nas áreas definidas no art. 3º;

IV – incentivar projetos de reciclagem, coleta seletiva e destinação adequada de resíduos sólidos.

.....’ (NR)”

EMENDA Nº 2-CMA

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 754, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 2º O art. 3º da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 3º Poderão ser beneficiárias do Programa de Apoio à Conservação Ambiental as famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvam atividades de conservação ambiental ou de reciclagem, coleta seletiva ou destinação adequada de resíduos sólidos nas seguintes áreas:

III - territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais;

IV - outras áreas rurais definidas como prioritárias por ato do Poder Executivo;

V – áreas urbanas.

§ 2º O monitoramento e o controle das atividades mencionadas no *caput* desenvolvidas nas áreas elencadas nos incisos I a V ocorrerão por meio de auditorias amostrais das informações referentes ao período de avaliação, ou outras



SF/19430.02085-33

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3

CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

formas, incluindo parcerias com instituições governamentais estaduais e municipais, conforme previsto em regulamento.’ (NR)”

EMENDA Nº 3-CMA

redação: Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 754, de 2019, a seguinte

“Art. 3º

‘Art. 2º Para cumprir os objetivos do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, a União fica autorizada a transferir recursos financeiros e a disponibilizar serviços de assistência técnica a famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvam atividades de conservação ambiental ou de reciclagem, coleta seletiva ou destinação adequada de resíduos sólidos, conforme regulamento.

.....’ (NR)”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19430.02085-33

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3

CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PL 754/2019, nos termos do relatório

Comissão de Meio Ambiente - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CONFÚCIO MOURA	X			1. ROSE DE FREITAS			
VENEZIANO VITAL DO RÉGO	X			2. MARCIO BITTAR			
VAGO				3. VAGO			
LUIs CARLOS HEINZE	X			4. CIRO NOGUEIRA			
VAGO				5. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PLINIO VALÉRIO	X			1. IZALCI LUCAS	X		
RODRIGO CUNHA				2. ROBERTO ROCHA			
LASIER MARTINS	X			3. STYVENSON VALENTIM			
ALVARO DIAS				4. GIORDANO			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CARLOS FÁVARO	X			1. NELsINHO TRAD			
OTTO ALENCAR	X			2. CARLOS VIANA			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JAYME CAMPOS	X			1. MARIA DO CARMO ALVES			
WELLINGTON FAGUNDES				2. ZEQUINHA MARINHO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROs)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROs)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JAQUES WAGNER				1. JEAN PAUL PRATES			
TELMÁRIO MOTA	X			2. PAULO ROCHA			
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RANDOLFE RODRIGUES				1. ELIZIANE GAMA			
FABIANO CONTARATO				2. LEILA BARROS			

Quórum: TOTAL 11
Votação: TOTAL 10 SIM 10 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 04/08/2021
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Jaques Wagner
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 754/2019)**

**APROVADO O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 754 DE 2019 COM
AS EMENDAS 1-CMA, 2-CMA E 3-CMA.**

04 de Agosto de 2021

Senador JAQUES WAGNER

Presidente da Comissão de Meio Ambiente



**COMUNICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE MATÉRIAS NO PLENÁRIO
(EM 04/08/2021)**

PROJETO DE LEI Nº 754, DE 2019

Altera dispositivos da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para ampliar a relação de beneficiários do Programa de Apoio à Conservação Ambiental.

PROJETO DE LEI DO Nº 1600, DE 2019

Altera a redação do § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, para incluir como prioritárias as aplicações de recursos financeiros no Cerrado.

Recebidos os Ofícios nºs 82 e 83, de 2021, da CMA, comunicando a apreciação das matérias, em caráter terminativo.

Concluída a instrução das matérias, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Prazo: de 06/08/2021 a 12/08/2021.





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

OFÍCIO. nº 82/2021/CMA

Brasília, 4 de agosto de 2021

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: Aprovação de Projeto de Lei

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 1.600 de 2019, de autoria do Senador Jorge Kajuru, que “altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, para incluir como prioritárias as aplicações de recursos financeiros no Cerrado”, com a Emenda Nº 1-CMA, nos termos do relatório do Senador Jaques Wagner, presidente desta Comissão.

Atenciosamente,

SENADOR CONFÚCIO MOURA
Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

OFÍCIO. nº 83/2021/CMA

Brasília, 4 de agosto de 2021

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: Aprovação de Projeto de Lei

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 754 de 2019, de autoria do Senador Chico Rodrigues, que altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para “ampliar a relação de beneficiários do Programa de Apoio à Conservação Ambiental”, com as Emendas 1-CMA, 2-CMA e 3-CMA, nos termos do relatório do Senador Telmário Mota.

Atenciosamente,

SENADOR JAQUES WAGNER
Presidente da Comissão de Meio Ambiente



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2694, DE 2021

Isenta a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa do pagamento de taxas e de contribuições por serviços prestados, cobradas pelos órgãos reguladores, incidentes sobre os seus pedidos de registro e proteção de experimentos de pesquisa, de tecnologias geradas e produtos.

AUTORIA: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)



[Página da matéria](#)



**PROJETO DE LEI nº , DE 2021**

Isenta a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa do pagamento de taxas e de contribuições por serviços prestados, cobradas pelos órgãos reguladores, incidentes sobre os seus pedidos de registro e proteção de experimentos de pesquisa, de tecnologias geradas e produtos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º São isentos, por prazo indeterminado, da cobrança de taxas, contribuições por serviços prestados e similares, os pedidos de registro e proteção de experimentos de pesquisa, produtos e tecnologias geradas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, junto ao:

I - Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC), órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

II - Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI);

III – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA); e,

IV - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Art. 2º A Embrapa, para obter a isenção, deve apresentar ao órgão e entidades discriminadas nos itens I, II, III e IV do art. 1º desta Lei os documentos exigíveis pela legislação aplicável, a cada pedido que venha a requerer.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A EMBRAPA, que tantos benefícios deu ao Brasil, tem atravessado muitos anos difíceis com restrições orçamentárias cada vez maiores. Por essa





razão encontra-se limitada, atualmente, a sua capacidade de pagar as taxas cobradas pelo Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC) do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA para proteger as cultivares que obtém por meio dos seus programas de melhoramento genético vegetal. Ressaltamos que são essas cultivares de soja, feijão, arroz, forrageiras e tantas outras espécies vegetais que impulsionaram o agronegócio nas décadas passadas e continuam a impulsioná-lo no presente.

As restrições orçamentárias são de tal ordem que a Embrapa igualmente enfrenta dificuldades para pagar as contribuições por serviços prestados cobradas pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI quando requer o patenteamento dos inventos que resultam de seu portfólio de pesquisa, bem como as anuidades exigidas por lei para manter o processo de proteção. A mesma dificuldade ocorre para pagar as taxas cobradas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, para o registro de seus experimentos e produtos.

Esta proposição visa conceder à Embrapa isenção das taxas cobradas pelos órgãos reguladores. Nesse sentido, o Código Tributário Nacional (CTN) determina em seu art. 177:

“Art. 177. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva:

I - às taxas e às contribuições de melhoria;

.....”

Apesar da isenção não se estender às taxas e contribuições de melhoria como regra geral, a redação do *caput* do art. 177 do CTN, no entanto, faculta excepcioná-la, desde que outro dispositivo de lei determine a isenção a ser concedida.

Esta proposição visa, assim, conceder isenção à Embrapa para continuar a requerer junto aos órgãos reguladores a titularidade e proteção de suas cultivares e inventos, bem como proceder ao registro dos experimentos e dos produtos por ela desenvolvidos, na forma da legislação pertinente. Ressaltamos que os royalties provenientes do licenciamento das tecnologias protegidas por direito de propriedade intelectual são essenciais para manter pelo menos o custeio de alguns de seus projetos de pesquisa.

A dificuldade financeira que enfrenta essa estatal que fez do agronegócio brasileiro um dos baluartes da Economia do nosso país nos sensibilizou a apresentar este projeto de lei que visa isentá-la do pagamento das taxas e retribuições por serviços prestados pelos órgãos de regulação.



Cumpra então ao Poder Legislativo federal, em razão da faculdade concedida pelo Código Tributário Nacional socorrer a Embrapa por meio desta iniciativa para a qual pedimos o apoio dos ilustres Pares.

Sala das Sessões,

Senador PLÍNIO VALÉRIO
PSDB/AM





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2695, DE 2021

Denomina “Aeroporto Internacional de Campo Grande – Ueze Elias Zahran”, o Aeroporto Internacional de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Denomina “Aeroporto Internacional de Campo Grande – Ueze Elias Zahran”, o Aeroporto Internacional de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

SF/21491.80215-54

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica denominado “Aeroporto Internacional de Campo Grande - Ueze Elias Zahran” o aeroporto internacional da cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nascido em Bela Vista na fronteira com Paraguai no dia 15 de agosto de 1924, Ueze Elias Zahran se tornou um empresário de renome mundial em razão de sua visão de futuro e empreendedorismo. Filho de imigrantes Libaneses que vieram para o Brasil no início do século 20 em busca de um lugar com melhores condições para formar uma família, sendo ele o segundo de seis irmãos.

Ainda quando criança, acompanhou sua família na mudança para Campo Grande, quando esta era ainda uma cidade do antigo Mato Grosso. Campo Grande assim como posteriormente o estado do Mato Grosso do Sul se tornariam os destinatários de importantes retribuições em razão da realização dos sonhos da família.

No início, o sustento da família vinha do Comércio. Ueze iniciou sua vida laborativa trabalhando com seu pai num bar, cuja maior renda vinha da torrefação de café. Após enfrentar dificuldade posta por um grande concorrente





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

que instalou torrefação de grande porte em Campo Grande, a família se desfez do bar e constituiu uma padaria como principal fonte de renda.

Ueze sempre quis ter seu próprio negócio e com êxito comprou uma empresa de torrefação, conseguindo autorização para que seu café fosse exportado de Campo Grande para a Argentina. No entanto, uma questão diplomática entre os dois países inviabilizou a continuidade deste comércio e o forçou a encerrar as atividades.

Dedicou-se, portanto, ao projeto do primeiro grande negócio da família Zahran, uma distribuidora de gás. Desde o início da criação da Petrobrás, surgiram as primeiras refinarias de petróleo do país. O processo de distribuição de GLP aumentava com o crescimento da comercialização do fogão a gás. Observando a incipiência deste produto nos lares das famílias do então estado do Mato Grosso, Ueze conseguiu autorização do Conselho Nacional de Petróleo e criou a Copagaz, em 1955.

Inicialmente, passou a encher os tanques de gás em São Paulo para mandar por ferrovia para o então estado de Mato Grosso. Pouco tempo depois, em 1961, buscando a expansão do negócio, ampliou suas operações com uma engarrafadora, na cidade de São Paulo. A Copagaz se tornaria 60 anos depois a quinta maior distribuidora de GLP do país.

Não satisfeito e buscando expandir os negócios da família, Ueze viu na comunicação uma grande oportunidade de suprir uma carência da comunidade do antigo Mato Grosso. Por volta de 1960, o país tinha apenas 26 emissoras de televisão. Preencheu, portanto, os requisitos necessários para que pudesse participar de procedimento concorrencial para a concessão de canais de televisão. Logrou êxito e foi autorizado a constituir três emissoras geradoras que seriam lotadas em Campo Grande, Cuiabá e Corumbá.

Desta forma, em 1965, juntamente com seus irmãos, Ueze inaugurou a TV Morena, em Campo Grande, primeira emissora do antigo Mato Grosso. Dois anos depois, inaugurou a TV Centro América, em Cuiabá, dando início a Rede Mato Grossense de Comunicação que se tornou afiliada da Rede Globo em 1976. Hoje, com sete emissoras de TV, rádios e sites, a Rede Mato-grossense de Comunicação é uma das maiores empresas do setor do país.

SF/21491.80215-54





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Ao longo de sua trajetória, Zahran recebeu uma série de prêmios e honrarias por seu trabalho incansável e persistente para o desenvolvimento do País, da ética nos negócios e o respeito aos colaboradores. Foi líder empresarial nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Entre seus vários títulos de cidadão, destaca-se o de Cidadão Paulistano pela Câmara Municipal de São Paulo, recebido em 2012, como reconhecimento ao que fez pelo desenvolvimento da cidade. Em 2015, recebeu o título de Guardiã dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, metas internacionais estabelecidas pela Cúpula do Milênio das Nações Unidas em 2000, após a adoção da Declaração do Milênio das Nações Unidas, em reconhecimento aos relevantes serviços e comprometimento com as causas sociais e ambientais. O prêmio visa a ressaltar a contribuição dos setores público, privado e da sociedade civil para o alcance desses objetivos no estado.

Ueze Zahran valorizou e divulgou a cultura brasileira, investindo no cinema nacional. Com seu patrocínio, a cineasta Ana Carolina produziu os filmes Das tripas coração (1982) e Sonho de valsa (1987), e Joel Pizzini produziu os curtas-metragens Enigma de um dia (1996) e Glaucos – estudo de um rosto (1998).

Ao longo de sua vida empresarial, Ueze investiu nos mais diversos ramos da economia, comércio, agronegócio, alimentação, cultura, telecomunicação, indústria e energia. Todavia, em todos os negócios constituídos, sempre priorizou a responsabilidade social.

Criou em 1999 a fundação Ueze Zahran que promove a educação para adultos, curso de computação para idosos e promoção cultural para jovens e crianças, dentre outras ações sociais.

Engajou-se, também, por meio de um convênio com governos estaduais e a COPAGAZ, no programa SOS Crianças Desaparecidas, que até hoje ajuda famílias a encontrar crianças desaparecidas, por meio da publicação e divulgação de fotos de crianças desaparecidas nas etiquetas dos botijões de gás



SF/21491.80215-54





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

distribuídos pelo país. Dezenas de crianças foram encontradas e voltaram para suas famílias a partir da campanha.

É preciso registrar, ainda, que Ueze Zahran sempre teve como princípio oferecer qualidade de vida a seus trabalhadores, principalmente aqueles que não tiveram oportunidades de estudo. Para tanto, criou o programa de bolsas de estudo promovendo a possibilidade de uma grande transformação na vida de colaboradores oferecendo cursos de língua estrangeira, cursos de graduação, cursos de pós-graduação, educação Infantil para os filhos dos funcionários e alfabetização para quem não teve a chance de frequentar uma escola.

Em 2018, Ueze Elias Zahran faleceu aos 94 anos deixando um legado de pioneirismo. O homem de negócios que o Brasil e o mundo conheceram sempre foi um visionário com um olhar voltado para Mato Grosso e Mato Grosso do Sul marcando para sempre a história desses dois estados.

Dessa forma, por ser medida justa a homenagem, contamos com o apoio do Congresso Nacional para a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões,

Senador NELSINHO TRAD

SF/21491.80215-54





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2703, DE 2021

Altera a Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021 e a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para acrescentar o conceito das startups da sustentabilidade (startups verdes) e dar-lhes primazia na dotação de fundos e na contratação pelo poder público, bem como confere prioridade nas dotações do FNDCT às startups da sustentabilidade voltadas à Amazônia Legal.

AUTORIA: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº DE 2021

Altera a Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021 e a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para acrescentar o conceito das startups da sustentabilidade (startups verdes) e dar-lhes primazia na dotação de fundos e na contratação pelo poder público, bem como confere prioridade nas dotações do FNDCT às startups da sustentabilidade voltadas à Amazônia Legal.



SF/21536.26211-47

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 4º**

§ 3º As startups da sustentabilidade são aquelas que promovem a inovação e o empreendedorismo para fins do desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente correto.”
(NR)

‘**Art. 9º**

§ 4º As startups da sustentabilidade terão preferência na análise e na dotação dos recursos de que tratam este Capítulo.’
(NR)

‘**Art. 12**

§ 4º As startups da sustentabilidade terão preferência no processo licitatório.” (NR)



Art. 2º A Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 12**

.....
§ 4º As startups da sustentabilidade cujos projetos sejam voltados à Amazônia Legal terão preferência na dotação dos recursos do FNDCT.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor sessenta dias após a sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Três momentos políticos tornam prementes a necessidade de se promover e fomentar o empreendedorismo e a inovação verde e sustentável, sobretudo na Amazônia Legal: a preocupação com a perda de seus biomas; o pacto verde europeu, tornando fundamentais sinais claros e objetivos por parte do Brasil para fazer avançar o tão importante Acordo de Livre Comércio Mercosul-União Europeia; e a perspectiva da entrada em vigor do Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). O Protocolo foi concluído durante a 10ª Reunião da Conferência das Partes na Convenção, realizada em outubro de 2010 (COP-10), assinado pelo Brasil no dia 2 de fevereiro de 2011, e aprovado pelo Congresso Nacional, do que resultou o Decreto Legislativo nº 136, de 2020.

Estamos também nos aproximando da COP-26, prevista para acontecer em novembro deste ano, em Glasgow, na Escócia, oportunidade em que os principais líderes e parlamentos mundiais terão que conjugar o imperativo de revisão dos compromissos nacionais na área de mudança do clima com as necessidades de recuperação econômica pós-pandemia. Trata-se de rara oportunidade para tratar, de maneira integrada, a resposta a duas grandes crises globais. Por isso, os planos nacionais de mudança do clima não devem ser desconectados dos planos de recuperação econômica. Pelo contrário, devem ser parte integral dos esforços nacionais para criar empregos, impulsionar o crescimento econômico, reduzir riscos de saúde e construir economias mais resilientes. A crise econômica decorrente da crise sanitária não se dissocia da pré-existente crise climática.



SF/21536.26211-47



Este projeto de lei apresenta fórmulas efetivas para incentivar a inovação com o componente da sustentabilidade ao modificar o Marco Legal das Startups para acrescentar o conceito das startups da sustentabilidade (startups verdes) e dar-lhes primazia na dotação de fundos e na contratação pelo poder público; bem como ao dispor que as dotações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT serão preferencialmente destinadas às startups da sustentabilidade voltadas à Amazônia Legal.

A Lei Complementar nº 177, de 2021, que proibiu o contingenciamento do FNDCT, torna esse fundo a mais propícia via para albergar a iniciativa contida neste Projeto de Lei.

Cumpre-nos também esclarecer que, apesar de o presente projeto alterar dispositivos da Lei Complementar 182, de 2021, que instituiu o Marco Legal das Startups, estes dispositivos não constituem matérias reservadas à Lei Complementar pela Carta Magna, sendo passível a alteração por projeto de lei ordinária, em conformidade com o entendimento do próprio Supremo Tribunal Federal (RE 377.457, rel. min. Gilmar Mendes, j. 17-9-2008, P, DJE de 19-12-2008, Tema 71; Vide ADI 4.071 AgR, rel. min. Menezes Direito, j. 22-4-2009, P, DJE de 16-10-2009).

Pela iminente necessidade de incentivar a sustentabilidade na Amazônia Legal, bem como de dar sinais claros de comprometimento com a causa ambiental, com a finalidade de acelerar a aprovação do Acordo Mercosul-União Europeia, que proverá ao Brasil as vias de comércio necessárias para incentivar a economia e a renda nacionais, bem como de demonstrar o comprometimento do Brasil com o desenvolvimento sustentável na COP-26, pedimos o apoio dos nobres parlamentares a este Projeto.

Sala das Sessões,

Senador **CHICO RODRIGUES**



SF/21536.26211-47



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei Complementar nº 177 de 12/01/2021 - LCP-177-2021-01-12 - 177/21
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2021;177>
- Lei Complementar nº 182 de 01/06/2021 - LCP-182-2021-06-01 - 182/21
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2021;182>
- Lei nº 11.540, de 12 de Novembro de 2007 - LEI-11540-2007-11-12 - 11540/07
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2007;11540>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2713, DE 2021

Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para incluir entre as atribuições da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) a emissão de parecer consultivo sobre patente de interesse para o Sistema Único de Saúde (SUS).

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para incluir entre as atribuições da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) a emissão de parecer consultivo sobre patente de interesse para o Sistema Único de Saúde (SUS).



SF/21892.14606-37

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido do inciso XXIX, com a seguinte redação:

“**Art. 7º**.....

XXIX – emitir parecer consultivo público, com fulcro em requisitos de patenteabilidade, que corresponderá a subsídios, aos pedidos de patente de interesse para o Sistema Único de Saúde (SUS), durante o exame realizado pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), nos termos do art. 31 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

.....(NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto tem por objetivo acrescentar entre as competências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) a atribuição para emitir parecer consultivo ao pedido de patente de interesse para o Sistema Único de Saúde (SUS).

O art. 31 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, tem previsão genérica possibilitando a qualquer interessado a apresentação de subsídios ao





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Contudo, a atuação da ANVISA na interseção entre propriedade industrial e saúde pública deve estar prevista na Lei nº 9.782, de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Com isso, pretendemos inserir entre as atribuições da ANVISA o excelente trabalho que já há anos vem desempenhando e está relacionado ao subsídio técnico dos pedidos de patentes de interesse do SUS. Tal providência torna-se indispensável diante da discussão de propostas para revogação da obrigatoriedade da anuência prévia da ANVISA nos pedidos de patentes relacionados a medicamentos, prevista no art. 229-C da Lei nº 9.279, de 1996.

Diante do exposto, pedimos aos nobres Pares a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador Nelsinho Trad
Relator



SF/21892.14606-37



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.279, de 14 de Maio de 1996 - Lei de Propriedade Industrial; Código de Propriedade Industrial (1996); Lei de Patentes (1996) - 9279/96
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9279>
 - artigo 31
 - artigo 229-B
- Lei nº 9.782, de 26 de Janeiro de 1999 - Lei do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - 9782/99
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1999;9782>
 - artigo 7º





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2714, DE 2021

Altera o art. 44 da Lei nº 9.066, de 19 de setembro de 1995, para determinar o repasse dos recursos previstos no inciso V desse artigo, mês a mês, por parte do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, em conta bancária exclusiva para essa finalidade, mantida pela organização partidária nacional responsável pela mobilização das mulheres.

AUTORIA: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera o art. 44 da Lei nº 9.066, de 19 de setembro de 1995, para determinar o repasse dos recursos previstos no inciso V desse artigo, mês a mês, por parte do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, em conta bancária exclusiva para essa finalidade, mantida pela organização partidária nacional responsável pela mobilização das mulheres.



SF/21060.82997-65

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 44 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44.

.....

§ 8º O repasse dos recursos previstos no inciso V, no percentual definido pelos partidos políticos, será efetuado, mês a mês, pelo Tribunal Superior Eleitoral, diretamente, em conta bancária exclusiva para essa finalidade, mantida pela organização partidária nacional responsável pela promoção da participação política feminina.” (NR)

Art. 2º Fica revogado o § 5º do art. 44 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O incentivo à participação de mulheres na política é uma atividade permanente dos partidos políticos, a ser por eles implementada tanto nos anos eleitorais quanto nos anos em que não há eleição. Trata-se,



afinal, de uma exigência da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, Lei dos Partidos Políticos, que, desde 2009, impõe a destinação de um percentual mínimo do Fundo Partidário a políticas afirmativas de gênero que estimulem o ingresso de mulheres na política.

Contudo, sabemos que, mesmo perante uma regra clara, muitas vezes tais repasses não são feitos pelos diretórios dos partidos, gerando diversos processos junto ao TSE. Entre as irregularidades cometidas pelas agremiações partidárias, inclusive, segundo levantamento feito pelo TSE, o descumprimento do percentual mínimo reservado para "promoção, difusão e incentivo da participação feminina na política", como determina a lei, está entre as ocorrências mais frequentes, atrás apenas da ausência de comprovação de gastos.

Além disso, embora o repasse pelos partidos para ações afirmativas relacionadas à participação das mulheres na política tenha previsão legal, a regra é omissa no que se refere à periodicidade desse repasse. É comum, consequentemente, o repasse tardio, prática que dificulta a organização dos eventos e a eficiente aplicação dos recursos em programas de incentivo à participação das mulheres na política.

Assim sendo, propomos que esses repasses passem a ser efetuados mês a mês, em conta bancária exclusiva para essa finalidade, mantida pela organização partidária nacional responsável pela promoção da participação política das mulheres. Evita-se, dessa maneira, a concentração dos repasses em alguns momentos do ano, ao sabor da conveniência das finanças partidárias, procedimento que pode ser conveniente para os partidos, mas inviabiliza o trabalho planejado de estímulo à participação política das mulheres.

Cremos que tal medida, além de sanar, em boa medida, as vulnerabilidades da regra vigente, servirá também como incentivo para que todos os partidos constituam uma organização partidária nacional voltada para a promoção da participação política feminina, formulem programas exequíveis com essa finalidade e os executem com a eficiência desejada.

Sala das Sessões,

Senadora SORAYA THRONICKE



SF/21060.82997-65



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.066, de 20 de Junho de 1995 - LEI-9066-1995-06-20 - 9066/95

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;9066>

- artigo 44

- Lei nº 9.096, de 19 de Setembro de 1995 - Lei Orgânica dos Partidos Políticos (1995);
Lei dos Partidos Políticos - 9096/95

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;9096>

- artigo 44

- parágrafo 5º do artigo 44



Requerimento





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1813, DE 2021

Voto de pesar pelo falecimento de Joaquim Francisco Cavalcanti, ex-Governador do Estado de Pernambuco e ex-Deputado Federal, ocorrido no dia 3 de agosto de 2021, em Recife/PE.

AUTORIA: Senador Humberto Costa (PT/PE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 218, II e III, “e” e 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Joaquim Francisco Cavalcanti, ex-Governador do Estado de Pernambuco e ex-Deputado Federal, na tarde de 03 de agosto de 2021, em Recife - PE, bem como a apresentação de condolências a sua esposa, Silvia Couceiro de Freitas Cavalcanti, a seus filhos, ao Governo do Estado de Pernambuco, ao Congresso Nacional, aos pernambucanos e aos brasileiros.

JUSTIFICAÇÃO

Na tarde da última terça-feira, 3, o Brasil se despediu de uma das principais personalidades da política nacional: Joaquim Francisco Cavalcanti faleceu aos 73 anos de idade, vítima de câncer.

Joaquim Francisco fez parte de importantes momentos da história política brasileira e pernambucana; ingressou muito jovem na vida política. Ainda na década de 60, foi nomeado oficial de gabinete do então governador Nilo Coelho, marcando, assim, a sua estreia no Palácio Campo das Princesas, sede do Executivo Estadual.

Formado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, atuou como advogado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e como procurador na Junta Comercial do Estado. Foi também presidente da



00100.081720/2021-72
SF/21935.39890-38 (LexEdit)

Comissão de Defesa Civil de Pernambuco e Secretário Estadual de Trabalho e Ação Social na gestão de Moura Cavalcanti.

Já na década de 80, no período pós-regime militar, Joaquim Francisco coordenou a vitoriosa campanha que levou Roberto Magalhães ao governo de Pernambuco; Joaquim foi escolhido para ser prefeito de Recife. Sua gestão municipal foi amplamente reconhecida, marcada por importantes obras para o desenvolvimento da cidade, e o consolidou como um grande nome da política pernambucana.

Joaquim Francisco também trouxe contribuições para o arcabouço legal brasileiro: como Deputado Federal Constituinte, presidiu a Comissão que aprovou a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), foi favorável à proteção ao emprego (contra a demissão sem justa causa), à pluralidade sindical e ao presidencialismo; pronunciou-se contrário à pena de morte e ao mandato de cinco anos para o então presidente José Sarney.

Em 1988, Joaquim Francisco retorna à prefeitura do Recife, agora como prefeito eleito pelo voto popular. Em 1990, desincompatibilizou-se do cargo de prefeito para se candidatar ao governo de Pernambuco, pleito do qual sai vitorioso já no primeiro turno. Após seu mandato como governador, Joaquim Francisco se muda para Washington (EUA) onde trabalhou como consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial.

De volta ao Brasil, foi eleito Deputado Federal em 1998 e, novamente, em 2002. Em 2009, filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Nesta ocasião, nossas vidas políticas, que em alguns momentos já haviam se cruzado, agora assumem uma posição de cumplicidade: Joaquim Francisco compõe a nossa chapa vitoriosa para o Senado Federal, sendo ele o primeiro suplente.



Além de grande estadista, Joaquim Francisco era um exímio escritor, possuía uma dezena de livros publicados, entre eles: Ideias e Compromissos (1986), A Bandeira do Trabalho (1992) e Modernização do Estado: Novos Caminhos (1998).

Apesar das diferentes posições ideológicas que possuíamos, as quais, inclusive, fortaleciam a nossa relação e crivavam o posicionamento democrático sempre verbalizado por Joaquim Francisco, seja em suas falas, seja em seus livros, não poderia deixar de reconhecer as grandes contribuições deste grande homem para a sociedade brasileira, para a sociedade pernambucana e, por estas razões, apresento este Voto de Pesar.

Joaquim Francisco deixa a esposa, Sílvia Couceiro de Freitas Cavalcanti, e três filhos.

O presente requerimento deverá ser enviado para:

Nome: Sílvia Couceiro Cavalcanti, Endereço: Praça Fleming, 145 - ap. 1501 - Edifício Clarinda Priori - Jaqueira, Cidade: Recife, UF: PE, CEP: 52071-000

Nome: Prefeita Raquel Lyra - Presidente do PSDB em Pernambuco, Endereço: Rua Viscondessa do Livramento, 226, Derby, Cidade: Recife, UF: PE, CEP: 52010-060

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2021.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

SF/21935.39890-38 (LexEdit)



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

Bloco-PL - Romário*
Bloco-PL - Carlos Portinho** (S)
PATRIOTA - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Giordano** (S)
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

PSD - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-PODEMOS - Jorge Kajuru**
PSD - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
PSD - Carlos Fávaro**
Bloco-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
Bloco-PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - Nilda Gondim* (S)
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-MDB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-MDB - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
Bloco-PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

Bloco-PP - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Eliane Nogueira** (S)
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
Bloco-PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Virginio de Carvalho* (S)
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

Bloco-PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-PODEMOS - Flávio Arns**
Bloco-PODEMOS - Oriovisto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

Bloco-PODEMOS - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PP - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 23

MDB-15 / PP-7 / REPUBLICANOS-1

Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Eliane Nogueira.	PP / PI
Elmano Férrer.	PP / PI
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
Kátia Abreu.	PP / TO
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Nilda Gondim.	MDB / PB
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rose de Freitas.	MDB / ES
Simone Tebet.	MDB / MS
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB

Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL - 18

PODEMOS-9 / PSDB-7 / PSL-2

Alvaro Dias.	PODEMOS / PR
Eduardo Girão.	PODEMOS / CE
Flávio Arns.	PODEMOS / PR
Giordano.	PSL / SP
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jorge Kajuru.	PODEMOS / GO
José Serra.	PSDB / SP
Lasier Martins.	PODEMOS / RS
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Reguffe.	PODEMOS / DF
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

PSD - 11

Angelo Coronel.	BA
Antonio Anastasia.	MG
Carlos Fávaro.	MT
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC
Vanderlan Cardoso.	GO

Bloco Parlamentar Vanguarda - 11

DEM-6 / PL-4 / PSC-1

Carlos Portinho.	PL / RJ
Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Romário.	PL / RJ
Virgínio de Carvalho.	DEM / SE
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Senado Independente - 8

PDT-3 / CIDADANIA-2 / REDE-2 / PSB-1

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Leila Barros.	PSB / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Weverton.	PDT / MA

PATRIOTA - 1

Flávio Bolsonaro.	RJ
------------------------	----

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	23
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL.	18
Bloco Parlamentar Vanguarda.	11
PSD.	11
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
Bloco Parlamentar Senado Independente.	8
PATRIOTA.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Humberto Costa** (PT-PE)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Irajá** (PSD-TO)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Paulo Paim** (PT-RS)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Antonio Anastasia* (PSD-MG)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Carlos Fávaro** (PSD-MT)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Carlos Portinho** (PL-RJ)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Reguffe* (PODEMOS-DF)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jorge Kajuru** (PODEMOS-GO)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Cid Gomes** (PDT-CE)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	José Serra* (PSDB-SP)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Kátia Abreu* (PP-TO)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Dário Berger* (MDB-SC)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Romário* (PL-RJ)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Leila Barros** (PSB-DF)	Rose de Freitas* (MDB-ES)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Eliane Nogueira** (PP-PI)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Elmano Férrer* (PP-PI)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Vanderlan Cardoso** (PSD-GO)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Veneziano Vital do Rêgo** (MDB-PB)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Virginio de Carvalho* (DEM-SE)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Flávio Arns** (PODEMOS-PR)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Weverton** (PDT-MA)
Flávio Bolsonaro** (PATRIOTA-RJ)	Nilda Gondim* (MDB-PB)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Giordano** (PSL-SP)	Omar Aziz* (PSD-AM)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (DEM-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Romário - (PL-RJ)

1º SECRETÁRIO

Irajá - (PSD-TO)

2º SECRETÁRIO

Elmano Férrer - (PP-PI)

3º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

4º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Jorginho Mello - (PL-SC)

2º Luiz do Carmo - (MDB-GO)

3º Eliziane Gama - (CIDADANIA-MA)

4º Zequinha Marinho - (PSC-PA)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 23</p> <p>Líder Mailza Gomes - PP (55)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 15 Eduardo Braga (20,45)</p> <p>Vice-Líder do MDB Marcelo Castro (65)</p> <p>Líder do PP - 7 Daniella Ribeiro (46)</p> <p>Vice-Líder do PP Luis Carlos Heinze (43)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 1 Mecias de Jesus (5)</p>	<p>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS/PSDB/PSL) - 18</p> <p>Líder Lasier Martins - PODEMOS (15,62)</p> <p>Vice-Líderes Rodrigo Cunha (19,27,32,69) Soraya Thronicke (31,70) Flávio Arns (71)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PODEMOS - 9 Alvaro Dias (2,59)</p> <p>Vice-Líderes do PODEMOS Oriovisto Guimarães (67) Eduardo Girão (14,66) Styvenson Valentim (68)</p> <p>Líder do PSDB - 7 Izalci Lucas (22,24,37,56)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Mara Gabrilli (58) Rodrigo Cunha (19,27,32,69)</p> <p>Líder do PSL - 2 Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (31,70)</p>	<p>PSD - 11</p> <p>Líder Nelsinho Trad - PSD (48)</p> <p>Vice-Líderes Omar Aziz (54) Carlos Fávaro (53)</p>
<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 11</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (9)</p> <p>Vice-Líderes Jorginho Mello (3,11,40) Zequinha Marinho (10,18)</p> <p>.....</p> <p>Líder do DEM - 6 Marcos Rogério (42)</p> <p>Líder do PL - 4 Carlos Portinho (39)</p> <p>Vice-Líder do PL Jorginho Mello (3,11,40)</p> <p>Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (10,18)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9</p> <p>Líder Zenaide Maia - PROS (44)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 6 Paulo Rocha (23,50)</p> <p>Líder do PROS - 3 Telmário Mota (8)</p> <p>Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (44)</p>	<p>Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB) - 8</p> <p>Líder Eliziane Gama - CIDADANIA (51)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PDT - 3 Cid Gomes (60)</p> <p>Líder do CIDADANIA - 2 Alessandro Vieira (41)</p> <p>Líder do REDE - 2 Randolfe Rodrigues (63,64)</p> <p>Líder do PSB - 1 Leila Barros (29,36,57)</p>
<p>PATRIOTA - 1</p> <p>Líder Flávio Bolsonaro - PATRIOTA (74)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Renan Calheiros - MDB (52)</p> <p>Vice-Líder Kátia Abreu (73)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Jean Paul Prates - PT (47)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (21)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Gomes (25,30) Elmano Férrer (26) Carlos Viana (38)</p>	<p>Oposição</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE (63,64)</p>	<p>Bancada Feminina</p> <p>Líder Simone Tebet - MDB (72)</p>

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
2. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
4. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).
5. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
6. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
7. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
8. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA).
9. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
10. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
11. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
12. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
13. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
14. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
15. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
16. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
17. Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado o 2º vice-líder do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (Of. s/nº/2019-GLPSD).
18. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
19. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
20. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
21. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54).
22. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
23. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD).
24. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
25. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
26. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
27. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
28. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
29. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
30. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019).
31. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
32. Em 01.04.2020, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. 28/2020-GLPSDB).
33. Em 24.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 092/2020-GSLB).
34. Em 08.05.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODEMOS (Of. 036/2020-GLPODE).
35. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 43/2020-GLDPP).
36. Em 24.09.2020, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Bloco Senado Independente até 21/01/2021, término da licença do Senador Veneziano Vital do Rêgo.
37. Em 07.10.2020, o Senador Izalci Lucas deixou a vice-liderança do Governo (Of. nº 007/2020-GLDGOV e Of. nº 141/2020-GSIZALCI).
38. Em 27.11.2020, o Senador Carlos Viana foi designado 3º vice-líder do Governo (Of. nº 135/2020/GSFERCOE).
39. Em 18.01.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado líder do Partido Liberal (Of. s/n).
40. Em 18.01.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado Vice-Líder do Partido Liberal (Of. s/n).
41. Em 01.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado Líder do CIDADANIA (Ofício nº 4/2021-GSEGAMA).
42. Em 01.02.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder do Democratas (Of. 001/2021-GLDEM).
43. Em 02.02.2021, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado 2º vice-líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
44. Em 02.02.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada Líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 01/2021-BLPRD).
45. Em 02.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi reconduzido como Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 004/2021-GLMDB).
46. Em 02.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
47. Em 02.02.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado Líder da Minoria (Of. 01/2021-GLDMIN).
48. Em 02.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado Líder do PSD (Of. 1/2021-GLPSD).
49. Em 02.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
50. Em 02.02.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado Líder do PT (Of. 02/2021-GLDPT).
51. Em 02.02.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/nº/2021).
52. Em 03.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. 5/2021-GLMDB).
53. Em 03.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
54. Em 03.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
55. Em 04.02.2021, a Senadora Mailza Gomes foi designada Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 006/2021-GLMDB).
56. Em 08.02.2021, o Senador Izalci Lucas é designado L'ider do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. sn/2021-GLPSDB).
57. Em 09.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 9/2021-GSLB).
58. Em 09.02.2021, a Senadora Mara Gabrilli foi designada 1ª Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 7/2021-GLPSDB).
59. Em 09.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi reconduzido como Líder do Podemos (Of. 004/2021-GLPODEMOS).
60. Em 10.02.2021, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 3/2021-GLDPDT).
61. Em 10.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 001/2021-BLUNIDB).
62. Em 10.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado Líder do Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
63. Em 11.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi reconduzido ao cargo de Líder da REDE (Of. 68/2021-GSRROD).
64. Em 12.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder da Oposição ao Governo (Of. 6/2021).
65. Em 23.02.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 8/2021-GLMDB).
66. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
67. Em 24.02.2021, o Senador Oriovisito Guimarães foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
68. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado 3º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
69. Em 11.03.2021, o Senador Rodrigo Cunha é designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
70. Em 11.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke é designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
71. Em 11.03.2021, o Senador Flávio Arns é designado 3ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
72. Em 16.03.2021, a Senadora Simone Tebet foi designada Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 12/2021).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



73. Em 15.04.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder da Maioria (Of. nº 01/2021-GLDMAI)
74. Em 07.06.2021, o Senador Flávio Bolsonaro é designado Líder do Patriota (Of. 18/2021-GSFB).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19

Finalidade: Acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus.
RQS 105, 2021

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Instalação: 03/03/2021

Prazo final: 30/06/2021

Prazo final prorrogado: 10/11/2021

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,19)	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(4,19)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(2,19)	2. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(2,19)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(11,16,19)	3. (11)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(11,18)	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(11,18)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁹⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(11,13)	2. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(11,13)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(11,15)	3. (11)
PSD	
Senador Otto Alencar ⁽³⁾	1. Senador Nelsinho Trad ⁽³⁾
(11)	2. (11)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁸⁾	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(11,14)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(11,12)

Notas:

- Em 25.02.2021, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLMDB).
- Em 25.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, e a Senadora Daniella Ribeiro membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPP).
- Em 25.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, e o Senador Nelsinho Trad membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 37/2021-GLPSD).
- Em 02.03.2021, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 47/2021-GLMDB).
- Em 02.03.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 22/2021-BLVANG).
- Em 03.03.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura, Presidente, e o Senador Styvenson Valentim, Vice-Presidente, deste colegiado (Of. 1/2021-CTCOVID19).
- Em 03.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 24/2021-GLPODEMOS).
- Em 03.03.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLPRD).
- Em 03.03.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLPSDB).



10. Em 04.03.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 24/2021-BLVANG).
11. Em 30.03.2021, foram criadas novas 6 vagas de titulares, e igual número de suplentes, em função da aprovação do Requerimento nº 974, de 2021.
12. Em 03.03.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 33/2021-BLSENIND).
13. Em 31.03.2021, os Senadores Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 34/2021-GLPODEMOS).
14. Em 05.04.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 16/2021-GSEGAMA).
15. Em 06.04.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 43/2021-GLPSDB).
16. Em 06.04.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 53/2021-GLMDB).
17. Em 12.04.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 20/2021-BLPRD).
18. Em 14.04.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira; e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLDPP).
19. Em 14.04.2021, os Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro e Rose de Freitas foram designados membros titulares; e os Senadores Luis Carlos Heinze e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2021-GLMDB).

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva

Telefone(s): 61 3303 3508



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA AVERIGUAR AS CAUSAS E EFEITOS DA CRISE HIDROENERGÉTICA.

Finalidade: Averiguar as causas e efeitos da crise hidroenergética que assola o País, acompanhar a atuação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), criada pela Medida Provisória nº 1.055, de 28 de junho de 2021, e propor soluções que garantam a segurança energética e a modicidade tarifária do Sistema Elétrico Brasileiro (SEB).

RQS 1.749, de 2021

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

Secretário(a): Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3511



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS
MEMBROS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS EM ANGOLA

Finalidade: Constituir, no prazo de 30 (trinta) dias, uma comissão de parlamentares para verificar perseguição religiosa sofrida por pastores e bispos da Igreja Universal do Reino de Deus, em Angola.

RQS 1381, de 2020

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA 5G NO BRASIL.

Finalidade: Realizar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, estudo sobre as melhores práticas para implantação da tecnologia 5G no Brasil.

RQS n. 2.883, de 2020

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽²⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(2,7)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
VAGO ^(5,6)	1.
PSD	
Senador Vanderlan Cardoso ⁽³⁾	1. Senador Irajá ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) ⁽¹⁾	
	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada.
2. Em 18.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro e o Senador Luis Carlos Heinze foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLDPP).
3. Em 19.02.2021, os Senadores Vanderlan Cardoso e Irajá foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo PSD, para compor a Comissão (Of. 31/2021-GLPSD).
4. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 08/2021-BLVANG).
5. Em 01.03.2021, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 05/2021).
6. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
7. Em 09.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 23/2021-GLDPP).



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE

Finalidade: Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁸⁾

Leitura: 05/11/2019

Instalação: 11/12/2019

Prazo final: 03/08/2020

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽²⁾	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽²⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁴⁾	1.
(7,10)	2. (7,10)
PSD	
Senador Sérgio Petecão (AC) ^(1,9)	1. Senador Nelsinho Trad (MS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO ^(3,11)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽⁶⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽⁶⁾	

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.

1. Em 09.12.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 169/2019-GLPSD).

4. Em 09.12.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPSDB).

3. Em 09.12.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-BLVANG).

2. Em 09.12.2019, os Senadores Dário Berger e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 239/2019-GLMDB).

5. Em 10.12.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2019-GLDPP).

6. Em 10.12.2019, os Senadores Leila Barros e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 149/2019-GLBSI).

7. Em 10.12.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 132/2019-GLPODEMOS).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 11.12.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jorginho Mello, Dário Berger e Izalci Lucas, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CPICHAPE).

9. Em 27.04.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLPSD).

10. Em 27.04.2021, o Senador Eduardo Girão, membro titular, e o Senador Marcos do Val, membro suplente, deixaram de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. 037/2021-GLPODEMOS).

11. Em 29.04.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro suplente, deixando de atuar como titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda e também como Presidente da comissão (Of. nº 30/2021-BLVANG).

Secretário(a): Leandro Bueno

Telefone(s): 3303-4854



2)CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
	1.
PODEMOS	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
	1.
PSD	
	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



3)CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
	1.
PODEMOS	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
	1.
PSD	
	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



4)CPI DA PANDEMIA

Finalidade: Apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Requerimentos nºs 1.371 e 1.372, de 2021.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹¹⁾

RELATOR: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹¹⁾

Leitura: 13/04/2021

Instalação: 27/04/2021

Prazo final: 07/08/2021

Prazo final prorrogado: 05/11/2021

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁾	2. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ^(2,13,14,15,16,19)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(2,13,14,15,16,19)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽³⁾	1. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(4,17,18)	
PSD	
Senador Omar Aziz (AM) ⁽⁵⁾	1. Senador Angelo Coronel (BA) ⁽⁵⁾
Senador Otto Alencar (BA) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁶⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(7,12)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁸⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁹⁾	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. Em 14.07.2021, o prazo da CPI fica prorrogado por mais 90 dias (Requerimento nº 1.793, de 2021)

1. Em 15.04.2021, os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e o Senador Jader Barbalho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 54/2021-GLMDB).

2. Em 15.04.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLDPP).

3. Em 15.04.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular; e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPODEMOS).

4. Em 15.04.2021, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 45/2021-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 15.04.2021, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 49/2021-GLPSD).
6. Em 15.04.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 04/2021-BLVANG).
7. Em 15.04.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 198/2021-GSZMARIN).
8. Em 15.04.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 09/2021-GLPL).
9. Em 15.04.2021, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e o Senador Rogério Carvalho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLPRD).
10. Em 15.04.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 18/2021-GSEGAMA).
11. Em 27.04.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues Presidente e Vice-Presidente, e designou o Senador Renan Calheiros Relator (Of. nº 001/2021-CPIPANDEMIA).
12. Em 05.05.2021, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, em vaga cedida ao MDB, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 09/2021-GLDEM).
13. Em 04.06.2021, o Senador Luis Carlos Hein foi designado membro titular; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 22/2021-GLDPP).
14. Em 14.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLDPP).
15. Em 28.06.2021, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2021-GLDPP).
16. Em 05.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLDPP).
17. Em 08.07.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLPSDB).
18. Em 13.07.2021, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, em substituição ao Senador Izalci Lucas, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 50/2021-GLPSDB).
19. Em 27.07.2021, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Flávio Bolsonaro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição aos Senadores Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze, respectivamente (Of. nº 34/2021-GLDPP).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno

Telefone(s): 3303-3490



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(1,55)

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(1,55)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(8,54,57)	1. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ^(8,18,54,57)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(8,54,57)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(8,18,54,57)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(8,54,57)	3. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(8,42,44,54,65)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(8,54,57)	4. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(8,54,57)	5. VAGO ^(9,41,45)
Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ^(4,57,59)	6. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(11,17,59)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,38,39,46,48)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(10,59)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	8.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) ^(12,51)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(7,31,36,51)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(12,51,53)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(7,40)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(12,51)	3. VAGO ^(7,50,53)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(7,30)	4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(13,34)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(7,26,29,50)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(16,51)
Senador Giordano (PSL-SP) ^(14,32,34,63,64)	6. VAGO ⁽¹⁶⁾
PSD	
Senador Otto Alencar ^(2,49)	1. Senador Angelo Coronel ^(2,24,49)
Senador Omar Aziz ^(2,23,49)	2. Senador Antonio Anastasia ^(2,33,35,49)
Senador Vanderlan Cardoso ^(2,49)	3. Senador Carlos Viana ^(2,25,49)
Senador Irajá ⁽⁶¹⁾	4. Senador Nelsinho Trad ⁽⁶¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO ^(3,47)	1. VAGO ^(15,43,60)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ^(3,27,28)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(6,52)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,52)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,20,22,52)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(6,52)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(6,52)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(6,52)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁵⁶⁾	1. VAGO ^(56,62)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(37,56)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(56,58)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ^(56,58)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(19,21,56)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).

12. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).

11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
9. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisito Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
16. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
17. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
18. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
19. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
20. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
21. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD).
23. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD).
24. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD).
25. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD).
26. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE).
27. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG).
28. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG).
29. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE).
30. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
31. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODEMOS).
32. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 110/2019-GLIDPSL).
33. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
34. Em 06.02.2020, o Senador Major Olimpio deixa de atuar como suplente e passa a membro titular, e o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Memo nº 6/2020-GLIDPSL).
35. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 051/2020-GLPSD).
36. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
37. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
38. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
39. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).



40. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
41. Em 14.10.2020, o Senador José Maranhão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2020-GLMDB).
42. Em 16.10.2020, o Senador Ney Suassuna foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, no Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão em vaga cedida pelo MDB (Of. nº 32/2020-GLMDB).
43. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
44. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ney Suassuna, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLMDB).
45. Em 22.10.2020, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2020-GLMDB).
46. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
47. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
48. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
49. Em 11.02.2021, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Antonio Anastasia e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSD).
50. Em 18.02.2021, o Senador Orlivo Guimarães foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Reguffe, que passa a ser o suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS).
51. Em 19.02.2021, os Senadores José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPSDB).
52. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-BLPRD).
53. Em 19.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS).
54. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luiz do Carmo e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLMDB).
55. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Vanderlan Cardoso a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
56. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Leila Barros e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-BLSENIND).
57. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Luiz do Carmo e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLMDB).
58. Em 23.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 23/2021-BLSENIND).
59. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLMDB).
60. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
61. Em 26.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLPSD).
62. Em 15.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 37/2021-BLSENIND).
63. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
64. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
65. Em 06.05.2021, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 59/2021-GLMDB).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano
Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13
Telefone(s): 6133034344
E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

(Requerimento 20, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)
2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).
3. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(13,42)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(13,42)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(8,41)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(8,41,45,47)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(8,41)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(7,41)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(8,41)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(7,17,20,25,30,31,41)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(8,41)	4. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(9,41)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹¹⁾	5. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(10,33)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵¹⁾	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(4,39)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(6,18,23,39)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(5,36)	2. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(5,37)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(5,35)	3. VAGO ^(5,28,38,48)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(14,18,32,39)	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(19,39)
Senador Giordano (PSL-SP) ⁽⁴⁹⁾	5.
PSD	
Senador Sérgio Petecão ^(1,34)	1. Senador Nelsinho Trad ^(1,34)
Senador Lucas Barreto ^(1,34)	2. Senador Irajá ^(1,12,22,24,34)
Senador Angelo Coronel ^(12,34)	3. Senador Otto Alencar ^(16,34)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽²⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽²⁾	2. Senador Romário (PL-RJ) ^(15,29,46,50)
	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(3,40)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(3,40)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(3,40)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,40)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁴³⁾	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(43,44)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽⁴³⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(21,26,27,43)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styverson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD).
13. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
14. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
16. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
17. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).
18. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL).
19. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB).
20. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB).
21. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 156/2019-GLBSI).
22. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
23. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
24. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 052/2020-GLPSD).
25. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
26. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
27. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 032/2020-BLSENIND).
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 21.10.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 035/2020-GLMDB).
31. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
32. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLDPP).
34. Em 11.02.2021, os Senadores Sérgio Petecão, Lucas Barreto e Angelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSD).
35. Em 18.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
36. Em 18.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
37. Em 18.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
38. Em 18.02.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
39. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLPSDB).
40. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 14/2021-BLPRD).
41. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 18/2021-GLMDB).
42. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Sérgio Petecão e a Senadora Zenaide Maia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2021-BLSENIND).
44. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 25/2021-BLSENIND).
45. Em 23.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2021-GLMDB).
46. Em 25.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixa de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 19/2021-BLVANG).
47. Em 26.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLMDB).
48. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



50. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).

51. Em 17.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLDPP).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3515/4608
E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

(Requerimento 27, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3515/4608
E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,91)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) ^(1,91)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(8,89)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(8,89)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(8,89)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(8,25,31,89)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ^(8,89)	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(8,89)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(8,20,89)	4. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ^(8,47,58,89)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(8,81,89)	5. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(8,19,71,73,89)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(4,89)	6. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ^(9,66,67,76,80,89)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹¹⁾	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁴⁾	8. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(6,53,55,84,87)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(6,29,56,84,87)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(6,84)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(6,29,35,39,51,52,84,87)
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ^(7,28,30,36,105)	3. Senador Giordano (PSL-SP) ^(6,84,101)
Senador Orioivisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(7,18,26,27,72,74)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(7,72,74,90,96)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(7,44,45,46,60,68,72,74,86,90,96,106)	5. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(13,42,57,59,61,69,72,74,86)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(12,42,78)	6. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(14,43,78,99,102,105,106)
PSD	
Senador Antonio Anastasia ^(2,54,83)	1. Senador Otto Alencar ^(2,83)
Senador Lucas Barreto ^(2,83)	2. Senador Carlos Viana ^(2,63,83)
Senador Omar Aziz ^(2,70,75,77,83)	3. Senador Carlos Fávaro ^(2,54,77,83,97,100)
Senador Vanderlan Cardoso ⁽⁹⁷⁾	4. Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁰³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(3,79,82,92)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ^(3,34,37)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽³⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(3,93)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(5,85)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(5,15,16,85)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(5,15,17,32,33,40,85)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,85)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(5,85)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(5,16,41,85)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(65,88,95,98,104)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(88,95,98)
Senador Weverton (PDT-MA) ^(50,62,64,88)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(38,88)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(22,23,48,49,88)	3. VAGO ^(21,24,88,104)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Orlívio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLI).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
15. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
16. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
18. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orlívio Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
19. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
20. Em 06.05.2019, o Senador Orlívio Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
21. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
22. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
23. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
24. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
25. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
26. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orlívio Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
27. Em 06.06.2019, o Senador Orlívio Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
28. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
29. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
30. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
31. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
32. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
33. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
34. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).
35. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
36. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
37. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
38. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).



39. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).
40. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
41. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
42. Em 25.09.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL).
43. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL).
44. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS).
45. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS).
46. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS).
47. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB).
48. Em 09.12.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 145/2019-GLBSI).
49. Em 16.12.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 147/2019-GLBSI).
50. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 157/2019-GLBSI).
51. Em 05.02.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador José Serra (Of. nº 15/2020-GLPSDB).
52. Em 18.02.2020, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Plínio Valério (Of. nº 16/2020-GLPSDB).
53. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
54. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 22/2020-GLPSD).
55. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 21/2020-GLPSDB).
56. Em 05.03.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2020-GLPSDB).
57. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
58. Em 20.04.2020, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2020-GLMDB).
59. Em 23.04.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2020-GLPODEMOS).
60. Em 27.04.2020, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Álvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 033/2020-GLPODEMOS).
61. Em 28.04.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLPODEMOS).
62. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
63. Em 07.08.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 61/2020-GLPSD).
64. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-BLSENIND).
65. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
66. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
67. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
68. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS).
69. Em 30.09.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS).
70. Em 07.10.2020, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 63/2020-GLPSD).
71. Em 19.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-GLMDB).
72. Em 20.10.2020, os Senadores Lasier Martins, Eduardo Girão, Alvaro Dias e Oriovisto Guimarães permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Lasier Martins designado membro titular e o Senador Alvaro Dias suplente; o Senador Eduardo Girão designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 40/2020-GLPODEMOS).
73. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLMDB).
74. Em 05.11.2020, os Senadores Alvaro Dias, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Alvaro Dias designado membro titular e o Senador Lasier Martins suplente; o Senador Oriovisto Guimarães designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 42/2020-GLPODEMOS).



75. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 65/2020-GLPSD).
76. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
77. Em 02.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Nelsinho Trad passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-GLPSD).
78. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
79. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
80. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
81. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
82. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 02/2021-BLVANG).
83. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSD).
84. Em 19.02.2021, os Senadores Roberto Rocha e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPSDB).
85. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-BLPRD).
86. Em 19.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que passar a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 6/2021-GLPODEMOS).
87. Em 22.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passa a atuar como 1º suplente; e o Senador José Serra passa então a 2º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPSDB).
88. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2021-BLSENIND).
89. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Rose de Freitas e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho e Flávio Bolsonaro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLMDB).
90. Em 23.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 20/2021-GLPODEMOS).
91. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre e o Senador Antonio Anastasia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
92. Em 24.02.2021, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-BLVANG).
93. Em 24.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLVANG).
94. Em 24.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLDPP).
95. Em 24.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 26/2021-BLSENIND).
96. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lasier Martins, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 23/2021-GLPODEMOS).
97. Em 25.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLPSD).
98. Em 25.02.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente na comissão (Memo 28/2021-BLSENIND).
99. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
100. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 46/2021-GLPSD).
101. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
102. Em 30.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 39/2021-GLPODEMOS).
103. Em 13.05.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPSD).
104. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA).
105. Em 05.07.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Marcos do Val permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Jorge Kajuru passa a ser titular e o Senador Marcos do Val suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPODEMOS).
106. Em 05.07.2021, os Senadores Marcos do Val e Eduardo Girão permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Marcos do Val passa a ser titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLPODEMOS).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁴⁵⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽⁴⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(7,44)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(7,44)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,44)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(8,44)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(7,44)	3. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(13,30,31,35,38,48)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(8,44)	4. VAGO ⁽¹⁴⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(8,44,46)	5. VAGO ^(21,53)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽⁹⁾	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁸⁾
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(10,23,27,39)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁴⁸⁾
	8.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(5,42)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(5,42)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(6,41)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(5,42)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(6,41)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(6,41)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(6,41,51)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(6,32,41)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(11,42)	5. VAGO ^(12,37,41)
VAGO ^(55,57)	6. VAGO ^(19,26)
PSD	
Senador Antonio Anastasia ^(1,2,40)	1. Senador Nelsinho Trad ^(1,40)
Senador Carlos Viana ^(1,20,40)	2. Senador Otto Alencar ^(1,22,34,36,40)
Senador Vanderlan Cardoso ^(1,34,36,40)	3. Senador Sérgio Petecão ^(1,20,40)
	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽³⁾	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ^(16,52)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾	3. Senador Romário (PL-RJ) ^(18,33,49,50,54)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(4,43)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,43)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,15,17,43)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,43)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(4,43)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,43)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁴⁷⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(25,47,56)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ^(24,28,29,47)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁷⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(41,47)	3. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁴⁷⁾

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
5. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).

6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLIID).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
11. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
12. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIÃO).
13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
14. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
16. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).
17. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD).
18. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG).
19. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB).
20. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permutam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD).
21. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB).
22. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD).
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB).
24. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 158/2019-GLBSI).
25. Em 05.02.2020, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 005/2020-BLSENIND).
26. Em 03.03.2020, o Senador Antônio Anastasia deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 23/2019-GLPSDB).
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
29. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 034/2020-BLSENIND).
30. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
31. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
32. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
33. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
34. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 68/2020-GLPSD).
35. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
36. Em 02.02.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Carlos Fávaro passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 3/2021-GLPSD).
37. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
38. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
39. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
40. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Otto Alencar e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSD).
41. Em 18.02.2021, os Senadores Flávio Arns e Styvenson Valentim são designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Lasier Martins e Romário, suplentes, pelo Podemos (Of. nº 7/2021-GLPODEMOS).
42. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSDB).
43. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia, Paulo Paim e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-BLPRD).



44. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Rose de Freitas, Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB).
45. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcelo Castro e a Senadora Leila Barros o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
46. Em 23.02.2021, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB).
47. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes, Leila Barros e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 12/2021-BLSENIND).
48. Em 23.02.2021, o Senador Jarbas Vasconcelos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 29/2021-GLMDB).
49. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
50. Em 26.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLVANG).
51. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em vaga cedida ao PL, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPPP).
52. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 23/2021-BLVANG).
53. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
54. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).
55. Em 28.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPODEMOS).
56. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA).
57. Vago, em razão de o Senador Jorge Kajuru não compor mais a Comissão (Of. 45/2021-GLPODEMOS).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,3,4)	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB).
3. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
4. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(1,47)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,47)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(10,17,28,34,42,43,46)	1. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(6,16,42,43,46)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(10,42,43,46)	2. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(16,17,37,43,46)
VAGO ^(10,23,27,29,35,42)	3. VAGO ^(17,42)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁷⁾
	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,40)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(11,36,40)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(9,36,40)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(14,40)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁵⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(15,30,33,39,48)
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(19,39)	4. Senador Giordano (PSL-SP) ^(19,22,31,49)
PSD	
Senador Carlos Fávaro ^(2,21,24,25,38)	1. Senador Nelsinho Trad ^(2,21,38)
Senador Otto Alencar ^(2,38)	2. Senador Carlos Viana ^(2,18,26,38)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(12,32,44)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(7,41)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(7,41)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(7,41)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(7,41)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,45)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,45)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(3,20,45)	2. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ^(3,45)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).

13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).
20. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI).
21. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD).
22. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE).
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB).
24. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 049/2020-GLPSD).
26. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Osmar Aziz, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 54/2020-GLPSD).
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 15.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2020-GLMDB).
29. Em 15.10.2020, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2020-GLMDB).
30. Em 16.10.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPODEMOS).
31. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPSDB).
32. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
33. Em 21.10.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 41/2020-GLPODEMOS).
34. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 37/2020-GLMDB).
35. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Esperidião Amin, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLMDB).
36. Em 05.02.2021, os Senadores Soraya Thronicke e Major Olimpio deixaram as vagas de titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
37. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
38. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2021-GLPSD).
39. Em 18.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentin, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPODEMOS).
40. Em 19.02.2021, os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSDB).
41. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 10/2021-BLPRD).
42. Em 22.02.2021, os Senadores Marcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e o Senador Confúcio Moura, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLMDB).
43. Em 22.02.2021, os Senadores Márcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLMDB).
44. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-BLVANG).
45. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e as Senadoras Eliziane Gama e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 18/2021-BLSENIND).
46. Em 23.02.2021, os Senadores Confúcio Moura e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Rose de Freitas e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLMDB).
47. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner e o Senador Confúcio Moura a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
48. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPODEMOS).
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).



Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁰⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽⁵⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(9,32,49)	1. Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(9,13,49)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(13,49)	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(10,13,14,16,20,36,37,42,44)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(13,18,20)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(14,22)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁵⁾	4. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(27,49)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(24,32)	5. VAGO ^(29,35)
	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(7,46)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(6,26,33,47)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(7,46)	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(7,46,55)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(8,25,47)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(8,38,47)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(11,26,47)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(12,25,47,54)
PSD	
Senador Irajá ^(1,40,41,43,45)	1. Senador Carlos Viana ^(1,2,45)
VAGO ⁽¹⁾	2. VAGO ^(1,31,34)
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽²³⁾
VAGO ^(21,39,53)	2. Senador Romário (PL-RJ) ⁽⁵⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(5,48)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(5,17,48)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,48)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(5,48)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
VAGO ^(3,51,56)	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ^(3,28,30,51,52)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(3,51,52)	2. VAGO ⁽¹⁹⁾

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD).

2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gugacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).

4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).

6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).

7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).

8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).

9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).

10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).
13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2ª suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-GLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP).
21. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG).
22. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP).
23. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG).
24. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB).
25. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB).
26. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLIDPSL).
27. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB).
28. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI).
29. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB).
30. Em 11.12.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 146/2019-GLBSI).
31. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
32. Em 11.03.2020, os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, em substituição aos Senadores Jader Barbalho e Eduardo Gomes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 17/2020-GLMDB).
33. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
34. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 053/2020-GLPSD).
35. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
36. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
37. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
38. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
39. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
40. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
41. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 67/2020-GLPSD).
42. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
43. Em 02.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLPSD).
44. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
45. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-GLPSD).
46. Em 12.02.2021, os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns foram designados membros titulares e o Senador Romário membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPODEMOS).
47. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-GLPSDB).
48. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim e Humberto Costa foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-BLPRD).
49. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas e Márcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Nilda Gondim e Jarbas Vasconcelos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 12/2021-GLMDB).
50. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e o Senador Fabiano Contarato a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



51. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Leila Barros foram designados membros titulares; e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 15/2021-BLSENIND).
52. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 22/2021-BLSENIND).
53. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
54. Em 03.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021).
55. Em 04.03.2021, o Senador Styvenson Valetim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2021).
56. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 36/2021-BLSENIND).
57. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

(Requerimento 7, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

(Requerimento 48, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
VAGO ^(1,2)	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)

2. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(1,47)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,22)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(9,49,52)	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(9,49,51,52)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(9,49,52)	2. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(9,49,52)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(9,49,52)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(8,49,52)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(11,49,50,52)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ^(4,21,33,34,37,39,49,50,52,54)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(5,17,21,41)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(10,41)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	6. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(7,29,30,44)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(7,25,27,32,44)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(7,44)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(13,44)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(12,38,53)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(14,38,53)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(19,24,43)	4. Senador Giordano (PSL-SP) ^(19,24,26,35,43,55,57)
PSD	
Senador Antonio Anastasia ^(2,42)	1. Senador Lucas Barreto ^(2,31,42)
Senador Nelsinho Trad ^(2,28,42)	2. Senador Sérgio Petecão ^(2,28,42)
Senador Carlos Viana ⁽⁴⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(3,36)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽³⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(6,16,20,45)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,45)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,45)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(6,15,45)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁴⁸⁾	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(48,56)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(23,48)	2. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁴⁸⁾

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).

11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

9. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).

8. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).

7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).

6. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).

5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
12. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
13. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
14. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
21. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
22. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
23. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
24. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE).
25. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
26. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
27. Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
28. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
29. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
30. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 22/2020-GLPSDB).
31. Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
32. Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPSDB).
33. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
34. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
35. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
36. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
37. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
38. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
39. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
40. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
41. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP).
42. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD).
43. Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
44. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB).
45. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
46. Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD).
47. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
48. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND).
49. Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



50. Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.

51. Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB).

52. Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB).

53. Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olímpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS).

54. Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB).

55. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).

56. Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND).

57. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

(Requerimento 8, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽²⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽²⁾	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(2,3)	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).
3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

(Requerimento 52, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

Instalação: 10/09/2019

Prazo prorrogado: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(1,3)

Notas:

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)

2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).

3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

*. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(1,42)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ^(1,42)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(7,39)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(7,39)
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(7,39)	2. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(7,39)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(7,39)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(7,39)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(7,39)	4. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(6,12,13,30,33)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁸⁾	5. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(14,39)
Senador Elmano Férrer (PP-PI) ^(11,47)	6. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁶⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁶⁾	7. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ⁽⁴⁶⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Giordano (PSL-SP) ^(5,36,49)	1. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(5,36)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(9,19,23,29,36)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(5,31)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(15,36)	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,24,36,45)
^(18,20)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽³⁵⁾
VAGO ^(18,28,38)	5. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(18,35)
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(2,21,25,34)	1. Senador Carlos Fávaro ^(2,34,44,48)
Senador Carlos Viana ^(2,34)	2. Senador Otto Alencar ^(2,34)
Senador Lucas Barreto ^(2,34)	3. Senador Vanderlan Cardoso ^(2,34)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽³⁾	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(3,40,43)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁰⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,37)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,37)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(4,37)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(4,37)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(22,26,27,41)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁴¹⁾	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(26,41)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
11. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
12. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
13. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
14. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
15. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
16. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
18. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLI).
19. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 111/2019-GLIDPSL).
20. Em 05.02.2020, o Senador Styvenson Valentim, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 004/2020-GLPODE).
23. Em 05.02.2020, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-GLPSDB).
22. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 048/2020-GLPSD).
26. Em 28.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 028/2020-BLSENIND).
27. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
29. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. nº 40/2020-GLPSDB).
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
34. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel, Carlos Viana e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Fávaro, Otto Alencar e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSD).
35. Em 12.02.2021, os Senadores Lasier Martins e Oriovisto Guimarães permutaram suas vagas de suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PLS, na Comissão (Of. 9/2021-GLPODEMOS).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSDB).
37. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Fernando Collor foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPRD).
38. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS).
39. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jarbas Vasconcelos, Marcelo Castro e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLMDB).
40. Em 23.02.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 9/2021-BLVANG).
41. Em 23.02.2021, os Senadores Acir Gurgacz e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 17/2021-BLSENIND).
42. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Dário Berger e o Senador Jayme Campos a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLVANG).
44. Em 24.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPSD).
45. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 25/2021-GLPSDB).
46. Em 02.03.2021, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular e o Senador Flávio Bolsonaro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 02/2021-GLREP).
47. Em 04.03.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em vaga cedida pelo PP, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLDPP).



48. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 47/2021-GLPSD).

49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(1,40)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ^(12,40)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(10,36,41)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(10,36,41)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(10,36,41)	2. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(9,11,41)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(5,13,23,41)	3. VAGO ^(14,27,28,30)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ⁽³⁹⁾	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(7,35)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(7,35)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(7,35)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(7,35)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,8)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(18,24,33)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(17,22,33)	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(17,33)
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(2,21,25,32)	1. Senador Irajá ^(2,32)
Senador Carlos Fávaro ^(2,32)	2. Senador Nelsinho Trad ^(2,32)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(4,29)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(6,34)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(6,34)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,34)	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(6,34)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(3,26,37)	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(3,15,20,37)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,37)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(3,38)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
9. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
11. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
12. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).
13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).
14. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



15. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 95/2019-GLBSI).
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
17. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB).
20. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 131/2019-GLBSI).
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
22. Em 05.02.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 011/2020-GLPODEMOS).
23. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 02/2020-BLUNIDB).
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 24.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 047/2020-GLPSD).
26. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
31. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
32. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Carlos Fávaro foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSD).
33. Em 12.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, e os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPODEMOS).
34. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Jean Paul Prates, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-BLPRD).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSDB).
36. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e o Senador Eduardo Gomes membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLMDB).
37. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Cid Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 16/2021-BLSENIND).
38. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 24/2021-BLSENIND).
39. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 13/2021-GLDPP).
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Flávio Bolsonaro a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2021-CDR).
41. Em 04.03.2021, os Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLMDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(12,40)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,37,38,44,46)	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(9,19,37,38,44,46)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ^(8,37,38,44,46)	2. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(11,44,46)
VAGO ^(8,32,44)	3. VAGO ^(13,44)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(17,37,38,44)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽⁴⁵⁾	5. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽⁴⁴⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(5,35,41)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(7,34)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(7,30)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(14,25,35)	3. Senador Elmano Férrer (PP-PI) ^(16,22,24)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(15,35)	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽³⁵⁾
PSD	
Senador Carlos Fávaro ^(1,23,26,33)	1. Senador Irajá ^(1,20,21,28,33)
Senador Sérgio Petecão ^(1,27,33)	2. Senador Nelsinho Trad ^(1,18,33)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(3,31,42)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(3,43)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,36)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(4,36)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,36)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(4,36)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(2,39)	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(2,29,39)
VAGO ⁽²⁾	2. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁹⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
- Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).
22. Em 04.02.2020, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 002/2020-GLPODE).
23. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
24. Em 11.02.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, para compor a comissão (Of. nº 20/2020-GLPODEMOS).
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 050/2020-GLPSD).
27. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD).
28. Em 23.04.2020, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD).
29. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
30. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
31. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
32. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
33. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 22/2021-GLPSD).
34. Em 12.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado, novamente, membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 15/2021-GLPODEMOS).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2021-GLPSDB).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 11/2021-BLPRD).
37. Em 22.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLMDB).
38. Em 23.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLMDB).
39. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular; e os Senadores Cid Gomes e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 19/2021-BLSENIND).
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz a Presidente deste colegiado.
41. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério deixou o cargo de suplente na comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 24/2021-GLPSDB).
42. Em 24.02.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-BLVANG).
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 19/2020-BLVANG).
44. Em 24.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLMDB).
45. Em 26.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLDPP).
46. Em 24.03.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2021-GLMDB).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(1,24,28,44)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(9,40,42)	1. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ^(9,40,42)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(9,40,42)	2. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ^(9,43)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(6,27)	3. VAGO ⁽⁹⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(10,23)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ^(5,15)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ⁽⁴²⁾	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(8,38)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,38)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(8,38)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(8,38)
^(18,26)	3. VAGO ^(19,33,38)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(17,37)	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(17,37)
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(2,30,31,32,36)	1. Senador Nelsinho Trad ^(2,3,36)
Senador Vanderlan Cardoso ^(2,3,36)	2. Senador Carlos Viana ^(2,25,32,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(4,29)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽³⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(7,39)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(7,14,20,39)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(7,39)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(7,39)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
VAGO ^(11,41,46)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(12,37,41)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(21,41)	2. VAGO ^(41,45)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT (Memo. nº 17/2019-GLBSI).
- Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).

14. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
17. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLIID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD).
21. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI).
22. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG).
23. Em 03.03.2020, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso (Of. nº 15/2020-GLDPP).
24. Em 04.03.2020, a Comissão reunida elegeu a Senadora Daniella Ribeiro para Presidente deste colegiado (Of. 2/2020-CCT).
25. Em 12.03.2020, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 36/2020-GLPSD).
26. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno.
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
31. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 66/2020-GLPSD).
32. Em 02.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Sérgio Petecão passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLPSD).
33. Em 05.02.2021, o Senador Major Olimpio deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
34. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
35. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-BLVANG).
36. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSD).
37. Em 18.02.2021, o Senador Styvenson Valentim deixa de atuar como suplente, sendo designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães; e o Senador Flávio Arns passa a atuar como suplente, pelo Podemos (Of. nº 12/2021-GLPODEMOS).
38. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2021-GLPSDB).
39. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-BLPRD).
40. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Confúcio Moura foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 10/2021-GLMDB).
41. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 14/2021-BLSENIND).
42. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 23/2021-GLMDB).
43. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 14/2021-GLDPP).
44. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Cunha para Presidente deste colegiado.
45. Em 05.03.2021, a Senadora Leila Barros deixa de compor, como membro suplente, a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Memo. 34/2021-BLSENIND).
46. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 35/2021-BLSENIND).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(6,20)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(6,20)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁸⁾	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁸⁾
VAGO ^(11,12,19)	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹¹⁾
	3.
PSD	
Senador Omar Aziz ^(1,16)	1. Senador Angelo Coronel ^(1,13,14,16)
	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,17)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(3,17)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²¹⁾	1.

Notas:

*. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

- Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
- Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).
- Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).
- Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).
- Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
- Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS).
- Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
- Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 69/2019-GLPSD).
- Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
- Em 11.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLPSD).
- Em 19.02.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, e a Senadora Zenaide Maia membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPRD).
- Em 19.02.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSDB).

19. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS)

20. Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Izalci Lucas e Mecias de Jesus o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2021-CSF).

21. Em 31.05.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão, pelo Bloco Senado Independente (Of. 28/2021-GSEGAMA).

Secretário(a): Andréia Mano

Telefone(s): 61 3303-4488

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ⁽³⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(9,39)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(5,38)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(6,38)
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(5,12,38)	2. VAGO ^(5,38)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(5,38)	3. VAGO ^(5,11,25,29)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁸⁾	4.
	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(4,35)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(4,35)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(4,13,35)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(4,13,35)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(20,28,31,37)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(21,37)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(18,23,34)	4. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(18,19,24,34)
PSD	
Senador Irajá ^(1,33)	1. Senador Nelsinho Trad ^(1,22,27,33)
VAGO ⁽¹⁾	2. VAGO ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO ^(2,30)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁷⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,7)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(14,15,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(3,36)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(3,36)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(3,36)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,36)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(26,40)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(10,40)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁰⁾	2. VAGO

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).
- Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).
- Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).
- Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
- Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
14. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).
15. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG).
16. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB).
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
18. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
22. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD).
23. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS).
24. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS).
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB).
26. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
27. Em 03.03.2020, o Senador Irajá foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2020-GLPSD).
28. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
29. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
33. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPSD).
34. Em 18.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPODEMOS).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSDB).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
37. Em 22.02.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, em substituição do Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 17/2021-GLPODEMOS).
38. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Renan Calheiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLMDB).
39. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Reguffe a Presidente e o Senador Marcos do Val a Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2021-CTFC).
40. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 20/2021-BLSENIND).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

(Requerimento 4, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
VAGO ^(1,5)	1. Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(1,3,4)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)
4. Em 12.02.2020, o senador Reguffe foi designado membro suplente na subcomissão (Of. nº 1/2020-CTFCGPCC).
5. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾	2.
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾	3.
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	4.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾	5.
Senador Elmano Férrer (PP-PI) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁸⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹²⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽³⁾	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
PSD	
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽¹³⁾
Senador Carlos Viana ⁽²⁾	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	1.
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(5,14)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁵⁾	2.

Notas:

- Em 16.03.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPODEMOS).
- Em 16.03.2021, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Carlos Viana foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPSD).
- Em 16.03.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Tasso Jereissati e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLPSDB).
- Em 17.03.2021, os Senadores Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-BLVANG).
- Em 22.03.2021, os Senadores Eliziane Gama e Alessandro Vieira foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 38/2021-BLSENIND).
- Em 22.03.2021, os Senadores Daniella Ribeiro e Elmano Férrer foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLDPP).
- Em 23.03.2021, os Senadores Rogério Carvalho e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPRD).
- Em 23.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLPPP).
- Em 23.03.2021, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Renan Calheiros e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLMDB).
- Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2021-CSP).
- Em 24.03.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 32/2021-GLPODEMOS).



12. Em 24.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 33/2021-GLPODEMOS).

13. Em 24.03.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPSD).

14. Em 25.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Memo. nº 39/2021-BLSENIND).

Secretário(a): VAGO

Reuniões: Quintas-feiras às 9:00hs -



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5258**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO ⁽¹⁾	4.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	1.
Senador Major Olimpio (Sem Partido-SP)	2.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
VAGO ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PODEMOS	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
5. Vago devido ao pedido de desligamento imediato do Senador Chico Rodrigues, de acordo com o Ofício nº37/2020 - GSCRODRI, data: 19/10/2020.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

MEMBROS	
DEM	
Senador Rodrigo Pacheco (MG)	
PSD	
Senador Irajá (TO)	
PSDB	
Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)	



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019

Notas:

1. Designado por meio da Portaria do Presidente do Senado Federal nº1, de 2021.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL*(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)***Número de membros:** 1 titulares**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)



7) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

